



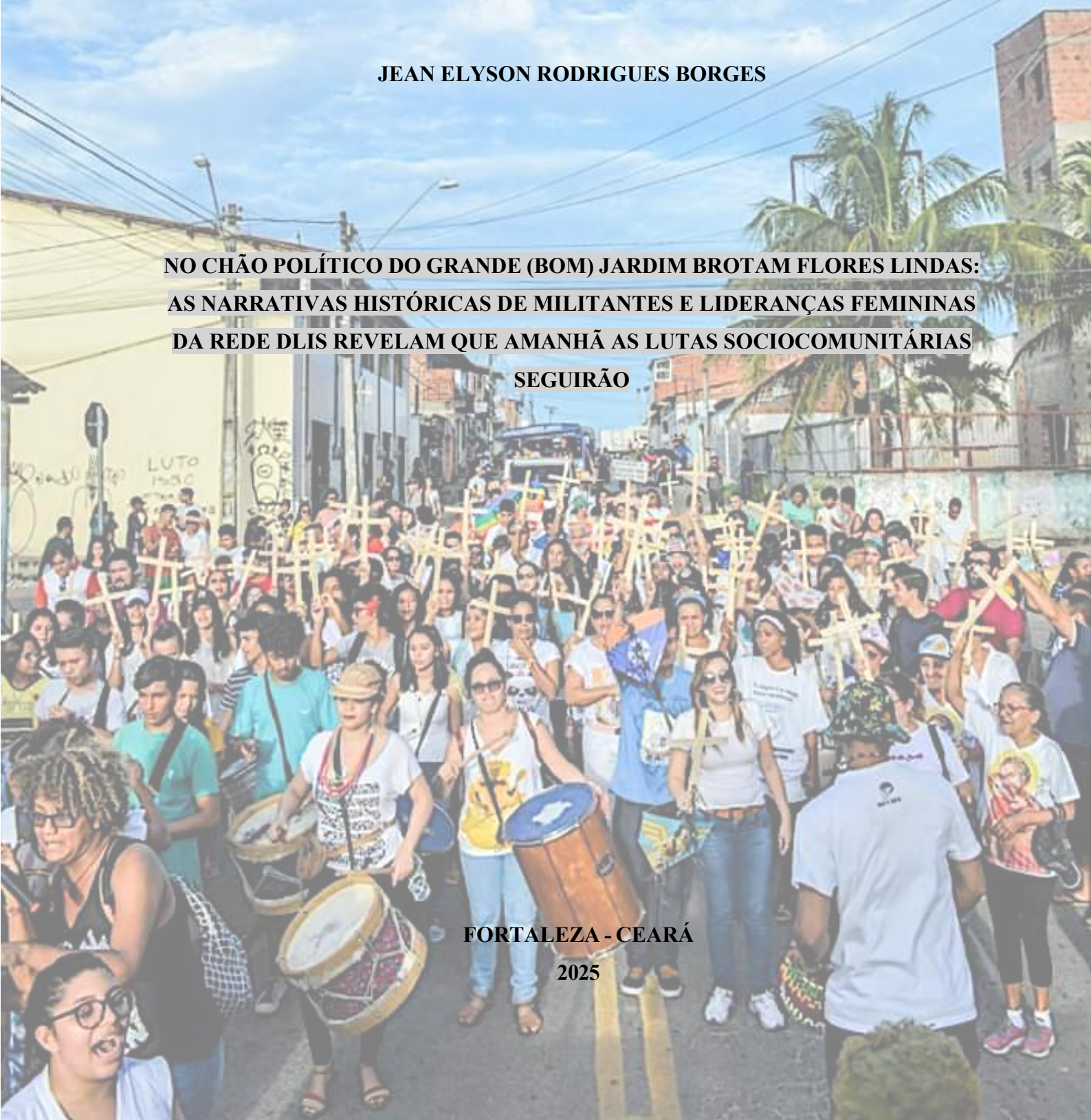
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
DOUTORADO ACADÊMICO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

JEAN ELYSON RODRIGUES BORGES

**NO CHÃO POLÍTICO DO GRANDE (BOM) JARDIM BROTAM FLORES LINDAS:
AS NARRATIVAS HISTÓRICAS DE MILITANTES E LIDERANÇAS FEMININAS
DA REDE DLIS REVELAM QUE AMANHÃ AS LUTAS SOCIOCOMUNITÁRIAS
SEGUIRÃO**

FORTALEZA - CEARÁ

2025



JEAN ELYSON RODRIGUES BORGES

NO CHÃO POLÍTICO DO GRANDE (BOM) JARDIM BROTAM FLORES LINDAS: AS
NARRATIVAS HISTÓRICAS DE LIDERANÇAS FEMININAS DA REDE DLIS
REVELAM QUE AMANHÃ AS LUTAS SOCIOCOMUNITÁRIAS SEGUIRÃO

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Políticas Públicas do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Políticas Públicas. Área de Concentração: Planejamento e Avaliação em Políticas Públicas.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro Ferreira Osterne.

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Candida Maria Bezerra Dantas.

FORTALEZA - CEARÁ

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Estadual do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo SidUECE, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Borges, Jean Elyson Rodrigues

No chão político do Grande (Bom) Jardim brotam flores lindas: as narrativas históricas de militantes e lideranças femininas da Rede DLIS revelam que amanhã as lutas sociocomunitárias seguirão. [recurso eletrônico] / Jean Elyson Rodrigues Borges. – 2025.
394 f. : il.

Tese (doutorado acadêmico) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Curso de Doutorado Acadêmico - Programa de Pós-graduação Em Políticas Públicas, Fortaleza, 2025.

Orientação: Prof. Dr. Maria do Socorro Ferreira Osterne.

Coorientação: Prof^a. Pós-Dra. Candida Maria Bezerra Dantas.

1. Rede DLIS. 2. Engajamento Sociopolítico Feminino. 3. Lutas Sociocomunitárias. 4. Narrativas Históricas. 5. Políticas Públicas. I. Título.



Governo do Estado do Ceará
Secretaria da Ciência Tecnologia e Educação Superior
Universidade Estadual do Ceará – UECE
**DOUTORADO ACADÊMICO - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
POLÍTICAS PÚBLICAS - PPGPP**



ATA DE DEFESA PÚBLICA DE TESE DE DOUTORADO

Aos dezoito dias de agosto de dois mil e vinte e cinco, no(a) Sala de vídeo do CESA, realizou-se a sessão pública de defesa da tese de JEAN ELYSON RODRIGUES BORGES, aluno(a) regularmente matriculado(a) no DOUTORADO ACADÊMICO - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS - PPGPP, intitulada: **No chao político do grande (bom) jardim brotam flores lindas: as narrativas históricas de militantes e lideranças femininas da Rede DLIS revelam que amanhã as lutas sociocomunitárias seguirão..** O(A) doutorando(a) reuniu-se com a Banca Examinadora composta por Profa. Dra. MARIA DO SOCORRO FERREIRA OSTERNE (Orientadora e Presidente da Banca/UECE), Profa. Dra. CAMILA HOLANDA MARINHO (UECE), Profa. Dra. CELECINA DE MARIA VERAS SALES (UFC), Profa. Dra. LUMA NOGUEIRA DE ANDRADE (UNILAB) e Profa. Dra. PAULA FABRICIA BRANDAO AGUIAR MESQUITA (UECE) de 14:30h às 17:36 horas. Inicialmente o(a) doutorando(a) expôs seu trabalho e em seguida procedeu-se à arguição pelos membros da Banca, dispondo cada membro de tempo para tal. Finalmente a Banca reuniu-se em separado e concluiu por considerar o(a) doutorando(a) Aprovado, por sua tese e sua defesa pública. Eu, Maria do Socorro Ferreira Osterne presidente da banca, lavrei a presente ata que será assinada por mim e os demais membros. Fortaleza, 18 de Agosto de 2025.

Maria do Socorro Ferreira Osterne
Profa. Dra. MARIA DO SOCORRO FERREIRA OSTERNE
(Orientadora e Presidente da Banca/UECE)

Camila Holanda Marinho
Profa. Dra. CAMILA HOLANDA MARINHO
(UECE)

Celecina de Maria Veras Sales
Profa. Dra. CELECINA DE MARIA VERAS SALES
(UFC)

Luma Nogueira de Andrade
Profa. Dra. LUMA NOGUEIRA DE ANDRADE
(UNILAB)

Paula Brandão Aguiar Mesquita
Profa. Dra. PAULA FABRICIA BRANDAO AGUIAR MESQUITA
(UECE)

Dedico,

À minha ancestralidade que sonhou com este lugar.

À Francisca, avó paterna indígena; à dona Mazé, avó de criação; à dona Neusa Luz; à tia Santa e às lideranças sociocomunitárias do CDVHS, da Rede DLIS e do território do GBJ, que contribuíram nesta tese.

In memoriam às que encantaram, saudação a quem está e possibilidades para quem virá.

AGRADECIMENTOS

“Não ande atrás de mim, talvez eu não saiba liderar. Não ande na minha frente, talvez eu não queira segui-lo. Ande ao meu lado, para podermos caminhar juntos”.

(Provérbio Indígena Ute).

Início a artesanania descrita nestas páginas à beira do rio, como o João-de-Barro (a)colhe a matéria-prima no seu leito para esculpir uma morada comum, contemplando respeitosamente a força e ancestralidade das suas águas, ouvindo a sua voz atemporal e sentindo o seu colo de avô. Como práxis afetiva, libertadora e desafiadora na minha existência, esta tese tem um começo, meio e um (re)começo, como declarou Nêgo Bispo.

Assim, começo agradecendo às minhas ancestralidades indígenas, que guiam meus passos na existência terrena e espiritual, notadamente, neste recorte histórico-temporal de quase quatro anos de muito engajamento devotado desta tese, oriunda da semente sociopolítica plantada, arada e germinada no campo fértil das minhas reflexões e indignações por transformações, no pulsar do meu coração desde 2018, florescendo no Grande (Bom) Jardim, onde meu corpo-território foi terra fértil à fala de uma liderança sociocomunitária local: “Precisamos deixar um legado”.

Às mais velhas e as mais novas narradoras e protagonistas desta pesquisa, sujeitos sociopolíticos militantes e lideranças sociocomunitárias que gestaram e compõem a Rede DLIS e o CDVHS, enquanto jardineiras que araram e semearam o DLIS na terra fértil do Grande (Bom) Jardim (GBJ), constituindo-se como guardiãs das memórias, das histórias e deste território. Minha sincera gratidão por terem me (a)colhido, conduzido na caminhada conjunta, permitindo acesso às suas oralidades em forma de memórias-ensinamentos e ao salvaguardo delas.

À minha mãe, maior referência de amor e força. Seu apoio foi base sólida constitutiva na minha vida. Agradeço também aos demais familiares: meu pai, irmãos, tia e sobrinhas pela torcida.

À família Luz, por ser segundo lar e, em especial, à Lóia, Cileide e Celinho (*in memoriam*) pela acolhida e cuidados, sobretudo nos desafios da reta final desta tese.

À minha companheira de vida, Marileide, que me ama, segurou a minha mão e me apoiou, das caminhadas leves às complexas, ao longo desses anos desafiadores de pesquisa e escrita da tese. Ao Martin, meu “filho” pet, por seu amor, presença, companheirismo e carinho o dia inteiro e até nas madrugadas de escrita de cada palavra.

À minha querida orientadora Professora Dra. Socorro Osterne, inspiração pessoal e acadêmica.

Sou grato pela confiança, parceria, firmeza, leituras dedicadas, doçura, afeto e generosa na condução do nosso caminhar, assegurando autonomia e ensinamentos, sem negociar a ética e o rigor teórico-metodológico de uma pesquisa acadêmico-popular e sociopoliticamente engajada. Ao potente e necessário Núcleo de Apoio Humanizado às Mulheres em Situação de Violência (NAH/UECE), por me acolherem e gentilmente consentirem minhas participações nos potentes grupos de estudos e eventos sobre temáticas caras a esta pesquisa.

À minha estimada coorientadora, Professora Dra. Candida Dantas, que me ensina e inspira desde 2019, quando generosamente aceitou segurar a minha mão na desafiadora caminhada de Mestrado acadêmico em Psicologia Social pela UFRN, no período pandêmico, e hoje, seguiu ao nosso lado potencializando esta pesquisa de tese. Gratidão!

Ao VIESES/UFC, pelo aquilombamento afetoso, na pessoa do querido Professor Dr. João Paulo Barros, aos/às demais docentes e discentes desse grupo potente, pela parceria acadêmico-popular desde 2019, quando zelosamente me honrou com a valiosa orientação de Mestrado. Seguimos aliançados e engajados sociopoliticamente, fortalecendo reexistências sociopolíticas comuns e aproximando a Universidade e o chão do território do GBJ.

Ao Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS), Organização da Sociedade Civil (OSC), da qual me honra em ser associado e, as(aos) demais militantes dessa aliança: Marileide, Edivânia, Padre Marcos, Graça, Rosiana, Lúcia, Geni, Iolanda, Fátima, Ingrid, Joaquim, Benedito, Eduardo, Caio e demais companheiros(as) das lutas pelos direitos humanos do Centro. Aos Fóruns de Cultura e de Juventudes do GBJ, ao Ponto de Memória do GBJ e as(aos) Jovens Agentes de Paz (JAP) pelo apoio das suas lideranças e representações.

À OSC Movimento de Saúde Mental (MSM) do Bom Jardim, nas pessoas do Padre Dr. Rino Bonvini, Dona Zilá, Edylane, Luciana, Balbina, Elizeu e a parenta Natália Tatanka, por terem sido a primeira acolhida institucional e pouso seguro no chão do território do GBJ, constituindo as minhas experiências iniciais, ainda enquanto estagiário em Psicologia Social da UFC.

À OSC Associação Beneficente O pequeno Nazareno (OPN), sob representação do Manoel Torquato e, especialmente à equipe Projeto Gente Grande (PGG): Cíntia, Valdecio, Margarida e demais pessoas, pela confiança na concessão à minha primeira oportunidade de experiência como Psicólogo Social e Comunitário, mais também, pela amizade afetosa, irmandade e compreensão do momento de início no doutorado. Acolhemos mulheres incríveis nesse período.

À coordenação e aos(as) colegas docentes do colegiado querido, potente e competente do Curso de Psicologia do Centro Universitário Christus (Unichristus), sobretudo, Juliana, Luís (acolhimento generoso, paciente e afetoso), Carla, Karlinne, Diogo (carinho, atenção e dicas), Lucas, Ronaldo, Patrícia (irmã de graduação e inspiração docente), Deyseane, Ângela, Ana

Vlândia e demais membros. Agradeço a compreensão de vocês no final desta etapa difícil.

Ao grupo de amigos ou rede de apoio que nomeamos de “Fala aí”, refúgio amoroso de respiro, lugar-comum de amor, afetos, abraços, aprendizados, desabafos e fortalecimento para as batalhas diárias, em especial, Adriano, Carlos, Jéssica, Lígia, Paulina, Jacinta (Jajá), Ruberval, Rener, Majith, Cesar, Lucas, Elizio, José Carlos, Velton e demais pessoas do grupo.

Às demais amizades que foram lar e estiveram comigo, tornando a árdua caminhada da tese, mais leve, com afeto, carinho e compreensão, sobretudo diante das minhas muitas ausências e recusas em prol desta pesquisa, Mônica Timbó, Maria e Lucineide, Leonardo, Natiele, Iraides, Alycia, Alan, Eduardo (Edú), Harryson, Pai Marcos, Pai Branco e Marlucia.

Às(aos) colegas da turma V do Curso de Doutorado pelo Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da UECE (PPGPP/UECE), em especial à Cristiane, Eliene, Regina, Mariana e demais, por tornarem a caminhada rumo ao doutoramento menos fria e solitária.

À querida amiga Kelyane, pelos diálogos, companhia respeitosa no percurso de doutoramento e pela amizade, que se mostrou grandiosa, sobretudo, por seu apoio na etapa derradeira desta tese.

Ao querido e inteligentíssimo amigo do doutorado no PPGPP/UECE, Marcel Pordeus, pelos diálogos acadêmicos frutíferos, valorosas leituras, contribuições e revisão acadêmica desta tese.

À coordenação, secretaria, colegiado e colaboradores(as) de serviços gerais do PPGPP/UECE.

À Professora Dra. Rejane Bezerra (UECE) pelos aprendizados iniciais e presença fundamental.

Às Professoras que contribuíram, gentilmente, nas bancas examinadoras das qualificações (I e II) e na de defesa, semeando ensinamentos: Dras. Camila Holanda (UECE), Celecina Sales (UFC), Letícia Nascimento (UFPI), Luma Andrade (UNILAB), Maria da Graça (UFSB), Paula Brandão (UECE), Sâmbara Paula (UECE), Teresa Esmeraldo (UECE) e, sobretudo, à Cristiane Marinho (UECE) e Jéssica Rodrigues (UECE) por terem sido generosas e pela humildade.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudos que permitiu a realização segura desta pesquisa.

Em suma, sou grato a todas as pessoas que torceram/torcem por mim, que nunca descreditaram na minha conquista e que, mesmo diante das minhas ausências, não soltaram as minhas mãos nos quase quatro anos dedicados a esta pesquisa, numa lógica produtivista, solitária, gélida e, por vezes adoecedora, exigindo privações de calor humano e afeto de pessoas queridas.

Do silêncio à desobediência, lavramos a vida, a palavra e este lavrar está presente na nossa história. A benção as minhas mais velhas e as minhas mais novas (Nêgo Bispo).

“O meu texto é um lugar onde as mulheres se sentem em casa”.

(Conceição Evaristo).

RESUMO

Esta tese deixa um legado como patrimônio e acervo do tesouro museal comunitário, herança à posteridade, pilar fortalecedor sustentável às lutas sociopolíticas e sociocomunitárias locais, sobretudo, protagonizadas por agentes que atuam na Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável (Rede DLIS). Nesse âmbito, (a)colhe narrativas, objetivando compreender histórias e salvaguardar memórias de engajamentos sociopolíticos protagonizados, sobretudo, por cinco militantes e lideranças femininas da Rede DLIS, considerando os efeitos positivos e impulsores dessas ações no empoderamento coletivo para a sustentabilidade da organização popular e das lutas sociocomunitárias em prol das políticas públicas no território do Grande Bom Jardim (GBJ), ao longo de 25 anos. Localizado geopoliticamente a sudoeste da cidade de Fortaleza (Ceará), na periferia do sistema-mundo, outrora, nomeado como Planalto das Carnaubearas, nomeia-se hoje por GBJ por uma sugestão comum, advinda das lideranças locais, considerando a organicidade, integradora e sociopolítico-identitária de pertencimento entre cinco bairros. O referencial teórico-metodológico desta artefatura advém do sul global, das epistemologias feministas e cosmovisões decoloniais, ratificando o engajamento ético-político, cujas lentes condizem com a realidade e o objeto investigados. Trata-se de uma pesquisa-ação de natureza qualitativa, caráter militante e empírico, cujo lócus é o território-campo-vivência do GBJ. O *corpus* se forja por metodologias e ferramentas de jardinagem para a salvaguarda mnemônica das colheitas de narrativas histórias como florescimentos no grande (Bom) Jardim, sendo: investigações de documentos institucionais do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS) e da Rede DLIS; diários de campo e entrevistas narrativas. A estratégia analítica utilizada diante dos registros empíricos, respaldou-se pela análise de narrativas e documental. Os resultados da colheita revelam trajetórias históricas de engajamentos sociopolíticos femininos nos enfrentamentos às mazelas e injustiças sociais, bem como, as celebrações de conquistas advindas das políticas públicas e serviços para o bem-viver territorial do GBJ ao longo do tempo. Identificou-se, ainda, repercussões positivas nas ações sociopolíticas da militância local no empoderamento coletivo para incidências por políticas públicas neste chão, como fôlego de vida e fagulha incendiária mantenedora dessas batalhas. Assim, ratificamos que essas lutas sociocomunitárias seguirão.

Palavras-chave: Rede DLIS; engajamento sociopolítico feminino; lutas sociocomunitárias; narrativas históricas; políticas públicas.

ABSTRACT

This thesis leaves a legacy as a heritage and collection of the community museum treasure, a legacy for posterity, and a sustainable, strengthening pillar for local sociopolitical and sociocommunity struggles, particularly those led by agents working in the Local, Integrated, and Sustainable Development Network (DLIS Network). In this context, it (a)collects narratives, aiming to understand stories and safeguard memories of sociopolitical engagements led primarily by five female activists and leaders of the DLIS Network, considering the positive and driving effects of these actions on collective empowerment for the sustainability of grassroots organizing and sociocommunity struggles for public policies in the Greater Bom Jardim (GBJ) region over the course of 25 years. Located geopolitically southwest of the city of Fortaleza (Ceará), on the periphery of the world-system, formerly known as Planalto das Carnaubearas, it is now named GBJ, a common suggestion from local leaders, considering the organic, integrative, and sociopolitical-identity-based nature of belonging among five neighborhoods. The theoretical and methodological framework for this craft comes from the global South, feminist epistemologies, and decolonial worldviews, confirming the ethical and political engagement, whose lenses are consistent with the reality and the object under investigation. This is a qualitative action research project with an activist and empirical approach, whose locus is the territory-field-experience of GBJ. The corpus is forged by gardening methodologies and tools for the mnemonic safeguarding of harvested narratives — histories that blossom in the great (Good) Garden. These include: investigations of institutional documents from the Herbert de Souza Center for the Defense of Life (CDVHS) and the DLIS Network; field diaries; and narrative interviews. The analytical strategy used for the empirical records was supported by narrative and documentary analysis. The results of the collection reveal historical trajectories of female sociopolitical engagement in confronting social ills and injustices, as well as the celebrations of achievements resulting from public policies and services for the territorial well-being of the GBJ over time. We also identified positive repercussions in the sociopolitical actions of local activists, empowering them to advocate for public policies on this ground, as a breath of life and a spark of fire that sustains these battles. Thus, we confirm that these socio-community struggles will continue.

Keywords: DLIS Network; women's socio-political engagement; socio-community struggles; historical narratives; public policies.

RESUMEN

Esta tesis deja un legado como patrimonio y colección del tesoro del museo comunitario, un legado para la posteridad y un pilar sostenible y fortalecedor para las luchas sociopolíticas y sociocomunitarias locales, en particular aquellas lideradas por agentes que trabajan en la Red de Desarrollo Local, Integrado y Sostenible (Red DLIS). En este contexto, (a) recopila narrativas, con el objetivo de comprender historias y salvaguardar la memoria de los compromisos sociopolíticos liderados principalmente por cinco activistas y líderes de la Red DLIS, considerando los efectos positivos e impulsores de estas acciones en el empoderamiento colectivo para la sostenibilidad de la organización de base y las luchas sociocomunitarias por políticas públicas en la región del Gran Bom Jardim (GBJ) a lo largo de 25 años. Ubicado geopolíticamente al suroeste de la ciudad de Fortaleza (Ceará), en la periferia del sistema-mundo, anteriormente conocido como Planalto das Carnaubeiras, ahora se denomina GBJ, una sugerencia común de los líderes locales, considerando la naturaleza orgánica, integradora y sociopolítica-identitaria de la pertenencia entre cinco barrios. El marco teórico y metodológico de esta actividad proviene del Sur Global, las epistemologías feministas y las cosmovisiones decoloniales, lo que confirma el compromiso ético y político, cuyas perspectivas son coherentes con la realidad y el objeto de investigación. Se trata de un proyecto de investigación-acción cualitativa con un enfoque activista y empírico, cuyo locus es el territorio-campo-experiencia de GBJ. El corpus se forja mediante metodologías y herramientas de jardinería para la salvaguardia mnemotécnica de las narrativas cosechadas: historias que florecen en el gran (Buen) Jardín. Estas incluyen: investigaciones de documentos institucionales del Centro Herbert de Souza para la Defensa de la Vida (CDVHS) y la Red DLIS; diarios de campo; y entrevistas narrativas. La estrategia analítica empleada para los registros empíricos se apoyó en el análisis narrativo y documental. Los resultados de la recopilación revelan trayectorias históricas del compromiso sociopolítico femenino en la confrontación de males e injusticias sociales, así como la celebración de los logros derivados de las políticas públicas y los servicios para el bienestar territorial de GBJ a lo largo del tiempo. También se identificaron repercusiones positivas en las acciones sociopolíticas de activistas locales, fomentando el empoderamiento colectivo para la incidencia política en este ámbito, sirviendo como un soplo de aire fresco y una chispa que sustenta estas luchas. Por lo tanto, confirmamos que estas luchas sociocomunitarias continuarán.

Palabras clave: Red DLIS; compromiso sociopolítico de las mujeres; luchas sociocomunitarias; narrativas históricas; políticas públicas.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Mapa com os bairros de Fortaleza com destaque para a região do Grande Bom Jardim.....	62
Figura 2 -	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Fortaleza até 2021.....	63
Figura 3 -	Estrutura Orgânica do Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável (DLIS).....	215
Figura 4 -	Fluxograma das cinco etapas das Caravanas Populares de Monitoramento.....	262
Imagem 1 -	Roda de memória e afetos com militantes e lideranças femininas do GBJ.....	52
Imagem 2 -	Fachada da primeira sede do CDVHS em 1994.....	163
Imagem 3 -	Processo de capacitação dos(as) pesquisadores(as) populares do DS.....	180
Imagem 4 -	Registro da equipe de juventudes pesquisadoras no trabalho de mapeamento territorial do GBJ.....	181
Imagem 5 -	Processo de redesenho dos mapas dos cinco bairros (GBJ).....	182
Imagem 6 -	Registro fotográfico do Encontro anual de PMA da Rede DLIS 2023.....	194
Imagem 7 -	Caravana de Popular de Monitoramento do Rio Maranguapinho	199
Imagem 8 -	Caminhada pela Paz e contra o extermínio das juventudes do GBJ.....	200
Imagem 9 -	Registro da Reunião com os Prefeituráveis de Fortaleza: Ato pelo Direito de Participar.....	201
Imagem 10	Ato pelo Direito de Participar no Paço Municipal de Fortaleza....	202
Imagem 11 -	Comissão Rio Maranguapinho em Caravana Popular de Monitoramento.....	265
Imagem 12 -	Caravana Popular de Monitoramento da Lagoa da Viúva (Siqueira) no GBJ.....	266
Imagem 13 -	I Seminário Interdisciplinar de Proteção Infantojuvenil da Rede DLIS.....	267
Imagem 14 -	Registro do ato de rua em frente ao Centro Cultural do Bom	

	Jardim (CCBJ) chamado programação insurgente.....	268
Imagem 15 -	Caravana Popular de monitoramento do Centro Cultural do Canindezinho (CCC).....	269
Imagem 16 -	Caravana Popular de monitoramento Zeis Bom Jardim	270
Imagem 17 -	Caravana Popular de Monitoramento da Rede de Cozinhas Comunitárias do GBJ (RCCGBJ).....	271
Imagem 18 -	Comunidades em áreas de risco às margens do Rio Maranguapinho.....	276
Imagem 19 -	Registro fotográfico do Encontro anual de PMA da Rede DLIS 2024.....	376
Imagem 20 -	Encontro de PMA da Rede DLIS 2025.....	382

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Algumas flores lindas do GBJ: as narradoras entrevistadas.....	74
Tabela 2 -	Projetos elaborados e executados pelo CDVHS em um período de 17 anos.....	173
Tabela 3 -	Estrutura Organizacional da Rede DLIS (comissões de trabalho 2022-2023).....	189
Tabela 4 -	Organizações e Participantes do Encontro de 2023.....	191
Tabela 5 -	Organizações que não compareceram ao Encontro da Rede DLIS de 2023.....	192
Tabela 6 -	Organizações que solicitaram ingresso na Rede DLIS em 2023.....	193
Tabela 7 -	Calendário das assembleias mensais da Rede DLIS em 2023.....	195
Tabela 8 -	Entidades que participaram da Rede DLIS em 2023.....	196
Tabela 9 -	Entidades que participaram da Rede DLIS em 2024.....	377
Tabela 10 -	Calendário das assembleias mensais da Rede DLIS em 2024.....	379
Tabela 11 -	Estrutura Organizacional da Rede DLIS em 2024 (comissões de trabalho).....	380
Tabela 12 -	Composição da Comissão de Articulação da Rede DLIS em 2024.....	381

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABONG	Rede Brasileira das Organizações Não-Governamentais
ACDG	Associação Comunitária Delmiro Gouveia
ACS	Agentes Comunitárias de Saúde
AEUSM	Associação Espírita de Umbanda São Miguel
ALECE	Assembleia Legislativa do Estado do Ceará
AMBJ	Associação dos Moradores do Bom Jardim
AMCM	Associação dos Moradores da Comunidade Marrocos
AMOCOMP	Associação dos Moradores do Conjunto Palmares
ANCMA	Associação Nossa Casa Mãe África
ANPOCS	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
ArqPET	Programa de Educação Tutorial em Arquitetura, Urbanismo e Design da UFC
ASADEC	Associação de Apoio e Defesa do Consumidor
ASCABOMJA	Associação de Catadores de Material Reciclável do Bom Jardim
AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
BJU	Bons Jardins Urbanos
BNR	Burocratas de Nível de Rua
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CAIC	Escola Maria Alves Carioca
CCBJ	Centro Cultural do Bom Jardim
CCC	Centro Cultural do Canindezinho
CEDCA	Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará
CEDDH	Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos
CCVH	Centro de Cidadania e Valorização Humana
CDVHS	Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza
CDPDH	Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos Arquidiocesana de Fortaleza
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CESE	Coordenadoria Ecumênica de Serviços
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CME	Conselho de Educação do Município

COMDICA	Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
COMPASA	Conselho Comunitário do Parque Santo Amaro
CPDSB	Comitês Populares de Desenvolvimento Sustentável dos Bairros
CPDUS	Conselho Popular de Desenvolvimento Urbano e Sustentável
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializada de Assistência Social
CUBMGP	Centro União Beneficente dos Moradores do Bairro de Granja Portugal
DLIS	Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável
DSP	Diagnóstico Sócio Participativo
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EGC	Espaço Geração Cidadã
EPEDH	Escola Popular de Educação em Direitos Humanos
EPI	Equipamentos de Proteção Individual
FCM	Fórum Cearense de Mulheres
FCGBJ	Fórum de Cultura do Grande Bom Jardim
FERU	Fórum Estadual de Reforma Urbana
FPSP	Fórum Popular de Segurança Pública
FPSP/NE	Fórum Popular de Segurança Pública do Nordeste
FUNDESOL	Agência de Desenvolvimento Local e Economia Solidária
GBJ	Grande Bom Jardim
GGIM	Gabinete de Gestão Integrada Municipal
GMF	Guarda Municipal de Fortaleza
GPDU	Núcleo de Gestão Pública e Desenvolvimento Urbano
GTMII	Grupo de Trabalho Multiparticipativo, Institucional e Intersetorial
HABITAFOR	Secretaria de Habitação de Fortaleza
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBV	Instituto Brasil Verde
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDM	Instituto Dragão do Mar
IES	Instituição de Ensino Superior
IMC	Instituto Maria do Carmo
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
IU	Instituto Unibanco

JAP	Jovens Agentes de Paz
LAPFES	Laboratório de Estudos em Psicoterapia, Fenomenologia e Sociedade
LEV	Laboratório de Estudos sobre a Violência
MNDH	Movimento Nacional de Direitos Humanos
MNBJ	Maracatu Nação Bom Jardim
MNS	Novos Movimentos Sociais
MSM	Movimento Saúde Mental
MSMC	Movimento de Saúde Mental e Comunitária do Bom Jardim
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego do Governo Federal
NUHAB	Núcleo de Habitação e Meio Ambiente
NUHAM	Núcleo de Habitação e Moradia
NUPEGA	Núcleo de Pesquisa e Extensão em Geografia da Alimentação
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OSC	Organização da Sociedade Civil
ONU	Organização das Nações Unidas
OP	Orçamento Participativo
OS	Organização Social
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCA	Rede de Proteção da Criança e do Adolescente
PDDU-For	Plano Diretor de Fortaleza
PDPFOR	Plano Diretor Participativo de Fortaleza
PP	Políticas Públicas
PPA	Plano Plurianual de Fortaleza
PPDDH-CE	Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas do Ceará
PMCE	Polícia Militar do Ceará
PMF	Prefeitura Municipal de Fortaleza
PMA	Planejamento, Monitoramento e Avaliação
PROMURB	Projeto de Melhorias Urbana e Ambiental - Maranguapinho
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança e Cidadania
RBSES	Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária
RCCGBJ	Rede de Cozinhas Comunitárias do Grande Bom Jardim
REAJAN	Rede de Articulação do Jangurussu e Ancuri

RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
PDS	Política de Desenvolvimento Sustentável
SECULT	Secretaria de Cultura do Estado do Ceará
SEDUC	Secretaria de Educação do Estado do Ceará
SEMAS	Secretaria Municipal de Fortaleza
SER	Secretaria Executiva Regional
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
SOMAR	Organização, Mobilização e Articulação Regional
SUDENE	Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
SPS	Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos do Estado do Ceará (SPS)
STE	Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo
TDH	Instituto Terre des Hommes
UAPS	Unidade de Atenção Primária à Saúde
UBS	Unidade Básica de Saúde
UMBC	União dos Moradores do Bairro Canindezinho
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UVA	Universidade Estadual do Vale do Acaraú
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
VIESES	Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	24
1.1	Passos iniciais: minhas primeiras imersões e contágios no Grande Bom Jardim (GBJ).....	27
1.2	Delineando os caminhos investigativos e segmentando a tese	39
2	MÉTODO(LOGIA)-MILITANTE PARA ENUNCIAÇÃO E SALVAGUARDA DAS NARRATIVAS HISTÓRICAS.....	47
2.1	Do regresso ao pacto pela salvaguarda do legado: aproximações e aliançamentos	48
2.2	Referencial teórico-metodológico advindo da periférica do sistema- mundo.....	55
2.3	O Grande (Bom) Jardim como arena sociopolítica: território-campo- vivência.....	60
2.4	Em chão sagrado de luta política, a caminhada é (com)junta e com os pés descalços	64
2.5	Considerações sobre a representatividade qualitativa na busca pelo sentido.	70
2.6	As flores lindas do Grande (Bom) Jardim que reexistem às estiagens.....	72
2.7	Ferramentas de jardinagem para a colheita das narrativa- florescimentos: os Diários de campo e as Entrevistas narrativas	75
2.7.1	Registro das imersões e contágios nas caminhadas pelo Grande (Bom) Jardim.....	76
2.7.2	Entrevistas narrativas para resgate das memórias dos engajamentos sociopolíticos.....	78
2.7.3	Análise das narrativas: o lugar social e de fala é feminino.	85
2.7.4	Análise documental das ações sociopolíticas empíricas	88
3	GUARDIÃS DA MEMÓRIA, DA HISTÓRIA E DAS COMUNIDADES DO GBJ.	89
3.1	Uma breve enunciação.....	89
3.2	Semear e salvaguardar o solo-memória para as lutas femininas florescerem.....	91

3.3	Concepções sobre binarismos.....	101
3.4	O gênero e as reverberações históricas, socioculturais e políticas das diferenças	107
3.4.1	Conceituações políticas assumidas pelo termo mulher no decurso temporal.	116
3.5	Encruzilhadas interseccionais na construção de feminismos inclusivos.....	119
3.5.1	Uma proposta feminista de política decolonial.....	124
3.5.2	Os Feminismos comunais e a interface com a Rede DLIS.....	128
4	PACTO TERRITORIAL PELO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO GBJ.....	136
4.1	Notas introdutórias: gratidão, dona Raimunda!.....	136
4.2	Do Planalto das carnaubeiras ao GBJ: a (re)leitura histórica e sociopolítica de uma gênese inventiva.....	143
4.2.1	O Grande Bom Jardim: infraestrutura e aspectos gerais do território.....	147
4.3	Os seis ciclos dos movimentos populares insurgidos no GBJ desde a década de 1960-70.	159
4.4	Após a sementeira, uma jardineira plantou as primeiras sementes do DLIS no GBJ: o Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS)	161
4.4.1	Os ciclos de atuação sociopolítica prioritária do CDVHS entre 1994 e 2025- 26.....	168
4.5	Depois da germinação das sementes, as colheitas: do Diagnóstico Sócio Participativo a sociogênese da Rede DLIS.....	177
4.5.1	O Diagnóstico Sócio Participativo (DSP) do território do GBJ.....	177
4.5.2	A semente do DLIS foi plantada e germinou: a sociogênese da Rede DLIS	183
4.5.3	A Política de DLIS do GBJ: o Jardim residencial como locus de atuação (2005-2025).....	203
4.5.4	As quatro Conferências de DLIS do GBJ.....	208
4.5.5	Os Comitês e os Conselhos Populares de Desenvolvimento Sustentável dos Bairros CPDSB/GBJ).	212
4.5.6	A estruturação da PDS do GBJ: eixos, planos, projetos, ações e dimensões.....	215
4.5.7	Instrumentos de implementação, monitoramento e gestão da PDS do GBJ.....	224
5	ENGAJAMENTO SOCIOPOLÍTICO E EMPODERAMENTO COLETIVO NAS LUTAS SOCIOCOMUNITÁRIAS POR POLÍTICAS NO CHÃO DO GBJ.	227

5.1	Engajamentos sociopolíticos femininos: sementeiras para tornar o empoderamento coletivo fértil	228
5.2	Movimentos populares e levantes sociocomunitários por políticas públicas no GBJ: o feminino no interior das lutas sociocomunitárias	238
5.3	Políticas públicas: conceituações teóricas e participações políticas femininas no GBJ.....	242
5.3.1	As Caravanas Populares de Monitoramento como tecnologias sociocomunitárias de controle social das políticas públicas: sete exemplos empíricos.....	260
5.4	É preciso reconhecer a relevância das etapas do plantio para celebrar as colheitas	272
5.4.1	Deixaremos esta tese como legado: as narrativas históricas das experiências empíricas revelaram que as lutas sociocomunitárias seguirão.	283
6	(RE)CONSTRUINDO CAMINHOS A PARTIR DAS NARRATIVAS HISTÓRICAS DAS FLORES DO GRANDE (BOM) JARDIM: OS ACHADOS DAS COLHEITAS.....	284
6.1	No Grande (Bom) Jardim tem flores lindas: o perfil constituinte e a intersubjetivação sociopolítica.	285
6.1.1	O fator gênero nos processos decisórios e na operacionalização das ações sociopolíticas	289
6.1.2	Constituição das lideranças da Rede DLIS e suas subjetivações sociopolíticas.....	294
6.2	Engajamentos sociopolíticos femininos nas trajetórias de lutas sociocomunitárias da Rede DLIS no território do GBJ desde o Diagnóstico Socioparticipativo (DSP).	299
6.2.1	A Rede é a árvore da vida, gestada das sementes do DLIS, plantadas no chão político do Grande (Bom) Jardim	303
6.2.2	A relevância dos processos de engajamento sociopolíticos femininos e o impacto destas ações no empoderamento coletivo nas lutas por políticas públicas no território do GBJ.....	328
6.3	Dos encontros com as flores lindas do Grande (Bom) Jardim: (a)colhemos memórias, revelamos utopias, identificamos motivações e estratégias sociopolíticas na militância.....	334
6.3.1	Desafios, aprendizados, perdas e conquistas na caminhada de lutas	

	sociocomunitárias junto à Rede DLIS.....	349
6.3.2	Ainda há fôlego de vida nas fagulhas incendiárias: as lutas sociocomunitárias seguirão?.....	359
6.4	Das caminhadas no Grande (Bom) Jardim, os bons encontros com as flores lindas e as suas histórias de utopias sociais: o que esses achados nos revelaram?.....	362
7	CONSIDERAÇÕES DERRADEIRAS.....	369
7.1	Síntese de uma trajetória sociopolítica e sociocomunitária de mais de duas décadas	369
7.2	As lutas sociocomunitárias seguiram.....	375
7.3	Desafios contemporâneos da Rede DLIS em 2024-2025.....	381
7.3.1	A avaliação da Política de Desenvolvimento Sustentável do GBJ (2005- 2025).....	383
	REFERÊNCIAS	385
	APÊNDICE A.....	393

1 INTRODUÇÃO

Precisamos deixar um legado!”
(Dona Fátima Carloto).

Deixar um legado compõe a fração da frase que colhi¹ no âmago do meu ser, germinada desde que a escutei em uma roda de memória, no ano de 2018, proferida numa fala visceral, carregada de ancestralidade e demarcada por um lugar sociopolítico de pertencimento. Desde essa escuta, venho arando e regando o solo-memória, à espera dos florescimentos.

Como indígena e nordestino, aprendi com os ensinamentos ancestrais da minha avó paterna, que a colheita pressupõe uma espera serena, como etapa do processo germinativo no solo. Naquela época da roda, a chuva precisou molhar a terra seca para germinar, verdejar a caatinga e aflorar os mandacarus do meu pensar. Ademais, os tempos e os ventos gélidos conjunturais conclamavam outras forças sociopolíticas², humanitárias e inclinações acadêmicas. Guiado pelos encantados, regressei e aguardei, antes do mergulho existencial e mnemônico naqueles oceanos de vidas narradas pelas lideranças guardiãs das memórias, das histórias e do território, lócus deste estudo. Contudo, agora é o momento da colheita e dos florescimentos.

Tal floração advém do legado que salvaguardamos no processo de aproximação das narrativas históricas de lideranças sociocomunitárias desse chão, comprometendo-nos em compreendê-las e registrá-las numa postura ética do não esquecimento, como propõe Nêgo Bispo (2023). Nesse desafio, dialogamos com Chimamanda Ngozi Adichie (2019), que nos aponta a relevância de todas as histórias na composição de um povo, e que, quanto mais narrativas ouvirmos sobre ele, mais autêntica será a nossa compreensão e análise.

Sob esse *ethos*, o presente estudo realiza uma artesanía coletiva e afetiva, numa perspectiva sócio-histórica-política de resgate, salvaguarda de memórias e construção de um legado ou tesouro comunal à posteridade. Assim, acolhi narrativas vívidas, considerando a **temática** proposta, ou seja, a compreensão das trajetórias de engajamentos sociopolíticos de lideranças femininas³, e as repercussões dessas ações em Rede nos empoderamentos coletivos e lutas sociocomunitárias, em prol das políticas em um território-campo-vivência periferizado. Vislumbramos o tema proposto, dialogamos com reflexões de diversos campos do saber, e autores(as) como Lüchmann, Nobre, Carvalho e Martins (2004), buscando transpor a obviedade simplista que cinde o social do comunitário, ressaltando as iniciativas que brotam do âmago

¹ Pedimos permissão às(aos) leitoras(es), às lideranças e ao território para que, os relatos das minhas experiências sociopolíticas e sociocomunitárias junto ao GBJ e às nossas interlocutoras, sejam narradas em primeira pessoa.

² O termo surge da articulação popular e deriva da inseparabilidade entre social e político (Boff, 2024).

³ Neste texto, utilizamos o termo feminina, bem como, mulheres “e” travesti apontando oposição, a pedido de Xica Manicongo, liderança entrevistada, que afirmou não se identificar com a identidade de gênero mulher.

sociocomunitário, fortalecem articulações e impulsionam participações populares locais na gestão democrática e governança da nossa cidade, representando parte da sociedade civil organizada, no controle social das políticas públicas e nas decisões municipais. Por isso, conduzimos tal temática com responsabilidade, respeito, comprometimento ético e pactuação política de quase uma década, em que busco compreender narrativas históricas de militantes e lideranças nas suas materializações viscerais, tomando nota nos diários como ferramentas que possibilitaram a salvaguarda das suas memórias como tesouro e herança comunal.

Tais materializações se forjaram histórica e sociopoliticamente ao longo das lutas populares de base sociocomunitária, desde as décadas de 1960-70, nas primeiras mobilizações populares associativas, em seguida, conduzidas pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEB), com significativa participação feminina, assim como nas ações reivindicatórias, mobilizações e frentes de lutas locais insurgidas posteriormente, gestando as primeiras Organizações Não Governamentais (ONGs) ou da Sociedade Civil (OSCs) como sementes plantadas e aradas no nosso chão periferizado, na utopia da colheita nesse chão político. Pudemos, posteriormente, colher os frutos e contemplar os florescimentos, nutrir os aprendizados coletivos e fortalecer os nossos corpos nos passos conjuntos do mesmo lado das trincheiras sociopolíticas ou, como sugeriu Rita Segato, nos devires das reexistência (Barbosa, 2021).

Não há florescimento sem esforços cuidadosos. Nos territórios subalternizados e marginalizados não há ganhos significativos sem ações impulsionadas por algo que, em certa medida, “[...] nos politiza. Luta é o nome próprio da ação política, ela mesma uma ação poética, no sentido de criação de uma obra. Ao mesmo tempo, o termo luta está no mundo da vida” (Tiburi, 2021, p. 57) e pode ser observado e refletido em cada passo das trajetórias das nossas flores interlocutoras deste estudo, como algo íntimo, visceral e constituinte dos engajamentos sociopolíticos em suas reexistências cotidianas, das quais tive o privilégio de caminhar ao lado, ou sobre suas pegadas como guias, segurando as suas mãos, (re)conhecendo as suas histórias, memórias, legados e as nossas ancestralidades confluídas e fortalecidas em comunidade.

Quando nos referimos às ancestralidades, ao longo deste texto, balizamo-nos pelo que o parente Ailton Krenak referiu sobre nossa cosmovisão, entendendo que os “[...] nossos ancestrais não são só a geração que nos antecedeu agora, do nosso avô, do nosso bisavô. É uma grande corrente de seres que já passaram por aqui, que, no caso da nossa cultura, foram os continuadores de ritos, de práticas, da nossa tradição” (Krenak, 2020, p. 28).

Maíra Clíni (2024, p. 118) aponta que as “[...] cosmovisões dos povos originários da nossa terra não é algo folclórico, [...] são nossa raiz, e se fazem necessárias como contraponto a uma metafísica em chamus”. Nessa ciranda ancestral, dialogamos com outra pessoa valorosa,

considerado patrono da educação nacional, Paulo Freire (1980; 1986), que aposta na potência e boniteza das ações coletivas e sociocomunitárias, em que os processos se nutrem nas relações horizontais, dialógicas, respeitosas, de trocas e aprendizados. Assim, nestas linhas, me revelo como aprendiz, no sentido genuinamente freiriano, ou seja, encantado ao escutar as falas das guardiãs, que narram as suas trajetórias de engajamentos sociopolíticos nas lutas, encarnando e vivenciando cada sentir com essas lideranças.

Buscamos, nessa postura freiriana, fortalecimento na produção dos ecos às vozes femininas, tradicionalmente silenciadas, e/ou contadas de modo único, como alude Adichie (2019), no âmbito estrutural das hegemonias sociais, culturais e políticas, principalmente nas conjunturas que administram as opressões, como nas favelas e guetos das urbes, onde há insignificância em relação aos programas dos governos, implementação das políticas públicas, desrespeito aos direitos humanos e a dignidade, à vida das pessoas que habitam tais territórios.

Desse chão político localizado ao Sul, descreveremos adiante a organização dos registros e a salvaguarda do presente legado, oriundo de memórias oceânicas obtidas nos mergulhos experienciais e ações empíricas das lideranças sociocomunitárias, além das minhas vivências e atravessamentos pessoais no campo há anos, evidenciando as imersões, contágios e encantamentos nesse território-campo-vivência, como molas impulsoras do nosso propósito em compreender histórias e salvaguardar memórias de engajamentos políticos femininos nas lutas por políticas públicas no meu território-morada, que é lar e arena pelo bem-viver comum.

Para prosseguir, peço licença às ancestralidades e as lideranças sociocomunitárias que habitaram e lajearam o solo-lócus onde caminhamos nesta pesquisa, considerado politizado, sacralizado e bento pelas mãos calejadas, suor e sangue. Esse nosso território-campo-morada, trata-se do lócus-vivência de nossa atuação sociopolítica, demarcados por hífen para ressaltar a inseparabilidade. Tal lugar, localiza-se a sudoeste de Fortaleza (Ceará), e possui uma das áreas mais empobrecidas, racializadas, marginalizadas e vulneráveis⁴ da cidade de Fortaleza, com os piores Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), e cujos processos coloniais de violências, desamparo e indiferenças das gestões públicas, administram, induzem e maximizam as precarizações das vidas humanas.

De acordo com o sociólogo Adriano Almeida (2014), o lócus-vivência sobredito, intitula-se Grande Bom Jardim (GBJ) por uma iniciativa política-identitária de unificação e territorialização (Bispo, 2023) das lutas pelo bem comum, que se consolidou desde as décadas de 1980-90, partindo das iniciativas de associações locais, representantes da Igreja Católica e

⁴ Termo condicionado não apenas “[...] à precariedade no acesso à renda, mas atrelada também às fragilidades de vínculos afetivo-relacionais e desigualdade de acesso a bens e serviços públicos” (Carmo; Guizardi, 2018, p. 2).

das CEBs que atuavam no território. Tal lugar se subdivide em cinco bairros que margeiam a cidade, sendo eles: Bom Jardim, Canindezinho, Granja Lisboa, Granja Portugal e Siqueira, segmentando-se em cerca de 40 comunidades de pertença⁵ ou comunidades irmãs, formando uma grande comunidade de comunidades organizadas nas lutas por exigibilidade de direitos.

Não nasci nesse território-morada ou lócus-vivência, mas passei a habitá-lo. Fato que ilustro na descrição dos meus avizinhamentos iniciais que impulsionaram os engajamentos políticos pessoais e a aproximação com o estudo, quando esse chão me acolheu e, para além de morada, configurou-se em trincheira de afetos e lutas coletivas. No intuito de vislumbrar tais questões, após os “passos iniciais”, ilustramos outras duas subseções, sobre minhas percepções de cenário e denúncias às situações de morte, bem como ressaltando as potências de vida, nos contatos, afetações e contágios iniciais, nesse território-campo-vivência. Na segunda, delinheiro as etapas organizativas desta tese: o objeto, a questão de partida, as hipóteses suleadoras⁶, o objetivo geral e os específicos, o desenho teórico-metodológico e a disposição das seções.

1.1 Passos iniciais: minhas primeiras imersões e contágios no Grande Bom Jardim (GBJ)

Tudo tem um início e um devir. Os meus primeiros passos imersivos no território do GBJ foram dados no início do ano de 2017, quando eu era discente do sexto período de graduação em Psicologia na Universidade Federal do Ceará (UFC). Um perfil de estudante engajado e esperado para um discente da Federal, com excelente rendimento, comprometido e questionador nos debates com os(as) docentes e colegas, assíduo e pontual nas aulas e estágios, membro bolsista de núcleos e laboratórios, com participação ativa no tripé acadêmico: ensino, pesquisa e extensão em um dia inteiro de dedicação. Destaco este ponto, não por falsa modéstia, mas porque advenho de um lugar do não lugar, periferizado, empobrecido e estigmatizado que, por vezes, não permite sonhar ou sobreviver.

Dentre os desafios enfrentados nesse período de experiência na graduação, o golpe ao Governo Dilma Rousseff ocorrido no ano de 2016, ameaçou a minha subsistência estudantil e de milhares de pessoas no país, comprometendo econômica e politicamente, a sustentabilidade das Instituições de Ensino Superior (IES), desmantelando políticas nacionais, impactando na infraestrutura e nos programas de permanência estudantil, como o corte de bolsas de estudos e

⁵ Conceito utilizado por Adriano Almeida (2014), para ilustrar um sentimento afetivo, de familiaridade com o lugar de morada e de enraizamento de uma identidade territorial como força motriz de engajamento para as lutas.

⁶ Vocábulo que utilizamos politicamente em contraposição à vertente ideológica do termo nortear, como forma de resistência à lógica eurocêntrica.

auxílios, fato que me atingiu e comprometeu a minha permanência acadêmica, assim como a de tantas outras pessoas que compõem a mesma base da pirâmide social e se localizam às margens do capital. Naquele período fatídico, enxerguei três vias: a desistência do curso, o trancamento ou a busca por bolsa remunerada noutro departamento. Optei por essa última e decidi fazer uma seleção para bolsa remunerada na Faculdade de Medicina da UFC, encontrando concorrência de dois cursos, além do meu (Medicina, Enfermagem). O local de minha atuação como bolsista foi uma OSC⁷, sediada no território do GBJ, um dos lugares considerados mais marginalizados e estigmatizados da Cidade. Fato que talvez tenha impactado negativamente na escolha dos(as) candidatos(as) na única oportunidade de bolsa remunerada que encontrei em um total de 20 inscrições. Fui aprovado em primeiro lugar.

À época do estágio, o ideário do imaginário social era de que esse lugar possuía uma única história, consolidada e transmitida pelo poder hegemônico como locus periferizado e marginal, vinculado aos altíssimos índices de violações dos direitos humanos, injustiças sociais, violências, criminalidade e homicídios, avultando o estigma territorial, e o nomeando pejorativamente de “vixe”⁸, discurso fortalecido pelos noticiários sensacionalistas, sobretudo os programas policiais, que levemente atribuíam insultos a esses lugares. Percebi, posteriormente, o risco da história única na criação desses estereótipos que roubam a dignidade das pessoas, de como isso é perigoso e o “[...] quão impressionáveis e vulneráveis somos diante de uma história” (Adichie, 2019, p. 13).

Minha mãe, igualmente, possuidora dessa informação única do lugar, apavorou-se com a notícia de que eu iria estagiar nesse campo rotulado como perigoso, mas me orientava diariamente sobre os cuidados, rezava pela minha proteção e sucesso no novo ciclo. Ela nunca pediu para que eu não fosse, pois entendia que acessar a Universidade era o meu sonho, e que não havia alternativas ou recursos financeiros para a sustentabilidade dessa realização. Assim, desde que visualizei aquela oportunidade de bolsa remunerada no cartaz, na parede do prédio do Curso de Medicina da UFC, iniciava-se as minhas imersões e contágios no GBJ.

A OSC de atuação na bolsa de estágio e porta de entrada ao território do GBJ, da qual sou grato pelo acolhimento, chamava-se à época Movimento de Saúde Mental Comunitária (MSMC), onde atuei sob a perspectiva da Psicologia Social e Comunitária, em um dos seus projetos intitulado: “Sim a Vida”⁹. Foram poucos meses de experiência, pois a pedido da minha

⁷ Organização da Sociedade Civil.

⁸ O termo “vixe” é uma expressão pejorativa utilizada para indicar perigo ao se referir aos bairros periferizados de Fortaleza, especialmente ao Bom Jardim.

⁹ A missão desta frente de ação do MSM, antes MSMC, é acolher e desenvolver potenciais criativos, através das atividades artísticas e profissionalizantes para as crianças, adolescentes e seus familiares em situação de extrema

orientadora, regressei e reassumi uma bolsa no curso de Psicologia da UFC, sugerindo que uma colega de turma assumisse meu lugar no Movimento. Não regressei à UFC sem afetação. No GBJ tive a dádiva de conhecer algumas comunidades, OSCs, coletivos, movimentos sociais, a maior articulação de instâncias políticas de base sociocomunitária da cidade, chamada Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável (Rede DLIS) do GBJ, e aprender com as lideranças sociocomunitárias femininas locais que a compõe, responsáveis por plantarem e ararem sementes políticas no amago desse território e germinadas na terra fértil do meu ser.

Seguindo o fio condutor das vivências iniciais sobreditas, gostaria de detalhar as primeiras experiências visuais, imersivas e intersubjetivas contagiantes, ao atravessar todo o perímetro urbano da cidade, da periferia que eu habitava a outra que passei a atuar, de norte a sul da cidade, em um movimento pendular de favela para favela. Tais momentos perfizeram mergulhos experienciáveis no território do GBJ, numa profusão de sensações e contágios vividos, nas expectativas, curiosidades, entusiasmos, medos e inseguranças em um momento delicado, cuja tomada de decisão fora inevitável, pois a situação financeira e emergencial exigia força e coragem para seguir, além da responsabilidade com aquelas pessoas que eu acolhia no MSMC e que impactaria toda a minha vida.

No percurso favela-favela, onde atravessava a cidade e adentrava o campo de estágio na OSC, percebia um processo de adensamento de áreas verdes na malha urbana, assim como um espaçamento entre os serviços básicos, sobretudo do segundo para o terceiro e último ônibus lotado que eu utilizava, entre o primeiro e o segundo terminal rodoviário municipal. Ainda no tráfego, além do cenário bucólico, observava uma precarização da infraestrutura urbana, sinalizando irregularidades como os mecanismos produtores de morte, retratados em múltiplas faces, como o desemprego, o subemprego dos(as) vendedores(as) ambulantes no interior dos ônibus e nos semáforos, denunciando, inclusive, explorações de trabalhos infantojuvenis, segmento majoritário no GBJ, portanto, presenças onde o ônibus trafegava, vendendo doces ou os seus corpos, sempre em disputa, negociando atenção ou dignidade, por um prato de comida.

Ademais, as juventudes que eu visualizava naquele caminho faziam malabarismo com tochas, bolas plásticas ou com as suas vidas, na corda bamba da sobrevivência, tentando driblar a fome, a frieza das visadas indiferentes, dos não olhares sobre eles(as) e da própria morte. Buscando limpar os para-brisas dos veículos, vender amendoins ou balas entre carros e motos como alternativas ao crime, mesmo desrespeitados(as) em suas dignidades enquanto seres humanos, por vezes, encontrando pela via do entorpecimento da cola de sapateiro ou do

vulnerabilidade social. Com essas ações, busca-se prevenir (não proibir) e proteger as pessoas acolhidas do uso de entorpecentes, produzindo uma rede protetiva e de defesa, dos direitos, da dignidade e da vida humana.

crack, uma anestesia existencial às chicotadas da vida. Tais cenas descritas corroboravam com os estereótipos de uma história única (Adichie, 2019) que nos/me fizeram crer.

Nessa experiência imersiva diante dessa conjuntura, no qual o tecido sociopolítico se arregaçava a cada metro percorrido, a observação era superficial, do interior “confortável” (mesmo em pé por horas e apinhado de pessoas) do transporte público. Mesmo assim, em muitos momentos, eu refletia: até que ponto as cenas observadas revelavam a máquina colonial trituradora de corpos racializados, dominadora imaterial de imaginários, produtora do medo, da estigmatização e do racismo, como lentes impostas à sociedade, que só permite visualizar o “vixe” como história única? (Adichie, 2019; Holanda, 2024). Minhas questões não eram algo irracional, já que, a exemplo do que pontuou Adichie (2019), subjetivamo-nos escutando tais histórias únicas sobre as pessoas e esses bairros perifерizados da capital. Para o psiquiatra Franz Fanon (2008), esse fato revela a condição do racismo estrutural presente em nós (Borges, 2021).

Revisitando as memórias sobre o meu deslocamento ao lócus do GBJ, na medida que adentrava o seu chão, a vivência pessoal ratificava a minha vulnerabilidade humana diante de uma história única (Adichie, 2019). Quando eu estava saindo do segundo terminal, o do Siqueira, me aproximando do campo de estágio no MSMC, após um trajeto de duas horas e meia e o ônibus parava no semáforo (sinal) na avenida General Osório de Paiva, sobre a ponte do rio Siqueira-Maranguapinho ou Maranguapinho. A paisagem urbana visualizada através da vidraça enodada e embaçada da janela do ônibus, escancarava e imputava carências e indiferenças, identificados com menos frequência noutros territórios considerados enobrecidos de Fortaleza, desnudando dois polos antagônicos de um mesmo mundo segregado socioeconomicamente e em oportunidades para o bem viver comum.

Tal conceito de “Bem Viver”, “*Buen Vivir*” ou “*Sumak Kausai*”, que possui caráter holístico e indígena, assumiu múltiplos significados em minha experiência pessoal e, ao longo do tempo, em culturas e etnias originárias ao Sul da América. Entendemos esse termo como “[...] experiência de manter um equilíbrio entre o que nós podemos obter da vida, da natureza, e o que nós podemos devolver” (Krenak, 2020, p. 8-9), tendo na perspectiva do desenvolvimento sustentável um aliado e caminho oportuno para (re)construção social, com novos possíveis em dignidade, direitos e oportunidades, em equilíbrio entre o universo, a natureza e o ser humano.

A cosmovisão de bem viver proposto e percorrido pelo parente anteriormente, distancia-se do cenário urbano precarizado descrito na minha travessia, mas aproxima-se dos processos de maximização das precarizações humanas, refletido pela filósofa Judith Butler (2019). Outros exemplos empíricos observados nessa caminhada supracitada, foram ilustradas nas segregações socioespaciais, territorializações das áreas dominadas pelo crime organizado,

com demarcações visível e invisivelmente, através das pichações dos muros nas comunidades, com siglas de comandos, impondo domínio territorial ou por expressões de ameaças, como: “não entrem aqui sem capacete”, “a cada fofoca, dez pauladas”, “quem roubar na comunidade vai morrer: assinado o crime”, ou ainda, “para caboeta e ‘X9’, a paga é tiro na cara”. Não era novidade para os habitantes ou para os visitantes que ali possuíam comandos, e não era o Estado ou o poder público. Uma sensação de estarmos sendo vigiados(as).

Ao longo do tempo, com olhares atentos, curiosos e entusiasmados de pesquisador em formação, também notei manifestações de (re)existência nos muros do território. Os escritos que mais me chamaram atenção exigiam justiça ou reparação em frases, como: “Justiça pela morte de fulano!”, “Parem de assassinar o povo negro!”, “Periferia quer viver!”, “Mais escolas e comida no prato!” e “Fora Bolsonaro!”. De pronto eu refletia: aqui também pulsa vida, luta e reexistência. Me indagava: quem garante os direitos e a dignidade humana das pessoas que habitam essas comunidades? Me deparei com outras histórias contadas.

Enquanto essa atmosfera me atravessava, eu me interrogava sobre tal realidade, aparentemente dúbia, mas plural e complexa que se enunciava ao meu campo perceptivo. Seria uma mudança de perspectiva da ideia pré-concebida a partir da história única sobre o lugar? (Adichie, 2019). Atmosfera e mística semelhantes eu só havia sentido quando visitei, pela primeira vez, o Centro Espírita de Umbanda Reis Tupinambá, localizado aqui no território do GBJ e o Pelourinho em Salvador (Bahia). Era como se as características físicas, simbólicas, escritas e energéticas do lugar transpirassem sangue, suor e lutas.

Além dos piches escritos nas paredes e portões, demarcados pelas facções, os grafites coloridos em tons e traços técnicos e étnicos dos(as) multiartistas locais, estampavam os muros e contavam outras versões de uma história sobre o lugar, pulsando multiculturalidades e forças pluriartísticas. As artes urbanas marginais gritavam representatividade, ancestralidade, resistência negra e indígena em profusão de cores e grafismos que enunciavam potências de vida, oriundas das forças organizativas populares e da militância sociocomunitária pelo bem viver comunal local, borrando as minhas imagens prévias do “vixe”, como indícios que me salvaram da história única sobre o lugar, revelando ser improvável se relacionar com quaisquer pessoas ou territorialidades, sem conhecer as histórias ou as pessoas que nele habitam (Adichie, 2019).

Enquanto o tempo e a metragem transcorriam no percurso, o colorido das artes urbanas marginais se somava às cores das lonas plásticas que recobriam as barracas simples, das históricas e tradicionais feiras itinerantes de rua, onde os tons em laranja e azul eram notáveis e, cujas estruturas rústicas, em ferro e madeira, desgastadas dos deslocamentos das lidas

diárias e da insolação intensa. Tais imagens nostálgicas remontavam a memórias de infância, como: quando minha mãe narrava com orgulho que havia trabalhado na feira, pois seu avô materno fora liderança comunitária e presidente do Sindicato dos feirantes. A segunda lembrança advém das visitas ao meu pai, quando nos levava à Feira das Goiabeiras, noutro bairro periférico da cidade, próximo a sua casa. Dali também exalavam lembranças olfativas, como a margarina derretida na tapioca ou no cuscuz quentinhos, o café coado no pano, dos carrinhos de pipoca, de milho assado e cozido, da canjica e pamonha. Ademais, transeuntes de maioria feminina, preenchiam espaços, consumindo ou vendendo salgados com suco, salada de frutas, caldo, canja etc., no isopor com os preços dos produtos escritos de caneta azul. Nas barracas ou no chão das calçadas havia utensílios domésticos, vestuários, equipamentos eletrônicos, alimentícios etc. Toda aquela diversidade prendia a minha atenção.

Nesses registros acima, identifiquei várias pistas que denunciam a radicalidade da precariedade humana (Butler, 2019), mas também, cores naqueles (não)lugares. Nos caminhos percorridos, percebia que os domicílios, as pequenas mercearias, bodegas e barracas das feiras de rua, possuíam fachadas coloridas. Nas comunidades, as pessoas transeuntes, ciclistas e os automóveis, deslocando-se, orquestraram cores, movimentos, cheiros e sons, ao passo que as precariedades estruturais denunciavam a necessidade de apoio do poder público, no que tange às políticas sociais garantidoras de dignidade e dos direitos daquela população.

Nos vinte e sete quilômetros percorridos na travessia dos dias de estágio acadêmico em Psicologia Social no GBJ, as ideias, frutos das imagens vistas, fervilhavam e produziam autoquestionamentos, problematizações, indignações e, por conseguinte, me conclamaram ao compromisso ético e inclinação política com as comunidades desse território e com o seu povo. Tais reflexões transcorriam entre o forte calor e o suor que descia pelo rosto e pelo corpo cansado da travessia pela cidade, geralmente, de pé com uma mochila cheia de materiais de estudos nas costas e pouca mobilidade, tamanho amontoado de pessoas nos transportes públicos utilizados.

Essas viagens pendulares eram embaladas sonoramente pelo “forrozão”, o *reggae*, o pagode ou ao som das músicas cristãs *gospels* da *playlist* aleatória do(a) motorista, além das conversas divertidas (outras nem tanto) dos(as) passageiros(as) que tornavam o caminho menos exaustivo, apesar do forte calor e das tremuladas da carroceria enferrujada dos ônibus em contato com a via comprometida, sobretudo no trajeto entre os bairros e as comunidades.

Mesmo diante da minha ignorância nos assuntos urbanísticos, percebia que aquela infraestrutura das vias urbanas da região por onde eu trafegava, evidenciava inacessibilidade, tanto nos modos em que as ruas largas e calçadas estreitas estavam alicerçadas, como nos diversos desníveis e buracos, intercalando entre chão de piçarra, paralelepípedos e asfalto de

piche, sob muito lixo, entulhos de obras e restos de mobílias nos canteiros centrais das vias. Ademais, os esgotos a céu aberto exalavam mau cheiro, sinalizando o cenário de baixa cobertura de saneamento ambiental. Ou seja, o usufruto do direito à cidade e das políticas garantidoras de bens e serviços de qualidade era um privilégio garantido ao outro lado.

O quadro que se enunciava diante de mim, fez lembrar das imagens produzidas após a leitura do livro autobiográfico: “Quarto de despejo”, escrito em diário pela catadora e escritora Carolina Maria de Jesus (1960), quando descreveu visceralmente a condição de precariedade vivida, numa grande favela na cidade de São Paulo. Diante disso, Maria da Graça Rua (1997, p. 19) afirmou que tais conjunturas, comumente resultam da indiferença de “[...] agentes públicos envolvidos, seja por reação ou omissão e até mesmo dos possíveis beneficiários”. Tal cenário torna penosas as manutenções das vidas humanas e das suas dignidades. Retornava para casa desolado e emocionalmente desgastado, tamanha a impotência frente a minha pequenez em mudar aquela conjuntura. Dia após dia, ao deitar a cabeça no travesseiro, depois do exaustivo percurso, as cenas das situações impostas àquelas pessoas me revoltavam, consumindo o restante das minhas energias. Refletia sem respostas às indagações inquietantes, sobretudo em relação à mitigação daquelas mazelas ou transformação da conjuntura, sentindo-me gota d’água num oceano de injustiças sociais.

Outra tematização que me acompanhava era: porque tantos(as) estudantes e pesquisadores(as) optam por estagiar em territórios como esse e, após a experiência de estágio ou a coleta de dados, não retornam. De que tipo de retorno social nos referimos quando nos comprometemos em um juramento, diante de tantas pessoas, na convencional cerimônia de colação de grau e fechamento do ciclo acadêmico? Palavras vãs? Respeitava a decisão das pessoas por não regressarem a essas regiões periféricas, mas discordava, tencionava núcleos e os laboratórios de pesquisa da UFC, dos quais eu colaborei, por mais ações e projetos de ensino, pesquisa e extensão engajados em borrar o sistema e transformar realidades das nossas favelas e comunidades, indagando por que os projetos de extensões não se estendiam para além das proximidades da universidade. Sem a intenção de realizar análises simplistas ou mensurar sofrimentos, mas nesses lugares subalternizados pelas ausências e precarizados pela indiferença do poder público, que as nossas presenças eram necessárias. Consciente disso, recuei do território do GBJ em 2017, mas o compromisso ético-político pessoal de regresso, era uma certeza inegociável, retornando no mesmo ano e passando a habitá-lo.

Seguindo a linha do tempo proposta, em meados do ano de 2018, oitavo semestre

da graduação, apresentei a monografia¹⁰ e, enquanto tramitava as formalidades burocráticas para a colação de grau na UFC, fui convidado por um companheiro de militância política, associado ao Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS), OSC que atua em defesa dos direitos humanos no GBJ, para compor a comissão organizadora da celebração¹¹ do dia 20 de dezembro, referente aos 15 anos da Rede DLIS. Aceitei o desafio, pela relevância, sentimento de pertença ao território e como militante sociocomunitário dessas instâncias sociopolíticas.

Simultaneamente, escreveria o pré-projeto de mestrado acadêmico inclinado à linha de pesquisa do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFRN (PPGPsi/UFRN), que dialogava com as perspectivas e lentes teórico-epistemológicas estudadas na graduação, ou seja, numa vertente da Psicologia Clínica, mas descobri que, no mesmo programa, na área de Psicologia Social, havia outra linha nomeada: “Movimentos sociais, políticas públicas e a prática da(o) psicóloga(o)”. Tal via confluía com a minha práxis cotidiana nas articulações, movimentos sociocomunitários aliançados às lideranças locais, nas lutas pela construção de novos possíveis para o território do GBJ, fazendo repensar e propor alternativas. O local da seleção do mestrado não mudaria apenas a proposta de uma linha clínica para uma social.

Posteriormente, considerei a deliberação por essa linha e pesquisa de dissertação¹² acertadas e coerentes com a minha realidade sociopolítica. De pronto, as cenas vivenciadas e narradas nas trajetórias da minha residência ao campo de estágio, bem como os modos como essas experiências imersivas havia composto, recomposto e reconfigurado minhas percepções de mundo, foram descritas no pré-projeto como argumentos, descrevendo os cenários de precarizações, violações dos direitos humanos e carnificina contra o segmento infantojuvenil racializado, marginalizado, periferizado e empobrecido no GBJ e demais favelas da cidade.

Tal cenário enunciado havia sido registrado nos dados oficiais sobre homicídios ocorridos no ano anterior, demarcando que um período sombrio e gélido ocorria. Enquanto contávamos 5.433 corpos tombados e ensanguentados ao chão, estancávamos outras sangrias e chorávamos essas perdas, consideradas descartáveis e, portanto, não passíveis de lutos (Butler, 2019), ceifadas no Estado do Ceará (2.141 em Fortaleza) em 2017. Dessa carnificina, 80% do

¹⁰ A pesquisa versou sobre as concepções sócio-históricas, culturais e ocidentais do fenômeno da morte e de como os comportamentos humanos vêm se moldando diante desse fato, desde o período histórico da Grécia antiga à contemporaneidade, sob lentes teóricas da fenomenologia-existencial, e orientação do Laboratório de Estudos em Psicoterapia, Fenomenologia e Sociedade (LAPFES/UFC).

¹¹ A data da celebração coincidiu com os festejos de 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e dos 30 anos da Constituição Federal brasileira (1988). A programação contou com atividades, dentre elas, um vernissage sobre a trajetória política da Rede DLIS, na sede do CDVHS.

¹² A pesquisa, realizada de 2019 a 2021, buscou compreender, problematizar e denunciar os efeitos trágicos das políticas mortíferas agenciadas, sobretudo, contra as juventudes racializadas, empobrecidas e periferizadas do território do GBJ. Assim, cartografei práticas de resistências do Fórum de Juventudes da Rede DLIS, voltadas ao enfrentamento da letalidade contra esse segmento e em prol das políticas públicas para o seu bem viver.

sangue jorrava de corpos racializados e empobrecidos, sobretudo habitantes desses (não)lugares favelizados, impelindo-nos a investigar e denunciar essa ferida colonial em carne viva (Borges, 2021). Diante dessa missão, me inscrevi para o mestrado e, em 2018, viajei de Fortaleza (CE) a Natal (RN) para a primeira etapa do processo seletivo, a prova escrita.

Concluindo da pesquisa de mestrado em Psicologia pelo PPGPsi/UFRN em 2021, dirigi meus esforços na caminhada de retorno em direção ao que havia pactuado no ano de 2018, ou seja: “Precisamos deixar um legado”. Nessa missão foi necessário escutar narrativas históricas, registrar vivências, compreender os engajamentos sociopolíticos das militantes e lideranças da Rede DLIS, os impactos dessas ações nos empoderamentos comunitários e nas lutas por políticas públicas em prol do bem viver no chão do GBJ.

Essas militantes e lideranças se engajam sociopoliticamente nas lutas coletivas e sociocomunitárias, a partir de vinculações socioafetivas ao território do GBJ, nutrindo laços de familiaridade local, conclamando as demais pessoas nas comunidades a se articularem e mobilizarem coletivamente. Para a Psicóloga Juliana Caixeta (2006), tais agentes, comumente reconhecidas como “guardiãs da memória” social, acolhem tal nomeação, reconhecendo os seus lugares sociais de narradoras privilegiadas das suas histórias de vida e do seu chão, por isso, consideramos essa denominação ao nos referirmos às interlocutoras do presente estudo.

As vozes dessas guardiãs não são vazias, carregam ancestralidades e ecoam lembranças pessoais relevantes e trajetórias de engajamentos sociopolíticos nas comunidades, formando o amálgama de uma lembrança socioafetiva, nos remontando às conquistas, mas também às violências sofridas, denunciando, reivindicando por políticas públicas que não nos contemplam, tensionamento por outras tantas que mitiguem as desigualdades e corroborem para o desenvolvimento local, Integrado e sustentável (DLIS) do GBJ, ratificando esse chão como locus de luta política por dignidade, direitos humanos e localizando suas narrativas no centro dos debates políticos, nos libertando das amarras da história única sobre o GBJ (Adichie, 2019).

Nomear e respeitar essas militantes e lideranças como guardiãs do GBJ, elucida nossa intencionalidade, mas também demarca a relação identitária, afetiva, constitutiva e comunal delas. Nesse sentido, denominar constitui uma, das tantas estratégias discursivas de representatividade, nas articulações, mobilizações populares ou demais ações sociopolíticas nos confrontos nas trincheiras sociais em defesa do chão do GBJ. Tais ações partem das margens, considerados espaços geopolíticos em disputa, como sugerem Paula, Leite e Bezerra (2017) ou o lugar do “não lugar”, onde as pessoas e as comunidade são ordenadas e segregadas em fronteiras que demarcam as diferenças entre o legal e ilegal, entre as vidas que merecem viver ou morrer ou entre os investimentos e desinvestimentos em políticas sociais.

Desse (não)lugar que fomos permitidos nos avizinhar às guardiãs do território do GBJ, empenhando-nos em acolhermos respeitosamente e dialogarmos com questões históricas, culturais, sociopolíticas e conjunturais que atravessam suas vidas e , portanto, as constituem. Das nossas percepções, somada às valorosas contribuições dessas lideranças interlocutoras do estudo, preenchemos lacunas e propomos alternativas para as indagações enunciadas no nosso campo problemático objetal, ou seja, no contexto em que a problemática surgiu. Nessa proposta, caminhamos ombro a ombro com tais protagonistas, contribuindo na entoação dos ecos de suas narrativas históricas, cujas vozes racializadas são, segundo Grada Kilomba (2019), histórico, cultural, estrutural e politicamente amordaçadas, confinadas à marginalidade que a chaga aberta do colonialismo prescreve e perpetua.

Certa vez, assisti uma aula de Conceição Evaristo, e a autora disse que negar ao sujeito o seu poder de fala é deslegitimar a sua condição humana. Assim, assumimos uma postura ética e política decolonial de afirmação, sugerindo uma práxis que se curva respeitosamente diante das falas das guardiãs da memória e das suas histórias, como lideranças que dedicaram uma vida às lutas e na construção de movimentos coletivos contra-hegemônicos. Apontamos, com tal inclinação, um terreno fértil para a colheita de florescimentos de histórias de vidas e salvaguarda de memórias, cujos saberes ancestrais contemplam experiências populares locais relevantes, instrumentalizadas por tecnologias sociopolíticas inovadoras na medida em que a fluidez do campo exige força e criatividade na transformação do seu tecido sociopolítico. Esses momentos de trocas afetivas entre mim e as interlocutoras, ratificaram uma caminhada empírica sólida, gestando proposições e modos de fazer lutas políticas para o DLIS no GBJ.

Portanto, acreditamos que tais guardiãs ocupam lugares estratégicos centrais no debate hegemônico, em âmbito acadêmico ou na cena política institucional, compondo nosso viver comunal. Nessa produção de vida e processo de subjetivação, parte dessas atrizes sociais, ao se conscientizarem da cidadania, dos seus direitos e deveres, engajam-se sociopoliticamente, inclinando-se nos enfrentamentos das mazelas sociocomunitárias vivenciadas pela coletividade, impactando os processos de conscientização e empoderamento coletivo para essas lutas locais, visando a sua transformação. Mesmo que a tomada de consciência para as decisões comunais seja pessoal, há um impacto coletivo e, apesar da deliberação pela articulação de corpos em aliança (Butler, 2018) não ser unânime, é uma alternativa para se fortalecerem e não morrerem, inclusive de fome.

Dentre as formas associativas de lutas populares e de base sociocomunitária, cujos alicerces se sustentam na força, na ancestralidade e aliança feminina, destacamos a Rede DLIS como instância sociopolítica, sujeito articuladora e agregadora, gestada em dezembro de 2003

em Fortaleza, na primeira das quatro Conferências de Desenvolvimento Sustentável (CDS) do GBJ, resultante da produção anterior de um documento institucional intitulado Diagnóstico Socioparticipativo (DSP) desse chão, detalhado posteriormente.

Além das pistas sinalizadas, destacamos que tal instância que atua em Rede é, majoritariamente feminina, cujas participações dos sujeitos potencializam as articulações sociocomunitárias, corroborando na produção, potencialização de estratégias e de tecnologias sociais para fortalecimento dos laços afetivos, para os levantes e enfrentamentos das mazelas sociais, produzindo canais de visibilidade, diálogos com a mídia e com os poderes públicos, como tecnologias sociais de combate às políticas de morte no GBJ e demais periferias da cidade, estruturadas sob a lógica patriarcal, que relegam e apagam trajetórias de reexistências femininas. De encontro a essa perspectiva, fomos apoio militante e institucional contra-hegemônico junto às flores lindas nesse Grande (Bom) Jardim, como as próprias lideranças sociocomunitárias entrevistadas nesta pesquisa costumam se intitular.

Com o auxílio de Butler (2019), podemos pensar a Rede DLIS como mecanismo de aliançamento de corpos para ações sociopolíticas coletivizadas, que potencializam e ecoam vozes, bem como pautas comuns, sobretudo advindas das populações e segmentos minoritários subalternizados, representados pela sociedade civil organizada, atuando na pressão popular, controle social de políticas e exigindo responsabilidade e providências do poder público, por vezes, constrangendo-o quando este se omite dos cuidados em relação ao território do GBJ.

Essa articulação em rede e de incidência de base sociocomunitária, composta por movimentos, OSCs, associações, coletivos, instituições públicas, privadas e entidades sociais, consolidou-se no território do GBJ, ao longo de 22 anos, como uma das maiores e respeitadas alianças sociopolíticas periféricas de Fortaleza. Tal ente aglutinador assumiu o compromisso ético e a responsabilidade política na luta pela dignidade e garantia dos direitos humanos na região, cujas frentes de lutas, ações de planejamento, monitoramento e avaliação (PMA) de políticas sociais, sustentam-se financeiramente por colaborações externas, atualizando as suas ferramentas e tecnologias sociais criativas para tal fim, tendo o GBJ e as demais favelas da cidade, como campos de disputas e conflitos iminentes ao âmago das lutas (Araújo, 2019).

A afirmação do caráter eminentemente feminino da Rede DLIS, não é hipotético. Recentemente, em um levantamento histórico e documental cuidadoso, comprovamos que todas as entidades participantes da Rede, desde sua sociogênese, possuíam colaboradoras em seus quadros. Nesse sentido, esse lugar de pertencimento e representatividade política feminina, por vezes é desconhecido ou desvalorizado, por exemplo, na atribuição de funções internas da Rede DLIS, em outros espaços decisórios do poder local, e/ou na seara política parlamentar.

Ainda assim, o sociólogo Luiz Fábio Paiva (2014) enaltece que essas atrizes subalternizadas, têm lutado, resistido e colaborado com o estancamento da sangria resultante das insuficiências das políticas sociais que corroboram com a precarização das vidas humanas nas comunidades.

Percebemos nesta pesquisa que as militantes e lideranças da Rede DLIS não são os únicos sujeitos à condição de descrédito sobredita, seja no seio dos próprios movimentos sociais ou fora deles. Defronte a essa situação, a autora Ângela Davis (2016) relatou em uma das suas obras: “Mulheres, raça e classe”, que a militância feminina, sobretudo racializada, é histórica e precedem as lutas contra um sistema capitalista estrutural e opressor vigente, cujo *modus operandi* é demarcado por ações que negam, violam direitos humanos e políticos, produzindo desigualdades, injustiças sociais e violências de gênero. Na contramão desse sistema opressor, reivindicamos o reconhecimento dessas trajetórias como sujeitos sociopolíticos protagonistas de suas histórias e do seu lugar.

Portanto, defendemos que as vozes dessas lideranças guardiãs da memória ecoem, fortalecendo uma memória sociocomunitária e socioafetiva, repleta de sentidos construídos e compartilhados na coletividade, enquanto lembranças que remontam as glórias e conquistas, mas também as violências e violações de direitos, veiculando denúncias, produzindo campo para incidências no fomento às políticas públicas, que existem sem eficácia territorial do GBJ, propondo outras e reafirmando essa arena de luta por direitos no centro das narrativas.

Ante o exposto, na condução coletiva do presente estudo, consideramos aportes de natureza dialógica que articularam as vertentes teórica, empírica, científica e o saber popular, de modo participativo, democrático, criativo, inovador, político, visceral, condizente com as nossas vivências comunitárias e comprometida com a realidade. Portanto, confabulamos os conhecimentos adquiridos academicamente com a profundidade e potência das experiências encarnadas advindas dos saberes comunitários e ancestrais.

Tal dialogicidade se enunciou como divisor de águas na articulação e impulsão à produção e replicação de novos estudos temáticos nas áreas de gênero, feminismos, DLIS, movimentos sociais, memória, políticas públicas e demais produções de saberes considerados como ciências humanas, em diálogo com saberes populares junto à base, potencializando a pluri e interrelacionalidade existente. Nessa dialogicidade, entre as contradições do campo, as produções de saberes para o seu entendimento e a proposição de ferramentas para auxílio, somos suleados por uma práxis investigativa do cotidiano.

Em suma, o presente estudo é considerado um tesouro museal do território do GBJ, produzido com, e não sobre as lideranças femininas desse locus, por reconhecermos o perigo da história única (Adichie, 2019) monopolizada hegemonicamente, na produção de estigmas de

pessoas e lugares, dos quais somos reféns, a exemplo do que eu nutri por anos e descrevi neste texto como experiência dos primeiros passos imersivos no território. Portanto, convidamos cinco lideranças para serem entrevistadas e narrarem suas vivências, e, partindo de uma escuta atenta, transcrevi suas falas com respeito, dedicação e afeto, buscando captar o âmago dos sentidos, significados e intencionalidades nas memórias oceânicas sobre as suas histórias de vida, nas caminhadas, nos engajamentos sociopolíticos em prol das políticas públicas junto à Rede DLIS, pelo bem viver comunal do GBJ, enaltecendo desafios e reexistências expressas na alegria, na fé e no esperar das lutas cotidianas e vindouras por melhorias nas margens.

1.2 Delineando os caminhos investigativos e organizando a tese

Caminho se conhece caminhando. Segundo Cecília Minayo (1966, p. 98), há um “[...] caminho entre as ideias iniciais que conduziram à escolha bibliográfica, a leitura dos textos e as indagações referentes à realidade empírica”. Nesses passos, compilei as questões teóricas focando em elementos, etapas estruturais como balizadores e organizadores descritos a seguir. Exploratoriamente, delineamos as etapas investigativas, delimitando a problemática, definindo o objeto, os objetivos, a produção do “[...] marco teórico conceitual, dos instrumentos de coleta de dados e da exploração de campo” (Minayo, 1996, p. 89). Nessa tarefa, colhi indícios sob os múltiplos olhares das guardiãs, para além do que o meu conseguiu captar e a minha mão anotar nos diários em relação às atividades delas e da Rede DLIS.

O recorte histórico-temporal geral deste estudo se concentra, especificamente, entre os anos de 2000 e 2025 (com porvires em 2026) mas, de modo a contextualizar o nosso escopo, resgatamos pistas mnemônicas das décadas de 1960/70. Inicialmente, não pretendíamos nos debruçar profundamente aos fatos ou recuperar *pari passu* os acontecimentos desse período. Mas nos comprometemos em mergulhar e salvaguardar as narrativas oceânicas das militantes e lideranças femininas nas experiências de engajamentos sociopolíticos, anteriores à gênese do CDVHS, à construção documental do DSP, à sociogênese e transcurso na Rede DLIS, ao pacto territorial pelo DLIS em prol do bem viver comunal, com a operacionalização da PDS e os florescimentos advindos dela.

Nem todas as colheitas e florescimentos são capturados nos livros e nas anotações em diário, pois cada experiência é única e visceral, na singularidade própria dos sentidos, no qual os fenômenos se enunciam quando narrados, por quem de direito, os vivenciou. A junção das nossas percepções fenomênicas de mundo, nos auxiliaram, direcionaram na compreensão conjuntural e investigativa desta pesquisa de tese, apontando o nosso **objeto**, ou seja: os engajamentos sociopolíticos protagonizados por cinco militantes e lideranças femininas

componentes da Rede DLIS, sobretudo, do ano 2000 a 2025. Nesse período, ressaltamos as repercussões impulsionadoras dessas ações no empoderamento coletivo nas lutas sociocomunitárias por políticas públicas para um território-campo-vivência, como revelador de um tesouro à posteridade.

A apreensão desse objeto se guiou por uma práxis freiriana humanitária, de olhar acolhedor e afetoso, escuta compreensiva e respeitosa às narrativas históricas para além das aparências, refletindo sobre as relações e atravessamentos sociopolíticos que (re)produzem essas falas e as demais ações resultantes das forças geradoras de sociabilidade no campo-vivências local. Entendendo tal questão como lacuna e tentando preenchê-la, propomos um questionamento articulado ao tema: as ações de engajamentos sociopolíticos protagonizados, especialmente, por cinco militantes e lideranças femininas da Rede DLIS, repercutem no empoderamento coletivo, organização popular e sustentabilidade das lutas sociocomunitárias por políticas públicas para o bem viver no território do GBJ, ao longo de quase três décadas?

Com a propositura da pergunta acima, buscamos lançar luz à temática e responder ao problema de pesquisa. Nesse exercício investigativo elencamos postulados hipotéticos, não utilizados como sentenças afirmativas antecipadoras de respostas definitivas, receituários ou soluções prévias, mas possibilidades bussolares aos passos tencionados na caminhada, sempre atentos(as) às pistas produzidas pelo campo-vivência, como produto das nossas experiências empíricas e sociocomunitárias junto às interlocutoras.

No entendimento de Minayo (1996), em pesquisas de natureza qualitativas como esta, as hipóteses ou pressupostos não conjecturam um caráter de formalidade comprobatória ou estatístico, mas sinalizam pistas, fomentam caminhos no confronto com a realidade empírica e subsidiam a aproximação e compreensão do objeto de estudo. Assim, a hipótese cumpre importante papel na organização das pesquisas. Nesse bojo, a pesquisadora e docente Socorro Osterne (2001, p. 34) afirma que uma boa elaboração de hipótese “[...] permite ao pesquisador identificar as informações necessárias, evita a dispersão, focaliza os ângulos do campo da observação, seleciona dados, sugere o instrumental a ser utilizado, enfim, funciona como bússola da intenção investigativa”.

Nessa perspectiva, percebendo, analisando a conjuntura e, subsidiados(as) pelas escutas respeitosas das narrativas históricas das companheiras que habitam o território do GBJ, e lutam na Rede DLIS há décadas, compilamos três **hipóteses** suleadoras como ferramentas bussolares pessoais, organizadora das nossas ideias e pavimentadora dos caminhos possíveis e dos diálogos com as interlocutoras e com a realidade sociocomunitária que acessamos.

Essas atrizes sociopolíticas que, gentilmente colaboraram conosco neste estudo, são

militantes, lideranças, racializadas, subalternizadas e habitam o GBJ, lócus do qual, a maioria se subjetivou enquanto sujeitos sociopolíticos, nas próprias vivências das labutas e batalhas cotidianas em prol de um bem viver comunal. Em relação a elas, a primeira hipótese refere que os seus engajamentos sociopolíticos sob representação, especialmente, da Rede DLIS seguirão repercutindo positivamente no empoderamento coletivo, organização popular para as lutas sociocomunitárias por políticas públicas no GBJ, para além do delimitador histórico-temporal desta pesquisa, como potência motivadora para as transformações das suas realidades sociais, articulando e mobilizando a população em Rede sem perspectivas de fim.

A segunda pista orientadora diz respeito à sustentabilidade e ao fortalecimento das lutas sociopolíticas decorrentes, sobretudo de três dimensões: 1) estratégias produzidas nos engajamentos sociopolíticos femininos de base comunitária e a sua repercussão no GBJ; 2) assentos na gestão pública, nos conselhos de direitos e representações como sociedade civil nas lutas locais; e 3) manutenção da sustentabilidade financeira. Na primeira dimensão, o motor é o sentimento de pertença ao lugar, a irmandade que as unem nas lutas pelo bem comum, a fé ou utopia sociopolítica na mudança, atrelada à indignação coletiva que insufla os atos políticos transformadores de realidade social com a efetivação de políticas públicas no GBJ. A segunda, destaca a Rede DLIS, na reivindicação e controle social dessas políticas, fortalecida nos aliançamentos para operacionalização das respostas às demandas coletivas. A última dimensão aponta que não há sustentabilidade ou força sociopolítica mobilizadora sem aportes financeiros de apoiadores e editais de fomentos. Por fim, fatores como a estima de lugar, aprendizados e alegrias compartilhadas e a celebração das conquistas nutrem as lutas.

Subdividimos a **terceira** conjectura noutras três questões apontadoras de desafios e obstáculos encontrados pela militância do território do GBJ, nos enfrentamentos às mazelas sociocomunitárias locais: 1) morosidade de instâncias públicas, quanto a resolutividade das demandas ecoadas pelas comunidades e tensionadas pela sociedade civil nas reivindicações populares, gerando descrédito das pessoas nos poder público e o enfraquecimento das lutas políticas; 2) insuficiência de recursos e projetos de grandes financiamentos externos para a militância, como no intervalo entre as Conferências DLIS III e IV, entre 2006 e 2015, desmobilizando as pessoas das frentes sociocomunitárias, que passam a buscar alternativas de sobrevivência financeira; e 3) o cenário de violências armadas e territorialização, dificultando as ações de articulações e mobilizações sociocomunitárias, como as assembleias e ações de rua.

Por fim, muitas dessas lideranças e habitantes do GBJ – sob responsabilidade individual – conclamam pessoas a se empoderarem do contexto e se unirem às causas comuns, reivindicando por pautas, tais como: comida nos pratos; abrangência e equidade dos auxílios

emergenciais; denúncias dos sucateamentos e ineficiência dos escassos equipamentos públicos no atendimento à população local, seja na assistência social, saúde, educação, no clamor pela existência de centros culturais, espaços de esporte e lazer para população ou denunciando as violências institucionais (e policiais) e homicídios contra grupos minoritários, sobretudo o infantojuvenil periferizado, marginalizado, empobrecido e racializado. Essas e outras frentes de batalhas caracterizam o GBJ como chão sociopolítico de lutas coletivas, cuja Rede DLIS e demais instâncias são entes relevantes na exigibilidade de direitos e políticas públicas.

Parte considerável das hipóteses foram verbalizadas pelas próprias interlocutoras deste estudo nos últimos anos, em que pude tomar nota nas assembleias e demais ações da Rede DLIS em que estive presente, como se fossem pistas ou caminhos férteis. Vozes essas que frutificaram e foram salvaguardadas em nossos encontros de prosas informais e nas nossas entrevistas narrativas, (a)colhidas e analisadas com muito zelo, utilizando ferramentas de jardinagem coerentes com o campo florido do qual caminhamos de pés descalços.

Intentando preservar registros textuais mnemônicos como um legado e herança à posteridade, ouvi pessoas e acessei documentos institucionais históricos, tendo como **objetivo** geral: compreender, histórias e salvaguardar memórias de engajamentos sociopolíticos protagonizados, sobretudo, por cinco militantes e lideranças femininas da Rede DLIS, considerando os efeitos positivos e impulsores dessas ações no empoderamento coletivo para a sustentabilidade da organização popular e das lutas sociocomunitárias em prol das políticas públicas no território do Grande Bom Jardim (GBJ) ao longo de 25 anos.

Em nossos objetivos específicos sugerimos: a) escutar e registrar narrativas históricas, fatos mnemônicos e trajetórias de lutas vividas por lideranças femininas em Rede, em prol do bem viver comunal do GBJ; b) descrever ações estratégicas e tecnologias sociocomunitárias conduzidas por lideranças femininas da Rede DLIS, nas frentes de batalhas por políticas e no controle social dessas no território do GBJ; c) analisar fatores motivadores de engajamentos sociopolíticos na atuação das lideranças em Rede, bem como os impactos sociocomunitários positivos de tais ações na implementação de políticas no GBJ; e d) avaliar sob um recorte histórico-temporal, da pactuação territorial pelo desenvolvimento sustentável do GBJ até as entrevistas narrativas das nossas interlocutoras, se as lutas sociocomunitárias locais seguiram.

Diante desse escopo, consideramos prudente destacar que a colaboração desta tese se **justifica**, por pelo menos cinco pontos-chave, a saber: 1) a possibilidade do registro de um legado, tesouro patrimonial e acervo comunitário como pactuado na roda de memória em 2018, a partir da fala: “precisamos deixar um legado”; 2) resgate de uma herança ancestral da

transmissão oral de militantes e lideranças femininas, que são tesouros vivos museais do GBJ; 3) robusto veículo transmissor de relatos históricos e mnemônicos registrados pelas narrativas de cinco lideranças consideradas referências e guardiãs da memória do chão do GBJ e, cujos lugares sociopolíticos de representatividade exercem influência intergeracional e comunal, nutrindo a sustentabilidade das lutas vindouras; 4) instrumento sociopolítico acadêmico de imersão sociocomunitária e amplificação de vozes subalternizadas, rompedor de mitos, inverdades e das estereotípias das versões hegemônicas e coloniais da história única (Adichie, 2019), narradas sobre o território do GBJ, como não lugar e lócus periférico da morte, desumanização, naturalização dos extermínios e do não enlutamento, desprezando a maioria das histórias de reexistências, ancestralidade, cultura e arte como potências vívidas; e 5) potente instrumento promotor de dialogicidade Sul Global, confluindo conhecimentos acadêmicos e saberes populares ancestrais, revelando-se como divisor de águas na produção coletiva de novos estudos nas áreas de gênero, memória, políticas públicas, ciências humanas e políticas, e demais conhecimentos insurgentes da base.

Destarte, nossa pesquisa se constitui como inovadora, sobretudo por se tratar do primeiro trabalho acadêmico de imersão periférica e sociocomunitária realizado no GBJ, com o recorte histórico-temporal proposto, salientando engajamentos sociopolíticos e articulações sociocomunitárias travadas nessa arena sociopolítica, em prol do bem viver territorial e regional comum. Tal imersão, viabilizada pelo meu lugar social de liderança sociocomunitária e familiaridade junto às interlocutoras nos entrincheiramentos nas lutas locais, aproximou-nos das suas narrativas históricas, possibilitando diálogos, escutas e resgates mnemônicos de suas experiências à frente da Rede DLIS, autorizando-me a registrar esses momentos coletivos como proteção de uma herança comunal e ancestral à posteridade.

Desse modo, comprometemo-nos em tornar tal estudo um vetor amplificador das vozes femininas plurais e de (re)contagem de outras histórias, dessa vez pelas próprias guardiãs da memória, como bússola para compreensão de forças impulsionadoras das nossas narradoras nos engajamentos sociopolíticos em prol de políticas públicas para o território do GBJ, ao longo de quase três décadas. Aqui, Carla Akotirene (2019, p. 60) nos adverte sobre uma questão relevante: os desafios relacionados às intersecções dos marcadores de “raça, gênero, classe e território”, em qualquer perspectiva de estudos dos segmentos são subalternizados. Assim, dialogamos com autores(as) cujas ideias são consideradas subversivas, advindas dos pensamentos decoloniais, interseccionais e comunais, propondo interfaces contra-hegemônicas como forças intelectuais tensionadoras do *modus operandi* instituído, que possibilitaram uma releitura de cenário, democratização do conhecimento produzido de caráter histórico,

sociopolítico e cultural da realidade.

Portanto, dialogamos e pesquisamos com as militantes, lideranças e o território e, não sobre eles, subsidiando-nos em fontes teóricas cujas escolas, sugerem aportes condizentes com a nossa postura na pesquisa e com a conjuntura que acessamos, ou seja, a periferia do sistema-mundo, no processo de fundamentação do escopo deste estudo e na interlocução com as categorias e conceitos que compõem o pano de fundo para a compreensão do nosso objeto.

Isto posto, reputamos a nossa pesquisa como caminhada coletiva de experiências afetivas – de base sociocomunitária – em uma potente articulação horizontal dos conhecimentos produzidos na academia com os saberes populares semeados no chão das comunidades, suleando-nos por vias teórico-metodológicas e sociopolíticas dos pensamentos decoloniais, de caráter empírico, engajado e militante, como sugerida por Fals Borda (1968), mas também dialogando com a “pesquisa-ação”, apontada por Michel Thiollent (1986), como importante ferramenta política à serviço dos grupos marginalizados e subalternizados.

Assim, esta pesquisa se delineou em sete unidades textuais. Em seu introito, subdividimos em uma seção e outras duas subseções: em que discorro sobre as minhas imersões e contágios iniciais, entre percepções de cenário, denúncias às situações de precarização e morte, ressaltando as potências de vida, ao adentrar o chão sagrado e arena política do GBJ, ademais, delineamos os caminhos investigativos e a segmentação da pesquisa, tematizando e problematizando o objeto, delineamento as hipóteses suleadoras, os objetivos, as justificativas e detalhando a estrutura da tese em unidades textuais.

A segunda, denomina-se: “Método(logia)-militante para enunciação e salvaguarda das narrativas históricas”, em que disserto sobre o meu regresso ao GBJ, os avizinhamentos aos estudos teórico-empíricos às teorias de gênero, a temática do estudo, e os aliançamentos às lideranças, às OSCs e à Rede DLIS. Seguidamente, caracterizamos nosso campo, enunciamos os pensamentos decoloniais nossos suleadores teóricos, e, por fim, apresentamos as flores lindas do Grande (Bom) Jardim, as ferramentas metodológicas de jardinagem para o arado, as colheitas e a salvaguarda de suas narrativas-florescimentos, destacando conceitos como: Território-campo-vivência e Decolonialidade.

Na unidade textual seguinte, nomeada: “Guardiãs da memória, da história e das comunidades do GBJ”, debatemos sobre construções sócio-históricas, políticas e culturais dos femininos e feminismos, frisando a representatividade e relevância das nossas interlocutoras, como tesouros vivos museais, amálgama de uma memória comunal, força do sentimento de pertencimento local e motor da sustentabilidade das lutas comunais, sem desconsiderar as encruzilhadas que atravessam os fazeres. Nesse escopo, algumas categorias e campos de

estudos serão percorridos como subsidiárias na compreensão desses processos, dentre elas: Guardiãs da memória; Gênero; Interseccionalidade e Feminismos.

A quarta, intitula-se: “Pacto territorial pelo desenvolvimento sustentável do GBJ”. Nesta, elencamos vários ciclos e/ou frentes de lutas pactuadas em prol do bem viver comunal no chão do GBJ, entre 1960-70 e 2025, resgatando histórica, cultural e sociopoliticamente a sua constituição territorial, a insurgência do CDVHS (1994-2026); a formulação do DSP (2002-2003); a sociogênese da Rede DLIS (2003) e a proposição da PDS (2005-2025), como iniciativas protagonizadas por militantes e lideranças femininas, nas reivindicações e controle social das políticas públicas para o território, borrando a lógica piramidal da injustiça social, discorrendo sobre conceitos, como: Movimentos Sociais e Desenvolvimento Sustentável.

A unidade seguinte, designa-se: “Engajamento sociopolítico e empoderamento coletivo nas lutas sociocomunitárias por políticas no chão do GBJ”. Discursamos acerca das articulações, mobilizações, movimentos e levantes populares femininos nas batalhas em prol das políticas públicas para essa arena, ilustrando empiricamente ações coletivas mediadas por tecnologias sociopolíticas de incidência local e de base sociocomunitária, como as Caravanas Populares de Monitoramento e controle social das políticas, ressaltando desafios às lutas sociocomunitárias vindouras. Tais elementos foram analisados com o auxílio de categorias e conceitos, como: Engajamento Sociopolítico, Empoderamento coletivo e Políticas públicas.

Na sexta, de título: “(Re)construindo caminhos a partir das narrativas históricas das flores do Grande (Bom) Jardim: os achados das colheitas”, os resultados das entrevistas, advindos das narrativas históricas encarnadas e memórias das lideranças narradoras desta pesquisa, subsidiaram nossas análises e discussões de cenário, reiterando que enquanto as políticas de morte forem insistentes, as reexistências serão insurgentes e devires.

Na última unidade textual, denominada: “Considerações derradeiras”, resgatamos as considerações, os resultados obtidos e descritos anteriormente, as hipóteses suleadoras e as agendas de ações sociopolíticas da Rede DLIS, que serão realizadas em 2024, bem como a avaliação da PDS em 2025 e ações previstas em projetos do CDVHS para 2026. Frente aos desafios localizados e enunciados contemporaneamente ao território do GBJ, evidenciamos que as lutas sociocomunitárias seguirão.

Na caminhada afetiva e imersiva nesta pesquisa teórico-empírica e militante, entre imersões, afetações e contágios, escutamos e salvaguardamos histórias e memórias de flores contadas em um Grande (Bom) Jardim. Essa caminhada foi permitida de pés descalçados, em contato com o chão do território e mediada por escutas atentas e acolhedoras, registros zelosos de fragmentos e pistas documentais institucionais, capturas de imagens e vídeos de acervos da

Rede, do CDVHS e do meu celular, cujas cores narram episódios relevantes que impactaram positivamente nos empoderamentos coletivos para as lutas sociocomunitárias, em prol de políticas públicas, pelo bem viver no território do GBJ, há algumas décadas. Essa salvaguarda mnemônica é um *ethos* do não esquecimento, afável às ancestralidades, fluindo do silêncio à desobediência, no qual os registros são tesouros museais locais e legado à posteridade.

2 MÉTODO(LOGIA)-MILITANTE PARA ENUNCIÇÃO E SALVAGUARDA DAS NARRATIVAS HISTÓRICAS

A escuta de narrativas de lideranças femininas faveladas e a salvaguarda de suas memórias, urge como questão vital e reparação histórica, de impacto nas intersubjetivações, na transmissão de saberes ancestrais para a compreensão de mundo, mas também como motores impulsionadores às lutas sociopolíticas, sobretudo em parte de nossa cultura ocidental patriarcal e anti-mulheres.

Dito isso, Elisabeth Lobo (2012) apontou que tais ações – cujos protagonismos são femininos – seguem o curso histórico da humanidade, no entanto, são desconsideradas ou ocultadas nas fontes historiográficas oficiais, sobretudo em culturas colonizadas e patriarcais do ocidente. Diante desse quadro, assumimos a honrada missão de aproximação, compreensão, escutas e registros das potentes narrativas históricas e memórias das militantes e lideranças femininas da Rede DLIS, no intuito de salvaguardá-las e ecoá-las.

Desse modo, o interesse pela temática desta pesquisa se conduziu transpondo a obstinação curiosa e investigativa de identificar entrincheiramentos locais, mas motivada pelo desvelamento de corpos-memórias e vozes femininas, impulsionando-se, desde a atividade de roda de memória e afetos que experienciei junto às lideranças do território do GBJ, quando percebi nas suas falas, o quão eram relegadas ao lugar de invisibilidade. Ademais, houve um desejo pessoal de escutar narrativas históricas para compreensão de trajetórias desses sujeitos políticos em seus engajamentos sociopolíticos e nas articulações de base sociocomunitária, em prol de políticas públicas pelo bem viver desse território-campo-vivência ao longo dos anos (desde 1960-70), sobretudo nos últimos 25 anos, intentando salvaguardar um legado.

Adotamos, com isso, o que apontou a historiadora feminista Joana Pedro (2005), como a tomada de nota de uma história feminina contada pelas próprias narradoras da pesquisa, sobre os seus engajamentos sociopolíticos e, não de homens que apagam ou impõem as suas versões numa história única sobre elas (Adichie, 2019). Assim, a compreensão dessas vivências e experiências históricas viscerais que são profundezas mnemônicas oceânicas, subsidiada-se por conceitos e categorias analíticas, confrontadoras de narrativas dominantes, estruturam-se numa genealogia social, histórica, cultural e política, cujas produções permanecem veladas noutros textos.

Por isso, nesta escrita acadêmico-política sugeri, inicialmente, que as narradoras se nomeassem ficticiamente, atribuindo (questão ética) pseudônimos femininos de pessoas que estimassem. No decorrer desta produção textual, enunciaram-se outras nomeações, sendo:

guardiãs da memória, interlocutoras, protagonistas, militantes e lideranças femininas, atrizes sociopolíticas, mulheres “e” travestis, dentre outras, considerando as suas particularidades, mulheridades, representatividades, nas múltiplas facetas intersubjetivas do existir humano.

Com tal proposição, buscamos tencionar a inversão da base piramidal social e de privilégios masculinos, em que definem se/como nomeá-las, ecoando as vozes e os registros de ações das militantes “e” lideranças femininas nas trincheiras do chão político periferizado do GBJ. Os dois últimos usos das aspas (“e”) têm intencionalidade sociopolítica e delimitam especificidades nos modos como elas se identificaram. Por exemplo, uma das entrevistadas desta pesquisa não se identifica como mulher e nem todas no lugar sociopolítico de liderança. Assim, acessamos as protagonistas com um olhar atento e respeitoso para que a nossa escuta perante as colheitas das narrativas históricas considerasse os seus relatos encarnados como fruto de uma construção social, permanente e fluida, que é também histórica e sociopolítica.

Logo, caminhamos lado a lado com essas agentes, de modo criativo, receptivo e respeitoso, ao nos referirmos a elas, conduzidos numa atitude inclinada, ética e politicamente, aos pensamentos feministas decoloniais e comunais, nos embates ao universalismo normativo, aos binarismos, sexismos e patriarcalismos, que oprimem e encaixotam as intersubjetividades femininas a uma única história (Adichie, 2019), delimitando lugares específicos ocupados no âmago das realidades socioculturais hegemônicas.

A escolha por trilharmos neste território-campo-vivência do GBJ, germinou-se em meu regresso ao lócus do GBJ, em meados de 2017, após as primeiras imersões e contágios no início deste ano, período que identifiquei pistas suleadoras às ações, pactuei compromissos pessoais com as comunidades que hoje resido e me somo às lutas. Na medida em que eu caminhava, os pés se (a)firmavam nesta terra, e as mãos eram atreladas às das ancestrais que me conduziam nos seus rastros anteriores que pavimentaram os caminhos que sigo descalço (Krenak, 2020) no campo do Grande (Bom) Jardim. A cada passo junto a essas flores, minhas percepções de cenário sinalizaram as ferramentas de jardinagem que instrumentalizaram os processos de aragem e das colheitas. Portanto, a nossa pesquisa foi arada e semeada em 2018, brotando no pré-projeto em 2021 e florescendo com a conclusão da tese, em 2025.

2.1 Do regresso ao pacto pela salvaguarda do legado: aproximações e aliançamentos

Na minha caminhada imersiva no território do GBJ, pactuei o compromisso de soma na missão da salvaguarda de um legado desde 2018, mas como já foi dito de início, precisei regressar antes do mergulho mnemônico, pois àquela época e conjuntura exigiam

outras forças humanitárias e acadêmico-intelectuais. Antes desse fato, descrevo como ocorreu o meu regresso numa segunda experiência pessoal de imersão e familiaridade, dessa vez mais visceral nesse chão, quando, ainda no ano anterior, decidi mudar de residência e retornar ao GBJ para a habitá-lo, cumprindo a autopromessa.

Neste segundo regresso eu não era mais o estagiário de Psicologia que atravessava a Cidade em direção ao campo de estágio. O território passava a ser “[...] concretude, vivência encarnada, minha morada, tornava-me eu-(além)mar-vivências-periféricas no GBJ” (Borges, 2021, p. 22). O termo, além-mar, advém da localização territorial e geopolítica a sudoeste da cidade, portanto, oposta à área litorânea, sendo tal privilégio restrito às territorialidades do norte. Habitando o GBJ e desejoso por militar em prol dele, assumi o compromisso, “[...] nesse lócus político na condição de voluntário em uma das maiores articulações sociopolíticas e de controle social da sociedade civil organizada do Estado do Ceará, a Rede DLIS, vinculada e animada pelo CDVHS e demais agentes políticos” (Borges, 2021, p. 22).

Enquanto me achegava às lideranças sociocomunitárias do GBJ, incluindo dona Raimunda, a primeira que conheci e que me iniciou na militância nesse chão -, conheci, ainda, as OSCs, as associações comunitárias, movimentos sociais e articulações políticas locais, dessa forma ampliava meu campo analítico, crítico e diagnóstico, em relação ao cenário, para além de uma visão de sobrevoos que possuía do interior dos ônibus, nas primeiras imersões no lócus. Minha atuação nessas frentes resultou em um convite para compor a comissão de articulação da Rede DLIS, e realizar trabalhos voluntários no CDVHS¹³, da qual me associaria em 2023.

Nessa fase imersiva, novas questões se revelaram mais visceralmente, desvelando mazelas e desafios enfrentados pela militância local no seio comunal, frente às indiferenças e indefinições do poder público municipal ou estadual, representando formas de matar ou deixar morrer, como na máxima foucaultiana (Foucault, 2014), refletidas nos desinvestimentos em políticas públicas garantidoras do DLIS, da dignidade e mitigando as precariedades humanas. Tal quadro sinalizou pistas relevantes para problematizar alternativas de incidência nessa conjuntura, (re)afirmando meu compromisso ético-político diante dessas situações promotoras de sofrimentos e impactos negativos nos processos de intersubjetivação daquela população.

Não assumi esse compromisso ou enfrentei tal desafio sobredito sozinho. Desde 2017 percebia a presença de moradoras(es) – sobretudo militantes e lideranças femininas – nas assembleias e ações de rua da Rede DLIS no chão do GBJ, em um potente aquilombamento

¹³ Organização sem fins lucrativos, que atua no território do GBJ desde 1994, tendo como elemento suleador a luta em defesa e garantia dos direitos humanos, fortalecendo as ações comunitárias e apostando no protagonismo das pessoas subalternizadas e empobrecidas do GBJ.

urbano, fortalecendo-se e atuando no “[...] campo da política, da arte e da cultura, comprometidos com o enfrentamento das violações de direitos da região, alavancados pelo sentimento de pertença e pelas lutas populares como resistências dos movimentos” (Borges, 2021, p. 22).

Portanto, os processos de delineamento desta pesquisa se encontravam em curso, antes mesmo do meu ingresso no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da UECE em 2021, pois a Rede DLIS e o CDVHS são parte viva da minha existência no GBJ, desde o início de 2017, ano seguinte à minha chegada neste chão, saída e regresso, a convite do Centro para compor a equipe de produção e organização da celebração dos 15 anos da sociogênese da Rede, evento ocorrido na segunda metade de 2018, cujo título da exposição foi: “Rede DLIS 15 anos: lutas e conquistas populares”.

A celebração ocorreu na sede do CDVHS, localizada no bairro Canindezinho, território do GBJ. Em uma das atividades que realizamos nesse evento celebrativo, produzimos um *vernissage* expositivo retratando a trajetória histórica da Rede DLIS. Noutra ação, fomos até as residências de militantes e lideranças sociocomunitárias para tomar café com pão, assuntar e as convidá-las para compor uma potente tecnologia sociopolítica, chamada roda de memória e afetos, principal semente motivadora desta pesquisa. O critério para convite foi a representatividade sócio-histórica e política da liderança para o GBJ. A ideia metodológica central da roda foi que levassem um objeto pessoal significativo, partilhassem conosco o motivo da escolha, narrassem histórias, memórias das suas trajetórias nos engajamentos sociopolíticos e controle social de políticas públicas, desde a sociogênese da Rede DLIS. O título da roda de memórias e afetos foi: “Pensando meu lugar: 15 anos de lutas e conquistas da Rede DLIS”, mediada e conduzida por Adriano Almeida, membro da Rede DLIS, do CDVHS, do Ponto de Memória e das Cozinhas Comunitárias do GBJ.

Na roda fui apresentado a uma das relevantes tecnologias sociopolíticas utilizadas no resgate e rememoração de tesouros mnemônicos advindos de experiências de engajamentos sociopolíticos das guardiãs da memória construídas junto a Rede DLIS, nos enfrentamentos para desarticulação das estruturas mortíferas e reafirmação do GBJ como um chão vívido em direitos. Os registros em vídeos, diários e nestas páginas constituíram uma salvaguarda.

Ouvir daquelas guardiãs as narrativas sobre suas próprias vivências e experiências encarnadas, em décadas de engajamentos sociopolíticos junto a Rede DLIS ou noutras frentes, na condução das lutas em favor de políticas públicas e outros serviços essenciais em prol do bem viver comunal do GBJ, tocaram-me de modo ímpar, inquietando o meu ser, aguçando curiosidades, desejos e planos. Neste dia realizei muitos registros no meu diário, ampliando o

acervo pessoal, escrito desde os primeiros passos no território do GBJ. Naquele momento estávamos salvaguardando um legado, mesmo sem ter consciência disso.

Nessa experiência de escuta grupal, atentei-me devotamente a cada expressão daquelas lideranças, buscando aprender e compreender os sentidos e significados, sentindo a profundidade mnemônica oceânica que aquelas vozes viscerais arrastavam, impactando-me, inundando meu ser como mar de ondas revoltas. Ouvi-las foi inspirador e impulsionador da escrita destas linhas. Acolhi tais relatos engajados como dádivas, privilégios e fortalecimento pessoal do compromisso ético e político, pelo reconhecimento dessas trajetórias e salvaguarda dessas memórias. Mas a fala de uma das lideranças participantes me chamou mais atenção.

Na roda conheci outras histórias, opondo-se àquela história única (Adichie, 2019), que me fizeram acreditar sobre o chão do GBJ e o seu povo. As lideranças sociocomunitárias me apresentaram possíveis ao narrarem outras histórias, ou seja, que o território poderia ser precarizado e violento, mas pulsava vida, cultura e arte. Que a polícia agia com truculência e ostensividade, mas os(as) moradores(as) eram acolhedores(as).

As narrativas da roda ainda apontaram fatores condicionantes às desvinculações totais ou parciais da Rede DLIS e de outras representações locais, como a saúde física e/ou socioemocional, por óbito ou pela necessidade de busca por ocupações remuneradas para a sobrevivência digna e a estabilidade financeira, por vezes, não garantida nos movimentos. Entre tantos relatos e desabafos, havia algo em comum, as narrativas recusaram acatar uma história única contada sobre elas, em relação às suas comunidades e o seu chão sociopolítico. Mas, naquele dia, uma das falas me chamou mais atenção.

Nos instantes finais da roda, dentre todos os sentimentos e catarses experienciadas diante daquelas narrativas mnemônicas, um apelo proferido por dona Fátima Carloto, liderança representante do CDVHS e da Rede DLIS, tocou minha alma e coração, ao proferir: “Precisamos deixar um legado!”. Nessa ocasião, a **tese nascia**, mesmo que eu ainda não tivesse consciência disso. No impacto dessa fala, um pacto pela salvaguarda se encarnava. Essa frase foi semeada e germinada no chão fértil das minhas reflexões, florescendo nos estudos desta pesquisa em fragmentos-vestígios de histórias e memórias femininas, para eternizá-las.

A salvaguarda passou a ser meu compromisso e uma autopromessa, mesmo que eu não tivesse um planejamento para tal objetivo. Mas, precisei aguardar, como ressaltado anteriormente, os tempos sombrios e rastro de morte assolavam as nossas periferias locais, exigindo outras forças e dedicação intelectuais. Decidi então que, noutra ocasião, reuniria esforços na missão de realizar o pedido da dona Fátima Carloto, ou seja, aliançarmo-nos não apenas em busca de deixarmos um legado, mas por reparação histórica.

Mesmo assim, mantive-me junto a elas no combate à histórica carnificina contra as juventudes racializadas que se avultava em todo o Estado, especialmente no GBJ e demais periferias. Em breve, as convidaria para narrarem seus legados e eu pudesse redigir as suas várias histórias, rompendo com o mito da história única (Adichie, 2019). Desse fato, não previ, mas três anos depois esta tese estaria no papel, como resultado da potente tecnologia sociocomunitária da roda de memória sobredita e das experiências narradas nela.

Nessa roda, além da minha participação operacional na equipe organizadora, estiveram conosco vinte pessoas, sendo dezessete mulheres (duas adolescentes) e três homens, todos(as) membros(as) da Rede DLIS e demais instâncias sociocomunitários locais, narrando suas histórias mnemônicas e vívidas nos engajamentos sociopolíticos no GBJ, ilustrados abaixo.

Imagem 1 - Roda de memória e afetos com militantes e lideranças femininas do GBJ



Fonte: Acervo do pesquisador (2018).

Além dos momentos catárticos e amorosos experienciados na roda de memória e afetos, outros eventos significativos ocorridos nos três anos seguintes impulsionaram o meu interesse pelos estudos de gênero, reafirmaram a minha repactuação, o compromisso ético e político pessoal junto à temática, com as lideranças e com o nosso lugar. O primeiro se deu em 2018, quando recebi a notícia da aprovação na seleção de mestrado da em Psicologia da UFRN, iniciada em 2019. Em seguida, o período pandêmico e, como terceiro ponto, o primeiro emprego como Psicólogo Social em uma OSC. Enquanto transcorriam esses eventos eu me aproximava e atuava junto ao segmento mais atingido, ou seja, o feminino racializado, estudava sobre a temática e as ações teórico-empíricas que se (re)configuram como horizontes.

Na primeira reunião acadêmica e presencial na UFRN, apresentei o meu projeto à

orientadora (conhecedora da força das lideranças desse chão), que ressaltou a relevância, mas sugeriu que pesquisássemos temas como gênero, política e movimentos sociais do território do GBJ. De pronto, recordei da roda de memória e afetos que realizamos e, do quão a fala da dona Carloto pulsava. Contudo, pedi escusas e ressaltei a importância da sua proposta, no entanto, da minha ignorância sobre a temática sugerida, pedi que postergássemos a ideia, permanecendo com o tema de pré-projeto, e justificando a relevância de nos debruçarmos nos estudos sobre o fenômeno da violência urbana no GBJ e demais periferias da cidade, intentando compreender, denunciar e combater o genocídio nesse chão, reivindicando por justiça, memória e reparação dessas vidas ceifadas consideradas descartáveis e não passíveis de luto (Butler, 2019).

O segundo impulsionador aos estudos e ações teórico-empíricas dirigidas ao segmento feminino foi um fenômeno de impacto nacional. No mês de fevereiro de 2020, foi notificado na cidade de São Paulo o primeiro dos mais de 39 milhões de casos de Covid-19 (e acima de 711 mil mortes até 2024) pelo Ministério da Saúde (MS) em todo o país. Um mês depois, o Ministério declarou estado de transmissão comunitária do vírus, orientando o distanciamento social para evitar muitas infecções, mortes e o colapso no sistema de saúde. Em abril articulamos junto a outras lideranças locais, majoritariamente femininas, a criação do Comitê Popular de Enfrentamento à Covid-19 do GBJ.

O Comitê não é objeto do nosso estudo, mas nessa linha reconstitutiva de fatos e acontecimentos históricos, não podemos ignorá-lo, especialmente porque estivemos na linha de frente dessas ações sociocomunitárias do GBJ, nesse período de calamidade pública. Tal articulação, que atingiu repercussão nacional (por vezes, 200 participantes de todo o país) e impulsionou a criação do Comitê Estadual, após a participação de agentes estatais nas reuniões remotas do Comitê do GBJ. Nessa complexa conjuntura de isolamento, o segmento feminino racializado e empobrecido foi o alvo da exacerbação das violências domésticas ou acometimento das infecções pelo vírus, em decorrência da submissão feminina aos trabalhos precarizados ou a insalubridade dos subempregos pela sobrevivência, sobretudo nos serviços essenciais, como: saúde, assistência, trabalhos domésticos ou reciclagem.

Ao final do ano de 2020 ocorreu o terceiro fato relevante que corroborou com a minha aproximação teórico-empírica às temáticas de gênero etc., atuais. Minha primeira experiência como Psicólogo Social ocorreu em um projeto intitulado ABRACE, realizado pela OSC Associação Beneficente O Pequeno Nazareno (OPN).¹⁴ Na equipe realizávamos busca ativa a pessoas nas comunidades, favelas e ocupações e na sede do projeto, localizado numa

¹⁴ Fundada em 1997, situa-se em três cidades pindorâmicas (Fortaleza, Recife e Manaus), com públicos prioritários são: crianças, adolescentes e seus familiares em situação de rua, ou seja, em extrema vulnerabilidade.

periferia urbana litorânea na região nordeste da Cidade, cujo público abraçado foi o mesmo prioritário da OPN, ou seja, o feminino, sendo mulheres e travestis em vulnerabilidade socioeconômica. Nessa experiência pude, ainda, com o apoio de demais profissionais, idealizar, implementar e coordenar o primeiro Plantão Psicológico em contexto periferizado de Fortaleza, gratuito, de atendimento semanal, especializado e comprometido com os sofrimentos ético-políticos, como disse a Psicóloga Bader Sawaia (2021), sobretudo o segmento feminino local.

Diante das experiências pessoais narradas sobre a aproximação com as temáticas que estudamos nesta pesquisa, a nossa missão foi contribuir com a amplificação das vozes femininas, registrando e salvaguardando suas histórias e memórias nas ações de engajamentos sociopolíticos, contrapondo apagamentos e buscando responder a lacuna constatada outrora por Lobo (2012), sobre as mulheres na história, sobretudo nas culturas patriarcais ocidentais.

Nesse esforço para a construção das políticas de aparecimento ou na revelação de outras narrativas históricas (Adichie, 2019), somamo-nos às trincheiras e reassumimos o compromisso ético-político em aliança às lideranças da Rede DLIS, na produção de giros nas estruturas coloniais patriarcais, com reflexões insurgentes e inclinações contra-hegemônicas, produzidas pelo Sul Global num estudo com perspectiva sociopolítica decolonial, feminista, interseccional, inclusiva, subversiva e geopoliticamente situadas nas camadas periféricas do sistema-mundo da qual pesquiso, me situo e (en)luto.

Dias e Camargo (2020, p. 8) referem que tais vertentes de pensamentos decoloniais ou decorrentes de teóricos(as) engajados(as) e estudos advindos do Sul Global, pautam-se pelos enfrentamentos políticos à “[...] colonialidade do poder que, mesmo após a formalização da independência de territórios colonizados, persiste como legado da modernidade, do racismo e do capitalismo”.

Nesse intento, Thiollent (1986) e Fals Borda (1968) nos sugerem a ferramenta política e engajada da pesquisa-ação, produzida a partir dos(as) próprios(as) ativistas, como auxílio à pesquisa social crítica, militante e alternativa para desvelamento das atuações dos grupos subalternizados e localizados nas periferias urbanas do capital econômico. Dialogando com esses autores e demais teóricos(as), confabulamos e integramos a “interseccionalidade como método-práxis” (Bomfim; Rocha; Bahia, 2019), ferramenta analítica aperfeiçoada e descrita pela autora negra Kimberlé Crenshaw (2002) e demais estudiosas.

Diante disso, a seguinte indagação se coloca: como podemos nos somarmos nas trincheiras epistemológicas a partir da periferia do sistema-mundo, contribuindo para ecoar as vozes e salvaguardar as memórias das lideranças femininas como agentes subalternizadas do Sul Global para o centro dos debates políticos?

Sem essa resposta pronta, buscamos nos pensamentos de Michael Pollak (1992), demais autores e ferramentas de jardinagem ilustradas a seguir, os mecanismos de confrontação ao “positivismo ingênuo”, da história única e hegemônica, revelada apenas na “reconstrução cronológica”. Em oposição a isso, as nossas colheitas valoram as múltiplas histórias (Adichie, 2019) advindas “[...] da cultura popular, como perfeitamente legítima” (Pollak, 1992, p. 207), sendo representações encarnadas “[...] da história oral, que é também história de vida, tornou-se claramente um instrumento privilegiado para abrir novos campos de pesquisa” (Pollak, 1992, p. 207).

2.2 Referencial teórico-metodológico advindo da periferia do sistema-mundo

Segundo Minayo (1996), os referenciais teóricos e metodológicos propostos nos estudos constituem caminhos de aproximação com a realidade social e empírica. No nosso, do choque ou “[...] horror frente à morte colonizadora, inauguramos uma atitude decolonial” (Clini, 2024, p. 124), buscando decolonizar saberes e práticas, confluindo (Bispo, 2023) experiências populares, pensamentos feministas decoloniais, aportados em metodologias engajadas, na mediação com o campo e na artesanaria deste texto, como arsenal periférico do sistema-mundo, enfrentamento à modernidade-colonialidade e descolonização do nosso pensar/agir cotidianos abrindo “[...] espaço para uma postura decolonial” (Clini, 2024, p. 125).

Historicamente, fomos impelidos(as) a considerar a Modernidade como progresso e civilização, sem apontarmos as suas faces obscuras e perversas da colonização, espoliação e violências transpostas para além das relações entre populações e territorialidades. Nesse entendimento, o docente Uribam Xavier nos traz duas pistas: “[...] a Modernidade se encontra indissolúvelmente associada à história do colonialismo e [...] que o colonialismo não equivale à colonialidade” (Holanda, 2024, p. 27-28).

O colonialismo foi, portanto, um sistema violento de dominação “[...] territorial, político, administrativo e militar direto de um povo ou nação [...] de um estrangeiro (colonizador) com o objetivo de obter vantagens econômicas e rivalizar com a cultura local, tornando-se subalterna na relação metrópole/colônia” (Holanda, 2024, p. 28). Já a colonialidade representa um domínio “[...] imaterial que consiste na colonização do imaginário dos colonizados por valores e pela visão de mundo dos colonizadores e se materializa numa ação intensa e violenta de desvalorização do modo de saber, de ser e de se relacionar com o mundo dos colonizados” (Holanda, 2024, p. 28-29).

Holanda (2024, p. 10) considera essa vertente como pensamento outro e alternativa

de rompimento com o “[...] privilégio epistêmico eurocêntrico e reivindica o lugar de fala daqueles que foram historicamente silenciados”, produzindo des-silenciamentos. Demarcamos aqui tal postura, enquanto inclinação ético-política localizada, no desvelamento e ressaltos de saberes populares produzidos às margens, na composição das lutas contra-hegemônicas e articuladas a esses lugares, como quilombos e aldeias urbanas periferizadas, ou o lócus do GBJ, de onde nos intersubjetivamos, habitamos, trabalhamos, pesquisamos e nos (en)lutamos. Portanto, adotamos as ferramentas interventivas subversivas nesse território-campo-vivência, assumindo a não-neutralidade pelo que acreditamos e em respeito a quem caminha junto.

Desse modo, o pensamento ou paradigma outro proposto, considera a “[...] geopolítica e o corpo-político do conhecimento, isto é, a situacionalidade, a geoistória e a corporalização que articula a produção do conhecimento [...] a partir da diferença colonial é o que constitui o pensamento decolonial como paradigma outro e não um novo paradigma” (Holanda, 2024, p. 45). Nessa propositura, o pensamento decolonial segue “[...] como orientação epistemológica o pressuposto de que todo conhecimento é historicamente localizado, corporal e geopolítico [...] pensado pelos indígenas, feministas negras, negros, povos de terreiro e com muita gente” (Holanda, 2024, p. 14). Logo, o autor, partindo do pensamento Mignoliano, propõe que pensemos a “[...] realidade social presente tendo como referências as condições de existência humana a partir de um horizonte pluriversal [...] numa dinâmica que não separa a luta” (Holanda, 2024, p. 13).

Os termos decolonial, decolonialidade ou uma inclinação nesta proposta, se farão morada neste texto, me intersubjetivam e compõem como homem-cis-heterossexual, indígena, acadêmico, liderança periférica, que pesquisa e luta junto a lideranças femininas, assim, consideramos a proposta de um giro aos nossos pressupostos, saberes e práticas enquanto caminhamos, partindo desse princípio e, influenciados por ideias decoloniais de autoras como Luciana Ballestrin (2013), Vergès (2020), grupo Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade (M/C/D), de Holanda (2024) etc.

Em um breve caminho de retorno histórico, Ballestrin (2013) relatou o surgimento de um grupo asiático muito importante na disseminação do pós-colonialismo e outras ideias, o Grupo de Estudos Subalternos, criado na década de 1970 por Ranajit Guha, cujo objetivo foi analisar criticamente a historiografia colonial de nações como a Índia feita por europeus e a própria história desse país sob uma perspectiva eurocêntrica nacionalista. Os profissionais que mais se destacaram no grupo foram: Partha Chatterjee, Dipesh Chakrabarty e Gayatri Spivak.

Essa última influenciou a vertente pós-estruturalista, pós-colonialista e ocidental, sobretudo a partir do livro escrito em 1985, intitulado: “Pode o subalterno falar?”, ressaltando

o problema da representação do sujeito colonizado, compreendido como subalterno e, assim, amordaçado pela mão do discurso hegemônico ocidental. Além disso, questiona criticamente esse lugar da intelectualidade dominante do Norte Global, que fala em nome dos subalternos, mesmo pretendendo “dar voz” a eles, acorrentando-os nos próprios discursos predominantes, dessa forma, a fala subalterna permaneceria silenciada (Spivak, 2010).

Nessa linha, o grupo de pesquisadores(as) pós-colonialistas merecem destaque, cujos estudos se balizam por teorias, estudos literários e culturais, difundidos nos Estados Unidos e na Inglaterra desde os anos de 1980, evidenciando relações coloniais do encontro entre colonizador e colonizado(a), assumindo uma postura comprometida ao lado dos últimos, no embate com as relações coloniais. Alguns dos nomes que fortaleceram as bases epistemológicas desses estudos, foram: Aimé Césaire, Albert Memmi e Franz Fanon (Ballestrin, 2013).

Para Holanda (2024), as vertentes acima se diferem em, pelo menos, três aspectos fundamentais: “a distinção entre colonialismo e colonialidade [...], experiências históricas e os focos de enunciação diferentes [...] teoria pós-colonial [...] se localiza no pós-estruturalismo francês, e não na densa história do pensamento planetário decolonial” (Holanda, 2024, p. 54-55). Apesar dessas distinções, “[...] não significam que não se pode traçar certas confluências entre os dois pensamentos” (Holanda, 2024, p. 55).

Segundo Ballestrin (2013), a alternativa às vias sobreditas advém do conceito de “Colonialidade do Poder”, gestado por Quijano em 1989, e definido como força, estrutura de jugo e regulação das sociedades e culturas, sustentado por duas bases ou eixos de dominação colonial: a colonização e a modernidade (Quijano, 2015). Mais de uma década depois, María Lugones (2014) cunhava o termo “Colonialidade de Gênero” com base no termo de Quijano, e ampliando-o para um recorte de gênero, do qual o poder colonial se impõe na domesticação e subjugação dos corpos femininos a serviço da lógica heteronormativa e patriarcal.

Para ambos os autores, a colonialidade é considerada um dos principais elementos de dominação que constituem a matriz “mundial de poder capitalista. Se funda na imposição de uma classificação racial/étnica da população mundial como pedra angular do referido padrão de poder, e opera em cada um dos planos, áreas e dimensões materiais e subjetivas da experiência cotidiana e em uma escala social” (Quijano, 2015).

Portanto, a colonialidade continua “[...] exercendo controle sobre territórios em estado de dependência, as instituições de poder permanecem estruturadas pelo racismo” (Vergès, 2020, p. 34) e outras violências coloniais impostas pelo Norte Global, herdeiras dos últimos cinco séculos, reafirmados a partir da “[...] espada, da pena de escrever, da fé, do chicote, da tortura, da ameaça, da lei, do texto, da pintura e, depois, por meio da fotografia e do

cinema; uma colonialidade que institui uma política de vidas descartáveis, *humans as waste*” (Vergès, 2020, p. 34).

Mignolo (2010), fundamentado nos conceitos de Quijano (2015), ratificou a ideia de perpetuação matricial de dominação colonial moderna, no período “pós-independência”. Conforme o primeiro, enquanto organizadora social, essa estrutura se fortaleceu controlando, precipuamente, cinco esferas: a econômica, a autoridade, a natureza e dos recursos naturais, o gênero e a sexualidade, a subjetividade e os saberes, cuja racionalidade produz histórias únicas (Adichie, 2019) e perversas sob os colonizados, sobretudo quando se auto-subjugam numa escala desenvolvimentista evolutiva, como hierarquicamente primitivos, admitindo a subalternidade numa condição fatalista frente aos colonizadores, como esses dominados(as) estivessem legitimando a opressão (Freire, 1986), situação perpetuada pela colonialidade em três dimensões: do poder, do saber e do ser (Ballestrin, 2013).

Nesse princípio, Mignolo (2003) considerou outras questões obscuras em relação a matriz colonial e sua essência moderna, definida por três fenômenos: a guerra, o genocídio e a invasão das Américas (Maldonado-Torres, 2008), ressaltando-se a raça como classificação social adequada ao empreendimento colonial. Quijano (2015), dialogando com as ideias de Mignolo (2003; 2010), definiu que no capitalismo eurocentrado, a colonialidade e a modernidade do século XVI se estruturaram em três ideias: raça, gênero e trabalho, a serviço da violência, da exploração e dominação (Ballestrin, 2013).

Nesse debate, a “geopolítica do conhecimento” (Mignolo, 2003) foi uma das problemáticas-chave abordadas posteriormente pelo autor e demais componentes do grupo M/D/C, guiada por violências de cunho epistêmico eurocentrista, validando, especialmente, as produções de conhecimento advindos da Europa Ocidental do século XVI, ainda hoje como universal e hegemônica nas hierarquias dos pensamentos científicos e demais saberes. Esse conhecimento etnocêntrico, epistemicida às colônias, busca impor a sua supremacia aos diferentes povos, bem como aos seus saberes tradicionais e ancestrais.

A proposta da análise geopolítica sugerida compreende que nem toda crítica à modernidade ou ao capitalismo/neoliberalismo se localiza no mesmo escopo analítico. Ela contribui, ainda, para que possamos ampliar os nossos horizontes compreensivos e enxergar outros paradigmas contra-insurgentes desde e contra as mazelas que margeiam as zonas da subalternidade colonial, ou seja, forças advindas de continentes como o africano, o asiático e o latino-americano, periferias geopolíticas do sistema-mundo eurocentrado (Mignolo, 2003).

Essas geopolíticas eclodiram e valoraram novas correntes e propostas teóricas de pensamento propostas como o “Giro Decolonial”, que não busca a substituição do paradigma

de conhecimento eurocentrado e colonial por outro, mas, parafraseando Maldonado-Torres, trata-se de um “[...] movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade” (Ballestrin, 2013, p. 105), iniciativa fronteiriça denunciadora de violências, como a subalternização humana imposta pela modernidade em cinco esferas ideológicas: “[...] o cristianismo, o liberalismo, o marxismo, o conservadorismo e o colonialismo” (Mignolo, 2003 *apud* Ballestrin, 2013, p. 106).

Além da proposta do “Giro”, como “o reverso de colonialidade e o seu horizonte de ação [...] da colonialidade do poder, do eurocentrismo e da obediência epistêmica e política do projeto civilizador moderno” (Holanda, 2024, p. 31), em meados da década de 1990, a linguista Catherine Walsh, do grupo M/C/D, propôs a mudança do termo descolonialidade, retirando o “s” para demarcar o posicionamento do grupo, em contraposição à perspectiva histórico-temporal da descolonização, como superação do colonialismo e independência dos países colonizados. Ou seja, tal processo de descolonização e/ou “libertação” de alguns países do jugo colonial figurou apenas no papel ou do ponto de vista legislativo. Pragmaticamente, as ideias, discursos e práticas emancipatórias sustentaram as hegemonias coloniais numa lógica dominante dos eixos Norte sobre o Sul Global, contudo, os aliançamentos entre “[...] Sul-Sul foram cruciais para a difusão de sonhos de libertação. Essas releituras em termos de espaço-tempo são fundamentais para estimular a imaginação das feministas de política decolonial” (Vergès, 2020, p. 34).

No final da década de 1990, o descontentamento e críticas advindas de autores aos estudos pós-coloniais e subalternos (mesmo considerando-os relevantes), dentre eles: Walter Mignolo, Enrique Dussel, Arturo Escobar, Aníbal Quijano, Catherine Walsh etc., gestaram o grupo M/C/D, aliançando teóricos e suas concepções, que sugeriam giros e decolonizações de pensamentos, buscando análises específicas e localizadas às questões latino-americanas. Tal perspectiva se constituiu como proposta de renovação epistemológica e crítica às ciências sociais, humanas, políticas etc., idealizada por autores(as) e docentes, notadamente advindos nas colônias geopoliticamente do Hemisfério Sul (Ballestrin, 2013).

Nessa marcha, a vertente decolonial insurge como paradigma outro (Holanda, 2024), confrontador da lógica modernidade/colonialidade, mas também no intuito contínuo e esforço mobilizador de nomear e enunciar ideias e condutas libertárias diante dos tentáculos da colonialidade. Por isso, recorreremos aos termos decolonial e decolonialidade proposto por Walsh, enfatizando que a “[...] descolonização de um território não garante que os discursos que circulam nele e sobre ele tenham superado a lógica colonial” (Dias; Camargo, 2020, p. 8).

A orientação decolonial que nos baliza, apontada pelo grupo M/C/D, não deve ser

entendida como rejeição ou menosprezo aos conhecimentos produzidos no Norte Global, mas promover diálogos críticos e resistência aos epistemicídios e a essa tendência de validade única e superior, além de contrapor a utilização predatória das periferias do sistema-mundo ou Sul Global como laboratórios de experiências para aplicação das teorias, métodos evasivos e técnicas exportadas do Norte. Assim, a concepção ou giro decolonial representa um movimento político contestador, contra-hegemônico e desobediente das propostas universais e teórico-epistêmicas, como o positivismo e a tecnocracia científica que hierarquizam saberes (Mignolo, 2010), dominam e norteiam as ciências sociais na atualidade.

Na modernidade, as concepções teóricas da filosofia política, das ciências sociais e de outros saberes foram produzidas globalmente, mas, em geral, enfatizadas de Norte-Norte ou Norte-Sul Global. Tal estrutura se firmou como produtora e administradora de ideologias mantenedoras de processos violentos, como a exploração, dominação, subjugação, espoliação, colonização e racialização de povos não europeus ocidentais, originários das periferias do sistema-mundo, cujas consequências nocivas ainda são sentidas. Contra isso, nos países do sul, (in)surgiram forças contra-hegemônicas ou desobedientes epistemicamente (Mignolo, 2010) advindas das teorias críticas e novas reflexões e caminhos encruzilhados do Sul Global.

Isto posto, neste estudo utilizamos referenciais teóricos geopoliticamente situados nas periferias do Sul Global, para desvelar e tencionar as dimensões coloniais e racistas perversas do sistema estrutural vigente, incluindo um pseudo “[...] feminismo europeu convencido de ter escapado das ideologias racistas da escravatura e do colonialismo” (Vergès, 2020, p. 11). Assim, seguimos propondo um “giro” decolonial como projeto ético-político que busca a superação da colonialidade do saber, do poder e do ser (Mignolo, 2010; Holanda, 2024).

Em suma, considerando um giro no olhar e pensar crítico da colonialidade, suleamo-nos nesse aporte teórico-metodológico, por considerá-lo condizente com o nosso campo periférico do sistema-mundo, do qual habitamos, lutamos, rememoramos e acolhemos as narrativas históricas das militantes e lideranças da Rede DLIS, em suas experiências nesse território-campo-vivência, colonizado, marginalizado e subalternizado.

2.3 O Grande (Bom) Jardim como arena sociopolítica: território-campo-vivência

Como já destacado, minha caminhada imersiva no campo não iniciou em função desta pesquisa, como tantas práticas acadêmico-predatórias ocorridas nesse chão. O conceito de território que utilizamos, quando nos referirmos ao Grande (Bom) Jardim, inspirou-se em Milton Santos, que o caracteriza como lugar de metamorfose, vivo e dinâmico, integrando um “[...] conjunto indissociável do substrato físico, natural ou artificial, e mais o seu uso, ou, em

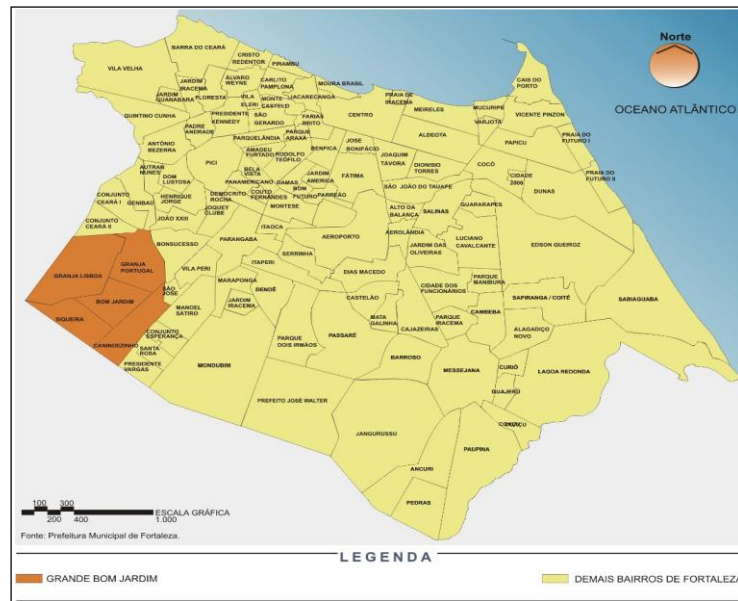
outras palavras, a base técnica e mais as práticas sociais, isto é, uma combinação de técnica e política” (Santos, 2002, p. 87).

No meu processo imersivo, iniciado antes da minha dissertação, nomeei esse campo de território-campo-vivência ou, simplesmente, território-morada (Borges, 2021), pois é meu e das interlocutoras desta tese, no qual habitamos, reexistimos, lutamos e somos. Otávio Neto (2002) destacou a postura imersiva do pesquisador em relação à problemática a ser estudada e compreendida, considerando o fator proximidade pessoal e imersiva, mas alertando para atentarmos ao fato de que, ao adquirirmos tal autorização, não nos credencia a convicções ou certezas prévias sobre tudo que o campo pode revelar ou compreender a totalidade da dinâmica objetual, mesmo no meu caso particular, em que o avizinhamento se trata da continuidade do mergulho existencial, pessoal, profissional e militante iniciado há alguns anos nessa arena do GBJ, quando o lugar me acolheu para residir e lutar junto às outras pessoas que vivenciam ele.

Após a ponderação de Otávio Neto (2002), reiteramos a descrição dessa arena política, adicionando informações. Ela é composta por um contingente populacional estimado, pelo último Censo, em mais de 225.206 mil pessoas (IBGE, 2020), simbólica e politicamente por cinco bairros destacados na figura 1, localizada territorialmente a sudoeste de Fortaleza e administrativamente situada na Secretaria Regional V (SR V), uma das sete SRs da cidade até 2020, incluindo a Sercefor (Centro), quando na gestão do ex Prefeito José Sarto (2021-2024) houve uma reterritorialização ou desterritorialização administrativa da Cidade, dividindo-a em 12 SRs e, no interior dessas, subdividiram-se em 38 territórios administrativos (T).

Tal atitude imposta verticalmente pela gestão municipal ilustrou uma estratégia colonial desterritorializadora ocorrida entre bairros, territórios e comunidades, fissurando enraizamentos, laços afetivos existentes e o sentimento de pertencimento, numa tentativa de desarticulação das lutas sociocomunitárias locais (Bispo, 2023). No caso do território do GBJ, por exemplo, desintegraram administrativamente um dos cinco bairros. Na contramão dessa proposta, ressaltamos na figura 1 a disposição territorial, sociopolítica, orgânica e comunal anterior, como reexistência a nova divisão municipal colonial e, em respeito à nomeação territorial dada pelas guardiãs sociocomunitárias (Fortaleza, 2024).

Figura 1- Mapa com os bairros de Fortaleza com destaque para a região do Grande Bom Jardim



Fonte: Acervo do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza - CDVHS (2021).

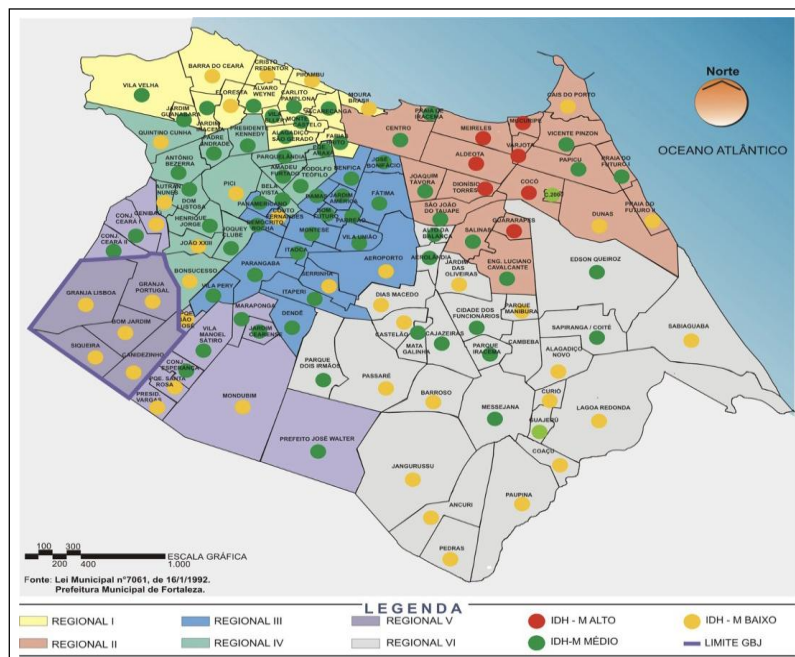
Tal mudança administrativa territorial da cidade, ocorrida no ano de 2021, foi aprovada em lei dois anos antes, mas em nada melhorou os serviços nos bairros, comunidades e na vida da população, como prometido pela gestão nas campanhas eleitorais e, posterior, justificativa à compartimentação administrativa da cidade. Mas, em decorrência da ampliação no número de SRs, garantiu-se a estratégia eleitoreira e colonial, garantindo o aumento no número de cargos comissionados para aliados da base política municipal vigente, além da tentativa de apartamento de territórios políticos como o GBJ (Fortaleza, 2024).

Elucidamos esses dados da subdivisão administrativa da capital cearense, para localizar geograficamente o(a) leitor(a) em relação ao lócus da nossa pesquisa, mas também como crítica ao apartamento administrativo e autoritário do bairro Canindezinho da SR V e do T 39, passando a alocá-lo na SR X, e o T 34 (Fortaleza, 2024). Ainda assim, reiteramos nosso compromisso com a territorialização política cunhada pelas lideranças sociocomunitárias do GBJ, pois as manobras político-institucionais, coloniais e administrativas não findarão o nosso sentimento de pertença e unidade comunal gestada nas lutas sociopolíticas.

Após a minha chegada e pouso para morada no GBJ, constatei que nesse chão político se encontram, historicamente, os piores IDHM da Cidade mostrados nas pesquisas. Conforme dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE, 2020), por exemplo, aqui se concentram algumas das menores rendas médias mensais por pessoas, e os menores investimentos em políticas públicas da cidade, especialmente nos âmbitos da

habitação, saneamento ambiental (cerca de 27% do território), da educação (escolas e creches), da cultura (equipamentos culturais e artísticos), saúde (e assistência social), esporte e lazer. Tal realidade conjuntural torna os números apresentados humanamente inaceitáveis, sobretudo se considerarmos os impactos avaliados nos três principais indicadores do IDHM (longevidade, educação e renda).

Figura 2 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Fortaleza até 2021



Fonte: Acervo do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza - CDVHS (2021).

As ausências retratadas acima revelam indiferenças de agentes municipais e estaduais, visualmente percebidas nos nossos poucos equipamentos públicos essenciais. Essa atitude, por parte da gestão, configura como exemplo do que Butler (2019) detalhou sobre os processos indutores e maximizadores das precariedades iminentes ao existir humano, avultando as desigualdades e injustiças sociais com o aumento do empobrecimento, das violências, da criminalidade e dos homicídios na cidade, especialmente nessa região do GBJ, território considerado o “quarto de despejo” de Fortaleza (Jesus, 1960).

Na direção reflexiva butleriana, identificamos que esse lócus é marcadamente administrado pela produção, manutenção das situações de empobrecimento e esgarçamento do tecido social, cujos processos induzem e maximizam as precariedades humanas iminentes, gestando situações mortíferas. Ante esse contexto, os quadros de morte se produzem em meio a indiferença e ações de gestores, nas tomadas de decisão e má distribuição dos recursos para a

implementação de políticas, limitando o uso do capital ocorrido em um “[...] passado recente, seja pelo governo que está no poder, seja por seu(s) antecessor(es)” (Rua, 1997, p. 10).

Nesse mote, o trabalho de campo teve por pano de fundo essa conjuntura, sendo vital correlacionar a realidade empírica com a pesquisa acadêmica, em uma práxis do cotidiano, cujas inquietações geradas na caminhada guiaram e impulsionaram a produção de conhecimentos críticos, sem desconsiderar a mística e a atração proporcionada pela produção de saberes localizados na própria “[...] existência do desconhecido, [...] o sentido da novidade e o confronto com o que nos é estranho” (Otávio Neto, 2002, p. 64), buscando não nos desumanizar, nos dessensibilizar ou naturalizar o instituído que está posto, agindo sobre ele para transformá-lo.

2.4 Em chão sagrado de luta política, a caminhada é (com)junta e com os pés descalços

Na cultura nordestina, caminhar de pés descalços ou descalçados é mais do que um hábito cultural. Aprendi com a minha avó indígena e com as guardiãs da memória mais velhas e as mais novas, quando cheguei no chão sagrado do GBJ, que se descalçar é um ato respeitoso e humilde de reverência ao chão onde pisamos, e aos lugares onde adentramos. Nas religiosidades de matrizes indígenas e africanas, os pés descalços que tocam e são tocados pela terra representam, ainda, uma (re)conexão energética com a Pacha mama¹⁵, com as nossas ancestralidades e com as forças espirituais que nos guiam na jornada terrena.

Logo, os nossos passos com os pés descalçados, na trajetória da presente pesquisa, conduziram-se pelas tentativas de nos despirmos dos pressupostos, diante dos preconceitos constituintes das histórias únicas (Adichie, 2019) e carregadas de estigmas, que nos contaram sobre o GBJ e as demais periferias urbanas da cidade, rompendo amarras academicistas que impedem as manifestações fenomênicas mais puras e obstruem as pesquisas.

Pesquisar é verbo, carrega intencionalidade, propósito e sugere ação, nesse caso, realizamos uma pesquisa-ação (Thiollent, 1986), em que os procedimentos metodológicos se alinham ao caráter sociopolítico e militante, típico das pesquisas sociais engajadas.

Nesse caminhar, nossa ação é de natureza qualitativa, do tipo teórico, empírica e coletiva, transpondo muros acadêmicos e indo às comunidades, onde as assembleias e demais ações sociocomunitárias da Rede DLIS acontecem, investigando e compreendendo narrativas históricas de guardiãs da memória sobre suas trajetórias de vida e engajamentos sociopolíticos protagonizados em articulações populares e lutas sociocomunitárias na condução das ações da Rede DLIS, impactando as lutas nas comunidades do GBJ. Acolhemos tais elementos como

¹⁵ Referente à da mitologia andina, de povos indígenas das regiões montanhosas da América do Sul.

relevantes impulsionadores na escrita deste texto, produzindo novos ecos dessas vozes.

Ademais, a pesquisa-ação descreve a minha caminhada de ombro a ombro com as nossas interlocutoras, vivenciando e experienciando lutas conjuntas durante quase uma década. Mediante isso, caminhei descalço e busquei me desarmar dos pressupostos hegemônicos prepotentes, academicistas, positivistas e epistemicidas aos saberes populares. Respeitamos os passos e as trajetórias sociopolíticas das gerações avós e netas, como propôs Nêgo Bispo, e as pistas de memórias dessas lideranças, como via para compreensão visceral das suas iniciativas sociopolíticas locais, seja no semeio dos protagonismos femininos ou nas repercussões no empoderamento coletivo impulsionando a organização popular para as lutas da Rede DLIS por políticas públicas, ao longo de 22 anos, como mitigadoras das mazelas, desigualdades e injustiças sociais no território do GBJ.

Em vista disso, Thiollent (1986) declarou que a pesquisa-ação se trata de uma ferramenta sociopolítica facilitadora na mitigação dos “[...] problemas reais para os quais os procedimentos convencionais têm pouco contribuído” (Thiollent, 1986, p. 8). Esse método nos auxiliou nas análises e diagnósticos de cenários, e, nessa perspectiva, comprometemo-nos, ética e politicamente na produção de estudos militantes e participativos, em que as lideranças convidadas a contribuir conosco fossem as agentes protagonistas de transformação do tecido social do GBJ. Por isso, transponho o findar da escrita desta pesquisa, seguindo aliançados a elas, cujos atos seguem na dianteira das lutas sociocomunitárias locais.

Nessa linha de raciocínio thiollentiano, o presente estudo científico, sociopolítico e militante foi processual, interpretativo de contexto e sociopoliticamente inclinado à ação coletiva e participativa, concentrando esforços em questões que desafiam agrupamentos, implicando reciprocamente, tanto os(as) pesquisadoras(es) quanto os sujeitos da pesquisa, tencionando a transformação social. Mesmo que tenhamos privilegiado a militância, os laços e as composições experienciais cotidianas comuns, nossa abordagem não se absteve de “[...] colocar as questões relativas aos quadros de referência teórica sem os quais a pesquisa empírica - pesquisa-ação ou não - não faria sentido” (Thiollent, 1986, p. 9).

Como discute Orlando Fals Borda (1968), a pesquisa militante diz muito sobre paixão e engajamento do(a) pesquisador(a) e demais agentes envolvidos, sempre direcionada e objetivando a construir mudanças sociais, em prol de uma ordem mais humana e justa. Tal via revelou o nosso compromisso militante e subversivo, numa dialética entre experimentação empírica e libertação dos apriorismos positivistas e coloniais do fazer científico tradicional.

Assim, construí-me cotidianamente como pesquisador-militante (Borda, 1987), nas caminhadas em meio às trincheiras e junto às outras lideranças no GBJ, entendendo-as como tesouros vivos comuns (Borda, 1987). Desse modo, vislumbramos nessas passadas conjuntas,

um impacto com as lideranças e as coletividades, produzindo florescimentos cujos coloridos foram reconhecidos por nós a cada conquista, pois, mesmo sendo únicos, o nosso caráter social e participativo nos torna muitos. Seguimos atentos(as) a isso, acompanhando o fluxo da conjuntura em toda a escrita.

Valoramos, portanto, as narrativas históricas escutadas, considerando a mediação dos aportes, fontes e lentes teóricas que subsidiaram as nossas investigações e análises, como as produções técnico-documentais institucionais e bibliográficas, enquanto instrumentos de acesso relevantes deste estudo, além da minha participação como componente da comissão de articulação da Rede DLIS e proximidade com as lideranças, facilitando as entrevistas e a escrita das linhas registradas nos meus diários de campo, sobre os momentos cotidianos ao lado delas, nas visitas domiciliares, encontros nos bares e botecos, mas também nas atuações oficiais da Rede, em espaços nas assembleias mensais, extraordinárias ou nas ações de rua.

Na propositura da pesquisa-ação como método, supomos prudente realizarmos um plano de ação prévio, correspondente a uma série de objetivos que balizaram a concretização de nossas atividades planejadas, mas também nos relacionamos com esmero ao “[...] objeto de análise, deliberação e avaliação [...] na qual os principais participantes são os membros da situação ou da organização sob observação” (Thiollent, 1986, p. 69).

Devido ao caráter flexível desse plano, algumas situações cotidianas compuseram seu escopo, como: os encontros e conversas informais sobre temáticas diversas, incluindo a da pesquisa, em momentos tomando café com tapioca no final de tarde na residência das nossas interlocutoras, como ocorreu com a dona Raimunda em alguns momentos, ou mesmo nas vezes que comemos cuscuz na minha residência como a dona Maria Pacheco, nos eventos culturais ocorridos no Centro Cultural do Bom Jardim (CCBJ), demais espaços no GBJ ou da cidade, com a Xica Manicongo, ou ainda no próprio CDVHS, com a dona Maria José, ou em viagens junto com Dandara. Tais momentos refletem a proximidade afetivo-política com todas essas agentes que constituíram a nossa pesquisa.

Esboçamos o plano de ação em oito eixos principais, que dialogam com o objeto de estudo e sintetizam o roteiro das entrevistas narrativas, a saber: (1) autodenominação e intersubjetivação das atrizes sociais da Rede DLIS; (2) identificação pessoal como militantes e/ou lideranças sociocomunitárias no chão do GBJ; (3) inter-relacionamento com as outras lideranças da Rede DLIS; (4) impacto dos seus engajamentos sociopolíticos nos produção de empoderamentos coletivos para as articulações, mobilizações e lutas sociocomunitárias, por/pela manutenção de políticas públicas em prol do bem viver no GBJ; (5) os lugares do gênero nas atividades e tomadas das decisão, em entidades que representam; (6) narração das trajetórias de atuação em Rede, descrevendo as alavancas impulsoras e mantenedoras das lutas

e enfrentamento aos desafios frente à insuficiência das políticas públicas no território do GBJ; (7) ações estratégicas de articulação e mobilização da Rede DLIS, sobretudo nos enfrentamentos à mitigação das mazelas sociais e ações de fomento de políticas no GBJ, sobretudo nos 22 anos dessa articulação e (8) se essas lutas sociocomunitárias seguirão.

Optamos pela não utilização de ferramentas metodológicas de grupos focais, da roda de memórias e afetos, ou outra tecnologia sociopolítica e grupal, como aporte mediador com as narradoras, mesmo considerando o caráter coletivo e militante das tecnologias grupais, pois tudo é político. Tal decisão foi tomada em consenso, após escutas sensíveis às lideranças participantes, ainda nos convites para as entrevistas, respeitando a ausência de tempo nas suas agendas, as queixas de cansaço verbalizas, decorrente das lutas e lidas cotidianas nas OSCs, do acúmulo de reuniões e trabalhos ou simplesmente pelos desinteresses pessoais para novos compromissos fora do planejamento. Essas falas foram vitais na priorização das entrevistas narrativas, como principal ferramenta de mediação com as narrativas.

Desafios como o sobredito, trouxeram-nos aprendizados – característica importante de uma pesquisa-ação – entendendo tais processos como dialéticos, entre aceite e recusa, como via de mão dupla essencial à estruturação da relação comunicativa, especialmente quando se trata de “dois universos culturais” (Thiollent, 1986, p. 67), ou seja, o nosso conhecimento acadêmico ou considerado formal, e a sabedoria popular enraizada nas lideranças, como não acadêmicos ou informais. Nesse encontro, aprendemos “[...] ao investigar e discutir possíveis ações cujos resultados oferecem novos ensinamentos” (Thiollent, 1986, p. 66).

No intuito de garantir a qualidade da pesquisa-ação, mas também resguardar as nossas guardiãs das memórias do GBJ, de mais desgastes desnecessários e, em respeito ao que havíamos ponderado, redesenhamos os percursos da pesquisa, interrogando-nos, a princípio, sobre dois pontos: como pensar estratégias para protegê-las dos desgastes, mas também garantir a captação das místicas coletivas tão viscerais aos engajamentos sociopolíticos e articulações das ações da Rede DLIS? Como materializar essas experiências encarnadas nas linhas desta tese? Nos referimos, especialmente, às potências das alianças sociopolíticas, aos momentos catárticos em potência de vida e mudança, revelados em cada um dos encontros, reencontros e desencontros coletivos em assembleia e nas ruas, por exemplo.

O registro de tais experiências coletivas, sobretudo nos aliançamentos coletivos dos quais pude participar de muitos junto a elas, sem interferências das tecnologias sociais grupais, foi um processo desafiador. Frente a ele, busquei captar os movimentos sem quebrar a fluência e naturalidade das cenas, fotografando, filmando pelo celular e tomando nota nos diários, em que, partindo das minhas percepções e análises críticas de cenário, redigia as linhas, ressaltando as particularidades das falas e momentos, como aprendizados coletivizados, únicos e plurais,

afetando-me singularmente a cada encontro, quando eu era eu e, ao mesmo tempo, era o(a) outro(a) a cada retorno das ações no final do dia para a minha residência.

Costumo comparar as nossas experiências sociopolíticas em aliança no GBJ com os movimentos das águas dos mares e dos rios no encontro com os nossos corpos. Após a experiência do toque, nem as águas e nem os corpos serão os mesmos. Também rememoro cenas doces da minha infância, quando eu comia frutas que caíam no chão. Me perguntava sobre o porquê de terem sabores diferentes, se pertenciam à mesma árvore. Assim, definimos as ferramentas metodológicas desde o início dos estudos, utilizando-as com criatividade, a cada mudança no mesmo campo e com os mesmos sujeitos, permitindo-nos aberturas a outros olhares, artesanias, aprendizados nas escutas e nas lutas conjuntas, com entusiasmo de um banho de mar ou na alegria de degustar uma doce fruta madura caída do pé, que eu colhia enquanto caminhava de pés descalços no terreiro da casa da minha avó.

A metáfora dos pés descalçados e os exemplos acima, sempre acompanharam a minha trajetória existencial. Com os pés descalços, caminhei no terreiro e no chão do GBJ, manejei e arei a terra, colhi fragmentos, pistas e rastros de memória, experienciando a partir de um lugar sociopolítico de liderança comunitária do território e membro da articulação da Rede DLIS, acompanhando ações como assembleias e demais ações sociopolíticas conjuntas, registrando tudo sem precisar convidá-las para uma atividade em grupo. Observava tudo como o passarinho que aprende a contemplar paciente a brota do fruto no pé de mamoeiro, sem pressa, mesmo diante dos prazos que a fome impõe. Ou no caso do beija-flor, que admira a florescência com amorosidade e respeito, no seu voo invertido em direção a flor, parado no ar diante dela pedindo, com ternura, autorização para se alimentar de seu néctar adocicado. Ou ainda, como as abelhas operárias que se organizam e voam rumo ao pólen para polinizar e florescer a Pacha mama, da qual habitamos e somos aprendizes nesse processo.

Ilustro ainda outro exemplo alegórico e pessoalmente relevante, advindo dos ensinamentos aprendidos com minha avó paterna, uma mulher indígena e guardiã da memória de nosso povo, que já encantou e nos deixou legados mnemônicos de sua oralidade, quando nos narrava causos que fizeram mais sentido para mim há poucos anos, quando a pesquisa me resgatou momentos daqueles tempos de primeira infância. Ela contava que as cigarras da caatinga anunciavam as chuvas. Passavam a maior parte de suas vidas enterradas no chão para se alimentarem das seivas contidas nas raízes das árvores, estas por sua vez, como um ato de amor, agradeciam as chuvas anunciadas pelas cigarras doando algo de si mesma, a seiva, como a mãe que amamenta sua prole faminta.

Na atual escrita rememorei tal ensinamento ancestral, pois, metaforicamente, nas assembleias da Rede DLIS, eu me nutria amorosamente dos ensinamentos advindos daqueles

corpos-raízes ancestrais do chão do GBJ e dos seus suores-sangue simbólicos visualizados nas cenas das batalhas, como as cigarras se nutrem da seiva para se manterem vivas e anunciarem o inverno verdejante. Nesse momento a lembrança da narrativa de vó, fez todo sentido, uma vez que os cantos das cigarras, na minha interpretação, representavam o entoar das falas das lideranças da Rede DLIS, com toda sua força e potência nas assembleias, nos gritos de ordem, nos protestos e nas manifestações de rua, confrontando e incomodando aos que detêm o poder e não suportam a força e o axé das suas pulsões de vida, como águas invernais que enunciam o verdejar das farturas no sertão. Assim segui a escrita deste texto, ouvindo o canto das cigarras que anunciavam as chuvas, nutrindo e fortalecendo as minhas raízes ancestrais com a seiva generosamente oferecida por elas, nos aliançamentos de corpos e encontro das almas nas assembleias, reuniões ou nas trincheiras urbanas.

Em relação a utilização das metáforas descritas, advindas da rememoração de momentos vividos, a Psicóloga Ecléa Bosi (2023) em sua obra: “Memória e Sociedade: Lembranças de velhos, retratou que tais memórias constituem nosso processo de socialização desde a mais tenra infância, ou seja, “[...] a criança recebe do passado não só os dados da história vivida, ou melhor, sobrevivida, das pessoas de idade que tomaram parte na sua socialização” (Bosi, 2023, p. 75), isto significa que sem as pessoas mais velhas não teríamos a memória e o acesso a ela pelas mais jovens. As alegorias podem ser potentes ferramentas para retratá-las.

Diante da importância dos(as) mais velhos(as) trazidos por Bosi (2023), peço licença para abrir outro parêntese que diz sobre rememorações relevantes de minha infância e primeiras descobertas na escola formal, cuja sensação se assemelhava à de quando participava das assembleias da Rede DLIS. Em ambas as temporalidades, encantava-me pelas descobertas, pelos gestos ou palavras ditas pelas mais velhas, geralmente mais sábias, quando descreviam suas vivências e experiências. Saindo do colégio diariamente e retornando à escola da vida, ao meu lar, eu narrava com entusiasmo e amorosidade as bonitezas que eu havia aprendido, para todas as pessoas mais próximas e importantes que me recebiam, sobretudo minha mãe. E tudo que aprendia com ela, transmitia aos(as) colegas do colégio, como minha avó fazia, e com igual sentimento.

Na obra “O tempo vivo da memória”, Bosi (2013, p. 15) ressaltou a importância da transmissão oral na salvaguarda das memórias, como “[...] instrumento precioso se desejamos construir a crônica do cotidiano”, entendendo que a “história, que se apoia unicamente em documentos oficiais, não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios” (Bosi, 2013, p. 15). É esse sentimento que desejo que encontre você que lê estas linhas, como o encontro com a força das águas marítimas ou a correnteza dos rios, que nos toca e nos transforma em outros(as), ou na potência do axé que acompanha os passos descalços

dos(as) sertanejos(as) na terra quente e rachada, sem perdermos o gosto pela fruta madura que cai do pé ou da contemplação dos florescimentos que colorem nossas almas de sentidos, tonalizando entusiasmos singelos como nas primeiras descobertas infantis e nostálgicas.

2.5 Considerações sobre a representatividade qualitativa na busca pelo sentido

Inicialmente, os autores Catherine Pope e Nicholas Mays (2005, p. 13) referem que em estudos e pesquisas de natureza qualitativa, inclinamo-nos a compreender os sentidos e significados atribuídos pelas pessoas às suas vivências e experiências cotidianas, e de como elas compreendem tal realidade, buscando “interpretar os fenômenos sociais (interações, comportamentos etc.) em termos de sentidos que as pessoas lhes dão; em função disso, é comumente referida como pesquisa interpretativa”.

Nesse objetivo elucidativo, nossa pesquisa de viés qualitativo e político-militante (Thiollent, 1986) intencionou responder a questões viscerais experienciadas por militantes e lideranças sociocomunitárias, cujo nível de realidade “[...] não pode ser quantificado. Ou seja, [...] com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (Minayo, 1994, 21-22).

Ao elegermos tal vertente, não relegamos as metodologias quantitativas e/ou estatísticas, sua vasta contribuição e eficácia ao campo científico e, inclusive, esboçadas em alguns dados utilizados no nosso estudo, bem como não consideramos a existência de “[...] *continuum*’ entre ‘qualitativo-quantitativo’, em que o primeiro termo seria o lugar da ‘intuição’, da ‘exploração’ e do ‘subjetivismo’; e o segundo representaria o espaço do científico, porque traduzido ‘objetivamente’ e em ‘dados matemáticos’ (Minayo, 1994, p. 22).

Nesse debate, Minayo (1994, p. 22) declara que as principais diferenças entre as condutas qualitativas e quantitativas são de natureza e não de relevância, ou seja, enquanto os cientistas sociais ou pesquisadores estatísticos “[...] apreendem dos fenômenos apenas a região ‘visível, ecológica, morfológica e concreta’, a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas”.

Isso posto, as propostas qualitativas e quantitativas não se anulam, mas pode haver uma correlação na dinamicidade da realidade abrangida por ambas, ou seja, ao invés dessas serem “[...] opostos metodológicos, cada uma pode ser vista como complementar à outra” (Pope; Mays, 2005, p. 15). Em suma, tais “[...] afirmações aqui colocadas, no entanto, não são

pacíficas. Elas correspondem a uma postura teórica e se opõem a outras correntes de pensamento como, por exemplo, a positivista” (Minayo, 1994, p. 22).

Diante do exposto, optamos pelo caráter qualitativo considerando o seu potencial mediador de engajamentos sociopolíticos, abertura às questões singulares, intersubjetivas, desvelador de intencionalidades, e, cujo caráter interativo e dialógico consideram os sentidos e os significados contidos nas vivências, experiências e no mergulho oceânico que buscamos diante das narrativas das nossas lideranças sociocomunitárias e interlocutoras.

A representatividade mencionada anteriormente sinaliza caminhos qualificados e coaduna com as características da pesquisa-ação proposta por Thiollent (1986), que embora seja possível recorrermos a outras fontes, igualmente potentes, como os métodos estatísticos, pesquisamos e atuamos “[...] com o conjunto da população implicada na situação-problema, quando isto é factível, ou com uma amostra intencional, cuja representatividade é sobretudo de ordem qualitativa” (Thiollent, 1986, p. 97).

Além da maior possibilidade de captação das intencionalidades, considerando a importância das representatividades e das propostas de metodologias mais dialogadas com as participantes, Minayo (1996) destacou outras particularidades das pesquisas qualitativas que justificaram a nossa escolha, tais como: inclinação para a abertura e à flexibilidade, observação e consideração dos sinais verbais ou não-verbais, especialmente entre o(a) pesquisador(a) que sugeriu o estudo, e as atreizes sociais envolvidas em todo o processo.

Nesta pesquisa, sobretudo nas entrevistas, acessamos as profundidades oceânicas de sentidos que as narrativas históricas acessadas requeriam. Portanto, recorreremos ao que Thiollent (1986) propôs como amostras intencionais, potencializado em escolhas como a nossa, cujo número de interlocutoras convidadas foi reduzido frente a legião de lideranças femininas que atuam na Rede DLIS e habitam o GBJ, não priorizando muitas pessoas, mas as suas representatividades sociopolíticas em relação à temática, ao nosso objeto e ao campo. Osterne (2001) considera prudente que, em pesquisas qualitativas, os esforços sejam dirigidos a um montante menor de pessoas produzindo diálogos mais genuínos, fluidos e profundos. Tal aproximação exigiu comprometimentos intersubjetivos mútuos, inclinação para identificação das representatividades sociocomunitárias e valorização dessas.

Dessa forma, a asserção foi condizente com a pesquisa sociopolítica da qual nos propusemos a realizar, “[...] com ênfase nos aspectos qualitativos, onde todas as unidades não são consideradas como equivalentes, ou de relevância igual” (Thiollent, 1986, p. 62), mas onde ocorrem tratamentos qualitativos e interpretativos de materiais captados em fragmentos ou “[...] unidades qualitativamente representativas do conjunto do universo e de modo diferenciado em

função das características do problema investigado” (Thiollent, 1986, p. 62).

Na concepção de Thiollent (1986), o critério de “representatividade expressiva” possui uma maior significância para a pesquisa-ação, do que o da representatividade numérica, pois a primeira considera avaliações políticas conjunturais, respeitando a importância das ideias dos grupos minoritários para os territórios como “[...] expressivamente mais relevantes do que a aparente ‘ausência’ de ideias, ou opiniões, da maioria. Seu peso significativo não se limita a uma questão de frequência observacional” (Thiollent, 1986, p. 63).

Com base nesses critérios e privilegiando mais a representatividade expressiva do que a numérica, sem desconsiderar esta, decidimos seguir pistas, resgatando e investigando as trajetórias de engajamentos sociopolíticos, protagonizados por lideranças femininas junto a Rede DLIS, buscando compreender a repercussão desses atos no empoderamento coletivo, para organização popular e tomadas de decisão, nas lutas em prol de políticas públicas no território do GBJ, partindo da interpretação e análise das escutas de narrativas advindas das interlocutoras ou flores desse Grande (Bom) Jardim.

2.6 As flores lindas do Grande (Bom) Jardim que reexistem às estiagens

Antes de enunciarmos as ferramentas de jardinagem, gostaria de apresentar cinco flores lindas do Grande (Bom) Jardim. São elas, sujeitos sociopolíticos e guardiãs das histórias e memórias sociais desse lugar, e que, de modo generoso e afetuoso, protagonizaram esta tese, desde o dia que, gentilmente, aceitaram o convite para compor a parcela representativa da pesquisa, sendo a primeira delas convidada a participar da entrevista piloto que, com igual relevância em relação às demais, compôs todo o escopo escrito.

Conhecidas por suas ações de militâncias e sociocomunitárias, todas essas agentes femininas e feministas habitam o território do GBJ, atuam nele e, portanto, colaboram com a salvaguarda dos registros mnemônicos das lutas e reexistências territoriais há várias décadas. Concentraremos os nossos esforços intelectuais em mais de cinco décadas, especialmente entre 2000 e 2025, período que demarca as trajetórias dessas agentes na composição da Rede DLIS (Universo), e lutando pelo fomento das políticas públicas em prol do bem viver para o GBJ e demais periferias da cidade de Fortaleza, articulada a outros entes sociopolíticos.

Davis (2016) pondera que a compreensão de questões que envolvem o feminino, deve considerar marcadores que evidenciam os modos pelos quais as opressões violentam os seus corpos, sobretudo os racializados, perfil majoritário das interlocutoras convidadas, confundindo-se com a própria história do chão do GBJ, onde se intersubjetivam, habitam e

lutam. Nesse aspecto, a escolha da composição das interlocutoras considerou as mulheridades e pluralidades que compõem a Rede DLIS e o território do GBJ. Foi uma das decisões mais difíceis na pesquisa, posto que optamos pelas amostras intencionais de representatividade expressiva (Thiollent, 1986). Como convidaria cinco, se todas são relevantes? Para realizar os convites, anotei em meu diário mais de 25 nomes de militantes e lideranças que habitam o GBJ e compõem a Rede DLIS em mais de duas décadas, mas, pelos critérios e rigor científico escolhido, além do alerta das orientadoras, e pelas docentes nas duas bancas de qualificação (I e II), que eu repensasse e reduzisse as 25 participações, estipulando critérios para as escolhas.

Seguramente, um dos definidores dos convites às guardiãs das memórias do GBJ foram os critérios descritos como redução de quantidade, para resguardo da intencionalidade e da representatividade expressiva. Este critério revelou a força dessas agentes reconhecidas pelos(as) demais componentes da Rede DLIS e pessoas das comunidades como lideranças nos últimos anos. Duas das convidadas são cofundadoras dessa Rede e participaram de toda a sua história. No chamamento às outras três narradoras, considerei o recorte intergeracional e característico das entidades sociopolíticas que atuam no GBJ, dessas, uma compõe a Rede DLIS há dez anos e as outras duas, há oito. Assim, contemplaria a representatividade temporal de mais de duas décadas eleitas para compreensão e análise do objeto de estudo em, pelo menos, três gerações da militância aliançadas à Rede DLIS, cujas narrativas foram registradas e suas vozes ecoadas em forma de escrita dessa tese.

Os nomes dessas interlocutoras entrevistadas são fictícios. Quando as convidei, sugeri que elas criassem um pseudônimo feminino inspirado em uma figura relevante nas suas trajetórias de vidas e/ou referência aos seus ativismos sociopolíticos. Por exemplo, a dona **Raimunda** escolheu o seu nome em menção à avó paterna que a recebeu em Fortaleza e cuidou dela para que conseguisse consolidar um sonho educacional. A segunda entrevistada intitulou-se de dona **Maria Pacheco**, em homenagem à sua mãe. **Dandara** foi o nome fictício escolhido pela terceira interlocutora, em menção a uma travesti moradora do GBJ, que foi brutalmente assassinada em fevereiro de 2017, na rua que hoje carrega o seu nome e próxima onde residimos. A jovem liderança seguinte, intitulou-se **Xica Manicongo**, cujo nome reverencia outra travesti congoleza escravizada na cidade de Salvador. A última e, não menos relevante liderança e narradora entrevistada desta pesquisa, foi a dona **Maria José**, denominada assim em homenagem à sua avó materna.

Os convites presenciais para a colaboração direta, fundamentaram-se por alguns indicadores sociais, não mencionados previamente, ilustrados na tabela 1, que interseccionam faixa etária, raça (marcador sociopolítico da diferença), cor (tonalidade da pele), ocupação,

organização política e religiosa e outros fatores descritos ao longo da escrita deste estudo. O ordenamento disposto na tabela abaixo foi produzido a partir dos convites e organização da composição para as entrevistas narrativas.

Tabela 1 – Algumas flores lindas do GBJ: as narradoras entrevistadas

Nome	Idade	Gênero/Raça/Cor	Ocupação	Representação	Religião
Dona Raimunda “Munda”.	54 anos.	Mulher Negra/Parda (Pele clara). Pessoa com deficiência física	Pedagoga; Professora de Escola Pública Municipal; Mestranda.	Associada do CDVHS e membra da Rede DLIS.	Católica (CEB) simpatizante da Umbanda.
Dona Maria Pacheco.	49 anos.	Mulher Negra/Parda (Pele clara).	Graduanda de Serviço Social; Técnica em uma OSC (nome não relatado).	Associada do CDVHS; Rede DLIS, Fórum de Cultura do GBJ e membra da Rede DLIS.	Não relatou, mas se identificou como cristã.
Dandara.	30 anos.	Mulher Negra/Parda.	Assistente Social; Técnica e assessora de Juventudes (JAP) do CDVHS; Mestranda em Serviço Social.	Associada do CDVHS; membra da Rede DLIS, Fórum de Escolas do GBJ, Fórum de Juventudes do GBJ (cofundadora), Jovens Agentes de Paz (JAP), Brincante do Maracatu Nação Bom Jardim (MNBJ).	Católica.
Xica Manicongo.	28 anos.	Travesti Negra/Parda. Pessoa neurotípica e neurodivergente (Autismo e TDAH).	Produtora Cultural, Massoterapeuta, Atriz, Supervisora Geral de	Participante do JAP, Fórum de Juventudes do GBJ (cofundadora), Fundadora e Coordenadora do Coletivo Gueto Queen,	Umbandista.
			Diversidade Sexual e de Gênero do Instituto Mirante de Cultura e Arte.	o primeiro coletivo “LGBT+” do GBJ.	
Maria José.	57 anos.	Mulher Negra/Parda.	Assistente Social.	CDVHS, Rede DLIS.	Católica.

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2024).

Nas aproximações com essas flores lindas no Grande (Bom) Jardim, utilizamos o que nomeei por ferramentas de jardinagem, para acessar as suas narrativas históricas e esmerar

as suas memórias trazidas nos relatos das falas que contam experiências advindas dos processos de reexistências necessárias, diante das pelejas e dos enfrentamentos às estiagens de políticas públicas e serviços básicos no território, que confrontam o instituído às violências (im)postas sobre o seu lugar social e político.

As suas falas foram fundamentais na investigação e no auxílio à compreensão dos engajamentos sociopolíticos femininos no chão do GBJ, bem como no impacto deles sobre o empoderamento coletivo para organização popular nas comunidades, em mais de vinte anos de lutas por políticas públicas em prol do território. Tais fatores foram cruciais na missão pela salvaguarda de um legado.

2.7 Ferramentas de jardinagem para a colheita das narrativas-florescimentos: os Diários de campo e as entrevistas narrativas

O presente estudo desvelou e salvaguardou um tesouro mnemônico sociocomunal. Conforme Pollak (1992, p. 207), a colheita “[...] de representações por meio da história oral, que é também história de vida, tornou-se claramente um instrumento privilegiado para abrir novos campos de pesquisa”. Ou seja, se hoje abordamos a problemática de forma “diferente de como se fazia dez anos atrás. Temos novos instrumentos metodológicos, mas sobretudo temos novos campos” (Pollak, 1992, p. 207).

Nesse caminhar em busca da salvaguarda, o caráter inovador, participativo, democrático e interventivo acompanhou a nossa proposta de pesquisa-ação (Thiollent, 1986), configurando-se como potente ferramenta posta em práxis, desde as primeiras fases ou fases exploratórias do estudo, nos processos de aproximações, colheitas, compreensões e análises das histórias e memórias narradas. Tal concepção metodológica contemporânea proposta, instrumentalizou-nos nas conduções das intervenções na realidade empírica estudada, tornando as memórias contadas, florescimentos.

Diante do exposto e da flexibilidade da proposta metodológica escolhida, recorri a muitos documentos institucionais, como relatórios técnicos institucionais e projetos da Rede DLIS e do CDVHS, produzidos ao longo de três a cinco décadas. Para a coleta de dados, utilizamos ferramentas como instrumentos ou recursos suleadores e operacionalizadores da pesquisa de campo, a saber: os diários de campo e as entrevistas narrativas, mediando os nossos encontros com as narradoras protagonistas que, gentilmente, contaram histórias de acontecimentos significativos e relevantes nas suas trajetórias políticas nas lutas por um GBJ pleno em políticas sociais em décadas de caminhada.

Assim, os processos de interlocuções mediadas pelas ferramentas utilizadas, possibilitaram aproximações, reconstruções das histórias e trajetórias de vidas das narradoras, presentificando-as nesta pesquisa, convidando-as a pensar, narrar sobre si mesmas e/ou sobre o seu lugar social de protagonismos no solo político que habitam e defendem. Tal exercício, oportunizou a produção de canais de escutas sensíveis para a rememoração das trajetórias de vida como um gatilho potencializador catártico.

Outro aspecto observado foi que, na nossa proposta de pesquisa de natureza qualitativa, enxergar as pessoas nos seus (nossos) territórios de morada, “implica, assim, observar, juntar-se a elas (observação participante), falar com elas (entrevistas, grupos focais e conversas informais) e ler o que elas escreveram” (Pope; Mays, 2005, p. 14).

Desse modo, na caminhada coletiva da pesquisa registrei memórias no coração, na alma e nos meus diários, durante quase uma década de vivência e experiências no território do GBJ. Nesse tempo, tensionei a construção contra-hegemônica na artesanania do fazer científico-popular, refletindo criticamente e problematizando “sobre as condições de produção e apresentação da significação de textos produzidos nos mais diferentes campos: religioso, filosófico, jurídico e sócio-político” (Minayo, 1996, p. 211).

2.7.1 Registro das imersões e contágios nas caminhadas pelo Grande (Bom) Jardim

Na introdução do presente texto, descrevi algumas cenas vividas pessoalmente e registradas nos meus diários, desde as minhas primeiras imersões e contágios no chão do GBJ, ainda na condição de estagiário de Psicologia da UFC. No relato pessoal foi perceptível que, na medida em que eu imergia no território, familiarizava-me e me tornava parte dele, na condição de graduando, habitante, liderança, pesquisador mestrando e doutorando, respectivamente. Na medida que o tempo passava, eu me avizinhava e conhecia lideranças sociocomunitárias locais, aprendia com elas, construía aliançamentos nas assembleias e ações de rua, produzia linhas de fuga de caneta no papel em, mais de 350 páginas de registros em **diários de campo** em quase uma década. A personagem cujas falas mais figuram nestas páginas foi a militante e liderança sociocomunitária e cofundadora da Rede DLIS, automeada de Raimunda, que gentilmente autorizou a utilização dos seus relatos extraídos das nossas conversas, entre 2017 e 2024.

Para Otávio Neto (2002, p. 63), podemos recorrer à ferramenta de diário de campo para redigir as nossas vivências e experiências, “[...] em qualquer momento da rotina do trabalho que estamos realizando”. Assim, desde o primeiro dia que pisei no chão do GBJ, os diários têm sido presença constante em minha vida, enquanto instrumento para redigir

apontamentos sobre as lideranças articuladoras da Rede DLIS, outras instâncias e ações, atinando às pistas, tomando nota dos relatos de militantes e lideranças em assembleias e nas conversas informais. Nesses cadernos anotei, ainda, percepções pessoais de cenário “[...] angústias, questionamentos e informações que não são obtidas através de outras técnicas” (Otávio Neto, 2002, p. 63).

Além das páginas de diário redigidas, relatando minhas experiências empíricas na caminhada, entre imersões, afetações e contágios no GBJ, nas ações reivindicatórias, nas assembleias mensais e nos sete Encontros anuais da Rede DLIS dos quais pude colaborar diretamente (pelo mesmo período dos diários), e nos diálogos informais com as militantes e lideranças interlocutoras e protagonistas desta tese, desde que cheguei no GBJ. Ademais, transcrevi outras 161 páginas de áudios advindos das entrevistas narrativas.

Ainda sob o amparo dos diários de campo, redigi diálogos informais realizados com as militantes e lideranças femininas da Rede DLIS, sobretudo com a guardiã dona Raimunda, revelando histórias e memórias das trajetórias dos engajamentos sociopolíticos nos movimentos de lutas periféricas no GBJ, como uma das pedras angulares que pavimentaram o chão da trajetória e os registros desta tese. Todos os apontamentos mencionados anteriormente foram autorizados pelas interlocutoras dos momentos.

Além dos diários, uma das ferramentas que utilizei para os registros testemunhais das experiências em participações sociopolíticas no campo junto às lideranças femininas da Rede DLIS, foi o meu aparelho celular, em que pude fotografar, realizar gravações de áudio e de vídeo dessas ações e em todas as outras situações estratégicas que me autorizaram, inclusive utilizados em publicações e relatórios institucionais. Outras ações captadas foram as visitas pessoais às residências das militantes ou às instituições que representam, onde conversamos e pude escutá-las em muitos momentos, mesmo tendo optado pela sede do CDVHS como local para a realização das entrevistas narrativas, partindo dos eixos temáticos que desenhamos e que convergem com a problemática desta pesquisa.

Os registros das escritas nos diários, detalhando as minhas primeiras imersões, percepções e contágios, desde a chegada ao território do GBJ e, nas experiências construídas coletivamente junto a Rede DLIS e às lideranças que a compõe, figuram em todo o presente texto, caracterizando-o como potente ferramenta de escrita afetiva, sociopolítica e visceral. Meu olhar atento, curioso, respeitoso, analítico e crítico, foram fundamentais na produção desses registros detalhados, pois entendo que, quanto mais rico em anotações este diário for, “[...] maior será o auxílio que oferecerá à descrição e à análise do objeto” (Otávio Neto, 2002, p. 64).

2.7.2 Entrevistas narrativas para resgate das memórias dos engajamentos sociopolíticos

Nossa memória é política e todo ato político carrega em seu âmago uma função social, sendo o passado uma “[...] alteridade absoluta, que só se torna cognoscível mediante a voz do narrador” (Bosi, 2013, p. 61). Diante dessas premissas, destacamos a incumbência da memória oral, a sua relevância como tesouro cultural e comunal de um povo, mesmo que a memória seja seletiva, portanto, nem “[...] tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado” (Pollak, 1992, p. 203). Por isso, registro as minhas percepções de cenário e as afetações dos encontros com as lideranças do GBJ, desde 2017, para que se tornem escritas vivas nestas páginas.

Amparado no lugar social onde habito e luto, procurei nesse período caminhar de ombro a ombro com as lideranças do GBJ, consideradas lutadoras e guardiãs da memória do lutar, aprendendo com elas e assumindo o compromisso ético e político pela salvaguarda dos seus legados, missionado na captação e valoração das cenas que elas narraram, onde pude estar presente nalgumas das suas trajetórias sociopolíticas. Tais avizinhamentos contribuíram nos processos de condução e construção das entrevistas, pois elas ocorreram no CDVHS, como local inicialmente previsto para as entrevistas, mas também na minha residência, como propostas sugeridas por elas, pois, antes dos convites, já possuíamos familiaridade suficiente para prostrar e tomar café com tapioca ou cuscuz em nossas residências, sem relação direta com a presente pesquisa, simplesmente como algo natural e cotidiano.

Desse modo, o movimento de aproximação com as protagonistas deste estudo decorreu de duas principais questões mediadoras: o privilégio em habitar o mesmo chão e o lugar sociopolítico de luta no mesmo lado das trincheiras, como membro da comissão de articulação da Rede DLIS e como militante associado do CDVHS. Considero essas questões mediadoras relevantes, possibilitando imersões na atual pesquisa, no qual o aprendizados se construíram nas trocas afetivas, fortalecendo os sentimentos de irmandade, pertencimento ao grupo e a inclinação coletiva de cuidado com o nosso lugar.

Desse locus de familiaridade e afinidade, onde eu pude escutar e ser escutado, acolher e ser acolhido, frutificaram e floresceram vínculos fraternos que potencializaram as ferramentas propostas. Nesse caso, a maior proximidade com essas atrizes sociopolíticas, com o nosso objeto de estudo e com o campo problemático, aumentaram as corresponsabilidades ética, sociopolítica e autocrítica na condução desta pesquisa. Foi desse espaço pulsante, de vinculação e transformação que habita a mística desafiadora de “[...] cada pesquisador(a) em seu exercício contínuo de implicação” (Borges, 2021, p. 38), inclusive na escolha difícil de convidar as participantes, demonstrando que não somos imunes aos atravessamentos afetivos

ou às “[...] distorções relacionadas com as preferências individuais” (Thiollent, 1986, p. 62).

Tal postura exigiu permanentes análises implicativas, fossem nos atravessamentos das cenas vividas e experienciadas sobre a minha história de vida enquanto pesquisador acadêmico, ou “[...] sobre o sistema de poder que legitima o instituído, incluindo aí o próprio lugar de saber e estatuto de poder do ‘perito-pesquisador’” (Paulon, 2005, p. 23). No caso desta pesquisa-ação (Thiollent, 1986), em que os estudos de gênero dialogaram com a escrita, as análises implicativas se realizaram constantemente, sobretudo em relação a: a) privilégios atribuídos a mim, como homem cisgênero¹⁶ e heterossexual, na estrutura social patriarcal e binarista, cuja pirâmide sociopolítica e de privilégios é cis-heteronormativa; e b) a “pseudo” superioridade hegemônica do saber acadêmico atribuída a mim, enquanto pesquisador, vinculado a uma IES, investigando e escrevendo sobre vivências trajetórias de engajamentos sociopolíticos de lideranças femininas numa temporalidade de duas décadas.

No compromisso político pactuado pela salvaguarda dessas memórias e legados, desde o ano de 2018, tematizamos alternativas que enunciaram tais narrativas autobiográficas, envolvendo um trabalho de escavar e resgatar no presente, constituindo uma “[...] restauração ‘carregada de vestígios’, com atenção máxima às ‘ruínas da lembrança’, na ‘poeira das moradas’ (‘tempo explodido’), aos laços-vestígios que nos ligam a sentidos simbólicos apreendidos das gerações precedentes” (Rocha; Eckert, 2013, p. 46).

Nessa missão em prol da eternização dos momentos evocados nas lembranças, as entrevistas foram utilizadas na pesquisa. E, por intermédio delas captei informações relevantes contidas nas narrativas das atrizes sociais da Rede DLIS, não apenas como “[...] uma conversa despretensiosa e neutra [...] individual e/ou coletiva” (Otávio Neto, 2002, p. 57), à qual conduzimos e operacionalizamos as entrevistas, optando por uma proposta de caráter semiestruturado, balizada por um roteiro que favoreceu a colheita das memórias em histórias de vidas.

Na nossa pesquisa-ação (Thiollent, 1986), as colheitas dos dados foram realizadas por meio da “[...] entrevista individual aplicada de modo aprofundado” (Thiollent, 1986, p. 64), encontrando nos recursos das **entrevistas narrativas**, um suleador potente à escuta e manejo das narrativas históricas das lideranças, por sua natureza dialógica e sociopolítica, de natureza semiestruturada, focando nas vivências como via estratégica de aproximação, compreensão da realidade estudada e, onde o principal propósito foi “[...] retratar as experiências vivenciadas,

¹⁶ Termo utilizado para descrição de uma condição humana, cuja identidade de gênero condiz com o sexo (órgão genital) que lhe foi designado ao nascer. Já as pessoas transgênero, não se identificam com o gênero da qual lhe foi atribuído, a partir do seu sexo.

bem como as definições fornecidas por pessoas, grupos ou organizações” (Otávio Neto, 2002, p. 58).

Antes de prosseguirmos, destacamos uma concepção de Otávio Neto (2002) sobre as histórias de vida, onde as subdivide em: “história de vida completa” (p. 58), retratando o conjunto das experiências vividas e a “[...] história de vida tópica, que focaliza uma etapa ou determinado setor da experiência em questão” (p. 59). Nesse panorama, onde intencionamos compreender engajamentos sociopolíticos de militantes e lideranças femininas na Rede DLIS, no recorte temporal de, mais de duas décadas, avizinhamo-nos à concepção metodológica de uma “história de vida tópica”.

Em nossa caminhada ratificamos a natureza flexível e de abertura das entrevistas narrativas, favorecendo com que cenas de vivências sociopolíticas narradas pelas guardiãs pudessem se manifestar, independentemente dos juízos de valores ou opiniões críticas dos conteúdos verbalizados, assumindo o lugar de testemunhas não neutras, demarcando o lado ocupado na “[...] história, e reafirmando sua posição ou materializando-a” (Bosi, 2023, p. 473).

Nessa proposta metodológica, ressaltamos os resgates mnemônicos viscerais com que as lideranças resgataram as cenas passadas e significativas, com densidade interpretativa e afetiva. No nosso caso, ocorreram momentos de reflexões e expressões de pensamentos críticos e políticos reprimidos, “[...] que muitas vezes nos chega em tom de confiança [...] sobre a própria vivência ou sobre determinado fato” (Otávio Neto, 2002, p. 59), assim, os depoimentos foram encorajados, as memórias relevantes foram emergindo com leveza e fluidez, fissurando o *modus operandi* convencional e positivista das pesquisas tradicionais.

Com efeito, a escolha político-metodológica pelas entrevistas narrativas se justificou pela ideia central do método sobredito, utilizado como balizador nas pesquisas qualitativas, para gerar histórias, reconstruir fatos e acontecimentos sociais relevantes “[...] a partir do ponto de vista dos informantes, onde a influência do entrevistador nas narrativas deve ser mínima [...]” (Muylaert *et al.*, 2011, p. 194).

Logo, no encontro e mediação das entrevistas narrativas, busquei pouco interferir, viabilizando diálogos respeitosos e horizontais junto às narradoras. Como esperado, não houve docilidade nas falas políticas das interlocutoras, por vezes aguerridas, politizadas e denunciativas, sendo possível compreender a necessidade de tantas batalhas, suor e sangue derramado, para que tenhamos resquícios do mínimo de políticas que usufruímos no GBJ hoje, discorrendo sobre elementos empíricos inquietantes, revelando que a fala e a escuta, quando políticas, “[...] são sempre tensas. Justamente, por isso geram um campo de forças dentro do qual é possível romper com os poderes estabelecidos” (Tiburi, 2021, p. 61).

Após a decisão de utilizar as ferramentas metodológicas desta pesquisa, ainda em 2022-2023, período em que delimitamos o escopo para a investigação, compreensão e análise do objeto desta tese (2000-2025), iniciaram-se os convites para as entrevistas narrativas. A proposta foi feita no final das assembleias da Rede DLIS e noutros momentos, quando enviei mensagens para todas por meio de WhatsApp, prontamente respondidas com as confirmações. Os agendamentos das entrevistas foram iniciados no dia 16 de outubro de 2023, após rigoroso procedimento de validação documental e autorização pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/CONEP), quando emitiu o parecer de autorização no dia 16 de fevereiro de 2024 e, dez dias depois, entrevistei a primeira interlocutora, dona Raimunda.

Ainda em 2023, a coordenação do CDVHS foi procurada para que as entrevistas ocorressem lá no ano seguinte, como prevista na submissão da documentação ao CEP/CONEP. O espaço da OSC foi escolhido por vários motivos, dentre eles por se tratar de um lugar familiar a todas, pela sua localização neutra em relação à territorialização (fraccionamento) da capital, em uma avenida de fácil acesso e pela estrutura física necessária para a realização das entrevistas. Mas, alguns vieses fizeram com que recalculássemos as rotas, impossibilitando a realização de todas no Centro. As entrevistas ocorreram entre os meses de fevereiro e abril do ano de 2024, no CDVHS, em minha residência e, enunciar-se-ão no avançar da vossa leitura, entre as linhas da presente tese para (re)lembrar com quem conversei e de onde escrevi.

Antes do início da aplicação das entrevistas narrativas, realizei uma pré-entrevista (Bosi, 2013), convencionando intitular de entrevista piloto, instrumento relevante no processo constitutivo do roteiro. Nas demais, convidei as narradoras, adaptei-me aos seus horários, disponibilidade e, não o contrário, como sugeriram Pope e Mays (2005).

A liderança convidada para esta etapa piloto foi dona **Raimunda**. Desse nosso encontro identificamos dúvidas, incoerências, lacunas e acrescemos sugestões propostas por ela no instrumental, e que contribuíram nos temas posteriores. Suas narrativas figuram em quase todo o nosso escopo textual, considerando que ela foi a liderança que me acolheu no GBJ e que mais registrei momentos conjuntos nos diários. Nosso encontro para entrevista aconteceu em minha residência, numa segunda-feira, no dia 26 de fevereiro de 2024, das 16h às 17h31min. Nesse dia, o horário se confirmou minutos antes da entrevista, impossibilitando a logística para realização na sede do CDVHS, como proposto anteriormente. As escutas iniciais ocorreram entre goles de café quentinho e coado (Diários de campo, 2024).

Dona **Maria Pacheco** foi a segunda liderança interlocutora a ser entrevistada em minha residência. A atividade ocorreu das 17h30min às 18h55min, numa segunda-feira, dia 25 de março, data celebrada como Feriado Estadual da Data Magna, estabelecido em função do

Ceará ter sido o primeiro Estado brasileiro a abolir a escravidão em 1884. A decisão pela realização da entrevista em minha residência foi, sobretudo, em função do fechamento da sede do CDVHS nessa data, ademais, seria um dos poucos dias que a narradora teria disponível no mês, devido aos trabalhos, aos estudos, a militância e família. Merendamos café com cuscuz e, enquanto comíamos, conversávamos sobre questões políticas referentes ao território e os desafios cotidianos. Em seguida, iniciamos a entrevista narrativa (Diários de campo, 2024).

Dois dias depois ocorreu a terceira entrevista, com a colaboração de **Dandara**, no dia 27 de março, uma quarta-feira, das 10h às 10h50min, na sede do CDVHS. A confirmação desta data ocorreu por telefone, no feriado de segunda-feira. Chovia muito e, ao chegar no local agendado com antecedência, fiquei abrigado na calçada de uma loja ao lado, aguardando a interlocutora, pois ela estava em reunião em uma Escola parceira do CDVHS e dos Jovens Agentes de Paz (JAP). Na hora combinada ela chegou e adentramos à OSC, organizamo-nos e conversamos um pouco antes de realizarmos a entrevista. Ao término proseamos mais sobre as ações previstas para o GBJ e a Universidade (Diários de campo, 2024).

A quarta entrevista ocorreu no mês seguinte, no dia 19 de abril, numa sexta-feira, das 15h às 15h42min, na minha residência. Me recordo que nesse dia **Xica Manicongo** estava usando um lindo vestido branco, quando elogiei dizendo que ela parecia Iemanjá, ela agradeceu e disse que as sextas são dia de Oxalá. Nesta data, Xica representou politicamente as juventudes homenageadas na celebração de 20 anos da Rede DLIS, promovida na Câmara Municipal de Fortaleza pela Mandata Coletiva Nossa Cara. Outras lideranças foram celebradas no evento, como a dona Maria José, cofundadora da Rede e representante do CDVHS. Neste dia fomos e voltamos juntos(as) ao evento celebrativo. Após o término, retornamos no ônibus fretado para o CDVHS, em seguida pedi um carro de aplicativo e nos dirigimos, eu e Xica, para a minha residência. Chegando, enquanto aguardávamos o nosso almoço pedido em *delivery*, conversamos sobre temas diversos, como: cultura, saúde mental, representatividade feminina, transgeneridades e travestilidades. Aprendi muito com Xica, inclusive que ela e nem toda travesti se identifica com a identidade de gênero mulher e, assim considereei nos escritos deste texto. Ademais, sorrimos sobre causos e situações cotidianas. Almoçamos e, seguidamente, iniciamos a entrevista. No término, conversamos por longos minutos enquanto tomávamos chá que eu havia preparado para ela, pois a mesma havia restringido o café e outros alimentos na sua dieta nutricional (Diários de campo, 2024).

A última entrevista realizada foi com a dona **Maria José**, a exemplo da primeira, foi a mais longa, talvez pelo fato de ambas terem sido cofundadoras da Rede DLIS e, ao lado de outras lideranças, participado mais ativamente da caminhada dessa instância sociopolítica,

ao longo de toda sua trajetória de atuação. Nosso encontro ocorreu no dia 23 de abril, terça-feira, das 15h às 17h. Chegando à sede do CDVHS, cumprimentei a companheirada do Centro como costumeiramente. A entrevistada pediu, gentilmente, para que eu a aguardasse, pois eu havia chegado com 15min de antecedência, enquanto isso fui organizar o auditório para que iniciássemos. Foi em nosso diálogo que confirmei a não participação de uma das lideranças da Rede DLIS nas entrevistas, pois estava acometida de uma enfermidade. Após a entrevista, continuamos conversando e sorrindo sobre os causos do GBJ (Diários de campo, 2024).

Durante a realização das cinco entrevistas narrativas, percebi o quão sentido fazia a frase que li da Ecléa Bosi (2013), afirmando que, se há uma proposta de entrevista ideal, é “[...] aquela que permite a formação de laços de amizade; tenhamos sempre na lembrança que a relação não deveria ser efêmera [...] Se não fosse assim, a entrevista teria algo semelhante ao fenômeno da mais-valia, uma apropriação indébita do tempo e do fôlego do outro” (Bosi, 2013, p. 60-61).

A familiaridade com muitas protagonistas das lutas do território do GBJ, inseriram-me nas trajetórias de suas vidas e história da Rede DLIS, desde a minha chegada a esse chão em 2017. Mesmo assim, as escutas nas entrevistas narrativas não foram brandas, houve momentos de tematizações tensas e emotivas nas falas. O convite a narrarem sobre si mesmas e o seu lugar social conquistado a punhos cerrados, foi também uma forma de se escutarem e identificarem nos seus protagonismos as ações de luta e a importância dessas nas incidências por políticas públicas nesse chão. Conduzi com seriedade, afeto, respeito e acolhida àquele fenômeno que se manifestava a nós, possibilitando catarses e canais de escutas sensíveis para a compreensão da conjuntura.

Assim como não esperei brandura e/ou passividade no encontro com as lideranças para a realização das entrevistas-narrativas e escutas das suas falas, Bosi (2013) ponderou que também não podemos pensar “[...] que as testemunhas orais sejam sempre mais ‘autênticas’ que a versão oficial. Muitas vezes são dominadas por um processo de estereotipia e se dobram à memória institucional [...] A memória oral também tem seus desvios, seus preconceitos, sua inautenticidade” (Bosi, 2013, p. 17).

Nas entrevistas experienciamos uma aventura comum e provamos, “[...] no final, um sentimento de gratidão pelo que ocorreu: o ouvinte, pelo que aprendeu; o narrador pelo justo orgulho de ter um passado tão digno de rememorar quanto o das pessoas ditas importantes” (Bosi, 2013, p. 61). Neste encontro ocorreram encantamentos e, sem perdermos de vista a relevância da criticidade, saímos mexidos(as) e transformados(as) “[...] pela convivência, dotada de uma qualidade única de atenção. Ambos sofrem o peso de estereótipos, de uma

consciência possível de classe, e precisam saber lidar com esses fatores no curso da entrevista” (Bosi, 2013, p. 61).

Conduzindo esses encontros acadêmico-afetivos e imergindo nas investigações das profundezas mnemônicas oceânicas de cada narrativa, busquei nessa confluência atentar às pistas, sinais, entrelinhas das falas, mas também às “[...] características para-linguísticas (tom da voz, pausas, mudanças na entonação, silêncio que pode ser transformado em narrativas não ouvidas, expressões entre outras)” (Muylaert *et al.*, 2011, p. 195).

Na realização das entrevistas, reiterei os objetivos da pesquisa – informados no momento dos convites – e sugeri que assinassem dois documentos institucionais: o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Termo de autorização para gravação de voz. Seguidamente, apresentei o roteiro de entrevista narrativa, subdividindo-se em quatro grandes blocos/eixos de indagações, sem a pretensão de segui-las *ipsis literis*, mas como aporte suleador dos processos evocadores das memórias que as guardiãs salvaguardavam em seu âmago, nos momentos genuínos pessoais e com o seu passado e presente, “[...] tanto a lembrança quanto o esquecimento, tanto o falado como o silenciado” (Bosi, 2013, p. 18).

Tais indagações na composição do roteiro de entrevistas narrativas, ilustrado no final da tese (Apêndice A), organizam-se e se expressam nos quatro eixos seguintes: 1) perfil das militantes e lideranças femininas que compõem a Rede DLIS ao longo de sua história; 2) processos de constituição e/ou intersubjetivação enquanto sujeitos sociopolíticos no chão do GBJ; 3) ações de engajamento sociopolítico feminino, desde a proposta do DSP, da PDS e na sociogênese da Rede DLIS no GBJ; 4) algumas alavancas motivadoras e estratégias sociopolíticas das lutas sociocomunitárias locais, buscando entender se elas seguirão.

Na proposta de roteiro sobrescrito, busquei garantir a flexibilidade e leveza nas conduções, rompendo com a rigidez da esquematização tradicional ou estruturação em “[...] pergunta/resposta, definido pelas entrevistas formais” (Pachá; Moreira, 2022, p. 4). Assim, não aspirei coletar respostas prontas, partindo de ferramentas engessadas e impostas – como os questionários de entrevistas estruturadas – mas utilizei uma linguagem objetiva, simples, acessível e acolhedora na mediação, mesmo diante de termos aparentemente intrincados.

Os retornos das entrevistas produziram e revelaram indícios notáveis de caráter substantivo, transpondo a transmissão direta, enunciando vivências e experiências enquanto “[...] aspectos fundamentais para compreensão tanto do sujeito entrevistado individualmente, como do contexto em que está inserido” (Muylaert *et al.*, 2011, p. 198), sobre situações que só poderiam ser anunciadas por atrizes sociopolíticas da Rede DLIS, cujas raízes estão fincadas no lócus do GBJ, onde habitam e reexistem cotidianamente nas lutas, demarcando seus lugares

sociopolíticos, como disse Djamila Ribeiro (2019), mas também a condição de legitimidade na salvaguarda das memórias, das histórias e do território.

As cinco entrevistas ocorreram entre os meses de fevereiro a abril de 2024. Ao todo foram gravadas 6h:49min de áudios, transcritos em 101 páginas. Nesses cinco encontros com os momentos vividos das militantes e lideranças sociocomunitárias da Rede DLIS, bem como em entrincheiramentos e ações sociopolíticas das quais eu pude participar ao lado delas, as ouvi, aprendi e senti àqueles encontros como resgates das memórias e ensinamentos ancestrais de um povo. Nas escutas e transcrições dos materiais colhidos, fui atravessado por essa força ancestral e/ou sagrado feminino, representado em tantos corpos e vozes.

Propus que, caso conseguíssemos agendas com as nossas interlocutoras e com as instituições componentes da Rede DLIS, ao final desta pesquisa, realizássemos uma defesa ou apresentação pública da tese no GBJ, que poderia ser na própria sede do CDVHS, local onde foram conduzidas algumas entrevistas narrativas, ou em assembleia itinerante da Rede em uma comunidade do território, considerando o aliançamento dos(as) agentes sociopolíticos em articulação. Considero essa possibilidade em respeito a esse chão, às militantes e as lideranças interlocutoras da presente pesquisa.

A ideia proposta acima, assim como a iniciativa desta tese, pretendem ser uma partilha da colheita ao grupo de guardiãs das memórias da Rede DLIS implicadas no processo, mas também as comunidades do GBJ, publicizando o conhecimento plantado, arado e colhido coletivamente enquanto nos fortalecíamos nas nossas ações, convicções e nos sentimentos de pertencimento, fazendo “[...] conhecer os resultados de uma pesquisa que, [...] poderá gerar reações e contribuir para a dinâmica da tomada de consciência e, eventualmente, sugerir o início de mais um ciclo de ação e investigação” (Thiollent, 1986, p. 72). Por sua vez, “[...] a tomada de consciência se desenvolve quando as pessoas descobrem que outras pessoas ou outros grupos vivem mais ou menos a mesma situação” (Thiollent, 1986, p. 72).

A estratégia analítica utilizada diante dos registros empíricos, fundamentou-se pela análise de narrativas e documental, sendo fonte muito cara na composição de subsídios e posteriores análises do conhecimento popular histórico encarnado que acessamos, desvelando, como sugeriu a autora Lucília Delgado (2003, p. 22), “[...] um potencial [que] é inesgotável”. Por isso, a utilização dessa ferramenta como suleadora para acesso ao plano do vivido, tanto na condução quanto na colheita das falas das nossas interlocutoras.

2.7.3 Análise das narrativas: o lugar social e de fala é feminino

Walter Benjamin (1994) pontuou que as narrativas potencializam a emergência de

questões centrais experienciadas singularmente na coletividade, como interpelações, dilemas, pautas, conflitos, vitórias e derrotas, podendo desvelar interpretações e sínteses expressivas de uma memória coletiva dos movimentos sociais locais. Esses relatos se constituem enquanto “[...] material extremamente rico para análise do vivido. Nele podemos encontrar o reflexo da dimensão coletiva a partir da visão individual” (Otávio Neto, 2002, p. 59).

As narrativas das militantes, lideranças sociocomunitárias e representantes da Rede DLIS, interlocutoras deste estudo, partiram de um lugar social de pertencimento e de fala (Ribeiro, 2019). Nos processos analíticos dos elementos colhidos nessas verbalizações, foi realizada uma “**análise de narrativas**”, como sugerida por Pachá e Moreira (2022). Tal proposta foi aplicada como método que utiliza uma técnica específica, cuja exigência foi de que não houvesse a “[...] intenção de esgotar as possibilidades de análise, mas sim de realizar uma análise no sentido de abrir os sentidos” (Pachá; Moreira, 2022, p. 164).

Essa proposta de análise, a exemplo do que Muylaert *et al.* (2011) ponderam, funcionaram como ferramenta auxiliar na interpretação e análise dos elementos empíricos, transcritos nas mais de 460 páginas de meu acervo pessoal, somando os diários de campo e as entrevistas narrativas, como instrumentos valorativos dessas vozes captadas e dos saberes locais das detentoras desse lugar social e de fala (Ribeiro, 2019). Saberes esses que enxerguei e acolhi como potentes mecanismos populares de resgate rememorativos, salvaguarda das memórias dos engajamentos e protagonismos femininos coletivizados nas ações de lutas.

Ao final das entrevistas narrativas, realizei as análises delas. Muylaert *et al.* (2011) propõem que analisemos e transcrevemos os materiais coletados com esmero, ordenando-os de acordo com os acontecimentos mais relevantes nas narrações das trajetórias realizadas pelas interlocutoras entrevistadas. Em seguida, realizei uma leitura cuidadosa, investiguei o material com minúcia, descrevi e categorizei trechos que partiram das dimensões emergidas nas falas, traçando um paralelo entre as trajetórias individuais das protagonistas. Em um momento posterior de análise, após as comparações, identifiquei as semelhanças, partindo dos casos individuais às trajetórias coletivas, já que um dos focos era a articulação em rede, da qual as atrizes sociais participaram. Foi nesta fase que se iniciaram os processos de “análise das narrativas”, recomendados por Muylaert *et al.* (2011), e entendidos como redução gradativa do texto em que se opera uma síntese de sentido e generalização.

Não utilizei software no manejo, nas colheitas e análises, mesmo diante da sua importância na pesquisa científica. Inclinado na artesanania do fazer popular e comunitário, desafiei-me a analisar, considerando a sensibilidade ou o rigor acadêmico, mas como um artesão nordestino que esmera e manuseia as suas peças de argila sem renunciar ao contato

direto das suas mãos com as peças, sentindo o frescor e o cheiro do material utilizado, em um processo em que os toques das próprias mãos são as ferramentas mediadoras entre o coração e a obra.

De modo operacional e didático, o conteúdo das falas das nossas interlocutoras foi dividido em três colunas. Na primeira coluna organizei as primeiras transcrições de modo geral, na seguinte realizei a primeira redução e categorização e, na terceira e última coluna descrevi as palavras-chave que nomeei a partir das falas. Nessa proposta, as categorias foram pensadas, desenvolvidas e relacionadas em cada narrativa e, posteriormente, ordenadas “[...] em um sistema coerente para todas as entrevistas realizadas na pesquisa, sendo o produto final a interpretação conjunta dos aspectos relevantes tanto aos informantes como ao pesquisador” (Muylaert *et al.*, 2011, p. 196).

Pretendemos, com isso, compreender os aspectos relatados pelas interlocutoras neste estudo, como mergulho vivencial, que foi da margem à profundidade oceânica dos sentidos enunciados a cada gesto, entonação, pausas nas vozes ou nos silêncios que revelaram espontaneamente os fenômenos. Michel Foucault (2006) ponderou que, quando os fenômenos são narrados de modos espontâneos e autênticos, desvelam faces das relações de poder tensionadoras do campo, sob vieses históricos, estruturais, culturais ou sociopolíticos que possibilitam, gestam ou administram discursos, sendo estes inesgotáveis de sentidos.

Em consenso, Muylaert *et al.* (2011, p. 198) apontaram a relevância das narrações de histórias de vida em estudos qualitativos como o nosso, pois elas permitem “[...] capturar as tensões do campo, de maneira que as ressonâncias e dissonâncias de sentidos que emergem pelas falas, sejam problematizadas a partir do encadeamento das falas que constitui a trama em que relatos biográficos e fatos vivenciados se entrelaçam”.

Dialogando com os autores sobreditos, apontamos essa etapa do estudo como processo delineado, desde as primeiras escutas atentas e respeitosas, leituras cuidadosas e transcrições das narrativas dos sujeitos, com afinco no trabalho investigativo das dimensões enunciadas nas falas, até a identificação dos fatos relevantes nas trajetórias coletivas.

Propusemos, em síntese, não dialogar com influências e vertentes dualistas ou positivistas cujas heranças se posturam em produções científico-acadêmicas contemporâneas, hierarquizando saberes/fazeres científicos em detrimento dos saberes populares e pressupondo que o(a) pesquisador(a) seja diretivo(a), detentor do pretense saber inquestionável diante dos outros, como o das guardiãs da memória e do chão do GBJ, que no caso seriam receptáculos de conhecimentos hegemônicos, subordinadas aos representantes destes e objetos passíveis de serem manipuladas na pesquisa de modo apolítico.

2.7.4 Análise documental das ações sociopolíticas empíricas

A proposta de avizinhamento e **análise documental**, foi uma estratégia utilizada como potente caminho de acesso aos indícios redigidos e registrados da realidade empírica nas ações sociopolíticas que pretendemos nos aproximar. Nesse caso, tal análise representou um exercício inclinativo de olhar sociopolítico, sensível, compreensivo-interpretativo, frente à riqueza das fontes. Esse acesso foi possível devido a três fatores: minha representação como associado do CDVHS e membro da Rede DLIS; minha proximidade pessoal e participação na militância local junto às demais lideranças dessas duas instâncias; e a autorização, bem como o fornecimento do acesso documental e registros pelas interlocutoras.

As fontes documentais acessadas perfizeram um total de 1.276 páginas analisadas em três blocos. No primeiro, compilei um montante de 813 páginas de relatórios técnicos e institucionais oficiais (muitos sob a minha responsabilidade), produzidos pelo CDVHS e pela Rede DLIS, incluindo os documentos oficiais do DSP (2003-2023) e da PDS (2005-2025) do território do GBJ.

Em suma, o exercício aproximativo, investigativo e de registro das experiências dos engajamentos sociopolíticos das nossas narradoras, partindo das suas falas, das nossas experiências conjuntas e das documentações institucionais que tive acesso, forneceram pistas e guiaram ao entendimento de processos históricos e mnemônicos coletivos ocorridos no chão do GBJ e que reexistem ao tempo. A reflexão crítica sobre esses fenômenos esteve presente na caminhada afetiva com as lideranças, e prosseguirá após a conclusão deste estudo, cujo compromisso ético, político, crítico, rememorativo e de denúncia é contínuo.

Por fim, algumas fontes referentes a Rede DLIS, ao CDVHS, às lideranças femininas que neles atuam e ao objeto que nos dedicamos a investigar e compreender, partindo das mais de mil páginas transcritas, recebem uma atenção privilegiada, desde o ano de 2017, por serem entes sociopolíticos familiares dos quais participei neste recorte temporal enquanto estudante, pesquisador, militante e liderança na produção da minha dissertação de mestrado e na presente pesquisa de tese, ocorrida entre 2021 e 2025.

Submeti tal pesquisa para aprovação do CEP/UECE em outubro de 2023, data em que a proposta e a documentação foram anexadas e, posteriormente, submetidas à Plataforma Brasil/sistema CEP e Comissão Nacional de Pesquisa (CONEP), seguindo a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), e gerando o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE), cuja identificação do protocolo foi: 75100823.0.0000.5534. O parecer de aprovação para a realização das entrevistas se deu em fevereiro de 2024.

3 GUARDIÃS DA MEMÓRIA, DA HISTÓRIA E DAS COMUNIDADES DO GBJ

“Somos a memória que temos e a responsabilidade que assumimos. Sem memória não existimos. Sem responsabilidade talvez não mereçamos existir”.

(José Saramago).

3.1 Uma breve enunciação

Assim como o canto das cigarras da caatinga enunciam a chegada das chuvas que enverdece as matas do nosso sertão nordestino, as próximas unidades textuais serão semeadas por *corpus* de saberes acadêmico-populares que integram pontos de vistas abrangentes, auxiliando-nos na aproximação e compreensão conjuntural sociopolítica prioritária, sob diferentes ângulos, preenchendo lacunas e respondendo às indagações advindas desse campo durante a trajetória de florescimentos que experienciamos em um Grande (Bom) Jardim.

As interlocuções entre tais referências fogem do ecletismo teórico, sugestionando pluralidades de pensamentos complementares e problematizações críticas, munidos(as), ainda, das contribuições teóricas, metodológicas, epistemológicas e, como ponderado, dos saberes populares e ancestralidades que as lideranças sociocomunitárias herdaram e compartilharam como pontes atemporais. Ademais, tivemos as colaborações de pensadoras decoloniais, dos feminismos negros, interseccionais, comunitários e demais articulações às Ciências Humanas, Sociais e Políticas, que contrapõem aos *modus operandis* hegemônicos do fazer científico, contrapondo-os com saberes engajados e insurgentes do Sul Global, condizentes com a nossa geopolítica e com o objeto de estudo, na promoção das sementeiras no solo das memórias, e impulsionando outras lutas como florescimentos.

A inclinação por essas perspectivas consideradas teórico-políticas revelou o nosso posicionamento acadêmico-militante, na confrontação crítica das produções intelectuais que produzem binarismos, reforçam o patriarcado, privilegiando o androcentrismo, na dicotomia sexo-gênero, geralmente incoerentes com as pluriversidades humanas e, particularmente, nas nossas cinco interlocutoras, como emolduradores de posições subalternas que as relegam à grupos minoritários na base da pirâmide das hierarquias de direitos sociais.

Na utilização desses marcos teóricos, caminhamos em coerência com a nossa práxis frente a conjuntura investigada, potencializando reflexões críticas e indagações sobre o lugar histórico, sociocultural e político do gênero, bem como os usos e desusos do termo “mulher”, no cerne dos nossos sistemas patriarcais opressivos, produtores e administradores das múltiplas violências em nossa realidade sociopolítica ao longo da história. Além disso, ressaltamos

posicionamentos dos movimentos feministas nas confrontações a essas estruturas, inclusive nos interpelando sobre a possibilidade da superação dos universalismos generalistas na construção coletiva de feminismos interseccionais, de política decolonial e mais inclusivos.

Diante dessa proposta de estudo, cujo caráter é representativamente feminino, ressaltamos a sua relevância como instrumento sociopolítico na compreensão das trajetórias sociopolíticas de ativismo histórico-feminino contra um sistema estrutural de poder patriarcal que as oprime, hierarquiza por gênero, raça e classe (Davis, 2016), atingindo, especialmente os sujeitos racializadas, cujas mobilizações e ativismos ancorados nos movimentos feministas radicais relegaram ao ostracismo político, menosprezando os marcadores interseccionais de opressões. De encontro a isso, consideramos a pluriversidade das histórias humanas, pois nem todas as pessoas são brancas, “[...] nem todo negro é homem, nem todas as mulheres são adultos heterossexuais, nem todo adulto heterossexual tem locomoção política, visto as geografias do colonialismo limitarem as capacidades humanas” (Akotirene, 2019, p. 45).

Nessa geopolítica, no que concerne ao nosso lócus de pesquisa, enquanto eu o adentrava, a história que haviam me feito crer sobre ele, relegavam-no ao lugar de opressão, estigmatização e morte, advindo de falas cooptadas e utilizadas à serviço discursivo do poder hegemônico. Como toda ação é um fenômeno social, histórico, cultural e político, no processo de avizinhamo com as lideranças da Rede DLIS, o rumor estigmatizador da história única (Adichie, 2019) se transmutou em diversas histórias de vida acolhedoras e potentes. A fim de ecoar suas vozes e trajetórias, resgatamos a força dos saberes populares locais, articulados aos conhecimentos acadêmicos, investigar e compreender experiências sociopolíticas e gênicas.

Ponderamos a força desses resgates históricos mnemônicos, como mecanismos de resgate ancestral, reparação e fortaleza à sustentabilidade das lutas sociopolíticas presentes e vindouras, em memória daquelas que encantaram, saudação a quem está e possibilidades para quem virá, pois resgatar as raízes ancestrais e reconhecer os passos dados antes de nós é anuir que as garantias dos serviços básicos e as políticas sociais no território do GBJ e adjacências, como direitos a dignidade humana, foram arrancados com muitas lutas sociocomunitárias da Rede DLIS e demais entes sociopolíticos do território, sobretudo femininas, que araram a terra para que nossas raízes fossem nutridas, pudessemos florescer e frutificar.

Em suma, esta unidade textual ressalta a relevância, não apenas dos resgates, mas da salvaguarda das memórias locais em respeito a nossa ancestralidade e àquelas que araram o chão político para que pudessemos caminhar com os pés descalçados. Nesse caso, assumimos tal postura científico-política na investigação e constituição deste estudo e na sua relevância a “[...] uma nova contribuição ou conhecimento”, como ponderou Marilda Ciribelli (2003, p. 88).

3.2 Semear e salvaguardar o solo-memória para as lutas femininas florescerem

“Um povo sem memória é uma árvore sem raiz” (Santos; Oliveira, 2024, p. 155). O semeio do solo é anterior ao enraizamento e aos florescimentos, assim como a salvaguarda das memórias é herança ancestral à posteridade e força sustentável às lutas sociocomunitárias locais. A memória nos conecta às nossas ancestralidades.

Assim, pedimos licença a elas para resgatarmos um provérbio africano – Adinkra, do povo Ashanti – sobre o presente, mas reverenciando os caminhos de retorno à sua memória ancestral. O foco no hoje, olhando para as trajetórias de ontem, ensina-nos a recorrer às nossas ancestralidades e que as forças atuais foram semeadas e enraizadas por essas tradições. Assim como Bosi (2023, p. 85) se referiu aos anciãos das tribos antigas e seu honroso lugar de guarda “[...] do tesouro espiritual da comunidade, a tradição”, mencionamos as guardiãs da memória, da história e do nosso território-campo-vivência.

Dessa filosofia ancestral Adinkra, produziu-se a Sankofa, símbolo representado visualmente por um pássaro com penugens coloridas, de predominância preta, cujo corpo se encontra inclinado para o lado esquerdo, em respeito ao passado, e no bico resgata algo de lá para o presente, ensinando-nos a valorizar nossas ancestralidades e nos alertando para seguirmos em frente primando a relevância do passado vivido. Em caso análogo, Bosi (2023) exemplificou na cena do ancião, em que são considerados testemunhas em um momento presente, cujos fatos foram resgatados das “[...] mais distantes lembranças” (p. 422).

Diante dessa cara e simbólica metáfora africana e da função social mnemônica referida por Bosi (2023), surge um questionamento: como construir fortes pontes bussolares que nos impulsionem e conduzam a um devir, considerando as possibilidades vindouras dos caminhos de retorno às nossas raízes ancestrais? Não possuímos respostas prontas a esta indagação, mas sabemos que uma das funções operacionais das pontes é interligarem pontos.

O ditado africano nos ensina a inclinarmos nosso olhar para quem caminhou antes de nós, reverenciando as suas histórias de vidas e trajetórias, mesmo optando por seguir. Assim, conduzimo-nos respeitando as memórias das experiências advindas de engajamentos sociopolíticos das militantes e lideranças da Rede DLIS e de outras frentes, na manutenção das lutas sociocomunitárias vindouras. As gerações avós são pontes, quando transmitem suas memórias pela oralidade nas narrativas históricas, reavivando e impulsionando as chamas das batalhas nas demais agentes sociopolíticas, inclusive, nas gerações netas (Bispo, 2023) que, enquanto escutam ou lembram, sustentam-se nas articulações sociocomunitárias para as lutas em âmbito territorial local. Desse fato, ressaltamos o papel social das memórias e sua “[...] alta

função da lembrança” (Bosi, 2023, p. 84).

Com efeito, buscamos nas nossas relações interpessoais e experiências cotidianas de resgates mnemônicos junto às interlocutoras deste estudo, um elo passado-presente-futuro, ou, o que Mario Llosa (1998, p. 54) referiu no seu livro: “O falador”, sobre as pessoas que são como “situações-pontes entre passado, presente e futuro, trazendo notícias vivas do cotidiano, lembranças tensas do passado e futuros possíveis ou perdidos”, encontrando no presente algo autêntico que foi, metaforicamente, colhido com o bico lá atrás.

Nessa perspectiva da ponte mnemônica, Almeida (2014) aponta que as guardiãs da memória do território do GBJ hoje são herdeiras das lembranças coletivizadas pelas suas ancestrais, missionadas à sustentabilidade mnemônica como combustíveis impulsores para as lutas vindouras. Sendo assim, a memória é considerada um “[...] motor de auto-organização na luta contra a opressão, que o sistema-mundo criado pelas sociedades europeias impôs aos incontáveis povos na África, nas Américas e na Ásia” (Santos; Oliveira, 2024, p. 157).

Contextualizando o nosso lócus de estudo, tais atrizes sociais são personalidades reconhecidas como militantes e/ou lideranças sociocomunitárias locais, “[...] que dedicaram a vida às lutas sociais reivindicatórias de direitos sociais. Cada uma narra [...] diversas ações de pressão popular realizadas sobre os governos para reivindicar políticas sociais e urbanas para a população local” (Almeida, 2014, p. 211-212).

Para Caixeta (2006, p. 62), tal processo de identificação e reconhecimento coletivo das agentes enquanto “[...] guardiãs da memória se dá pela narrativa de história de vida, por imagens e objetos que medeiam a atividade de memória”. Em outros termos, as ações como a salvaguarda mnemônica que “[...] exercem as posicionam em espaços comuns de atuação social, conferindo identificação como guardiãs” (Caixeta, 2006, p. 62). Apesar do caráter coletivo da memória, os sujeitos que recordam em suas particularidades memorizam os fatos e os acontecimentos detalhados nas “[...] camadas do passado a que tem acesso e pode reter objetos que são, para ele, e só para ele, significativos dentro de um tesouro comum” (Bosi, 2023, p. 427).

Coincidindo com o pensamento das autoras mencionadas, a Museóloga Priscila Oliveira (2017) considera que a categoria memória representa o acúmulo e/ou resgate de informações adquiridas nas vivências, não se restringindo à ideia de propriedade individual da recordação, mas influenciada pelo contexto social. Isso posto, no entendimento das Ciências Humanas e Sociais, a rememoração é entendida como produto ou “[...] construção social, e têm nos estudos sobre a memória social e os processos de compartilhamento de representações sociais um amplo campo de discussão e desenvolvimento conceitual” (Oliveira, 2017, p. 225).

Nessa mesma linha de raciocínio, em uma conferência realizada no Brasil, Pollak (1992) reiterou o caráter coletivo e social da memória, afirmando não haver história única ou restrita a uma pessoa, mas processos que transcendem esse entendimento, apontando-a como construção social, política e coletiva, organizada no presente, com fragmentos de memórias herdadas de outro tempo, agregando “[...] acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer” (Pollak, 1992, p. 201). Mais tarde, a autora Adichie (2019) reitera e reivindica a necessidade de desvelamento das múltiplas histórias. Essa memória coletiva foi enfatizada como construção que se “[...] desenvolve a partir de laços de convivência” (Bosi, 2023, p. 427).

Por esse princípio, se a memória é social e herdada, ela não é estanque, nem mesmo propriedade de uma única pessoa ou discurso hegemônico, ou seja, o fenômeno mnemônico flui e se estrutura em função do movimento do momento vivido. Tal característica é própria da memória coletiva, organizada “[...] em função das preocupações pessoais e políticas do momento mostra que a memória é um fenômeno construído” (Pollak, 1992, p. 203).

Na obra: “Etnografia da Duração: antropologia das memórias coletivas em coleções etnográficas”, de 2013, as autoras Ana Luiza Rocha e Cornelia Eckert reuniram um compilado de produções que versam sobre o caráter temporal da experiência humana e suas relações com os centros urbanos hoje, reiterando o sobredito, de que as narrativas para os(as) ouvintes são pontes construídas entre quem narra e a sua experiência vivida. Nesse processo, os(as) narradoras(es) são sujeitos protagonistas “[...] da ação vivida com significação no presente, nas imagens que vibram as experiências de temporalidades interiorizadas e arranjadas no restauro das lembranças” (Rocha; Eckert, 2013, p. 134-135).

O autor Llosa (1998) destacou anteriormente a relevância das pessoas falarem sobre as suas lembranças e histórias de vida enquanto edificadoras de “situações-pontes”. Nesse ponto, Robério Souza (2017, p. 121) refere que tais falas são interpretações “da experiência vivida”, leitura ou releitura do mundo, compartilhada entre pares ou não, em que nos encontros autênticos compartilhamos vivências, somos mutuamente tocados e aprendemos nas escutas de histórias genuínas – no caso das nossas narradoras – sobre as experiências dos seus protagonismos nos engajamentos sociopolíticos como pontes de retornos mnemônicos.

Nessa experiência de mediação apontada, destaco o encontro autêntico com as militantes e lideranças da Rede DLIS que, diante das vivências e escutas atentas às suas narrativas históricas, revelaram que rememorar é um ato pessoal, genuíno, histórico e sociopolítico, que transcorre como “[...] jogo de lembrar e esquecer, de selecionar e ressignificar as práticas sociais que fazem dos sujeitos construtores singulares do conhecimento de suas

experiências compartilhadas” (Rocha; Eckert, 2013, p. 111-112).

Enxergamos tais processos rememorativos das militâncias sociopolíticas, como pontes de retorno fecundo, porque as agentes que narraram, testemunharam os passos iniciais da gênese da Rede DLIS, do CDVHS e das lutas sociocomunitárias no chão do GBJ, fornecendo acesso aos diagnósticos de cenários e as realidades empíricas com a ajuda das suas lentes. Pontes construídas no tempo, cujas colunas de sustentação necessitam ser fortalecidas para que os elos possíveis não sejam enfraquecidos e/ou rompidos.

A metáfora da ponte expressada como conexão atemporal vive e se materializa na sustentabilidade das lutas sociocomunitárias no chão do GBJ. Se considerarmos as conquistas protagonizadas e narradas pelas agentes sobreditas nessa arena política, age como motor propulsor que interliga gerações e reafirma a sua força, nas rememorações mais robustas que a ponte de concreto e aço estruturada sobre o nosso Rio Siqueira-Maranguapinho, cujas águas rasgam nossas territorialidades, como veias e artérias neste grande corpo-território-político.

Vislumbramos pontes, igualmente, nas articulações e mobilizações sociopolíticas que aprendi na Rede DLIS e que dão passagem às demandas sociocomunitárias em direção ao poder público municipal ou estadual, estabelecendo comunicação e negociação entre esses dois atores para a promoção de políticas públicas para o território do GBJ, mas também interligam pessoas que militam do mesmo lado das trincheiras sociopolíticas, das gerações avós às gerações netas e/ou vice-versa (Bispo, 2023). Concebemos que as pontes mais seguras são as construções que possuem bases fortes, colunas de sustentação firmes e resistentes às intempéries, como as forças que nos motivam a seguirmos lutando juntos(as), conduzidos(as) pelas memórias que nutrem nossos sentimentos de pertencimento local, identificados(as) às causas comuns e nas reexistências costuradas coletivamente, fio a fio, em prol de um tecido social digno, potente e vivível.

Para Oliveira (2017, p. 226), é pertinente que discutamos a categoria memória por lentes como a: “[...] antropológica e sociológica, entendendo-a como representação do passado, ancorada em quadros sociais, indissociavelmente ligada às estratégias sociais e políticas de lembrança e de esquecimento e, da formação de identidades individuais ou, coletivas”. Mais do que isso, “[...] quando a dimensão da memória enquanto experiência vivida parece se esvaír, é comum que se criem lugares, suportes permanentes e estáveis da memória [...] que organiza grupos e sociedades, funda identidades e mascara a efemeridade da existência” (Oliveira, 2017, p. 231), sustentando essa fortaleza que somos e habitamos.

Em consenso com a autora, Pollak (1992, p. 204) afirmou que, “[...] se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente,

quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade”.

Nesse caso, o sentimento sobredito “[...] está sendo tomado no seu sentido mais superficial, mas que nos basta no momento, que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros” (Pollak, 1992, p. 204). Portanto, trata-se da percepção de uma pessoa adquirida “[...] ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros” (Pollak, 1992, p. 204).

Neste lugar de alteridade, “[...] outros fatores interferem na memória, como o lugar que alguém ocupa na consideração de seu grupo de convivência diária, onde há desigualdade de pontos de vista, uma repartição desigual de apreço” (Bosi, 2023, p. 430). Por exemplo, no caso específico das narradoras que estiveram contribuindo conosco nesta pesquisa, o lugar de apreço e respeito atribuído a elas pelos seus pares, foi referido quando afirmaram que, mesmo considerando-se militantes, essas pessoas as identificavam como lideranças sociocomunitárias e guardiãs das memórias do GBJ.

Tal movimento de identificação, apreço, reconhecimento e autorreconhecimento das lideranças, desvelou dimensões protagonistas femininas no chão político do GBJ, onde a maioria das ações de lutas são conduzidas por elas, seja no enfrentamento ao sistema, aos seus projetos de opressão e morte, estruturantes do imaginário sociopolítico, colonial, binarista e patriarcal vigente, ou nas articulações sociocomunitárias em prol de políticas públicas para esse chão, geralmente, partindo de táticas de reexistência insurgentes dos grupos oprimidos, marginalizados e subalternizados, como a ocupação dos assentos nos espaços decisórios de poder político-institucionais e tomadas de decisão na gestão pública da Cidade e do Estado.

Afora essas táticas de ocupação dos lugares políticos-institucionais, as narradoras recordaram e revelaram nas entrevistas narrativas, tais ocupações, conquistas decorrentes destas e de outras estratégias, em mais de duas décadas da Rede DLIS, mas também problemáticas historicamente invisibilizadas, como as denúncias às insuficiências de recursos investidos na operacionalização das políticas sociais no território do GBJ, como um dos desafios nesse cenário, aflorando preocupações existenciais locais.

Consensuado com Marie-Christine Josso (2007), vislumbramos essas depoentes como significativas “[...] porta-vozes dos problemas dos grupos sociais com os quais operam” (Josso, 2007, p. 414). Dessa forma, agem tanto na amplificação das vozes e denúncias que ecoam dos grupos, quanto na formação de uma espécie de “[...] sistema que subsiste enquanto puder sobreviver a memória grupal” (Bosi, 2023, p. 430). Assim, para que tais lembranças se

adensem, é necessário “[...] estar confrontando, comunicando e recebendo impressões” (Bosi, 2023, p. 431), e para que essas recordações sigam vivas, enquanto combustíveis na sustentabilidade das nossas lutas no GBJ, como pediu a liderança comunitária Carloto, no início da introdução.

Almeida (2014, p. 218) destaca o mecanismo da recordação como potente “[...] instrumento catalisador de energias internas, contribuinte do processo de retroalimentação dos sentidos a partir da memória das próprias práticas políticas, entendendo que uma das funções da memória é fazer mais luta política” de modo local, integrado e sustentável. Nesse processo de manutenção cotidiana local das lutas sociopolíticas, encontra-se o cerne do DLIS, como interesse sociopolítico “[...] em promover o desenvolvimento territorial, oportunizando a implantação e a qualidade de infraestrutura necessária e dos serviços públicos para gerar bem viver para a população local” (Almeida, 2014, p. 64).

Tal conceito de “bem viver”, utilizado ao longo da nossa escrita, concerne sobre os objetivos do nosso comprometimento com as lutas por políticas públicas e sustentabilidade no GBJ, mas a origem do termo não advém dessas, ela é ancestral. Foi um conceito gestado da cosmovisão no âmago dos parentes, os povos originários da América do Sul, para ilustrar nossas práticas baseadas nas boas relações recíprocas e de solidariedade com a natureza que nos compõe. Portanto, a noção é processual. Hoje é contraponto às políticas neoliberais e destrutivas envolvendo um combate a elas como um projeto de futuro ancorado em valores ancestrais e originários, como na simbologia da Sankofa trazida nas páginas anteriores.

Para o sociólogo peruano Aníbal Quijano (2000, p. 342), o conceito de “bem viver” não é linha de chegada, mas processo que encontra forças na ancestralidade e na espiritualidade como constante devir. Congrega “[...] práticas decoloniais, e decolonizar significa compreender e confrontar a matriz do poder colonial”. Na Rede DLIS, há articulação sociopolítica de base sociocomunitária da qual estudamos e à qual milito junto às protagonistas desta pesquisa, no sentido comunal do existir humano em prol do bem viver do chão do GBJ, reafirmando-se com a preocupação pelo DLIS dele, “[...] com vistas ao fortalecimento de uma identidade com força para negociar e agenciar políticas públicas para o território” (Almeida, 2014, p. 130).

Em relação à Rede DLIS, o coletivo passa a ser um dos guardiões da memória, na medida em que nos identificamos com ele e fazemos do seu o nosso passado político (Bosi, 2023). Tal via político-recordativa, processual, pedagógica e uma práxis sociocomunitária cotidiana, reaviva as lutas e nos convoca às mudanças. Em cada encontro pessoal, enquanto pesquisador e liderança da Rede e do CDVHS, busquei neles nutrição e semeiei cuidado mútuo junto às demais ativistas, nas atuações formais e institucionais nesses entes políticos, há quase

uma década de participação e morada no lócus do GBJ.

O meu território-morada descrito, campo da nossa pesquisa ou arena sociopolítica da minha atuação militante, ensinou-me que a sabedoria que emana de cada palavra narrada pelas nossas interlocutoras vem de longe, é ancestral. Delgado (2003, p. 21) destaca que a arte de narrar a própria história ou de um grupo, manifestando em palavras as lembranças e as memórias, é ponte, transmitida “[...] de geração em geração, das experiências mais simples da vida cotidiana”, através da oralidade, comumente das gerações avós às gerações netas (Bispo, 2023), como ressaltado nos registros transcritos das entrevistas, dos documentos institucionais oficiais que acessei, nos livros, periódicos e demais trabalhos acadêmicos.

As difusões orais das experiências históricas e trajetórias de vida, de pessoa a pessoa, são mecanismos dos quais recorrem as(os) narradoras(es), indicando que a narrativa “[...] conserva suas forças e depois de muito tempo ainda é capaz de se desenvolver” (Benjamin, 1994, p. 204). Em função dessa natureza mnemônica das narrativas, que transpõe o individual e se condensa no coletivo, reafirmo o compromisso pessoal em relação a nossa pesquisa de caráter militante e função sociopolítica, na geração de ecos e potencialização das vozes femininas como canais difusores, seja das narrativas históricas advindas das entrevistadas individuais, ou resgatando suas lembranças ao longo das nossas atuações coletivas.

Segundo Delgado (2003, p. 23), as narrativas são valiosas fontes históricas. Ou seja, o(a) narrador(a) possui uma “[...] visão única, singular, porém integrada aos quadros sociais da memória e da complexa trama da vida”. As individualidades dessas pessoas dialogam com as histórias coletivas de seu povo e comunidades. No caso desta pesquisa, as vozes ecoaram e emergiram questões centrais vivenciadas nas articulações sociocomunitárias locais, revelando importantes pistas para compreensão das realidades, sobretudo pelo ponto de vista de quem testemunhou os acontecimentos de forma autêntica.

Portanto, narrar não é um ato desinteressado ou não intencionado de transmissão em si mesmo, mas, ao contrário, contém autenticidade e algo visceral da pessoa que narra, em que se verifica a “[...] matéria-prima da experiência - a sua e a dos outros - transformando-a num produto sólido, útil e único” (Benjamin, 1994, p. 221). Conforme Bosi (2023, p. 85), é como se “[...] um mundo social que possui uma riqueza e uma diversidade que não conhecemos pudesse chegar-nos pela memória dos velhos”.

Delgado (2003, p. 21) considera ainda, que as “[...] narrativas, tal qual os lugares da memória, são instrumentos importantes de preservação e transmissão das heranças identitárias e das tradições”, integrando a cultura de diferentes localidades. Por isso, convidamos os(as) leitores(as) destas páginas a rememorar os complexos vivos significativos e

constituintes das trajetórias de vida e experiências, de guardiãs da memória, da história e do território do GBJ, na condição de testemunhas em diferentes temporalidades.

Nesses processos mnemônicos, as depoentes podem vivenciar, pelo menos, três estados distintos de atenção: “intensa, leve e meditativa”, que salientam a memória como capaz de ativar processos de “re-conhecimento e de elucidação” (Bosi, 2013, p. 33). Assim, narrar é terapêutico, posto que proporciona reencontros com as diversas experiências que compõem o passado, mas também o ato de narrar é o resgate da lembrança de vida própria, que “[...] se corporifica (e se enrijece) na narrativa” (Bosi, 2013, p. 31).

Geralmente, essas narrativas são impulsionadas e carregadas de algo significativo, por isso, a memória não é passiva, ela organiza a vida social e as experiências das narradoras e do grupo social ao qual pertencem, em fatos e acontecimentos relevantes traduzidos naquele momento de fala. Essa evocação como constituinte de um “[...] mapa afetivo da sua experiência e da experiência do seu grupo” (Bosi, 2013, p. 56), trata-se de um viés analítico, normativo ou teleológico. Ante o exposto, buscamos, em nosso devir processual, um exercício inclinativo, afetivo, investigativo e compreensivo dos fenômenos centrais nas experiências de ativistas, compondo uma amálgama da memória coletiva, subsidiando análises de atravessamentos, verbalizados ou não, de forma direta ou nas entrelinhas de cada fala das depoentes.

Assim, a memória seleciona os acontecimentos livremente, no espaço e no tempo, tensionando recordações individuais e coletivas, revelando-se com mais intensidade e significação quando adquirem caráter comum (Bosi, 2013). Exemplificando esse ponto, no caso específico das militantes e lideranças que entrevistei, elas se posicionam comunalmente enquanto protagonistas na composição e condução da Rede DLIS, em um cotidiano marcado por negociações, pactuações e tensões internas nessa articulação ou nas relações dessas personagens com os agentes públicos e privados.

Nesse sentido, as suas narrativas (a)colhidas nas entrevistas revelaram episódios mnemônicos significativos, envolvendo suas experiências, oportunizando um auto-olhar e produzindo elementos de autofortalecimento, centralizando-as no debate político-acadêmico. Mesmo que, de modo implícito, suas insubmissas vozes e potentes narrativas se enunciem como reexistências que aspiram ao lugar político de direito (Evaristo, 2016).

Diante disso, reiteramos o compromisso ético e político, com a caminhada de retorno rememorativo junto às lideranças entrevistadas e demais guardiãs das memórias e do território do GBJ, ressaltando suas relevâncias e das suas falas, não como esvaziadas de sentido ou um simples dado de pesquisa coletado, mas na condição autêntica de relatos orgânicos e reveladores de processualidade histórica na transformação sociopolítica dos contextos

precarizados desde a raiz da pirâmide social. Nesse trajeto, adquiri o privilégio de ser guiado por essas lideranças que conheciam os caminhos e encruzilhadas desse chão. Na proposta de retorno, buscamos compreender como as narradoras recordavam e (re)construíam seus relatos orais advindos das experiências vividas, ao longo do tempo, presentificados nas suas falas enquanto produziam “[...] sentido para o vivido” (Souza, 2017, p. 120).

Ante o exposto, considero o nosso estudo uma fonte de acolhimentos mútuos, meu e das interlocutoras, principais intérpretes das experiências que narram (Bosi, 2013), bem como testemunhas e protagonistas privilegiadas nos anos de trajetória de lutas da Rede DLIS no GBJ. Assim, concebemos essas narradoras como autênticas guardiãs da memória social, dos lugares onde habitamos e da arena política onde acontecem combates territoriais por direitos, dignidade e políticas sociais ao longo das décadas, inclusive anteriores à gênese da própria Rede e demais instituições relevantes ao território como o CDVHS.

O chão político do GBJ nos ensinou a respeitar as suas/nossas raízes ancestrais fincadas nele, a olhar para trás e enxergar as potentes guardiãs das memórias como sujeitos mediadores de situações-pontes (Llosa, 1998), cujas fortes estruturas se deterioram nas intempéries, mas não sucumbem, pois se fortalecem em cada realização dos sonhos e utopias que as nossas ancestrais precisaram adiar, mas deixaram seus legados no fortalecimento dos processos contínuos de DLIS das organizações, mobilizações e articulações sociopolíticas das lutas cotidianas. Nossas pontes continuam sendo elos potentes no âmago dos movimentos e articulações sociocomunitárias locais que interligam gerações.

José Mapurunga (2015, p. 45) reconhece a relevância dessas sujeitos sociopolíticas, como as representantes Rede DLIS que estiveram conosco, enquanto guardiãs das memórias, enxergando o compartilhar das suas memórias narradas como “[...] possibilidade de recordar histórias que narram a trajetória de um povo e marcam a sua identidade, de modo que revela quem somos a partir do que lembramos e do que esquecemos, além de ser instrumento de luta para transformar a realidade” do território do GBJ e demais periferias da cidade.

Nessa arena sociopolítica, as lideranças sociocomunitárias locais são valoradas enquanto parte constitutiva do tesouro ou patrimônio vivo museal local, portanto, guardiãs e raízes sustentadoras da memória coletiva. Na proposta de salvaguarda mnemônica, algumas dessas participantes da Rede DLIS, do CDVHS e demais entidades (cerca de nove) do território, fundaram em 2010 uma instância territorial e sociocomunitária chamada “Ponto de Memória do GBJ”, pretendendo, com esta instância sociopolítica, salvaguardar memórias advindas dos processos produzidos e coletivizados de experiências locais, fortalecedores da proposta de uma museologia sociocomunitária nas margens urbanas da cidade.

A proposta de criação do “Ponto”, como é conhecido popularmente nas nossas comunidades e entornos do GBJ, gestou-se após o Ministério da Justiça ter escolhido o Bom Jardim como território da paz. Comenda recebida pelo CDVHS, no ano de 2009 (Almeida; Freitas, 2021). À época, nós, integrantes da OSC recebemos a alcunha com honraria. Naquele momento, o Centro trabalhava estratégias de potencialização dos protagonismos, sobretudo de “[...] jovens e mulheres. Após reflexões, concluíram, então, que o Ponto de Memória seria um projeto” (Mapurunga, 2015, p. 42).

O “Ponto de Memória” do GBJ se configura enquanto lugar sociocomunitário de pertencimento, encontros, rememorações, valorações dos fazeres comuns, celebrações das trajetórias e experiências que transformaram o território, além do “[...] lugar [...] que oportuniza recordar o que há de bom e construtivo em nossa comunidade” (Mapurunga, 2015, p. 43), ampliando a proposta de contar outras histórias (Adichie, 2019). Assim, “[...] compensaria um pouco o fato de a história das periferias sempre ser desdenhada pela história oficial, e que a memória poderia ser um tônico para fortalecer as lutas sociais do presente e do futuro” (Mapurunga, 2015, p. 43).

Nesse propósito, decisões foram tomadas e o projeto se adornou com os aportes das atividades de pesquisas históricas sobre as lutas sociopolíticas do GBJ, impulsionou a criação de instâncias sociopolíticas e fortaleceu trajetórias de protagonistas sociocomunitárias, sobretudo femininas nas frentes de lutas de interesse social, como a segurança alimentar, a água potável, o saneamento ambiental, o acesso à energia elétrica, aos equipamentos (saúde, educação, cultura, lazer), emprego e renda etc. (Mapurunga, 2015).

Nessa perspectiva, o portal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram/MinC) definiu como um dos principais objetivos do “[...] Programa Pontos de Memória, apoiar ações e iniciativas que busquem o reconhecimento e valorização da memória social [...] protagonismo comunitário e concebem o museu como instrumento de mudança e desenvolvimento sustentável” (Mapurunga, 2015, p. 42).

Desde então, muitas pessoas se empenharam na realização de pesquisas sociais mnemônicas, (incluindo as juventudes) reunindo pistas e registros históricos, que resultaram na primeira mostra expositiva dos resultados no ano de 2012, tornando-se “[...] uma espécie de embrião de museu: “O Jardim da Memória”, apresentando material gráfico sobre o bairro, objetos antigos, fotos e textos sobre personagens ou enfatizando a ecologia local, e as relações dos moradores com as carnaubeiras e com o rio Maranguapinho” (Mapurunga, 2015, p. 43).

No final do ano de 2018, um dos membros do Ponto de Memória do GBJ, Adriano Almeida, coordenou a exposição (da qual pude estar na equipe de organização) para celebrar

os 15 anos de história da Rede DLIS na sede do CDVHS, relatada inicialmente. Todas as iniciativas de museologia social protagonizadas pelo Ponto e ocorridas no território do GBJ foram apoiadas pelo Ibram/MinC e Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI).

As iniciativas descritas condizem com o que foi ilustrado por Almeida e Freitas (2021, p. 64), ou seja, que não há possibilidade de um “[...] desenvolvimento sustentável sem valorização do Patrimônio Cultural (material e imaterial), e, sobretudo, no poder da memória”, assim, parafraseando o saudoso escritor José Saramago, somos as memórias que adquirimos e sem elas, não existiríamos.

Diante das existências femininas das quais nos comprometemos em acompanhar, escutar, compreender, escrever e salvaguardar memórias de engajamentos sociopolíticos junto a Rede DLIS e em prol do chão do GBJ, consideramos prudente delinear, sócio-histórico e politicamente conceituações que operam normativamente e corroboraram com os modos de nomeá-las, por meio da compreensão gênica desses termos, os binarismos envoltos, e a confluência com os pensamentos feministas decoloniais e comunais, dos quais nos auxiliaram na composição do *corpus* teórico, compreensivo e analítico deste estudo.

3.3 Concepções sobre binarismos

Hodiernamente, concepções freirianas e de outras autorias, como opressão e dominação, contrastando com autonomia e liberdade, nomearam marcadores analíticos para a investigação, compreensão e análise elementar que atravessam as relações. O primeiro apontado, trata-se da dominação violenta na qual se emolduram dois ou mais seres. No caso humano, o agente, grupo detentor do poder ou opressor, incide sobre outro indivíduo e/ou grupo oprimido ocorrendo, nessa relação, processos binaristas seculares, do masculino sobre o feminino, de pessoas escravizadas (ou servas) sob o jugo dos senhores “[...] da cultura europeia, agora encarnada principalmente nos moradores principais das cidades” (Freire, 1986, p. 78).

Estudos históricos e antropológicos revelam agrupamentos sociais milenares, em que pessoas são categorizadas ou emolduradas, sobretudo por atributos anátomo biológicos. Tais enquadramentos não necessariamente foram reduzidos por machos como sexo dominante e as fêmeas, numa condição inferior de dominadas, mas naturalizavam um domínio de um sobre o outro, em hábitos como a divisão e realização das tarefas cotidianas, considerando tais características biológico-normativas. Por exemplo, aos primeiros às atividades que exigiam maior vigor físico, às outras a gestação e a procriação, como atributos naturalizados. Com o passar do tempo e com a cultura de acumulação do capital, os privilégios do sexo masculino sobre o feminino figuraram com menos desvelo.

Márcia Tiburi (2021) definiu o fenômeno mencionado acima como patriarcado ou sistema estrutural milenar, binarista e de opressão humana, e que se perpetua em sociedades e culturas no curso da história humana. Por vezes, o nome soa “[...] estranho para muitas pessoas que consideram natural a ordem social existente” (Tiburi, 2021, p. 63), desse modo, vários(as) autores(as) preferem nomeá-lo pelas suas condutas e comportamentos, como machismo, caracterizado por um conjunto de ações e “[...] crenças em que se aceita a superioridade dos homens devido à sua masculinidade. No entanto, se a masculinidade aparece em uma mulher, ela é rechaçada e criticada” (Tiburi, 2021, p. 66).

O patriarcado e o machismo estruturam e organizam as sociedades, privilegiando uns e relegando outras ao lugar de submissão diante do “[...] grande favorecido que ele é, sob pena de violência e morte” (Tiburi, 2021, p. 66). Dessa maneira, entende-se que os “[...] objetivos das políticas desses patriarcas são os mesmos: servir ao capitalismo racial, explorar, extrair, dividir, despojar, decidir quais vidas importam e quais não importam” (Vergès, 2020, p. 12).

Tal dicotomia aponta relações socioculturais milenares que hierarquizam corpos e alienam mentes, em hierarquias e posições de poder diferenciadas, a depender das genitálias, perpetuando-se nos espaços sociais públicos e privados, primando “[...] a construção sociocultural da identidade feminina e a definição de seus papéis como figura passiva e submissa cria o espaço propício para o exercício da opressão masculina” (Osterne; Silveira, 2012, p. 107).

No sistema patriarcal, a estrutura organiza, administra, valida, reforça e normaliza comportamentos e condutas socioculturais masculinas como a misoginia, o sexismo e o machismo, além das violências de gênero e os feminicídios. Esse sistema estrutural “[...] depende da ideia de natureza que defende a existência de apenas dois sexos, cujos comportamentos foram programados. E isso é o mais difícil de mudar quando pensamos na transformação da sociedade” (Tiburi, 2021, p. 66).

Como sugerido, o motor patriarcal urge pela permanência desde os tempos imemoriais, nutrido por divisões sócio-bio-sexual, emoldurado e naturalizado na história, sobretudo nas sociedades etnocêntricas, europeias e ocidentais colonizadoras. Por exemplo, nas atividades públicas que demandavam a saída da morada como a guerra, a caça e a pesca eram incumbências dos considerados machos, por outro lado, a agricultura, a coleta, o preparo dos alimentos, os cuidados e proteção das crias (instinto maternal) e outras tarefas privadas eram atributos das fêmeas. Tais condutas foram incrustadas na nossa memória social e as suas reverberações refletem ideias e ações hoje.

Caminhando adiante, até a primeira metade do século passado, “[...] cada sociedade humana usava a diferença sexual como argumento na constituição dos papéis sociais” (Pedro, 2005, p. 78). Nessa construção de enquadramentos históricos, em conjunturas socioculturais, políticas e consideradas machistas, Osterne e Silveira (2012, p. 102) afirmaram que às pessoas dominadas, eram relegados os “[...] sentimentos, as emoções, e a sensibilidade, de modo oposto, aos dominantes do sexo masculino, a razão, a altivez e a superioridade”.

Estudos revelam que a questão sobredita se trata de modos da perpetuação do machismo ou *modus operandi* que administra segregações humanas ao longo do tempo, partindo da diferença universalizada de oposições entre sexos, em que se privilegiava a figura masculina em detrimento da feminina. Esta, por sua vez, inferiorizada e posta sob estado de submissão ao sexo oposto. Desse modo, as condutas machistas reservam à masculinidade o modo de ser ideal e as mulheres como seu monopólio, agindo “[...] contra as pessoas que não são masculinas. A feminilidade, por sua vez, é um caráter reservado às mulheres e, quando manifestada por homens, é tratada como um erro da natureza” (Tiburi, 2021, p. 66).

Dessa herança estrutural vil, quando recorremos aos registros histórico-temporais, sobretudo dos últimos cinco séculos (XVII ao XXI), identificamos materiais que denunciam a dominação e a opressão machista sobre as figuras femininas nas diversas esferas culturais e níveis de sociedade. Sônia Corrêa (2016), em entrevista concedida à Revista Internacional de Direitos Humanos (SUR), afirmou que: “[...] até o século XVII, seguindo a concepção aristotélica, o feminino era representado como um masculino imperfeito na sociedade ocidental, a mulher era um ‘homem’ menor, cujos órgãos sexuais eram interiorizados” (Corrêa, 2016, p. 216).

Pedro (2005), dialogando com a fala sobredita, mencionou um historiador das Ciências Médicas, chamado Thomas Laqueur, que revelou “[...] como a diferença entre os sexos era uma invenção que remonta ao século XVIII. Ou seja, até esta época havia o registro de um único sexo - o masculino: neste caso, a ‘mulher’ era considerada um ‘macho incompleto’” (Pedro, 2005, p. 90). O detalhe importante na informação era que, nesse período histórico descrito, o macho incompleto era representado pela figura feminina de pele clara.

Destarte, se a figura feminina branca era(é) classificada como um macho menor incompleto, se comparada ao masculino, as negras eram consideradas abjetas e, portanto, indignas de parâmetro comparativo. Ou seja, nem era(é) apregoada como ser humano. Diante dessa condição socioestrutural, cultural e política imposta, destacamos um fato que abalou as estruturas, por volta de um século depois, quando na década de 1851 ocorreu nos Estados Unidos (EUA) a Convenção dos Direitos das Mulheres de Ohio (Akron), com grande

participação de autoridades no evento.

Nesse evento, Sojourner Truth, uma ativista negra, defensora dos direitos das mulheres e precursora na luta abolicionista no país, incomodada com as falas sobre como as mulheres brancas da época deveriam se comportar e serem tratadas pelos homens, pede a fala e profere, dentre alguns posicionamentos, o seguinte: “[...] eu não sou mulher?”. A ativista María Lugones (2014) responderia posteriormente que nessa lógica, não. A militância demonstrada nas falas e a força dos questionamentos políticos de Truth, – ou Isabella Baumfree, primeira mulher negra que nascera escravizada a mover um processo judicial que condenou um homem branco escravagista – afrontou os presentes e jogou combustível nas fagulhas incendiárias iniciais das revoluções feministas, na Convenção e muito anos antes dela.

Esse fato político comprovou empiricamente a vanguarda de Truth e revelou que as lutas emancipatórias femininas (feministas) negras foram ventanias para que as chamadas primeiras “ondas” feministas brancas-burguesas se formassem e, justamente estas, as batalhas que tiveram os maiores reconhecimentos acadêmicos, assim como as suas autoras e autores. O termo onda, que não recorreremos como balizador, mas sim como uma informação histórica, foi difundido por muitas autoras para enunciação das grandes mobilizações feministas em conjunturas sociopolíticas, culturais e históricas específicas, considerando as mulheres como agentes protagonistas, as ideias, as bandeiras ou pautas de lutas e os objetivos.

Nesse diapasão, postulo o respeito ao conceito de onda ou geração, contanto utilizei outro, pois estes pressupõem algo passageiro ou, que finde para um ressurgimento, como se ocorressem sucessões ao longo da história. Ademais, “[...] mascaram as vias múltiplas dos movimentos das mulheres, [...] no processo de decolonização, que, sabemos, é um longo processo histórico” (Vergès, 2020, p. 28). Os usos dessas duas fórmulas colaboraram com os apagamentos dos longos e profundos trabalhos que permitiram “[...] às tradições esquecidas renascerem e ocultam o próprio fato de que elas foram soterradas; em outras palavras, essa metáfora confia uma responsabilidade histórica a um fenômeno mecânico (‘onda’) ou demográfico (‘geração’)” (Vergès, 2020, p. 28).

Desse modo, não compactuamos com termos que corroborem com apagamentos ou reduções de trajetórias em etapas, ondas ou gerações para que novos fenômenos de mesma natureza insurjam. Numa proposta feminista de política decolonial, tensionamos métodos que seccionam ou aniquilam uma longa história de batalhas das nossas ancestrais e lideranças, que não se findam em um período, mas, ao contrário, atravessam gerações conduzidas por agentes femininas “[...] autóctones durante a colonização, mulheres reduzidas à escravidão, mulheres negras, mulheres nas lutas de libertação nacional e de internacionalismo subalterno feminista

nos anos 1950-1970, mulheres racializadas que lutam cotidianamente nos dias de hoje” (Vergès, 2020, p. 28-29).

Estudos indicam que tais lutas femininas se inspiram e eclodem nos movimentos sociais de ideais iluministas como os gestados nas Revoluções Americana (1776) e Francesa (1789-1799). Nesses processos consideramos a colaboração da escritora feminista Olímpia de Gouges, que redigiu o documento intitulado: Declaração dos Direitos da Cidadã e da Mulher em 1791, ecoando os primeiros grandes levantes e movimentos políticos feministas de lutas em prol dos direitos humanos das mulheres, com notabilidade e difusão.

Vertentes desses movimentos se consolidaram nos levantes insurgidos na Europa, Estados Unidos, Canadá e outros países geopoliticamente localizados no Norte Global, em meados do século XIX, na década de 1848, tendo por principais pautas os anseios em defesa dos direitos de algumas mulheres. Desse cenário, as pautas prioritárias eram o respeito à cidadania feminina branca, o fim das desigualdades no núcleo familiar e locais de trabalho, cujas reivindicações se avultavam, sobretudo em defesa de direitos jurídicos, sociopolíticos e socioeconômicos, tais como: votar, ser eleita, possuir remuneração no trabalho, estudar (na escola em 1827 e na faculdade em 1879), ter direito à propriedade privada e a herança (Pedro 2005).

Nesse movimento em prol de direitos, após as ativistas identificarem violências e reivindicarem contra a estrutura e os processos sociais, históricos e políticos de subordinação nas relações hierárquicas entre homens e mulheres, tal sistema passou a ser cada vez mais questionado em muitas sociedades e culturas do globo, fato que fez com que, nesse período, insurgissem reexistências contra-hegemônicas e contra-normativas. Isto posto, os feminismos representaram mais do que vertentes teórico-conceituais, mas como “[...] operador ético-político, analítico, crítico e desconstrutivo e serve como lente de aumento que põe foco sobre as relações humanas e sobre os aspectos ocultados nessas relações” (Tiburi, 2021, p. 74).

A maioria dos movimentos feministas embranquecidos e autocentrados insurgidos no período, cujas posturas atravessadas por traços fenotípicos, questões socioeconômicas e geográficas dos sujeitos, ignorou as ativistas de cor, na condição de vanguarda e protagonismo dos levantes. Apesar da rajada aventada por Truth, suas irmãs e precursoras, não foram mencionadas nas “ondas” posteriores. Nessa condição, não era comum uma mulher de cor se assumir feminista, já que tais condutas ocidentais racistas representavam e dominavam a cena política, aliada a um “[...] desejo violento de integrar o mundo capitalista, de ocupar um lugar no mundo dos homens predadores, e sua obsessão com a sexualidade dos homens racializados e com a vitimização das mulheres racializadas” (Vergès, 2020, p. 22).

Essas agentes sociopolíticas e ativistas nas lutas por igualdade de gênero, direitos, justiça social, combate ao modelo socioestrutural binarista, patriarcal, opressor e violentador, foram nomeadas de feministas, consideradas normativamente como mulheres ou não, “[...] já que a diversidade do termo feminismo não pode depender da unidade do conceito de ‘mulher’ em um sentido natural. Ele mesmo - sempre é bom lembrar - é um termo criado pelo patriarcado que é preciso desconstruir” (Tiburi, 2021, p. 57).

Tal proposta feminista desconstrutiva enfrentou desafios de um longo percurso histórico, no qual agrupamentos humanos, sobretudo os segmentos femininos, foram oprimidos, violentados e apagados em sua existência física, sociocultural, política e simbólica, inclusive dos registros históricos, das culturas e sociedades, como fatores que corroboraram na morosidade programada “[...] para que as mulheres conquistassem o seu lugar de fala, o seu direito de dizer o que aconteceu, o seu direito de pesquisa e de memória. O feminismo se constituiu a partir dessa conquista da liberdade de expressão” (Tiburi, 2021, p. 51).

A nossa proposta de pesquisa, apesar de uma obra escrita por um pesquisador, acerca de lideranças femininas, contou com a valorosa orientação de duas outras docentes e das depoentes, tornando-se ferramenta aglutinadora de forças em prol da visibilização, reparação e memória feminina. Tal iniciativa foi possível com a presença protagonizada pelas militantes e lideranças da Rede DLIS, e as narrativas dos seus engajamentos sociopolíticos. Mesmo que nas minhas escutas ou registros históricos desses relatos inexistisse neutralidade política, como em parte da ciência histórica – cuja maior parte dos relatos dos acontecimentos são lugares de destaque e os protagonistas são masculinos, sendo estes, na própria historiografia – um mecanismo de enquadramento e categorização das pessoas, dos fenômenos sócio-históricos e políticos cujas produções das diferenças sexuais foram impactadas e os lugares definidos que “[...] somente, ou principalmente, os homens fazem história” (Pedro, 2005, p. 87).

Como exemplo pragmático dessa situação sobredita, é nítido os lugares relegados às mulheres nas produções das obras literárias, no curso da história. Muitas delas, quando permitido, inclusive usaram pseudônimos masculinos para serem lidas. Noutras palavras, “[...] os homens produziram discursos, apagaram os textos das mulheres e se tornaram os donos do saber e das leis, inclusive sobre as mulheres. Tudo que sabemos sobre as mulheres primeiro foi contado pelos homens” (Tiburi, 2021, p. 51). Em nossa pesquisa não! Buscamos com essa asserção, não uma anti-história, mas propor uma contra-hegemonia pelo desvelamento das outras histórias, inclusive femininas (Adichie, 2019). Neste texto, as entrevistadas escolheram como queriam ser nomeadas, o que autorizariam ser defendido em seu nome e o que deveria ser publicado de suas narrativas históricas e memórias dos seus engajamentos sociopolíticos.

Nesse caminho, reiteramos que não objetivamos fomentar uma oposição acrítica aos primeiros estudos históricos machistas ou anti-mulheres, ou suas escolhas pela priorização dos protagonismos masculinos em detrimento dos femininos, mas discordar desse tipo de proposta androcêntrica e dialogar com outras encruzilhadas, para além do modo hegemônico, com inclinação mais feminina, feminista e contestatória das maneiras que ela atuou e “[...] atua, tornando-se um ‘lugar de produção do saber de gênero’” (Pedro, 2005, p. 87).

Em síntese, apesar da relevante efervescência dos debates políticos feministas e acadêmicos sobre binarismos e sexualidade, produzidos nos movimentos da década de 1960, que tornaram parte da sociedade mais crítica e consciente em relação às reverberações históricas, socioculturais e políticas negativas dessa binaridade, em que as atribuições do sexo (biológicas) produzem e mantêm hierarquias de opressões dos machos sobre as fêmeas, a categoria gênero não foi uma pauta prioritária de defesa no interior dos próprios movimentos feministas ou nos meios acadêmicos deste período.

3.4 O gênero e as reverberações históricas, socioculturais e políticas das diferenças

A antropóloga Adriana Piscitelli (2001, p. 2) argumentou em seu artigo: “Recriando a (categoria) mulher?”, que havia pautas relevantes nas lutas em meados do século passado, como o ideário de cidadania feminina baseado na defesa, da equidade de direitos, partindo da “igualdade entre os sexos”, como centralidade “no pensamento feminista após a década de 1960”, impulsionando mobilizações desses movimentos da Europa à América do Norte e dessa aos outros continentes do mundo nesse período.

Anterior a isso, as forças feministas foram potentes ferramentas sociopolíticas ao serviço transformador, tanto na “[...] microfísica quanto a macroestrutura da sociedade - que foi alicerçada no patriarcado machista e sexista, o qual tem sua base na conhecida violência contra as mulheres, não por acaso excluídas do sistema de poder-saber” (Tiburi, 2021, p. 75). Confrontar esse sistema instituído e se somar às lutas feministas, é desvelar a face obscura do machismo e da misoginia como cânceres sociais, dissimulados no “[...] ódio histórico às mulheres, que aparece no mundo patriarcal em momentos diferentes da história” (Tiburi, 2021, p. 51).

Buscando subsídios aos questionamentos desse fenômeno, os bastidores teóricos (feministas) pulsavam, já na década de 1950, quando se identificou debates iniciais sobre a categoria gênero, fomentados por teóricos como o Psicólogo John Money. Apesar dessa iniciativa considerada vanguardista, o termo se fortaleceu politicamente, tendo expressiva

repercussão e disseminação global na década seguinte, notadamente no segundo movimento feminista de 1960, impelidos por interlocuções de autoras como Gayle Rubin e Joan Scott.

Dentre os escritos de Gayle Rubin, destaca-se um ensaio publicado na década de 1975, intitulado: “O Tráfico das Mulheres: Notas sobre a Economia Política do Sexo” (Piscitelli, 2001, p. 8), trazendo críticas a teóricos considerados estruturalistas, como Lévi-Strauss e psicanalistas como Sigmund Freud, pontuando suas obras como essencialistas, apesar de não desconsiderar a importância dessas produções intelectuais em seus próprios estudos, como a noção de parentesco levistraussiano na criação do gênero.

Ainda em 1960, sulleadas nessas lutas, eclode o segundo movimento feminista, ou de segunda onda, cujos interesses combatiam estruturas sociais sexistas e machistas de poder, vinculadas a ideias como: se as mulheres são constituídas subjetivadas e socioestruturalmente, podem se desconstruir e se libertarem (Piscitelli, 2001), impelindo levantes libertários. Além disso, as lutas priorizavam direitos como aos corpos, aos prazeres, contra os machismos e o “[...] patriarcado entendido como o poder dos homens na subordinação das mulheres. Naquele momento, uma das palavras de ordem era: ‘o privado é político’” (Pedro, 2005, p. 79).

Na nossa sociedade e cultura estruturadas no androcentrismo, o próprio conceito de “[...] machismo é o *ismo* do patriarcado que o feminismo vem perturbar” (Tiburi, 2021, p. 66). À vista disso, as ações machistas, que beneficiam e mantêm os machos numa condição de poder e privilégios sobre as demais pessoas, são tiranas, perversas e estão enraizadas em todo o horizonte existencial, da macro à microestrutura cotidiana e habitual. O caráter socioestrutural do patriarcado torna a conduta machista onipresente e naturalizada, “[...] na objetividade e na subjetividade, isto é, mesmo que seja uma ordem externa ao nosso desejo, foi e é introjetado por muitas pessoas, inclusive mulheres. E, porque o machismo faz parte de um modo orgânico de pensar, de sentir e de agir, é tão difícil modificá-lo” (Tiburi, 2021, p. 66). Por isso, como nos alertou Adichie (2017), é tão necessário educarmos crianças feministas para desestruturar esse ciclo que naturaliza violências de gênero e hierarquiza privilégios entre eles.

Resgatando o termo nessa conjuntura sócio-histórica e política, Maria Bandeira e Tânia Almeida (2013) apontam que após a emergência dos debates sobre a categoria gênero, na passagem do século passado para este, propunham-se explicá-lo como “[...] vivência humana não reconhecida anteriormente pelas ciências, após pressões dos movimentos feministas e de mulheres em diferentes sociedades” (Bandeira; Almeida, 2013, p. 37).

Sumariamente, asseveramos que os debates sobre gênero vêm se manifestando e evidenciando distinções e interconexões em relação ao sexo, nas questões socioculturais e políticas, transpondo a visada das “[...] mulheres e homens como segmentos isolados para o

olhar que se fixa nas relações interpessoais e sociais, por meio das quais homens e mulheres são mutuamente constituídos como categorias desiguais” (Bandeira; Almeida, 2013, p. 37).

Assim, da maneira que ocorreu o debate sobre o feminino no âmago dos primeiros grandes movimentos feministas radicais, foi no marco dos estudos da categoria mulher que emergiu a categoria gênero como possibilidade de análise posterior oferecida a primeira (Piscitelli, 2001). Destacam-se nesses estudos, acadêmicas e demais “[...] historiadoras que estavam escrevendo sobre história das mulheres” (Pedro, 2005, p. 86). Nesse cenário, a categoria mulher “universal” passou a ser quase abominada por muitas pensadoras, e “[...] o binômio feminino/mulher parece ter se tornado símbolo de enfoques ultrapassados” (Pedro, 2005, p. 86).

Maria da Glória Gohn (2007) reconheceu essas iniciativas de resgate do feminino para o centro do debate político, e sustentou que “[...] as lutas das mulheres para se constituírem como sujeitos históricas datam de vários séculos” (Gohn, 2007, p. 46). Por isso, ao anunciarmos as atrizes sociais da Rede DLIS como protagonistas no presente debate, por exemplo, nos somamos à luta pelo reconhecimento feminino, em relação às suas produções acadêmico-científicas e acesso de materiais produzidos da/na própria comunidade para as comunidades e destas para os demais lugares, geralmente negados ou desvalorizados nos espaços de saber e poder acadêmico. Neste ponto, Guacira Louro (1997) refere o dever ético e político de nos unirmos às mulheres na criação conjunta de ferramentas que combatam os seus apagamentos e as produções que as segregam sócio-histórico e politicamente.

Nesse exercício, a presente pesquisa busca identificar as militantes e lideranças sociocomunitárias locais do GBJ, a partir das suas narrativas históricas, como sujeitos dessas trajetórias. Tarefa complexa, que não se encerra aqui, pois não temos a soberba pretensão vanguardista na visibilização delas, bem como das categorias mulher e gênero ao centro do debate político. Tal projeto vem se construindo há séculos, por feministas de todo o globo num desafio diário e árduo, mormente, porque a nossa sociedade e cultura se encontram sob o sistema patriarcal, cujas estruturas são violentamente machistas e androcêntricas.

Em vista desse desafio, Pedro (2005) afirmou que Joan Scott (1990) – articulada a ideias foucaultianas – inspirou muitas pesquisadoras nos debates em torno de gênero, inclusive suas produções científicas iniciais foram essenciais nos rompimentos de antigos problemas do feminismo, como os binarismos entre fêmeas e machos ou mulheres e homens. Uma das produções da autora, intitulou-se: “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. Nela, Scott (1990, p. 27) definiu gênero como enunciação “[...] das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado”, em uma engrenagem opressora,

silenciadora e machista como referência.

Logo, “gênero” resultaria de complexas e fluidas relações sociais baseadas nas diferenças sexo-biológicas como determinantes em que, “[...] seus usos e significados ‘nascem de uma disputa política e são os meios pelos quais as relações de poder - de dominação e de subordinação - são construídas’. Portanto, “gênero é a organização social da diferença sexual” (Pedro, 2005, p. 86). Nessa perspectiva, rompeu-se com o “[...] determinismo biológico implícito no uso de termos como ‘sexo’ ou ‘diferença sexual’. O termo ‘gênero’ enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade” (Scott, 1990, p. 72). De acordo com Cyfer (2015), a filósofa Judith Butler é considerada outra autora contemporânea relevante ao debate de gênero, tornando-se, inicialmente, referência teórica e política ao movimento feminista estadunidense e, posteriormente, global, somando-se as perspectivas teóricas que outra filósofa francesa, Simone de Beauvoir, havia formulado no século passado. Dessa forma, reafirmava-se o caráter relacional e sociocultural do gênero, ressaltando as repetições comportamentais das pessoas condizentes com o seu sexo biológico, no intuito de performar gêneros, especialmente sob pressão dos processos de socialização e normalização na consolidação dos papéis sociais.

Em uma obra publicada em 2018, intitulada: “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade”, Butler descreveu o fenômeno performativo sobredito enquanto constituinte das relações interpessoais, entendidas como efeito do poder normalizador que incide sobre os corpos, regulando, estruturando e estilizando repetidamente as formas de agir, das micro às macros relações cotidianas e ao longo da história de vida das pessoas. Tais repetições comportamentais e normativamente esperadas para cada sexo, seus usos, práticas e papéis sociopolíticos, são continuamente produzidas e (re)negociadas, categorizando-nos e catequizando como masculinos ou femininas.

Para Cyfer (2015), além de discorrer sobre gênero e performatividade, Butler questionou o conceito de “mulher” descrito por Beauvoir e outras feministas, assim como os usos e desusos desse termo, pouco problematizados e universalizados por muitos movimentos que, embora considerassem a relevância da coalizão das mulheres “[...] na promoção de sua visibilidade política, oculta as disputas e assimetrias entre as próprias mulheres” (Butler, 2003; 1990; p. 17-18 *apud* Cyfer, 2015, p. 44), ou seja, a “[...] mulher universal representada pelo feminismo é produto das mesmas relações de poder que pretende combater” (Butler, 2003; 1990; p. 17-18 *apud* Cyfer, 2015, p. 45).

Frente a esse debate e, partindo dos estudos e ideias foucaultianas, Butler (2003) sugeriu uma genealogia feminina e feminista, como proposta estratégica para repensarmos as

concepções do próprio movimento político. Assim, para além de uma alternativa puramente anti-universalista, propunha uma problematização com vistas aos resgates dos processos de produção do que se convencionou nomear como mulher universal. Ou seja, a autora não defendeu um posicionamento teórico e político favorável a uma identidade sexual essencial, mas tensionou investigações sobre os discursos normalizadores, produtores e mantenedores dessas identidades estanques, buscando genealogicamente desvelar processos criadores “[...] das identidades de gênero, alternando [...] sua normalização e as exclusões que delas decorrem” (Cyfer, 2015, p. 46).

Piscitelli (2001) salientou que as formulações teóricas de Butler corroboraram na ampliação dos entendimentos sobre a categoria de gênero, assim como ratificaram que os estudos iniciais da temática, impregnados de enfoques universais e essenciais, encontravam-se distanciados da realidade empírica e em desuso nos modos de como os enxergamos em nosso escopo analítico hoje, sobretudo no que concerne à distinção (não apartamento) entre sexo e gênero, conjecturando este último, não como essência humana ou inatismo biológico, mas, ao contrário, como uma construção cotidiana, um devir na prática sociocultural.

Em vista disso, desde o nosso nascimento somos mundo, passamos a agir junto a ele e performamos gênero impelidos por ele. O efeito dessa ação é a produção contínua de mais gênero até a sua consolidação na repetição normativa esperada e controlada socialmente. Tais comportamentos acionados e regulados pela norma, decorrem dos processos estilizados e contínuos das corporeidades “[...] no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (Butler, 2018, p. 59).

Nesse caso, Cyfer (2015, p. 46) afirmou que “[...] a principal norma na produção das identidades de gênero em Butler é a obrigatoriedade da heterossexualidade ou, nos termos dela, a heteronormatividade”. Portanto, a “[...] heterossexualidade não é, porém, uma forma de viver a sexualidade circunscrita à intimidade. Ela deve ser atestada publicamente pelo enquadramento em padrões comportamentais que aludem à heterossexualidade” (Cyfer, 2015, p. 46). Logo, considerar-se uma pessoa travesti, “[...] homem ou mulher será uma condição alcançada pela manifestação pública de comportamentos associados à masculinidade e à feminilidade. É por isso que Butler afirma que o gênero é performativo, ou seja, produzido por modos de agir identificáveis como masculinos e femininos” (Cyfer, 2015, p. 46).

Isso posto, Louro (1997) reforça as ideias acima, de que somos impelidos(as) a reiterar e evocar gênero cotidianamente, por seu caráter eminentemente social, considerando que ele opera “[...] com ou sobre corpos sexuados, ou seja, não é negada a biologia, mas

ênfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas” (Louro, 1997, p. 25).

Ilustrativamente, a generificação pode ocorrer antes do processo biológico de fecundação. Pragmaticamente, exemplificamos na seguinte cena: na consulta médica ocorrida, geralmente na 16ª semana, quando se realiza o exame de ultrassonografia para confirmação do sexo da criança, o profissional dirá, normativamente, se a criança é menina ou menino. Na verdade, esse procedimento confirma apenas a genitália da criança. Geralmente, após a ratificação médica, o estado emocional de alegria ou o sentimento de insatisfação diante da idealização, antes do nascimento, é manifestada pelos(as) genitores(as). Nesse momento, todo o universo social circundante e normalizador se reafirmam sobre o que eles controlam, desde o nome da criança, as cores do enxoval, a decoração do quarto e os brinquedos que são definidos em função da constatação do sexo no exame, como se neste momento a genitália da criança definisse o gênero, sendo ela acorrentada à validação heteronormativa dos processos de intersubjetivação, caso contrário, o não cumprimento comportamental das normas impostas pelo sexo poderá ser fatalmente violentada e morta social e fisicamente, pelo braço pesado e armado da heteronormatização e seus tentáculos.

Conforme Butler (2018), exemplos como esse denotam que não existem binômios por exclusão entre gênero-sexo, pois suas naturezas distintas não os tornam excludentes, apesar da hierarquização social sexo-gênero sobreposta na escala de dominação masculina sobre a feminina, constituindo a mesma tessitura da construção dos sentidos e dos processos de existir humanos. Portanto, quando recorremos a categorias como gênero, é inevitável falar sobre o termo sexo e vice-versa, como na ilustração anterior, quando evocamos gênero precedente do sexo. Gênero é a tradução sociocultural e sexo o definidor genital, portanto, sexo é efeito da construção de gênero, não o definidor deste, mas interligados, assim não há binarismos e nem deveria haver hierarquias entre sexo-gêneros.

Apesar da natureza não definidora, ao longo dos séculos a mulher vem sendo considerada um “macho menor”, como afirmou Pedro (2005) e as demais autoras. Queremos contrapor esse sistema, somando-nos às lutas femininas e feministas, sugerindo um exercício ético-político e crítico aniquilador dos binarismos hierárquicos, machistas e heteronormativos, no qual um lado deriva da costela do outro, ou ainda, desestruturar a lógica dicotômica que concebe a interrelação masculino-feminino numa “[...] oposição entre um polo dominante e outro dominado – e essa seria a única e permanente forma de relação entre os dois elementos” (Louro, 1997, p. 37), cristalizando o ser macho ou fêmea, homem ou mulher como norma imposta, hierarquias ou papéis sociais imutáveis a serem preservados a partir das genitálias,

pactuados e continuados sob prerrogativa de penalização e violência, caso contrário.

A própria determinação do sexo no exame ecográfico validado biomedicamente, como no exemplo anterior, reforça ideias enrijecidas, hierarquiza e avulta escalas nas desigualdades de gênero, que se estabelecerão nas relações entre os opostos, ao longo da vida, em que a cultura e, sobretudo as normativas sociais definirão papéis generificados. Assim, no próprio processo de “[...] socialização dos indivíduos. A sociedade atribui às mulheres, desde crianças, comportamentos dóceis, delicados e passivos. Em contrapartida, os homens são educados para tomar iniciativa, extravasando sua agressividade no cotidiano” (Osterne; Silveira, 2012, p. 102).

No que tange a essas normativas, outra referência pós-estruturalista aos estudos de gênero e sexualidade foi, o já mencionado Michel Foucault (2010). O autor nos auxiliou nas compreensões ampliadas de processos que consolidam normas enrijecidas como paradigmas socioculturais e políticos, que distinguem e emolduram os seres humanos em dois grupos: os normais ou saudáveis (população cisgênero) e os anormais, desviantes (população transgênero e demais minorias) ou patológicos.

Sendo assim, Foucault (2010) apontou que o padrão de normalidade se molda em cada sociedade e cultura. Por exemplo, apesar da nossa conjuntura sociocultural, se esta pesquisa se inclinasse à lógica heteronormativa, definiria que as interlocutoras não seriam as sujeitos protagonistas, mas sim objetos desviantes a serem normalizadas, máxima que espelha nosso contexto cis-heteronormativo, no qual inconcebe que as militantes e/ou lideranças sociocomunitárias, perifizadas e racializadas, performem, ocupem lugares de poder político ou enfrentem estruturas dominantes que buscam apagá-las. Nessa linha de raciocínio, os grupos subalternizados considerados anormais e localizadas geopoliticamente nas margens, tendem a ser disciplinadas pelos mecanismos de controle normativos que os segregam, violentam, matam ou deixam morrer, caso não se sujeitem às normativas sociais impostas.

Esse processo de sujeição ou assujeitamento é definido por Foucault (2010) como submissão primária ao poder, e atravessa as relações sociais, fundando e intersubjetivando os sujeitos. Nesse processo gênico, Butler (2019), uma leitora de Foucault, considera outro conceito muito caro na compreensão do existir humano, o de “precariedade” que demarca a nossa não inteireza ou vulnerabilidade existencial e ontológica da falta, ou seja, somos sujeitos sendo algo, projetando-se, um devir, nunca existencialmente prontos(as) e acabados(as). Nesse ponto de vista, não sobrevivemos sozinhos(as). Assim, a nossa busca por inteireza dependeria do apoio de algo ou alguém. Considerando nossa sociedade desigual, patriarcal, androcêntrica e moralmente normalizante, assumimos nos movimentos, as lutas por subsídios que minimizem

as precariedades humanas.

Na nossa pesquisa, identificamos que as militantes e lideranças femininas da Rede DLIS protagonizam majoritariamente os movimentos populares e as lutas sociocomunitárias no território do GBJ, cujas batalhas em prol das políticas públicas incidem, historicamente, na mitigação das mazelas e precariedades humanas nas nossas favelas e comunidades, fazendo com que esses lugares sejam contemplados nas agendas públicas e suas políticas garantidoras de dignidade humana, equidade e justiça social para o território e demais periferias da cidade.

Historicamente, nesse território ou em parte do globo, a condução da maioria dos levantes populares e batalhas cotidianas são de lideranças femininas que performam atos simbólicos de gênero, no combate à lógica que as hierarquiza, aprisiona em um não-lugar, invisibiliza engajamentos sociopolíticos e protagonismos sociocomunitários no imaginário social, confrontando o instituído e opressor, com bravura, força, organização, mobilização e articulação por horizontes possíveis. Essas atrizes sociopolíticas, cis-heteronormativamente consideradas desviantes, batalham contra os mecanismos que as limitam e as relegam a construtos pré-definidos e normalmente esperados, como: o sexo frágil, as boas domésticas, recatadas e do lar, mães exemplares, esposas submissas e devotadas aos maridos, obedientes à Igreja e tementes a Deus.

Ainda assim, as militâncias femininas e feministas reexistem, levantam-se e performando gêneros ao longo do tempo, enfrentando e impondo respeito às imposições cis-heteronormativas e às violências dela decorrentes, não representando as multipluralidades do existir humano. Para Butler (2018), performar outras possibilidades ao gênero representam essa capacidade que seus atos possuem de constituir ou evocar novas realidades, horizontes de sentidos e significados possíveis, instaurando efeitos ou transformações no tecido social.

Não há transformações dessa estrutura patriarcal vigente sem enfrentamentos. As lideranças entrevistadas neste estudo relataram isso em suas narrativas históricas. Tais agentes, na condição de pertencimento aos grupos minoritários subalternizados fazem “[...] dos espaços e das instâncias de opressão, lugares de resistência e de exercício de poder” (Louro, 1997, p. 37), provocando rachaduras nessa engrenagem opressiva instituída, confrontando o binômio de gênero que determina o homem (ou macho) como dominante e a mulher (ou fêmea) como dominada e subjugada por ele, sempre a serviço de algo ou alguém, desde a manutenção da unidade familiar, da fé cristã, dos ditos bons recatos e costumes, como comportamentos socioculturais incumbidos pelas normas sociais.

Destarte, em nossa conjuntura não há paridade nem equivalência entre os gêneros. Diante dessa premissa e, na condição de produtores de conhecimentos, decidimos não nos

eximir dos debates em relação a esse fato, cujas produções masculinas entrecruzam opressões femininas. Nesse âmbito, dispusemo-nos a investigar esses condicionantes, reiterando, em primeiro lugar, o nosso compromisso com a escrita de uma história que, para além de incluir as narrativas das pessoas oprimidas, seja conduzida por elas e analisada buscando compreender e questionar o sentido e a natureza dessas opressões. Em segundo lugar, propomos uma compreensão crítica “[...] de que as desigualdades de poder estão organizadas ao longo de, no mínimo, três eixos” (Scott, 1990, p. 73).

Esses eixos vêm sendo descritos por autoras(es) como fatores que interseccionam opressões ao longo das trajetórias femininas. Se são racializadas, os desafios e os desalentos, avultam-se nas intersubjetivações cotidianas. Em nossa busca de compreensão das memórias e trajetórias de engajamentos sociopolíticos de cinco protagonistas da Rede DLIS, que atuaram no GBJ ao longo de sua trajetória, não negligenciamos tais fatores e as suas reexistências. Para Akotirene (2019, p. 72), é crucial analisar, inclusive, as tentativas de desengajamentos incididos sobre o Sul Global, bem como “[...] as estratégias partidas da periferia para o centro”, por isso encaramos esse fator como um compromisso ético, histórico e político.

A partir desse ponto, buscamos, dentre outras questões, ampliar a percepção e compreensão do nosso campo crítico, sobre as ações de enfrentamentos femininos cotidianos, incluindo às normas de gênero, os seus apriorismos, marcadores, violências e as atuações femininas que performam reexistências. Uma vez que não existem normas neutras, mas influenciadas por marcadores como gênero, sexualidade, raça, classe, território, etarismo, capacitismo, dentre outros, que entrecruzam opressões e nos intersubjetiva. Suleados nessa perspectiva, e nos conduzindo com os pés plantados em nosso tempo, não nos posicionamos alheios às articulações e lutas dos “[...] movimentos de mulheres em suas múltiplas configurações, nos múltiplos feminismos que, desde meados do século XIX, reivindicavam direitos e o fim das hierarquias baseadas no sexo” (Pedro, 2005, p. 85).

Retomando essa linha histórica, na passagem entre o final do século passado e início deste, em meados da década de 1990, eclodiram outros movimentos nomeados por feminismos de “terceira onda”. Perante o exposto, Osterne (2020) pontuou que, neste período, os debates sobre as dimensões femininas seguiam em ebulição no globo, adentrando campos da produção de conhecimento e resultando nos descentramentos desses estudos, ou seja, do âmago dos feminismos à cena acadêmica, em que os quadros docentes nessas IES possuíam militantes desses movimentos, debatendo conceitos e categorias, tais como: sexo, gênero, raça, classe, patriarcado, machismo, dentre outros elaborados e/ou difundidos a partir desse lugar universitário, em contextos sócio-históricos, culturais e políticos específicos a serviço de algo

ou alguém, assim como as possibilidades de seus usos e desusos.

Ante às questões binaristas gênero-sexo postas, consesuamos o posicionamento da maioria das autoras destacadas até aqui, questionando os essencialismos e inatismo de gênero, por um devir existencial. Nessa perspectiva, o sexo, derivado e monopolizado pelos órgãos sexuais, não figura com primazia nos nossos estudos, todavia, a cis-heteronormatividade foi apontada como mantenedora de papéis sociais a partir das genitálias, tendo nas normas as regulações e ditaduras que impõem performances de gênero e que assumamos papéis sociais condizentes com nosso órgão genital.

Em síntese, identificamos produtos e produtores de marcadores opressivos que violentam as mulheres e as travestis, sobretudo as de cor, mas, apesar disso, foram relegados ao quase esquecimento nas primeiras agendas das próprias lutas feministas. As análises de gênero iniciadas posteriormente, a partir da conjuntura sócio-histórica-política da década de 1990, trouxeram à cena política novas temáticas, incluindo as negras e indígenas, a força de suas lutas advindas das raízes ancestrais, antes afogadas no mar das “ondas” embranquecidas do Norte Global.

3.4.1 Conceituações políticas assumidas pelo termo mulher no decurso temporal

Conforme a pesquisadora Ingrid Cyfer (2015), em seu artigo: “Afiml, o que é uma mulher? Simone de Beauvoir e a ‘questão do sujeito’ na teoria crítica feminista”, o caldeirão sociopolítico e cultural que se condensara em meados do século passado teve contribuição teórica dessa influente filósofa francesa, que publicou uma obra: “O segundo Sexo (1949)”, cujo auge das discussões em seu entorno perdurou, sobretudo, entre as décadas de 1960 e 1970, período considerado por segunda “onda” ou momento de grandes movimentações feministas.

Segundo Cyfer (2015), para as perspectivas críticas e intelectuais da época, ser o “outro”, o “segundo” sexo, foi interpretado como se a condição da mulher na nossa sociedade fosse relegada ao segundo plano nessa obra (feminino/objeto), por uma teórica feminista, em contraposição a um sujeito não-feminino ou primeiro sexo na hierarquia das relações, ou seja, questionavam: como uma feminista se coloca e as suas em segundo plano?

Diante disso, Cyfer (2015) pondera que a autora se justificou reputando as diferenças naturais/biológicas como menos relevantes que as experiências vividas e culturais de sua época, ademais, denunciavam submissões do masculino sobre o feminino. Outra citação da vasta obra escrita por Beauvoir, considerada problemática por interpretações errôneas, foi a célebre frase: “não se nasce mulher, torna-se”, mesmo que outrora a autora tivesse justificado o uso, referindo-se ao não inatismo dessa condição, constituindo-se sócio, histórica,

culturalmente e politicamente no ser mulher.

É inegável a contribuição teórico-política de Beauvoir aos estudos feministas desde o século passado, mas, diante das críticas, por vezes incompreensíveis do seu pensamento, houve certo declínio nas leituras de suas obras e teorias na França, no período de “[...] ascensão do pós-estruturalismo e à influência que essa corrente teve no feminismo. Nessa cena, parte da produção acadêmica da autora migrou para os Estados Unidos [...] rapidamente ofuscado pelo pós-estruturalismo francês” (Cyfer, 2015, p. 41), e figuras como Butler, que tornar-se-iam referências nos estudos feministas.

Para muitas(os) estudiosas(os), Beauvoir foi precursora mundial dos estudos de gênero e, mesmo que a autora não tivesse se detido nessa alcunha, questionava as condições de ser mulher, as violências e as desigualdades de gênero, antes da “segunda onda” feminista, no qual o termo “mulher” fora utilizado politicamente por tais movimentos “[...] em contraposição à palavra ‘Homem’, considerada universal” (Pedro, 2005, p. 80), como o uso do pronome masculino que incluía, pronominalmente, todas as pessoas. Já o termo “mulher” ou o uso dos pronomes “no feminino”, demarcava a oposição, menosprezo e inferioridade diante dele.

Nesse período, por volta da década de 1960, as militantes que se articulavam e se movimentavam politicamente, questionavam as desigualdades de gênero e sua lógica de superioridade hierárquica, hegemônica e opressora masculina, sentindo-se sub-representadas nessa configuração estrutural. Ainda hoje, é “[...] comum na nossa fala ou na escrita, quando nos referimos a um grupo de pessoas, mesmo sendo em sua grande maioria mulheres, mas tendo apenas um homem presente, usamos o termo plural no masculino” (Pedro, 2005, p. 80).

Nessa perspectiva analítica, as realidades sócio-históricas, políticas e culturais incidem nos corpos masculinos e femininos distintamente. O conceito de diferença aqui, não encontrou o sentido positivo que a palavra assume noutras configurações ou contextos, mas de inferioridade para com o segmento feminino. A dominação e a violência masculina buscaram apagar as existências femininas dos registros históricos (Pedro, 2005). Para nomear tal fenômeno de opressão masculina, algumas feministas utilizaram o conceito de patriarcado (Tiburi, 2021), cujas origens são milenares e estruturantes na história como já ponderamos.

O resgate sócio-histórico para identificação e categorização das violências é um primeiro passo para reconhecê-las em seu cerne. O “patriarcado”, por exemplo, estruturou historicamente os seus tentáculos na ordenação sociocultural do poder de gênero, criando e difundindo um discurso político de ódio e segregação ao feminino. Mas diante dele, algumas feministas passaram a questionar os seus usos e reivindicar novas propostas, percebendo que, após adentrar a cena acadêmica, no decorrer do tempo, transformou-se em um termo vazio e

simplista, “[...] sinônimo de dominação masculina, um sistema opressivo tratado, às vezes, quase como uma essência” (Piscitelli, 2001, p. 7).

No intuito opositivo aos homens e/ou ao modelo patriarcal nas denúncias e lutas pelos direitos, as feministas radicais “[...] criaram um sujeito político coletivo – as mulheres – e tentaram viabilizar estratégias para acabar com a sua subordinação [...] ao mesmo tempo procuraram ferramentas teóricas para explicar as causas originais dessa” (Piscitelli, 2001, p. 3), conduzindo-se por perspectivas teóricas da exploração de classe, como uma das origens da subjugação, exploração e opressão feminina, mas se centram, especialmente, nos processos de reprodução, no qual o homem submete o feminino aos papéis sociais compartilhados.

Para as feministas da vertente citada, os sujeitos só poderiam se considerar livres após a queda do patriarcado e a tomada do controle reprodutivo, pois, o uso dos seus corpos “[...] aparece, assim, como o centro de onde emana e para onde convergem a opressão sexual e a desigualdade” (Piscitelli, 2001, p. 4). Em divergência ao pensamento anteposto, Beauvoir (2014) combatia a radicalidade separatista em defesa de uma luta pela igualdade de direitos.

Seguindo a cronologia textual, resgato a título comparativo, a frase proferida há dois séculos pela mulher negra estadunidense Sojourner Truth, e os escritos do século seguinte de Simone de Beauvoir, uma mulher branca europeia e acadêmica, para refletirmos sobre os posicionamentos pessoais de ambas, cujos “lugares de fala” possuem legitimidade, mas pesos sociopolíticos diferenciados (Ribeiro, 2019) por fatores interseccionais (Akotirene, 2019), tais como: raça, cor, etnia e posição socioeconômica, cujas forças representativas se distinguem. Diante desse fato: qual tipo de “mulher” Truth se refere, quando interroga se é uma mulher e, Beauvoir quando se refere sobre a condição de “tornar-se”?

Provavelmente, os clamores das mulheres racializadas, bem como os marcadores de raça, classe e gênero não figuraram enquanto questão prioritária para a filósofa Beauvoir, que acompanhou os seus privilégios e a conjuntura sociopolítica do seu tempo. Mas outros pontos relevantes constituíram suas obras, tais como: corpo, subjetividade e cultura. Portanto, no que concerne ao “tornar-se”, Piscitelli (2001, p. 5) revelou, em termos práticos e objetivos, que a base da identidade feminina ou a construção intersubjetiva característica do “ser mulher” se definia na junção biológica com as particularidades adquiridas socialmente, distanciando-se dos essencialismos, mas não das conotações políticas que conceitos como opressão figurou nos discursos de feministas (maioria branca, classe média alta e acadêmicas), na concepção universal de “[...] que todas as mulheres sofriam opressão”.

Conforme Piscitelli (2001), a própria categoria mulher, como unidade universal identitária do gênero feminino, foi caindo em desuso diante da categoria gênero, contanto há,

atualmente, propostas de retorno ao termo mulher denotando sua multiplicidade, diferente do primeiro uso deste termo pelo feminismo radical (segunda onda), baseado nas características do “fundacionismo biológico” da década de 1970. Essa reformulação sobre o ser “mulher” foi iluminada por uma autora chamada Linda Nicholson, feminista e docente, que se utilizou da ideia explicativa de historicidade, cujas composições, usos e desusos encontram sentido e aplicabilidade em uma rede de características mutáveis a depender do contexto sócio-histórico e cultural e, não de pressupostas ou inatismo.

Esse fenômeno apontou a volta ao uso da categoria “mulher” à centralidade do debate político, ressurgindo no interior da categoria de gênero? O fato demarcou um caminho de retorno, já que a categoria gênero surgiu pela primeira vez no bojo da categoria mulher, como já pontuado. Para Piscitelli (2001, p. 21), esse “[...] sentido de re-criação da categoria mulher é, sobretudo político”, ou seja, condição de possibilidade para “o reconhecimento de diferenças entre mulheres”, bem como, fator que identifica “semelhanças, não inviabilizando a prática política”, que “não exige um sentido definido para o termo mulher”.

No cenário pindorâmico, a asserção política, de uso e desuso da categoria “mulher”, emergiu através de autoras como a filósofa Cláudia Costa (2002), iluminada por perspectivas teórico-políticas e epistemológicas feministas pós-estruturalistas, buscando questionar vertentes que essencializam ou unificam seres humanos, hierarquizando-os em sexo-gênero, validando opressões coloniais do gênero masculino sobre o feminino. Portanto, atribui ao termo “mulher” uma natureza cultural e sociopolítica como elemento caro aos pensamentos críticos feministas, no exercício da descentralização e da subordinação feminina.

Diante dessa preocupação crítica e sociopolítica, Costa (2002) e Piedade (2023) propõem um pensamento inclusivo, que dialogue com as nossas diferenças, enfrentando ou desviando a rota dos binarismos hierarquizantes e universalistas, construindo feminismos mais acolhedores, críticos e sociopolíticos, indicando horizontes possíveis junto a ferramentas teóricas, metodológicas interseccionais e inclusivas diante do universalismo excludente.

3.5 Encruzilhadas interseccionais na construção de feminismos inclusivos

Começo esta subseção indagando retoricamente: é possível conceber um feminismo, dialógico e inclusivo, sem problematizarmos as forças que estruturam a nossa sociedade, tornando as mulheres abjetas, relegando-as à base da pirâmide dos privilégios e dos direitos em relação aos homens? A resposta é não! Até porque, “[...] o machismo se sustentou no mando, na autoridade e no autoritarismo” (Tiburi, 2021, p. 51). Nesta visada, o “[...] feminismo nos convida a permitir que pessoas oprimidas, coagidas e humilhadas falem por si

mesmas e sejam ouvidas. Digamos que aquela democracia radical sobre a qual falamos há pouco passa para dar espaço às vozes silenciadas e programaticamente esquecidas” (Tiburi, 2021, p. 80).

Diante das características sócio-históricas e políticas apontadas sobre feminismos universais, radicais, brancos e burgueses, que ignoraram apagamentos e/ou indiferenças às pluralidades femininas racializadas, foram confrontados por algumas ativistas de cor, que passaram a romper, confrontar essa lógica e propor estratégias sociopolíticas mais inclusivas, do resgate das representatividades aos movimentos de ocupação dos lugares de saber e poder instituídos (Piedade, 2023).

Em nossa conjuntura pindorâmica, uma intelectual, feminista negra e de axé, como nomeia-se, Vilma Piedade (2023), trouxe reflexões, abriu caminhos e possibilidades de diálogos pela via de uma vertente “[...] Feminista Interseccional e uma Democracia Feminista num País que vive ancorado no Mito da Democracia Racial. Na Branquitude. No Racismo? Ou pode? Acredito que sim [...] é possível construir um Feminismo Interseccional Inclusivo. Mas só se tendo todos os tons de Pretas” (Piedade, 2023, p. 25)

Com essas e demais questões reflexivas, políticas e viscerais, lançamos mão de análises críticas e potentes que clamam por feminismos mais inclusivos, como proposto por Costa (2002) e Piedade (2023), aliançando, se não todas(os), ao menos a pluralidade feminina cujas particularidades foram apagadas na história, apontando como uma das problemáticas feministas “[...] perceber o movimento como um projeto único, moldado para a mulher branca, ocidental, de classe média, instruída” (Piedade, 2023, p. 12).

A conduta ética, política, inclusiva e humanitária, proposta por Piedade (2023), conduz-se pelos passos de mulheres racializadas, ecoando suas características e marcadores socioeconômicos, étnico-raciais e de gênero. Tal vertente do pensamento político e feminista de perspectiva interseccional ganhou notoriedade pelos trabalhos e “[...] pensamento coletivo das feministas negras americanas a partir dos anos 1970, registrados no famoso manifesto do coletivo Combahee River, e aos esforços de Kimberlé Crenshaw em cunhar e aperfeiçoar a ferramenta analítica” (Rios, 2020, p. 6), na década de 1989.

No entanto, foi apenas entre a segunda e a terceira grande mobilização ou onda feminista, que insurgiram outros horizontes possíveis nas propostas de contraposição ao paradigma dominante vigente, com novas críticas, pautas e lutas políticas. Na linha de frente desse giro, encontravam-se mulheres feministas racializadas das Américas, de África e da Ásia que, ainda influenciadas por críticas essencialistas como verdades universais sobre os gêneros e as sexualidades, ademais, reclamavam as suas pautas silenciadas historicamente, desde os

primeiros movimentos feministas, tencionando outros fatores e temáticas que potencializam os debates nas arenas políticas até hoje.

Embora nesses períodos iniciais, representantes de algumas correntes feministas creditaram a autoras como Beauvoir, a vanguarda no debate de gênero (e ressaltamos sua relevância), em decorrência de fatores como a sua influência acadêmica, localização geopolítica e social, por outro lado, os levantes empretecidos representaram forças contra-hegemônicas insurgentes no interior dos próprios movimentos feministas, fortalecendo os já existentes e os impulsionando aos resgates das representatividades e das ancestralidades femininas de cor, mas também das suas particularidades privadas e cotidianas, acreditando no pessoal como político.

Esse giro deslocou muitas feministas brancas e de classe média das suas redomas e confortos sociais. Buscando furar essas bolhas, as insurgências no interior dos próprios movimentos feministas questionavam os seus privilégios, como algo instituído e pactuado, provocando rachaduras, atritos e desconfortos entre essas alianças, cujas participantes não dialogavam ou eram questionadas sobre os (im)pactos dos seus privilégios, por vezes, às custas dos efeitos violentos e opressivos deles sobre os outros corpos não-brancos.

Esse fenômeno foi identificado e nomeado pela psicóloga Cida Bento (2022, p. 18) por “[...] branquitude, e sua perpetuação se deve a um pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas, que visa manter seus privilégios”, como ocorria nos discursos e pautas feministas radicais iniciais. Nesse pacto tácito e, nem sempre consciente, encontram-se dois pilares constitutivos: a busca pela autopreservação dos privilégios e o medo da ameaça a estes. Como se a pessoa preta, a “anormal”, ameaçasse a normalidade hegemônica vigente. Tais sentimentos, de ameaça ou de medo, estão “[...] na essência do preconceito, da representação que é feita do outro e da forma como reagimos a ele” (Cida Bento, 2022, p. 18).

Destarte, o movimento branco hegemônico nunca avançou sem tensionamentos contra-hegemônicos, apesar de alguns terem sido apagados ou sufocados. No final da década de 1980 e início da década seguinte, por exemplo, as ideias germinadas por Truth, há mais de um século, ainda reverberavam como pautas urgentes às mulheres de cor. Intentando compreender e analisar as avenidas identitárias ou encruzilhadas em que essas mulheres racializadas são as mais atingidas, abrimos um segundo parêntese, interpondo uma questão oportuna para amplificação do nosso campo de análise em relação a essas agentes.

Nessa proposta, recorro a um recorte histórico-temporal da década de 1989, quando a advogada feminista negra e politicamente engajada, chamada Kimberlé Crenshaw (2002), destacou-se como relevante intelectual, cujas publicações adentraram as cenas e os debates políticos e acadêmicos, sobretudo após a publicação do artigo: “Desmarginalizando a

intersecção de raça e sexo: uma crítica feminista negra da doutrina antidiscriminação, teoria feminista e políticas antirracistas”, em que nomeia a ferramenta sociopolítica e analítica da “interseccionalidade”.

Crenshaw (2002), incomodada em perceber e ser atravessada por violências do racismo e da branquitude, vivenciada nos espaços públicos onde frequentava, inclusive no local de trabalho junto aos(as) colegas advogados(as), implicou-se no enfrentamento dessa problemática existente e latente aos corpos pretos como o seu. Assim, identificou e analisou marcadores/categorias como: gênero, sexualidade, raça e classe, e como a sobreposição desses fatores produzem opressões e sofrimentos a mulheres racializadas de um lado, e o pacto da branquitude (Bento, 2022) do outro, por vezes agindo na indiferença e sem questionamentos desse lugar de violações e privilégios.

Tais condutas percebidas por Crenshaw (2002) e, posteriormente por Cida Bento (2022), perfazem estratégias pactuadas, proposital e conscientemente ou não (Bento, 2022), de omissão, indiferença ou de não enfrentamento das opressões infligidas contra pessoas racializadas, como fator de seguridade dos seus lugares sociopolíticos de poder e privilégios. Ante o exposto, Crenshaw (2002) propôs confronto sociopolíticos, letramentos raciais e jurídicos aos(as) colegas, considerando urgente enunciar a ferramenta analítica interseccional na identificação e análise crítica desses efeitos estruturais, relacionados aos processos em que há convergências entre dois ou mais marcadores sociais de opressão. Essa ferramenta analítica se refere particularmente ao modo como o racismo, mas também,

[...] o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (Crenshaw, 2002, p. 177).

Segundo a autora Akotirene (2019), influenciada pelas leituras de Crenshaw (2002) e demais ativistas negras, a ferramenta analítica da interseccionalidade possibilitou o desvelamento das colisões estruturais na interação de duas ou mais bases de subordinação da matriz colonial, e seus marcadores opressivos. Essa categoria tenciona compreender e analisar os efeitos incididos, principalmente de um grupo social dominante sobre outro advindo das minorias subalternizadas. Esse fato instituído representou um dos principais impulsionadores de articulações e movimentos feministas contemporâneos insurgentes, a se autoquestionarem e confrontarem aos demais considerados brancos burgueses.

Outras autoras que produzem reflexões políticas críticas e uma rica introdução aos

debates sobre a ferramenta analítica interseccional, são a Patrícia Hill Collins e a Sirma Bilge (2021), reconhecendo a colaboração da autora Crenshaw (2002) em sua formulação e difusão que, devido à relevância sociopolítica do termo, passou a ser amplamente debatido, principalmente no meio acadêmico, militante e em outros lugares de produção de saber.

Utilizada como tecnologia analítico-investigativa, a ferramenta interseccional é suporte para a compreensão das experiências humanas, mormente das mulheres racializadas e das violências que incidem sobre seus corpos por essa condição imanente, sobretudo nas sociedades e culturas coloniais, produzindo coalizões sistêmico-estruturais que interligam opressões sobre tais corpos-alvo. Portanto, esse aparelho sociopolítico auxilia na compreensão de desigualdades, produção de equidades de direitos e justiça social à diversidade humana.

Em face do exposto, reivindicamos reparações históricas e reconhecimentos das trajetórias de corpos femininos racializados como os mais discriminados, marginalizados, assujeitados e expostos aos riscos de opressões, violências e morte, pois se encontram geopoliticamente posicionados nas “avenidas identitárias” que os vulnerabiliza e, como disse Butler (2019), maximiza suas precariedades humanas, pois nem todas as pessoas que habitam, do Norte ao Sul Global são consideradas cidadãs de direitos (Akotirene, 2019).

Diante desse fato, Akotirene nos convida à autocrítica ética e profissional em relação a nossa “orientação geopolítica” (Akotirene, 2019, p. 31) e hegemônica, para que identifiquemos, localizemos e analisemos criticamente as estruturas de poder que partem do polo soberano, administrando opressões, violências e apagamentos correlatos nos marcadores sociopolíticos, bem como a força com que esses atingem os corpos femininos racializados, subalternizados e localizados em espaços às margens das periferias do Sul Global.

A autocrítica sugerida nos impele a posicionamentos diante das geopolíticas sem ignorarmos “[...] o padrão global basilar e administrador de todas as opressões” (Akotirene, 2019, p. 23), admitindo a existência e localizando a matriz colonial das relações de poder que estão imbricadas em nossas estruturas, como os entrecruzamentos das violências que interseccionam e operam sobre os corpos femininos racializados pertencentes aos estratos socioeconômicos e políticos da base da pirâmide social do capitalismo e do neoliberalismo, ou simplesmente, os sobreviventes dos “quartos de despejo” das grandes metrópoles e/ou centros urbanos como apontou Jesus (1960).

Por isso, a relevância da ferramenta interseccional como mecanismo identificador analítico-político das formas como os racismos, a branquitude, o patriarcado e as múltiplas violências derivadas deles atingem, majoritariamente, os alvos preferenciais ou corpos-alvo, considerando os marcadores sociopolíticos que incidem sobre eles e operam nas produções e

administrações das desigualdades que os atingem. Ademais, a interseccionalidade expõe “[...] a forma como algumas ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento” (Crenshaw, 2002, p. 175 *apud* Akotirene, 2019, p. 73).

A socióloga Helena Hirata (2014) reitera a importância da interseccionalidade para a análise do cruzamento entre categorias como, por exemplo, classe e sexualidade, enquanto canal de denúncias das violências que os enunciados machistas e neoliberais operam sobre os corpos femininos de cor, e dos lugares sociais relegados a esses, inclusive no mercado de trabalho, no qual “[...] o cruzamento do racismo e sexismo geram vulnerabilidades e ausência de seguridade social para mulheres negras” (Akotirene, 2019, p. 63).

Por fim, Piedade (2023, p. 24) sugere um diálogo interseccional e decolonial aos feminismos, considerando necessários esforços para que os movimentos empreteçam, pois são “[...] muitos tons de Pretas [...] por que razão determinados grupos estão mais expostos a trabalhos mais pesados, doenças, moram em bairros periféricos, acessam menos serviços, recebem salários menores, possuem baixa escolaridade ou, às vezes, nenhuma”. Em consenso com Vilma Piedade, defendemos e crescemos a necessidade de construirmos possibilidades a uma “[...] perspectiva feminista com e para além da interseccionalidade” (Rios, 2020, p. 6).

3.5.1 Uma proposta feminista de política decolonial

A proposta do pensamento decolonial advém da década de 1990, das produções intelectuais do grupo intitulado “Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade (mcd) formado por pesquisadores latino-americanos atuantes nas Américas” (Dias; Camargo, 2020, p. 8; Holanda, 2024, p. 13). Posteriormente, os movimentos feministas terceiro mundistas se revelaram na Europa e nos Estados Unidos com a missão de representarem forças subalternas e reexistências contra-hegemônicas na contestação do instituído e na libertação das mulheres das garras do jugo patriarcal, das opressões machistas e das violências de gênero. Iniciativas como essas tiveram por primeiras articulações e alianças, os feminismos brancos e burgueses localizados, geopoliticamente, no Norte Global relegando as pautas feministas racializadas.

No início dos anos 2000, uma vertente potente ao feminismo, fruto da articulação de feministas indígenas e negras, destacou-se na cena política. Nesse momento, a autora María Lugones (2014), identificando falhas e/ou limitações no conceito de Colonialidade de Quijano (2015), e, na intenção de complementar, cunhou o termo “Feminismo Descolonial” como força teórico-política contra-hegemônica, reivindicando um olhar interseccional em defesa das particularidades femininas, entendendo que o machismo não as oprime igualmente, sobretudo

as racializadas e habitantes das periferias do sistema-mundo no Sul Global. Ademais, a autora propõe uma (re)leitura crítica dos impactos das questões como gênero, raça e sexualidade e suas consequências semânticas na colonialidade, onde a “[...] mulher colonizada é uma categoria vazia: nenhuma mulher é colonizada; nenhuma fêmea colonizada é mulher. Assim, a resposta colonial a Sojourner Truth é, obviamente, ‘não’” (Lugones, 2014, p. 939).

Outra proposição para refletirmos advém da obra: “Um feminismo decolonial”, em que Flávia Rios (2020) alertou no prefácio para um ponto crucial neste pensamento. Além da retirada do “s” do termo descolonial, proposto por Walsh (Ballestrin, 2013), os feminismos necessitavam questionar-se por uma reparação sócio-histórica às suas irmãs de cor desses movimentos, problematizando as próprias condutas, ideologias, posicionamentos e bandeiras de luta, rumo a uma perspectiva mais inclusiva, como sugeriu Piedade (2023).

Portanto, defender essa via feminista de pensamento decolonial requer, inclusive, a problematização do próprio uso do termo, o lugar do qual nos localizamos e o que/quem defendemos, além de “[...] afirmar nossa fidelidade às lutas das mulheres do Sul Global que nos precedem [...] seus sacrifícios, honrar suas vidas em toda a sua complexidade, os riscos que assumiram, as hesitações e as desmotivações que conheceram. É reconhecer suas heranças” (Vergès, 2020, p. 27).

Nesse caso, as frentes feministas decoloniais se inclinam aos “[...] problemas gerados pelas relações coloniais (em que se inserem a escravidão e seus efeitos deletérios) e também para as imaginações emancipatórias elaboradas neste mundo em que a questão de raça se impôs de forma visceral” (Rios, 2020, p. 4), segregando e coisificando as pessoas por raça, cor, etnia, localização etc., entre humanos e não humanos, categorizando e objetificando estes como não cidadãos de direitos, portanto, passíveis de serem violentados e escravizados(as).

Lugones (2014, p. 939) sugere que, diante desse lugar do não lugar ou do não ser, do inumano, do abjeto ou da coisa, relegado às colonizadas e subalternizadas, enfoquemos nesses entes “[...] que resistem à colonialidade do gênero a partir da ‘diferença colonial’ [...] como oprimidos, já que construídos através da colonialidade do gênero”.

Nesse caminho, as correntes feministas decoloniais elaboraram múltiplas teorias e práticas insurgentes dos segmentos oprimidos, dentre elas, destacam-se os “[...] movimentos ligados à terra que abordam as questões de modo transversal e interseccional” (Vergès, 2020, p. 28). Tais inclinações conduzidas por feminismos contra-hegemônicos e contracoloniais, protagonizados por ativistas racializadas do Sul Global, com toda sua força ancestral, tiveram seus registros queimados nas fogueiras inquisidoras da branquitude, mas jamais “[...] perdidas porque nunca foram abandonadas, apesar dos terríveis ataques sofridos [...] declararam guerra

ao racismo e ao sexismo, ao capitalismo e ao imperialismo [...] nos heteropatriarcados, nas feministas do Norte e nos governos” (Vergès, 2020, p. 28).

Ante o exposto, os movimentos e articulações feministas de política decolonial germinaram dos solos políticos das lutas emancipatórias de combate aos regimes autoritários, absolutistas, coloniais, racistas e capitalistas em avanço e estruturação do Norte ao Sul Global, regulando as democracias políticas. Tais reexistências feministas confrontaram o arbítrio do machismo e da branquitude, tementes aos questionamentos, à autocrítica, renúncia ao poder pactuado e ao seu lugar no topo da pirâmide sociopolítica dos privilégios. Essas iniciativas desorganizam também as feministas civilizatórias que apoiam “[...] políticas de intervenção imperialistas, políticas islamofóbicas ou negrofóbicas” (Vergès, 2020, p. 29).

Para Vergès (2020, p. 6), outra ferramenta proposta é a decolonial interseccional, capaz de abarcar um conjunto de marcadores que se interconectam, mas acresce um ponto, a crítica ao sistema capitalista, “[...] no trabalho doméstico não remunerado, [...] realizado no âmbito da família e do lar por meio de cuidados com parentes, idosos, portadores de necessidades especiais”, além das ocupações do subemprego relegado a esse segmento (Holanda, 2024). Por conseguinte, essas interseções produzem identidades, moldam intersubjetividades, definem lugares sociais e funções pragmáticas ao capitalismo que as corporeidades são obrigadas a ocupar no imaginário sociocultural.

Esse sistema socioeconômico denominado de capitalismo e resultante das feridas coloniais, explora os corpos, quanto mais racializados forem, sobretudo em sua força laboral. Tal fato, apesar de não justificar, explica o porquê das piores ocupações e remunerações estarem destinadas “[...] dentro do sistema-mundo moderno/colonial marcado pela classificação e hierarquização da sociedade a partir da ideia de raça e do racismo estrutural, pela divisão de gênero e de classes - aos corpos políticos negros, pobres, operários, mulheres e periféricos” (Holanda, 2024, p. 16).

Bento (2022, p. 41) nomeia esse sistema de capitalismo racial, como mecanismo que se estrutura e opera sociocultural e historicamente, pela “[...] exploração do trabalho assalariado, ao mesmo tempo que se baseia em lógicas de raça, etnia e gênero [...] congrega classe e supremacia branca. Aliás, capital e raça já se uniram há séculos: do tráfico negreiro transatlântico à destruição da população maia, asteca e guarani”.

Tal princípio provoca reflexões em relação aos corpos racializados, segregados e sequestrados do seu lugar, geralmente sob “[...] condições precarizadas de moradia, como as encostas dos morros, as favelas, as ruas, as quebradas, os subúrbios e as periferias” (Holanda, 2024, p. 16), pelas garras do capitalismo para serem explorados nos centros urbanos, nas mais

diversas profissões informais ou trabalho formal, marcados “[...] pelo rebaixamento do *status* social, pela humilhação, pela invisibilidade, pela insalubridade, pela baixa remuneração e pela precariedade dos direitos” (Vergès, 2020, p. 6), em nome da sobrevivência e à serviço das mulheres brancas da elite “[...] fabricando suas roupas, limpando suas casas e os escritórios onde trabalham, tomando conta de seus filhos, cuidando das necessidades sexuais de seus maridos, irmãos e companheiros” (Vergès, 2020, p. 17-18).

Perante o exposto, os feminismos decoloniais propõem caminhos investigativos, compreensivos, analíticos e críticos das dialéticas construídas “[...] entre os corpos eficientes da burguesia neoliberal e os corpos exaustos das mulheres negras que ilustra os vínculos entre neoliberalismo, raça, gênero e heteropatriarcado” (Vergès, 2020, p. 12). Nesse caso, a nossa proposta feminista se opõe ao feminismo de perspectiva liberal, cujas bandeiras políticas restringem “[...] as demandas relativas à liberação sexual e à igualdade no mercado de trabalho, desconsiderando as clivagens e as desigualdades entre as mulheres” (Vergès, 2020, p. 5).

Essas desigualdades entre sujeitos é um fator presente na colonialidade. Como se não bastasse elas serem inferiorizadas pelos homens, na pirâmide de privilégios e direitos, pelo simples fato de não os ser. Nesse sistema, as mulheres e travestis negras são segregadas, discriminadas e desumanizadas por sua racialização e demais marcadores sociopolíticos, “[...] posicionadas em avenidas identitárias, que farão delas vulneráveis à colisão das estruturas e fluxos modernos” (Akotirene, 2019, p. 63), cuja matriz e estrutura coloniais universais impõem a elas uma condição de rebaixamento, submissão, de abjeção, ou, simplesmente, outros.

Grada Kilomba (2019) pondera esse “outro”, ao não-branco, logo o não-sujeito ou não ser. Em se tratando do feminino, a cor da pele, o fenótipo e a etnia negra, são marcadores utilizados pela colonialidade para relegar à condição de “outra” do “outro” negro, restando a condição sociopolítica de inumanidade nesse sistema vil, cuja diferenciação por marcadores se desvela nos “[...] preconceitos de cor, geração e capacidade física” (Grada Kilomba, 2019, p. 35) e noutras características que avultam violências contra vidas racializadas enquanto meras “[...] mercadorias humanas da matriz colonial moderna heteropatriarcal do sistema mundo” (Grada Kilomba, 2019, p. 35).

Frente a isso, Piedade (2023, p. 12) refere que, para além do reconhecimento humano ao segmento feminino racializado, os feminismos conduzidos por estas agentes, reivindicam “[...] que as Mulheres ocupem os espaços de poder instituídos”. Na mesma proposta, os pensamentos feministas decoloniais “[...] são respaldados em teorias e práticas que certas mulheres forjaram ao longo do tempo no seio das lutas antirracistas, anticapitalistas e anticoloniais, contribuindo para a ampliação das teorias de libertação e de emancipação no

mundo inteiro” (Vergès, 2020, p. 42).

Contemporâneo ao surgimento e nomeação do pensamento decolonial pelo grupo M/C/D, na década de 1990 (Ballestrin, 2013) e do feminismo de(s)colonial (Lugones, 2000), eclodiram outras forças feministas subalternas, decoloniais e antipatriarcais no Sul Global, como as articulações sociopolíticas dos feminismos comunitários ou comunais, lideradas por mulheres e travestis representantes dos povos originários. Diante disso, destacamos a seguir ideias advindas dessa cosmovisão, partindo de autoras indígenas que gestaram esse novo pensamento-ação de resgate ancestral, como as bolivianas Julieta Paredes (2010; 2014; 2015) e Adriana Guzmán (2014) e a guatemalteca Lorena Cabnal (2010).

3.5.2 Os Feminismos comunais e a interface com a Rede DLIS

A nação pindorâmica (brasileira) é herdeira da ancestralidade e da cultura dos povos indígenas ou originários e do povo negro sequestrado de África. No Nordeste do país, especificamente no Ceará, possuímos um histórico de levantes e reexistências indígenas. Eu, por exemplo, sou indígena, filho de pai indígena e neto de uma mulher indígena nascida no Estado do Piauí, da qual tive o privilégio de escutar suas narrativas históricas. Inclusive, quem nunca assistiu a uma aula de História do Ceará sobre os violentos e sangrentos confrontos entre os invasores colonizadores e os povos originários, como a Guerra dos Bárbaros¹⁷¹⁸?

De fato, os(as) meus/minhas parentes indígenas sofrem historicamente com o genocídio e etnocídio onde, ao longo de mais de 500 anos, somos violentamente expulsos de nossos territórios e dizimados(as), sobretudo pelos povos do Norte Global, como os europeus e as suas ações necropolíticas incididas nos continentes latino-americano, africano, asiático e onde a chaga do colonialismo e da colonialidade se instalaram (Kilomba, 2019).

No prefácio de Holanda (2024, p. 16), Célio Turino apontou que, ao tomarmos consciência das nossas chagas e feridas coloniais ou cicatrizes que carregamos nos corpos e registramos na história de vida, compreendemos “[...] os mecanismos com os quais opera a colonialidade do poder, do ser e do saber pode nos permitir ter uma compreensão mais ampla do nosso lugar de raça, de classe, de gênero, [...] território habitacional”. Ademais, passamos a “[...] resistir aos múltiplos processos de dominação, exploração, hierarquização e

¹⁷ Movimento armado ocorrido entre 1910 e 1920, em prol de demandas sociais, como a reforma agrária e, por um governo das camadas populares subalternizadas, interrompido com o assassinato de um dos seus líderes Emiliano Zapata. No caso da “Guerra dos Bárbaros”, trata-se um conflito ocorrido entre 1650 e 1720, envolvendo etnias indígenas nordestinas, sobretudo Cariri e Tarairiú, contra a invasão, expansão e domínio portugueses.

¹⁸ Confronto ocorrido no século XVII, iniciado no Recôncavo Baiano em 1651, expandindo-se na Guerra do Açú, ao Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará entre 1687-1720 e demais áreas da região Nordeste, como levantes e reexistências indígenas contra o expansionismo português, após terem expulsado os holandeses da região.

multiculturalização neoliberal do sistema-mundo moderno/colonial” (Holanda, 2024, p. 16).

Dentre os processos mais atrozes impostos pelo Norte às américas, destacamos as invasões, estupros, espoliações, assassinatos e expulsões das pessoas dos seus territórios, privando-as das suas propriedades, além dos roubos, “[...] dos bens naturais dos povos [...], com os quais a situação e condição das mulheres indígenas em relação ao bem-estar que a natureza proporcionou, para a promoção de sua vida, estava seriamente ameaçada” (Cabnal, 2010, p. 132), já que a nação originária se constitui enquanto corpo-território e mãe-terra.

Tais violências coloniais não passaram incólumes, mas colidiram com frentes de reexistências e combates sangrentos contracoloniais, sobretudo as suas estruturas dominantes eurocêntricas, do Sul ao Norte Global, conduzidas por forças feministas contra-hegemônicas e combatentes que insurgiram do âmago dos povos originários, desde as revoluções latinas, antes mesmo dos levantes e movimentos feministas protagonizadas e norteadas pela Europa e EUA, cujos registros bibliográficos, históricos e eurocêtricos creditaram a essa geopolítica.

Frente ao apagamento étnico e histórico do nosso povo e das nossas tradições originárias, seguimos reexistindo, inclusive nos legados das transmissões orais dos saberes ancestrais das gerações avós às netas (Bispo, 2023), resgatando experiências históricas e salvaguardando as memórias que o Norte Global busca apagar. Desse movimento, tencionamos um giro decolonial (Ballestrin, 2013) aos feminismos por inclinações inclusivas e comunais, salvaguardando “[...] memórias das lutas contra o patriarcado e aumentar o horizonte do ‘viver bem para todos os povos do mundo’ e para a natureza que os abriga” (Paredes, 2015, p. 109). Em se tratando de resgate sócio-histórico, destacamos a Revolução Mexicana ou a Guerra dos Bárbaros. Ambas como acontecimentos políticos que ilustram as potências das lutas originárias.

Na primeira, em 1994, camponeses(as) indígenas articularam o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) com destaque para as lideranças femininas, cujas bandeiras de lutas sociopolíticas reivindicavam direitos à educação, às suas participações sociopolíticas e um olhar numa perspectiva de gênero às indígenas. Em 1997, o EZLN foi violentamente sufocado pelo exército nacional mexicano, dentre as vítimas, muitas mulheres. Diante da repercussão mundial desse trágico e fatídico evento, algumas das demandas propostas pelo movimento foram reconsideradas pelo governo nacional (Paredes, 2013).

Apesar da força dos parentes nas guerras, não houve as transformações esperadas nas estruturas vigentes, sobretudo no giro sociocomunitário em relação às representatividades femininas indígenas, necessitando de outras frentes para potencializá-las. Nesse movimento, enunciamos nossa pesquisa como uma dessas frentes ao desvelamento feminino mediado por

minhas mãos indígenas e, aliançado a outras lideranças sociocomunitárias da Rede DLIS, para ecoar vozes e fortalecer os feminismos comunais, rumo a uma sociedade política, baseada no enfrentamento ao sistema colonial, patriarcal e as suas estruturas de poder dominante, que oprime o feminino e os seus territórios (Paredes, 2013; 2015).

Os lamentáveis e fatídicos eventos de guerra e genocídio contra os povos originários sobreditos ainda são feridas abertas e sangram (Holanda, 2024), (re)atualizando-se nas tecnologias coloniais impostas no domínio, violações e subjugação dos territórios-corpos periferizados. Defronte e em reexistência, as frentes feministas comunitárias seguem firmes e atentas às lutas sociais, contra-atacando as atualizações necropolíticas, combatendo essa estrutura que as oprime e a toda a sociedade.

Tais forças insurgentes dos continentes subjugados ao Sul Global, fortaleceram-se nas guerras históricas, nas lidas cotidianas comunais, no empoderamento coletivo local e nas articulações sociopolíticas em rede ou não, representando segmentos, das trabalhadoras rurais, urbanas e sexuais, combatendo o patriarcado como inimigo comum, inventando estratégias, mobilizando seu povo e lutando junto em prol do bem viver comunal (Paredes, 2013).

Entendendo que “todo ser fala de algum lugar” (Holanda, 2024), as lideranças indígenas ecoam as suas vozes, aglutinando forças feministas comunais junto às demais agentes racializadas e regiões do Sul Global no *front* de batalha contra o capitalismo e o neoliberalismo que exploram sua mão de obra nas altas e insalubres jornadas de trabalho, e o patriarcado como sistema que articula violências e opressões contra elas. Tais agentes, assim como na Rede DLIS, propõem revoluções despatriarcalistas em prol de um bem viver comum nos seus territórios, seja mulheres, travestis, homens e intersexuais (Paredes, 2015).

A Rede DLIS, articulação periferizada de base sociocomunitária, aglutinadora de entes sociopolíticos que atuam no chão do GBJ, pode ser compreendida como exemplo empírico de uma proposta feminista de perspectiva comunitária, cuja pluralidade de corpos e gêneros se aliam pelo bem viver comunal no território. Mesmo que ela não se autodeclare um movimento indígena, as nossas raízes originárias sempre são revisitadas existencialmente, pois o nosso país e estado são territórios pindorâmicos. Por isso, identifico na Rede embriões feministas comunais, advindos das forças ancestrais das lideranças sociocomunitárias nessa nossa terra pindorâmica, que a conduzem e protagonizam as ações como combatentes dos processos coloniais impostos ao Sul Global (Paredes, 2013).

Para Cabnal (2010), os feminismos comunitários, como vertentes subalternas, são proposituras comunais às frentes feministas decoloniais que buscam fortalecer os vínculos de solidariedade e o sentimento de pertencimento aos territórios comunais, lugares onde habitam,

se aliançam e lutam habitualmente. Em nosso lócus de pesquisa, tais laços são amarrados no território do GBJ, desde as suas primeiras migrações e, posteriormente, nos aliançamentos comuns, na gestação da Rede DLIS para a descolonização de condutas heteronormativas, hegemônicas e patriarcais, à qual as agentes subalternizadas e marginalizadas em relação ao capitalismo, protagonizassem rupturas radicais contracoloniais e antipatriarcais como novas formas de ser e estar no mundo.

Esses feminismos comunitários gestados na década de 1980, no âmago das forças originárias, impulsionaram outras insurgências comuns às lutas cidadãs pelas transformações sociocomunitárias dos territórios. Contemporaneamente, essas alianças políticas permanecem vivas e atuantes como a Rede DLIS, articulando lutas entre comunidades, aliando-se à segmentos componentes da organização popular de base sociocomunitária.

Paredes e Guzmán (2014) definem o feminismo comunal como pensamento-ação que se desenvolve há mais de três décadas na Bolívia e noutros países da latino-americanos. Nessa concepção, as comunidades, os territórios e as pessoas são unidades da mesma ancestralidade, que se fortalecem nos resgates de conceituações e teorias originárias das garras academicistas eurocêntricas, do “[...] oportunismo das modas e fundamentalmente para convocar [...] movimento com base na confiança política, na produção e criação teórica e ética nas nossas ações” (Paredes; Guzmán, 2014, p. 59-60).

Do mesmo modo, desde a sociogênese das lutas sociocomunitárias no GBJ e na Rede DLIS, não compactuamos com propostas de pesquisas academicistas e predatórias, mas, ao longo do tempo, firmamos potentes colaborações acadêmico-sociocomunitárias em prol do bem viver territorial. Por exemplo, quando o GPDU/UECE foi contratado pelo CDVHS, para capacitar pesquisadores(as) populares locais e colaborar na produção do DSP e a na PDS do GBJ, a aliança com as IES se revelou frutífera. Nós, lideranças sociocomunitárias locais, sempre tivemos o cuidado no acolhimento dessas IES, ressaltando que aqui no território do GBJ, não concederíamos autorização para uma proposta academicista, colonial e predatória, em que pesquisadores(as) adentrassem os nossos territórios e comunidades, objetificassem os sujeitos e as analisassem como “ratos” de laboratório, para delas extraírem dados para as suas pesquisas regressando, em seguida, às suas redomas institucionais de poder-saber-acadêmico.

Isso posto, seja na trajetória da Rede DLIS, do CDVHS ou das demais instâncias sociopolíticas que atuam sociocomunitariamente, não permitimos posturas academicistas predatórias, ao contrário, buscamos numa postura político-acadêmica, irmanarmo-nos e nos respeitarmos reciprocamente, entre aprendizados mútuos, nossos e das IES. Nessas alianças acadêmico-cósmico-políticas, (re)pactuadas produzimos outros saberes (Cabnal, 2010).

Nos últimos dez anos houve um aumento significativo das pesquisas relacionadas ao território do GBJ e ingressos dos(as) militantes locais nas Instituições de Ensino Superior, bem como a imersão dessas IES nos seus territórios e comunidades. Do ano de 2021 a 2025, por exemplo, foram realizados estudos relevantes locais, dentre esses, quatro grandes pesquisas acadêmico-sociocomunitária: mapeamento para combate à fome e as inseguranças nutricionais¹⁵; duas pesquisas sobre a luta contra as violências e homicídios das juventudes racializadas em contextos escolares¹⁶ e urbanos (minha dissertação), e a presente tese.

Nesse caso, é político e estrategicamente relevante que as militantes e lideranças sociocomunitárias, se assim desejarem, ocupem os lugares políticos, institucionais e de poder, na academia ou demais espaços, construindo conhecimentos insurgentes no seio das periferias localizadas geopoliticamente no Sul Global, considerando-o como estratégico na produção do saber-poder e, ressaltando as contribuições das linguagens técnico-acadêmicas aprendidas e respaldadas cientificamente, nos registros dos processos de PMA das políticas públicas e controle social delas, das negociações às demais etapas do processo em prol dos territórios vulnerabilizados. Apesar disso, não entendemos os feminismos comunitários apenas como vertentes teóricas ou acadêmicas, mas um conjunto de pensamentos, cosmovisões indígenas, movimentos e ações sociopolíticas que nos convocam “[...] a mudar o mundo em que vivemos” (Paredes, 2015, p. 109).

Para Cabnal (2010), outra característica dos movimentos feministas comunais é privilegiar as vivências nos territórios como unicidade ou corpo-terra. Não à toa que no início da escrita, utilizamos território-campo-vivência/morada e eu-(além)mar-vivências-periféricas (Borges, 2021), em referência a essa unicidade comunal, eu-território do GBJ, enquanto nomeação sociopolítica e de pertencimento. De modo análogo às lutas da Rede DLIS como uma coalizão em defesa às salvaguardas das memórias, à preservação dos corpos-territórios tradicionais e dos seus recursos naturais, tendo as caravanas populares de monitoramento e controle social de políticas públicas, os exemplos de estratégias dessas ações, especialmente nas lutas pelo meio ambiente e demais pautas advindas da base.

Nesse panorama, as indígenas feministas Julieta Paredes e Adriana Guzmán (2014) ressaltam o pensamento feminista comunal insurgente da base do Sul, não advindo das revoluções europeias, como a francesa, das correntes iluministas ou das OSCs feministas do Norte, mas como forças insurgentes germinadas no ventre comunitário da Pachamama, nas lutas históricas, territorializadas e ancestrais conduzidas pelo meu povo originário, racializado que vivenciava o seu chão como corpo-território sentimental e, portanto, lugar de pertença. Tal premissa se configura empiricamente nas práticas de lutas sociocomunitárias da Rede DLIS em

defesa do território do GBJ.

Nessa perspectiva de corpo, outro ponto comum à ideologia da Rede DLIS é que, assim como a cosmovisão dos feminismos comunais, a sociedade é um organismo vivo ou corpo social orgânico, integrado por um centro e outros dois lados, sendo: o feminino de um lado, as pessoas intersexuais no centro e o masculino do outro. Portanto, estes últimos não devem temer as articulações e mobilizações das primeiras em relação a sua derrocada, perda dos seus direitos, por um giro revolucionário que transfigure a pirâmide dos privilégios em círculo, mas, ao contrário, as lideranças feministas da Rede os conclama a se aliançarem às lutas conjuntas por igualdade de gênero e direitos, buscando que eles assumam um lugar social como ser funcional e parceiro delas, desde a contribuição com a educação dos(as) filhos(as), nos cuidados domésticos e nas batalhas coletivas pelo bem viver comunal, como caminho construído diariamente, inclinados(as) aos passos de retorno às ancestralidades como fortalecimento da alma e do corpo-território que nos habita (Paredes; Guzmán, 2014).

Esse corpo-território guarda registros mnemônicos, ancestralidades e as cicatrizes dos açoites, do ferro em brasa na pele indígena ou negra e do sangue racializado e originário derramado das batalhas libertárias nos seus territórios, cujas marcas acompanham as gerações. Assim, torna-se urgente recuperar esse corpo-território íntimo, como espaço intersubjetivo de construção comunal, cuidados e defesa dos ataques, como “[...] luta diária indispensável, porque o território corporal foi, durante milênios, um território disputado pelos patriarcas, para garantir a sua sustentabilidade de e sobre os corpos das mulheres” (Cabnal, 2010, p. 130).

Assim, prossegue Cabnal (2010, p. 130), ao discorrer que “[...] recuperar e defender o corpo implica também provocar conscientemente o desmantelamento dos pactos masculinos com nós que vivemos juntos, implica questionar e provocar o desmantelamento dos nossos corpos femininos pela sua liberdade”. Ser livre é possuir o direito de “sentir, pensar, decidir e agir internalizando novas práticas como o autoerotismo, o prazer da dimensionalidade sexual em liberdade, prazer, arte, palavra, lazer e descanso, cura interior, rebeldia, alegria” (Cabnal, 2010, p. 130).

Como possibilidade ao desmantelamento proposto e a política de apagamento do feminino, privilegiamos o ressaltado às suas reexistências e a salvaguarda das suas memórias, como tesouro da museologia social que, no território do GBJ são salvaguardadas pela Rede DLIS e pelo Ponto de Memória do GBJ. Nessa proposta, o feminismo de origem indígena sugere que não há binômio entre memória e corporeidade, mas complementaridade, pois ambas se refletem e são curas ancestrais, atos sociopolíticos, revolucionários de reexistência e reparação, de autorreconhecimento, conscientização crítica para enfrentamento às estruturas

opressoras impostas, contra-atacando-as nas frentes transgressoras, de rebeldia comunal, cujos corpos-morada se descolonizam nos cuidados coletivizados (Paredes; Guzmán, 2014).

Tais fortalecimentos dessas reexistenciais femininas contra as violências, violações e opressões infligidas sobre os seus corpos-territórios, nutrem-se pela ideia comunal emancipatória coletiva, incluindo todas as pessoas nesse processo. Assim, as feministas comunais de pensamento fronteiriço, produzido nas territorialidades do Sul e conduzido pelo povo indígena e preto, buscam nessa aliança a construção do comum e, no empoderamento coletivo, um olhar sensível e circularmente temporal, onde olhemos para quem caminhou antes, e toda a força ancestral da nossa geração avó (Bispo, 2023), antes mesmo de olharmos para frente, olhar para trás, reconhecer nossa história e resgatar as memórias, é uma ponte sustentável, como nos ensinou a simbologia africana da Sankofa (Paredes, 2013).

A circularidade ponderada como convite ao caminho de retorno, é algo ressaltado pelas lideranças das gerações avós da Rede DLIS, do CDVHS, demais OSCs, associações e movimentos sociocomunitários dos quais convivo, estão enraizados e atuam no chão do GBJ. Um convite a seguirmos, considerando as que caminharam antes de nós, pavimentando a terra para que as nossas pegadas sejam firmes hoje. O caminho de retorno, revela-nos ainda os nossos saberes, fazeres e raízes ancestrais, como aspectos relevantes ao fortalecimento do sentimento de pertença sociocomunitária, reforçando os vínculos solidários, de irmandade e de união, que consolida a sustentabilidade das lutas coletivas locais conduzidas pelas agentes.

Dos cuidados pelas mãos das filhas da Mãe Terra ou Pachamama, dos seus enraizamentos ancestrais e sociocomunitários, revitalizam-se e se energizam umas às outras nos elementos da natureza, como as folhas de pinhão-roxo que a minha avó indígena nos benzia quando crianças, as raízes e troncos, os minerais e demais elementos, como instrumentos de cura e herança de mãe para filha, revelando pontos vitais de um feminismo intergeracional, como as memórias narradas das gerações avós às gerações netas (Bispo, 2023) evocam “[...] vozes e silêncios que intencionam a ação da liberdade para conexões energéticas com o cosmos [...] símbolos libertários com conteúdo feminista, integrar um novo imaginário de espiritualidade, para uma prática transgressora” (Cabnal, 2010, p. 132).

Portanto, os feminismos comunitários nos convocam ao encontro íntimo, com a decolonização dos nossos corpos-territórios, dos conhecimentos femininos ancestrais e das suas culturas como proposta “[...] teórico política que nasce de práticas sociais, produzimos o que chamamos de conhecimento útil” (Paredes; Guzmán, 2014, p. 61). Tal vertente resgata a “[...] energia espiritual dos nossos corpos, nossos sonhos e nossas lutas. Esta recuperação significa denunciar a manipulação e o usufruto, [...] do patriarcado, especialmente as Igrejas,

manipulando os legítimos desejos de sentir” (Paredes; Guzmán, 2014, p. 62).

Essas articulações organizadas em grupos sociais e comunitários feministas, como ocorre na Rede DLIS e demais entes sociopolíticos que atuam nas lutas no território do GBJ, produzem vida e defendem direitos nessa terra, onde as lideranças comungam necessidades e, desde a base das classes populares, articulam-se para as lutas por direitos, políticas públicas mitigadoras de desigualdades e das injustiças sociais, bem como garantidoras de dignidade humana, combatendo as violências contra os nosso território-corpo-terra como um só *corpus*, físico, cultural, sociopolítico e ancestral, que clama por emancipação, preservação e cuidado.

Sobre as políticas públicas mencionadas, propósito prioritário da Rede DLIS, a nossa prática cotidiana de militância, análise diagnóstica e de conjuntura, apontaram que, no território do GBJ, há baixíssimos investimentos para a implementação delas (com exceção para as políticas de segurança pública ostensiva), não atendendo às demandas e anseios das comunidades, maximizando a precarização dessas existências (Butler, 2019) como formas de matar ou deixar morrer (Foucault, 2010) os grupos subalternizados e localizados nessas periferias do sistema-mundo, cooptados e violentados pela lógica perversa moderno-colonial.

Ademais, os altíssimos investimentos nas políticas de guerra contra o inimigo periferizado, racializado e empobrecido, protagonizada por governos institucionais, inclusive, político-partidários de esquerda progressistas ou de direita neoliberal e conservadora – como a política de segurança pública ostensiva e militarizada, em âmbito municipal e estadual – foca na proteção de pessoas em lugares específicos da cidade, enquanto noutros o encarceramento em massa e o assassinato. Tal quadro espelha as periferias, os territórios e as comunidades do sistema-mundo, especialmente no contexto latino-americano, corroborando na produção das desigualdades socioeconômicas, aumento do empobrecimento e das múltiplas violências.

Frente a essa complexa problemática que aflige as nossas favelas e territórios, aliançamo-nos nos campos de batalhas do GBJ em prol das políticas públicas garantidoras de cidadania, dignidade humana, direitos, representatividade e visibilização, construindo espaços possíveis e vivíveis, onde todas as pessoas, inclusive as racializadas, sejam humanizadas. Tais ações são impulsionadas por lideranças feministas comunais da Rede DLIS, do CDVHS e demais instâncias sociopolíticas, compondo um pacto territorial iniciado há décadas em defesa do corpo-território do GBJ, por seu DLIS em prol do bem viver comunal.

4 PACTO TERRITORIAL PELO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO GBJ

“Sustentável é plantar a semente da árvore hoje, para quando encantarmos, as gerações vindouras descansem sobre suas raízes, sob as sombras das suas folhagens e se alimentem dos seus frutos”.

(Jean Borges, 2023, não publicado).

4.1 Notas introdutórias: gratidão, dona Raimunda!

As minhas andanças, imersões e contágios no chão do Grande (Bom) Jardim não foram trilhadas em prol do presente estudo. Mas, enquanto pesquisador e liderança, na medida que eu caminhava junto a dona Raimunda e, posteriormente, a outras interlocutoras e demais lideranças sociocomunitárias locais, observava momentos sociopolíticos e descrevia cada experiência vivida nos meus diários. Das inquietações, interrogações, afetações e contágios junto ao campo-vivência de pesquisa e morada, frente as curiosidades e descobertas, ratifiquei o compromisso pessoal, ético e sociopolítico com as lutas desse chão, incluindo-as nos debates acadêmicos da graduação, do mestrado e, posteriormente, no doutorado.

Saliento, ainda, que o exercício investigativo proposto acima, fundamentou-se em aportes, como: minhas experiências empíricas de militância e, na condição de liderança junto às demais lideranças representantes da Rede DLIS, registradas nos meus diários de campo da pesquisa; relatos dos engajamentos sociopolíticos narrados pelas lideranças nas entrevistas ou noutras ocasiões; momentos experienciados nas lutas junto a elas, tais como visitas residenciais; acesso a documentos institucionais, como os relatórios das assembleias e demais registros técnico-comunitários, fornecidos pelo CDVHS e pela Rede DLIS (alguns redigidos por mim) em, mais de seis décadas; obras escritas e publicadas ou não, em periódicos, livros, capítulos, anais de congressos, revistas e ensaios históricos.

Esses aportes técnico-documentais e institucionais, sobretudo o DSP, a PDS e as falas das interlocutoras participantes deste estudo, produziram subsídios para a análise da conjuntura do GBJ, informando dados, estatísticas, revelando fragilidades e vulnerabilidades identificadas no território e, posteriormente, compiladas por um grupo de acadêmicos(as) do GPDU/UECE, técnicos(as) do CDVHS, pesquisadores(as) populares do território, capacitados pela UECE e por membros(as) da OSC. O documento também apontou possibilidades, suleadas por eixos, planos e projetos pactuados para execução na Política (PDS), contribuindo nos debates construídos nas próprias comunidades, a nível de território e cidade, nos eventos políticos cotidianos, nas assembleias e reuniões locais mobilizadas pela Rede DLIS.

Em relação ao primeiro, no diagnóstico (DSP) urbano foi percebido que as cidades são os lócus onde habitamos e compartilhamos as experiências cotidianas, portanto, merecem atenção e cuidados. Nessa trama, em se tratando do GBJ, as militantes e lideranças enfrentam desafios, representando OSCs, movimentos populares e articulações sociocomunitárias, na construção da dignidade e justiça social local, em DLIS, como inegociáveis. A concretização de tal utopia social só será possível quando as políticas sociais forem garantidas em todas as geopolíticas e territorialidades, inclusive nas periféricas urbanas, com equidade, considerando as suas particularidades, com ações de monitoramento e controle social dessas políticas em prol de um bem viver nos âmbitos municipal, estadual e federal.

Nêgo Bispo postula que toda periferia é um centro. Dessa afirmação, compreendemos que há um desafio de tornar o território do GBJ num centro do bem viver comum, partindo de um olhar da periferia, que contraria o *modus operandi* da lógica capitalista tardia ou neoliberal, e encara nos enfrentamentos os impactos do aumento populacional desordenado, da especulação imobiliária e da conurbação urbana. Tal lógica visa a desconjuntura desses avanços nos desequilíbrios estruturais, ambientais e socioeconômico, frente a omissão e/ou indiferença do poder público e da ausência de cooperação da população, especialmente periferizada. Diante desse quadro, uma alternativa encontrada para o chão do GBJ, gestada há mais de vinte anos, foi o pacto pelo DLIS local, aliançado e consciente, engajado e humanizado entre as lideranças, movimentos, coletivos de ativistas fincados no presente, que olham para as experiências ancestrais e trabalham em comunhão na projeção de mundos melhores possíveis.

Intentando ilustrar poeticamente, a gênese deste pacto pelo bem viver comunal no chão do GBJ, nada melhor do que iniciar partindo do lindo cordel escrito em 2005, por dona Iolanda Lima, liderança sociocomunitária histórica da Rede DLIS e do CDVHS, como dádiva visceral nesta pesquisa. Em seguida, delineamos questões que complementam tal narrativa poética, como: infraestrutura do chão político do GBJ; os ciclos que gestaram os movimentos sociais e articulações sociocomunitárias em confrontação às mazelas conjunturais; a jardineira que plantou as sementes DLIS no Grande (Bom) Jardim; a sociogênese da Rede DLIS, como maior instância associativa e articuladora sociopolítica de entes sociocomunitários, revelando conferências, comitês dos bairros, a estruturação orgânica da PDS e do DLIS do GBJ, seus instrumentos de implementação, monitoramento e gestão da política e, não menos importante, as lideranças que participaram desse processo, sobretudo dona Raimunda, além de outras guardiãs das memórias e tradições que me acolheram nesse chão.

A tradição oral popular e comunitária pode sofrer com o peso do tempo. Por isso, a

necessidade da salvaguarda para que ela não sucumba ao esquecimento. Assim, pedimos autorização às mais velhas e às mais jovens para registrarmos suas memórias em texto escrito. Nosso Sertão seco é banhado por poesias de poetas iletrados da cultura popular. Na nossa Rede DLIS temos muitas(os) poetisas marginais, dentre elas, a querida amiga, dona Iolanda Lima, que nos regalou com o cordel a seguir:

CORDEL

Trajatória da Rede DLIS

Por Iolanda Lima (2005):

I No ano de 99 O CDV convidou Mais de 20 entidades Para um futuro promissor Para sermos vencedor	E outros não conseguiu E no final dos três anos 10 entidades persistiu	Área de atuação Que é o Grande Bom Jardim Onde as associações Junto a comunidade Desenvolvem as ações
II E iniciou o trabalho Para estruturação Chamando as lideranças Para capacitação Ensinando para todos O que é organização	VII E no fim de 2002 O projeto encerrou Foi feita avaliação E quem tava concordou Que esse trabalho em Rede Tem futuro promissor	XIII E chamou-se o GPDU Para poder iniciar Escreveu-se 30 pessoas Para eles capacitar Na construção do processo De aprender pesquisar
III Nós trabalhamos a FOFA Os Cinco “s” também Uma visão de futuro E os documentos que tem Para buscar os que faltavam Para se ir mais além	VIII E foi que declarou As 10 associações Que no final dos 3 anos Deu sua demonstração De querer continuar Com essa grande ação	XIV Desses escolheram 20 Para ser pesquisador Fazer abordagem de rua E entrevistar morador E foram vários os problemas Que isso detectou
IV Algumas foram buscar E outras não conseguiu Talvez por falta de tempo Ou porque não assumiu Como prioridade E da busca desistiu	IX Quem gosta de estar junto Lado a lado com o povão Pois isso ficou bem claro Em nossa avaliação E foi o projeto Para associações	XV Mais também foi encontrado Grande potencialidade Que trabalhava isolado Em sua comunidade Convidamos a se juntar Para mudar a realidade
V E por essa decisão Teve que se pagar caro Foi desgaste e angústia Tudo isso foi necessário Mais tomou-se aprendizado Dos erros que ali causa	X Demos o nome de DLIS Ao projeto trienal E nele estava ali No objetivo geral Fazer um diagnóstico Do que temos no local	XVI Foram 3 meses de pesquisa E depois que realizou Sentaram para sistematizar E tudo se concretizou Mais tínhamos de desenvolver O resultado ao morador
VI E foram muitos momentos Como todo mundo viu Alguns conseguiram frutos	XI Temos mais 1 objetivo E essa rede ampliar No mínimo 50 entidades E o máximo que puder juntar Pois é um dos resultados Que queremos alcançar	XVII Depois de sistematizar Saiu o grande resultado 5 cadernos dos bairros Muito bem organizado E também os 5 mapas Todos atualizados
	XII Nele está determinado	

XVIII

E no final de 2003
A gente avaliou
E fizemos 1 grande evento
Que todo mundo gostou
Foram 32 dias inesquecível
Que na história ficou

XIX

Chamamos de Festisol
Como todo mundo quis
Houve 1 Conferência
A 1ª do DLIS
E continuamos a luta
Com aquele povo que diz

XX

Está com disposição
Para vir colaborar
Trabalhando lado a lado
Com esses que aqui está
Querendo desenvolvimento
No GBJ implantar

XXII

Decidimos os locais
Dos Comitês Populares
Escolhemos as pessoas
Que iriam articular
As entidades locais Para
os problemas estudar

XXIII

Fizemos 5 assembleias
Chamando a população
E veio o GPDU
Para fazer devolução
Que veio lá do povão

XXIV

Foi feito inauguração
Dos Comitês Populares
Sistematizamos os dias
Que iremos nos encontrar
Para estudar os problemas
E as soluções achar

XXV

E convidamos escolas
Igrejas e associações
Comerciantes vizinhos
Para entrar nas discussões
E incrível como juntos
Encontramos soluções

XXVI

Para discutir transporte
Convidou-se o empresário
Também chamamos a

ETUSA

Pois achamos necessário
E ficamos esclarecidos
Sobre o nosso itinerário

XXVII

E ficamos informados
De como pode agir E
o que era possível
Para a gente conseguir
Resolvermos os problemas
Detectados aqui

XXVIII

Fizemos uma assembleia
E tomamos a decisão
De escolhermos pessoas
E formar um conselho
Pra dar sustentabilidade
E fazer deliberação

XXIX

E decidimos ali
Naquela ocasião
Fazer 18 assembleias
Chamando a população
Para poder escolher
Sua representação

XXX

Decidiu-se os segmentos
Que iríamos articular
Mulher, idoso e criança
O consumidor do lugar
Também o desempregado
Não poderia falar

XXXI

Houve 5 assembleias
Chamadas Territorial
Cada uma em seu bairro
Com a população local
E uma da juventude
Com participação legal

XXXII

Nós tínhamos decidido
Que pra essa votação
A cada 30 pessoas
Tira uma representação
E foi assim que a rede
Formou o seu conselho

XXXIII

Ainda em 2004
Esta rede expandiu
Viajou para Recife

Pessoas que assumiu

Repassar nossas experiências
Para os Estados do Brasil

XXXIV

No 1º seminário Estadual
Nordestino
O DLIS marcou presença
Mostrando lá seu destino
Passando a experiência
Desses bairros pequeninos

XXXV

No final desse ano
Fizemos a avaliação
Ficamos todos contentes
Com a nossa construção
E já pra 2005
Concluirmos o conselho

XXXVI

Depois de todos eleitos
Marcamos a reunião
Pra dar legitimidade
Ao nosso conselho
E tínhamos convidado
As 3 representação

XXXVII

Estava a Prefeitura e a
Câmara Municipal
A nossa Regional V
E deputado estadual
Tínhamos representantes
De Deputado Federal

XXXVIII

O Conselho foi empossado
E tem uma obrigação
De estar se reunindo
Quando houver precisão
De aprovar os trabalhos
Pra nossa estruturação

XXXIX

A Rede continuou
Fazendo reunião
Discutindo os problemas
E buscando solução
Depois chamou o conselho
Pra dar sua aprovação

XL

Aí veio o momento
Que chamamos PPA
A Rede movimentou-se
Para as pessoas articular
Para vir marcar presença

E proposta elaborar
maneira solidária
Fazendo a transformação

XXI

E conseguimos mandar
Bastante representação E
muitas propostas boas Que
nossa população Elaborou e
depois Fizeram a votação

XLII

Conseguimos que o povo
Fizesse priorização
E todas as nossas propostas
Passaram pra discussão
Do Plano Plurianual Com
nossa participação

XLIII

E logo em seguida veio O
movimento do OP
A Rede chamou o povo Pra
eles poder dizer O que é
prioridade Para em 2006 fazer

XLIV

A população mostrou Sua
priorização Também
escolheram ali Sua
representação
Pra junto ao poder público
Fazer negociação

XLV

E nesse processo a Rede
Mostrou que sabe fazer
E botou representação pra
negociar com o poder
72 propostas
Conseguimos obter

XLVI

Das propostas apresentadas
Nós conseguimos eleger
Trezentas e trinta e duas
Que passaram no OP
Setenta e duas ficou
Para a SER V fazer

XLVII

Mesmo nessa correria
A Rede continuou
Fazendo os seus trabalhos
E junta elaborou
Cinco planos estruturantes
E o conselho chamou

XLVIII

Pra 2ª Conferência

Do projeto trienal
Veio vários convidados
Palestrantes especial
Que elogiou os planos
Nos deu uma esperança legal

XLVIX

Em 1º de outubro Foi essa
apresentação
Dos planos estruturantes
E o nosso conselhão
Ficou tão maravilhado
E deu sua aprovação

L

Até 2025
Ali ficou acordado
Que era o prazo perfeito
Para ele ser executado
E pra iniciar já temos
Projetos elaborados

LI

Dos planos estruturantes
Agora eu vou falar
O Jardim Residencial
Que vem pra melhorar
Avida dos moradores
Que só vivem a reclamar

LII

Pois o seu objetivo
É garantir ao povão
Acesso à infraestrutura
Cultura na região
Política de qualidade
Pra nossa população

LIII

E o Jardim Solidário
E também competitivo
Requer um conjunto de ações
Sustentável e produtivo
Isso e fundamental
Nesse seu objetivo

LIV

Nele se busca as maneiras
Para o povão trabalhar
Seja feira solidária
Cooperativa popular
O jardim Industrial
E um Shopping pra emplacar

LV

O Jardim Competitivo
É onde a população
Não cruzará os seus braços
Vai junto para a ação
De Poder Público e privado

Junto garantindo tudo
Tralhando organizado

LVI

Que a nossa comunidade
Seja agente de mudança
Liderança juvenil
Trabalhando por todos, todos por um
Essa é a nossa esperança

LVII

O Jardim do Bem-viver
Terá em planejamento
Saudável e de qualidade
Digno de sustentamento
Isso é indispensável
Para o desenvolvimento

LVIII

Teremos infraestrutura
Com uso racional
Ordenando o meio-ambiente
Para um espaço legal
Equilibrando o que precisa
E o compromisso geral

LIX

No Jardim Justo e Includente Teremos
que trabalhar
A garantia de direitos
Básicos para encontrar a solução para
os problemas
Que se encontram no lugar

LX

Resolvendo a violência
E também a exploração
O trabalho infantil
Saúde e Habitação garantida
Pra toda a população

LXI

Mas para isso é preciso
Está bem mobilizado
Sociedade Civil e

LXII

Praticando mais esporte
Eventos culturais
Como o festival de música
E feiras artesanais
Concurso de dança e teatro Literatura
em gerais

LXIV

Em 2025
Nós pretendemos estar
Com o território socialmente
Construído para habitar
Todos os moradores feliz

Dos trabalhados a desfrutar

LXV

Hoje esta Rede está
Com 72 entidades
Trabalhando no conjunto
Pra mudar a realidade
Dos cinco bairros que faz
Esta grande localidade

LXVII

Dentro desses cinco bairros
Existem localidades 44
localidades
Dados às comunidades
São sentimentos do povo
Esta é a realidade

LXVIII

E depois da conferência
Já houve outro encontro
Da Rede para fazer
A nossa avaliação
Do ano de 2005
De como foi a ação

LXIX

Vimos que foi muito bom
O trabalho que foi feito
Pretendemos continuar
Nossa luta desse jeito
Trabalhando lado a lado
Pra ter resultado perfeito

LXX

Esses resultados aí
Que estou a relatar
Se encontram na internet
Para quem quiser olhar
E convido aqueles que
Junto a nós queiram somar

LXXI

Temos um momento marcado
Pra nossa confraternização
E marcaremos em seguida
Mais um grande encontro
Pra planejar 2006
E o desenrolar da ação

LXXII

O que é que precisa fazer
Para o sucesso alcançar

Quais são as atividades
Que iremos realizar
Quando, onde e quem
Precisam se concretizar

LXXIII

Queremos que mais pessoas
Compre a ideia da gente
Pra poder concretizar
As ações urgentemente
Pra num futuro bem próximo
Todos vivermos contentes

LXXIV

Precisamos que os três poderes
Públicos queiram ajudar
Realizar nossos sonhos
Que pretendemos alcançar
Também as empresas privadas
Precisam colaborar

Toda a trajetória sociopolítica e, lindamente cordelizada acima por dona Iolanda Lima, sobre os enfrentamentos comunais, insurgiu frente às mazelas e às carências sociais locais, negligenciadas por omissão do poder público (municipal e estadual), na busca pelo bem viver de DLIS comunal no chão do GBJ. Tais ações foram protagonizadas por militantes e lideranças sociocomunitárias, representantes de frentes, como a Rede DLIS e o CDVHS. E tais alianças não advêm dos últimos 25 anos, apesar desse recorte histórico-temporal de pesquisa, ao enunciarmos o pacto territorial pelo DS no GBJ, como relevante processo na caminhada histórica, política e sociocomunitária de uma gênese inventiva local.

4.2 Do Planalto das carnaubeiras ao GBJ: a (re)leitura histórica e sociopolítica de uma gênese inventiva

Ao longo desta e nas demais unidades textuais, pedimos licença às ancestrais e guardiãs da memória, história e do chão do Planalto das Carnaubeiras, para descrevermos esse lócus-território sagrado iniciado, desde as primeiras páginas. Aqui, sob o ponto de vista do DSP e da PDS desse território, numa via sócio-histórica e geopolítica, identificamos seus cinco bairros e especificidades como quantitativo populacional, ressaltando carências (sobretudo estruturais), enaltecendo potencialidades e afirmando conquistas em prol do bem viver comunal desse chão, apontadas por mim, por outras lideranças da militância local e registros documentais (GPDU/UECE, 2004; CDVHS, 2006; 2011; Diários de campo, 2017-2023).

Factualmente, até a década de 1980, o território que hoje denominamos de GBJ era nomeado pela população nativa por Planalto das Carnaubeiras. Segundo relato de algumas das primeiras lideranças que habitaram essas terras, tal nomeação resultou da característica bucólica e da flora nativa da região, possuidora de áreas verdes e vistosos carnaubais, que ainda acolhem as pessoas nas entradas dos territórios, resistindo imponentes às agressões dos desmatamentos e processos urbanísticos incididos nas cidades pindorâmicas, desde a década de 1950, quando a população fortalezense era composta por 270 mil habitantes, duplicando em uma década (IBGE, 2020). Tal agrupamento se adensava, sobretudo nas zonas litorâneas, devido ao forte comércio marítimo e pesqueiro, às intempéries climáticas e a aridez das áreas sertanejas (GPDU/UECE, 2004; CDVHS, 2006).

As duas principais atividades econômicas do Planalto das Carnaubeiras eram a agricultura familiar de subsistência e a pecuária. Ademais, havia outras atividades, como o comércio itinerante, porta a porta (galego), as pequenas mercearias nas próprias residências e as feiras livres, que na capital cearense, desde as décadas de 1940-1950, foram as principais fontes provedoras dos gêneros de primeiras necessidades da população. A particularidade

agrária e bucólica da região e a proximidade com o centro da capital cearense, foram um cenário propício no processo de êxodo e povoamento populacional e na formação constitutiva das territorialidades à sudoeste da cidade (CDVHS, 2006).

Nesse período, o bairro Bom Jardim, devido às suas peculiaridades sertanejas, nomeou-se Fazenda Boa Vista e estava inserido na região do Planalto das Carnaubeiras. Nessa territorialidade, a apropriação populacional dos grandes lotes de terras e propriedades rurais retratavam uma característica comum na história das migrações e ocupações dos territórios e regiões nordestinas pindorâmicas. Aos poucos, os assentamentos e ocupações precarizadas, as comunidades e os bairros surgiam e margeavam o rio Siqueira-Maranguapinho, lugar-comum de encontros dominicais até a década de 1980. Habitar às margens desse rio foi sinônimo de viver sob insalubridade, constantes riscos de enchentes, de adoecimentos e infestações por insetos e roedores nocivos (CDVHS, 2006; Mapurunga, 2015).

Em relação a apropriação e o adensamento populacional na região do Planalto, identificamos dois fatores determinantes: incentivos fiscais no impulso ao desenvolvimento econômico da capital cearense e; a presença de dois personagens emblemáticos que se sobressaíram nas narrativas históricas das lideranças locais que escutei, sobretudo em relação a ocupação dessas terras, como pano de fundo do povoamento na historiografia local.

No primeiro aspecto, consideramos a estratégia dos incentivos fiscais, estimulados pelo governo como uma das suas políticas de desenvolvimento socioeconômico. No caso de Fortaleza e da sua Região Metropolitana (RMF), destacamos a urbanização de ambas e a instalação de polos industriais, como no município de Maracanaú, por volta de 1960-70. Tais fomentos foram promovidos, sobretudo pela Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), como impulsionadores exponenciais nas oportunidades de emprego e renda, com a instalação de grandes empresas, comércios e serviços, consolidando uma robusta infraestrutura urbana nessas regiões (CDVHS, 2006).

Os incentivos fiscais e o poderio desenvolvimentista da cidade grande ecoaram em muitas regiões do Estado, estimulando o imaginário das pessoas a se aproximarem, como rara e propícia oportunidade para a melhoria de vida. A migração para a capital cearense, tida como um grande centro e oportunidade, foi uma aposta como única solução para muitos(as) sertanejos(as) às situações de desemprego, subemprego, estiagem, fome e demais mazelas que precarizam as existências das populações interioranas em suas terras natais. Assim, com fê, ação, expectativas em uma vida digna na cidade grande, diante da escassez de possibilidades e desesperança nas regiões rurais, as pessoas migraram para a capital trazendo, por vezes, uma pequena trouxa de roupas e muitos sonhos (Diários de campo, 2018).

A transformação panorâmica e urbanística de Fortaleza após os investimentos, não se constituiu organicamente. A Capital aglutinou grandes contingentes populacionais, mas pouquíssimas áreas centrais e litorâneas receberam investimentos reais em infraestrutura e políticas como bens e serviços. Noutras áreas, geopoliticamente ao sul, com maiores adensamentos migratórios populacionais, como as zonas periféricas das regiões sudoeste e sudeste, possuíam infraestrutura urbana e planejamento urbanístico precarizados, resultando em segregações socioespaciais, aumento das desigualdades e da favelização (CDVHS, 2006).

O segundo fator condicionante proposto, ou seja, a presença de dois personagens emblemáticos no GBJ, está relacionado ao primeiro, pois no período havia necessidade de moradias dignas para acolher os contingentes populacionais migratórios, mas, muitos(as) não encontravam locais para pouso, não possuíam recursos financeiros para pagar aluguel (apesar do baixo custo ainda hoje) ou adquirir lotes, para construção das suas residências. Nesse processo de ocupação desordenada, dois personagens possuem notoriedade nas narrativas históricas das lideranças locais. O primeiro foi o empresário João Gentil, considerado um dos criadores do nome Bom Jardim e grande loteador do norte da cidade e, noutros territórios, nas décadas de 1960 e 1970, tendo muitos dos seus bairros fundados nas terras dos “Gentis”.

As lideranças que escutei não possuem informação de como ele adquiriu essas terras. Nessa cena, coube a Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF) a organização urbana, padronizando ruas e avenidas. Na região sudoeste, o outro personagem foi um grupo familiar tradicional local, chamado Família Carioca, que habitavam um casarão localizado na Avenida General Osório de Paiva, nas proximidades de onde se encontra hoje o Posto Carioca e o Terminal do Siqueira (bairro Vila Peri). Segundo dona Raimunda (2017), os Gentis venderam todo o território do GBJ para os Cariocas, à época, Planalto das Carnaubeiras, hoje, bairros, comunidades e favelas, incluindo o território do GBJ (Diários de campo, 2017).

Em relação à ocupação do Planalto, identificamos e categorizamos dois grupos de pessoas que pousaram nessa localidade até a década de 1980. Ambos, adquirindo terrenos por meio de negociações com os Gentis, com os Cariocas ou ocupando essas áreas ao sul. O primeiro grupo decidiu migrar e investir em lotes nas áreas consideradas nobres, próximas ao centro e ao litoral da cidade. O segundo grupo, composto por segmentos minoritários, ou seja, em condições socioeconômicas precarizadas, adquiriu os lotes em áreas periféricas, como o Planalto das Carnaubeiras e demais áreas às margens da Capital, por compra ou os receberam por herança, ou ainda, a alternativa frente à problemática habitacional, foram ações consideradas ilegais, de ocupações de terras privadas, acusadas como invasões, uma prática comum nas margens de Fortaleza. Tal região, assentavam-se os maiores loteamentos privados

ociosos que, pela distância do centro da cidade ou do litoral, eram vendidos a baixo custo. Por esses fatores, a região que hoje se localiza o território do GBJ foi utilizada historicamente pela população migrante como cidade-dormitório, onde havia deslocamentos pendulares diários ao centro no início da manhã e retornos para repouso nas residências ou barracos à noite. Acredita-se que, nesse período, atribuiu-se o termo pejorativo “vixe” ao GBJ como lugar periferizado do não lugar, dadas às desigualdades sociais, empobrecimento, marginalização, alto índice de violências, baixa qualidade de vida e IDHM (Diários de campo, 2017-2023).

No curso da história, o cenário do Planalto refletia nas práticas locais, os costumes interioranos, preservando hábitos como fechar as portas e pequenos comércios para cochilar à tarde após o almoço e, quando o sol “esfriar”, sentar-se nas calçadas em frente às residências no final da tarde para conversar com os(as) vizinhos(as), algo tão popularizado no GBJ ainda hoje, assim como cavalgar ou conduzir carroças puxadas a burro, pelas vias do território. Outro hábito é a criação de bovinos, caprinos, suínos, aves e demais animais nos quintais das casas, junto às roças, hortas, cultivo de ervas ou remédios do mato e flores, como práticas sertanejas e originárias dos(as) moradores(as) mais antigos e antepassados(as) (Diários de campo, 2018). Ademais, as condutas e as crenças sob influência do cristianismo católico trazidas, principalmente pelas congregações católicas que migraram para o Planalto das Carnaubeiras no final dos anos de 1980, influenciaram na designação de comunidades e equipamentos públicos no interior dos bairros e comunidades do GBJ, por nomes de Santos(as) católicos(as), como as comunidades dos Parques Santo Amaro e Santa Cecília no bairro Bom Jardim, bem como inspiraram a nomeação de templos sagrados, especialmente igrejas, terreiros de umbanda ou de candomblé, casas espíritas, dentre outros (Diários de campo, 2018).

Destarte, na década de 1980 foi aumentando o número de famílias e a população se adensando, erguendo os seus barracos e construindo as suas residências, ocupando terrenos ociosos e abrindo caminhos nas matas com a sua própria força braçal. Onde não havia ruas oficiais, foram se consolidando os primeiros becos e vielas do GBJ, em condições subumanas e precárias. Diante disso, o poder público municipal e estadual eram ausentes em relação ao provimento de condições mínimas para uma vida digna em direitos (Diários de campo, 2018).

Segundo as lideranças sociocomunitárias e moradoras mais antigas da região do Planalto das Carnaubeiras e do território do GBJ, nesse cenário complexificado pelo adensamento populacional até a década de 1980, avultaram desigualdades, vulnerabilidades e necessidades básicas, como alimentação, acesso à saúde e a assistência social, ao saneamento ambiental, à educação, ao lazer, ao emprego e renda, etc. Mas, frente a essas mazelas, havia uma organicidade integradora e identitária nutrindo a vontade comum de enfrentar as mazelas,

fortalecida por sentimentos de pertença local e forças motrizes que impulsionaram as pessoas em defesa dos territórios. Tais forças e articulações se influenciaram por “[...] práticas e místicas religiosas de congregações católicas progressistas atuantes, vinculadoras de dinâmicas de mobilização social e de associação sociocomunitária” (Diários de campo, 2018; Machado; Pereira, 2020, p. 9).

Assim, por volta das décadas de 1980-90, a militância local, com o auxílio de lideranças sociocomunitárias, grupos pastorais e congregações religiosas representantes da Igreja Católica, sobretudo das CEBs, encontraram na aliança orgânica de cinco bairros que hoje compõem o território do GBJ, a força e a potência das lutas em prol do bem viver comum local. Nessa cena, o lema era que a fé só se efetivava na ação conjunta como práxis engajada e inclinada às pessoas empobrecidas, buscando transformar tal conjuntura, assim, as lutas nasciam alicerçadas em fortes relações de irmandade coletiva, confiança, solidariedade e comunhão político-sociocomunitária constitutivas do tecido social (Almeida, 2014).

Embora a nomenclatura territorial de GBJ não esteja oficialmente municipalizada, é reconhecida pela população fortalezense e pelo poder público em “[...] gestões variadas, [...] diferentes escalas físico-geográficas e político-administrativas” (Machado; Pereira 2020, p. 8). Assim, esse chão sociopolítico se nomeou criativo e politicamente-identitário, técnico e orgânico, unificando lutas locais e sociocomunitárias de cinco bairros, fortalecendo tais ações, frente ao poder público, com “[...] estratégias e táticas políticas, inclusas pressões, demandas e monitoramento de sistemas e políticas públicas” (Machado; Pereira 2020, p. 8).

4.2.1 O Grande Bom Jardim: infraestrutura e aspectos gerais do território

A cultura é um tesouro imaterial e se solidifica pelas mãos dos seres humanos, ela migra junto com as pessoas, carregando as suas ancestralidades e se enraizando nos solos das sociedades. O campo geopolítico desta pesquisa, o lócus do Grande (Bom) Jardim, possui características interculturais e infraestruturais, identificados em centros-periféricos urbanos. Detalharemos a seguir, algumas dessas especificidades, inclusive reveladas empiricamente no início do texto, quando descrevo as minhas primeiras percepções imersivas, como: contingente populacional; empreendimentos; provimento de água e saneamento ambiental; infraestrutura viária; serviços básicos como: telefonia, energia elétrica e; políticas socioambientais, de habitação, saúde, assistência social, educação, esporte, cultura, lazer e segurança pública.

Como ponderado, os fluxos migratórios populacionais da década de 1950 em Fortaleza ocuparam desordenadamente a região do Planalto e, seguidamente, do território do GBJ, perifерizando tais lugares e aglutinando pessoas, adensando processos de desigualdades e

de favelização nas suas margens, diante de um poder público ineficiente, no que tange aos investimentos de recursos em políticas públicas, frente a uma “[...] parcela relevante da força de trabalho, ativa e inativa, que ocupa posições instáveis em circuitos inferiores da economia e em mercados formais e informais de trabalho na cidade” (Machado; Pereira, 2020, p. 7).

Em relação a essa infraestrutura e demais aspectos, é inegável que desde meados do século passado, o território do GBJ espelhou processos urbanos e históricos de favelização que ocorreram no País. Seu contingente populacional economicamente ativo permanece, há mais de meio século, sob condições subumanas e precarizadas de trabalho, emprego e renda. Nesse cenário, os cinco bairros do GBJ possuem especificidades e semelhanças em relação à reduzida presença de equipamentos públicos em áreas de interesse social. Geralmente, a sua população se obriga a buscar esses serviços básicos – hospitais, clínicas, agências bancárias, shoppings, cartórios, faculdades e universidades – noutras regiões da cidade.

Seguindo o aumento populacional padrão e urbanístico nacional, a cidade de Fortaleza cresceu significativamente a partir de 1950-60. Os dados nesse quesito na década de 1960, por exemplo, contabilizavam a população em, cerca de, 514.818 habitantes (CDVHS, 2006). Nas quatro décadas seguintes, esse contingente quase quintuplicou, ultrapassando 2.428.678 habitantes. Para a garantia de dignidade nesse cenário de cidade, eram requeridos equipamentos sociais e boa infraestrutura em relação aos bens públicos (IBGE, 2020).

No que concerne à demografia territorial do GBJ, segundo dados do IBGE (2020), possui um contingente populacional estimado em 225.206 mil habitantes, majoritariamente composta pelo público feminino, infantojuvenil e racializado (cerca de 70%), convivendo em situações de vulnerabilidade diante do sucateamento e extrema precariedade de equipamentos públicos, “[...] serviços e infraestruturas urbanas, com vulnerabilidades, violências e violações de direitos em diferentes escalas e dimensões” (Machado; Pereira, 2020, p. 7). O último Censo demográfico referiu que, cerca de “84% das pessoas da área não tinham rendimento ou tinham rendimento até um salário-mínimo” (Machado; Pereira, 2020; IBGE, 2020, online).

Tal quantitativo populacional, distribuída nos cinco bairros do GBJ, equivale a totalidade de municípios populosos da RMF como Maracanaú, com 234.392 habitantes, e supera municípios cearenses como o Crato (123.963 habitantes), localizado na região sul do Estado e Sobral (212.437 habitantes), pertencente à região norte. Ademais, o território possui grande contingente populacional em idade produtiva, mas um número expressivo dessas pessoas na informalidade ou subemprego em busca da sobrevivência, muitas sobrevivendo em situação de extrema precariedade e habitando áreas de risco no território (IBGE, 2020).

Atualmente, há mais de 4.000 empreendimentos de comércio e serviços no GBJ,

sejam representados nas tradicionais feiras livres dos bairros ou, especialmente nas oficinas, mercearias, mercadinhos, pequenas lojas de produtos eletrônicos e de materiais da construção civil, vestuário, alimentação e diversos outros microempreendimentos. Os produtos vendidos nesses comércios locais consideram, sobretudo as características desse território e região empobrecida socioeconomicamente, refletindo nos variados tipos de produtos e preços, condizentes com o baixo poder aquisitivo da população que, por sua vez, necessita desses serviços para se obrigarem a atravessar toda a cidade de Fortaleza para consumir do Centro. Ademais, o comércio local garante a subsistência das famílias e movimenta economicamente os bairros. A renda média mensal de 84% dos(as) representantes das famílias do GBJ até o ano de 2020 era menor ou igual a um salário-mínimo (CDVHS, 2006; IBGE, 2020).

O abastecimento de água e esgotamento sanitário são historicamente precarizados em toda a região sul. Ainda hoje, cerca de 29% de todo o território do GBJ possui saneamento ambiental residencial integrado à rede de esgotamento, enquanto nas áreas não favelizadas ou consideradas nobres da capital cearense, esse serviço alcança quase 100% das localidades, tendo por média cerca de 60% de saneamento ambiental. Na minha casa, por exemplo, convivemos com esgotos a céu aberto. Diante dessa problemática, desde o ano de 2015, a Rede DLIS vem monitorando a situação. Em 2020 (período pandêmico) a Rede, juntamente com o Programa de Educação Tutorial em Arquitetura, Urbanismo e Design da UFC (ArqPET) e o apoio de militantes e lideranças sociocomunitárias locais, realizaram uma campanha intitulada “Saneamento já!”, da qual exigia do poder público a implementação integral do saneamento ambiental para o território do GBJ (Diários de campo, 2022).

Essa problemática da infraestrutura urbana impacta sobremaneira outros setores sociais, por exemplo, os sistemas viários e os transportes urbanos. No caso dos primeiros, em muitas comunidades nos períodos chuvosos, por possuir um sistema de drenagem precarizada, (e com cerca de 30% dos logradouros pavimentados) ocorrem enchentes e proliferação de doenças, pois as águas dos esgotos a céu aberto se misturam às chuvas das enchentes. Em relação ao segundo ponto, apesar de os transportes públicos serem padronizados em toda a cidade, existe ausência de conforto como ar-condicionado em quase todos os ônibus que trafegam no GBJ, o oposto do que ocorre nas linhas que rodam em áreas nobres da cidade, ademais, existe carência dessas linhas e rotas aqui. Em toda a região sudoeste da cidade, há dois terminais para acolher mais de meio milhão de pessoas, localizados no Bairro Vila Peri (do Siqueira) e no Conjunto Ceará (bairro vizinho) (Diários de campo, 2019-2020).

Outros serviços básicos à população, tais como: telefonia, energia elétrica – chegando ao GBJ apenas nas décadas de 1985-90 – recolhimento de lixo e os cuidados com

áreas ambientais, são setores deficitários em quase todas as localidades do GBJ. As operadoras de telefonia (móveis) funcionam majoritariamente em déficit, bem como os serviços de internet fixa (residencial), fazendo com que recorramos a empresas fornecedoras de internet em outros bairros. No segundo caso, o fornecimento de energia também é deficitário, com oscilações diárias ou semanalmente. Na terceira problemática, a coleta de lixo no território alcança cerca de 90% das residências, se comparada às áreas nobres da cidade de Fortaleza, que alcança 100% dos domicílios. Nas nossas favelas, criam-se bolsões e mini aterros de lixo no interior das comunidades, em função da ausência de políticas de conscientização, sensibilização em educação ambiental e zelo do poder público em adentrar às localidades (IBGE, 2020).

Quanto às políticas socioambientais direcionadas ao GBJ, estas são insuficientes, mesmo diante de um dos maiores pulmões verdes da capital, especialmente na territorialidade do bairro Siqueira, onde há um encontro das águas do rio Siqueira-Maranguapinho e o rio Ceará. Essa realidade de desinvestimentos do poder público (municipal e estadual) resultam em grandes problemáticas no nosso cotidiano nas comunidades, principalmente às margeadas no curso do Rio, por duas questões principais: devido a ocupação desordenada da população desprovida de moradia digna, portanto, sem uma estrutura segura nas margens (áreas de risco), e em segundo lugar pelo acúmulo de lixo depositado pela população ou funcionários dos comércio locais, por não dispor de coleta de lixo regular ou indispor de educação ambiental, além disso, as indústrias da região depositam, irregularmente, os seus dejetos no rio, por vezes poluentes, causadores de danos à natureza e à população da área, bem como acumuladores de mosquitos e demais animais peçonhentos (CDVHS, 2006).

Os baixos orçamentos investidos nas políticas de habitação e garantia de moradias dignas no GBJ foi outro gargalo observado nas minhas primeiras andanças e militâncias sociopolíticas nesse chão. Historicamente, desde as primeiras migrações, o território possui graves problemas habitacionais, destacando-se as superpopulações nos pequenos domicílios (sentido no isolamento social pandêmico) em risco, devido a ausência de manutenção estrutural de muitas residências, comprometidas e não reparadas em função da situação financeira das famílias. Dessas habitações, identifiquei muitas famílias em áreas de risco e que não possuem registro das propriedades. De acordo com a PMF, há mais de uma década foram mapeadas cerca de oito extensas áreas de risco nos cinco bairros do GBJ, com média de 1.000 famílias nessa situação (CDVHS, 2011; Diários de campo, 2023).

Em relação à cobertura das políticas no âmbito da saúde pública no GBJ, tomando por base o caráter holístico desse conceito, identifiquei, desde quando iniciei as primeiras imersões no território, situações de extrema precarização, resultando em enfermidades, como

adoecimentos biológicos, socioemocionais e psíquicos decorrentes de situações corriqueiras, desde as doenças sazonais, à subnutrição alimentar e demais mazelas humanas ocasionadas, por exemplo, pela insalubridade, fome, o empobrecimento, ausência de moradias e trabalhos dignos, desigualdade, violências urbanas como os homicídios, ou seja, mazelas que acometem as populações e, que os escassos e sucateados equipamentos – em infraestrutura física predial e insumos – de saúde e da assistência social não suprem.

Frente ao panorama acima, mais da metade da população do território do GBJ, quando enferma, recorre às insuficientes quantidades de instituições de saúde e assistência social mais próxima a sua residência, geralmente, as Unidades Básicas de Saúde (UBS), em seguida – as pessoas que possuem informação – os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), mesmo diante do enfrentamento indigno que a superlotação cotidiana nos obriga a nos submeter. Ademais, as indignas e insalubres condições laborais concedidas aos(as) trabalhadores(as) da linha de frente destes equipamentos, os adoecem, desumaniza e, por consequência, prejudica a acolhida humanizada e de qualidade aos(as) usuários(as) que buscam tais serviços ofertados, por vezes, como único recurso (Diários de campo, 2017-2023).

O fator educacional e outros três marcadores infraestruturais foram considerados nessa análise, sendo eles: esporte, cultura e lazer. As lutas pela educação se iniciaram no GBJ há décadas, frente ao insuficiente ou inexistente quantitativo de escolas municipais e estaduais em muitas localidades do território. Isto posto, iniciaram ações impulsionadas por lideranças sociocomunitárias locais, maioria feminina, assumindo a dianteira na criação das primeiras escolas comunitárias do território, de inclinação progressista e Paulo Freiriana, em oposição a uma educação colonialista, adestradora e domesticadora (Bispo, 2023), além de reivindicarem pela construção de mais espaços educacionais e creches, conclamando o poder público municipal e estadual a se responsabilizar (CDVHS, 2011).

Pessoalmente interessado em me aprofundar sobre a história das primeiras escolas comunitárias no território do GBJ, bem como os engajamentos sociopolíticos femininos e articulações em defesa da educação neste chão, após uma das assembleias da Rede DLIS realizada em meados do ano de 2023, indaguei a dona Raimunda se ela, gentilmente, poderia narrar como se deram essas experiências, enquanto participante ativa e educadora popular das primeiras escolas. Prontamente ela contextualizou com as seguintes palavras:

O CDVHS, já nasce em “94” com a missão de cuidar de criança e adolescente e, uma das demandas urgentes para esse público era o direito à educação né, não tinha escolas para as demandas, tipo, criança e adolescente que tinha aqui, naquele tempo e, assim, as famílias iam no poder público, não tinha vagas e as famílias não continuavam, não

insistiam, e aí a gente criou a “Campanha pelo direito à Educação”, onde a gente colocava uns balcões, né, umas mesas, aí a gente se articulava, né, com grupos comunitários para registrar as demandas, tipo assim: a família ia atrás da vaga, lá no Sebastião de Abreu e, não achava, aí a gente tinha um balcão, onde a família podia deixar registrado o nome da criança, o endereço e tal. Com esse levantamento, tanto fazia a denúncia como ia conversar com o poder público como uma forma de resolver. Inicialmente, até “96” o poder público fazia o que? Fazia de conta que atendia e arranjava uma desculpa pra não atender, tipo, tinha escola que não recebia a criança porque não tinha registro de nascimento, aí o poder público começava a argumentar que o menino entrava na escola mais saía depois e, todas essas coisas aí. Aí quando foi em “96” se criou a lei do FUNDEF. Criando essa lei, a prefeitura, num instante, deu um jeito para matricular todos os meninos. Como não tinha escola antes, criou a tal das escolas anexas, que era assim: matrícula todos os meninos, para receber o recurso do Governo Federal, que era um recurso repassado fundo a fundo, né, a lei do FUNDEF, por criança, então a prefeitura fez a matrícula de todas as crianças dessa cidade, aí como não tinha escola para todo mundo, ela fez um convênio, com as escolas sociocomunitárias e as escolas particulares, que chamavam convênio de cogestão. A prefeitura recebia o dinheiro e passava para essas instâncias. Aí a gente continuou fazendo campanha de “94” até “99”. Quando foi em “99”, a gente percebeu que tinha essa coisa de garantia da vaga, só que a gente fez um levantamento e percebeu que os meninos que estavam fora da escola em “98”, muitos se repetiam em “99”, então era uma questão de abandono e, por isso, foi que a gente foi analisar melhor o porquê da evasão desses meninos (Dona Raimunda, 2023; Diários de campo).

Após as explicações e contextualizações de dona Raimunda, convidei-a para que continuássemos nossa conversa sobre o mesmo assunto. Com a concordância dela, agradei e indaguei: a senhora pode me falar mais sobre essas escolas sociocomunitárias? A liderança respondeu que sim, e prosseguiu:

Então, desse levantamento das crianças e adolescentes fora da escola foi que surgiu as escolas sociocomunitárias aqui do território, né. A gente se articulou e, nós tínhamos uma escola sociocomunitária em cada local, certo, uma na Granja Portugal, na comunidade Belém, uma no Canindezinho, uma na Granja Lisboa, uma no Bom Jardim, que era a Escola Santo Amaro e a do Siqueira. Esta Escola, aliás, não tinha uma no Siqueira, tinha duas no Bom Jardim que era a Santo Amaro e a do Parque São Vicente, que a gente chamava de bairro Siqueira, mas agora é Bom Jardim e a do próprio Canindezinho. Aí a gente trabalhava com as demandas dos meninos que estavam fora da escola, mas também com várias outras questões, como o registro de nascimento. A gente acolhia os meninos e ia cuidar das demandas, das situações da família e da comunidade. Eram escolas diferentes essas cinco, não é? Aí foi aí que a gente se identificava, o tempo todo com Paulo Freire, na época, a Rosiana coordenava o “CDV”, como educadora e, apostava tudo nessa coisa da educação popular e, foi aí que a gente começou a ler mais, muito mais sobre o que nós temos hoje, quem escreve sobre tipo, Moacir Gadotti, trazendo as questões de Paulo Freire para as questões atuais e por aí vai. Em síntese foi isso, a finalidade maior era que todos os meninos e meninas tivessem vagas nas escolas, não tendo, a gestão teria que dar um jeito. A gestão criou essa coisa da cogestão e, foi quando a gente fez essa parceria, aí a gente funcionou enquanto escola sociocomunitária de “95” a “96” (Dona Raimunda, 2023; Diários de campo).

A interlocutora, ainda, pontuou que as lutas posteriores seguiram pela qualidade e equidade da educação pública e pelo aumento da quantidade de vagas nas escolas para que todas as pessoas residentes no GBJ e adjacências pudessem ter a possibilidade de estudar. No

intervalo histórico-temporal entre essas lutas e os dias atuais, a população que contava em média, com cerca de 20% das pessoas responsáveis pelas famílias – sem instrução educacional formal e quase a metade sem terem acessado a escola com permanência de, pelo menos 5 anos – segue quase inalterada (CDVHS, 2011; Diários de campo, 2017-2023).

Para a militante e liderança dona Raimunda, esse fenômeno que experienciamos no território, em relação ao quadro de escolarização, “[...] trata-se de uma espécie de ciclo, que se reatualiza entre o perfil educacional, a baixa renda e a pobreza” (Dona Raimunda, 2023; Diários de campo). Nesse cenário, o capitalismo neoliberal empurra as pessoas ao subemprego ou a toda e qualquer forma possível de sobrevivência, informalizada ou não, relegando outras questões, como os estudos, a capacitação e a profissionalização, a segundo ou terceiro plano no quadro das prioridades emergenciais à sobrevivência.

Conforme as informações apontadas em 2003, no DSP, reafirmadas em pesquisas recentes, reiteram os desafios e enfrentamentos das pessoas quanto ao acesso à educação formal, como: o número insuficiente de escolas, territorialização (ganguês/facções), os preços abusivos das mensalidades em colégios particulares e a distância da escola em relação às residências. Esse último fator repercute, ainda, na renda familiar com os custos de passagens nos transportes públicos e nos vários riscos de deslocamento das juventudes, podendo ser motivo de evasão escolar (GPDU/UECE, 2004; Diários de campo, 2017-2023).

Outras políticas consideradas relevantes às nossas favelas e ao território do GBJ, são as de esporte, cultura e lazer, sobretudo por seu perfil composto, majoritariamente por crianças, adolescentes e juventudes. Mesmo que, historicamente, a gestão pública tenha direcionado poucos esforços nas implementações de tais políticas em prol desses segmentos, não suprimindo as necessidades desse público, geralmente, violentados por agentes da segurança pública nos espaços, restringindo-os às praças dos bairros, muitas construídas e mantidas pela própria comunidade. Parte dessas reduzidas áreas de lazer, incluindo as quadras poliesportivas e as areninhas¹⁹, estão sob controle do tráfico, dos grupos faccionados e das milícias.

No que tange ao aparato em políticas culturais disponível no território do GBJ, há apenas dois equipamentos: o Centro Cultural do Bom Jardim (CCBJ), inaugurado em 2006, localizado na Granja Lisboa e o Centro Cultural Canindezinho (CCC), iniciando as atividades em 2020, instalado no próprio bairro que leva seu nome. O CCBJ é vinculado à Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (Secult), gerido pelo Instituto Dragão do Mar (IDM) e o CCC pela

¹⁹ O projeto “Areninha” se configura como uma política pública de esporte e lazer que se iniciou em Fortaleza, no ano de 2014 e, desde então, objetiva requalificar quadras em comunidades periféricas e vulnerabilizadas em todo Estado, onde a população possa praticar atividades físicas, gerar renda e ter um espaço de convivência.

PMF e sua Coordenadoria de Juventude (e SER V). Ambos funcionam, geralmente, com recursos e insumos escassos, dificultando a manutenção das atividades cotidianas. Tanto a implementação, quanto a manutenção desses equipamentos são fruto das lutas diárias da Rede DLIS, do CDVHS e demais agentes sociopolíticos do território do GBJ.

A política de segurança pública é uma questão complexa. Nesse sentido, as políticas com mais recursos financeiros investidos, em âmbito municipal e estatal, justificam-se na resolução (ou remediação) da problemática histórica nutrida e administrada por agentes que lidam com violências e criminalidade, reflexos das situações detalhadas, como condicionantes maximizadores das precariedades humanas. Ante esse complexo caos sociopolítico, a mídia, notadamente a policialesca e sensacionalista, fortalecem racismos, reiteram as informações dos altos índices de violências e homicídios, estigmatizando esses lugares e encobrindo as potências de vida reexistentes neles.

Frente a carecida presença de equipamentos, serviços públicos de acolhimento comunitário e cuidado da população em todas as localidades no GBJ, identifiquei, ainda no DSP, muitos grupos organizados, associações sociocomunitárias e OSCs, embora mais da metade dos(as) respondentes do diagnóstico tenha referido que não participavam de nenhuma articulação, o GBJ é, tradicionalmente reconhecido por essas lutas de base sociocomunitária impulsionadas pelos engajamentos sociopolíticos, sobretudo femininos, que deve parte dessa notabilidade à Rede DLIS, em atuação no território do GBJ desde 2003, ao CDVHS desde 1994 e as demais instâncias sociopolíticas em luta desde as décadas de 1960-70, e suas lideranças sociocomunitárias históricas, como jardineiras, que vêm arando e semeando o chão do Grande (Bom) Jardim há décadas (CDVHS, 2006).

Buscando apontar iniciativas protagonizadas por algumas militantes e lideranças comuns em prol de um bem viver e do DLIS no território do GBJ, destacaremos a seguir: pactuações, ações sociopolíticas executadas e resultados alcançados por forças locais como o CDVHS e a Rede DLIS, sobretudo nos últimos 25 anos de lutas de base sociocomunitária, como possibilidades e potencialidades que permitiram mitigar as mazelas sociais, melhorar a qualidade de vida e humanizar as existências das pessoas desumanizadas que habitam e, por vezes, engajam-se nas batalhas nessa arena política, criando horizontes possíveis para os próximos anos e ratificando que as lutas sociocomunitárias no GBJ seguirão.

Mediante o cenário sócio-histórico, estrutural e político permeado por mazelas e pela escassez de políticas públicas no território do GBJ, fruto da ação ou indiferença do poder público e seus agentes frente a essa situação, foi notório nas investigações, que tal conjuntura sempre urgiu por mudanças, como semeio em terra seca, desde as suas primeiras migrações,

quando as pessoas encontraram a ambiência verde bucólica dos carnaubais, contrastando com um chão árido e ávido por políticas públicas e serviços essenciais. A busca por sobrevivência, dignidade e direitos nessa aridez, foi um grande impulsionador das articulações, mobilizações e lutas dos movimentos sociocomunitários locais, de uma militância que ansiava pela utopia do bem viver nesse chão, reafirmando a sua vocação sociopolítica e visceral para as batalhas.

Ao anunciarmos o debate a respeito dos movimentos sociais e das lutas de base sociocomunitária, em prol do semeio do Grande (Bom) Jardim, é prudente conceituarmos e localizarmos geopoliticamente essas forças sociopolíticas motrizes. Assim, recorreremos às categorias “Movimentos Sociais” e “Novos Movimentos Sociais” (NMS), especialmente sob a lente teórico-política das autoras Gohn (1982; 1997; 2008) e Ammann (1991), como relevantes aportes conceituais, considerando nosso lócus, uma arena sociopolítica reconhecida na cidade por possuir movimentos e articulações locais aguerridas há mais de seis décadas.

Os movimentos sociais são ações sociopolíticas coletivas, que se articulam para impulsionar mudanças e transformações progressistas no instituído ou mantê-lo numa postura conservadora. Os registros de fatos dessa natureza remontam às primeiras civilizações, ainda, nas polis gregas, mas, nos estudos contemporâneos e difundidos sobre tais ações, indicam as suas eclosões no transcurso do século XVIII para o XX, com o advento de fenômenos como capitalismo, as Revoluções francesa e Industrial inglesa, cujas origens e perfis, classistas e sindicais, localizaram-nas no seio laboral, quando sindicatos se institucionalizaram, passando a conscientizar e empoderar trabalhadores(as) em defesa dos seus direitos e em relação às explorações do jugo patronal fabril, transpondo esse tipo de luta coletiva para todo o globo.

Nessas lutas iniciais dos movimentos sociais em torno das questões trabalhistas, as organizações políticas eram verticais, hierárquicas, rígidas e regidas geralmente por um líder, representante ou grupo dirigente, em que dialogavam e travavam embates com os patrões e com o Governo ou grupos políticos detentores do poder institucional, na busca por mudanças socioeconômicas e por direitos a melhores condições de trabalho e salários, originando os sindicatos e partidos políticos no século XVIII. Hoje, encontramos na literatura duas divisões gerais dos movimentos sociais, sendo: os tradicionais, incluindo os mencionados acima e, os Novos Movimentos Sociais (NMS), descritos a seguir (Gohn, 1997; 2008).

Em relação aos primeiros, na obra intitulada: “Reivindicações populares urbanas: um estudo sobre as associações de moradores em São Paulo”, Gohn (1982) sustenta que as ações desses movimentos sociais se davam defronte às problemáticas sociais locais. Ou seja, na medida em que as mazelas se agravavam e avultavam a precarização humana, as ações reivindicatórias dos movimentos e articulações comunais politizavam-se, confrontando essas

situações, possibilitando conscientizações em relação a situação e as “[...] necessidades comuns dos grupos envolvidos [...] vir a expressar, dependendo da conjuntura político-social vigente, o embrião de uma vontade coletiva popular” (Gohn, 1982, p. 12).

Essas ações sociopolíticas insurgentes diante das mazelas, complexidades sociais, carências negligenciadas e do histórico de precariedades locais, foram conduzidas por agentes militantes e lideranças dos “[...] movimentos populares constituídos coletivamente como forma de sobrevivência no meio urbano” (Gohn, 1982, p. 9). Tais movimentos são forças sociopolíticas plurais, espontâneas, “[...] policlassistas, reivindicatórios e defensivos, [...] fruto de manifestações coletivas, que giram em torno de um núcleo articulador e não de um líder, como os antigos movimentos operários” (Gohn, 1982, p. 12) ocorridos desde os séculos XIX e XX.

Tais movimentos sociais representam iniciativas coletivas em prol de um bem comum, de “[...] caráter contestador, no âmbito das relações sociais, objetivando a transformação ou a preservação da ordem estabelecida na sociedade” (Ammann, 1991, p. 22). Tais forças sociopolíticas, cujos registros gênicos remontam há cerca de quatro séculos, e das quais somos herdeiros(as), possuem como principais características a reivindicação e a contestação como elementos constitutivos, bem como a oposição diante de “[...] determinadas relações sociais no contexto das relações de produção” (Ammann, 1991, p. 22), onde os(as) protagonistas são “[...] classes sociais, etnias, partidos políticos, regiões, religiões etc.; nem todo Movimento Social tem caráter de classe; nem todo movimento social luta pelo poder” (Ammann, 1991, p. 22).

Na segunda divisão geral dos movimentos sociais que ponderei, revelamos que no século XX, por volta da década de 1970, assistiu-se o despertar de um novo paradigma em relação aos antigos movimentos, nomeados de “Novos Movimentos Sociais” (NMS). Aprendi que, segundo o cientista Thomas Kuhn, o surgimento de um novo paradigma não significa que este seja superior ao anterior, mas que atende melhor aos anseios de cada tempo. Tanto os antigos quanto os NMS são fundamentais nas lutas por uma sociedade melhor em justiça e igualdade sociais, cuja cidadania transponha o discurso frio e se efetive em direitos.

A finalidade dos NMS transpõe a reivindicação dos direitos trabalhistas, buscando assegurar os direitos sociais em suas pluralidades minoritárias. Por exemplo, os movimentos da década de 1970, como os *hippies*, *punks*, negro, indígena, os feministas e LGBTQ+, ampliando os segmentos sociais e pautas identitárias acolhidas, cujos movimentos anteriores, geralmente conduzidos pela branquitude hétero, cisgênero e de trabalhadores fabris não priorizaram (Gohn, 1997).

Os NMS “[...] têm sido criados nas zonas periféricas, [...] heterogêneas, sob a forma de organizações locais, e luta de comunidades territoriais específicas” (Gohn, 2008, p. 14). Assim, tais movimentos trouxeram diversidade pluricultural das margens ao centro dos debates sociopolíticos hegemônicos, e impulsionaram as lutas por liberdade, sobretudo nos períodos ditatoriais na América Latina, onde os clamores e as ações reivindicatórias partiam das ruas ou das atividades secretas, como reuniões, articulações e mobilizações consideradas como clandestinidade e desobediências civis (Gohn, 1997).

Esse modelo de luta difere dos antigos movimentos tradicionais e classistas, relacionados ao caráter laboral e sindical. Desse modo, sem envolvimento com os “[...] esquemas da política populista, do jogo de favores e das relações clientelistas [...] uma nova forma de fazer política e a politização de novos temas” (Gohn, 1997, p. 124), como complementa Ana Targina Ferraz (2019, p. 347), direcionados a lutar em prol dos “[...] direitos civis (movimento de mulheres, movimento LGBT, movimento negro, quilombola e indígena) denunciava a invisibilidade social desses indivíduos e a profunda desigualdade, característica da sociedade brasileira e latino-americana”.

Gohn (1997) a partir de fontes teóricas sintetiza cinco especificidades básicas aos NMS, sendo elas: (1) “[...] construção de um modelo teórico baseado na cultura” (Gohn, 1997, p. 121); (2) o distanciamento em relação a teoria marxista por entender a ação coletiva no nível macro ou estrutural, tendo por fator de inovação o retorno e a recriação dos atores sociais, como possibilidade de transformação das realidades a partir da ação do indivíduo; (3) o “[...] novo paradigma elimina também o sujeito histórico redutor da humanidade” (Gohn, 1997, p. 122). Ademais, foi apresentado um outro conceito de sujeito “[...] coletivo difuso, não-hierarquizado, em luta contra as discriminações” (Gohn, 1997, p. 122), enxergando os participantes dessas ações coletivas enquanto atores sociais; (4) a política (não partidária ou sindicalista) ganhou “[...] centralidade na análise e é totalmente redefinida” (Gohn, 1997, p. 123), pensando o poder na esfera pública da sociedade civil (organizada); (5) “[...] os atores sociais são analisados [...] sob dois aspectos: por suas ações coletivas e pela identidade coletiva criada no processo” (Gohn, 1997, p. 123).

Nesse caso, Gohn (1997) argumenta que a ideia da esfera identitária do quinto ponto é ressaltada na coletividade e definida nos grupos e coletivos, e não por estruturas sociais, sendo central nos NMS. De modo que, a identidade é valorada como constitutiva dos próprios movimentos sociais, impulsionando-os em defesa das pautas identitárias. Ademais, ela define os “[...] membros, fronteiras e ações do grupo [...] processo que dá conteúdo a esta identidade, mostra como é formada e quais as paixões que motivam os diferentes atores sociais, [...] dos

movimentos sociais [...] a partir da identidade coletiva” (Gohn, 1997, p. 124).

De meados do século XX até hoje, os NMS avançaram quanto ao número de adeptos e pluralidade das suas pautas e bandeiras de lutas. Nos processos constitutivos das suas identidades coletivas, se forjam impulsionados pela conscientização primeira, resultante da observação e identificação das mazelas advindas dos tecidos sociais, seguidamente ocorrem as mobilizações para as manifestações e atos sociopolíticos como “[...] motivação na vida dos sujeitos mobilizados” (Gohn, 2012, p. 10). Nessa dinâmica da militância política, os “[...] conflitos internos e externos são enxergados como parte do processo de construção da identidade” (Gohn, 2008, p. 127).

Contemporaneamente, os NMS têm influenciado vários setores e segmentos da sociedade civil, como na criação e manutenção de partidos políticos, cuja inovação na lógica organizativa de seus membros vem se diferenciando em relação aos movimentos anteriores, buscando horizontalizar a relação entre os membros. Assim, os NMS se articulam em prol de solicitações coletivas, unindo interesses, organizando ações conjuntas, buscando visibilidade social e desvelando outras pautas, sobretudo dos segmentos minoritários. Assim como os partidos políticos, os antigos e os NMS estão missionados a sustentar (conservadores) ou transformar (progressistas) os tecidos sociais, reivindicando a manutenção do *status quo*, ou incidindo por mudanças, demonstrando a insatisfação da população em relação às medidas tomadas ou negligenciadas pelos governantes.

Em suma, os NMS partem de ações diferenciadas em relação às agências estatais e os sindicatos, que estão mais engajados politicamente nas lutas pela garantia de “[...] direitos sociais existentes” (Gohn, 1997, p. 125) para as suas comunidades e territórios, sendo uma das suas estratégias a utilização das mídias e manifestações públicas para produzir reflexões críticas e movimentar a opinião da sociedade em apoio, mas também utilizando a política de constrangimento público e pressão popular sobre instâncias estatais. Ademais, “[...] por meio de ações diretas, buscam promover mudanças nos valores dominantes e alterar situações de discriminação, principalmente dentro de instituições da própria sociedade civil” (Gohn, 1997, p. 125).

No território do GBJ, articulações sociopolíticas como a Rede DLIS, o CDVHS e as demais instâncias associativas locais e de base sociocomunitária que impulsionam as lutas, semeiam nosso chão com tais ações e florescem políticas públicas como horizontes possíveis e, para não morrermos de inanição. Tais movimentações, caracterizadas como NMS, quando possuem natureza progressista visam transformar a ordem estrutural hegemônica vigente e, através dessas mobilizações e forças sociopolíticas, geralmente advindas da sociedade civil

organizada, emanam as demandas ao poder público, exigindo dele a responsabilidade pela promoção das políticas, tendo em cada ciclo ou tempo histórico, as(os) protagonistas.

4.3 Os seis ciclos dos movimentos populares insurgidos no GBJ desde a década de 1960-70

Ciclos geralmente são constituídos por uma sequência de repetições ou recomeços, relacionados a fenômenos sociopolíticos. De acordo com os estudos de Ammann (1980, p. 16), a própria “[...] natureza das relações sociais e a dinâmica da historicidade, permitem compreender sob que condições se verifica o processo participativo, [...] ações e decisões dos atores sociais, que ‘produzem’ a sociedade, sua manutenção ou sua mudança”.

Em conformidade com a autora, Machado e Pereira (2020) resgatam como um fio condutor e redigem parte de uma trajetória na constituição histórica, cultural e sociopolítica dos movimentos populares orquestrados no território do GBJ. De maneira didática e sintética, recortam a passagem temporal de um período anterior à década de 1970 até os dias atuais, nomeando-os por seis “ciclos” e dividindo-os em tradições e inovações sociocomunitárias. Consideramos que estejamos situados(as) no último recorte temporal, ou sexto ciclo descrito.

Historicamente, o primeiro período factual, político ou cíclico transcorreu entre as décadas de 1960-70 e 1980. O segundo foi identificado entre 1980 e 1987, quando inicia o terceiro ciclo, ocorrido dos anos de 1987 a 1988. A quarta fase foi reconhecida pelo período de 1994 a 1996 e sublinhada pelo nascimento do CDVHS. No quinto, entre 1996 e 2013 ocorreu a sociogênese da Rede DLIS, e o sexto ciclo se iniciou em 2013, há mais de dez anos. O termo ciclo empregado aqui pelos autores, não traz uma ideia de findar. Algumas práticas sociais permanecem comuns em mais de um ciclo proposto (Machado; Pereira, 2020).

No primeiro ciclo, transcorrido há mais de cinco décadas, ocorreram as gêneses das articulações sociais de base sociocomunitárias na região do Planalto das Carinaubeiras, hoje território do GBJ, partindo de mobilizações das lideranças membras das primeiras associações locais, das suas ações individuais ou autônomas, preocupadas em resolver as problemáticas vivenciadas nas suas ruas e comunidades, buscando melhorias de primeira necessidade. A ausência dos serviços essenciais pode ter sido um fator impulsionador dessas reivindicações iniciais, que interpelavam agentes do poder público, inclusive nas suas práticas assistenciais e clientelistas. Tais iniciativas “[...] cumpriram papéis significativos quanto à certa organização, publicização e conquista de melhorias urbanas, evidenciando dinâmicas associativas e de luta por direitos de modo pioneiro” (Machado; Pereira, 2020, p. 13).

No ciclo seguinte, perpassado no período entre 1980 e 1987, houve as primeiras

grandes migrações no território do GBJ, incluindo representantes das congregações religiosas católicas, sobretudo Salvatorianos e Combonianos, com perspectivas cristãs revolucionárias e marxistas, freirianas, progressistas e de sólida influência da Teologia da Libertação, período “[...] denominado de comunidades irmãs, constituindo-se [...], enquanto forma associativa e de atuação política alternativa às associações sociocomunitárias tradicionais” (Machado; Pereira, 2020, p. 13-14). Nesse tempo, gestaram-se as escolas sociocomunitárias no GBJ (Almeida, 2014 *apud* Machado; Faustino, 2018) e, entre os anos 1980 e 1990, os primeiros núcleos das CEBs se instalaram no território, bem como as redes sociocomunitárias associativas, cujos trabalhos de base se consolidava numa proposta de “[...] autoconscientização dos moradores, para além de uma hierarquia estanque que, no ciclo anterior, assentava nas lideranças das associações a força da atuação política” (Machado; Pereira, 2020, p. 13-14).

O terceiro ciclo ocorreu de 1987 a 1988, e foi denominado por “comunidades de comunidades”, reiterando a concepção do ciclo anterior, transcorrendo vinculado à atuação de grupos religiosos no território do GBJ, sobretudo a Congregação Comboniana, assumindo a centralidade das ações junto às comunidades e fortalecendo a cultura da pertença, vinculação, pactuação (entre os cinco bairros do GBJ, por exemplo) de compromissos mútuos e cuidados com esse chão, como uma espécie de identidade territorial pautada nas boas relações de vizinhança, no compartilhar de afetos, bons sentimentos, valores, “[...] intenções e no entrosamento processual e coletivamente constituído. Assim, a ideia de ‘comunidades de comunidades’ pode ser entendida como uma ideia-força que evidencia, articulando religião/fé e política” (Machado; Pereira, 2020, p. 15).

Nessa conjuntura, ter fé e vivenciá-la na prática, não era sinônimo de crer em algo e obedecer ao líder religioso sem questionar, ou apenas comparecer aos templos cristãos para escutá-lo e, retornando às residências sem refletir sobre o que ouvia, mas sinônimo de ação e engajamento sociopolítico comunal, libertário e transformador. Era um comprometimento ético e político no enfrentamento das mazelas e injustiças sociais, na defesa da dignidade e dos direitos humanos. Quatorze anos depois, algumas pessoas dessa militância que participaram das CEBs, gestaram o CDVHS com a missão de ser um núcleo eclesial para promoção da vida, defesa dos direitos humanos, agente comprometido com a transformação das realidades locais e com o DLIS do GBJ, como responsabilidade pactuada até hoje (CDVHS, 2011).

O ciclo quatro envolveu gestações e ampliação do número de OSCs no território do GBJ, com destaque para o CDVHS e o MSM (MSMC à época), criados respectivamente em 1994 e 1996, e com grande relevância sociopolítica para a região e demais periferias da cidade. Esses atores sociocomunitários conformaram “[...] estratégias de reconstituição do tecido

associativo local, das configurações organizacionais e da atuação política” (Machado; Pereira, 2020, p. 15).

O período posterior se caracterizou pela reconfiguração político-organizacional inovadora, interpeladora às instituições gestadas, em relação às possibilidades concretas de lutas sociocomunitárias conjuntas com outros atores sociais e politicamente atuantes. Nesse princípio, destacou-se a sociogênese da Rede DLIS como uma dessas instâncias com atuação de base sociocomunitária “[...] instituída em dezembro de 2003, como resultado de uma pesquisa é um processo participativo de grande escopo, a partir do qual se constituiu uma política de desenvolvimento sustentável local, com a realização de quatro conferências nos últimos quinze anos” (Machado; Pereira, 2020, p. 16).

O sexto ciclo demarcou a efervescência das insurgências de diversos coletivos infantojuvenis. Destacamos alguns movimentos protagonizados por esse segmento, desde o ano de 2010 com o JAP, como as ocupações das Escolas de Ensino Médio por secundaristas no GBJ, sendo, a Escola Maria Alves Carioca (CAIC), localizada no Bom Jardim, a primeira a ser ocupada no Estado em 2016, impulsionando outros levantes no território, “[...] configurando uma articulação inovadora entre estética e política, com diferentes linguagens artísticas sendo mobilizadas e operadas, [...] com destaque para a ocupação e uso de espaços públicos urbanos e espaços coletivos de uso comum” (Machado; Pereira, 2020, p. 17).

A síntese didática dos ciclos ou períodos aludidos acima, como experiências históricas e sociopolíticas viscerais da atuação dos movimentos populares e articulações sociocomunitárias no território do GBJ, ao longo de mais de cinquenta anos, permitiram intuirmos que o CDVHS e a Rede DLIS são herdeiros e guardiões de um patrimônio museal “[...] social, político e estético significativo, sendo capaz de mobilizar, incorporar e vivenciar tal patrimônio nas experiências cotidianas” (Machado; Pereira, 2020, p. 18).

4.4 Após a sementeira, uma jardineira plantou as primeiras sementes do DLIS no GBJ: o Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS)

Seguidamente à descrição dos períodos ou ciclos de sementeiras realizadas no chão do Grande (Bom) Jardim, enunciamos uma das primeiras e, ainda atuantes, OSCs do território, configurando-se como relevante instância da militância local e em toda a capital cearense. Ademais, considerando que todas as narradoras desta pesquisa fazem/fizeram parte da história viva do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS), descreveremos os seis períodos ou ciclos da sua caminhada, ressaltando os principais projetos nessa trajetória de 31 anos de militância (1994-2025), e trabalhos de base territorial, sociocomunitário e político-institucional,

junto às organizações, associações e movimentos sociais locais, nos aliançamentos populares para as lutas comunais por políticas públicas e na defesa dos direitos humanos, semeando as primeiras sementes do DLIS no chão do GBJ (CDVHS, 2024a).

As lideranças que gestaram o CDVHS foram sensíveis e coerentes em relação ao que defendiam, quando propuseram a logomarca e o nomearam, em menção ao reconhecido militante sociopolítico chamado Herbert de Souza²⁰. Tais plantadores da semente do Centro protagonizaram os processos precursores(as) de reconhecimento da atual visão dos segmentos políticos e institucionais do GBJ, como locus sociopoliticamente construído, geopoliticamente organizado e articulado nas lutas por políticas públicas nas margens da cidade e em prol delas, radicalizando as lutas e exigibilidade dos direitos humanos, seja nas esferas de negociações entre os pares ou travadas com o poder constituído (CDVHS, 2024a).

Assim, esse agente sociopolítico de natureza orgânica e atuação sociocomunitária, enraizou-se no chão do GBJ, cujos antecedentes advêm da herança ancestral e dos processos históricos de reivindicações locais dos anos de 1950-1980, dos aprendizados provindos das experiências de entrincheiramentos e dos confrontamentos nas arenas sociopolíticas contra um sistema estrutural instituído, colonialista, capitalista e neoliberal, marcadamente desigual, violento e injusto socioeconomicamente. Desse modo e nesse solo, a semente do CDVHS foi plantada e arada (CDVHS, 2024b).

No propósito de plantio, semeio e colheita, o nascimento jurídico e institucional do CDVHS no chão do GBJ se deu no dia 26 de março de 1994, parido a muitas mãos, sendo: as da CEBs o apoio político-institucional da Cáritas Brasileira Regional Ceará, do Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza (CDPDH/Fortaleza), da Congregação dos Missionários Combonianos do Nordeste e da união das comunidades da área pastoral social na territorialidade do GBJ, motivados pelo enfrentamento às mazelas sociais locais que afligiam os habitantes marginalizados nesse chão arenoso em ausência de políticas públicas, mas fértil em força das lutas sociopolíticas (CDVHS, 2011; 2024).

Dessa forma, a missão do CDVHS, desde a sociogênese, baliza-se na promoção, garantia e efetivação inegociável dos direitos humanos e naturais atuando, sobretudo, no GBJ e demais periferias de Fortaleza, pela defesa das vidas e da democracia política, em uma perspectiva de fortalecimento do sentimento comunal de pertencimento, no empoderamento e no protagonismo coletivo, na difusão de tecnologias sociopolíticas que incluem as habitantes das comunidades, ratificando seu lugar social e de fala, relegadas à subalternidade, buscando

²⁰ Sociólogo e grande ativista, defensor dos direitos humanos e lutador contra a Ditadura Militar, a miséria e a fome, sobretudo entre as décadas de 1960 a 1990, quando tais mazelas sociais se avultaram no país.

credibilidade sociopolítica, legitimidade institucional e notoriedade pública (CDVHS, 2024a).

Em âmbito temporal, tal processo gestacional do CDVHS ocorreu no quarto dos seis ciclos descritos por Machado e Pereira (2020), com foco no ativismo sociocomunitário, responsabilidade ética e engajamento sociopolítico na luta pela construção de um bem viver comunal em prol do território do GBJ, por meio da implementação e manutenção das políticas públicas, promotoras do estado do bem-estar social, defendendo os direitos humanos e garantindo o DLIS na região sudoeste da cidade de Fortaleza.

Imagem 2 – Fachada da primeira sede do CDVHS em 1994



Fonte: Acervo do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza - CDVHS (1994).

Gestado e inicialmente com sede localizada na Rua Dr. Fernando Augusto, 987 (bairro Granja Lisboa/GBJ), como ilustrado na imagem 2, o CDVHS atualmente mantém esta sede como lócus de um dos seus programas e compõe outra na Avenida General Osório de Paiva, 5623, no Canindezinho (GBJ), onde ocorrem as demais atividades – é florescimento das sementes plantadas pelas lideranças locais desde os primeiros processos de semeio das articulações populares e lutas sociocomunitárias nessa terra (CDVHS, 2011; 2024).

Resgatando mais elementos acerca do processo fundacional, ocorrido em menos de dez anos após o período ditatorial nacional, as CEBs da CDPDH/Fortaleza e outras ordens tiveram papéis importantes, como os “[...] segmentos religiosos [...], sendo possível destacar as Salvatorianas, Redentoristas, Dorotéias e Combonianos, além das Cáritas e outras” (Machado; Faustino, 2018, p. 32). Tais agentes possuíam inclinações ideológicas político-progressistas, guiavam-se por propostas freirianas inspiradas na teologia da libertação, cujo desejo utópico era libertário e visava transformar os cenários periferizados.

Factualmente, as ordens cristãs das irmãs Salvatorianas chegaram ao GBJ em 1980, “[...] vindo preparar as comunidades para a visita do Papa em 1981” (Almeida, 2014 *apud* Machado; Faustino, 2018, p. 32), período anterior ao surgimento das primeiras escolas sociocomunitárias no GBJ, contribuindo na formação e capacitação de “[...] professoras com base em educadores progressistas, particularmente Paulo Freire, sendo fundamentais para a constituição do que as irmãs salvatorianas denominavam de comunidades irmãs” (Almeida, 2014 *apud* Machado; Faustino, 2018, p. 32).

Nesse cenário, a prática pastoral da fé cristã progressista era refletida nas atuações empíricas de base sociocomunitária, engajadas e sociopoliticamente libertárias. Nesse cenário, com o apoio das lideranças locais e do Ex-arcebispo de Fortaleza, o Arcebispo Comboniano (Congregação que chegou no GBJ em 1987-1988), Dom Aloísio Lorscheider, gestaram o CDVHS como sede de um dos núcleos eclesiais de base, para articulação sociocomunitária em defesa da vida e promoção dos direitos humanos no território. A ação seguiu experimentando processos comunitários participativos e aglutinadores, desenvolvendo projetos sociais locais para a geração de trabalho e renda, educação de base sociocomunitária, defesa de direitos de crianças, adolescentes, juventudes e mulheres, como públicos prioritários, combatendo toda e qualquer tipo de violência e opressão incidida sobre esses grupos (CDVHS, 2011).

Assim sendo, desde o seu nascedouro, o CDVHS se engajou ético e politicamente com estratégias sociais de semeadura para o DLIS, voltadas para o bem viver dos públicos de todas as faixas etárias, especialmente o segmento majoritário do território do GBJ, o infantil, adolescente, jovem e feminino, capacitando lideranças e demais agentes sociocomunitários, induzindo a transformação do tecido social com novas proposições e tecnologias sociais às problemáticas locais, com inteligência, competência, força e criatividade.

Em sua constituição histórica, cultural e sociopolítica de base sociocomunitária, o CDVHS utilizou conhecimento técnico-científico, às práticas populares e saberes ancestrais, além das tecnologias sociais aprendidas com os aliançamentos locais, em defesa do território, da autonomia, do empoderamento e do protagonismo das pessoas, bem como das instituições e associações locais, numa perspectiva de garantia inegociável dos direitos humanos, como o direito ao acesso e usufruto integral às cidades dignas, sustentáveis e igualitárias em justiça social e oportunidades para o exercício da cidadania. Essa perspectiva fortaleceu as(os) agentes sociais do Centro, contribuindo nos processos de reflexão crítica e análises de cenários, que nos auxiliam nas tomadas de decisão para soluções políticas, institucionais e administrativas às demandas insurgentes, especialmente dos nossos guetos.

Nessa caminhada de mais de três décadas de atuação nas lutas sociopolíticas, o

CDVHS amadureceu politicamente, seguindo missionado a defender a vida, especialmente das pessoas subalternizadas, periféricas, empobrecidas e vulnerabilizadas, no GBJ e demais periferias e favelas da cidade, apostando no fortalecimento e potencialidade da livre expressão das pessoas, associações e organizações sociocomunitárias, na garantia da dignidade, da cidadania e dos direitos humanos, como o direito à cidade, os direitos econômicos, o acesso às políticas públicas culturais, educacionais, de empreendedorismo, trabalho e renda, de saúde, assistência e a uma segurança pública mais qualitativa do que quantitativa e mais acolhedora do que agressora, em toda a capital (CDVHS, 2011; 2024).

A experiência consolidada pelo CDVHS, revela-nos momentos de contribuições importantes e desafios enfrentados. Nesse tempo, a OSC se tornou um importante sujeito colaborador no DLIS e na potencialização das ações políticas das organizações, associações sociocomunitárias no território do GBJ e outras áreas de periferia em Fortaleza. O Centro se constitui, ainda, como ponte dialógica entre as comunidades do território e o poder público institucional, nos processos decisórios, de negociação e controle social das políticas públicas, como instrumento que oportuniza cidadania, dignidade e direitos humanos, sobretudo das populações historicamente marginalizadas, vulnerabilizadas, racializadas, empobrecidas e periféricas nos contextos da vida urbana (CDVHS, 2024b).

Ao longo de sua atuação sociopolítica, o CDVHS não caminhou sozinho. Além das lideranças sociocomunitárias locais, o Centro se manteve aliançado em âmbito regional, nacional e internacional, filiando-se a atores políticos, como: o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH); o Governo do Estado; o Fundo Brasil de Direitos Humanos; a Associação Brasileira das Organizações Não-Governamentais (ABONG); a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES); Associação Tempos Novos (Itália); Desenvolvimento e Paz (Canadá); Cordaid (Holanda); Deutscher Entwicklungsdienst (DED/Alemanha); Misereor (Alemanha) e a Open Society Foundations (Hungria) (CDVHS, 2006).

Ademais, o CDVHS participou efetivamente do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente do Estado do Ceará (CEDCA/CE); do Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA); Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDDH); Fórum Popular de Segurança Pública (FPSP) e FPSP do Nordeste (FPSP/NE), do Comitê Cada Vida Importa (ALECE); Fórum Cearense de Mulheres (FCM); do Núcleo de Habitação e Meio Ambiente do Estado do Ceará (NUHAB/CE) e, instâncias de militância e controle social nos âmbitos locais, regionais, nacionais e internacionais (CDVHS, 2011).

O CDVHS desenvolveu, ainda, projetos com apoio da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Ministério do Trabalho e Emprego do Governo

Federal (MTE); Banco do Nordeste do Brasil (BNB); Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo (STE) do Governo do Estado do Ceará; Fundação de Trabalho e Renda da PMF, Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE); Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS/PMF); Banco do Nordeste do Brasil (BNB); Instituto Unibanco (IU) e da Fundação Bradesco (CDVHS, 2011).

A constituição sócio-histórica, política e identitária local do Centro se pavimentou articulada aos segmentos dos setores sociais locais, buscando-os como aliados(as) nas ações processuais de organização, articulação, mobilização, negociação e empoderamento coletivo político-comunitário, no combate às mazelas sociais, como à fome, às desigualdades e às injustiças, visando a consolidação do DLIS do GBJ. Na sua caminhada, tem sido crucial o aliançamento de novos agentes políticos e organizações do GBJ, mitigando o seu isolamento e o lugar de marginalização que lhe atribuíram na geopolítica do poder, como estratégia possível, dada a sua vocação orgânica para articulação, mobilização social e aptidão para interlocução qualificada entre o governo e a sociedade civil organizada (CDVHS, 2011).

Nesse intento, as alternativas propostas pelo CDVHS foram aguerridas, criativas, corajosas e ousadas, condizentes com o cenário e os desafios enfrentados, como a própria proposição da PDS do GBJ (2005), realizada no quinto ciclo dos movimentos sociais no território (Machado; Pereira, 2020) e quarto ciclo de ações do CDVHS (CDVHS, 2024a), fase posterior à produção do DSP com os registros compilados nesse documento institucional, aprovado em 2000 e escrito entre 2002 e 2003, pelo GPDU/UECE, por contratação do CDVHS, inspirado na Agenda 21 da ONU, nas Metas do Milênio e no Estatuto das Cidades como base político-conceitual de desenvolvimento (CDVHS, 2006).

Na conclusão do DSP, a proposta iniciada no ano de 2005, intitulada de PDS do GBJ, projetava a realização do processo de DLIS na região para os 20 anos seguintes (2005-2025), objetivando a composição de um “Jardim Residencial” como território do bem viver comunitário, socialmente construído, com acesso populacional a uma boa infraestrutura nos setores de interesses sociais. Com elementos do DSP e conhecimento popular, a PDS do GBJ foi elaborada pelo CDVHS, Rede DLIS, instâncias de articulações políticas do território, apoio financeiro da consultoria em planejamento urbano intitulada Hurb Pesquisa, Planos e Projetos Ltda. e, pela Instituição alemã DED, financiada pela Cordaid (CDVHS, 2006).

Desde o início dos anos 2000, quando o DSP foi delegado pelo CDVHS ao GPDU (UECE) e a PDS (2005) formulada, partindo das informações do próprio diagnóstico de cenário, elaborado pelos entes sociopolíticos sobreditos, há indícios de que esses agentes vêm fortalecendo a governança popular e democrática, exercendo controle social e intervenções no

planejamento urbano do GBJ e outras áreas periféricas da cidade de Fortaleza. Portanto, o compromisso ético e político de intervenção comunal em prol das transformações do tecido sociocomunitário vêm se constituindo em pilares fortalecedores na construção dos planos estruturantes territoriais (PET) em prol de um DLIS.

O CDVHS e, posteriormente, a invenção sociopolítica gestada na conclusão do DSP, chamada Rede DLIS, reúnem experiências acumuladas de décadas de engajamentos sociopolíticos de base sociocomunitária, construindo aprendizagens conjuntas, enfrentando desafios e celebrando conquistas no GBJ. Assim, o Centro se tornou um relevante sujeito sociopolítico que atua em articulações locais, estaduais, regionais, nacionais e internacionais, buscando potencializar o DLIS e a governança das organizações sociocomunitárias, como vozes ativas da sociedade civil na atuação, nas denúncias das violações dos direitos humanos no GBJ e demais favelas periféricas na cidade. Ademais, o Centro de Defesa promove diálogos democráticos com fins emancipatórios entre segmentos minoritários, marginalizados, empobrecidos, periféricos e o poder público, colaborando no processo de (re)construção da autonomia, da identidade de um povo e do seu lugar social e político.

Ambos os entes, tanto o CDVHS quanto a Rede DLIS, vêm construindo alianças e diversificando parcerias ao longo dos anos, impulsionando os engajamentos sociopolíticos locais, empoderando coletivamente as comunidades, potencializando as suas ações, buscando novas fontes de renda, para a cobertura dos custos administrativos, contábeis e operacionais, como uma de suas estratégias para a sustentabilidade política e financeira enquanto sociedade civil organizada e, com isso, das suas lutas sociocomunitárias locais (CDVHS, 2011).

Quanto a essas metodologias, tecnologias sociopolíticas e populares aplicadas, o CDVHS possui reconhecida experiência técnica acumulada ao longo da caminhada de lutas, intervenção nos âmbitos da articulação e mobilização de base sociocomunitária. Nesse campo, elencamos seis das suas principais ações: a) mobilização e *advocacy* com gestores(as) públicos(as), iniciativa privada, entidades sociais e populares; b) elaboração de projetos em prol das transformações locais, inclusão socioeconômica, combate às injustiças e desigualdades sociopolíticas; c) proposição de metodologias para capacitação profissionalizante, cidadania ativa, empoderamento e formação política e cidadã de juventudes, mulheres, além da proposta de tecnologias sociopolíticas e intervenções sociocomunitárias condizentes com o chão político do GBJ; d) ações de fomento às redes e de processos na construção do DLIS; e) produção de pesquisas e estudos populares-acadêmicos, visando a elaboração de diagnósticos de cenário, qualitativos e quantitativos, para a ação sociopolítica, a exemplo do DSP e da PDS; f) atuação em defesa da vida, dos direitos humanos, do bem viver comunal no chão do GBJ e demais

periferias da cidade; g) realização de PMA mensais e anuais (Encontros) de políticas públicas de forma participativa e democrática (CDVHS, 2024b).

Do último tópico sobredito (item “h”), elenquei outros sete subtópicos descritivos de ações relevantes efetuadas pelo CDVHS: 1) elaboração do DSP em 2002-2003 e da PDS do GBJ em 2005-2025; 2) incidência sociopolítica pela implantação do CCBJ e, posterior controle social do seu funcionamento, nos primeiros anos de inauguração, de 2004 a 2006; 3) participação na elaboração do Orçamento Participativo de Fortaleza (OP), sugerindo 332 propostas (72 acolhidas para a SER V), de 2005 a 2006; 4) participação na elaboração do Plano Plurianual de Fortaleza (PPA), em 2005; 5) na elaboração do Plano Diretor de Fortaleza (PDDU-For), em 2009 e no Plano Diretor Participativo de Fortaleza (PDPFOR) em 2017; 6) contribuição na efetivação da Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) Bom Jardim (2010 a 2017); 7) incidência e tensionamento pela inauguração do CCC em 2020 (CDVHS, 2024).

4.4.1 Os ciclos de atuação sociopolítica prioritária do CDVHS entre 1994 e 2025-26

A trajetória de mais de três décadas de atuação sociopolítica e ativismo de base sociocomunitária do CDVHS, foi registrada nos relatórios institucionais oficiais pelo próprio Centro e, assim como descrito anteriormente os ciclos dos movimentos sociais, nomeada em seis “Ciclos de atuação”, que expõem, justificam e ressaltam resultados de ações sociopolíticas prioritárias executadas e projetadas desde o período de sua gênese, nos anos de 1994 a 1996 (Ciclo I), com ações até o anos de 2009 a 2017 (Ciclo VI), projetando atividades ao ano de 2026, ratificando que as lutas sociocomunitárias seguirão. Assim, enunciamos e descrevemos a síntese de tais ciclos de atuação institucional do Centro (CDVHS, 2024a; CDVHS, 2024b).

O ciclo inicial indicou os primeiros passos nas ações sociopolíticas do CDVHS, intitulado pelo próprio, como: “Direitos civis e luta pela Educação”, configurando-se como o primeiro trienal das suas atividades, ocorrido logo após a sua gestação, entre 1994 e 1996. Nessas ações, a OSC priorizou desafios, sendo: a) garantir acesso e permanência de crianças, adolescentes e juventudes às escolas públicas locais; b) exigir a construção de escolas no território, confecção dos registros de nascimento e demais documentos civis para a população do GBJ; c) capacitar essas pessoas para a prática democrática cidadã, como exercício civil e dos direitos humanos e; d) realizar formações sobre projetos, captação de recursos e apoios financeiros, para fomento das atividades e sustentabilidade institucional das associações e OSCs no GBJ (CDVHS, 2024a; CDVHS, 2024b).

Esse primeiro bloco de atividades executadas pelo Centro, justificaram-se à época, após análises de conjuntura, mapeamento de necessidades na realidade sociopolítica das

condições de vida do segmento infantojuvenil em situação de risco iminente, aos seus direitos e as suas vidas, diante de um poder público inoperante na mitigação dessa problemática, no território do GBJ e demais periferias da cidade, em contrassenso ao que apregoam o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Constituição Federal Brasileira (CR/88), por exemplo, nos Art. 4º e no Art. 207 (Brasil, 1990; 1988). Tais documentos foram dois dos suleadores das ações iniciais do CDVHS (CDVHS, 2024b).

Tais lutas iniciais do Centro e demais agentes da militância do GBJ, resultaram em três grandes ações sociais: 1) realização de matrícula de 1500 crianças e adolescentes em escolas públicas do território, outrossim, foram construídas duas novas escolas comunitárias nos bairros Bom Jardim e Canindezinho, conveniadas ao Conselho Municipal de Educação (CME) e com a Secretaria de Educação do Estado do Ceará (Seduc); 2) obtenção de 1000 documentos civis de certidão de nascimento, para todas as faixas etárias e; 3) ocupação político-estratégica de assentos e representações locais (se expandindo, ao longo do tempo, a outros espaços de poder e tomadas de decisão da cidade) no Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA) e a efetivação do Projeto Brincando de Cidadania na Escola da Vida, voltado para a educação complementar, realizado em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) (CDVHS, 2024b).

O segundo ciclo, nomeado: “Criança e Adolescente na Escola e Cidadania Ativa”, ocorreu entre os anos de 1997 e 1999. Nesse trienal se mantiveram as iniciativas prioritárias anteriores, pela necessidade percebida no cenário, em que se identificou um desconhecimento do ECA por parte das famílias e, além da desinformação, percebeu-se o descaso das gestões escolares, docentes e demais funcionários(as) dessas instituições na efetivação do Estatuto.

Desse modo, as frentes do Centro neste ciclo seguiram inclinadas à educação do segmento infantojuvenil, à sensibilização das(os) moradoras(es) sobre a importância do ECA e da cidadania, priorizando especialmente três pontos: 1) garantir o acesso e a permanência das crianças e adolescentes nas escolas públicas locais, como direito, espaço protetivo, ensino de qualidade e convivência saudável; 2) capacitar militantes, lideranças sociocomunitárias e demais moradoras(es) para o exercício da cidadania, condicionado à conquista dos direitos e a prática dos deveres civis e; 3) fomentar alternativas para geração de trabalho, emprego e renda, sobretudo para mulheres e mães solo, chefes de família, mitigando a evasão escolar de suas crianças e adolescentes, que trabalhavam para complementar a renda (CDVHS, 2024b).

O balanço dessas ações foi positivo com êxito do CDVHS e parceiros(as). Foram construídos prédios e realizadas locações prediais no GBJ para garantir o acesso às escolas públicas para o segmento infantojuvenil. Tais ganhos não foram concessões benevolentes do

poder público, mas arrancados na militância, nas exaustivas ações de pressões reivindicatórias e nas negociações pelo acesso à escola pública de qualidade, junto às secretarias municipal e estadual de educação, quando a sociedade civil organizada tencionou essas pautas prioritárias nas audiências públicas. No total, foram garantidas mais de 5.000 vagas em escolas públicas para o segmento sobredito no território. Além disso, realizaram-se seminários, campanhas de mobilização popular pela educação e reuniões abertas, envolvendo o Poder Judiciário, a Defensoria Pública e a Ouvidoria do Estado (CDVHS, 2024b).

Nos três anos seguintes, de 2000 a 2002, o ciclo se denominou: “Fortalecimento da Gestão Organizacional e Desenvolvimento Comunitário”, o CDVHS priorizou demandas urgentes do GBJ, como: 1) monitorar a permanência e aprendizado estudantil infantojuvenil e; 2) fortalecer a sustentabilidade dos trabalhos das OSCs locais. Frente a isso, o Centro se responsabilizou em fortalecer a gestão das associações sociocomunitárias e OSCs dos cinco bairros que compõem o GBJ, inclusive assessorando na regularização institucional, marcos regulatórios e estimulando o voluntariado (CDVHS, 2024a; CDVHS, 2024b).

Nesse biênio, essas ações semearam campos para a colheita de outras. O Centro possui registros em relatórios institucionais de atividades conduzidas por mais de 100 grupos comunitários do GBJ, incluindo a gênese de outros cinco, cujas ações incidiram em áreas variadas, como: alimentação, educação, saúde, assistência, moradia, economia solidária, violências e equidade de gênero, democratização da comunicação e da política, cidadania, preservação do meio ambiente, das áreas verdes locais e do DLIS (CDVHS, 2024b).

O resultado dessas práticas foi o atendimento direto e/ou indireto de 20.000 pessoas, aproximadamente 10% da população total do GBJ à época, em cinco campanhas anuais, conduzidas pelas lideranças sociocomunitárias, grupos, coletivos, OSCs e associações comunitárias, por meio das articulações e mobilizações populares nas lutas pela efetivação dos direitos e pelas políticas públicas, em áreas como: econômica, cultural, artística, educacional, esportiva, saúde, assistência, segurança e pelo direito de ter direitos (CDVHS, 2024b).

No trienal sucedido, ou quarto ciclo, ocorrido entre 2003 e 2005, foi nomeado: “Planejamento Participativo do Desenvolvimento dos Bairros, Fortalecimento do Capital Social, Primeiro Emprego para a Juventude”. As raízes do CDVHS estavam mais fincadas no chão sociopolítico do GBJ, acumulando experiências sólidas e orgânicas de anos na atuação sociocomunitária (CDVHS, 2024a; CDVHS, 2024b).

Tal lugar social conquistado ao longo da trajetória fortaleceu a militância local, incluindo o CDVHS, além de refinar o olhar analítico, sensível, crítico e sociopolítico em relação às complexidades da conjuntura da qual pertencia e sobre a qual atuava. Diante disso,

a exigibilidade pela efetivação de direitos humanos requeria posturas estratégicas qualificadas e atualizadas, como as negociações e *advocacy* - diálogo propositivo entre sociedade e poder público – amparadas em fundamentações condizentes com a realidade vivida, denunciada e, portanto, reivindicada (CDVHS, 2024b).

Nesse tempo, o CDVHS priorizou também uma ampla mobilização sociopolítica e participativa, incluindo os diferentes atores e atrizes sociais nos processos coletivos decisórios em função do DLIS. Tal postura seguiu impulsionando a gestação de OSCs e associações com o propósito de atuarem em rede, na formulação de relatórios diagnósticos (como o DSP) e de grandes ações a longo prazo (PDS do GBJ), como a participação política na coordenação do Consórcio Social da Juventude, cujas ações foram realizadas pela união de 30 a 40 entidades da capital ao interior, em parceria com o MTE. Tal iniciativa encaminhou juventudes com idades entre 16 e 24 anos ao mercado de trabalho formal, capacitando profissionalmente cerca de 5 mil, destes o percentual de inserção direta no mercado de trabalho foi de 43%. Sobre o DLIS, este contribuiu com a sociogênese da Rede DLIS em 2013, instância sociopolítica de articulação local que surge da aliançada de 72 entes sociopolíticos do GBJ, dentre eles o Centro, com participação estratégica na condução dessa Rede (CDVHS, 2024b).

O quinto ciclo, alcunhado de “Efetivação da Política de Desenvolvimento do Grande Bom Jardim, primeiro emprego para a juventude”, sucedeu de 2006 a 2008 como uma nova fase de atuação sociopolítica do CDVHS no território. Após a sociogênese da Rede, foi necessário qualificá-la e instrumentalizá-la para fortalecê-la politicamente, potencializando seu crescimento e sustentabilidade nas ações de PMA das políticas públicas prioritárias ao DLIS e do bem viver do GBJ. As ações de *advocacys* continuaram sendo realizadas em prol da construção, reforma ou manutenção dos equipamentos públicos do GBJ, como as praças, um dos poucos espaços públicos onde as pessoas acessam no território. Além disso, o Centro se engajou na regularização fundiária das habitações de comunidades em bairros como o Bom Jardim, em parceria com outros agentes como o Serviço de Justiça e Paz, o Ceará Periferia e o Núcleo de Habitação e Moradia (NUHAM). Algumas dessas ações foram propostas advindas do Consórcio Social da Juventude, renovando o convênio com o MTE (CDVHS, 2024a).

O último ou ciclo VI, que discorreremos a seguir, possui um recorte temporal de 2009 a 2017, e foi nomeado no relatório do CDVHS por: “Redimensionando a luta/mística da luta sociocomunitária pelo direito à cidade nas periferias e referenciando uma atuação para afirmação e defesa dos direitos humanos”. No primeiro ano, um grande florescimento, foi a gestação do JAP, considerado uma das mais potentes experiências periféricas de ativismos e formação sociopolítica infantojuvenil do Estado. Tal período foi o mais extenso, com onze

projetos operacionalizados e projetados até o ano de 2026 (CDVHS, 2024b).

Este recorte histórico e sociopolítico na caminhada de experiencição na atuação do CDVHS nos amadureceu sociopoliticamente, e compreendemos a importância das pessoas que lutaram antes e pavimentaram esse chão e o tornaram arena sociopolítica de defesa dos direitos humanos, das políticas públicas e da vida das pessoas que o habitam e a todas as regiões periféricas da cidade. Assim, reiteramos que nós não lutamos sozinhos(as), mas sempre contamos com parcerias na execução dos nossos projetos, incluindo os elaborados na tabela seguinte, pelo bem viver comunal do território do GBJ, demais regiões circunvizinhas e vulnerabilizadas da cidade e Estado (CDVHS, 2024a).

Tais ciclos históricos e projetos compostos por engajamentos sociopolíticos, cujas informações foram coletadas dos próprios relatórios institucionais do CDVHS, dos quais tive acesso como associado, revelaram caminhos percorridos, perfazendo um arcabouço-síntese constituinte de suas atuações militantes ao longo de 31 anos. Tais iniciativas não surgiram repentinamente, mas se justificaram face à escassez de políticas públicas que mitigassem as vulnerabilidades, as precariedades humanas, as desigualdades e injustiças sociais, sobretudo no território do GBJ e nas demais periferias da cidade de Fortaleza.

Tais ações semeadas frutificaram nos resultados empíricos apresentados na tabela 2 abaixo, mas também em muitas pesquisas, como as realizadas sobre as peculiaridades da Rede DLIS, sendo a primeira conduzida pelo CDVHS em 2010-2011, e a segunda uma pesquisa-relatório pela UNILAB, CDVHS, Rede DLIS e voluntários(as), intitulado: “Perfil da Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim (Rede DLIS do GBJ)”, publicado em janeiro de 2018. Ambas continham os mesmos propósitos, ou seja, entender o “[...] perfil da Rede, a situação das entidades que a compõem, as características, fortalezas, fragilidades e desafios vivenciados; subsidiar os processos de planejamento, monitoramento e avaliação”. Com esses mapeamentos, a ideia era produzir um diagnóstico que auxiliasse a sustentabilidade das instâncias e das suas lutas sociocomunitárias (Machado; Faustino, 2018, p. 1; CDVHS, 2024a; CDVHS, 2024b).

Tabela 2 – Projetos elaborados e executados pelo CDVHS em um período de 17 anos

Período do Projeto	Título do Projeto	Objetivo do Projeto
2009-2010	Projeto de criação das Comissões de Prevenção e Proteção à Violência de Crianças e Adolescentes nas Escolas.	Efetivar uma rede de proteção sociocomunitária de crianças e adolescentes no ambiente escolar, articulando e conclamando os segmentos governamentais e não governamentais às responsabilidades quanto ao desenvolvimento das ações envolvendo esses atores do sistema de garantia de direitos. Tal projeto foi apoiado via convênio da Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos do Estado do Ceará (SPS).
2015-2018	Projeto trienal DHESCA na Periferia.	Promover formação, pesquisa e exigibilidade na garantia dos direitos nas periferias de Fortaleza, objetivando construir espaços políticos de ambiência para o empoderamento e o engajamento de grupos, movimentos e comunidades do GBJ, incluindo os(as) moradores(as) nesses processos coletivos. Tais ações sulearam-se pelo compromisso com a efetivação dos direitos humanos em sua integralidade, fortalecendo a atuação em rede e a cultura de paz. A iniciativa foi apoiada pela Agência de Cooperação Internacional Misereor.
2017-2018	Projeto Vivo Cidadania: Proteção e direito à vida de adolescentes.	Fomentar e executar ações voltadas às juventudes vulnerabilizadas, empobrecidas e com possibilidade de risco iminente de morte no território do GBJ. Projeto apoiado pela Fundação Open Society.
2019-2021	Projeto Trienal Resistências Democráticas na Periferia: Defesa da vida e uma cidade justa.	Desenvolvimento da formação e participação das lideranças sociocomunitárias do GBJ (incluindo juventudes), na incidência em prol das políticas públicas para a garantia do direito no território e na cidade, com ênfase na segurança pública humana cidadã e na preservação da vida das juventudes, problematizando a política de segurança e o desmonte dos direitos sociais, afirmando os direitos humanos, a democracia, a cultura e a memória social do povo empobrecido do GBJ. Projeto apoiado pela Agência de Cooperação Internacional Misereor.
2020	Projeto Proteção Popular de Lideranças Sociocomunitárias.	Trabalhar em prol da defesa dos direitos humanos, cujo via inclinou-se a fortalecer a militância local e os laços comunitários, especialmente, entre os cinco bairros do GBJ, buscando uma articulação para produzir estratégias seguras de atuação. Projeto apoiado pelo Fundo Brasil de Direitos Humanos.
2020-2021	Projeto Vivo Cidadania: Direito à vida de adolescentes e jovens no Grande Bom Jardim (GBJ).	Fortalecer a rede territorial local acompanhando 40 adolescentes, jovens e suas famílias mapeadas, identificadas como vulneráveis, na faixa de risco iminente às violências letais e intencionais, potencializando o trabalho da rede para a prevenção dos homicídios de crianças, adolescentes e juventudes no GBJ, a partir de atividades promotoras de cidadania, por exemplo, oficinas semanais esse sobre temáticas como projeto de vida etc., encaminhamentos e acompanhamentos a serviços de assistência social, educação, saúde, acesso à justiça e/ou proteção à vida.

2021-2023	Projeto de Fortalecimento Institucional e Direito à Educação.	Desenvolvimento de estratégias, metodologias, projetos e possibilidades voltadas à garantia dos direitos à educação pública de qualidade. Projeto apoiado pelo Instituto Unibanco.
2021-2024	Projeto Direitos Humanos e participação popular: Construindo uma cidade democrática.	Desenvolvimento das forças populares e organizadas do GBJ, construindo um território sustentável, socialmente inclusivo, atuando no controle social das políticas públicas, promovendo uma cidade democrática e antirracista, protegendo a vida dos(as) adolescentes, das juventudes, fortalecendo uma cultura de paz e promotora dos direitos humanos. Projeto apoiado pela Agência de Cooperação Internacional Misereor.
2021-2024	Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas do Ceará (PPDDH-CE).	Articular medidas para a proteção de pessoas ou grupos que atuam na promoção e defesa dos direitos humanos que, em função dessa atividade, encontrem-se em situação de risco iminente, vulnerabilidade ou ameaça no Estado do Ceará. Via Termo de Colaboração 003/2021, o programa trouxe uma vasta experiência institucional para o CDVHS e ampliou sua capacidade de articulação em nível local, regional e nacionalmente.
2022-2023	Projeto Vivo Cidadania: Direito à vida de adolescentes e jovens no Grande Bom Jardim (GBJ).	Numa perspectiva de continuidade, ampliação e potencialização das metodologias de cuidados, incidência na prevenção às violências contra a vida dos adolescentes e das suas famílias no território do GBJ, amplificando as capacidades da rede territorial de promoção e proteção social, fortalecendo as dinâmicas sociocomunitárias e estabelecendo diálogos contínuos com as instâncias não governamentais e governamentais, de modo a favorecer os arranjos institucionais, que contribuam para a mitigação dos homicídios contra o segmento sobredito. Projeto apoiado pela Fundação Open Society.
2024-2026	Projeto Vivo Cidadania: Direito à vida de adolescentes e jovens no Grande Bom Jardim (GBJ).	Nesse terceiro ciclo do “Vivo”, continua se aproximando dos(as) adolescentes em situação de vulnerabilidades socioeconômicas, socioemocionais e sociocomunitárias, em um contexto territorial (GBJ) de segregação e negação de direitos, incluindo ameaças às suas vidas. Atualmente, o projeto amplia seu campo de atuação e passa a acompanhar 80 adolescentes na situação sobredita, com o objetivo de favorecer situações protetivas, articulando cuidados em rede territorial, aportando apoio psicossocial que favoreça a construção de projetos de vida e desenvolvimento de vínculo comunal, cidadania, enfrentando questões que os(as) aproximam da criminalidade, ampliando as capacidades protetivas. Projeto apoiado pela Fundação Open Society.

Fonte: Relatório do CDVHS com transcrição de texto e ajustes realizados pelo pesquisador (2024).

Seguindo esse fio histórico, no ano de 2012 ocorreram articulações importantes entre o CDVHS e algumas IES, como o Centro Universitário Christus (Unichristus), quando a convite do Centro, colaboraram no primeiro Curso da Escola Popular de Educação em Direitos Humanos (EPEDH) no GBJ, onde foram formados(as) 90 defensores(as) populares de Direitos Humanos. Ainda em 2012, após muita pressão política do CDVHS e demais aliados(as), foi

publicado um decreto municipal de criação/regulamentação do Parque da Lagoa da Viúva (bairro Siqueira - GBJ). Nessa época, houve também uma maciça participação da instância na formação, controle de políticas públicas de direitos humanos e planejamento urbano (CDVHS, 2024b).

As alianças sociopolíticas – institucionais ou não – ao longo das trajetórias de ações no chão do GBJ, mantiveram a pulsão de vida acesa no CDVHS. Além das já mencionadas, destaco a Rede DLIS, a Reajan, a Rede de articulação das ZEIS de Fortaleza, dentre outras nos fortalecimentos comunitários nas trincheiras do território. Esses são alguns dos exemplos concretos da capacidade orgânica que o Centro reúne para articular e aliançar corpos (Butler, 2018), em prol da defesa e da garantia dos direitos humanos (CDVHS, 2024a).

Quando ponderamos que o CDVHS defende direitos humanos, desde sua gênese, referimo-nos aos grupos sociais subalternizados que habitam o GBJ e demais periferias da nossa cidade. No ano de 2018, o Centro articulou uma frente de defesa da vida do segmento infantojuvenil. Essa iniciativa, da qual estive presente, foi potencializada no Encontro de PMA da Rede DLIS em 2018, com a insurgência do Fórum de Juventudes do GBJ, como um dos braços ou comissões de trabalho da Rede DLIS, por iniciativa do próprio segmento infantojuvenil presente reivindicando mais representatividade na Rede DLIS.

No mesmo ano dessa insurgência, o CDVHS, o JAP, o Fórum de Juventudes, o Fórum de Escolas do GBJ, o CCBJ e outros entes sociopolíticos aliados produziram o “I Festival das Juventudes: Arte, Cultura e Direitos Humanos”. Um evento anual com propostas inclinadas à luta pelos direitos humanos, a mediação de conflitos e cultura de paz, aos debates sobre políticas sociais, especialmente para as juventudes do território e a formação política e cidadã. O Festival congrega, em média, de 80 a 100 adolescentes e juventudes, geralmente de seis escolas estaduais do GBJ, demonstrando a força sociopolítica desse segmento engajado e politizado no território (Diários de campo, 2018-2024).

Outra frente priorizada pelo CDVHS é a realização de pesquisa, monitoramento e diagnóstico das situações de violência e ações ostensivas das políticas de segurança pública da Polícia Militar do Ceará (PMCE) e da Guarda Municipal de Fortaleza (GMF), através de um núcleo de investigação, pesquisa e levantamento de dados locais, chamado “Sala de situação” (da qual acessar em minha pesquisa de mestrado), com a participação de atores do CDVHS, parceiros(as) representantes de núcleos e laboratórios advindos de IES, possibilitando que o Centro realize levantamentos e análise de dados sobre crimes ocorridos no GBJ, refletindo a conjuntura, identificando violações de direitos humanos, diagnosticando casos que requerem cuidados e proteção de determinados segmentos (Diários de campo, 2019-2021).

Outras importantes redes de atuação são o FPSP/NE e o núcleo de organizações associadas ao MNDH. No Estado do Ceará, tais entes são mobilizados pelo CDVHS, que vem construindo um observatório referente aos contextos de ameaças de morte e assassinatos de lideranças sociocomunitárias defensoras de direitos humanos, bem como combatendo a criminalização dos movimentos sociais. Nessa perspectiva, em 2022 e 2023 o Centro também foi a OSC de referência para o “Projeto Sementes de Proteção”, programa ligado ao Governo do Estado e apoiado pela União Europeia, realizando ações no campo da proteção popular de mais de 50 defensores(as) de direitos humanos no Estado (Diários de campo, 2021-2023).

Em 2024, os relatórios do CDVHS revelaram que o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas do Ceará (PPDDH-CE) já totalizava 103 defensores(as) de direitos humanos protegidos de ameaças. Essas pessoas representavam grupos minoritários, como povos indígenas, quilombolas, lideranças da zona costeira, militantes pela reforma agrária, comunicadores(as), ambientalistas e outras vítimas da violência urbana. Nessa cena, a situação de insegurança e vulnerabilidade dessas vítimas se agrava, e, na medida em que o crime organizado avança e complexifica, as frentes de combate não o acompanham com o mesmo dinamismo, por parte da política de Segurança Pública cearense, avultando os riscos aos(as) defensores(as) no seu direito de ir e vir nos territórios, defender os direitos e no próprio direito a usufruir dos direitos defendidos (CDVHS, 2024a).

Em tal contexto estadual complexo atravessado por múltiplas violências urbanas e assassinatos de defensores(as) dos direitos humanos em suas áreas de atuação, ressaltamos o papel protetivo de iniciativas como as do PPDDH, que articulam políticas de incidência sobre a mitigação dos riscos às vidas dessas pessoas, propondo alternativas, como mais articulações inter e multisetoriais entre Secretarias e Programas de governo, a sociedade civil e os movimentos, na potencialização e promoção das metodologias protetivas (CDVHS, 2024a).

Toda a confluência de experiências, ações sociopolíticas e sociocomunitárias relatadas, perfazem uma síntese da amálgama de frentes protagonizadas pelo CDVHS em mais de três décadas de existência, representando uma rede de ação protetiva, firmando um lugar sociopolítico no entendimento do contexto para as análises de conjuntura, diagnósticos e enfrentamentos. Assim, o Centro elabora estratégias e tecnologias sociais condizentes para a atuação segura em ambientes hostis, com habilidade, expertise na atuação em rede protetiva e solidariedade em defesa e na preservação das vidas (CDVHS, 2024a).

Atualmente, o CDVHS segue defendendo e promovendo direitos humanos e naturais, promovendo a cultura de paz, a inclusão, a emancipação social, o empoderamento e o protagonismo de pessoas historicamente subalternizadas, corroborando no ecoar das suas

insubmissas vozes (Evaristo, 2016) e tendo o território periferizado do GBJ como arena geopolítica de atuação sociocomunitária, sem, no entanto, negligenciar as demais favelas e periferias da capital, Estado ou do Nordeste, incidindo nessas realidades sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais em que inserem suas ações (Diários de campo, 2024).

4.5 Depois da germinação das sementes, as colheitas: do Diagnóstico Sócio Participativo a sociogênese da Rede DLIS

Lutas são sementes. Fazer luta sociopolítica com inclinações sociocomunitárias é crer que tudo é histórico, sociocultural e político. É acreditar no saber popular que nos ensina que para florescer tem que plantar, semear, cuidar e esperar germinar. Por isso, antes de anunciarmos descritivamente a Rede DLIS como a maior entidade plantadora/semeadora de florescimentos do nosso Grande (Bom) Jardim, é necessário demarcá-la como um dos agentes sociopolíticos inseridos em uma teia de sujeitos e processualidades amplas e complexas na constituição dos múltiplos atores/atrizes e trajetórias dos movimentos no território do GBJ.

Machado e Pereira (2020) contribuíram nessa reconstrução histórica, sociocultural e política dos movimentos populares orquestrados no território do GBJ. De maneira didática e sintética, recortando a passagem temporal de um período anterior à década de 1970 até os dias atuais, nomeando-os de seis “ciclos” e dividindo-os em suas respectivas tradições e inovações sociocomunitárias, como ponderamos. Desde o transcurso do primeiro ciclo, entre 1960-70 e 1980, ao sexto período vigente, iniciado em 2013. A síntese desses ciclos de experiências político-viscerais na atuação popular permitiu compreendermos a necessidade da produção de um diagnóstico (DSP), e de uma Rede (DLIS) para condução da PDS como instância “[...] herdeira de um patrimônio social, político e estético significativo, sendo capaz de mobilizar, incorporar e vivenciar tal patrimônio nas experiências cotidianas” (Machado; Pereira, 2020, p. 18).

4.5.1 O Diagnóstico Sócio Participativo (DSP) do território do GBJ

Todas as mazelas e potencialidades a respeito do chão do Grande (Bom) Jardim foram diagnosticadas para a compreensão da conjuntura e intervenções transformadoras. Esse lócus é situado geopoliticamente à sudoeste da capital cearense, na periferia do sistema-mundo. Herdeiro das lutas populares, articulações sociopolíticas e sociocomunitárias que atuam em rede na defesa, identificadas e cartografadas desde 1960-1970, quando a região, até 1980-90 era nomeada pelos nativos como Planalto das Carnaubeiras, quando passa a se chamar de

território do GBJ.

Frente a um quadro de poder público quase inoperante, no que tange à promoção de políticas públicas para o bem viver comunal nesse chão, Dona Maria José referiu que uma das estratégias vis na alegação sobre a morosidade e desresponsabilização desses agentes públicos – em relação às mazelas periféricas e resposta aos clamores populares – era inventar justificativas. Uma dessas, dada no ano 2000, foi a de que não poderiam intervir naquela realidade do GBJ para mitigar suas chagas e transformar aquele cenário, na ausência comprobatória empírica que evidenciasse documentalmente tais situações sociais.

Segundo dona Maria José, foi nesse contexto em meados do ano 2000, quando as lideranças já estavam exaustas de escutar, por diversas ocasiões, as mesmas justificações por parte de representantes do poder público, referindo ausência de evidências por escrito, que o CDVHS produzir estratégias contra-hegemônicas e contra-argumentativas no enfrentamento desse gargalo, construindo ferramentas políticas para diagnosticar esse cenário e denunciar a própria gestão pública por isso. Posteriormente, documentou essas evidências como solicitado para retrato empírico da realidade e, só então, entregar tais informações ao poder público.

O documento, intitulou-se de Diagnóstico Sócio Participativo DSP (2002-2003), no qual o CDVHS recorreu à assessoria de Maria Celeste Magalhães Cordeiro, uma docente da UECE (na transição do Governo Estadual de Tasso Jereissati para Lúcio Alcântara), e foram aconselhados por ela a procurar o Núcleo de Gestão Pública e Desenvolvimento Urbano (GPDU/UECE) à época, sob a coordenação do docente João Bosco Feitosa dos Santos, para a organização e produção deste documento, junto à comunidade do GBJ.

O diagnóstico, compilado em 167 páginas, objetivou cartografar e diagnosticar o cenário do território do GBJ, identificando mazelas, registrando-as, produzindo dados diante desses achados e evidências empíricas coletadas, de “[...] natureza socioeconômicas, políticas e culturais [...] que instrumentalize as ações de efetivação do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável da região em estudo” (GPDU/UECE, 2004, p. 13).

Tal pesquisa diagnóstica se balizou por 14 indicativos sociais ou “[...] aspectos da realidade da região, traduzidos nos seguintes indicadores de análise:” (GPDU/UECE, 2004, p. 19).

1. Aspectos Geográficos: relevo, água, área, limites, solo, vegetação e localização; 2. Aspectos Popacionais: total de população, divisão etária da população, densidade demográfica, chefe de família (sexo), percentagem de crianças em idade escolar; 3. Infraestrutura: saneamento (água e esgoto), pavimentação, energia, telefone, transporte (coletivo, particulares, ferroviário e alternativo), coleta de lixo, principais vias de serviços, de acesso e de escoamento; 4. Segurança Pública (delegacias, patrulhamento e policiamento); 5. Saúde: Hospitais, Postos de Saúde, Clínicas,

Laboratórios, Consultórios (médicos, dentários e veterinários), agentes de saúde; 6. Educação: Ensino público federal, Ensino público estadual, Ensino público municipal, Ensino particular, Cursos livres, Cursos Profissionalizantes; 7. Cultura: Museus, Teatros, Bibliotecas, Grupos de dança, Música (bandas, corais, orquestras e outros), Artes marciais, Festas Religiosas, Festas Tradicionais; 8. Esporte e Lazer: Clubes/boate, Estádios/ campos/ quadras esportivas, Academias poliesportivas, Praças, Torneios, Áreas verdes, Parques, Zoológicos. 9. Economia: a) Atividades Comerciais: Supermercados, Mercarias, Centros comerciais, Farmácias, Bancas de revistas, outras; b) Setor de Serviços: Prestadoras de Serviços, Hotéis, Motéis, Oficinas, Restaurante, Churrascaria, Pizzaria, Cartórios e outros; c) Atividades Industriais: Fábricas, Padarias e outros. d) Repartições Públicas: Bancos, Correios, outros; 10. Capital Social: Associações, Sindicatos, Clubes de Serviços, Entidades Filantrópicas, ONGs, Centros Comunitários, Cemitérios; 11. Equipamentos Religiosos: Igrejas, Templos, Centros Espíritas, Terreiros (Umbanda, Candomblé e outros); 13. Assistência Social: Programas e Projetos, Creches. 14. Capital Humano: (habilidades artísticas, principais profissões liberais, perspectivas de capacitações etc. (GPDU/UECE, 2004, p. 20-21).

Esses 14 indicadores sociais parametrizaram a caminhada coletiva da pesquisa na produção do DSP, definindo o passo a passo investigativo e subsidiando os dados oficiais, obtidos através de fontes institucionais, como as governamentais ou não governamentais, na checagem de dados e informações rua por rua, incorporando novas evidências sobre os cinco bairros e, inclusive, o conteúdos dos roteiros e questionários, bem como “[...] suas questões, base da pesquisa amostral [...] condicionada a esses indicadores” (GPDU/UECE, 2004, p. 20-21).

Na proposta metodológica do DSP, buscou-se transpor a perspectiva superficial de apenas coletar e armazenar dados de cada bairro do território do GBJ, realizando investigações no campo das Ciências Sociais. Assim, tal estudo territorial e diagnóstico, subdividiu-se em quatro etapas principais, sendo: 1) Escolha, seleção e capacitação dos(as) pesquisadores(as) populares; 2) Levantamento dos dados oficiais sobre os cinco bairros que representam o território do GBJ; 3) Checagem de informações rua por rua; e 4) processo consultivo aos(as) representantes das comunidades (GPDU/UECE, 2004).

A escolha desses(as) pesquisadores(as) locais se subdividiu noutras duas: 1.1) oficinas realizadas por critérios, tais “[...] como: morar no bairro, estar vinculado às organizações populares locais, [...] matriculado ou ter frequentado a escola formal, entre outros critérios” (GPDU/UECE, 2004, p. 22) e 1.2) capacitação de 30 horas/aula, conduzida pelo pesquisador do GPDU, Adriano Almeida (Imagem 3), sob supervisão de docentes do núcleo, fornecendo chaves interpretativas “[...] da realidade social contemporânea local e mundial a jovens [...], ao mesmo tempo em que capacitava-os teórico e metodologicamente para assumirem o papel de pesquisadores orgânicos nos bairros onde moram” (GPDU/UECE, 2004, p. 23-24).

Imagem 3 – Processo de capacitação dos(as) pesquisadores(as) populares do DSP

Fonte: Acervo do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza - CDVHS (2004).

Numa perspectiva envolvente, em que as(os) próprias habitantes dos cinco bairros mapeados compusessem a equipe de pesquisadores(as) populares de campo, o CDVHS, selecionou 30 juventudes interessadas, sendo 10 na composição do cadastro de reserva para incorporação no transcurso da pesquisa. A equipe do DSP contou com cerca de 80 pessoas, entre professores(as) e pesquisadores(as) de cinco IES, estudantes membros do GPDU/UECE, pesquisadores(as) populares locais (30 jovens) e lideranças sociocomunitárias, produzindo evidências, análises de cenários e diagnósticos para apresentar ao poder público, subsidiando documentos, incluindo o DSP e a posterior PDS do GBJ (Machado; Pereira, 2020).

Imagem 4 – Registro da equipe de juventudes pesquisadoras no trabalho de mapeamento territorial do GBJ



Fonte: Acervo do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza - CDVHS (2004).

Concomitantemente ao processo de seleção, capacitação de pessoal e ida a campo desses(as) pesquisadores(as) populares, como ilustrado acima, ocorreu a fase de levantamento dos dados estatísticos e informações oficiais sobre o território do GBJ, numa pesquisa extensiva a múltiplas fontes, buscando coletar o maior número de dados, de acordo com os 14 indicadores de análise do DSP. Ademais, foram visitados órgãos governamentais, Secretarias e Institutos de pesquisa como o IBGE, bem como “[...] órgãos não governamentais como a Federação das Indústrias do Ceará, Associação Comercial de Fortaleza, Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza, associações comunitárias, IBV (Instituto Brasil Verde), o próprio CDVHS entre outras instituições” (GPDU/UECE, 2004, p. 26).

Assim, a questão orientadora desta pesquisa diagnóstica buscou, especialmente, reunir informações referentes, por exemplo, ao

[...] número de equipamentos sociais, econômicos, políticos, culturais e religiosos, além dos aspectos político-administrativos dos cinco bairros, principalmente no que se refere à versão oficial dos limites geográficos, administrativos, nomenclaturas dos logradouros, praças e do próprio bairro entre outros aspectos relevantes para a comunidade [...] O conjunto destas informações alimentou a base de dados inicial e dos indicadores predefinidos sobre os bairros do Grande Bom Jardim. Em seguida, estas informações foram submetidas a uma análise comparativa, na fase que lhe sucedeu, vivenciada pela checagem *in loco* das informações (GPDU/UECE, 2004, p. 26).

Na terceira etapa metodológica e operacional do DSP, a fase de checagem de informações rua por rua, entendida pelos(as) pesquisadores(as) à época como uma “[...] *etnografia rua-a-rua*, constituída por informações descritivas sobre os aspectos estruturais de cada rua existente no bairro, e de informações qualitativas colhidas pela observação do pesquisador e por depoimentos dos moradores locais” (GPDU/UECE, 2004, p. 27), inclusive cartografando e redesenhando à mão os mapas desses bairros, comunidades, ruas e manchas populacionais, não reconhecidas oficialmente pela capital, como ilustro na imagem abaixo, pelo companheiro Macedo Lopes, da Associação Comunitária dos Moradores da Vila Planalto (ACMVP) e pela dona Regina Márcia, membra da Associação União dos Moradores do Bairro Canindezinho (UMBC), ambos habitantes e lideranças dos bairro Canindezinho.

Imagem 5 – Processo de redesenho dos mapas dos cinco bairros (GBJ)



Fonte: Acervo do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza - CDVHS (2004).

Esse ponto da pesquisa foi considerado fundamental, sobretudo em relação a percepção dos(as) próprios(as) moradores(as) sobre a realidade cotidiana, objetivando a produção do retrato real dos bairros e, inclusive identificando equipamentos considerados “[...] existentes e ampliar, de forma quantiquantitativa, o levantamento de dados, situando aqueles equipamentos não contemplados pelo levantamento inicial” (GPDU/UECE, 2004, p. 27).

O registro dessas informações qualiquantitativas foram sistematizadas em cinco instrumentos chamados Cadernos dos bairros, em que cada um integrava o “[...] *banco de dados* do Grande Bom Jardim, com sua base de dados informatizada [...] na comparação entre os dados oficiais coletados com os dados efetivamente existentes” (GPDU/UECE, 2004, p. 27-28), somados a essa iniciativa, houve “[...] debates entre pesquisadores, técnicos

dirigentes das organizações e moradores” (GPDU/UECE, 2004, p. 28).

Em síntese, o resultado desses procedimentos metodológicos objetivou obter um acervo ou Cadernos de informações como um produto de cada bairro. Ou seja, “[...] formas de visualização constituem um banco de dados [...] etnográficos do bairro, que podem circular de mãos em mãos e possibilitarem diferentes modos de acesso de dados locais, inclusive [...] alimentado sistematicamente com novas informações” (GPDU/UECE, 2004, p. 29).

No final do relatório e produção do DSP, referente ao território do GBJ, foram reunidos dados para a reivindicação sociopolítica baseada em evidências, como solicitada pelo poder público, obrigando-o a descruzar os braços e intervir nessa complexa realidade. Ademais, à época, o DSP respondeu a duas indagações: quais políticas públicas, sociais e serviços tínhamos (funcionavam) no território do GBJ hoje? Após a construção desse instrumento balizador, um novo questionamento se revelou: diante do que havíamos e da identificação das ausências, o que se buscava para o território do GBJ nos próximos 20 anos? As respostas tensionaram ações governamentais, mas sobretudo impulsionaram a PDS.

Nessa conjuntura ocorria, simultaneamente, a I Conferência do Desenvolvimento Sustentável (DS) do território do GBJ, em dezembro de 2003, ano em que a Rede DLIS foi gestada na base como principal instância sociopolítica e responsável pela articulação de agentes sociocomunitários nos cinco bairros do GBJ, implicados com a incidência política nesse território, acreditando que as lutas conjuntas potencializariam as forças locais (CDVHS, 2006; CDVHS, 2024a; CDVHS, 2024b).

4.5.2 A semente do DLIS foi plantada e germinou: a sociogênese da Rede DLIS

Na conclusão do DSP do território do GBJ, em dezembro de 2003, na primeira das quatro Conferências de DS, período concomitante ao quinto ciclo sócio-histórico-político proposto por Machado e Pereira (2020), a recomendação do CDVHS, para o ano de 2005, foi a construção de uma PDS para esse locus, projetando a realização de um DLIS para os 20 anos seguintes (2005-2025). Mas antes disso, em 2003, uma instância de governança popular e de incidência sociocomunitária precisaria ser gestada para protagonizar a condução da PDS, assim ocorreu a sociogênese da Rede DLIS, como a maior articulação política e orgânica de sujeitos sociopolíticos, de atuação sociocomunitária que atua no chão do GBJ desde então.

A Rede DLIS, enquanto instância de atuação de base sociocomunitária, descende dos processos históricos e sociopolíticos de empoderamento coletivo para a atuação comunal. Em sua sociogênese, aliançou 72 organizações sociocomunitárias no chão do GBJ, assumindo a corresponsabilidade e o protagonismo territorial de defesa e condução da PDS desse locus,

enquanto instância aglutinadora e de pressão popular que atua organicamente em rede, na mobilização, articulação e aliançamento de sujeitos sociopolíticos componentes da sociedade civil, como: OSCs, associações sociocomunitárias, coletivos juvenis, IES públicas e privadas, Instituições religiosas, e demais agentes nas lutas de base sociocomunitárias, que se aliam e se implicam nas lutas por direitos humanos e incidência no controle social e reivindicações por políticas públicas no território do GBJ.

Gestada há 22 anos, a Rede DLIS do GBJ foi o resultado de iniciativas de uma parcela da militância sociocomunitária local, fruto de intensos processos de pesquisas, ações coletivas, trocas entre conhecimentos acadêmicos e saberes populares localizados, utilização de estratégias e experimentações de tecnologias sociais vigentes, como construção do DSP, pactos de compromisso ético-político e respeito às pluridiversidades, valorização orgânica comum, fortalecimento do sentimento de pertença e em defesa do território. Assim, a Rede compõe é “[...] herdeira do movimento popular-comunitário local, considerando histórias, memórias, lutas, referências e tradições presentes no território [...] ancoragens e implicações - teórico-práticas - epistemológicas, estéticas, cosmológicas, sociológicas e ético-políticas” (Almeida; Freitas, 2021, p. 8).

Dessa forma, a sociogênese e a sustentabilidade dessa Rede advêm de múltiplas frentes, desde os interesses sociais impulsionados por lideranças femininas e feministas que conclamaram as alianças, entre os diversos entes sociopolíticos locais, por um DLIS territorial em prol do bem viver comunal. Essa articulação em rede foi uma das principais agentes propositoras das políticas públicas ao território do GBJ nas últimas décadas, fortalecendo e promovendo os processos dos protagonismos locais e empoderamento coletivo como caminho para a exigibilidade de direitos e a efetivação das transformações no tecido sociocomunitário.

Na processualidade sobredita, sete ideias foram evidentes na sociogênese da Rede DLIS, em síntese: 1) esforços na construção de capital social ou formação de capital humano; 2) proposição do empreendedorismo feminino local, integrando redes e cadeias produtivas; 3) geração de novos padrões socioprodutivos preocupados com a defesa ambiental; 4) exercício da atuação na exigibilidade dos direitos humanos, econômicos, socioculturais e ambientais; 5) criação e ocupação de novos espaços públicos de decisões e gestões; 6) mudança na cultura política, superando o setorialismo e o clientelismo e, por fim, 7) busca da sustentabilidade nos processos locais como referenciais suleadores de atuação da Rede DLIS (GPDU/UECE, 2004; CDVHS, 2006; CDVHS, 2024a; CDVHS, 2024b).

A Rede DLIS não negocia a não defesa da vida e das políticas sociais para o território do GBJ, buscando a partir das suas premissas, construir alternativas coletivas para

produção do DLIS, como esforços cotidianos, mantendo o compromisso ético-político com a garantia dos direitos humanos e ambientais, bem como o acolhimento dos sofrimentos, identificando vulnerabilidades, enaltecendo experiências e potências. De acordo com Almeida e Ana Freitas (2021), no livro sobre a história de 15 anos da Rede DLIS, essa defesa se suleia em quatro princípios-pilares e valores básicos às suas práticas, são eles: a solidariedade, a participação democrática, a transparência, o respeito à diversidade e a autonomia política.

O primeiro pilar se pauta no respeito e apoio às causas sociais, sociocomunitárias e coletivizadas no território do GBJ e demais periferias de Fortaleza. O segundo sugere que os usos dos recursos financeiros sejam realizados com consciência e transparência. O seguinte, convida à reflexão sobre a nossa condição humana de alteridade, ressaltando as diversidades como construtoras dos laços e potências nos aliançamentos sociocomunitários para as lutas, independentemente de gênero, sexualidade, raça, etnia, credo ou escolha político institucional. No quarto e último pilar, enaltece como a autonomia dos sujeitos como agentes políticos é reconhecida (Almeida; Freitas, 2021).

Além disso, a Rede DLIS, no decurso de sua caminhada, vivenciou um longo e continuado processo de reconstituição das suas identidades, composição orgânica e política, acolhendo, aprendendo e capacitando agentes sociocomunitários. Tal processo se suleu pelas pedagogias libertadoras da educação popular freiriana, promotora de autoconscientização e autorreflexão críticas, fundamentando e impulsionando as ações coletivas, reconstituindo na “[...] conjuntura, sentidos partilhados, compromissos mútuos, formas associativas e organizativas potentes e intencionalidades de atuação” (Almeida; Freitas, 2021, p. 8).

Conforme Machado (2021), o trabalho de agenciamento e associativismo de entes sociopolíticos é diário e se constitui nos empenhos em prol da consolidação de uma política potente localmente. Tais esforços foram enumerados didático-pedagogicamente nas questões balizadoras descritas a seguir:

- 1) tensionar/interpelar instituições, órgãos, sistemas e agentes estatais/governamentais, considerando questões imediatas/emergenciais, de médio e longo prazo; 2) conceber, formular e apresentar proposições técnica e politicamente fundamentadas, em diferentes escalas, considerando as políticas setoriais e buscando uma atuação sistêmica intersetorial e multidisciplinar; 3) requerer lugares que efetivem a participação popular na dinâmica decisória estatal e governamental, particularmente com a presença de segmentos historicamente subalternizados; 4) afirmar a democratização - processual e substantiva - na/da sociedade civil e política, nos marcos de uma gestão compartilhada, e mantendo a autonomia política (Almeida; Freitas, 2021, p. 9).

Essas iniciativas descritas acima advêm de uma organização sociopolítica interna e contínua na comissão de articulação e demais comissões de trabalho da Rede DLIS, para os encaminhamentos coletivos e operacionalizações dos clamores e demandas sociocomunitárias identificadas. Nesse movimento, nos aliançamos – e me incluo como pesquisador e liderança comunitária componente dessa Rede e do CDVHS – identificar, estudar e diagnosticar as problemáticas sociais locais, como nas análises do DSP sobre o que nós temos, e discutir resoluções posteriores para (re)criar uma região que queremos.

No desafio diário de (re)criar cotidianos possíveis, ressaltamos a importância da Rede DLIS negociações e/ou nos embates contra os detentores do poder político institucional e hegemônico. Essas articulações em rede, geralmente, possuem características e missões próprias, como a construção de empoderamentos comunitários advindos da conscientização crítico-política da população, para a organização popular, mobilizações e reivindicações sociocomunitárias em prol de direitos, no controle social, governança e na exigibilidade de políticas sociais para o GBJ e seu DLIS.

Tal experiência sociopolítica, em que tenho o privilégio de vivenciar na Rede DLIS, revela, ainda, desafios complexos, mas também evidencia conquistas nas transformações do tecido social que impacta positivamente a vida da nossa gente. Me incluo, enaltecendo o que o Hugues de Varine (2012) declarou, sobre as propostas de desenvolvimentos locais como esses, cuja produção e manutenção se fortalecem sob as mãos de agentes sociais que vivem o território nas mais diversas nuances, espaços e dimensões da vida cotidiana. O próprio sentido político de território-vivência.

Retomando aos aspectos constitutivos da Rede DLIS, a autora Gohn (1982, 2011, 2012, 2015) revela exemplos de características que se assemelham a ela, ou seja, que tais alianças sociopolíticas eclodem da base das classes populares na dialética de enfrentamento às mazelas sociais locais, representando importante papel na pressão e exigibilidade de direitos frente aos órgãos e agentes públicos. Nessas lutas, geralmente as estratégias variam ou se reatualizam no próprio transcurso, como as: mobilizações, marchas, ocupações de espaços, interceptação de vias urbanas, passeatas, negociações com gestores(as) públicos(as) ou noutros atos públicos contestatórios considerados como desobediências civis. Em complemento, Safira Ammann (1980, 1991) declara que tais forças sociopolíticas, quando progressistas, modificam positivamente as estruturas sociais locais vigentes, reduzindo as desigualdades, as injustiças, as precariedades, e as violações dos direitos e das dignidades humanas.

Diante das possibilidades estratégicas sobre descritas, e de outros tantos arsenais utilizados, a Rede DLIS caminha atuando, produzindo análises diagnósticas de cenário,

dialogando com as lideranças comunitárias, acolhendo as suas demandas em assembleias ou não, organizando-as em pautas prioritárias e conclamando as comunidades para estarem juntas nas lutas por suas efetivações junto ao poder público. Com essa proposta, menciono alguns dos mecanismos utilizados: reuniões semanais ordinárias e/ou extraordinárias por comissões de trabalho, assembleias ordinária e/ou extraordinária gerais, mensais e ampliada e aberta, com exceção do Encontro anual de PMA, que os(as) participantes devem ser convidados(as) por decisão da comissão de articulação da Rede DLIS. Ademais, realizamos ainda, “caravanas de monitoramento” e controle social dos equipamentos públicos e políticas sociais, com uma presença popular significativa, especialmente do público feminino.

O Encontro anual de PMA é considerado uma relevante tecnologia sociopolítica de entrenchamento, criado pela Rede DLIS como uma das suas tecnologias sociopolíticas de aliançamento das lideranças sociocomunitárias, majoritariamente feminina, que compõem a militância local junto com parceiros(as) externos(as) ao território do GBJ. Esse evento ocorre, geralmente, na região metropolitana de Fortaleza, no primeiro trimestre de cada ano, onde nos reunimos num final de semana, compomos assembleias político-crítico-formativas, estudos, análises e diagnósticos de cenários, (re)pactuações das frentes, além dos PMA das políticas públicas, avaliando as demandas e ações das lutas do ano anterior. Partindo dos pactos coletivos realizados no Encontro, organizamos as agendas buscando resolutividade às pendências do ano anterior, e projetamos resoluções coletivas às lutas vindouras. Em média, entre 50 e 100 militantes e lideranças sociocomunitárias comparecem aos Encontros.

Segundo registros e, pelo que eu pude observar, a maior parte das entidades que comparecem aos Encontros, ao longo da história, são representadas por lideranças femininas da Rede DLIS. Fato importante para destacarmos aqui, pois tais sujeitos lutam no/pelo chão do GBJ, antes da sociogênese da Rede e, ao longo de toda sua trajetória, outras precisaram descansar por questões de saúde física, socioemocional ou encantaram. Tal fato revela o quão difícil, desgastante, adoecedora é essa atuação. Apesar dessa questão não ter sido uma das bandeiras, nunca deixou de figurar em seus planos de ações, direcionando-as ao cuidado com as nossas militantes e lideranças femininas do território do GBJ. Por exemplo, no Encontro ocorrido em 2017, foram deliberadas algumas ações, dentre elas o vetor de ação “Cuidando de Nós”, com atividades a serem realizadas no território do GBJ a curto, médio e longo prazo no intuito de pensar e produzir ações de cuidado com quem cuida e, em seguida, fazer com que essas demandas cheguem ao poder público (Diários de campo, 2018).

O vetor de cuidado citado, decorre dos anseios das lideranças da Rede DLIS, pela urgência do autocuidado, mas também pelo fortalecimento da sustentabilidade interrelacional

e interinstitucional, pautadas desde a sua sociogênese, como demanda histórica advinda dos incômodos coletivos entre os membros, e que, ainda, não conseguimos priorizar nem mesmo na própria articulação. Soma-se a essa demanda, outras ações direcionadas ao poder público oriundas das periferias, que não compõem pautas nas agendas de execução das suas políticas e, geralmente, nem sequer saem do papel (Machado; Faustino, 2018). Rua (1997) enxerga tal situação como “estado de coisas”, ou seja, incômodos que precarizam determinados estratos sociais e que, por vezes, provocam históricas reivindicações populares, mesmo assim, não figuram como prioridades nas agendas para tomadas de decisão dos atores públicos.

O Cuidando de Nós foi uma das proposituras importantes para a consolidação dos acolhimentos afetuosos às militantes e lideranças da Rede DLIS. Tal vetor, firmado em 2017 a 2022, subdivide-se noutros três eixos: (1) ações de atenuação de situações socioemocionais resultantes das violências urbanas, bem como a construção de espaços (terapêuticos) que fortaleçam e instrumentalizam socioemocionalmente as militantes, lideranças e coletividades nos enfrentamentos às suas questões, preservando suas vidas e a saúde de modo holístico-integral; (2) construção de dispositivos de convivência e ocupação dos espaços públicos, e a promoção de vínculos entre as comunidades do GBJ e os sujeitos da Rede DLIS, e (3) a produção de mecanismos facilitadores da convivência harmônica interpessoal e interinstitucional entre os(as) próprios(as) agentes da Rede DLIS.

Destaco aqui este último eixo sobredito, para ilustrar que, no âmago da própria articulação da Rede, há fatores divergentes e conflituosos, produtores de atritos e desgastes socioemocionais entre as lideranças, por diversas questões, dentre elas as logísticas, organização dos trabalhos ou nos momentos das reuniões, assembleias ou atos/manifestações públicas. Considerei esses fatores, pois não pretendo romantizar essas relações. Acreditava-se que, partindo desses três eixos, especialmente o terceiro, construir-se-iam laços afetivos de acolhimento, autocuidado, ressignificações dos horizontes de sentidos, significados grupais e comunitários (Diários de campo, 2023).

No intuito de gerenciar as divergências internas ponderadas, entendendo-as como faces constitutivas dos processos vívidos de militância, algumas decisões institucionais foram tomadas na reconfiguração da estrutura da Rede DLIS, ao longo do tempo. No Encontro de 2023, por exemplo, houve reorganização dos eixos/comissões de trabalho e componentes da Rede em relação ao do ano de 2022, ocorrida no Sítio Wopila, na rua Manoel Pereira, 4810, município de Maracanaú (RMF). Antes, além da comissão de articulação da Rede, havia outras três, sendo: “Comissão Zeis e Moradia Digna, Comissão de Proteção Infantojuvenil e o Fórum de Juventudes da Rede DLIS” (Borges, 2021, p. 149).

O eixo com menor reestruturação da Rede DLIS nesse período (2022-2023) foi a Comissão de articulação, coração pulsante e principal engrenagem na animação das demais, na substituição de componentes. Além disso, a Rede DLIS passou a ter uma comissão/eixo de trabalho a mais, e as demais foram renomeadas, como: a Proteção infantojuvenil; Direito à cidade: Observatório da Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) e Bons Jardins Urbanos; Saúde e combate à fome: Comitê Popular de Enfrentamento a Covid-19 e a fome no GBJ, além da Rede de Cozinhas Comunitárias (RCCGBJ) do GBJ e Juventudes e cultura: Fórum de Juventudes da Rede e Fórum de cultura do GBJ (Diários de campo, 2023).

Tabela 3 – Estrutura Organizacional da Rede DLIS (comissões de trabalho 2022-2023)

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA REDE DLIS	
COMISSÕES DE TRABALHO	ORGANIZAÇÕES DA REDE DLIS E REPRESENTAÇÕES
Comissão Proteção Infantojuvenil	1. Raízes do Bom Jardim (Karla) 2. Invenções das Crianças de Nova Canudos (Iasmym) 3. Associação Bom Viver (Rafael) 4. CDVHS (Lúcia e Lana) 5. VIESES (Erika e Eliandra) 6. EGC (Andrea) 7. CCD (Yana e Daniele) 8. MSM (Ivan e Marcos) 9. AMBJ (Nice)
Comissão Juventudes e Cultura	1. Raízes do Bom Jardim (Karla) 2. JAP (Ingrid e Gabriel F.) 3. Coletivo Nateia (João Vitor) 4. Tambores do Gueto (Elivelton) 5. Ponto de Memória (Ícaro) 6. Brincantes Sonoros (Denise e Megh) 7. Amarelo Cor de Cajú (Mar) 8. Favelart (Halan) 9. Oh Vibe (Veroneide) 10. Maracatu Nação Bom Jardim (Maria de Fátima) 11. Fórum de Cultura do GBJ (Graça)

Comissão Direito à Cidade	1. UMBC (Ivan) 2. Compasa (Vera) 3. Observatório da ZEIS Bom Jardim 4. CDVHS (Rogério e Nicolas) 5. Associação Bem Viver (Paulo) 6. Instituto Avivar (Pastora Zoza e Pastor Fred) 7. Bons Jardins Urbanos (Nágila) 8. Comunidade da Paz (Leda e Lourdes) 9. AMCM (Zélia)
Comissão de Saúde e Combate à Fome	1. SOS Periferia (Gabriel S.) 2. RCCGBJ (Warley) 3. Instituto Avivar (Pastora Zoza) 4. ANCMA (Sislaine) 5. Associação Bom Viver (Fatinha) 6. Associação Planalto Vitória (Macedo) 7. AMBJ (Nice) 8. AEUSM (Pai Neto)

Fonte: Relatório da Rede DLIS de 2023 com ajustes do pesquisador (2024).

Nas próximas páginas, recorro aos anos de 2023 e 2024. O primeiro, enquanto referência histórico-temporal, rememorativa e menção celebrativa aos 20 anos de sociogênese e trajetória da Rede DLIS no chão do GBJ e, o de 2024, em comprovação da sustentabilidade das lutas políticas e sociocomunitárias vindouras. Em ambos, realizo análises comparativas.

No Encontro de PMA da Rede DLIS, realizado nos dias 3, 4 e 5 de março de 2023, o Cuidando de Nós foi reiterado por lideranças. No final deste ano, foram comemorados os vinte anos de sociogênese e trajetória, celebrado no Encontro de 2024. Um dos pedidos das ativistas foi o cuidado delas, ou seja, de quem sempre nos cuidou, enquanto protagonistas dos movimentos populares e levantes sociocomunitários a nível de cidade e comunidade. Tais agentes têm marcadores sociopolíticos de cor, raça, localização, socioeconômico, etário e demais. Registraram presença em lista no Encontro, 56 pessoas, sendo 32 mulheres (57,14%) e 24 homens (42,86%), já os perfis etários e de raça/cor dos(as) componentes da Rede DLIS permaneceram variáveis nos últimos anos (Rede DLIS, 2023; Diários de Campo, 2023).

Destaco, ainda, o aliançamento de coletivos juvenis às lutas nesse chão, segmento que sempre fortaleceu o nosso quadro de militância sociopolítica local, desde as primeiras juventudes engajadas por influência da teologia da libertação, nos núcleos das CEBs. Das representações presentes Encontro de 2023, o segmento infantojuvenil foi maioria (48,1%), em que as participações estiveram distribuídas em: uma criança (1,7%); cinco adolescentes

(9%) vinte e uma juventudes (37,4%); vinte e cinco pessoas adultas (44,65%) e quatro idosas (7,25%). No segundo fator, identificamos a predominância de pessoas que se autodeclararam negras, perfazendo um total de trinta e cinco pessoas, sendo vinte e uma pretas (37,5%) e quatorze pardas (25%), respectivamente, ou 62,5% da totalidade de participações. As pessoas brancas, por sua vez, somaram dezenove (33,9%). Uma pessoa (1,8%) não quis responder e eu me autodeclarei indígena (1,8%). Todo esse público está identificado por organização e registrado nominalmente na tabela 4 (Rede DLIS, 2023).

Tabela 4 – Organizações e Participantes do Encontro de 2023

	ORGANIZAÇÃO	NOME DA REPRESENTAÇÃO
1	Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS)	Lany Maria Bendito Cunha Ingrid Rabelo Rogério Costa Nícolas Gonçalves Raphael Martins Lúcia Albuquerque Antônio José C. Silva
2	Invenções das Crianças de Nova Canudos	Iasmym Silva
3	Coletivo Brincantes Sonoros	Megh Coelho Denise Costa (Coletivo Cria Delas)
4	Coletivo Raízes do Bom Jardim	Karla Soraya Tavares (Coletivo Revide)
5	Maracatu Nação Bom Jardim (MNBj)	Maria de Fátima
6	Coletivo Nateia	João Vitor Izidio
7	Coletivo Audiovisual Amarelo Cor de Caju	Mar Pereira
8	Coletivo Tambores do Gueto	Elivelton Rodrigues
9	Rede de Cozinhas Comunitárias do Grande Bom Jardim (RCCGBJ)	Warley Freitas Miranda
10	Associação Comunitária dos Moradores da Vila Planalto (ACMVP)	Francisco Macedo Lopes
11	Instituto Avivar	Alfredo F. L. Filho (Pastor Fred)
12	Associação Nossa Casa Mãe África (ANCMa)	Sislaine da Silva
13	Associação dos Moradores do Bom Jardim (AMBJ)	Maria Zenilce
14	Grupo Produtivo Criart	Cristina Nascimento
15	Comunidade Paz	Maria Leda Menezes Maria Lourdes Gabrielle Grazielle Sara
16	União dos Moradores do Bairro Canindezinho (UMBC)	José Ivan da Silva
17	Conselho Comunitário do Parque Santo Amaro (COMPASA)	Jossilene da Silva
18	Associação das Pessoas com Deficiência Bom Viver	Rafael Silva Paulo Ricardo Maria de Fátima
19	Comunidade Pantanal	Carla Nayra Sousa Maria Silvelania

20	Jovens Agentes de Paz (JAP)	Zion (Filho da Carla Nayra) Gabriel Felício Raquel Vieira
21	Coletivo Gueto Queen	Melanie Jô Costa
22	Coletivo Oh Vibe!	Veroneide Ferreira Pires
23	Coletivo Polo Trans	Stefany Mendes da Silva
24	Movimento Saúde Mental (MSM)	Marcos Calixto Duarte Ivan Nogueira dos Santos Júnior
25	Associação Espírita de Umbanda São Miguel (AEUSM)	Giuliano de Freitas (Pai Giuliano) Miguel Ferreira Neto (Pai Neto)
	Fórum de Cultura do GBJ	Maria das Graças de Castro e Silva
27	Favelart	Halan Jackson de Assis
28	Diálogos - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)	Geyse Anne da Silva Eduardo Gomes Machado
29	Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violências e Produção de Subjetividades (VIESES)	Jean Elyson Rodrigues Borges (CDVHS)
30	Ponto de Memória do GBJ	Ícaro Amorim Martins
31	Observatório da ZEIS Bom Jardim	Marcela Monteiro dos Santos (Estúdio Travessa) Luísa Fernandes (Coletivo Quintau)
32	Bons Jardins Urbanos	Naggila Frota
33	Programa de Educação Tutorial em Arquitetura, Urbanismo e Design da UFC (ArqPET)	Mariana Gomes

Fonte: Lista de frequência do relatório da Rede DLIS redigidos *ipsis litteris* pelo pesquisador (2024).

A divulgação da lista de frequência acima foi autorizada. Nela identificamos 52 ativistas, de 33 instâncias. Tal quantitativo não perfaz a totalidade do corpo sociopolítico de lideranças sociocomunitárias que compõem a Rede DLIS. O absenteísmo de organizações nas participações políticas, nos Encontros, nas assembleias e plenárias, nos atos de rua ou demais frentes de lutas, foi um dos desafios que identifiquei, como gargalo. Segundo narrativas de lideranças da Rede, essas ausências, justificadas e justificáveis, decorreram de desmotivações, como, a sobrecarga de trabalhos nos movimentos, somadas ao labor em outros espaços e às ausências de agendas livres para si e outras ações, levando, nalguns casos, ao fechamento dessas instâncias, como o saldo negativo significativo, apresentado na tabela a seguir.

Tabela 5 – Organizações que não compareceram ao Encontro da Rede DLIS de 2023

	ORGANIZAÇÃO	ATUAÇÃO
1	Associação de Catadores de Material Reciclável do Bom Jardim (ASCABOMJA)	Justificou
2	Associação Comunitária Delmiro Gouveia (ACDG)	Justificou
3	Associação Comunitária do Parque Jerusalém (ACPJ)	Inativa
4	Companhia de Teatro Viv'art	Inativa

5	Terre des Hommes Brasil (TDH)	Justificou

Fonte: Relatório da Rede DLIS de 2023 com ajustes do pesquisador (2024).

As duas organizações que declararam inativação, possuem reconhecida trajetória de contribuição nos movimentos populares, lutas sociopolíticas do GBJ e, principalmente, na Rede DLIS. Tal fechamento institucional gerou comoção coletiva, assim como ocorre sempre quando alguma organização se desliga politicamente da Rede, pois esses fatos enfraquecem nossas incidências de base sociocomunitária no território. Por isso que, desde a sociogênese da Rede, mutirões foram articulados e visitas realizadas como forças-tarefas para que essas situações não ocorram em prol da sustentabilidade institucional delas e o bem do nosso chão.

Uma das forças-tarefas, como ponderei anteriormente, adveio da iniciativa do Grupo Diálogos, laboratório do Curso de Sociologia da UNILAB que, após o lançamento do “Cuidando de Nós”, produz uma pesquisa-relatório para diagnosticar infortúnios nas OSCs e rearticulá-las jurídico-institucionalmente, fortalecendo-as nas suas incidências sociopolíticas, como articulações, mobilizações e monitoramentos de políticas, nas suas frentes prioritárias. Foi o segundo grande diagnóstico após o DSP concluído e redigido no ano de 2003 (CDVHS, 2024a; CDVHS, 2024b).

Apesar das lamentáveis perdas por inatividade em 2023, no mesmo ano, tivemos cinco novos ganhos, com filiações políticas de representações que estiveram aliançadas conosco no decorrer do ano, ilustrados na tabela 6. Portanto, os Encontrões da Rede DLIS, além das finalidades postas, são momentos para as formalizações de novos aliançamentos, repactuações e momentos de despactuações de organizações.

Tabela 6 – Organizações que solicitaram ingresso na Rede DLIS em 2023

	ORGANIZAÇÃO	ATUAÇÃO
1	Coletivo Cria Delas	Emancipação de juventudes periféricas
2	Coletivo Revide: Revolução, Vida, Direitos Humanos e Educação	Coletivo da Escola Dona Júlia Alves Pessoa
3	Centro de Promoção da Vida Hélder Câmara	Direitos humanos no Genibaú
4	Cozinha Solidária Ana Facó	Combate à fome e promoção da cidadania nos Residenciais Ana Facó e Heloneida Studart
5	S.O.S. Periferia	Combate à fome e promoção da cidadania no Grande Bom Jardim

Fonte: Relatório da Rede DLIS de 2023 com ajustes do pesquisador (2024).

A seguir, utilizamos a imagem do Encontro de PMA ocorrido no ano de 2023, em homenagem à celebração de duas décadas de sociogênese da Rede DLIS. Tal registro foi

realizado no final do evento realizado na casa de encontros e retiros Vila Loyola, localizada em uma área litorânea do município de Aquiraz, RMF.

Imagem 6 – Registro fotográfico do Encontro anual de PMA da Rede DLIS 2023



Fonte: Acervo do pesquisador (2023).

Após o Encontro de 2023, já na primeira assembleia mensal da Rede DLIS, realizada no dia 01/04, cada comissão de trabalho fez indicações de duas representações para recomposição da nova Comissão de articulação. Outras nove assembleias temáticas mensais foram agendadas e realizadas neste ano, entre março e novembro, pois em dezembro ocorreu a confraternização anual da Rede, para reconhecimento das lutas e celebração das nossas conquistas. As plenárias sociocomunitárias ocorreram de forma itinerante nas sedes das OSCs, que compõem a Rede (Diários de campo, 2023), como ressaltamos na tabela abaixo.

Tabela 7 – Calendário das assembleias mensais da Rede DLIS em 2023

CALENDÁRIO DE PLENÁRIAS DA REDE DLIS 2023				
MÊS	DATA	LOCAL/SEDE	TEMÁTICA	RESPONSÁVEIS
Março	01 de abril	Grupo Produtivo Criart	Direito das mulheres	Grupo Produtivo Criart; Favelart; Gueto Queen
Abril	29 de abril	Associação Nossa Casa Mãe África (ANCMA)	Revisão do Plano Diretor Participativo de Fortaleza	ANCMA; AEUSM; Cozinha Solidária Ana Facó; CDVHS
Maio	27 de maio	Movimento Saúde Mental (MSM)	Campanha Faça Bonito e Luta Antimanicomial	MSM; EGC; CDVHS
Junho	24 de junho	Instituto Avivar	Diversidade	Instituto Avivar; Cria Delas; Polo Trans
Julho	22 de julho	Associação dos Moradores do Bairro Bom Jardim (AMBJ)	Combate à Fome	AMBJ; RCCGBJ; UNILAB
Agosto	26 de agosto	Centro Cultural Canindezinho (CCC)	Lutas pela Vida das Juventudes	JAP; FCGBJ; Ponto de Memória; Brincantes Sonoros
Setembro	23 de setembro	Granja Lisboa (Associação Bom Viver)	Direito das Pessoas com Deficiência	Associação das PCD Bom Viver; Oh Vibe! Raízes do Bom Jardim
Outubro	28 de outubro	Associação de Moradores da Comunidade Marrocos	Marcha da Periferia	CDVHS; JAP; Cria Delas; Amarelo Cor de Cajú
Novembro	25 de novembro	Associação Espírita de Umbanda São Miguel (AEUSM)	Negritudes	Maracatu Nação Bom Jardim; Tambores do Gueto; Cria Delas

Dezembro	09 de dezembro	Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS)	Direitos Humanos	Comissão de Articulação da Rede DLIS

Fonte: Relatório da Rede DLIS de 2023 com ajustes do pesquisador (2024).

Em todo o ano de 2023, participaram das nossas reuniões e assembleias da Rede DLIS, cerca de duzentos ativistas, majoritariamente femininas, representantes de mais de oitenta entidades, associações, OSCs, coletivos juvenis, movimentos e demais representantes da sociedade civil organizada, do poder público municipal e estadual (parlamentares), de IES, inclinados as ideologias políticas do campo progressistas e em defesa dos direitos humanos.

No início do ano de 2024, como comprovação, registrei os nomes dos(as) agentes sociopolíticos que participaram das ações da Rede DLIS no ano anterior. Tal listagem compôs uma das minhas demandas colaborativas na articulação da Rede, subsidiando um parâmetro para a organização, logística e os direcionamentos dos convites para o Encontro de 2024. A tabela 8 nomeia as quarenta e seis instâncias sociopolíticas (13 representações a mais em relação ao quantitativo de participações do Encontro de 2023), que participaram das assembleias em 2023, convidadas a estarem presentes no evento do ano seguinte.

Tabela 8 – Entidades que participaram da Rede DLIS em 2023

REDE DLIS DO GRANDE BOM JARDIM	
ORGANIZAÇÃO/COLETIVO	
4.5.2.1	Associação Avivar - Granja Lisboa
4.5.2.2	Associação Comunitária Delmiro Gouveia (ACDG) - Siqueira
4.5.2.3	Associação Comunitária dos Moradores da Vila Planalto (ACMVP) - Canindezinho
4.5.2.4	Associação Cultural Omorisá Odé - Granja Lisboa
4.5.2.5	Associação de Pessoas com Deficiência Bom Viver - Granja Lisboa
4.5.2.6	Associação dos Moradores do Bom Jardim (AMBJ) - Bom Jardim
4.5.2.7	Associação dos Catadores de Material Reciclável do Bom Jardim (ASCABOMJA) - Siqueira
4.5.2.8	Associação dos Moradores da Comunidade Marrocos (AMCM) - Siqueira
4.5.2.9	Associação Espírita de Umbanda São Miguel (AEUSM) - Granja Lisboa
4.5.2.10	Associação Nossa Casa Mãe África (ANCM) - Granja Lisboa
4.5.2.11	Associação Solidária para a Comercialização (Giro Social) - Bom Jardim
4.5.2.12	Bons Jardins Urbanos (BJU) - Siqueira
4.5.2.13	Centro de Cidadania e Valorização Humana (CCVH) - Siqueira
4.5.2.14	Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS) - Canindezinho
4.5.2.15	Centro de Promoção da Vida Helder Câmara - Genibaú

- 4.5.2.16 Centro União Beneficente dos Moradores do Bairro de Granja Portugal (CUBMGP) - Granja Portugal
- 4.5.2.17 Coletivo Amarelo Cor de Caju - Bom Jardim
- 4.5.2.18 Coletivo Ateliê Das'áreas - Canindezinho
- 4.5.2.19 Coletivo Brincantes Sonoros - Granja Lisboa
- 4.5.2.20 Coletivo Cria Delas - Siqueira
- 4.5.2.21 Coletivo Gueto Queen - Granja Portugal
- 4.5.2.22 Coletivo Invenções das Crianças de Nova Canudos - Siqueira
- 4.5.2.23 Coletivo Nateia - Bom Jardim
- 4.5.2.24 Coletivo Oh Vibe! - Siqueira
- 4.5.2.25 Coletivo Pantanal em Ação - Bom Jardim
- 4.5.2.26 Coletivo Raízes do Bom Jardim - Canindezinho
- 4.5.2.27 Coletivo Tambores do Gueto - Siqueira
- 4.5.2.28 Comunidade Paz - Siqueira
- 4.5.2.29 Conselho Comunitário do Parque Santo Amaro (COMPASA) - Bom Jardim
- 4.5.2.30 Cozinha Solidária Ana Facó - Siqueira
- 4.5.2.31 Diálogos Urbanos - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira (UNILAB) - Redenção e Acarape
- 4.5.2.32 Espaço Geração Cidadã (EGC) - Granja Portugal
- 4.5.2.33 Fórum de Cultura do Grande Bom Jardim (FCGBJ) - Bom Jardim
- 4.5.2.34 Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violências e Produção de Subjetividades (VIESES/UFC) - Benfica
- 4.5.2.35 Grupo Produtivo Criart - Bom Jardim
- 4.5.2.36 Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias - Canindezinho
- 4.5.2.37 Instituto Maria do Carmo (IMC) - Granja Portugal
- 4.5.2.38 Instituto Terre des Hommes Brasil (TDH) - Mondubim
- 4.5.2.39 Jovens Agentes de Paz (JAP) - Canindezinho
- 4.5.2.40 Maracatu Nação Bom Jardim (MNBj) - Granja Portugal
- 4.5.2.41 Movimento Saúde Mental (MSM) - Bom Jardim
- 4.5.2.42 Observatório da ZEIS Bom Jardim - Bom Jardim
- 4.5.2.43 Ponto de Memória do Grande Bom Jardim - Canindezinho
- 4.5.2.44 Programa de Educação Tutorial em Arquitetura, Urbanismo e Design da UFC (ArqPET) - Benfica
- 4.5.2.45 Rede de Cozinhas Comunitárias do Grande Bom Jardim (RCCGBJ) - Granja Portugal
- 4.5.2.46 União dos Moradores do Bairro Canindezinho (UMBC) - Canindezinho

Fonte: Relatório da Rede DLIS de 2023 com ajustes do pesquisador (2024).

Historicamente, as comissões e demais agentes e instâncias políticas da Rede DLIS atuaram conduzidas por tecnologias sociais, algumas criadas pela própria articulação, outras ensinadas pelas lideranças sociocomunitárias das gerações avós e netas (Bispo, 2023), com uma perspicácia e energia nos arranjos para desenvolvimentos dessas, além de um grau de aptidão estratégica, que lhes imprime notabilidade pública. Assim, a formulação dos discursos e ações da Rede partem de um lugar social comunal, conferindo “[...] legitimidade aos seus argumentos e pleitos, [...] por meio de uma engenharia técnica, bem fundamentados, e manipulados pelos próprios moradores e entidades associativas organizadas” (Almeida; Freitas, 2021, p. 43).

Em relação a essas tecnologias sociopolíticas empregadas pela Rede DLIS ao longo de sua trajetória de lutas sociocomunitárias, pude experienciar todas. Almeida e Freitas (2021) descreveram quatro dessas ações principais: (1) Comissões de trabalho que atuam por temáticas prioritárias advindas dos clamores das comunidades do chão do GBJ; (2) Caravanas populares de monitoramento e controle social das políticas públicas implementadas ou em processo de implementação, bem como das obras, do funcionamento e manutenção desses equipamentos públicos; (3) Caminhadas e marchas nas manifestações de rua, ações de bloqueios e ocupações das vias públicas ou no paço municipal, como ocorrido no ano de 2013; e (4) Reuniões com parlamentares e prefeituráveis.

A primeira tecnologia social apontada por Almeida e Freitas (2021) se encontra no próprio âmago estratégico organizacional da Rede DLIS. São as Comissões ou eixos de trabalho organizadas por temática, em que se estuda, diagnostica-se e se analisa as conjunturas locais vulnerabilizadas, propondo alternativas resolutivas a esses cenários. Na Rede DLIS, cada uma das comissões possui responsabilidades em relação à realização do mapeamento das “[...] demandas específicas de acordo com a temática/política a ela atribuída, em processos sistemáticos de diagnóstico, de planejamento, de proposição, de negociação, de monitoramento e de exigência de políticas públicas” (Almeida; Freitas, 2021, p. 43).

O segundo exemplo de tecnologia sociopolítica ressaltada pelos autores foi a “Caravana de monitoramento” local e sociocomunitário, ilustrada com mais detalhes e em seis exemplos empíricos na unidade textual seguinte. De antemão, adianto que elas são um potente mecanismo de monitoramento, controle social de políticas públicas (e sociais) e demais serviços, inspiradas nas Santas Missões das CEBs – que gestaram as primeiras OSCs no GBJ – como metodologia vivencial e humanizada na luta por direitos.

As primeiras cinco Caravanas Populares de Monitoramento registradas nos documentos institucionais oficiais do CDVHS e da Rede DLIS, foram realizadas no chão do GBJ, entre 2010 e 2012, através da agenda prioritária do Comitê Pró-Maranguapinho, criado pela Rede. Na época, as atividades objetivavam monitorar, levantar informações empíricas sobre as obras e os impactos sociais, sobretudo em relação às famílias beneficiárias e ao meio ambiente, no Projeto Rio Maranguapinho²¹.

Nessa tecnologia, concebida como “[...] metodologia político-etnográfica, as(os)

²¹ “O Projeto Rio Maranguapinho tem como área de intervenção a Região Metropolitana de Fortaleza, mais especificamente os municípios de Fortaleza, Maranguape, Maracanaú e Caucaia. Concebido pelo Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria das Cidades, em parceria com o Governo Federal”. Tal proposta foi considerada a maior obra pública de intervenção urbana prevista no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal, iniciado em 2009 no PAC 1, e em 2015 no PAC 2 (Ceará, 2024).

participantes das caravanas, visitaram todo o percurso do Rio e das obras físicas do Projeto Rio Maranguapinho, observando, registrando e se posicionando diante da realidade percebida” (Almeida; Freitas, 2021, p. 45). A imagem 7 mostra um grupo de estudantes e docentes, do Departamento de Arquitetura da UFC (parceiros(as) da Rede DLIS há vários anos), militantes e lideranças do território do GBJ, numa ação coordenada de caravana de monitoramento.

Imagem 7 – Caravana Popular de Monitoramento do Rio Maranguapinho



Fonte: Acervo do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza - CDVHS (2011).

A terceira tecnologia social que ilustramos são as “Caminhadas e Marchas”, por exemplo, a Caminhada pela Paz e contra o extermínio das juventudes periferizadas do GBJ e demais periferias de Fortaleza, ocorrida no ano de 2013 no território, e teve por foco a proteção das vidas das juventudes, especialmente racializadas e marginalizadas. Tal iniciativa foi pensada, articulada e mobilizada pelo CDVHS, operacionalizada com a contribuição do JAP – principal coletivo de juventudes do Centro, criado em 2010 – e outras parcerias locais. A Caminhada foi “coletivizada pela Rede DLIS aos grupos territoriais e a outros parceiros da cidade” (Almeida; Freitas, 2021, p. 48) como forma de visibilizar a problemática.

Na construção metodológica desta ação de rua (imagem 8), o JAP utilizou rodas de diálogos em seis escolas públicas parceiras no GBJ, pensada de estudante para estudante, sobre conflitualidades urbanas, violências e extermínio das juventudes racializadas. Segundo agentes do JAP, as caminhadas são mecanismos sociopolíticos de denúncia dos assassinatos de jovens, ferramenta de “[...] pressões por políticas públicas que assegurem os direitos das juventudes” (Almeida; Freitas, 2021, p. 49), por memória, justiça e reparação (Diários de Campo, 2019).

Imagem 8 – Caminhada pela Paz e contra o extermínio das juventudes do GBJ



Fonte: Acervo do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza - CDVHS (2013).

Segundo relatos de lideranças sociocomunitárias do GBJ, que protagonizaram as primeiras movimentações no início dos anos 2000, as caminhadas influenciaram as “Marchas da Periferia” de Fortaleza. Em 2024 realizamos a XII marcha no GBJ, com o tema: “Periferia Livre: Políticas para a Vida e Não para a Morte!”. Outra ação apoiada pelo CDVHS e pela Rede DLIS foi o “Grito dos Excluídos”, manifestação popular influenciada pela Teologia da Libertação e organizada por alas progressistas e ativistas da Igreja católica, com o apoio de entidades e movimentos sociais. É um ato público que ocorre no Brasil desde o ano de 1994, no dia 7 de setembro, em prol dos grupos marginalizados, oprimidos e vulnerabilizados em forma de protesto público na rua e ferramenta sociopolítica para ecoar vozes de resistência, denunciando opressões. Foi realizado pela primeira vez em Fortaleza no GBJ na década de 1990, ao que estamos na 29ª edição do grito em 2023 (Diários de campo, 2023; 2024).

Por fim, a última tecnologia mencionada como relevante e utilizada pela Rede DLIS ao longo da sua caminhada, foram as reuniões com parlamentares ou prefeituráveis, como friso a seguir, ilustrando um exemplo empírico, cuja primeira experiência ocorreu em 2012, numa articulação e mobilização entre as duas maiores redes territoriais periféricas do lado sul da Cidade, a Rede DLIS e a Rede de Articulação do Jangurussu e Ancuri (Reajan), composta pelo aliançamento de dois bairros localizados no território vizinho ao GBJ, na região sudeste, com conjuntura, indicadores sociais e de IDHM semelhantes.

Essa ação, que reuniu cerca de 200 pessoas, ocorreu no Centro Popular de Educação e Cultura (CPEC), ou CPEC Pés no Chão - presidido por uma liderança sociocomunitária

feminina chamada de dona Bernadete Ferreira – foi intitulada: *Ato pelo Direito de Participar*, no qual as Redes reuniram seis dos dez parlamentares prefeituráveis, sugerindo que eles assinassem, publicamente, um documento institucional de pactuação com as periferias e comunidades da Cidade e, não apenas com o GBJ. Os cinco que compareceram, dos dez candidatos que estavam pleiteando uma vaga na gestão municipal, assinaram o documento sob pressão popular (Diários de campo, 2023).

Imagem 9 – Registro da reunião com os prefeituráveis de fortaleza: ato pelo direito de participar



Fonte: Acervo do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza - CDVHS (2012).

No mesmo ano, após as eleições de 2012, ocorreu uma situação emblemática. As duas Redes protocolaram um pedido de audiência com o prefeito eleito e que havia pactuado acordos na assembleia de prefeituráveis, mas tal iniciativa foi ignorada pela gestão municipal eleita, provocando indignação nas duas Redes. Como revidar, acordaram que iriam mobilizar as mídias sociais com um vídeo de protesto relatando a morosidade, indiferença e falta de diálogo da gestão eleita com as periferias. A continuação desse desprezo (por cinco meses) impulsionou um outro ato público na entrada do Paço Municipal, no dia 27 de maio daquele ano, em que o prefeito foi interceptado pela militância presente, com faixas e tambores, na entrada do Paço,

que reivindicava pelo “Direito de Participar”, resultando em um “[...] agendamento de uma audiência com o prefeito para o dia 03 de junho de 2013” (Almeida; Freitas, 2021, p. 51).

Imagem 10 – Ato pelo Direito de Participar no Paço Municipal de Fortaleza



Fonte: Acervo do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza - CDVHS (2012).

Hodiernamente, todas as tecnologias sociais citadas permanecem pulsantes do âmago aos engajamentos sociopolíticos da Rede DLIS. No ano de 2023, as suas articulações e ações, contaram com um aliançamento de ativistas superior a 200 representações, de mais de 80 instâncias, dentre elas: OSCs, associações, coletivos infantojuvenis, Instituições religiosas afro-indígenas-brasileiras e cristãs, IES, escolas, parlamentares de partidos políticos de esquerda, outros agentes do chão do GBJ e demais regiões. Destas composições, 45 instâncias permaneceram como colaboradoras diretas na Rede DLIS para o ano de 2024. Sendo 30, ou dois terços do total (mais de 65%), geridas por mulheres (Diários de campo, 2023).

Também foi verificado, em levantamento histórico-documental e nos relatos das guardiãs da memória local, registrados em diário que, ao longo de toda a trajetória de lutas no território do GBJ, as figuras femininas estiveram presentes e participaram ativamente de todos os processos, portanto, a Rede DLIS, herdeira dos movimentos e articulações populares de base sociocomunitária – que nasce do ventre feminino e assim permanece com colaboradoras em todos os seus quadros – é reconhecidas e valorizadas nas engrenagens internas impulsionadoras

da própria articulação e em outros espaços decisórios de poder, seja no território ou no campo político parlamentar e institucional (Diários de campo, 2017-2023).

Assim, a Rede DLIS é essa instância feminina, sociopolítica aglutinadora e plural, nas suas representações em diversas frentes de lutas. Na trajetória dessa articulação, as características e atributos das ativistas variou, sendo feirantes, catadoras, poetisas, multiartistas, professoras e educadoras populares, assistentes sociais, agentes que lutaram pelas primeiras escolas sociocomunitárias, creches, UBS e da assistência social no território do GBJ, mas também Agentes Comunitárias de Saúde (ACS), estudantes, domésticas, diaristas, mães solo e chefes de família, costureiras, bordadeiras, economistas solidárias, pescadoras, artesãs, gestoras e presidentas de coletivos, OSCs e todas feministas, defensoras populares de direitos humanos.

Nessa perspectiva, desde a década de 1960 as sementes sociopolíticas vêm sendo plantadas, aradas e colhidas no chão do GBJ por mãos femininas, permitindo que a política dos comuns floresça, algumas dessas na forma empírica de políticas sociais, celebradas no tempo. Nesse período, as lideranças, as congregações religiosas e, especialmente o CDVHS, vem levantando as bandeiras do DLIS, cuja principal estratégia foi construir uma política de representação regional, gestando a maior ferramenta colheitadeira, em 2003, “[...] uma articulação político-espacial do tecido associativo da região” nomeada de Rede DLIS, pelas organizações e agentes sociopolíticos locais (Almeida; Freitas, 2021, p. 20).

Em síntese, a Rede DLIS é herdeira de uma dinâmica ancestral e sociopolítica, de articulação popular de base sociocomunitária, que se constituiu, ao longo de 22 anos, como movimento orgânico e articulado em rede, pelo DLIS do GBJ, promovendo “[...] lutas populares por exigibilidade de políticas públicas plenas e de que resistência é a forma de expressão da sua alegria, da sua fé e da sua esperança por dias melhores para o povo” (Almeida; Freitas, 2021, p. 13) do GBJ. Assim, a Rede se gesta como instância sociopolítica de governança popular e sociocomunitária, responsável por guiar a Política do DLIS do território do GBJ.

4.5.3 A Política de DLIS do GBJ: o Jardim residencial como lócus de atuação (2005-2025)

O Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, em seu primeiro parágrafo, definiu que todas as pessoas têm “[...] a garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações”. Se considerarmos esse Estatuto como proposta de condições do bem viver dos(as) moradores(as) do GBJ, muita luta deverá ser travada, supondo que a sustentação da vida urbana se condiciona a um plano ou política de desenvolvimento sustentável (PDS), que adeque a

estrutura produtiva aos recursos naturais ao fortalecimento de instâncias populares de participação sociocomunitária e exigência de direitos (Brasil, 2001, online).

Pensar e implementar uma PDS em âmbito territorial ou municipal, implica que as pessoas residentes estejam comprometidas conjuntamente pelo bem viver comunal, como ocorreu no chão do GBJ desde os primeiros anos da implementação da PDS no território, quando o CDVHS realizou processos de mobilização das(os) moradoras(es) e associações sociocomunitárias locais para que estas participassem ativamente do DLIS de seus bairros, favelas, comunidades e na construção de uma PDS no GBJ (CDVHS, 2011).

Quando um dos relatórios escrito pelo CDVHS se refere a um DSP e a uma PDS construída por todos(as), sinaliza o caráter sociopolítico aglutinador, democrático, cooperativo e aliançador, de forma literal. O trecho a seguir, transcrito de um de meus diários de campo, endossa essa inclinação orgânica e associativa. Trata-se da fala de uma liderança, cofundadora da Rede DLIS e associada do CDVHS, que diz o seguinte:

Desde 2003 a Rede DLIS sempre foi muito diversa em suas representações. Na própria ideia de desenvolvimento sustentável, à época que a coordenação do CDVHS esteve à frente da Rede e das Conferências, as atividades deveriam ser realizadas por todas as pessoas das comunidades. Lideranças sociocomunitárias, comerciantes, as moças das lojinhas, as senhoras das feiras, os donos dos botecos, o pessoal do futebol, enfim, todo mundo dos cinco bairros a gente convidava. Acreditávamos que, para que o PDS desse certo, era necessário o nosso engajamento na mobilização e colaboração de todos os moradores. Era preciso envolver o comércio local, os consumidores, as escolas públicas e privadas. Teríamos que trazer todos para perto, se quiséssemos discutir como seria os bairros bons para se viver. Mas, essa amplitude e diversidade de sujeitos desorganizou as nossas organizações. Ficamos todos dispersos em relação a olhar para as políticas. Era assim, ou vendia na bodega ou ia para as reuniões para pensar o território. As pessoas precisavam trabalhar muito pra sobreviver. Com o tempo e com a experiência do PMA a gente foi entendendo que para essa luta por exigência de políticas públicas e defesa dos Direitos Humanos era preciso afunilar o foco para fazer incidência. Não era todos que queriam ir para as reuniões com gestores para exigir direitos ou se expor. As escolas públicas, por exemplo, logo deixaram de comparecer nas nossas reuniões pra não se indispor e sofrer represálias do poder público, além das demandas que já tinham com os estudantes e famílias. Do poder público, o último que se afastou das lutas sociocomunitárias foi o CCBJ. Aí a Rede se afunilou para PMA em políticas públicas (Dona Raimunda; Diários de campo, 2017).

Antes da proposição do DSP e da PDS no GBJ, havia outra questão necessária ambiental, urgente, humanitária e comunal em curso. Tais preocupações urgentes como essa resultaram na Conferência do Meio Ambiente, em 1992, no Rio de Janeiro, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), contando com a massiva reunião de 180 países, onde formularam um plano comum chamado Agenda 21, para promover o DS no século XXI. Nessa perspectiva, os(as) formuladores(as) da Agenda consideraram que as problemáticas ambientais e socioeconômicas (empobrecimento) estariam interrelacionadas, por isso, não poderiam ser

pensadas como opostos, devendo ser incluídas em todas as ações da Agenda, para produção de DS estável e permanente, que integrasse a balança ecológica, a seguridade econômica e a justiça social, satisfazendo a necessidade das gerações atuais sem limitar as possibilidades de realizar a das gerações futuras (GPDU/UECE, 2006).

Um dos principais objetivos esperados com a implementação da Agenda 21, era que todas as cidades elaborassem sua própria Agenda, considerando as suas conjunturas, apoiadas pelas autoridades locais e movimentos sociais na promoção de um desenvolvimento de cidades sustentáveis, o que inspirou a nossa PDS no GBJ. Nessa proposta, um documento foi assinado como instrumento de planejamento participativo que visava os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), considerados uma iniciativa relevante, composta por 17 metas globais, visando desde propostas de erradicação do empobrecimento, da insegurança alimentar (e fome) e das desigualdades, até as propostas em prol da igualdade de gênero, do consumo responsável, da energia limpa, da defesa da vida e do meio ambiente, dentre outras pautas globais importantes. Essas propostas foram estipuladas pela Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) no ano de 2015, com uma perspectiva de tensionamentos às mudanças de atitudes mundiais para um DS até o ano de 2030 (GPDU/UECE, 2006).

Após cerca de uma década, inspirados na Agenda 21, o CDVHS, o GPDU/UECE e demais agentes sociopolíticos residentes no GBJ, produziram um DSP comunitário. Como ponderado, este diagnóstico responderia duas perguntas centrais a respeito do que o território possuía de políticas públicas e serviços, as ausências e, diante delas, o que se buscava para o território do GBJ para os próximos 20 anos. As respostas tensionaram ações governamentais e, em 2005, com o auxílio da Rede DLIS, sugeriram uma PDS para cuidar da população residente do território do GBJ, inclinados sob a concepção de um DLIS, com metas e objetivos semelhantes às da ODS e, objetivando consolidá-las nas duas décadas seguintes (2005 a 2025), caracterizando o caráter visionário das(os) ativistas (CDVHS, 2006).

Os documentos do DSP formulado (2002-2003) e a PDS (2005) pactuada em prol do GBJ, subsidiaram a realização da proposta do DLIS nesse chão, objetivando, em duas décadas, uma transformação territorial qualitativa, no que se convencionou intitular de projeto por um “Jardim Residencial”, ou seja, lugar que prosperasse o bem viver comunal, que fosse socialmente construído, com usufruto de toda a população a uma boa infraestrutura de bens, serviços de qualidade e uma acessibilidade em setores de interesses sociais, como: cultura, arte, educação, saúde, esporte, lazer, empreendedorismo social e demais serviços de interesses públicos, que fortalecessem a economia local, oportunizassem trabalho, emprego e renda, mitigando desigualdades socioeconômicas e injustiças sociais, cujos protagonismos e

prioridades nos acessos fossem direcionados à população local e suas lideranças organizadas, considerando o papel e as responsabilidades da sociedade civil, do poder público e demais entes públicos e privados, comprometidas com o DLIS da região (GPDU/UECE, 2006).

De posse do panorama conjuntural detalhado a partir dos elementos colhidos e compilados no DSP, com o auxílio acadêmico da pesquisa científica e aliado ao saber popular e sociocomunitário, a PDS do GBJ foi elaborada pelo CDVHS, Rede DLIS e aliados(as), financiada especialmente por uma instituição de consultoria em planejamento urbano, intitulada de Hurb Pesquisa, Planos e Projetos Ltda. e, por outra instituição alemã intitulada DED, por sua vez financiada pela Cordaid (GPDU/UECE, 2006).

Com a operacionalização do DSP e a PDS em curso, em um intervalo de dois anos, entre os meses de dezembro de 2003 e dezembro de 2005, foram gestadas instâncias sociopolíticas interrelacionadas de participação sociocomunitária no território do GBJ. Em 2003 ocorreu a sociogênese da Rede DLIS, em seguida, dos Comitês Populares de DS dos bairros (CPDSB), posteriormente se criou o Conselho Popular de Desenvolvimento Urbano e Sustentável (CPDUS) do GBJ e, por fim, o Fórum de Governança (GPDU/UECE, 2006).

Nesse cenário, uma das lideranças da Rede apontou que o intervalo temporal entre 2005 e 2008 foi atravessado por intensos processos de participação sociocomunitária em áreas de interesse público, como o “[...] Orçamento Participativo de Fortaleza (OP), na construção do Plano Diretor municipal, nas Conferências da cidade, nos debates sobre habitação, meio ambiente e outros temas, como direito a uma cidade justa e sustentável” (Dona Raimunda, 2017; Diários de campo, 2017).

Mesmo diante desses desafios sobreditos, as propostas apresentadas pelo CDVHS, GPDU/UECE, Rede DLIS e parceiros(as), seguiram o seu curso em prol de um DLIS do GBJ, considerando vetores territoriais locais, impondo questões condizentes “[...] às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades” (GPDU/UECE, 2006), considerando a realidade geopolítica, conjuntural, socioeconômica, capitalista/neoliberal e urbano-desenvolvimentista, que avançam destruindo os nossos recursos naturais para satisfazer os desejos do capital e que, portanto, não coaduna com os princípios da sustentabilidade.

Nesse momento, a missão foi mitigar esse quadro, buscando preservar os recursos naturais, enxergando-os como um todo holístico e orgânico, que envolve o econômico, o social, o institucional, cultural, o sociopolítico e sociocomunitário, dentre outros elementos ao DS, tais como: a) dimensão temporal, quando se toma consciência dos efeitos das ações presentes e os seus impactos para as condições da vida no futuro; b) sustentabilidade ambiental:

as demandas do meio ambiental são consideradas como pontos prioritários para o desenvolvimento local; c) orientação participativa: é essencial envolver os moradores na formulação e manutenção da gestão local; d) dimensão processual: considera o DLIS como processo e não como um estado final estático; e) interdisciplinaridade: incluem-se objetivos multissetoriais, tanto econômicos, sociais como ambientais (GPDU/UECE, 2006).

Após a Agenda 21 de 1992, realizada no Rio de Janeiro, outro fato histórico e mundialmente relevante ocorreu em setembro do ano 2000, a Cúpula do Milênio, promovido pela ONU, onde os países presentes repactuaram o compromisso com o combate e eliminação da pobreza e fome mundial, contribuindo para o DS. Em âmbito local, na cidade de Fortaleza, o processo de elaboração de sua própria Agenda 21, iniciou-se em 2005 num evento chamado I Conferência Municipal do Meio Ambiente, inserindo a capital entre as interessadas na promoção do DS, ano que a PDS se iniciou do GBJ (GPDU/UECE, 2006).

A política de desenvolvimento proposta pela Cúpula do milênio destacou oito objetivos principais a serem implementados, partindo dos esforços colaborativos de toda a comunidade mundial, para a melhoria significativa das condições de vida das populações. Dos oito propósitos, os sete primeiros se relacionaram à redução do empobrecimento global e, o último, consolidar os outros sete. Percebeu-se, diante disso, que nos países submetidos à colonialidade (“emergentes”), alguns dos objetivos do milênio encontrariam mais obstáculos. Assim, foram propostos os desafios de implementação com prazos de, pelo menos, vinte anos, oportunizando que os países avaliassem e mitigassem seus impactos destrutivos, reparando os danos nocivos e reafirmando os cuidados com a saúde global (GPDU/UECE, 2006).

Assim, como na Cúpula, a PDS do GBJ foi inspirada se estruturando em cinco tópicos-eixos suleadores de DS detalhados, na penúltima seção desta unidade textual. Cada eixo foi estrategicamente refletido e materializado pelos PET's, utilizado pelo CDVHS e GPDU, como instrumento macroestratégico suleador e identificador de mudanças nos padrões socioeconômicos, culturais, ambientais e demais setores sociocomunitários do GBJ, subsidiando a operacionalização de obras/serviços ao longo de vinte anos. Por conseguinte, para cada plano foram elaborados projetos para políticas sociais necessárias a serem implementadas naquele cenário, tendo por finalidade garantir o bem viver e consolidar o DLIS local (CDVHS, 2006).

O passo seguinte foi a realização de oficinas e debates coletivos junto às lideranças e demais agentes sociais nas comunidades do GBJ. Organizou-se, ainda, eventos da Rede DLIS abertos ao público, como as IV Conferências DLIS. Nessa época, a Rede era inicialmente formada por 72 entidades e pelo Conselho de Desenvolvimento Sustentável (CDS) do território

do GBJ, aglutinando mais de 255 participantes (sobretudo mulheres), entre militantes, lideranças e demais representantes de outros segmentos, que colaboraram na construção da PDS e na operacionalização dos seus cinco eixos prioritários, dialogando com as comunidades sobre assuntos e conceitos prioritários em relação ao DLIS, a Agenda 21, as metas do milênio, as tendências do DS urbano no GBJ e adjacências, as estratégias de implementação do DSP nesse chão, partindo de balizadores concretos e os projetando em um recorte temporal e desafiador para as duas décadas seguintes (CDVHS, 2006).

4.5.4 As quatro Conferências de DLIS do GBJ

Nas próximas páginas recortamos sínteses do relatório técnico e institucional do DSP do GBJ para exemplificar empiricamente tais ações. Deste apanhado, somei percepções em relação a essa produção documental e redigi trechos contidos em meus diários de campo, entre 2017 e 2024, que ilustram cenas e falas, especialmente da dona Raimunda, reconhecida liderança sociocomunitária e agente cofundadora da Rede DLIS, cujos relatos ressaltam alguns dos seus pontos de vista, como participante de todo o processo DLIS no GBJ.

Inicialmente, destacamos que entre 2003 e 2015, os esforços foram direcionados à construção coletiva do território do GBJ enquanto um lócus de DLIS. Nesse objetivo, a Rede DLIS, o CDVHS e outros(as) agentes residentes da militância desse chão realizaram a IV Conferências DLIS na localidade. Sobre essa questão, dona Raimunda relatou, em uma das nossas conversas informais, que tais ações foram “[...] momentos importantes na história dos movimentos do GBJ, pois as comunidades paravam suas atividades para passar a limpo o território. Olhar para o que a gente tem e o que precisa ou quer, ou mesmo, para monitorar a PDS para ver o que foi efetivado no território” (Dona Raimunda, 2018; Diários de campo).

A primeira das quatro Conferências DLIS foi realizada no dia 23 de dezembro de 2003, no bairro do Canindezinho, durante um tradicional evento sociocultural e esportivo chamado FESTSOL, que acontecia a cada dois anos no território do GBJ. Tal momento contou com a presença de representantes de 32 entidades cooperadas. Nesse dia foi gestada a Rede DLIS, lançada e anunciada a “Carta de princípios” para a implementação da PDS do GBJ, através dos PET’s. Além dessa, lançou-se o selo do “Pacto de compromisso” (CDVHS, 2006).

Na carta de princípios continham atribuições referentes a Rede DLIS e a sua secretaria executiva. Destaco os nove encargos principais: 1) definir diretrizes e políticas para o processo de planejamento e execução do DLIS; 2) estabelecer diálogos entre os diversos segmentos governamentais e não-governamentais; 3) coordenar a negociação das agendas prioritárias ao DLIS; 4) colaborar na implementação dos PET’s para o DLIS; 5) garantir uma

melhor comunicação entre os membros da Rede DLIS; 6) favorecer a execução das agendas de trabalho; 7) prover apoio logístico para os eventos e demais atividades dos bairros e territórios; 8) mobilizar parcerias e patrocínios para financiamento dessas atividades; 9) manter os registros e o controle das atividades realizadas. A secretaria executiva passou a ser a Comissão de articulação da Rede DLIS (CDVHS, 2006).

Em mais de dois anos de trabalho, entre 23 de dezembro de 2003, dia da gestão da Rede DLIS, e 7 de janeiro de 2006, foram realizadas 18 assembleias da Rede no GBJ. Nesse recorte temporal, no dia 24 de abril de 2004, na Escola Municipal Creusa do Carmo Rocha – bairro Granja Portugal – foi realizado um encontro para definição coletiva de questões, como: ferramentas de trabalho utilizadas na construção dos PET do GBJ; definições das equipes interdisciplinares de mobilização/animação da Rede e a sua secretaria executiva, além da designação dos CPDSBs como espaços sociopolíticos democrático de diálogos, estudo e fortalecedores de mobilização sociocomunitária. A escolha dos locais (sedes) desses Comitês e as pessoas articuladoras também foram definidas (CDVHS, 2006).

Dois anos após a primeira Conferência DLIS, nos dias 30 de setembro a 01 de outubro de 2005, ocorreu a II, na Escola Maria Alves Carioca (CAIC), contando com a participação das 72 entidades que compunham a Rede DLIS à época (CDVHS, 2006). Sobre essa Conferência DLIS, dona Raimunda relatou como a enxergou, destacando:

A segunda Conferência foi bonita. A gente conseguiu dar um teor ecumênico, com abertura da celebração com o Padre Marcos e um Pastor que fez parte da Rede DLIS. Nesse período já tínhamos bastante clareza das formas de atuar. Sempre iniciando com uma análise da conjuntura comparada com a atual e um levantamento das demandas dos bairros e o que a gente deveria fazer em seguida (Dona Raimunda, 2019; Diários de campo, 2019).

Sobre o perfil das pessoas que participaram da II Conferência à época, perguntei como a liderança percebeu esse quesito. Ela afirmou que as mulheres foram maioria na participação e que, como imaginei,

[...] em nenhuma das ações da Rede DLIS em que eu estive presente e, olha que participei de quase todas, percebi um perfil masculino maior que o feminino, apesar de no início da organização da Rede terem muitos homens dos times de futebol, associações, feirantes, diretores de escolas ou comerciantes era, em média, 60 a 40% para as mulheres” (Dona Raimunda, 2019; Diários de campo, 2019).

Nessa ocasião, aprovaram em assembleia a PDS do GBJ, objetivando que em um período de “[...] 20 (vinte) anos, ou seja, no ano de 2025, ter a Região transformada num ‘Jardim Residencial’, como apontado anteriormente” (Almeida; Freitas, 2021, p. 22). Ademais, discutiram-se, coletivamente, os cinco PET, 41 projetos elaborados pela Rede DLIS e

compilados em relatórios pelo CDVHS no Fórum de DS. Aprofundaram discussões sobre as dimensões deste DS, contidas nos próprios processos vividos, dos diagnósticos de cenários às mobilizações sociocomunitárias, para a construção coletiva dos PET e sua sistematização nos cinco eixos de DS, sendo eles: economia e renda, capital social, desenvolvimento social, desenvolvimento socioespacial e, arte e entretenimento (CDVHS, 2006).

Em dezembro de 2006, nos dias 01 e 02, realizou-se a III Conferência DLIS do GBJ, pautada na ideia de que o DLIS só pode se efetivar, se estimarmos a consolidação dos nossos direitos, incluindo o Direito à Cidade. O evento ocorreu na Escola de Ensino Fundamental e Médio Júlia Alves Pessoa, localizada no bairro Bom Jardim. Foi um rico momento de monitoramento da PDS do GBJ, movimento de inclusão das propostas escutadas e gestadas no território nos três processos oficiais de planejamento urbano da cidade, sendo: o OP, PDPFor e no “[...] Plano Plurianual [...] contemplados debates acerca do empreendedorismo e lei da pequena empresa, como perspectiva do desenvolvimento econômico local” (Almeida; Freitas, 2021, p. 22).

Entre a terceira e a quarta Conferência houve um grande intervalo temporal de nove anos. Fatos que não foram detalhados em sua integridade nos relatórios do CDVHS. Ainda assim, busquei conversar com a dona Raimunda para entender as razões para tal distanciamento temporal entre essas duas últimas Conferências. Segundo ela, as motivações foram, sobretudo orçamentárias, “[...] por ausência de financiadores externos, impactando a sustentabilidade do CDVHS principal animadora da Rede DLIS” (Dona Raimunda, 2024), desde sua sociogênese, por isso, a IV e última Conferência DLIS só se realizou apenas nove anos depois da terceira (Diários de campo, 2024).

Nos dias 26, 27 e 28 de junho de 2015 ocorreu a IV, cuja temática foi a reafirmação da defesa integral dos direitos humanos, incluindo o direito às cidades e as lutas em defesa e “[...] proteção integral a crianças, adolescentes e jovens [...] Dentre outras ações nesse campo de discussões prioritárias, foram realizadas, no dia 18 de maio, ações pelo Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e demais pautas” (Almeida; Freitas, 2021, p. 22).

Segundo dona Raimunda, nos anos que se sucederam não foram realizadas outras Conferências DLIS, pelas mesmas questões que resultaram no intervalo temporal entre a III e a IV, ou seja, a ausência de grandes financiadores externos, mas também por uma mudança de “[...] perspectiva e tecnologia social de fazer lutas na Rede DLIS. Para você ter uma ideia, o maior financiador do CDVHS atual, a Misereor que iniciou o apoio apenas no ano de 2010, mas ainda não pudemos investir em mais Conferência sem apoio de outros agentes” (Dona

Raimunda; Diários de campo 2024).

Outros encontros sociopolíticos foram realizados no período sobredito e em momentos posteriores, objetivando garantir as ações de controle social de políticas públicas, o empoderamento comunitário local na governança da Rede DLIS e as deliberações das ações que seriam executadas no GBJ, tais como: monitoramento do funcionamento dos CPDSBs; transparência dos resultados do projeto trienal; papel do CDVHS e das demais entidades nos processos da Rede DLIS; estudos sobre o Estatuto da Cidade e deliberações acerca do PDDU-For; elaboração de estratégias e formatação do Conselho Popular de Desenvolvimento Urbano do GBJ; encontro da Rede DLIS com a nova gestão eleita, antes da posse e, a comemoração de um ano de sociogênese da Rede (GPDU/UECE, 2004; CDVHS, 2011).

Demais pautas, vivas até hoje, e, igualmente relevantes, foram consideradas nesses encontros, a saber: a gestão de redes sociais (Facebook e Instagram); discussões sobre autossustentabilidade na Rede DLIS e a deliberação da sua estrutura político-organizacional; criação das comissões gestoras da Rede, como: a comissão para elaboração de projetos sociais e escrita dos editais de fomento, enquanto captação de recursos, a comissão de monitoramento interno/externo e a comissão de *marketing*, dentre outras (CDVHS, 2006; CDVHS, 2011).

Outrossim, foram definidos os membros e o funcionamento dessas comissões de trabalho, como gestores(as) e animadores(as) da Rede DLIS; apresentados os resultados para a Secretaria Regional V, à época, (secretário e chefes de distrito), para exigência de mais investimentos do poder público na efetivação dos planos de DS dos bairros – uma nova postura de negociação política, elaboração coletiva da visão de DLIS do GBJ e estudo sobre plano de bairro ganhava forma – com dados comparativos em relação às antigas Secretarias Regionais II e V; a socialização e avaliação dos resultados da participação da Rede DLIS, até então no processo do OP da cidade de Fortaleza, no empoderamento sobre *lobby* e *advocacy* para o monitoramento dos planos elaborados (CDVHS, 2006; CDVHS, 2011).

Em suma, numa das conversas com a dona Raimunda, indaguei se ela poderia sintetizar os principais objetivos das IV Conferências DLIS, ela, didática e gentilmente respondeu que havia um objetivo comum nesses processos e questões inegociáveis para a realização da PDS no território do GBJ, como a junção dos esforços urgentes na “[...] defesa dos direitos humanos, socioeconômicos e culturais e construção dos instrumentos para a luta pela exigibilidade de direitos como condição legal para o exercício da vontade política, da cidadania e da participação popular” (Dona Raimunda, 2024; Diários de campo 2024).

4.5.5 Os Comitês e os Conselhos Populares de Desenvolvimento Sustentável dos Bairros (CPDS e CPDSB/GBJ)

Concomitante à construção do DSP, a Rede DLIS e o CDVHS empreenderam internamente capacitações para seus/suas componentes, objetivando qualificar a militância local para melhores intervenções nos processos diagnósticos e decisórios em prol do território do GBJ, sobretudo sobre PMA de políticas públicas para o lugar e demais periferias da cidade. Ademais, abordou-se temáticas, como: Direitos Humanos, o PDDU-For, o OP e outros temas relativos ao direito de ir e vir e vivenciar a Cidade.

Esses processos de capacitação sociopolítica se revelaram como “[...] importantes ferramentas para a atualização na atuação política. Nesse período, a relação da Rede DLIS com as comunidades locais dava-se através dos Comitês Populares em cada bairro, com fins de pensar e constituir o bairro como integrante do território do GBJ” (Dona Raimunda, 2024; Diários de campo, 2024). Nessa proposta, a caminhada foi fortalecida na construção coletiva, envolvendo segmentos e agentes sociopolíticos, da elaboração e pesquisa à sistematização dos PET, mobilizando pessoas de todas as faixas etárias (CDVHS, 2006).

Enquanto a PDS e a primeira Conferência ocorriam, em 24 de abril de 2004, os Comitês e os Conselhos Populares de Desenvolvimento Sustentável dos Bairros (CPDS e CPDSB/GBJ) um em cada bairro, tinha previsão de iniciar os seus trabalhos no mês seguinte. De modo democrático e participativo, cada bairro definiu em seu respectivo comitê, bem como suas sistemáticas e estratégias de funcionamento, considerando as suas particularidades, dinâmicas locais e os pactos coletivos prévios, como: mobilização das(os) moradoras(es) para escolher suas representações políticas; realização das ações sociocomunitárias de mobilização e articulação popular; capacitação dos representantes e conselheiros escolhidos, promovendo campanhas de educação dos(as) moradores(as) (CDVHS, 2006).

Em síntese, no que tange às atividades realizadas pelos Comitês no período sobredito, entre os dias 23 de dezembro de 2003 e 31 de janeiro de 2006, foram realizadas 144 reuniões semanais nos cinco CPDSB/GBJ nos bairros do GBJ, assim dispostas: Bom Jardim: 22 reuniões; Canindezinho: 32 reuniões; Granja Lisboa: 38 reuniões; Granja Portugal: 36 reuniões e no Siqueira: 16 reuniões (CDVHS, 2006).

O relatório do DSP destacou que, além dessas 144 reuniões, outras cinco foram realizadas, uma em cada um dos bairros do GBJ para apresentação dessas instâncias de participação sociocomunitária às comunidades (CDVHS, 2006). Além das reuniões semanais de planejamento das(os) agentes mobilizadoras(es), a senhora Raimunda rememorou que “[...]”

havia encontros periódicos para estudos sobre DLIS, política, empoderamento comunitário, poder local, capital social, mobilização social e comunicação, plano de bairro e orçamento público participativo” (Dona Raimunda, 2024; Diários de campo, 2024).

Outra incumbência dos cinco CPDSB/GBJ (um por bairro) e da equipe interdisciplinar animadora da Rede DLIS foi a realização, entre 21 de novembro de 2004 e 9 de março de 2005, de dezessete grandes assembleias para aclamação de moradores(as) ao CPDSB do GBJ. Tais encontros foram organizados a partir de três eixos centrais e doze subeixos, contemplando: sete segmentos sociais (desempregado, juventude, mulher, criança, adolescente, consumidor, empreendedor); cinco temas do DS (ecologia, economia, social, político, cultural) e os cinco bairros que compõem o GBJ (CDVHS, 2006).

Os CPDSB/GBJ foram compostos por 255 moradores(as), distribuídos(as) nos cinco bairros que integram o território do GBJ, no seguinte quantitativo de pessoas como representantes locais: Bom Jardim: 59 pessoas; Canindezinho: 66 pessoas; Granja Lisboa: 41 pessoas; Granja Portugal: 25 pessoas e Siqueira: 64 pessoas. Quanto às atribuições dessas(es) conselheiros(as), destacam-se três principais: favorecer o diálogo entre os(as) moradores(as) e os seus bairros; canalizar negociação das prioridades locais para a elaboração da Agenda DLIS e, por fim, mobilizar moradores(as) e comunidades para se empoderar e se engajarem no processo do DLIS em prol do bem viver comunal do GBJ (CDVHS, 2006).

Esses agentes sociopolíticos tomaram posse em 12 de março de 2005, na Escola de Ensino Fundamental Professora Lireda Facó. Dona Raimunda relembrou com alegria, o orgulho que presenciou nos rostos das pessoas que haviam sido empossados(as) e das convidadas por eles(as), prestigiando “[...] esse momento, além dos familiares dos conselheiros, representantes do Poder Legislativo federal e estadual, do Executivo municipal, de entidades associativas locais” (Dona Raimunda, 2024; Diários de campo).

No mês seguinte, no dia 23 de abril de 2005, os(as) conselheiros(as) se reuniram na Escola de Ensino Fundamental Sebastião de Abreu, para integração de estudos do DSP. Nesse encontro foi definida uma agenda de responsabilidades por bairro, para levantamento e elaboração de relatórios e dados sobre a situação atual, cuja atividade foi intitulada “oficinas do presente”. Essas, aconteceram nas datas e respectivos bairros do território do GBJ: Bom Jardim: 28 e 31 de maio; Canindezinho: 14 de maio; Granja Lisboa: 19 e 25 de maio; Granja Portugal: 14, 16 e 30 de maio; Siqueira: 28 de maio (CDVHS, 2006).

No dia 2 de julho de 2005, no Centro de Apoio e Integração da Criança Maria Alves Carioca, foi realizado o I Fórum DLIS do GBJ (Rede DLIS e Conselho Popular de Desenvolvimento Urbano e Sustentável do GBJ). As atribuições do Fórum foram: favorecer o

diálogo entre os moradores, os conselheiros e as instituições da Rede; definir a agenda DLIS; possibilitar a elaboração, viabilização e a implementação dos cinco PET (CDVHS, 2006).

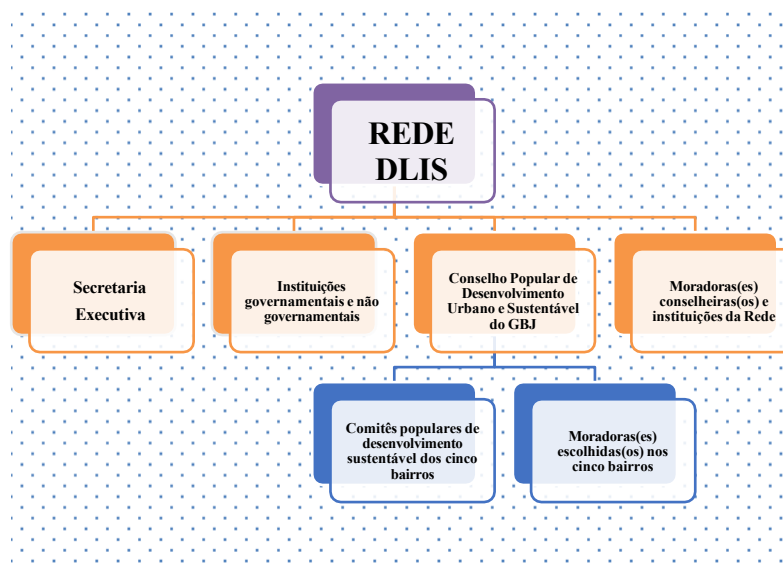
As instâncias de reexistência local, participação sociopolíticas e incidências sociocomunitárias no chão do GBJ, ou seja, os CPDS e os CPDSB/GBJ se correlacionaram mutuamente, sendo a Rede DLIS e o CDVHS as entidades de apoio dessas atividades no coração das comunidades. As decisões tomadas ficavam a cargo dos comitês de cada bairro.

A primeira ideia ou justificativa para a composição dos CPDS e CPDSB/GBJ, ou de um Conselhão (não se consolidou) que representasse os cinco bairros, era a possibilidade de refletir coletivamente as especificidades de cada um, analisando contextos, identificando demandas e construindo diagnósticos propositivos, com alternativas concretas e resolutivas às problemáticas comunais locais, considerando as dimensões orgânicas na totalidade do GBJ. A fala seguinte exemplifica essa ideia do todo, relacionado ao Rio Siqueira-Maranguapinho.

O Rio Siqueira-Maranguapinho não atravessava todos os bairros com a mesma intensidade, porém, se era deliberado coletivamente, todos os bairros se somavam na luta e defesa do Rio. A ideia inicial era de que, essa visão de totalidade, relacionada às decisões tomadas, fosse operacionalizada por um “Conselhão”, instância deliberativa maior composta por conselheiros eleitos e representantes de cada um dos cinco bairros do GBJ. A proposta do Conselhão não se consolidou, por divergências internas e ausência de participação nas ações (Dona Raimunda, 2019; Diários de campo, 2019).

O esquema abaixo representa de modo simples e didático a estrutura orgânica da proposta DLIS, tendo a Rede DLIS por parâmetro de articulação sociopolítica central, seguida em diálogo com as secretarias, instituições, conselhos, comitês e grupos de moradores(as) que compunham, organicamente, a proposta.

Figura 3 – Estrutura Orgânica do Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável (DLIS)



Fonte: Elaborada pelo pesquisador (2023).

4.5.6 A estruturação da PDS do GBJ: eixos, planos, projetos, ações e dimensões

A Política de Desenvolvimento Sustentável (PDS) do GBJ foi pensada, elaborada e estruturada em cinco grandes eixos DLIS, enumerados da seguinte forma: 1) economia e renda; 2) capital social; 3) socioespacial; 4) social; 5) arte e entretenimento. Na composição de cada um desses eixos, foi proposto um PET específico, balizado por uma meta através da implementação dos projetos (CDVHS, 2006).

Segundo informações registradas no DSP (CDVHS, 2006), à época da gênese da Rede DLIS, havia discussões sociopolíticas sobre ideias e indagações que permeavam os setores sociais e se presentifica, como: o desenvolvimento econômico das cidades revelaria o seu grau de desenvolvimento sociocultural, infraestrutural e territorial, ou são esses fatores que consolidam o desenvolvimento socioeconômico delas?

Não temos a pretensão de responder a essa pergunta, aqui e agora, contudo, o que se observa na maioria das Urbes, sobretudo nos países periféricos como o nosso, é que elas buscam identidades e seguridades econômicas. Ou seja, um país, um estado, uma cidade e até um bairro ou comunidade podem estar vocacionados, por um lado, ao desenvolvimento dos polos industriais, dos setores de hotelaria e turismo, por exemplo, e, por outro, aos setores culturais, artísticos, esportivos, comerciais e de serviços. Assim, entende-se que, para o desenvolvimento de uma vocação econômica, as cidades precisam estar amparadas por planos urbanos, estratégias, planejamentos e boas administrações públicas, onde os seus/suas

gestores(as) se aproximem das comunidades e dinamizem sustentavelmente as suas economias.

No caso do GBJ e, diante do quadro sócio-histórico de extrema vulnerabilidade socioeconômica, empobrecimento e precarização, avultados pela indiferença do poder público em relação a essa problemática, com os desinvestimentos nas políticas públicas nas últimas décadas, a PDS se conduziu com foco nas lutas sociais para o desenvolvimento da economia, na busca por emprego e renda, especialmente focada no segmento feminino e infantojuvenil. Para isso, o lócus do GBJ carecia de ações concretas de educação profissional e fomento às atividades produtivas, pois se acreditava que sem esses dois pilares, não seria possível uma proposta de desenvolvimento econômico e qualidade de vida para sua gente (CDVHS, 2006).

Atentos a este viés, o primeiro e um dos principais eixos de DS pensados para o GBJ foi o de “economia e renda” (Jardim Solidário), cujo objetivo era que a Rede DLIS conduzisse, junto às comunidades, um conjunto interligado de ações produtivas e de educação profissional no território do GBJ. Tais iniciativas, foram materializadoras deste plano, como a estruturação dos projetos e regularização das “feiras livres”, a “criação de cooperativas”, “ocupação e renda para as rosas do jardim”, o “jardim industrial”, o “shopping do empreendedor”, o “jardim tecnológico” e a “casa do trabalhador” (CDVHS, 2006).

O conjunto das ações referidas buscou consolidar o DLIS, sobretudo por meio da economia popular e solidária, da qual as(os) moradoras(es) pudessem garantir renda para o sustento das suas famílias e produzir a circulação da economia no próprio bairro. Com o “Jardim solidário e competitivo”, a semente da economia e renda foram plantadas e as suas raízes fincadas nesse período. Hoje é inegável que colhemos os seus frutos (CDVHS, 2006).

O projeto das “feiras livres” consistia em ações como mapeamento quantitativo do perfil e demandas, sugerindo reestruturação do seu espaço físico; estudos estratégicos que potencializasse as vendas, como *marketing* e divulgação, através de rádios sociocomunitárias, *sites* e em espaços públicos, como ruas, terminais rodoviários e postos de saúde; alfabetização e capacitação sobre cooperativismo, economia solidária (compras coletivas), e concessão de crédito, planejamento financeiro doméstico e estudos das temáticas: gênero/violência/direitos da mulher (maioria) e educação para os(as) filhos(as) (CDVHS, 2006).

Outro projeto para “criação de cooperativas” consistia em apoiar e orientar os(as) micros e pequenos(as) empresários(as) na formação de empresas, produção e competitividade dos seus produtos no mercado local e regional. Tal proposta dialogava com o “Jardim industrial”, que objetivava incentivar a implantação de indústrias não poluentes, de forma a promover o aumento do trabalho, ocupação e renda no GBJ (CDVHS, 2006).

A quarta ação priorizou as mulheres, cujo título era a “ocupação e renda para as

rosas do jardim”. O projeto visava proporcionar às mulheres, sobretudo com baixa renda e as que se dedicavam integralmente às atividades domésticas, atividades de confecção de roupas, bijuterias e produção de alimentos que gerasse renda familiar (CDVHS, 2006).

Já o projeto do “Shopping empreendedor” foi uma iniciativa pensada em função da ausência desse tipo de equipamento no GBJ (até hoje, em 2025, não há shoppings no território), como ponto de encontro estratégico e valorizando o empreendedorismo local, onde a clientela e os(as) comerciantes iriam se encontrar. A sede atual sede do CDVHS foi o prédio do Shopping Bom Mix, inaugurado em 2006, buscando consolidar esse objetivo sem sucesso. Até hoje o lugar é conhecido localmente pelo primeiro nome (CDVHS, 2006).

A questão tecnológica também foi enxergada positivamente na formulação da PDS, como possibilidade frutífera ao território do GBJ, pois, com o avanço das tecnologias, os nossos habitantes careciam de capacitação e competitividade no mercado. Assim, o “Parque de Ciência e Tecnologia (JARDIMTEC)” criaria um complexo físico com diferentes instituições tecnológicas que oferecesse serviços de qualificação científico-tecnológica ao setor de empregos, trabalho e renda, ampliando a sua competitividade (CDVHS, 2006).

Seguidamente, duas outras ações importantes devem ser ponderadas: a primeira relacionada à “arte e a cultura”, em que foram mapeadas as potencialidades artísticas e culturais do território desde o DSP, identificando perfis culturais e multiartísticos, suas demandas e as possibilidades de integração com outras áreas. A segunda visou articular a cadeia produtiva local, através de parcerias para a realização de cursos técnicos de artes (CDVHS, 2006).

Outra ação importante da PDS foi a “coleta e reciclagem de resíduos sólidos” no território do GBJ. O projeto consistia no mapeamento da quantidade, perfil e demandas das(os) catadoras(es); na sensibilização de governo e OSCs para as suas necessidades, como a saúde; a alfabetização; capacitações para a economia popular solidária, controle orçamentário; contra a discriminação de gênero e o combate à violência contra as mulheres. A iniciativa consistia, ainda, na realização de campanhas públicas sobre reciclagem e comercialização de resíduos orgânicos e sólidos, bem como o apoio financeiro e técnico para implantação de cooperativas de reciclagem. Posteriormente, em 2014, a Associação de Catadores de Material Reciclável do Bom Jardim (ASCABOMJA) foi fundada, e hoje integra a Rede de Catadores de Material do Estado do Ceará, com mais de 42 famílias associadas (CDVHS, 2006).

Outros quatro grandes eixos de DS que dialogavam com o primeiro e que foram propostos por moradoras(as) das comunidades locais, incluindo representantes da Rede DLIS, foram: “capital social”; “socioespacial”; “desenvolvimento: social” e o “arte e entretenimento”.

Na execução de algumas dessas ações pelo poder público estatal, após embates

desgastantes, ele não reconheceu os “[...] méritos dos diagnósticos, monitoramentos, articulações e lutas dos movimentos populares” (CDVHS, 2006; Dona Raimunda, 2023).

Dos eixos sobreditos, o primeiro deles se nomeou por: “desenvolvimento: capital social”, referindo-se aos valores compartilhados e aos objetivos comuns em cada comunidade, como gerir os relacionamentos e conflitos, de maneira coletiva e democrática, bem como a realização dos projetos comuns. Nesse caso, dona Raimunda afirmou que a individualidade não era um horizonte possível, pois “[...] nunca tivemos a opção de caminharmos sozinhas diante do sistema que nos oprime. Sempre foi preciso dar as mãos e lutar pelos direitos, fazer valer a cidadania para reverter a situação” (Dona Raimunda, 2024; Diários de campo). Essa era a filosofia do “Jardim Cooperativo e da Cidadania”, PET da PDS do GBJ que incentivou a população do território do GBJ a trabalhar de forma integrada, em sistema de cooperação pelo bem coletivo (CDVHS, 2006).

Outras ações do plano objetivavam a formação política de militantes e lideranças juvenis, sobretudo as representações femininas (segmento majoritário), intitulado “Mulher e formação política no GBJ”. Em relação a esse plano, uma fala da dona Raimunda me chamou atenção: “nós não pretendíamos apenas mudar a realidade do local, mas sobretudo garantir a governança popular, ou seja, fazer com que a comunidade, especialmente, nós mulheres como maioria, fôssemos as principais agentes das mudanças e transformações sociais nesse lugar” (CDVHS, 2006; Dona Raimunda, 2024; Diários de campo, 2024).

Tais ações necessitavam de subsídios para as intervenções na realidade local, numa perspectiva de ações mais efetivas nas decisões políticas, seja no âmbito dos bairros ou nas comunidades das pessoas beneficiadas, fortalecendo os movimentos populares através da inserção futura dessas jovens, nos quadros das suas entidades e em demais atividades laborais. Ademais, a proposta sobredita consistiu, ainda, na realização de cursos de formação política para lideranças femininas e demais mulheres no lócus do GBJ, que possuíam engajamento direto ou não nas ações das entidades locais. Junto a essas atividades, havia outra intitulada “a caminho da liberdade”, ao mesmo segmento, visando fortalecer a autoconsciência crítica numa perspectiva de participação igualitária na vida público-privada (CDVHS, 2006; Diários de campo, 2024).

Com a proposta acima, reconhecia-se as forças femininas nordestinas ao longo dos anos seguintes, potencializando a capacidade organizativa e de pressão dos movimentos femininos e feministas nos bairros, junto aos governos municipal, estadual e federal (CDVHS, 2006). Dona Raimunda (2024) afirmou que essas capacitações fortaleceram as ações das mulheres que, por muito tempo, permaneceram no papel coadjuvante nas ações políticas

(Diários de campo, 2024).

Outra ferramenta alternativa para o fortalecimento dos segmentos no lócus do GBJ, foi o projeto chamado Sistema de Organização, Mobilização e Articulação Regional (Cyber SOMAR), objetivando a estruturação dos espaços de convivência, de modo interligado à rede mundial de computadores, no qual fossem desenvolvidas atividades de formação, capacitação, informação, troca de experiências e produção de conhecimentos (CDVHS, 2006).

Como todos os setores foram pensados interligados e eram interdependentes, o “Eixo de Desenvolvimento: Socioespacial” surgiu após a identificação da precariedade em vários setores, como: viário; transporte público; saneamento ambiental; moradia digna e na degradação ambiental do GBJ. Nesse ponto, regularizar habitações, melhorar a infraestrutura e cuidar do meio ambiente eram os principais desafios a serem enfrentados no território. Nesse eixo, o conceito de bem viver foi muito utilizado, no qual o PET central fora: “o jardim do bem viver sustentável”, cuja iniciativa previa ações que regularizassem e melhorassem as infraestruturas das habitações, estabelecessem o uso racional, ordenado e sustentável do meio ambiente, garantindo um espaço mais equilibrado para as(os) moradoras(es) (CDVHS, 2006). Dona Raimunda (2017) confirma tal informação quando refere que essas pautas preocupavam os movimentos e articulações sociocomunitárias naquele momento, sobretudo os “[...] problemas relacionados a precariedade no sistema viário, no transporte público e no saneamento básico, que a degradação ambiental fosse minimizada e superada” (Diários de campo, 2017).

Como elementos materializadores relevantes deste PET, apontou-se os seguintes projetos: “conquistando meu espaço”: visando contribuir com suporte técnico e jurídico, na garantia da regularização fundiária dos imóveis no GBJ. Outra ação proposta foi o “morar bem”, cujo objetivo era apoiar a população em projetos de reforma das suas habitações, no financiamento do material de construção para elas ou construção de unidades habitacionais no território do GBJ. Um terceiro elemento era o “quero minha casa”, cuja ideia era uma política habitacional para famílias de baixa renda e sem moradia, cadastrando-as e propondo que os vazios urbanos fossem ocupados por essas habitações e serviços essenciais (CDVHS, 2006).

Outros seis elementos constituíram esse plano, sendo: “as cores, os cheiros, os sons e a gente das nossas praças”, que visou desenvolver ações conjuntas entre as comunidades, o poder público e a iniciativa privada na construção de praças, recuperação e manutenção das poucas áreas de lazer do território. Ademais, havia outro intitulado: “Um banheiro em cada casa”, dada a precariedade da dignidade humana em muitos domicílios, ainda hoje no GBJ. Foi uma reivindicação junto a PMF, governo estadual e federal para a garantia de que 41.155 domicílios fossem contemplados por um banheiro (CDVHS, 2006).

Diante dessa indignidade humana, dona Raimunda declarou que, “[...] não ter sequer um banheiro na sua residência é não ter dignidade e que, até hoje, muitas famílias do território convivem com essa humilhação”. Tal questão foi uma das tantas “[...] problemáticas identificadas em muitas residências, principalmente, na comunidade de Nova Canudos, no bairro Bom Jardim”, apesar das melhoras fruto das lutas (Dona Raimunda, 2024; Diários de campo, 2024).

O elemento seguinte, denominado “circulando pelo GBJ”, tinha por foco o tensionamento pela criação de um sistema de transportes interbairros no território, como garantia do direito humano de ir e vir. O outro elemento, “pisando firme”, previa melhorias na acessibilidade à população, como melhorando do sistema viário urbano, incluso: sinalização, calçadas, emplacamento das ruas, numeração das casas, reordenamento do transporte público e melhoria da iluminação pública (CDVHS, 2006).

Dialogando com o eixo anterior, as últimas duas propostas se balizaram por preocupações ambientais e de mobilidade. Sendo elas: “pedestre e ciclista em primeiro lugar!”, buscando promover uma melhor infraestrutura para pedestres e ciclistas, diminuindo o uso dos automóveis e, conseqüentemente, reduzindo os problemas relacionados à poluição ambiental e os acidentes de trânsito. Já o “meio ambiente saudável e sustentável no GBJ”, pretendeu desenvolver políticas sistemáticas em prol do meio ambiente e da qualidade de vida, promovendo ações locais de DS, como a revitalização do rio Siqueira-Maranguapinho, melhoria do serviço de coleta de lixo, arborização de ruas e zonas verdes (CDVHS, 2006).

O terceiro grande eixo de DS do GBJ foi o de “Desenvolvimento Social”, cujo objetivo foi proporcionar saúde a todas(os), educando, conscientizando as(os) cidadãs(ãos) e garantindo a segurança. Para a concretização deste eixo, foram pensadas três ações: “o jardim de gente saudável”; o “jardim de gente qualificada” e o “jardim do conversar na calçada”. A primeira propôs a ampliação do número e qualidade dos Postos de Saúde no território, além da capacitação dos(as) profissionais desses equipamentos. A segunda ação, balizou-se na ideia de que a qualificação profissional se inicia pela escola de qualidade e acessível, como agente educador em todas as faixas etárias. A última buscou mitigar o mito do “vixe” e do estigma da violência urbana no GBJ, como história única (Adichie, 2019), permitindo, que ela(e) não necessite se sentir acuada(o) por estar em sua própria residência (CDVHS, 2006).

O PET desse grande eixo se intitulou: “o jardim justo e includente”, visando solucionar questões sociais, como as violências urbanas, o desemprego e a exploração do trabalho infantil, oferecendo políticas sociais e de assistência à criança e à pessoa idosa, em prol do bem viver para a população. Inicialmente, o eixo propôs mobilizar o poder público, a

iniciativa privada e a sociedade civil, investindo na formação de juventudes, na saúde feminina e demais atores vulnerabilizados. Essa ação se subdividiu em cinco projetos materializadores, sendo: “Saúde da mulher - rosa saudável - jasmim saudável”; “Educação pública de qualidade social - rotina sim, mesmice nunca!”; “Jardim da sabedoria”, “Siga cidadania”, “Amparo Social às Famílias de Detentos e Presidiários (ASAS)” e “Criança e adolescente do GBJ - prioridade absoluta!” (CDVHS, 2006).

A primeira ação buscou estruturar um sistema de atendimento que acolhesse, das(os) profissionais de saúde às usuárias, enxergando-as como segmentos comunitários prioritários e potentes agentes transformadores, inclusive, na mitigação dos altos índices de gravidez precoce e mortalidade feminina por cânceres como o de colo de útero e o de mama. A segunda ação propunha o chamamento à responsabilização dos atores da escola, em prol da garantia do direito ao ensino de qualidade para todas as pessoas, através da articulação de conselheiros e gestores. O elemento seguinte visou pactuar esforços para implementação de um plano educacional inclusivo, objetivando alfabetizar todos as juventudes e adultas(os) que se encontravam em situação de exclusão educacional no território do GBJ (CDVHS, 2006).

Na quarta ação enumerada acima, objetivou-se mobilizar um conjunto de entes governamentais e não-governamentais para a implementação de um serviço prático, rápido, eficaz e gratuito de acesso às documentações civis, por parte da população marginalizada e residente no GBJ, relegada de acesso aos serviços básicos e essenciais como educação, saúde e assistência. Dona Raimunda reiterou que tais ações, consideradas de simples resolução por parte dos gestores públicos, figuravam como uma, dentre tantas “exigências dos movimentos sociais, que chegava ao poder público para que ele transformasse esses clamores em políticas públicas, mas ele não os considerava. Por exemplo, o caminhão do cidadão com serviços de documentação itinerante e o Vapt Vupts fixo que temos hoje” (Diários de campo, 2023).

A penúltima ação pretendeu dar assistência às famílias de pessoas que cumpriam pena de detenção, para que pudesse estabelecer parâmetros nos direitos e cidadania dos agentes envolvidos, evitando a inversão de valores e as injustiças cometidas contra esses grupos minoritários. Por fim, a última ação visou erradicar a violência doméstica contra as mulheres, crianças e adolescentes, combatendo a exploração do trabalho infantil e garantindo a estes, acesso à educação e as atividades de esporte, cultura e lazer (CDVHS, 2006).

O quarto e último grande eixo de DS do GBJ foi o de “Arte e Entretenimento”, cujo principal propósito foi identificar talentos locais e produzir condições para que esses artistas pudessem “viver da arte”. Para tal intento, foram pensadas três ações prioritárias: o “Jardim do esporte”, estimulando as práticas esportivas; o “Jardim do lazer”, dotando o lugar de espaços e

equipamentos públicos de lazer e o “Jardim da cultura”, valorizando e impulsionando o trabalho da(o) artista/artesã(ão) do GBJ (CDVHS, 2006).

Na perspectiva cultural, o “Jardim brincante” foi outro PET da PDS do GBJ, cuja missão foi trazer lazer e bem-estar à população do GBJ. Nessa proposta, foi sugerida a criação de espaços onde as pessoas pudessem desenvolver seus talentos, praticar esportes e participar de eventos culturais, como festivais de música e concursos de dança, teatro, literatura e feiras de artesanato. O plano incluía, ainda, o: “*Skate Park*”, o “Centro de cultura e cidadania”, “Bibliotecas comunitárias” etc. Entendendo a cultura como identidade de um povo, o projeto fortaleceria e evidenciaria o jeito de ser dele. Posteriormente seriam construídos o CCBJ e o CCC. O primeiro equipamento cultural seria inaugurado três anos após a conclusão do DSP (CCBJ), e o segundo apenas após quatorze anos (CCC) sob muitas lutas e pressões populares. “Hoje as lutas visam a construção de outros, o monitoramento e a denúncia contra os seus sucateamentos, para que não fechem pela corriqueira falta de investimentos por parte do poder público, como já aconteceu no CCBJ”, por meses e tivemos que reivindicar nesse período até que reabrisse (CDVHS, 2006; Dona Raimunda, 2024; Diários de campo, 2024).

As três ações mencionadas acima, subdividiram-se noutros dez propostas, cujos projetos foram: “*Skate park*”; “Esporte no GBJ/entre nessa, faz bem à beça!”; “Centro de cultura e da cidadania”; “FESTSOL”; “Projeto laboratórios da imagem e do som”; “Projeto ocupações culturais”; “Projeto escritório da embaixada cultural”; “Projeto observatórios da mídia” e “Projeto instituto de professores de informática” e “Bibliotecas comunitárias” (CDVHS, 2006). Segundo os relatos de dona Raimunda, nenhuma dessas ações da PDS se materializaram em política pública (Dona Raimunda, 2024; Diários de campo, 2024).

O “*Skate park*” e o “Esporte no GBJ/entre nessa, faz bem à beça!”, possuíam focos esportivos. O primeiro previa construir estruturas físicas apropriadas para a prática esportiva do *skate*, incluindo aprendizado, treino e torneios, implementando um programa de aulas do esporte e capacitação de juventudes na produção de *skate*. Na segunda iniciativa, buscou-se implementar outro programa de capacitação esportiva de atividades diversificadas, como: futebol, futsal, voleibol, handebol, basquete, futevôlei, em Praças, espaços ociosos e nas Escolas, para beneficiar as juventudes dos bairros do GBJ, culminando com festivais esportivos locais e participação em torneios externos (CDVHS, 2006).

Os quatro projetos seguintes se inclinaram em ações na área cultural e cidadã. O primeiro propunha a criação de um lugar de promoção e apoio a(ao) artista, como espaço de capacitação, produção e venda de seus produtos artesanais, além de um local para a realização de eventos, como danças e grupos artísticos diversos (CDVHS, 2006). Dona Raimunda (2018)

relembrou que o “FESTSOL”, foi um “[...] evento anual que promovia esse intercâmbio artístico, cultural e esportivo entre escolas públicas, particulares e grupos comunitários, além de fomentar a economia local e o relacionamento interinstitucional” (Diários de campo, 2018).

Na ação seguinte, a meta dos laboratórios era capacitar vinte e cinco pessoas do território do GBJ em duas áreas básicas: pesquisa etnográfica e edição digital de arquivos sonoros e fotográficos. Elas seriam estimuladas a criar projetos de escuta sociocomunitária para descobrimento de talentos. A terceira proposta para a ocupação da cultura local, visava ofertar capacitação, acompanhamento e empréstimo de equipamentos para pequenas equipes, para que elas produzissem seus eventos locais. E a quarta proposta pretendia criar uma embaixada cultural, mapeando, articulando e divulgando oportunidades no campo da cultura, inclusive fora do bairro, como intercâmbio e troca de experiências, desenvolvendo *marketing* social do GBJ (CDVHS, 2006).

As três atividades derradeiras do último eixo proposto na PDS objetivaram construir um projeto-piloto envolvendo vinte escolas, dez escolas públicas e dez privadas, implementando um observatório juvenil da mídia (televisão/rádio) em cada instituição. O penúltimo visou oferecer estruturas para a capacitação, planejamento e interferências em informática no âmbito educacional. Por fim, a criação de bibliotecas comunitárias no coração desses lugares, possibilitando acesso da população do GBJ a acervos culturais e literários, estimulando a leitura, letramento e a formação (CDVHS, 2006).

Em síntese, a elaboração dos eixos de DS, dos PET e dos projetos da PDS do GBJ foram definidas a partir de três dimensões diagnosticadas na região: a territorial, a temporal e a governamental. Acreditava-se que, na medida em que houvesse funcionamento conjunto dessas dimensões, a PDS do GBJ seria implementada consciente e consistentemente. Nesse tripé dimensional, a primeira considerou o território numa perspectiva mais ampla e comunal do espaço geofísico, ou seja, para além da demarcação geopolítica dos cinco bairros oficiais do GBJ, sendo considerados cerca de 20 aglomerados urbanos. Nesse critério, a composição política desse chão considerou o relacionamento geofísico com o município de Maranguape (RMF), em virtude da localização da nascente do rio Maranguapinho, fazendo a dinâmica de desenvolvimento endógeno na construção das relações intraterritoriais (CDVHS, 2006).

Na segunda dimensão, a visão de DS para os 20 anos seguintes foi formada por meio de PET decenais, havendo uma definição desses e dos projetos, considerando os marcos legais dos instrumentos de planejamento urbano municipal de Fortaleza (PDDU-For, PPA, PDPFOR, OP e Conferências) e de políticas setoriais (Conferências, plano decenal de educação, dentre outros), definindo que a PDS do GBJ seria implementada pelo CDVHS e, revista a cada

três anos, tendo o primeiro triênio, no período 2006 a 2008, como início da implementação dos PET e alguns dos seus projetos. Nesse processo, seriam tratadas as demandas emergentes da PDS, tendo como protagonistas os(as) delegados(as) eleitos(as) para o Fórum PPA, evento participativo de elaboração de propostas do plano. Por fim, foi definida a elaboração de Termos de Referência para os dez projetos mais necessários ao GBJ, sendo dois projetos de cada PET (CDVHS, 2006).

A terceira e última dimensão definiu que a Rede DLIS representaria o espaço sociopolítico privilegiado para a condução das negociações dos PET e de toda a PDS, mas, para isso, a Rede deveria ser fortalecida com a incorporação de novos atores (mercado e governo: órgãos e secretarias administrativas e específicas), consolidando um sistema em acordo com a sociedade civil organizada. Assim, o CDVHS, a FUNDESOL e a Rede de Proteção da Criança e do Adolescente (PCA) pactuaram compromissos com a viabilização desses planos, condizentes com as suas missões institucionais (CDVHS, 2006).

Nesse âmbito, a Rede DLIS e o CDVHS teriam por missão promover interlocuções com o Poder Legislativo municipal, estadual e federal, potencializando o envolvimento dos parlamentares eleitos democraticamente com a contribuição dos votos do território e demais regiões circunvizinhas. Toda e qualquer discussão do DLIS deveria ser levada aos conselhos setoriais e de direitos, de modo a influenciar a formulação de políticas públicas, tendo como referência os PET (CDVHS, 2006).

Após a feitura do DSP e da implementação da PDS, estruturada em eixos, planos, projetos, ações e dimensões alinhadas a uma estrutura orgânica de DLIS, o passo seguinte foi produzir estratégias, as ferramentas ou instrumentos de acompanhamento e de monitoramento da gestão comunal da PDS no GBJ.

4.5.7 Instrumentos de implementação, monitoramento e gestão da PDS do GBJ

Para que houvesse a implementação, gestão e o monitoramento da PDS no GBJ, foi necessária a criação de eixos de DS, PET e projetos, além de estratégias que garantissem esse DLIS. Os PET's foram instrumentos básicos da implementação da PDS. Esses planos traziam diretrizes para a realização dos eixos que, por sua vez, foram amparados por projetos a serem executados de acordo com a priorização comunal e da participação popular. Eram, portanto, os mecanismos garantidores do sucesso da implementação dos projetos da Política no território.

Para o triênio 2006 a 2008, o CDVHS propôs a realização de dez projetos, selecionados dois de cada plano (CDVHS, 2006).

Os PETs e seus respectivos projetos, apresentados anteriormente, estiveram

dispostos da seguinte maneira: Jardim Solidário e Competitivo: “Estruturação das feiras livres e JARDIMTEC”; “Jardim cooperativo e da Cidadania: Cyber SOMAR” e “Eu não sou da sua rua?”; “jardim do bem viver sustentável: as cores, os cheiros, os sons e a gente das nossas praças” e “quero minha casa”; “Jardim justo e incluyente: Jardim da sabedoria e educação pública e qualidade social - rotina sim, mesmice nunca!”; “Jardim brincante: *Skate Park* e biblioteca sociocomunitária de revistas e jornais” (CDVHS, 2006).

O monitoramento e a gestão da PDS do GBJ foram realizados pela Rede DLIS, pelo CDVHS e por lideranças sociocomunitárias locais, objetivando o sucesso na implantação dos projetos a serem executados, ainda no triênio sobredito. A coordenação da PDS no GBJ esteve sob responsabilidade operacional da Rede DLIS, instância superior, que tinha a função sociopolítica e representativa de mobilização e de promoção do processo de implementação. A Rede foi representada localmente, sobretudo pelo CDVHS, tendo a responsabilidade de comandar os núcleos gestor, técnico e o promotor da política (CDVHS, 2006).

Desse modo, cada PET, assim como cada eixo de desenvolvimento que o originou, esteve ligado a uma célula ou comissão, criada e administrada por um núcleo gestor e assistentes do CDVHS. A função das células foi monitorar, prospectar oportunidades e executar os projetos, cujo objetivo foi alcançar aquilo que o PET se propunha a realizar. Cada célula poderia ser assessorada por consultorias externas de áreas como: advocacia, psicologia, medicina, assistência social, pedagogia, geografia, engenharia, arquitetura, contábil, jornalismo etc., de acordo com as demandas e necessidades dos projetos (CDVHS, 2006).

O ano de 2025 coincide com o término previsto da presente tese e a conclusão do período de duas décadas da PDS no GBJ. No início da política, a proposta era de que ela fosse revisada neste ano, pela Rede DLIS, CDVHS e demais agentes sociopolíticos que estiveram implicados no processo da política. A revisão previa uma análise sobre o cumprimento ou não das metas e dos objetivos estabelecidos nos relatórios técnicos em seus respectivos eixos, planos e projetos de ação, interrogando sobre a efetivação parcial ou integral deles, nessa trajetória pela construção comunal dessa PDS por um “Jardim residencial” do bem viver.

Hoje, após leituras do documento institucional do DSP, dos meus registros em diários de campo e rememoração das experiências pessoais e imersivas, identifiquei muitas áreas prioritárias apontadas pelo DSP (2003), ainda ressentindo de cuidados, como: economia, empregabilidade e renda, saneamento ambiental, saúde, assistência social, cultura, esportes, lazer, segurança pública, vias públicas, preservação do meio ambiente, dentre outras. Nessa caminhada de lutas populares houve avanços nesses setores, mas todos em função de muitos esforços reivindicatórios e lutas sociocomunitárias, na exigência de direitos, melhorias nas

comunidades, guetos e favelas do território do GBJ, cobrando pela responsabilização do poder público (municipal e estadual) diante delas, portanto, nada foi garantido de modo espontâneo.

Em suma, a proposta de apresentar os eixos, planos, projetos, ações e dimensões, objetivaram para além da descrição morta das linhas de um documento, síntese objetiva de um relatório ou texto institucional, mas sim resgatarmos iniciativas de lutas, sonhos e utopias buscadas com muito engajamento sociopolítico feminino, visando empoderar as comunidades em prol de um bem viver comunal de todo o território do GBJ, semeando esse chão para que a PDS e, tantos outros projetos vindouros, pudessem florescer no âmago desse não-lugar urbano marginalizado e periferizado, demonstrando que tais lutas sociocomunitárias seguirão.

5 ENGAJAMENTO SOCIOPOLÍTICO E EMPODERAMENTO COLETIVO NAS LUTAS SOCIOCOMUNITÁRIAS POR POLÍTICAS NO CHÃO DO GBJ

“Semear o terreno para tornar o empoderamento fértil, [...] ao fazê-lo, entramos no terreno do inimaginável”.

(Berth, 2019, p. 153).

Engajamentos sociopolíticos e levantes são ações sociopolíticas comprometidas em promover transformações na cena social. Em nossa conjuntura, defronte à perpetuação da estrutura colonial no sistema-mundo e suas violências históricas e socioculturais instituídas, movemo-nos, levantamo-nos e, em aliança (Butler, 2019), compomos reexistências (Spivak, 2010) decoloniais (Ballestrin, 2013) e/ou contracoloniais (Bispo, 2023) que, no território do GBJ resultam em processos de empoderamento coletivo, em prol das melhorias cotidianas, pressupondo diagnósticos de cenários, formação de consciência crítica, reflexiva e indagativa, frente às mazelas sociocomunitárias que impactam às vidas das pessoas e o lugar.

Quando reencontro a palavra ‘levante’, rememoro às aulas de História pindorâmica assistidas na graduação da UECE e da UFC, em que o uso do termo nas falas das docentes, remetia a insurgências, movimentos, motins, revoltas ou ações consideradas desordens e desobediências civis ocorridas nas sociedades no período colonial em oposição ao colonialismo. No Brasil, desde a implementação desse sistema até o pós ditadura, os levantes permanecem recorrentes como reexistências (Spivak, 2010) sociopolíticas dos(as) subalternos(as), em “[...] tensão entre a sujeição (a formação/informação do sujeito) e a subjetividade ativa” (Lugones, 2014, p. 940). Em nosso chão periferizado e marginalizado do GBJ, conceitos de engajamentos sociopolíticos e levantes serão ressaltados em nosso texto, sobretudo como ações políticas protagonizadas por lideranças femininas da Rede DLIS na história desse lócus sociopolítico, enquanto semeios férteis e molas propulsoras aos empoderamentos coletivos, na condução das lutas sociocomunitárias e nos florescimentos em políticas públicas advindas das colheitas.

Essas iniciativas vêm impactando positivamente a transformação do território, sobretudo em relação à implementação e controle social de políticas públicas, convocando a nos posicionarmos e questionarmos diante das experiências e dos desafios enfrentados junto às agentes promotoras de transformações sociais no chão do GBJ, dentre eles, a morosidade ou indiferença do poder público diante das mazelas percebidas e em relação à implementação dessas políticas, em prol do bem viver comunal das nossas favelas e comunidades.

Em seguida, centrei-me no lugar sociopolítico (Ribeiro, 2019) feminino no âmago das articulações, mobilizações, movimentos, engajamentos sociopolíticos e levantes no chão do GBJ, em prol dos florescimentos territoriais. Depois, conceituamos teoricamente o termo política pública, descrevendo como as militantes e lideranças comunitárias reivindicam e realizam controle social das políticas nesse chão, usando tecnologias sociopolíticas como as “Caravana Popular de Monitoramento” no GBJ, onde estive presente atuando em quatro, das seis ações empíricas e sociopolíticas que exemplifico.

Finalmente, nas duas subseções seguintes, destacamos a relevância das lideranças sociopolíticas e protagonistas nas trajetórias de lutas sociocomunitárias, ocorridas no chão do GBJ em um recorte histórico-temporal, sobretudo entre 2003 e 2023, ressaltando conquistas, salientando falas de lideranças interlocutoras deste estudo, registros de minhas experiências nos diários e o aporte da literatura, apontando a necessidade de mais produções e da urgência celebrativa dessas glórias. Ao final desta unidade, ratificamos que as lutas sociocomunitárias seguiram, considerando os projetos da Rede DLIS, do CDVHS em curso e demais pistas.

5.1 Engajamentos sociopolíticos femininos: sementeiras para tornar o empoderamento coletivo fértil

Os engajamentos sociopolíticos protagonizados pelas militantes e lideranças que integram a Rede DLIS e atuam no território do GBJ, possuem intencionalidades, motivações, desejos de mudança e transformação social, cujos motores são os empoderamentos e as tomadas de consciência frente às problemáticas vivenciadas nesse tecido social periférico e marginal, onde habitam e se entincheiram. Tais movimentos perante essas questões resulta em reflexões e questionamentos sobre a realidade, convocando a posturas de engajamento ou omissão diante das mazelas vividas.

Gohn (2008, p. 38) ponderou que “[...] o desejo de mudança, de transformação social, o desenho de cenários a que se almeja chegar, são sonhos de liberdade de resistência, que os projetos políticos formatam”. Tais propósitos são conduzidos por essas atrizes referidas que, por vezes, percebem-se vivenciando situações complexas no cotidiano das suas favelas em distintos níveis de precarização humana. Ante a essas questões, incomodam-se com o quadro imposto e buscam se empoderar desses cenários, diagnosticando tais situações e definindo as posturas a serem tomadas diante delas. Assim, no caso das lideranças do GBJ, levantam-se, conclamam seus pares nas comunidades, os movimentos, coletivos, associações e as entidades, para compor na ação direta de ocupação das ruas, nos diálogos ou confrontamentos com os agentes representantes do poder público por mudanças positivas nesse tecido social.

Defronte da nossa condição eminentemente humana, de que não existimos e nem lutamos sozinhos(as), as ações sociopolíticas de base comunitária experienciadas no território do GBJ, ensina-nos que a via de acesso para a conquista ou retomada da dignidade e dos direitos humanos se forjam nos campos de batalhas e, é na conclamação de outros(as) agentes a se aliançarem no mesmo lado das trincheiras políticas, buscando empoderamentos coletivos para o fortalecimento conjunto nas lutas comuns que, conseqüentemente, os terrenos poderão ser arados, fertilizados e potencializados para colheitas e florescimentos vindouros.

Sem o movimento de tomada de consciência crítica em relação ao cenário vivido, a partir de uma boa análise de conjuntura, mapeando e identificando as violações de direitos sofridas – no panorama das ausências em políticas públicas para o bem viver comum, o déficit em serviços públicos básicos, e o empoderamento diante dessas situações percebidas, enquanto complexos atravessadores sociocomunitários – não haverá força motivadora que impulse os engajamentos sociopolíticos, visando a resolutividade e a transformação desse tecido sociocomunitário.

No chão do GBJ, tais ações são protagonizadas por históricas ativistas femininas e feministas, representando forças ancestrais e aliançamentos comunais, impulsionadores das participações das demais lideranças e comunidades para as batalhas locais, empoderando-se junto a elas, fertilizando os desejos, semeando sonhos e utopias sociais, por um bem viver comum, suleado por um DLIS no território ao longo das gerações.

Esses levantes que fortalecem os territórios nos enfrentamentos às mazelas comuns potencializam, inclusive, alianças entre instituições, associações, coletivos e Redes, como a grande articulação ocorrida entre a Rede DLIS e a Reajan, pelo direito de participação política nas lutas por dignidade, comida no prato, saneamento ambiental, moradia digna, emprego e renda, educação escolar pública e de qualidade, creche para os(as) filhos(as) e netos(as), direito à assistência, saúde, esporte, cultura, lazer e contra as violências e as políticas de morte que incidem sobre as juventudes, em defesa do meio ambiente, dos direitos humanos e demais políticas sociais, para que a justiça social seja presença cotidiana e inegociável.

Tais agentes em lutas constantes pelo bem viver comunal no território do GBJ são lideranças sociocomunitárias membras da Rede DLIS, que se entrincheiram politicamente, empoderando-se e adquirindo consciência crítica das mazelas vividas, analisando cenários e diagnosticando as conjunturas, repactuando o compromisso ético e político diante desse chão, posicionando-se, engajando-se sociopoliticamente em defesa das suas comunidades e favelas, revelando lugares sociais de pertencimento, motivação e afeto às causas.

Quando discorreremos sobre o termo engajamento sociopolítico, não pretendemos ser

redundantes, considerando que a própria expressão subentende inclinação ética e política comprometida em relação às questões de relevância social e, conseqüentemente, em prol do bem viver comum. Aprendi com as lideranças sociocomunitárias locais, que essa ação é possibilitada por três principais vias sobrepostas: a tomada de consciência crítica frente aos atravessamentos vivenciados do cenário; o empoderamento individual e coletivo sobre o percebido, e para resolutividade comum e a insurgência de engajamentos sociopolíticos e conclamação coletiva para as mudanças e transformações das realidades. Em lócus-territórios periferizados e marginalizados, como o GBJ, tal atuação materializa forças, operacionaliza estratégias e tecnologias sociopolíticas necessárias à resolutividade das problemáticas locais, inclusive no âmbito da sobrevivência e sustentabilidade do DLIS local.

Geralmente no âmago dessas conjunturas sobreditas, há um gérmen, um princípio impulsionador, uma motivação ou uma força política (Gohn, 2008) que convoca a militância local à atitude de indignação e vontade de mudança no que está posto, percebidas, geralmente, como resultado da conscientização crítica e processo de empoderamento pessoal e coletivo ou, caso contrário, uma apatia social. No primeiro caso, a conscientização crítica e a busca por resolutividade das situações empodera e capacita frente às complexidades e desafios locais que as atravessam. Daí em diante, o grau de revolta nos direciona aos caminhos dos levantes.

Em relação aos processos de tomada da consciência ou conscientização crítica, entendendo-a suleado por leituras e afetações advindas de fontes freirianas, especialmente no que concerne ao sentido político e crítico do termo empoderar. Esse autor, trazido por Berth (2019) ao centro do nosso debate sobre empoderamento coletivo, foi um educador nordestino considerado um dos precursores dos estudos e análises de grupos considerados oprimidos em nosso país e no mundo.

Berth (2019, p. 44), tateando a obra freiriana, inicialmente realiza uma crítica ao pouco esforço intelectual do autor em relação às questões de “[...] gênero e a subordinação das mulheres como elemento crítico para a libertação”, justificando seu posicionamento de que “[...] o oprimido não é um conceito abstrato, porque é marcado por gênero, raça, sexualidade e outras categorias” (Berth, 2019, p. 43) ou marcadores sociopolíticos, mesmo assim, ela reconheceu a enorme contribuição do autor às produções intelectuais, admitindo que a sua reflexão sobre empoderamento foi inspirada pela teoria da conscientização freiriana, enquanto “[...] prática para a libertação e de estratégias de atuação de grupos oprimidos” (Berth, 2019, p. 38), havendo, com isso, a necessidade de empoderar-se “[...] a si próprios, processo esse que se inicia com a consciência crítica da realidade aliada a uma prática transformadora” (Berth, 2019, p. 38).

Conforme Freire (1986), há três principais concepções de consciência: a crítica, a

ingênua e a mágica. A primeira diz respeito à apreensão autêntica da realidade empírica; na segunda, a percepção de mundo seria fruto da sobreposição dos fatos com objetivos de manipulação e dominação; no terceiro tipo, a docilidade, a inércia e o fanatismo assumiriam protagonismo em nossas apreensões de cenários enunciadas nos horizontes de sentidos e significados. Isto posto, o educador referiu que as transformações sociais desejáveis se efetivariam pela formação de um pensamento, por via da conscientização crítica, libertária e insurgente, geralmente, advinda dos(as) povos oprimidos(as) e das pessoas subalternizadas, como potente possibilidade de “[...] alteração material das condições degradantes às quais um grupo social é submetido” (Berth, 2019, p. 43).

Prosseguindo com as contribuições intelectuais de Freire (1986; 1980) e demais teóricos(as), como Tiburi (2021), Berth (2019) e Foucault (1979), refletimos sobre o processo anterior aos engajamentos sociopolíticos, o empoderamento, cujos cernes se encontram entre a interlocução da conscientização crítica e a transformação prática, como movimento coletivo, contestador e revolucionário no seu bojo. Portanto, o empoderar-se coletivamente é como lançar fermento insuflador nas massas subalternizadas ou um motor propulsor e sociopolítico das articulações, mobilizações, reivindicações, levantes populares e sociocomunitários.

Quanto ao estudo etimológico da palavra empoderamento, esta se origina de um termo comumente utilizado na língua inglesa: *power*, que, na medida em que é traduzido para a língua portuguesa em nosso país, adquire novas significações, dentre elas: habilidade, permissão, autoridade ou força. Já a palavra *empower* designa “[...] dar poder ou habilidade a algo ou alguém” (Berth, 2019, p. 28). Para Gohn (2004), o sentido da palavra *empowerment* ou empoderamento na tradução nacional não possui um aspecto global, sendo assim,

[...] tanto poderá estar referindo-se ao processo de mobilizações e práticas destinadas a promover e impulsionar grupos e comunidades - no sentido de seu crescimento, autonomia, melhora gradual e progressiva de suas vidas (material e como seres humanos dotados de uma visão crítica da realidade social); como poderá referir-se a ações destinadas a promover simplesmente a pura integração dos excluídos, carentes e demandatários de bens elementares à sobrevivência, serviços públicos, atenção pessoal etc., em sistemas precários, que não contribuem para organizá-los - porque os atendem individualmente, numa ciranda interminável de projetos de ações sociais assistenciais (Gohn, 2004, p. 23).

Conduzindo-se por esse indicativo inaugural pindorâmico, os usos da categoria a tornaram um neologismo da palavra inglesa “empower” ou “empowerment”. Desse modo, criou-se uma expressão linguística ou a readequou atribuindo novos sentidos e significados, como dar poder ou capacitar. Mas que tipo de poder é este?

Pretendendo compreender, mais do que responder à questão acima, Berth (2019)

nos conduz a noção de poder, sobretudo pensada na obra de Foucault, intitulada: “Microfísica do poder (1979)”, para tematizá-lo como algo desterritorializado e fluido, não fixado em algo ou monopolizado por alguém, como as instituições ou o Estado, mas como uma microfísica do poder, móvel e onipresente no cerne das interrelações sociopolíticas. Assim, não é coerente quando referimos que estamos dando poder a algo ou empoderando alguém, como se estas fossem coisas ou propriedade privada a um único indivíduo, na verdade, estamos produzindo e desenvolvendo coletivamente os processos de empoderamento.

Em síntese, ilustramos esses processos coletivos, como uma:

[...] condução articulada de indivíduos e grupos por diversos estágios de autoafirmação, autovalorização, autorreconhecimento e autoconhecimento de si mesmo e de suas mais variadas habilidades humanas, de sua história, e principalmente de um entendimento quanto a sua posição social e política e, por sua vez, um estado psicológico perceptivo do que se passa ao seu redor. Seria estimular, em algum nível, a autoaceitação de características culturais e estéticas herdadas pela ancestralidade que lhe é inerente para que possa, devidamente munido de informações e novas percepções críticas sobre si mesmo e sobre o mundo em volta, e, ainda, de suas habilidades e características próprias, criar ou descobrir em si mesmo ferramentas ou poderes de atuação no meio em que vive e em prol da coletividade (Berth, 2019, p. 21).

Os estágios sobreditos, na condução de indivíduos e grupos em processos de empoderamento coletivo, revelam a sua relevância enquanto “[...] instrumento de emancipação política e social” (Berth, 2019, p. 22). Desse modo, compreendemo-lo como constituinte de fenômenos humanos, históricos, culturais, coletivos e sociopolíticos, forjando-se em uma proposta rompedora de estruturas hegemônicas, correntes opressivas, alienações irreflexivas, discursos cooptados e difundidos por lógicas capitalistas e neoliberais, (des)potencializadoras e (des)agregadoras de sentido.

Logo, ressaltamos o termo empoderamento coletivo como potente ferramenta sociopolítica, conceitual e de contranarrativa, defronte a discursos pactuados nas falácias perversas e levianas, por vezes, cooptadas por narrativas do sistema socioeconômico e geopolítico dominante, por exemplo, quando as pessoas se rotulam de microempreendedoras, profissionais liberais, independentes e patroas/patrões de si, fato que as aprisiona a uma lógica perversa de retirada e/ou redução dos direitos trabalhistas conquistados, fadando o não alcance desse *status* a uma responsabilidade pessoal e um fracasso existencial, cujo romantismo capitalista e neoliberal se nutrem, fortalecem-se e aprisionam perversamente as pessoas.

Imbuídos nessa lógica socioeconômica miserável e (des)empoderadora, se antes, éramos concebidos(as) como objetos ou marionetes manipuladas pelo capital econômico, hoje, estamos abandonados(as) no meio de um oceano bravio e salgado, cujas ondas capitalistas e

neoliberais aprofundam desigualdades e, colocam-nos em disputas por “micro” espaços em escombros de madeiras flutuantes aos quais nos agarrar para não nos afogarmos, pela sobrevivência, à deriva, enquanto o acesso aos luxuosos iates é um privilégio para poucos(as).

Enquanto isso, a maioria da população brasileira se encontra alijada de direitos básicos, com baixa taxa de emprego formal e, por vezes, em subempregos, assumindo o *status* de “micro” empreendedor(a)/empresário(a) como algo bom, desejável e aceitável socialmente. Nesse cenário, muitos homens e “[...] mulheres se iludem de que estão livres porque adquiriram independência econômica – embora estejam sendo oprimidas pelo próprio sistema que as emprega” (Tiburi, 2021, p. 65), as esmaga e as aprisiona.

Nessa perspectiva, discorremos sobre o empoderamento como ação sociopolítica libertadora e sinônimo freiriano de ação coletiva transformadora, por vezes, percebido equivocadamente quando cooptado por tais discursos dominantes supracitados, sobretudo conduzidos pelas agências internacionais (bancárias) ou muitas OSCs, que necessitam de recursos financiados dessas agências para custear o seu funcionamento e a sustentabilidade dos seus projetos, como aparato de práticas assistencialistas, de dependência, de perpetuação do controle e garantia das práticas dominantes aos oprimidos (Berth, 2019).

Esse prisma cujos tentáculos capitalistas e neoliberais enfraquecem o comunal, reforçam a lógica da responsabilidade, unicamente individual, desempoderada, empobrecida e disfarçada de patrão/patroa de si mesmo(a), no qual culpabiliza essas pessoas por sua sorte, conquistas ou fracassos, desresponsabilizando os governantes e o poder público como um dos responsáveis pela produção e manutenção deste quadro, avultando injustiças, desigualdades sociocomunitárias, violências, violações, omissões e indiferenças, especialmente quando não garantem direitos e resguardam as dignidades humanas.

Em face ao exposto, ressaltamos duas questões relevantes ao nosso debate e propostas por Berth (2019, p. 73). A primeira considera a crítica cabal às tentativas de “[...] esvaziamento do significado do sentido original de empoderamento pela perspectiva econômica”. A segunda ponderação diz respeito ao fato de que, diante do avançar dos discursos neoliberais “[...] e de precarização das possibilidades de trabalho, é fundamental estar atento ao discurso ‘fácil’ do empreendedorismo, que visa, [...] precarizar ainda mais a situação dos trabalhadores, sobretudo para negros e negras” (Berth, 2019, p. 74).

No que tange a primeira crítica supracitada, a autora assevera sobre o seguinte ponto:

Quando há a distância dos sentidos originais do significado em empoderamento, o resultado costuma ser a apropriação do discurso para venda de um empoderamento pasteurizado, de fachada, paternalista, mais interessado em manter o estado atual das coisas do que em estimular o caldo efervescente de personalidades e demandas silenciadas por opressões que se cruzam. Ressaltamos que, em uma realidade capitalista, é importante criar estratégias de fortalecimento econômico, e tal demanda é fundamental para o surgimento de condições favoráveis ao empoderamento (Berth, 2019, p. 154).

Berth (2019) argumenta ainda que, tanto o resgate histórico quanto o olhar crítico subsidiam a compreensão sobre empoderamento, bem como os usos e apropriações indevidas que as hegemonias econômicas fazem dele, esvaziando-lhe de sentido, desresponsabilizando os agentes públicos e individualizando as responsabilidades civis, delegando-as, sobretudo às pessoas do gênero feminino, como autossuficientes em relação às incumbências dos agentes públicos e da máquina estatal na garantia dos direitos.

Dito isso, devemos exercitar a conscientização e, portanto, a não romantização ou normalização de situações e termos popularizados, como: mulheres fortes, “guerreiras e empreendedoras de si mesmas”, “empoderadas que não dependem de estado nem de ninguém para sobreviverem”, “minha mãe sempre sofreu sozinha e venceu” e, tantos outros que nos deparamos cotidianamente, como se a indignidade dos direitos trabalhistas ou a sobrecarga da responsabilidade individual fosse normalizada e, portanto, motivo de orgulho e força.

Por conseguinte, o processo de empoderamento coletivo designa mudanças na postura sobredita, como vertente sociopolítica, resultante e/ou sobreposta à conscientização individual, nas micro reexistências e nos engajamentos cotidianos dirigidos à emancipação das coletividades, rompendo grilhões e impulsionando mudanças nas nossas visões de mundo, pelas vias dos enfrentamentos das forças sócio-históricas, estruturais e políticas dos poderes opressores instituídos, para que estes sejam questionados com bases sólidas. Destarte, baseada em Collins e Bilge (2021), Berth (2019, p. 25) considerou o empoderamento uma “[...] movimentação interna de tomada de consciência ou do despertar de diversas potencialidades que definirão estratégias de enfrentamento das práticas do sistema de dominação machista e racista”.

Os atores sociais envolvidos nessas movimentações contínuas de empoderamento e engajamento sociopolítico, tendem a construir uma coletividade empoderada, com alto grau de consciência crítica, politizada e libertária. Trata-se de um transcurso sócio-histórico e político de mudanças individuais e coletivas numa postura não passiva, que se compromete em romper as estruturas de poder instituído. Logo, o empoderamento é um fator “[...] resultante da junção de indivíduos que se reconstroem e se desconstroem em um processo contínuo que

culmina em empoderamento prático da coletividade, tendo como resposta às transformações sociais que serão desfrutadas por todos e todas” (Berth, 2019, p. 54).

Desenvolver e produzir espaços que possibilitem condições para o despertar das consciências críticas, politizadas, libertárias e contextualizadas, partindo de lugares sociais femininos e dos demais sujeitos pertencentes aos grupos considerados oprimidos, não apaga o instituído, ou seja, “[...] não retira a dimensão estrutural que o coloca sob situações degradantes [...] uma das razões pelas quais o empoderamento é um processo gradual [...] de emancipação e erradicação das estruturas que oprimem” (Berth, 2019, p. 55), mas um exercício contínuo e uma luta que tencionamos constantemente.

De acordo com os estudos de Berth (2019), pesquisas realizadas com militantes em nosso país, demonstraram tais condições favoráveis ao empoderamento, identificadas nas escutas históricas das narrativas de memórias das lutas que impulsionam transformações sociais, como exemplificado na roda de memória e afetos descrita. Os estudos afirmaram que as narrativas femininas, quando ecoadas e ouvidas por outras, poderiam gerar novos ecos e potencializar os enfrentamentos de situações adversas semelhantes, como identificação e dororidade (Piedade, 2023) na superação das problemáticas. Mas, mesmo que tais elementos fortaleçam a coletivização dos empoderamentos, sozinhos não distanciam esses grupos “[...] das agruras de se viver em um sistema racista, patriarcal, fóbico etc.” (Berth, 2019, p. 78).

Se transpomos tal experiência, em que empoderamento coletiviza empoderamento, para a nossa realidade empírica e do lócus desta pesquisa, essas ações representam elementos relevantes na definição estratégica das ações de enfrentamentos contra a retirada de direitos e na luta pela garantia deles, articulando forças em prol da promoção equitativa de políticas públicas, definido por Rua (1997) como fundamentais na superação das injustiças sociais e violações de direitos humanos em uma sociedade desigual.

Na concepção que aprendi na trajetória-com e Rede DLIS, empoderar-se é um processo coletivo, sociopolítico, associativo, histórico, cotidiano, político, comunitário em rede, como um fator essencial à sustentabilidade das lutas, sobretudo se considerarmos a nossa conjuntura colonial, opressiva e patriarcal em que as figuras femininas, mesmo sendo maioria, como as interlocutoras desta pesquisa estão imersas, são violentadas, alienadas e subjugadas e, cujo pano de fundo dificulta a tomada de consciência crítica sobre a nítida e coerente percepção de si, das contradições e complexidades da conjuntura da qual se inserem.

No caso do território do GBJ, cuja tradição histórica é herdeira das lutas e dos engajamentos sociopolíticos femininos, a atuação da Rede DLIS é reconhecida como força sociocomunitária desse chão e, para além desta localidade, onde noutros espaços de poder, as

suas ações alcançam o poder público de forma mais moderada. Nesse caso, seja nos diálogos diretos, nas reivindicações ou por meio do constrangimento público, via redes sociais ou demais veículos de comunicação em massa, como televisão e rádio, as suas insubmissas vozes (Evaristo, 2016) figuram como potentes narrativas que atingem o epicentro dos debates político-institucionais, incidindo os espaços públicos decisórios e promovedores das políticas sociais nos territórios localizados às margens do capitalismo como o nosso.

Em vista disso, embora essas agentes sejam respeitadas nas nossas favelas e territórios como fortes lideranças sociocomunitárias, por vezes as próprias protagonistas não reconhecerem essa força, o seu poder, a relevância representativa dos seus lugares sociais e a repercussão positiva dos seus engajamentos sociopolíticos aos empoderamentos coletivos, seja nos esforços de confrontação às contradições estruturais ou na instrumentalização para as transformações sociocomunitárias, promovendo a conscientização individual e coletiva “[...] das contradições sociais pelas camadas sociais subordinadas que impulsiona e sustenta o processo de organização social das camadas periféricas” (Almeida, 2014, p. 61).

Osterne (2020) ressalta a importância política dessas atrizes, seja nos trabalhos cotidianos de controle social, reposicionamento e reafirmação dos seus lugares femininos no imaginário social, político e patriarcal, na representação da sociedade civil organizada ou na ocupação dos espaços dominados por homens, como principais representantes dos interesses e das decisões no interior dos governos e de suas instituições, mas também a relevância na democratização da “[...] gestão da coisa pública, para inverter as prioridades das administrações no sentido de políticas que atendam não apenas as questões emergências, a partir do espólio de recursos miseráveis destinados às áreas sociais” (Gohn, 2019, p. 25).

A ilustração da participação feminina na representação majoritária da sociedade civil organizada, aponta-nos a elementos que revelam não haver empoderamento coletivo de um grupo sociocomunitário e oprimido sem a luta pela cidadania, dignidade humana, democracia socioparticipativa em aplicação e expansão. O empoderamento na vida sociopolítica também é efetivado pelo exercício da cidadania, efetivação e usufruto dos direitos políticos, entre os quais há participação cidadã nas tomadas de decisão públicas como principais ferramentas. Quando nos referimos aos grupos oprimidos ou subjugados, cujas vozes são silenciadas, o acesso a esses espaços decisórios passa a ser uma dentre tantas estratégias de reexistência.

A questão da cidadania é um tema muito caro às nossas lutas no GBJ, pois ainda hoje, buscamos esse direito aos grupos minoritários, inclusive o segmento feminino. No século XIX, a questão da cidadania se estende às massas, embora de forma gradual e desigual, através

do direito à educação (pauta prioritária dos movimentos no GBJ desde as décadas de 1980-90). No neoliberalismo do final do século XX e início do XXI, o conceito de cidadania voltou para o mercado, em que “[...] o cidadão transforma-se em cliente, consumidor de bens e serviços, e não mais detentor de direitos, [...] alcançados pelo acesso aos serviços públicos estatais” (Gohn, 2008, p. 29). No GBJ, tais direitos são arrancados com luta e engajamento.

Na trajetória histórica de engajamento sociopolítico das militantes e lideranças da Rede DLIS, surgiram desafios “[...] estruturais no efetivo processo de conceituação, disseminação e prática do empoderamento a grupos oprimidos” (Berth, 2019, p. 56). Os enfrentamentos dessas complexidades denotaram a força do empoderamento feminino e coletivo, garantindo “[...] que essa existência pleiteada pelo lugar de fala se desenvolva de maneira plena e eficiente nas ações para a emancipação possível” (Berth, 2019, p. 64).

Ribeiro (2019) declara que o lugar de fala de alguém se refere à sua localização social. Enquanto morador, liderança sociocomunitária e pesquisador, eu parto e me assento no GBJ como esse lugar, onde nos empoderamos, lutamos e reexistimos junto às lideranças e interlocutoras. Desse lócus, investigo e escrevo, considerando o viés teórico, analítico e interseccional, abordando marcadores que entrecruzam opressões e impactam as vidas em comunidades. Nessa via, Berth (2019) destaca o empoderamento como ferramenta estratégica de política de combate, superação e minimização das precariedades humanas.

Portanto, não lutamos sozinhos(as), nós nos empoderamos e nos fortalecemos aliados(as) (Butler, 2018). Esses atos são processuais, revolucionários e sociopoliticamente coletivos, pressupondo pactos comunitários. Ou seja, se o poder não é algo dado ou propriedade individual, “[...] não é possível empoderar alguém. Empoderamos a nós mesmos e amparamos outros indivíduos em seus processos, conscientes de que a conclusão só se dará pela simbiose do processo individual com o coletivo” (Berth, 2019, p. 153).

Outro fator muito caro aos empoderamentos e aos engajamentos sociopolíticos é o fortalecimento da autoestima, como forças motrizes desses processos. Aqui, a autoestima não se refere ao termo banalizado e, popularmente esvaziado de sentido, condicionado pela indústria da beleza e da estética da aparência física, mas sim um encontro existencial consigo mesmo(a), que transpõe as superficialidades no fortalecimento coletivo. Ou seja, onde e enquanto as opressões incidirem, o “[...] trabalho de estímulo ao autoamor deve ser também contínuo, seja pelo autocuidado, pela alimentação do intelecto ou pelo cultivo das boas relações” (Berth, 2019, p. 144-145).

Portanto, aliados(as) às atrizes guardiãs da memória do GBJ e suleados(as) em perspectivas feministas comunitárias e decoloniais, compreendemos o empoderamento como um

fenômeno processual, sociopolítico, histórico, cultural e conjuntural, que atravessa todos os marcadores sociopolíticos da existência e que, por sua vez, mobiliza ações dos(as) indivíduos às coletividades, como forças políticas rompedoras das correntes opressivas e alienadoras, representando motores impulsionadores das ações de engajamentos sociopolíticos.

Tais ações de engajamentos sociopolíticos, frutos dos processos críticos de conscientizações e de empoderamentos, são forças motrizes dos movimentos populares e dos levantes comunais, estes, por sua vez, atuam como regadores cujas águas advêm da nascente do Rio Siqueira-Maranguapinho, e nutre a terra do GBJ, árida em políticas e serviços, mas com potencial de luta humana imensurável, onde a militância é colheitadeira e anunciadora de fartura para quem tem fome de dignidade, de direitos, serviços básicos e de políticas públicas.

No chão sagrado e sociopolítico do GBJ, ocorrem históricos movimentos e ações de engajamentos sociopolíticos femininos, semeando essa terra para tornar o empoderamento coletivo fértil às colheitas e florescimentos vindouros. Nesse processo herdado das lideranças sociocomunitárias, avós (Bispo, 2023) araram a terra e plantaram as sementes antes, para que pudéssemos usufruir de políticas-florescimentos hoje. Nesse plantio, tomaram consciência dos desafios, empoderaram-se da conjuntura, articularam-se, mobilizaram-se e contribuíram na insurgência de outros empoderamentos coletivos para novas gerações e engajamentos em um ciclo comunal de rotação de plantios, como ocorre nas roças do sertão e para tornar o empoderamento coletivo fértil. Nesse caminho “[...] do inimaginável: o empoderamento tem a contestação e o novo no seu âmago, revelando, [...] uma realidade sequer antes imaginada, [...] ponte para o futuro” (Berth, 2019, p. 153).

5.2 Movimentos populares e levantes sociocomunitários por políticas públicas no GBJ: o feminino no interior das lutas sociocomunitárias

Hannah Arendt, uma relevante pensadora política, concebia em seus escritos as ações políticas como atitudes coletivas partilhadas, que geraram adesões posteriores. Assim acontece historicamente no âmago das comunidades subalternizadas, precarizadas e marginais no chão do GBJ, quando a militância sociocomunitária se une, empoderam-se coletivamente e conclamam o coletivo à atuação.

Os engajamentos sociopolíticos conduzidos, sobretudo por ativistas femininas do GBJ e representantes da Rede DLIS, ao longo do tempo, intencionaram-se e se motivaram por questões diversas, frente às mazelas vividas nas favelas e comunidades onde habitam, mas, um dos fatores comuns que as unem é o sentimento de pertencimento ao seu chão e o desejo político de mudança, transformação e de torná-lo lar do bem viver comunal (Gohn, 2008). Assim, foram

protagonizadas por lideranças, mobilizações sociopolíticas, movimentos populares e levantes sociocomunitários em prol de políticas públicas para o território.

Essa tomada de consciência, empoderamento coletivo e engajamento sociopolítico às causas sociocomunitárias, geralmente não surgem repentinamente, mas resultam de um fenômeno processual e coletivo, que antecede e/ou acompanha a autoconscientização crítica, fortalecendo o comunal e impulsionando as transformações dos tecidos sociocomunitários (Berth, 2019). Atenta a essas questões, Lobo (2012) postulou que as ações de protagonismo feminino se conduzem nos cursos históricos da humanidade, mas geralmente seus atos são ignorados, apagados ou invisibilizados nas culturas patriarcais e ocidentais hegemônicas.

Globalmente, como ponderado, parte considerável dos registros históricos dessas lutas populares e levantes sociocomunitários remontam do século XX, apesar de um século antes, militantes como Sojourner Truth terem lançado as fagulhas incendiárias iniciais nessas arenas políticas. Hodiernamente, os NMS se manifestam em nosso país na Ditadura Militar (Gohn, 2008). Nessa cena, tais movimentos carregaram elementos e características, como a presença considerável da militância feminina durante esses anos de chumbo, organizadas “[...] nos anos de 1990 em função de sua atuação na política, criando redes de conscientização de seus direitos e frentes de lutas contra as discriminações de gênero” (Gohn, 2012, p. 21).

Segundo Gohn (2008, p. 89), nos anos “[...] 70-80, as ONGs eram instituições de apoio aos movimentos sociais e populares, estavam por detrás deles nas lutas contra o regime militar e pela democratização do país. Ajudaram a construir um campo democrático popular”. Nas décadas seguintes, como a de 1990, o cenário se amplia e “[...] diversifica-se. Surgem entidades autodenominadas como terceiro setor” (Gohn, 2008, p. 89), como o CDVHS, o MSMC e a Rede DLIS.

Instâncias, movimentos ou levantes como estes, eclodem na América Latina no período, como forças contra-hegemônicas, sobretudo impulsionados por corpos femininos e pautas de gênero, sexualidade, etnicidade, raça e território. Em âmbito nacional, destacamos com reverência o surgimento de dois grandes e tradicionais movimentos sociais do nosso Continente, o MST, gestado oficialmente em 1984, cuja luta histórica se retroalimenta pelo sonho e a necessidade da reforma agrária popular e a sua versão urbana MTST, fundado em 1997, que luta pela moradia digna e reorganização urbana.

Nesse período, situamo-nos, historicamente, no quinto dos seis ciclos de movimentos populares ocorridos no território do GBJ, iniciados antes da gestação do MST, ainda na década de 1980 (Machado; Pereira, 2020). A Rede DLIS surgiu, posteriormente, no ano de 2003 como força sociopolítica aglutinadora e de atuação sociocomunitária. Trazemos

tais vertentes em referência e, como relevantes movimentos que exemplificam características dos NMS, por suas forças populares e coletivas, significâncias, repercussões nacional e internacional, mas também como evidência de que a conquista e manutenção dos direitos humanos resulta das mobilizações, levantes populares e sociocomunitários.

Nos três casos mencionados, no MST, MTST e na Rede DLIS, existe uma força feminina representativa entranhada neles, reveladas em contribuições sociopolíticas nas conduções de pautas importantes e nos avanços organizativos dessas instâncias políticas, contra as mordças, as discriminações e as violências de gênero, pelo reconhecimento dos seus protagonismos, respeito por suas trajetórias sociopolíticas, nas posições de referência ou responsabilidade, para além das posições coadjuvantes.

Gohn (2012) resgata e destaca alguns desses elementos sócio-históricos ao nosso estudo, sobretudo no que concerne à relevância dos históricos agrupamentos de ativistas femininas identificadas nos movimentos no Brasil desde a Ditadura, “[...] organizados nos anos de 1990 em função de sua atuação na política, criando redes de conscientização de seus direitos e frentes de lutas contra as discriminações de gênero” (Gohn, 2012, p. 21).

Outro fator a ser destacado é o lugar social e de fala (Ribeiro, 2019) dessas ativistas no interior de tais movimentos populares e articulações sociocomunitárias, em que, nos processos intersubjetivos delas, o respeito às pautas e o recorte de gênero são primordiais ao bom funcionamento dessas engrenagens políticas, “[...] como elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos” (Scott, 1990, p. 4), ou ainda, “[...] uma forma primeira de significar as relações de poder” (Scott, 1990, p. 4). Tal lugar social é um elemento fundamental nas nossas análises. Em face disso, Lobo (2012) destaca que, diante de inúmeros estudos sobre os movimentos sociais no país, há raras interrogações sobre o lugar do gênero no interior deles. Por exemplo, as funções sociais atribuídas às pessoas do gênero masculino, feminino e as motivações que levaram estas últimas a tomarem a dianteira dos engajamentos sociopolíticos nas lutas populares coletivas e contra-hegemônicas de base sociocomunitária.

Para tensionar essas questões, especialmente as ações e lugar feminino no interior dos NMS, Emilayne Souto (2018, p. 90) sugere dois desafios: o primeiro, pensarmos a constituição das trajetórias participativas e políticas “[...] das mulheres dentro dos movimentos sociais urbanos, considerando a questão de gênero”. Em um segundo, refletirmos sobre a produção das relações intersubjetivas e de “[...] gênero dentro dos movimentos sociais urbanos, pensando ora em termos de lutas por reconhecimento, ora em termos de direito” (Emilayne Souto, 2018, p. 87).

A primeira provocação sugerida nos remete ao fato de que as ativistas que atuam junto aos movimentos sociais, confundem-se com a existência e as memórias dos próprios, constituindo-se, intersubjetivamente, como sujeitos por meio das próprias interações com os outros “[...] enquanto produtos e produtores das relações de gênero” (Souto, 2018, p. 95).

No caso da Rede DLIS, tais relações se configuram nas próprias coalizões de indignações e empoderamentos coletivos para formações e análises diagnósticas conjunturais, nas assembleias e reuniões de PMA, para as tomadas de decisão coletivas e operacionalização dessas ações, seja no âmbito do controle social das políticas públicas, na distribuição das tarefas por cada participante na Rede, desde a limpeza do chão, organização do espaço das assembleias e das falas, na produção da alimentação para o coletivo em dia de ação, ou no trabalho que exige força braçal, como carregamento e montagem dos equipamentos utilizados.

Ao nos aproximarmos do segundo ponto incitado por Souto (2018), foi necessário compreendermos questões relacionadas ao não reconhecimento feminino, ou das pessoas de gênero não-masculino, como fator que invisibiliza e relega às militantes aos espaços de menor poder ou desimportância política no âmago dos movimentos ou nas representações externas e eventos públicos, por exemplo.

Nesse cenário, são necessárias reflexões a respeito do “[...] gênero em uma teoria da ação coletiva [...] dentro dos movimentos urbanos contemporâneos” (Souto, 2018, p. 99), demarcando a insuficiência dos espaços ou baixa frequência de diálogos sobre gênero entre os(as) próprios(as) participantes dos movimentos populares e articulações sociocomunitárias. Por exemplo, as narrativas que escutamos sobre a Rede DLIS, enquanto articulação relevante ao território do GBJ e a cidade, geralmente não vêm acompanhadas dos reconhecimentos às suas lideranças femininas, muito menos à importância dos seus braços nas remadas desse mar revolto, que é a conjuntura periferizada.

Apesar da presença majoritariamente feminina nesses espaços políticos de poder local, existe uma marcha secular de invisibilização e/ou apagamento das ações protagonizadas por elas, desmobilizando-as e desempoderando-as (Gohn, 2007). Nos próprios escritos, apagam-se os seus feitos desde as décadas de 1970 e 1980 (Lobo, 2012) – arrastando-se até hoje, quando o poder público não reconhece as políticas que implementa a partir da emanção do povo – relegando tais produções intelectuais e populares ao segundo plano, priorizando obras produzidas por homens ou assinadas por pseudônimos masculinos, deslegitimando as (re)existências femininas, nos enfrentamentos das desigualdades, das violações de direitos e pela promoção das políticas.

Esses sujeitos políticos histórica e politicamente silenciadas, existem, reexistem,

levantam-se e gritam contra as forças hegemônicas que tencionam invisibilizá-las, apagá-las e silenciá-las no território do GBJ ou em todos as áreas atravessadas pela lógica patriarcal e colonial opressora. Na maioria dos lugares que elas ocupam, essa cultura política e estrutural se replica, apesar da importância dos protagonismos coletivos dessas militantes e lideranças como as principais agentes na linha de frente dos enfrentamentos às mazelas e demandas sociocomunitárias em prol das transformações dessas realidades sociais.

Gohn (2007) reitera esse destaque e reconhecimento às trajetórias sociopolíticas femininas, quando ressalta os lugares ocupados por elas, seja nas movimentações feministas,

[...] nos movimentos populares por melhores condições de vida e trabalho e nas redes e fóruns transversais que ultrapassam as fronteiras nacionais. Nos movimentos organizados segundo a temática do gênero, as mulheres destacam-se por serem as que têm todos os maiores índices de participação e de organização de suas demandas em entidades associativas. As mulheres também sustentam, majoritariamente, as redes solidárias de projetos sociais que trabalham pela inclusão de crianças e adolescentes nas ruas [...] portanto, quer como grupos de mobilizações de causas femininas, quer como participação feminina em diferentes mobilizações, as mulheres têm constituído a maioria das ações coletivas públicas (Gohn, 2007, p. 45).

Tais iniciativas podem ser fortalecidas ou enfraquecidas no âmago dos próprios movimentos, levantes e/ou articulações sociocomunitárias, majoritariamente conduzidos por essas militantes e lideranças, quando naturalizaram ou se conformaram com a ausência de reconhecimento, ou se esforçaram em busca dessa valoração legítima, por vezes, gritada, imposta à força ou arrancada a dentes e garras de quem o detém sem o devido mérito, seja no interior da militância ou nos espaços institucionais do poder público.

Nesse diapasão, reconhecer, celebrar, valorizar as vitórias e conquistas no território do GBJ e, em prol dele, são urgentes, como ilustraremos no penúltimo subtópico desta unidade textual. Valorar o semeio e os florescimentos das políticas sociais e serviços básicos às nossas favelas, advindos dos engajamentos e empoderamento coletivo nas lutas sociocomunitárias em prol das políticas públicas para esse chão do GBJ, é uma reparação histórica, compromisso ético político de todos(as), inclusive nossa.

5.3 Políticas públicas: conceituações teóricas e participações políticas femininas no GBJ

As políticas públicas são tão desejadas e esperadas pelas lideranças comunitárias no GBJ, quanto às águas das chuvas nas regiões interioranas do sertão nordestino, na escassez d'água nos períodos de estiagem, pelos(as) agricultores(as) familiares que plantam e colhem para a subsistência. A água é vida, seja nas chuvas ou nos rios, como o sonho das sementes.

Quando as gotas d'água das chuvas molham e refrescam a terra seca do semiárido nordestino, a terra as recebe com a alegria do(a) sertanejo(a), enquanto nutrem as suas raízes, enverdejam a Caatinga e afloram os seus mandacarus. Essa abundância de vida e alegria se reflete nos rostos dos(as) moradoras(es) do Grande (Bom) Jardim, quando as políticas públicas os(as) alcançam. É festa e fartura nas favelas dessa periferia urbana da cidade, onde as desigualdades e as vulnerabilidades sociopolíticas se fazem morada.

A Rede DLIS, o CDVHS e os demais entes sociopolíticos que atuam no cenário do GBJ, há mais de seis décadas, utilizam a gramática das lutas e monitoramento popular das políticas públicas na prescrição das suas ações sociopolíticas, cujo caráter inovador busca diagnosticar, exigir, realizar controle social dessas políticas, como exercício cívico, cotidiano e democrático que corroboram com a garantia da dignidade humana e a sustentabilidade dos direitos no território, desde a base da pirâmide social, lugar de onde nos entrincheiramos.

Diante dessas premissas, surge a seguinte indagação: o que é uma política de interesse público ou política pública? Antes de discorrermos sobre este ponto, ressaltamos uma ponderação de Leonardo Secchi (2012), consenso entre estudiosos(as) da temática, em que, qualquer definição fechada em relação ao termo, é arbitrária, pois muitos fatores devem ser considerados na definição, tais como: um conjunto conceitual denso e variado; referenciais teóricos específicos apregoados por cada autoria e os elementos conceituais divergentes. Mesmo assim, buscamos um entendimento comum que nos auxilie na caminhada reflexiva.

Em consonância com as ideias de Secchi (2012), os termos política ou *politics* podem assumir, sobretudo em países de língua inglesa, duas diferentes conotações: *politics* e *policy*. A primeira representaria uma “[...] atividade humana ligada à obtenção e manutenção dos recursos necessários para o exercício do poder sobre o homem” (Secchi, 2012, p. 1). Esse significado, ressaltado pelo autor parafraseando Norberto Bobbio, é um dos mais presentes na nossa literatura. O segundo, define-se de modo mais pragmático, considerando a “[...] orientação para a decisão e ação” (Secchi, 2012, p. 1). Nesse caso, a política pública ou *public policy*, estaria mais condizente com a segunda definição, considerando seu conteúdo concreto e “[...] simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões” (Secchi, 2012, p. 1).

A *policy*, utilizada aqui com maior aproximação em relação ao que buscamos, seria a escolha do agente público diante das pressões. Como aquilo que ele não resistiu à força social (Secchi, 2012). Logo, na perspectiva de Bandeira e Almeida (2013), o significado de política pública, centrar-se-ia na pacificação/barganha/mediação dos conflitos sociais, assim como nas “[...] formas de interação entre o Estado e a sociedade civil por meio da transformação de

diretrizes e princípios norteadores em ações e procedimentos que (re)constroem a realidade da nação” (Bandeira; Almeida, 2013, p. 36).

Mas o que seria esse Estado? Amparados sob o ponto de vista de Eloisa Höfling (2001), diferenciamos Estado e Governo. O Estado definido por um “[...] conjunto de instituições permanentes [...] que possibilitam a ação do governo não [...] reduzido à burocracia pública, aos organismos estatais que conceberiam e implementariam as políticas públicas” (Höfling, 2001, p. 31). O Governo se define como aparato de programas e projetos “[...] que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período” (Höfling, 2001, p. 31).

Desse modo, Höfling (2001) argumenta que as políticas que objetivam mitigar as desigualdades enfrentando os problemas sociais são, majoritariamente, de responsabilidade estatal, mas não apenas dele, ou seja, a iniciativa de implementar e mantê-las partem dos processos das tomadas de decisão que envolvem “[...] órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada. Neste sentido, políticas públicas não podem ser reduzidas a políticas estatais” (Höfling, 2001, p. 31).

Na correlação sociedade-governo-estado, um dos papéis do agente governamental é escutar representantes da sociedade, considerando suas demandas, interesses (governo, sociedade, economia/mercado), as convergências políticas e ideológicas nas decisões públicas que impactam o todo ou parte considerável da sociedade. Por exemplo: o projeto de Governo do Estado do Ceará de combate à fome, “Ceará sem fome”, mesmo não reconhecido pelo ente estatal, surgiu da pesquisa, diagnóstico e relatório: Mapa participativo²² de enfrentamento à fome do GBJ, fruto da articulação entre: o CDVHS, a Rede DLIS, Diálogos (UNILAB), NUPEGA (UFC), a ASCABOMJA e outros sujeitos sociopolíticos, dirigida a sensibilização do poder público estatal sobre insegurança alimentar, exigindo urgência na implementação de políticas de combate à esse gargalo no território e demais periferias do Estado, pois as pessoas estavam

²² A pesquisa que originou o relatório do Mapa Participativo de Enfrentamento à Fome do Grande Bom Jardim, ocorreu no início do ano de 2021, quando, por iniciativa do CDVHS, do Grupo Diálogos (UNILAB) e do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Geografia e Alimentação (NUPEGA/UFC), apoiados por 14 Cozinhas Comunitárias do GBJ, firmaram uma parceria acadêmico-comunitária para esse diagnóstico e pesquisa, cujo objetivo central foi elaborar um mapa das regiões de extrema vulnerabilidade e fome, para tencionar o poder público municipal e estadual em prol de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional para o território. Publicado em setembro de 2022, a pesquisa foi premiada com Menção Honrosa no 1º Prêmio ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais) de Extensão Universitária, no 46º Encontro Nacional da entidade, em outubro de 2022. O 1º Prêmio ANPOCS de Extensão reconhece iniciativas relevantes de extensão universitária no Brasil, tendo como parâmetros a relevância do tema e abordagem; o impacto social da proposta e o perfil do público beneficiado; o caráter inovador da proposta etc. (Ceará, 2025).

morrendo de fome diante de um poder público indiferente a isso.

Nessa relação poder público-comunidade e políticas públicas, os(as) teóricos(a) Luciana Lima, Rafael Aguiar e Lizandro Lui (2022) identificaram, mormente, três fatores relevantes: objetivos, instrumentos e os grupos beneficiários. Os primeiros correspondem aos aspectos intencionais do desenho e indicam as consequências visadas. Os instrumentos se referem às técnicas utilizadas pelos governos para gerar, avaliar e implementar políticas. No terceiro fator há um consenso, de que os desenhos geram consequências sociopolíticas, não somente no bem-estar material, mas na reputação social e em como a população enxerga a relação com o governo e o Estado, por vezes representados por seus funcionários na ponta (Lima; Aguiar; Lui, 2022).

Assim, as políticas públicas são entendidas como ações executadas pelo aparelho estatal, utilizando instrumentos e “[...] um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade” (Höfling, 2001, p. 31) balizadas por diretrizes, ações intencionais coordenadas para enfrentamentos e mitigação dos problemas públicos ao longo do tempo, especialmente quando afetam uma coletividade. Trata-se, portanto, de “[...] uma orientação à atividade ou à passividade de alguém” (Secchi, 2012, p. 2). Além desses dois elementos, elas possuem a “[...] intencionalidade pública e resposta a um problema público [...] entendido como coletivamente relevante” (Secchi, 2012, p. 2) na decisão de implementação ou não.

De acordo com a professora Gabriela Lotta (2019, p. 19), algumas/alguns estudiosos(as) se debruçaram em busca da compreensão dos processos de implementação das políticas com os olhares inclinados para momentos específicos, como o “[...] da materialização ou concretização das políticas. Esses estudos têm como ponto de partida a ideia de que as políticas públicas podem ser analisadas como um ciclo que perpassa diferentes fases: agenda, formulação, implementação e avaliação”, como sintetizadas a seguir:

A primeira fase, da agenda, é o momento de definição de temas prioritários a serem tratados pelo Estado [...] A segunda fase, de formulação, é o momento em que as políticas serão objeto de formulação, de planejamento, de decisão sobre seus modelos e objetivos [...] A terceira fase é a da implementação, momento em que os planos formulados se tornarão realidade [...] por fim, a fase de avaliação é aquela em que os resultados das políticas públicas serão mensurados (Lotta, 2019, p. 13).

Na visão de Lia Fernandes e Ivan Almeida (2019), tal perspectiva e análise das políticas públicas configuradas em ciclos, situaram-se na primeira geração de estudos sobre a temática (1950-1960). O ciclo foi esquematizado objetivamente e com fins didáticos, para subsidiar a “[...] visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em

fases sequenciais e interdependentes” (Secchi, 2012, p. 33), desse modo, sintetizamos “[...] o modelo à sete fases principais: 1) identificação do problema, 2) formação da agenda; 3) formulação de alternativas, 4) tomada de decisão, 5) implementação, 6) avaliação, 7) extinção” (Secchi, 2012, p. 33).

Conforme Lima, Aguiar e Lui (2022), as etapas do ciclo proposto acima podem ainda serem sintetizadas em unidades comuns às políticas públicas, tais como: os problemas, os objetivos, os instrumentos de implementação da política, os(as) beneficiários(as) delas, as regras de inclusão/exclusão, a governança, a racionalidade e as construções sociais. Portanto, nessa perspectiva, o desenho das políticas públicas se volta para a análise desses elementos, das relações/interações entre eles, dos contextos institucionais, políticos, organizacionais e de suas implicações sociopolíticas.

Em consonância com as ideias acima, Suely Araújo e Demerval da Silva Júnior (2022) destacam elementos fundamentais na compreensão das etapas sugeridas: a existência de subsistemas (coalizões); a crença dos grupos de atores que se reúnem para os estudos e as análises das mudanças das políticas públicas, as técnicas para tal e um tempo médio de, pelo menos, uma década para avaliar essas políticas. A “crença” conjunta é um “[...] elemento que une atores em uma determinada coalizão” (Araújo; Silva Júnior, 2022, p. 106), portanto, “[...] as crenças desse núcleo incluem os objetivos de políticas públicas e se e como um governo deve ou não agir em relação a um tema de interesse do subsistema” (Araújo; Silva Júnior, 2022, p. 106).

Nas etapas propostas, as coalizões de defesa competem pelos processos decisórios das políticas públicas, ou seja, existem relações conflituosas no âmago do subsistema, destacando as intercoalizões, além de coordenação a partir dessas, com esperança de que haja ajustes e aprendizagem entre os atores (Araújo; Silva Júnior, 2022).

Muitas autoras(es) que se debruçam sobre os estudos da temática consideram o ciclo de políticas públicas, não como um *continuum* ininterrupto ou uma regra fixa, mas um caminho/etapas didático-pedagógicas para compreensão dos processos, desde os conflitos públicos e de interesses iniciais, no diagnóstico para definição dos problemas e as propostas para sua entrada na agenda pública, às etapas de planejamento, monitoramento, execução e redefinição das políticas, entendendo que o processo de realização delas podem se decompor em “[...] sucessivas fases e estágios. Cada estágio se relacionaria com os outros segundo ordens lógica, hierárquica e mesmo cronológica” (Fernandes; Almeida, 2019, p. 127).

Raramente os ciclos refletem integralmente a “[...] dinâmica ou vida de uma política pública. As fases geralmente se apresentam misturadas, as sequências se alternam” (Secchi,

2012, p. 33). Por exemplo, teóricos sustentam “[...] que em alguns contextos a identificação do problema está mais relacionada ao fim do processo do que ao início, e as fases de avaliação geralmente acontecem antes do escrutínio do problema” (Secchi, 2012, p. 34).

Retomando a questão dos estágios de estudos sobre políticas públicas, além do primeiro, Fernandes e Almeida (2019) concebem outras duas gerações posteriores. A segunda se situou entre 1960 e 1980, e a terceira na última década do século XX. Mesmo reconhecendo que a análise de políticas públicas surgiu na primeira geração para responder “[...] ao aumento da complexidade dos problemas sociais e da própria organização e estruturação do estado para resolvê-los. Desta feita, os formuladores de políticas passaram a buscar no campo científico ajuda para a construção de alternativas e propostas de soluções” (Fernandes; Almeida, 2019, p. 126).

Em relação a segunda geração, Fernandes e Almeida (2019) ponderam que, além das críticas à proposta do ciclo ou etapas das políticas, as “[...] concepções teóricas e empíricas sobre os modelos mais proeminentes das Ciências das Políticas [...] são marcadas pelo aumento da demanda por participação de atores sociais nos processos decisórios das políticas públicas” (Fernandes; Almeida, 2019, p. 129). A experiência de militância, participação popular e sociocomunitária que tive, tanto no CDVHS quanto na Rede DLIS, confirmou tais indícios, demonstrando que os segmentos interessados necessitam contribuir e incidir para que os processos em prol das políticas públicas ocorram.

No início da segunda geração dos estudos sobre políticas públicas, na década de 1960, período ditatorial no país, eclodiram reexistências frente a esse sistema, inclusive contra as desigualdades, o empobrecimento e a fome. Um dos expoentes nestas lutas foi o ativista dos direitos humanos, Herbert de Souza (Betinho), fundador da Ação e Cidadania Contra a Fome e Miséria e Pela Vida, no início de 1990, a primeira grande campanha nacional da sociedade civil contra a fome. O CDVHS, que carrega o seu nome, surgiu nesse período, e a Rede DLIS, por iniciativa do Centro, gestou-se nove anos depois, na terceira geração de movimentos ocorridos no GBJ, caracterizada pela ênfase do “[...] gerenciamento dos processos de políticas públicas [...] que buscam refletir os novos desafios da administração pública em um ambiente mais complexo se comparado às teorias de segunda geração desenvolvidas na década de 80 e 90” (Fernandes; Almeida, 2019, p. 137).

Tais movimentos e parte de setores sociais mais progressistas já confrontavam as concepções econômicas neoliberais de sociedade e estado produzidas, sobretudo no século XX (1970-1980), resgatando a herança liberalista clássica dos séculos XVIII e XIX, resumindo sua prática na expressão: “[...] menos Estado e mais mercado” sua concepção de Estado e de

governo” (Höfling, 2001, p. 36).

Essas concepções ou “[...] teorias políticas liberais concebem as funções do Estado essencialmente voltadas para a garantia dos direitos individuais, sem interferência nas esferas da vida pública e, especificamente, na esfera econômica da sociedade” (Höfling, 2001, p. 36). Por exemplo, no caso da política pública educacional, o Estado teria o papel de dividir ou transferir essa responsabilidade para as iniciativas privadas (privatização), deixando a cargo da livre competição. Às famílias socioeconomicamente vulneráveis caberia a responsabilidade de arcar com os demais custos (Höfling, 2001). No território do GBJ, as lutas sempre foram por uma responsabilização do poder público (municipal e estadual) em relação à educação.

As(os) defensoras(es) e adeptas(es) do sistema neoliberal, neoliberalismo ou capitalismo tardio, consideram as políticas sociais ou públicas como despesas para o Estado e os maiores entraves ao desenvolvimento da sociedade, assim, as intervenções do ente estatal que vise mitigar as crises, desigualdades e injustiças sociais, ameaçariam as autonomias individuais e inibiriam a liberdade econômica absoluta, notadamente nos processos de disputas entre os representantes dos setores e iniciativas privadas, “[...] podendo bloquear os mecanismos que o próprio mercado é capaz de gerar com vistas a restabelecer o seu equilíbrio. Uma vez mais, o livre mercado é [...] o grande equalizador das relações entre os indivíduos e das oportunidades na estrutura ocupacional da sociedade” (Höfling, 2001, p. 37).

Nesse caso, nas situações, quando os estados possuem inclinações neoliberais, o seu arcabouço de projetos, práticas e estratégias sociais de governo focam, mormente, nas políticas de cunho compensatório e nos programas “[...] voltados àqueles que, em função de sua ‘capacidade e escolhas individuais’, não usufruem do progresso social. Tais ações não [...] propõem a alterar as relações estabelecidas na sociedade” (Höfling, 2001, p. 39).

Essas relações sociais pressupõem sugestões estratégicas para mitigar os efeitos danosos das suas problemáticas, pelo menos há dois séculos. Nesse período as responsáveis pela minimização dessas mazelas, intitulavam políticas sociais, referindo-se a toda e qualquer ação implementada pelo Estado no campo das políticas públicas, objetivando a proteção social, a redistribuição de proventos sociais específicos, buscando mitigar as “[...] desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. As políticas sociais têm suas raízes nos movimentos populares do século XIX, voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais” (Höfling, 2001, p. 31).

Desse modo, o germen ou impulsionador das formulações das políticas públicas é o problema público, entendido por Lima, Aguiar e Lui (2022) como aspectos da realidade vistos como indesejáveis ou problemáticos e, por isso, motivam os(as) atores/atrizes a promoverem

esforços e ações estratégicas para enfrentá-los, objetivando mitigá-los.

Conforme Secchi (2012, p. 11), o problema público se revela e é identificado “[...] quando o *status quo* é considerado inadequado e quando existe a expectativa do alcance de uma situação melhor [...] é a diferença entre a situação atual e uma situação ideal possível para a realidade pública”, ou, simplesmente, o contraste da realidade social entre o que temos em dada conjuntura e o que gostaríamos de ter, como na pergunta de partida elaborada para a pesquisa do DSP do GBJ. Apesar de, nem sempre, tal indagação ser suficiente para operacionalizar as políticas, pois, noutros casos as problemáticas de interesse público podem surgir inesperadamente, como as tragédias não anunciadas ou se presentificar, “[...] mas não receber suficiente atenção porque a coletividade aprendeu a conviver com ele, como o caso da favelização das periferias das grandes cidades” (Secchi, 2012, p. 34).

Outra situação corriqueira é quando o problema público é identificado num dado contexto em função de outro. Por exemplo, em relação à nossa cidade, quando analisamos geopoliticamente o lado norte (área enobrecida) e comparamos com o sul (área periférica e empobrecida), reconhecemos as problemáticas desta última por vivência, mas parametrizamos por comparação. Nesse caso, a proposição de políticas para a região sul seria um parâmetro em relação ao norte, mesmo assim, a elaboração das políticas não teria finalidade resolutive desse problema, mas sim, “[...] mitigá-lo ou diminuir suas consequências negativas” (Secchi, 2012, p. 35).

Nesse processo, alguns agentes identificam problemáticas públicas para que essas demandas cheguem ao conhecimento dos entes representantes do poder público – mesmo que eles reconheçam e/ou ignorem essa situação – para que reúnam esforços, recursos e busquem resolutividade à problemática. Esses atores sociopolíticos que tencionam os agentes públicos “[...] encaram o problema público como matéria-prima de trabalho” (Secchi, 2012, p. 35).

Geralmente esses sujeitos sociopolíticos e, por vezes ativistas na pressão popular e representantes da sociedade civil organizada – como parlamentares do campo de esquerda, OSCs como o CDVHS, associações sociocomunitárias, articulações como a Rede DLIS etc., que estudam e produzem diagnósticos de cenários – escrevem relatórios das demandas sociais locais e reivindicam que o poder público se responsabilize e priorize essas pautas nas suas agendas, mesmo que após a implementação das políticas eles não reconheçam publicamente os esforços dos(as) ativistas, como no caso do Comitê de enfrentamento à Covid-19 no Estado, e tantas outras políticas executadas pelo Governo do Estado do Ceará, a partir de projetos que já partiram, da base à gestão pública, prontos. Mesmo sem essa valorização pública, as lutas seguem, até que os problemas sociais entrem na lista das prioridades ou na agenda pública.

As agendas são caracterizadas por Secchi (2012, p. 36) em três tipos principais: a agenda “política”, a “formal/institucional” e a “midiática”. A primeira, representada uma lista de “[...] problemas ou temas que a comunidade política percebe como merecedor de intervenção pública”, no segundo tipo, definem-se as problemáticas ou temáticas “[...] que o poder público já decidiu enfrentar” (Secchi, 2012, p. 36), e no terceiro, “[...] a lista de problemas que recebe atenção especial dos diversos meios de comunicação. O poder que a mídia possui sobre a opinião pública é tamanho que, não raras vezes, a agenda da mídia condiciona as agendas políticas e institucionais” (Secchi, 2012, p. 36). Nesse último, notadamente os representantes dos movimentos sociais e articulações sociocomunitárias do território do GBJ, utilizam as mídias sociais como poderosas ferramentas de exposição das mazelas locais, ou um mecanismo para constranger o poder público e pressioná-lo por soluções a essas problemáticas.

As implementações das políticas públicas em prol do bem comum nas nossas favelas, quase sempre requerem muita incidência sociopolítica e popular para entrarem na agenda pública. Depois de implementadas, se os monitoramentos, as pressões públicas ou constrangimentos cessam, elas podem perder força nas agendas e serem extintas. Ou seja, sem a força das(os) agentes e os tensionamentos populares, as políticas não se sustentam. Além da incidência, para que essas políticas sociais entrem nas agendas públicas são necessários outros três elementos básicos: o “[...] interesse dos atores envolvidos, resolutividade, considerando que as ações sejam factíveis e a competência, no que tange ao alcance da problemática em tocar as responsabilidades públicas” (Secchi, 2012, p. 36).

Depois que o problema figura como prioritário na formação da agenda pública, os passos seguintes objetivam construir possibilidades para mitigá-lo. “Idealmente, a formulação de soluções passa pelo estabelecimento de objetivos e estratégias e o estudo das potenciais consequências de cada alternativa de solução” (Secchi, 2012, p. 36-37), como ressaltamos anteriormente na descrição dos eixos, planos, projetos e suas projeções na PDS do GBJ.

As avaliações das prioridades encaminhativas às soluções das mazelas públicas podem ser executadas por três principais técnicas: a projeção, a predição e a conjectura, como possibilidades antecipatórias (não adivinhatória), mesmo que a dinâmica de instabilidade e a complexidade dos cenários sejam um entrave considerável nesse esforço, assim como a ausência “[...] de informações atualizadas, consistentes e confiáveis, e a falta de recursos financeiros e tempo para a realização de estudos mais elaborados” (Secchi, 2012, p. 39).

Conforme exposto pelo autor, no processo de priorização, concepção, elaboração e tomada de decisão pela deliberação de uma política pública, são etapas que sucedem: “[...] a formulação de alternativas de solução [...] em que os interesses dos atores são equacionados e

as intenções (objetivos e métodos) de enfrentamento de um problema público são explicitadas” (Secchi, 2012, p. 40).

Secchi (2012) destaca que os processos decisórios das políticas são complexos, mas propõe uma síntese em três pontos para compreensão das situações mais comuns na dinâmica de mitigação ou amenização dos problemas públicos, quando: “1. Os tomadores de decisão têm problemas em mãos e correm atrás de soluções; [...] 2. Os tomadores de decisão vão ajustando os problemas às soluções, e as soluções aos problemas” (Secchi, 2012, p. 40); “3. Os tomadores de decisão têm soluções em mãos e correm atrás de problemas” (Secchi, 2012, p. 41). Por exemplo, a doença pode ser criada para vender a cura que, por sua vez, já estava pronta. Nas três situações apresentadas, a primeira é remediativa, a segunda adaptativa e a terceira antecipatória. Ademais, outra questão ressaltada pelo autor, é que as políticas podem ser incrementos, renovação ou verticalização de políticas anteriores.

Retomando a relevância da defesa das crenças dos tomadores de decisão que compõem as coalizões, Araújo e Silva Júnior (2022) discutem esse fator como fundamental para a implementação das políticas públicas. Acreditar e defender algo como prioritário para as agendas políticas, em determinadas conjunturas em detrimento de outras, convida-nos a refletirmos sobre o porquê de áreas, sobretudo periféricas e empobrecidas fortalezenses ou noutros centros urbanos do país, terem sido historicamente negligenciadas.

Após a tomada de decisão, a fase seguinte é a implementação da política pública e a sua posterior avaliação. Segundo Lotta (2019), atualmente as políticas são implementadas por grupos influentes e representantes de diferentes instituições, organizações, perspectivas e valores. Assim, para uma análise da efetivação, é “[...] necessário entender quem são esses atores, como eles interagem e agem sobre a implementação. Isso leva a uma questão bastante delicada quando se pensa em processos decisórios de políticas públicas: o envolvimento de atores não estatais” (Lotta, 2019, p. 19).

Nos processos de implementação se produzem “[...] os resultados concretos da política pública” (Secchi, 2012, p. 44). Na fase seguinte, de avaliação, é a etapa do ciclo no qual o processo anterior “[...] e o desempenho da política pública são examinados com o intuito de conhecer melhor o estado da política e o nível de redução do problema que a gerou. É o momento-chave para a produção de feedback sobre as fases antecedentes” (Secchi, 2012, p. 49).

Destacamos aqui dois exemplos empíricos da proposta sobredita, o Encontro anual de PMA da Rede DLIS e os processos de elaboração do DSP para implementação da PDS do GBJ: no primeiro, as etapas avaliativas das políticas supracitadas são seguidas e, portanto,

identificadas. De acordo com a perspectiva de Lotta (2019, p. 14), o “[...] acúmulo de estudos de avaliação começou a reforçar, ao longo do tempo, a impressão de que havia uma grande distância entre objetivos concebidos nos processos decisórios e os resultados alcançados de fato”. No segundo exemplo, as(os) agentes sociopolíticas(os) se interrogaram, constantemente, sobre o cenário percebido e, posteriormente à própria política, buscando entender se os objetivos e as expectativas projetadas foram alcançados ou não. “A questão, portanto, é desenvolver modelos analíticos que olhem para esses atores como parte constitutiva do processo interativo que permeia a implementação” (Lotta, 2019, p. 20).

Analisar com um olhar atento, sensível, crítico e político para o nosso tecido social, é se aproximar do entendimento das suas complexidades. Quando se trata de um cenário periferizado e empobrecido como o GBJ, é historicamente marcado por problemáticas públicas que denunciam vulnerabilidades, desigualdades e injustiças sociais. Nessa intrincada conjuntura, os valores, os interesses divergentes e as intencionalidades na implementação das políticas, nem sempre se alinham, influenciados por fatores como os ideológicos advindos dos grupos políticos institucionais e outros agentes. Nesse emaranhado de articulações e possibilidades, os processos de “[...] definição de políticas públicas [...] reflete os conflitos de interesses, os arranjos feitos nas esferas de poder que perpassam as instituições do Estado e da sociedade como um todo” (Höfling, 2001, p. 38).

Para que tais conflitos de interesses sejam administrados e, portanto, mantidos de modo socialmente coeso, Rua (1997) estabelece dois caminhos possíveis: a coerção social e a política. A primeira pode avultar as problemáticas se usada com excesso de força, reduzindo o seu impacto social e encarecendo aos interessados. O segundo caminho, apesar de não divergir totalmente da coerção, é entendida como a resolução pacífica dos conflitos sociais e públicos. Para a autora, as políticas públicas resultam das atividades políticas para destinação precisa de recursos, sendo necessário diferenciar essas e as decisões políticas.

Outro fator importante destacado pela autora é que, só podemos considerar uma iniciativa como política pública quando impacta toda uma coletividade, uma sociedade, por isso, “[...] geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas” (Rua, 1997, p. 1). Estas representam interesses e escolhas intencionais baseadas nelas, dentre as “[...] alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando - em maior ou menor grau - uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis” (Rua, 1997, p. 1).

Concordamos com o ponto de vista da autora sobredita, de que os serviços e as políticas públicas devem assistir à coletividade de modo integral. No papel, a proposta é

magnífica, mas, por outro lado, não nos abstermos de realizar um questionamento. Se as mulheres representam a maioria da população pindorâmica e, se as políticas públicas só podem ser consideradas como tal, se impactarem positivamente uma coletividade, porque tais políticas – sobretudo com recortes de gênero visando mitigar as desigualdades – não são implementadas com o mesmo interesse e afinho que as demais?

Na tentativa de responder a indagação sobredita, que parece retórica, indagamos: se um dos critérios primordiais para a implementação das políticas públicas são os interesses e vontades dos gestores públicos (majoritariamente masculinos) e, somos atravessados(as) por uma sociedade patriarcal, como as políticas de gênero figurariam em primeiro plano? Temos desafios a enfrentar. Por isso, faz-se necessário tensionar e repactuar a construção coletiva de ações que iluminem as pautas históricas e sociopolíticas relevantes advindas dos grupos subalternizados, para que as suas queixas e/ou demandas não sejam consideradas como simples “estado de coisas”, mas figurem nas agendas como prioridades e responsabilidades do poder público como “problema público” reparador das desigualdades e garantidor das políticas para os territórios, especialmente no que tange as de gênero.

Nesse jogo socioeconômico e político de interesses, as pautas de gênero e, demais anseios das maiorias minoritárias, são historicamente relegadas à indiferença ou ao descaso dos agentes do poder público nacional e fomentadores das políticas públicas, geralmente membros da elite política composta por “[...] homens brancos, heteronormativos, com alto grau educacional, concentração de renda e inserção social” (Bandeira; Almeida, 2013, p. 36).

Ademais, tais políticas públicas, quando em benefício das pessoas do gênero feminino ou os demais não-masculinos, não contemplam tais perspectivas, cuja linguagem e inclinação exclusivamente patriarcal “[...] está introjetada nas estruturas socioinstitucionais e jurídicas. Tais situações de poder, em relação ao referente masculino, se fazem presentes no planejamento das ações públicas mesmo em governos que se comprometem com a redução das desigualdades de gênero” (Bandeira; Almeida, 2013, p. 38).

Tais estruturas socioinstitucionais, político-jurídicas embranquecidas, coloniais, patriarcais e misóginas, obstaculizam que as vozes femininas possam ecoar nas tomadas de decisão, por políticas de equidade de gênero ou em serviços voltados para o público feminino, por se encontrarem relegadas às esferas hegemônicas, por vezes deslegitimadas pelo Estado em suas ações e apelos, cujos lugares não figuram “[...] na política - nem nas tomadas de decisão nem como suas destinatárias específicas” (Bandeira; Almeida, 2013, p. 36).

Nos raros casos em que os agentes do poder público pautam questões relacionadas as políticas de mulheres, geralmente se centram em propostas baseadas na reprodução social,

cujos papéis se encontram, prontamente, delimitados por sexo, não pelo gênero. Além disso, tais políticas, geralmente se baseiam em ações assistencialistas pontuais “[...] para determinado grupo, [...] em geral, acabam por restringir a mudança das formas sociais estruturais, uma vez que reforçam a ideologia patriarcal” (Bandeira; Almeida, 2013, p. 38).

Essa estrutura (im)posta e, pactuadamente patriarcal, branca, cis-heteronormativa, segregadora de gênero e indiferente às possibilidades de suas políticas sociais, encontra muita reexistência e engajamento sociopolítico feminista, na luta conjunta pela construção de outros possíveis, como nas linhas que vos escrevo que, em aliança, transpomos a perspectiva de uma ferramenta coletora de informações empíricas, mas uma proposta ética e política de denúncia, reparação histórica e fortalecimento sociopolítico das lutas femininas, reconhecendo as suas caminhadas e batalhas diárias, nas coalizões dos movimentos sociais, através da visibilização dos protagonismos de seus corpos, como sujeitos de direitos e principais atrizes dos processos de transformação dos seus tecidos sociais.

É contra as políticas de apagamento feminino e de suas lutas sociocomunitárias, que nos somamos em revide e, portando um arsenal acadêmico-popular em políticas de aparecimento, navalhando os véus hegemônicos, coloniais, patriarcais e embranquecidos, que desqualificam, despotencializam, silenciam ou encobrem as pulsões de vida que emanam desses corpos subalternizados e marginalizados. Como propomos, é pela reparação histórica dessas existências dissidentes às heteronormatividades de sexo e pelas políticas que nos aliançamos.

Nas situações em que há proposições de políticas para o gênero feminino, seja com foco em uma parcela desse segmento pelo viés do sexo ou por recorte de gênero, ambas não se excluem. Há, inclusive, um sinal de que a primeira proposta se direciona para este último com maior abrangência social, na “[...] perspectiva relacional e crítica das desigualdades entre e intragrupos de homens e mulheres. Afinal, a política para as mulheres pode ser uma estratégia para promover a igualdade de gênero” (Bandeira; Almeida, 2013, p. 38).

Apesar da nossa estrutura sociopolítica, o panorama nacional não é estático, em função da militância dos movimentos sociais e articulações sociocomunitárias como a Rede DLIS, cujo protagonismo feminino reivindica do poder público que as temáticas de gênero figurem nas agendas dos seus gestores. Tais ações femininas, ratificam “[...] a necessidade de se estabelecer políticas que contemplem o intercruzamento de gênero com outras categorias, como raça, classe e geração” (Bandeira; Almeida, 2013, p. 39), reconhecendo a partir do gênero, existir “[...] experiências histórico-sociais pautadas nas diferenças sexuais. Quer seja como construção organizadora de modos de ser e modelos de comportamentos, quer seja como variável de pertencimento dos sujeitos” (Bandeira; Almeida, 2013, p. 37).

Embora iniciativas como essas, que tencionam outras possibilidades de políticas, partam de diversos(as) agentes, segmentos e lugares, “[...] as políticas públicas são elaboradas dentro de um aparato institucional-legal do Estado” (Secchi, 2012, p. 3), no âmago da governança pública. Por exemplo, as incidências por pautas de gênero chegarão nos agentes governamentais, que possuem concepções multicêntricas ou policêntricas, do processo que transcorre, de acolhimento das demandas sociais à implementação das políticas públicas, para os enfrentamentos e mitigação dessas problemáticas admitindo, por vezes, a prerrogativa das ações dessas agentes não estatais e, não apenas monopólio desse.

Por exemplo, quando OSCs ou as articulações associativas como a Rede DLIS produzem estudos analíticos, diagnósticos, relatórios dos cenários e apontam caminhos de mitigação das suas problemáticas locais aos gestores, como as campanhas de combate à Covid 19, contra a fome ou as violências de gênero, e sobre a defesa da vida das juventudes racializadas no chão do GBJ, tais iniciativas desses membros da sociedade civil organizada, não são ações intencionais orientadas para impactar a mitigação dos problemas num coletivo social? Sim, no entanto, fogem do monopólio do Estado, apesar dos governos terem poderes políticos e recursos para viabilizar a execução de uma política pública nessa perspectiva. No caso dos que discordam das vertentes multi ou policêntrica em prol das abordagens estadistas, as ações exemplificadas acima, não são consideradas “[...] política pública, porque o ator protagonista não é estatal. Por outro lado, autores da abordagem multicêntrica a consideram política pública, pois o problema que se tem em mão é público” (Secchi, 2012, p. 3).

Em ambas as situações acima, as atividades políticas objetivam, ou deveriam, mitigar as problemáticas advindas de entes e setores sociopolíticos, em sua multiplicidade. Os sujeitos são entendidos(as) aqui como indivíduos ou grupos “[...] de dentro ou fora do governo, que buscam influenciar de modo regular o processo de políticas públicas. Os atores podem estar no centro ou na periferia” (Araújo; Silva Júnior, 2022, p. 104).

Rua (1997) distingue três grupos de sujeitos subdivididos noutros cinco subgrupos nessa trama: (1) públicos: políticos e burocratas; e (2) privados: empresários(as), funcionários(as) e servidores(as), estes inclusive possuindo influência social para interferir na economia do país, caso suspendam os serviços essenciais à nação. Como terceiro, figuram as(os) trabalhadoras(es) da ponta, cujo poder de ação, articulação e mobilização organizada partem dos sindicatos, equipamentos de atendimentos sociais, partidos políticos institucionais, OSCs, articulações de movimentos populares e sociocomunitários, mas também dos agentes internacionais financeiros (FMI e Banco Mundial) e da mídia (jornais, televisão, rádio, internet etc.) como veículos de alcance, formadores de opinião e agitadores das massas.

A identificação desses entes sociais que influenciam diretamente na possibilidade de implementação e permanência das políticas públicas pode ser uma tarefa complexa, mas a pesquisadora Rua (1997) indica caminhos para reconhecê-los, cujo principal é estabelecer análises dos seus interesses, quando afetados ou contemplados nas decisões que influenciam a política social em questão, ou seja, sobre quem ou qual setor ganha ou perde no jogo político de efetivação ou impedimento de determinada política pública.

Lotta (2019) considerou a identificação dos(as) sujeitos(as) sobreditos(as) por outras vias, partindo de pesquisas iniciadas na Europa, por volta de 1980. Esses entes sociais, especialmente os envolvidos no processo de “entrega” do serviço público às comunidades, nomeados de “Burocratas de Nível de Rua (BNR)”, possuem o papel transformador das “[...] políticas abrangentes (muitas vezes ambíguas e contraditórias) em ações práticas dentro de contextos com situações imprevisíveis e recursos escassos [...] fazem tudo isso exercendo [...] discricionariedade, que é a margem de liberdade para tomada de decisão” (Lotta, 2019, p. 23).

Esses agentes ou BNRs seriam os trabalhadores da ponta dos serviços públicos, considerados como pessoas-ponte na facilitação e no acesso da população à administração pública ou às engrenagens institucionais dos mecanismos estatais, nas políticas de governo e garantindo que os serviços e as políticas de interesses sociais alcancem positivamente a população, sobretudo àquelas em situação de intenso empobrecimento e escassez de recursos.

No entanto, na medida em que esses(as) BNRs podem ser uma interface visível do Estado, a partir dos(as) seus/suas funcionários(as), materializando empiricamente nas suas representações governamentais no imaginário social, seja de modo positivo ou negativo, essa responsabilidade passa a acarretar consequências aos BNRs, podendo sofrer “[...] cotidianamente a controvérsia da ação estatal, na medida em que são, ao mesmo tempo, pressionados pelas demandas de serviços a aumentarem eficiência e responsividade; e [...] pelos usuários do serviço para terem um tratamento individualizado e resolutivo” (Lotta, 2019, p. 23).

Nesse cenário, o trabalho dos BNRs implica riscos, não apenas nas relações diretas com os(as) usuários(as) dos serviços e políticas públicas, mas como fruto direto e/ou indireto delas, inclusive impactando socioemocionalmente esses(as) trabalhadores(as) da ponta, seja por excesso de atividades laborais ou pelas péssimas condições trabalhistas, mormente nas más gestões. Nessa cena, por vezes, adoecedora, quando membros das comunidades identificam distratos, negligências ou ausência de insumos básicos, como gases e medicamentos, dificultando na oferta dos serviços de qualidade, isso demonstra um caráter contra às(os) trabalhadoras(es) da linha de frente ou da ponta (BNR), e acarreta revolta nas pessoas, que se queixam e responsabilizam o braço governamental.

Por conseguinte, dentre os desafios enfrentados por esses(as) trabalhadoras(es) da ponta dos serviços (BNR), são tomados(as) por essa dupla pressão ponderada, tendo que se esforçar diariamente no desenvolvimento de estratégias laborais em meio a essas interrelações em jogo. Nesse exercício cotidiano de atuação, entre o amortecimento das pressões sociais às gestões públicas e dos sofrimentos pessoais decorrentes disso, além da responsabilidade em acolher o público e atender às demandas locais, Lotta (2019) considerou outras questões nessa relação com o(a) usuário(a), como a priorização ou “facilitação” no atendimento de algumas pessoas em detrimento de outras, bem como enviesamentos em seleções de programas sociais e a despersonalização das acolhidas e atendimentos.

Diante dessas situações diárias, das complexidades imprevistas do campo entre as demandas do público atendido e das(os) próprios BNRs, Lotta (2019), parafraseando Lipsky (2010), considerou algumas tarefas primordiais deste trabalho, principalmente em relação às tomadas de decisão importantes nas “[...] políticas públicas e sobre a vida dessas pessoas. Eles tomam essas decisões utilizando sua discricionariedade na interação concreta com usuários” (Lotta, 2019, p. 24), partindo de quatro ações principais:

Em primeiro lugar, é tarefa dos burocratas de nível de rua triar, classificar e categorizar usuários [...] uma segunda tarefa dos burocratas de nível de rua é distribuir benefícios e sanções que afetam o bem-estar dos clientes. Uma terceira tarefa [...] é estruturar contextos de interação, determinando quando, com que frequência e sob quais circunstâncias a ação ocorrerá [...] por fim, é ensinar aos cidadãos o papel de ser cliente/usuário do Estado (Lotta, 2019, p. 24-25).

As tarefas e responsabilidades ético-políticas dos BNRs quando assumiram estar na ponta dos serviços públicos, são elementos fundamentais nos processos decisórios das políticas, garantindo ou não o acolhimento e a assistência de qualidade, muitas vezes em situações complexas e emergenciais, a públicos prioritários, empobrecidos e vulnerabilizados. Além do comprometimento sociopolítico e da competência técnica, os BNRs precisam se posicionar de forma humana, sensível e com bom senso, pois algumas acolhidas, mesmo que não sejam a função direta do BNR, são imprescindíveis em momentos eventuais.

Lotta (2019) pontuou as quatro tarefas supramencionadas sob uma perspectiva da discricionariedade, ou seja, como ações cotidianas dos(as) BNRs, configurando a “[...] somatória das pequenas decisões tomadas pelos vários burocratas envolvidos na implementação [...] por isso que dizemos que são os burocratas de nível de rua que de fato fazem as políticas públicas na prática” (Lotta, 2019, p. 26-32).

Para além da importância pragmática do trabalho dos BNR na interlocução e acesso das comunidades às políticas e aos serviços, não desconsideramos as responsabilidades do

próprio Estado e dos seus agentes governamentais em relação à oferta desses serviços, pois eles são os detentores dos recursos e da legitimidade para a implementação. Tais ações, “[...] e políticas públicas são concretamente construídas por meio da ação prática de burocratas que transforma ideias abstratas em ações concretas [...] dessa forma, tem muito a contribuir tanto teórica quanto empiricamente” (Lotta, 2019, p. 34).

Trazendo tal realidade para nosso contexto empírico de pesquisa, observamos que no território do GBJ há vários grupos de trabalhadores(as) da ponta e ativistas que realizam ações, para além dos(as) funcionários(as) contratados(as) pelo poder público, sendo eles(as) representantes do CDVHS e da Rede DLIS, e demais instâncias da sociedade civil organizada, na participação direta e cidadã na administração pública, no controle social das políticas governamentais e tensionamento desse ente pela garantia de mais políticas públicas e que elas sejam equânimes, sobretudo em benefício das favelas e comunidades que, factualmente, foram historicamente mais vulnerabilizadas pela própria ausência delas. Tais representações sociopolíticas citadas são plurais em relação às características e frentes de lutas, cujo quadro é majoritariamente feminino, variando os perfis pessoais e profissionais.

Muitas ações dessas ativistas femininas, algumas delas BNRs que atuam no GBJ, dirigem-se de modo organizado ao governo, a fim de expor as problemáticas dos territórios, favelas e tensionar a resolução das problemáticas, construindo coletivamente tais soluções, articuladas sob corresponsabilização popular-governamental-estatal. Tal proposta considera que as administrações públicas devam atender às necessidades sociocomunitárias, não privilegiando grupos hegemônicos, mas, ao contrário, priorizando os “[...] programas de ação universalizantes, que possibilitem a incorporação de conquistas sociais pelos grupos e setores desfavorecidos, visando à reversão do desequilíbrio social” (Höfling, 2001, p. 39).

As capacidades coletivas de organização popular e articulação sociocomunitária, conduzidas pelas lideranças sobreditas – nas redes sociais e dinâmicas comunitárias – são fortes estratégias de exigência e controle social de políticas sociais, que busquem atenuar o prejuízo e reparar os danos sócio-históricos e políticos ocasionados pelas violações dos direitos humanos, dadas as inúmeras e factuais dívidas sociais, econômicas e culturais que o Estado e os governos têm para com a nossa gente do GBJ e demais periferias. Essas indiferenças ou insuficiências das ações governamentais em relação às políticas, visando a minimização das precariedades e índices desumanos nessas regiões, comprometem as futuras gerações.

Diante do quadro enunciado, desenvolver ações no campo da sociedade civil para implementação e controle social das suas políticas públicas, possui relevância para o território do GBJ e toda a região. Para a efetivação de tais ações, são necessários estudos e análises de

conjunturas, formações políticas para participação, atuação e incidência sociocomunitária, além dos assentos nos espaços de poderes institucionais municipais e estaduais, tais como: conselhos, comitês de gestão, comissões, coordenações de programas e projetos sociais, sem, contudo, desvincular ou abdicar das ações de mobilização e pressão social comunais, cujos instrumentos são constituídos pelas organizações populares do lugar. Ou seja, é urgente investir, capacitar militantes e defensores(as) de direitos humanos para atuarem nas esferas públicas da cidadania, ampliando o escopo das lutas diárias e da pressão política.

Desse modo, as ações de levantes populares históricos e sociopolíticos conduzidos pelo CDVHS e pela Rede DLIS, agem como potentes mecanismos nas frentes de batalhas em prol da garantia de dignidade, dos direitos humanos e ambientais, e exigindo políticas públicas como caminho possível e inegociável, conduzindo-se pelo controle social dessas políticas e pela pressão popular de base sociocomunitária frente ao poder público, cujas metodologias participativas e comunais concentram seus esforços em um tripé, o PMA de Políticas Públicas.

Retomando as últimas etapas dos ciclos das políticas públicas, mormente aos processos da avaliação, o avanço dos estudos na temática apontou a sofisticação na produção dos instrumentos avaliativos, seja em relação aos programas, projetos ou das próprias políticas. Nesse caso, é imprescindível recorrer às “chamadas ‘questões de fundo’, às quais informam basicamente as decisões tomadas, as escolhas feitas, os caminhos de implementação traçados e os modelos de avaliação aplicados, em relação a uma estratégia de intervenção governamental qualquer” (Höfling, 2001, p. 30).

Todo início finda, ou como propôs Bispo (2023), somos o começo, o meio e o começo. Nas políticas públicas essa máxima pode se replicar. Secchi (2012) utilizando “[...] como metáfora o ciclo de vida dos organismos, o ciclo de política pública também tem um fim, no momento da morte ou extinção da política pública” (Secchi, 2012, p. 53), destacou, ainda, três possibilidades no findar da vida útil das políticas ou suas extinções, se: 1. o “[...] problema que originou a política é percebido como resolvido; 2. os programas, as leis ou as ações que ativavam a política pública são percebidos como ineficazes; 3. o problema, embora não resolvido, perdeu progressivamente importância e saiu das agendas políticas” (Secchi, 2012, p. 53).

Nesse findar, algumas políticas possuem mais resistência a extinção do que outras, por vezes, em decorrência das pressões populares pela sua manutenção, por exemplo, no caso das políticas públicas redistributivas “[...] em virtude do alto grau de conflito que geram entre grupos potencialmente beneficiários e grupos pagadores” (Secchi, 2012, p. 53).

Como as políticas públicas são programas de governo, ou seja, mediadoras de

relações e serviços entre esse ente público e o corpo social, tanto a implementação quanto a sua extinção dependem das janelas de oportunidades, considerados momentos importantes em que ocorrem eventos inesperados ou “[...] reformas ministeriais, mudanças de mandato executivo e legislativo e aprovação de orçamentos [...] em que políticas públicas aparentemente inócuas podem ser extintas ou substituídas por outras” (Secchi, 2012, p. 54).

Enquanto os processos ou ciclos das políticas públicas transcorrem no nosso campo problemático de pesquisa, representantes da sociedade civil organizada, sobretudo o CDVHS e a Rede DLIS, seguem suas trajetórias em prol das políticas públicas para o bem viver do GBJ, cujas exigências, reivindicações, pressões populares pela implementação de tais políticas e seu controle social nesse chão, revelam lutas históricas por cidadania, dignidade, direitos humanos e por tais políticas possibilitadoras do bem viver comunal, ancorados nas experiências populares e sociocomunitárias, como as Caravanas Populares de Monitoramento para que as políticas públicas tenham uma vida útil, duradoura e sustentável.

5.3.1 As Caravanas Populares de Monitoramento como tecnologias sociocomunitárias de controle social das políticas públicas: sete exemplos empíricos

Nas teorias das políticas públicas que ressaltamos, o monitoramento é uma etapa relevante, pois corrobora nos processos de acompanhamento de toda vida útil dessas políticas, como um dos fatores que garantem a sustentabilidade e a eficiência dos serviços ofertados. Enquanto missão da sociedade civil organizada, o monitoramento será aqui utilizado “[...] no sentido amplo, compreendendo ações ativas de investigação, na qual a fiscalização acontece através da observação contínua e integrada a ações coletivas” (CDVHS, 2024, n.d.).

Trata-se, então, de uma ferramenta de incidência, acompanhamento e fiscalização contínua ao processo de vida das políticas, desde os primeiros esforços e exigências nas fases de implementação, possíveis alterações nos rumos dos objetivos propostos inicialmente, em função da fluidez, da particularidade de cada conjuntura e das proposições de alterações na política pelos próprios entes governamentais, visando adequação aos cenários e a mitigação dos danos sociais sentidos pela população nos contextos violadores de direitos humanos, como as nossas favelas e periferias urbanas.

Historicamente o CDVHS, a Rede DLIS e demais agentes sociopolíticos que atuam no território GBJ, lançam mão do controle social das políticas públicas. No exercício democrático da cidadania, acompanham, monitoram e/ou fiscalizações, buscando garantir a universalização, a equidade dos serviços ofertados pelas políticas e a efetivação dos direitos humanos por meio delas. Neste trabalho cotidiano, parte das comunidades se aliam nas

ações em prol desse famigerado bem viver comunal. Tais ações efetivadas pela sociedade civil organizada e demais setores sociocomunitários incluem diálogos, exigências ou confrontações diretas ao Estado e, especialmente, as suas políticas de Governo.

Tal notabilidade política e pública é uma identidade em relação ao chão do GBJ, desde os períodos anteriores à sociogênese da Rede DLIS, quando sua população e esse locus são, tradicionalmente, apontados como herdeiros de uma sólida trajetória de lutas populares, ações reivindicatórias, disputas sociopolíticas em prol da implementação de políticas públicas setoriais, com expertise no controle social delas, em toda a região sudoeste e adjacências da cidade, como benefícios e bem viver, na mitigação das problemáticas sociocomunitárias.

Tais iniciativas factualmente protagonizadas e conduzidas, majoritariamente por militantes e lideranças femininas que habitam e lutam pelo território do GBJ, vêm figurando como potentes estratégias e tecnologias sociais contemporâneas, de atuação junto aos grupos populares minoritários e setores subalternizados nessa estrutural sociocomunitária desigual, buscando, comunalmente, diálogos e tensionamentos às agendas públicas, fazendo com que as políticas públicas de interesses comuns sejam implementadas com universalização e acessem esses espaços periferizados com equidade.

Nessa longa trajetória histórica pela efetivação das políticas no território do GBJ, fez-se necessário esgotar todas as alternativas estratégicas possíveis, inclusive atualmente as novas tecnologias sociais viabilizadas pelo usufruto da internet, na comunicação midiática e com uma maior possibilidade de visibilização e constrangimento público às violações de direitos humanos coadunadas pelo poder público e, factualmente, veladas nessas localidades.

Perante o exposto, o CDVHS, pretendendo fortalecer a participação popular numa proposta dialógica entre saberes nas incidências sociocomunitárias, de maneira integrada às ações empíricas – visando alcançar os propósitos comuns – propôs iniciativas primordiais, dentre elas, a reivindicação em prol das políticas públicas para o chão do GBJ, identificando demandas e elegendo as políticas a serem acompanhadas e monitoradas, definindo “[...] o que se quer alcançar, a determinação dos agentes envolvidos, as formas viáveis de fiscalização, as metodologias a serem aplicadas e as atividades a serem realizadas” (CDVHS, 2024, n.d.).

Assim, as Caravanas Populares de Monitoramento passaram a compor a caixa de ferramentas sociopolíticas de tecnologias populares e sociocomunitárias do CDVHS, desde então, tendo no ano 2000 os primeiros registros de tais experiências conduzidas no território do GBJ e, (CDVHS, 2024, n.d.) três anos depois, a Rede DLIS passa a utilizá-las em aliança ao Centro, nesse locus de militância comum como parte do seu arcabouço de controle social das políticas públicas, operando sob diferentes temáticas, utilizando estratégias de incidência e

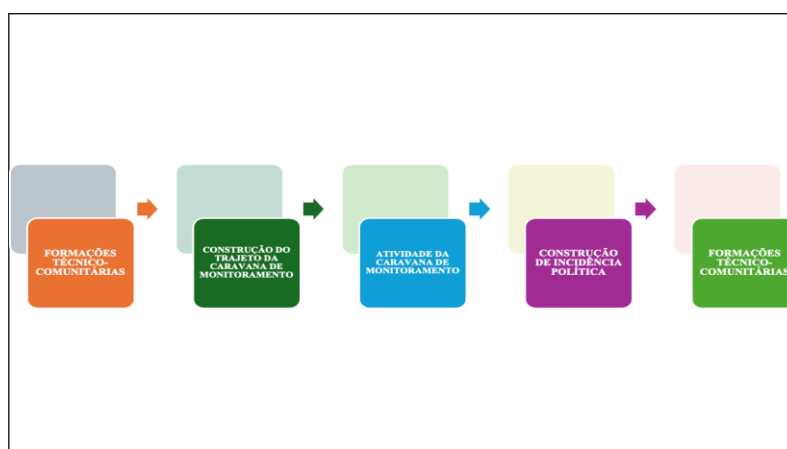
metodologias de base sociocomunitárias, coletivas, empíricas e vivenciais de fiscalização dessas políticas. Inspiradas nas Santas Missões das CEBs, essas iniciativas são veículos de participação social nas políticas setoriais, herdadas desde as primeiras ocupações do GBJ.

Gohn (2008, p. 30) entende participação social ou sociopolíticas, enquanto um processo que “[...] imprime sentido e significado a um grupo ou movimento social, tornando-o protagonista de sua história, desenvolvendo uma consciência crítica desalienadora, agregando força sociopolítica a esse grupo ou ação coletiva, e gerando novos valores e uma cultura política nova”, ademais, tal conduta “leva a mudança e à transformação social (Gohn, 2008, p. 31).

Portanto, desde as Santas Missões, as Caravanas populares têm fortalecido as participações sociais, a autonomia da militância e das lideranças locais, representantes de instâncias de luta sociopolítica, assim como motivando diálogos, articulações, mobilizações sociocomunitárias entre os(as) moradores(as) e “[...] garantidos avanços significativos no campo da efetivação de políticas públicas para o território” (CDVHS, 2024, n.d.).

O fluxograma abaixo, elaborado a partir de informações compiladas na Cartilha: “Caravanas de Monitoramento Grande Bom Jardim” – produzida pelo CDVHS em 2024, com o apoio da Rede DLIS e demais parceiros(as) – ilustra cinco passos na atuação sociopolítica e de base sociocomunitária, efetivada nas Caravanas de Monitoramento, sendo as principais: “Etapa 01: Formações Técnico-Comunitárias; Etapa 02: Construção do Trajeto da Caravana; Etapa 03: Atividades de Caravana; Etapa 04: Construção de Incidência Política e Etapa 05: Formações Técnico-Comunitária” (CDVHS, 2024, n.d.).

Figura 4 – Fluxograma das cinco etapas das Caravanas Populares de Monitoramento



Fonte: Elaborada pelo pesquisador a partir da cartilha do CDVHS (2024).

Segundo as informações ilustradas no fluxograma acima (CDVHS, 2024, n. d.), o

primeiro passo para a realização das Caravanas de Monitoramentos é elegermos a temática advinda de uma problemática local ou uma política que se pretende monitorar. Essa questão não é criada subitamente, mas decorre de um problema histórico que uma comunidade vem enfrentando e que afeta a vida dos(as) seus/suas moradores(as).

Na etapa inicial, nomeada de “Formação Técnico-Comunitária”, identifica-se o território, comunidade ou rua onde a incidência da Caravana será realizada e, a partir daí, ocorrem os diálogos sobre a temática de atuação com o grupo, compartilhando informações sobre ela, visando a construção das ações estratégicas coletivas e o estudo de cenário, para compreensão da relevância de tal iniciativa ao lugar proposto e, o que se almeja alcançar em benefício à comunidade (CDVHS, 2024, n. d.).

Na etapa seguinte, ocorre a “Construção do Trajeto da Caravana”, momento colaborativo e definidor dos caminhos percorridos na ação sociocomunitária no território. Atualmente, com o advento da territorialização²³, sobretudo nas nossas periferias urbanas, tal fase se tornou mais complexa. Nessa ocasião, ocorre a aproximação com a população, geralmente lideranças sociocomunitárias residentes nos locais das visitas de fiscalização. Nesse momento, é também possibilitada uma “[...] relação direta entre as questões teóricas e práticas, produzindo novos conhecimentos através da troca de saberes” (CDVHS, 2024, n. d.).

Seguidamente, a etapa se centra nas “Atividades de Caravana”. Particularmente, tenho presenciado articulações de fretes de automóveis, caronas no carro institucional do CDVHS ou de parceiros(as) para a ida aos locais definidos para as visitas. Noutros casos, as pessoas que moram nas comunidades próximas ou onde ocorre a incidência política, decidem ir caminhando ou pedalando ao local e até oferecem um cafezinho. Nessa fase, é relevante o apoio dos(as) moradores(as), membros das “[...] organizações locais, apoiadores e outras pessoas interessadas na temática. Assim, torna-se possível também conversar com outras pessoas que estejam no local, e sensibilizar para a temática abordada” (CDVHS, 2024, n. d.). Ademais, nesse processo, algumas ferramentas digitais são utilizadas, como o “[...] georreferenciamento de modo a localizar os pontos visitados e facilitar na construção das rotas [...] tirar fotos e gravar vídeos como forma de registros, inclusive para comparação em momentos futuros” (CDVHS, 2024, n. d.).

Os dois momentos seguintes (4 e 5) são considerados estratégicos e, igualmente, de suma importância como os demais, sendo nomeados: “Construção da Incidência Política”, onde se constroem espaços de definição das estratégias e demais ações a serem realizadas e; as

²³ Na dinâmica criminal, o termo se refere ao domínio territorial local, incluindo bairros, ruas, comunidades ou ocupações, imposto por uma ou mais facções criminosas, por vezes em disputa, sobre e pelo mesmo território.

“Formações Técnico-Comunitárias”, objetivando fomentar preparações sociopolíticas de conhecimentos sobre as percepções registradas, troca de experiências e saberes populares, mas também tentando tirar dúvidas sobre a temática de incidência escolhida, portanto, “[...] é necessário que os sujeitos envolvidos estejam capacitados e formados para atuar na construção de ações efetivas para garantir as mudanças desejadas” (CDVHS, 2024, n. d.).

Dentre as diferentes etapas ressaltadas acima, o conjunto dessas ações articuladas é fundamental para garantir a operacionalidade e a efetividade das Caravanas Populares de Monitoramento das políticas públicas, mesmo que o resultado positivo dependa da adaptação em cada conjuntura e territorialidade.

Essas tecnologias populares e sociopolíticas conduzidas pelo CDVHS, pela Rede DLIS e demais redes e grupos sociocomunitários, contam ainda em algumas ações com o apoio de parceiros(as) parlamentares, gestores públicos, IES, órgãos do sistema de justiça, garantia de direitos e do setor privado. As caravanas populares são também uma rica experiência de mapeamento e reconhecimento de contextos de violações de direitos e aprendizado junto aos saberes populares sobre as políticas e os territórios, tanto para os(as) moradores(as) locais, quanto apoiadores(as) externos(as), adquirindo conhecimento, potencializando as energias sociais para as ações de controle e incidência junto às políticas (Diários de campo, 2018).

Almeida (2014) argumenta que os agentes que compõem a Rede DLIS e demais lideranças, de modo coletivo e em Caravanas, visitam equipamentos e obras públicas em andamento ou abandonadas (inacabadas), realizam observações diretas, registros fotográficos e anotações em diário, para produzirem documentos institucionais e “[...] relatórios comunitários sobre a situação a que se encontra o desenvolvimento dos serviços públicos, de forma a se produzir uma espécie de parecer e constituir elementos passíveis de serem negociados com autoridades competentes, em termos da exigibilidade de direitos” (Almeida, 2014, p. 236).

Seguidamente, ilustramos empiricamente um trecho da realidade de, pelo menos oito ações de Caravanas Populares de Monitoramento, realizadas em um recorte histórico de 13 anos, nos equipamentos, obras públicas e de interesse social localizadas no chão do GBJ, como esforços fiscalizatórios, visando garantir sustentabilidade desses serviços, enquanto conquistas do CDVHS, da Rede DLIS e de todo nosso território, exemplificadas nas seguintes frentes temáticas: Meio ambiente - socioambiental (Rio Maranguapinho e do Parque Urbano Lagoa da Viúva - bairro Siqueira); Assistência social (CRAS e CREAS); a Cultura e arte (CCBJ e CCC); ZEIS Bom Jardim e as Cozinhas Comunitárias do GBJ (RCCGBJ). Destas ações, não estive presente nas duas primeiras, pois passei a habitar e militar nesse chão apenas em 2017.

Ilustramos a primeira temática (meio ambiente) nas três primeiras Caravanas, registradas, ocorridas entre os anos de 2010 e 2014. A primeira, trata-se de uma tecnologia sociocomunitária de monitoramento conduzida pela Rede DLIS, identificada do lado esquerdo da imagem 10, realizada em 2010 no Comitê Pró-Maranguapinho, período de criação do Grupo de Trabalho Multiparticipativo, Institucional e Intersetorial (GTMII), para o monitoramento e fiscalização do Projeto Rio Maranguapinho (2012-2014), tendo assento no Comitê o CDVHS, a Cáritas Fortaleza, duas entidades locais da Rede DLIS, a Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza (FBFF), e a Qualifica. As ações visaram coletar informações e monitorar a obra de intervenção urbana nas margens do Rio, bem como denunciar os impactos socioambientais sobre o Rio, ao território do GBJ e para toda região, posicionando-se em relação às situações percebidas (Almeida; Freitas, 2021; CDVHS, 2011).

Quatro anos depois, em 2014, a Rede DLIS articulada com o ArqPET/UFC e a Comissão Rio Maranguapinho, realizou outra atividade de Caravana para reconhecimento e monitoramento das áreas verdes e dos recursos hídricos do GBJ, identificada na imagem do lado direito, onde se mapeou riachos e lagoas observando a preservação e a degradação socioambientais, em toda localidade. Atualizaram informações do DSP do GBJ e foi lançado, em outubro do mesmo ano, um caderno das questões socioambientais do território e região. Ambas as ações sobreditas estão ilustradas na imagem seguinte.

Imagem 11 – Comissão Rio Maranguapinho em Caravana Popular de Monitoramento



Fonte: Acervo do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza - CDVHS (2014).

Um dos resultados da segunda iniciativa acima foi a coleta de dados para estudos de cenário, subsídios para eventuais denúncias e, em 2014, a elaboração do Projeto Parque Ecológico da Lagoa da Viúva (maior área verde da região sudoeste e uma das maiores áreas socioambientais da capital, localizada no pulmão verde do bairro Siqueira) pelo ArqPET/UFC,

em parceria com o CDVHS. O Projeto foi efetivado inicialmente com recursos da Emenda Orçamentária Anual do município de Fortaleza.

Registramos, a seguir, a terceira Caravana Popular de Monitoramento, com a temática socioambiental realizada em 2021 por membros representantes das comunidades do entorno da Lagoa da Viúva, por nós da Rede DLIS, do CDVHS e da UFC, onde nos reunimos e fizemos um lanche coletivo, realizamos trilhas pelo parque, visitamos pontos estratégicos, registramos (escrita, fotografia e vídeo) violações identificadas, como obras e loteamentos irregulares, queimadas e devastação de áreas verdes, com fins de denúncia e cobrança de providências do poder público municipal e demais órgãos competentes.

Imagem 12 – Caravana Popular de Monitoramento da Lagoa da Viúva (Siqueira) no GBJ



Fonte: Acervo do pesquisador (2021).

Antes de anunciarmos a próxima experiência de Caravana, identificamos registros de denúncias históricas em relação à precarização da Assistência Social e demais políticas setoriais no território do GBJ. Frente a isso, ao longo dos últimos anos, “[...] a Rede DLIS lançou mão do recurso estratégico das caravanas de monitoramento para visibilizar a violação de direitos e evidenciar o território como um lugar de direitos” (Almeida; Freitas, 2021, p. 47). Assim, a Rede, partindo dessa tecnologia social, passou a fiscalizar oito Unidades da Atenção Básica em Saúde (UAPS), os CRAS e o CREAS (no Conjunto Ceará) no território do GBJ.

Assim, o nosso quarto exemplo empírico de Caravana Popular de Monitoramento, teve por temática a Assistência (CRAS e CREAS) – data do segundo semestre do ano de 2018

– no período de 20 de junho a 19 de novembro, resultante de um encaminhamento definido coletivamente no Encontro Anual de PMA da Rede DLIS daquele ano. A Caravana se destinou a acompanhar, coletar informações sobre a cobertura e a prestação dos serviços de assistência no território do GBJ. Em seguida, produziu-se um relatório técnico fruto dessa ação, informando, dentre outras questões, a qualidade dos serviços, atendimentos, infraestrutura e a sua cobertura territorial, inclusive revelando a necessidade de recursos e a construção de, pelo menos, o dobro da quantidade de equipamentos disponíveis. Participei dessas visitas aos equipamentos *in loco*, totalizando 04 CRAS e 01 CREAS (Diários de campo, 2018-2019).

A tarefa foi assumida e realizada pela Rede DLIS, através da nossa Comissão de proteção infantojuvenil e da Comissão de articulação, das quais participei à época. Nessa ação, não fomos autorizados(as) a divulgar os registros fotográficos dos equipamentos, tamanha precariedade, mas, em novembro de 2019, convocamos a gestão pública municipal e estadual, o ministério público e a sociedade civil organizada para apresentação de relatórios, dados registrados dessas ações e a exposição pública de tais situações delicadas identificadas nesses equipamentos, exigindo atitudes por parte das gestões (Diários de campo, 2018-2019).

Imagem 13 – I Seminário Interdisciplinar de Proteção Infantojuvenil da Rede DLIS



Fonte: Acervo do pesquisador (2019).

As Caravanas de Monitoramento aos equipamentos Cultura e arte do território do GBJ (CCBJ e CCC) figuram no quinto e sexto exemplos, como relevantes iniciativas de pacto comum e sociocomunitário, antes do início das suas obras físicas, considerando-as como exigências populares que fizeram com que tais políticas entrassem na agenda pública. Desde

então, ocorreram fiscalizações, monitoramentos e denúncias dessas obras e, posteriormente, da manutenção destas. É inadmissível que o território do GBJ possua uma população acima de 250 mil habitantes e, apenas dois equipamentos culturais, o CCBJ, sob gestão e manutenção do Governo do Estado e o segundo, o CCC, sob gestão municipal.

Na imagem 13 destacamos o registro fotográfico do ato que participei em 2020, no encerramento da Caravana de Monitoramento no CCBJ. No ano anterior esse equipamento havia fechado por mais de seis meses por falta de recursos do Governo Estadual. A pauta foi vista com indignação pelas articulações de artistas e dos movimentos, porque além das portas fechadas e justificadas pela ausência de verbas, os investimentos em políticas de segurança pública só aumentaram, sendo um dos maiores investimentos da gestão estadual há anos.

Imagem 14 – Registro do ato de rua em frente ao Centro Cultural do Bom Jardim (CCBJ) chamado programação insurgente



Fonte: Acervo do Centro Cultural do Bom Jardim - CCBJ (2020).

A Caravana de Monitoramento do CCC, ou sexta ação empírica que ressaltamos, foi realizada em uma manhã ensolarada no dia 25 de setembro do ano de 2021. A atividade foi organizada, mobilizada e articulada pela Rede DLIS, CDVHS, lideranças locais, demais instâncias políticas sociocomunitárias e da sociedade civil organizada, sobretudo do território GBJ. Além da minha participação, a ação contou com uma presença em torno de 60 militantes e lideranças sociocomunitárias de maioria feminina (Diários de campo, 2021).

Imagem 15 – Caravana Popular de monitoramento do Centro Cultural do Canindezinho (CCC)



Fonte: Acervo do pesquisador (2021).

O registro fotográfico seguinte ilustra a sétima Caravana ocorrida no coração da ZEIS Bom Jardim, e teve por iniciativa uma ação da Comissão de Articulação da Rede DLIS, junto ao ArqPET/UFC ativistas sociocomunitárias do território, onde realizaram várias visitas técnicas de acompanhamento às comunidades do GBJ, sobretudo na comunidade Marrocos e entorno da sua Lagoa, para identificar pistas e denunciar as precariedades, as vulnerabilidades habitacionais, socioambientais e possíveis irregularidades na infraestrutura e em outras violações de direitos humanos, a fim de conclamar o poder público em prol das suas articulações por políticas para melhorias, ou mesmo denunciá-lo por omissão, negligência ou indiferença diante daquela realidade, em que por exemplo, em muitas habitações não havia banheiros, saneamento ambiental ou energia elétrica (Almeida; Freitas, 2021; Diários de campo, 2021).

Imagem 16 – Caravana Popular de monitoramento da ZEIS Bom Jardim



Fonte: Acervo do pesquisador (2021).

Na oitava e última atuação de base sociocomunitária vivida em Caravana de Monitoramento, as atividades foram organizadas, articuladas e mobilizadas pela RCCGBJ do território do GBJ. Estas foram as atividades de Caravanas mais recentes das quais registramos, realizada no ano de 2023, em uma visita a uma das cozinhas do grupo. Geralmente, tais visitas ocorriam semanal e/ou quinzenalmente (Diários de campo, 2023).

Visando coletivizar experiência e saberes, essas iniciativas corroboravam no auxílio e fortalecimento do coletivo, onde lançaram mão de um diálogo sensível e objetivo com o poder público, com a mediação dos órgãos do sistema de justiça, das políticas de segurança alimentar e nutricional do Ceará. O Projeto Cozinhas Comunitárias, bem como o Ceará sem Fome, surgiu da articulação das Cozinhas Comunitárias do/no território do GBJ que, apoiadas pela Rede DLIS, CDVHS, UNILAB, UFC e outros(as) parceiros(as) locais e externos, produziram, no ano de 2022, um relatório-diagnóstico intitulado: Mapa Participativo de Enfrentamento à Fome do Grande Bom Jardim.

Imagem 17 – Caravana Popular de Monitoramento da Rede de Cozinhas Comunitárias do GBJ (RCCGBJ)



Fonte: Acervo do grupo Cozinhas Comunitárias do Grande Bom Jardim - CCGBJ (2023).

As políticas públicas, seus programas e projetos governamentais não atendem o mínimo das demandas da população com equidade, especialmente se comparados os serviços oferecidos nos bairros ou regiões consideradas nobres e as comunidades das regiões mais empobrecidas e periféricas da cidade, como no chão do GBJ, demais periferias e favelas. Ainda que congelassem os processos migratórios, utilizados como justificativa de alguns gestores públicos ao não acesso da população aos serviços de qualidade, tais políticas públicas não supririam as demandas do sul da capital. Especificamente nas territorialidades urbanas marginalizadas, torna-se imprescindível os investimentos nas políticas públicas, na articulação intersetorial para viabilizar esses serviços e garantir condições dignas a toda a essa população.

Destacar, reconhecer, visibilizar e celebrar as conquistas das políticas públicas, como veremos adiante, é valorar as colheitas dos frutos e dos florescimentos, advindos dos levantes sociopolíticos, dos protagonismos e do empoderamento feminino nessas conduções. Essa iniciativa possibilita também uma reparação histórica, em confrontação aos discursos e tentativas patriarcais e hegemônicas de silenciamento, invisibilização e apagamento dos seus corpos-território-memória, inconformados com o fato de tais raízes ancestrais, fincadas no chão sociopolítico do GBJ, se fortaleçam, nutridas por suor e sangue das mães, filhas e netas deste território sagrado ao longo de sua história e da Rede DLIS. Tornar visíveis as suas práticas é um compromisso ético e político de toda militância, portanto, de todos e todas(es) nós.

Em vista do que foi apresentado nesta subseção textual, ressalta-se a importância que os processos de Caravanas Populares de Monitoramento de políticas públicas e demais obras têm representado para o território do GBJ, cuja perspectiva é de que elas possam ser adaptadas, desenvolvidas e replicadas noutras territorialidades. Deixamos anteriormente, uma sistematização dessas ações em etapas, ou passo a passo, com possibilidades de replicação, especialmente em territórios, favelas e comunidades (CDVHS, 2024, d.n.).

5.4 É preciso reconhecer a relevância das etapas do plantio para celebrar as colheitas

É urgente e relevante destacar, reconhecer e visibilizar a importância dos passos dados, das gotas de suor deixadas no plantio e na semeadura que molharam a terra seca, além dos calos dos pés e das mãos femininas adquiridos nas lidas com o chão do território do GBJ para, só então, celebrarmos as colheitas e os florescimentos como conquistas, resultantes dos levantes sociopolíticos e protagonismos advindos do empoderamento feminino, mesmo diante de todas as tentativas de silenciamento e apagamento cultural, sócio-históricos e políticos de seus corpos-território-memórias. Contribuir para tornar suas práticas visíveis é compromisso ético-político da militância, portanto, de todos e todas(es) nós. Por isso, reconhecer é preciso!

Nossa proposta de escrever sobre as lutas e conquistas femininas em um território periferizado e marginal, é um ato sociopolítico desafiador e um convite à produção de mais pesquisas sobre a temática. O reconhecimento e a salvaguarda dessas memórias viscerais, é também uma tentativa de reparação sócio-histórica e política que, inevitavelmente, destaca a relevância das conquistas em políticas públicas, acreditando que elas, se bem-intencionadas e distribuídas com equidade, contribuem para a cidadania, para a dignidade, garantia de direitos e manutenção de uma vida bem vivida. De fato, uma das maiores missões da Rede DLIS em sua trajetória tem sido “[...] afirmar os direitos humanos como estratégia de luta por políticas públicas com participação popular para o desenvolvimento local” (Almeida; Freitas, 2021, p. 19).

Desde as décadas de 1960-1970, as circunstâncias adversas no território do GBJ fizeram com que seu povo adquirisse vocação sociopolítica para as reivindicações, levantes populares e lutas de base sociocomunitária. Inicialmente, partindo de iniciativas individuais e, posteriormente, coletivizadas. As sementes sociopolíticas do DLIS vêm sendo plantadas e aradas desde lá atrás, por nossas ancestrais e pelas netas delas. As mãos calejadas, o suor que escorria dos seus rostos, juntando-se às lágrimas perante as injustiças sociais vividas, regavam as sementes e as raízes desta terra, nas intempéries e ausência das águas da chuva em períodos secos do nosso sertão nordestino. Frente a essa aridez de cenário, seco em políticas públicas, os

entrincheiramentos cotidianos foram ações cotidianas obrigatórias à sobrevivência local.

Nos debruçamos textualmente, sobretudo na descrição de atuações e memórias constituídas nos últimos 25 anos, de 2000 a 2025. Nessa artesanaria mnemônica, fui prudente na contextualização de alguns fatos neste recorte histórico-temporal, olhando para trás em resgate e respeito aos antecedentes, como nos ensina a simbologia africana da Sankofa. Nessa trama, mesmo que eu pretendesse, não conseguiria relatar ou sistematizar *ipsis litteris* os incontáveis acontecimentos e glórias advindas de longe, ou seja, desde as primeiras históricas de lideranças habitantes do saudoso Planalto das Carnaubeiras, nas décadas de 1960-70.

Caminhando nessa linha temporal, ressaltamos anteriormente os seis ciclos de movimentos populares eclodidos no chão do GBJ, desde a década de 1960-70. Aqui e agora, salientamos glórias-florescimentos em setores como: DLIS; Direitos Humanos; Educação; ZEIS; Habitação; Cultura; Meio Ambiente; Combate às violências; Segurança alimentar e Memória, resultantes dos ciclos de semeio e atuação sociopolítica prioritária conduzidos pelo CDVHS e parceiros(as), como: a fundação do CDVHS em 1994, a sociogênese da Rede DLIS em 2003, projetando devires, até 2025-26.

Nos anos de 1994 a 2002, antes mesmo da proposta do CDVHS pela gestão da Rede DLIS, iniciou-se um ciclo denominado pelo Centro como “construção social do território e de novos atores”. Nos anos de 1990, o CDVHS protagonizou processos de estímulo à participação popular de ativistas sociocomunitários no território do GBJ, lugar historicamente precarizado, marginalizado, estigmatizado, mormente pela mídia policialesca, diante das desigualdades, violências e violações de direitos humanos. O intuito dessas mobilizações sociopolíticas foi mapear, diagnosticar e enunciar as suas principais problemáticas, chamando atenção da grande mídia para pautas políticas e temas mobilizadores, como: os direitos humanos e da infância, o direito à educação, ao trabalho e renda, e o direito de ser parte da cidade (CDVHS, 2011).

Nesse período sobredito, registraram-se muitas conquistas, especialmente na área do direito à educação, mas também noutros setores de interesses sociais no território do GBJ. Além das escolas sociocomunitárias e da educação popular já mencionadas, foram construídas seis escolas públicas formais, garantindo mais de 5 mil vagas para o público infantojuvenil no território; registro de nascimento para cerca de 4 mil pessoas em todas as faixas etárias, que não possuíam documentação e/ou registro civil; alfabetização e capacitação para a renda de 100 mulheres; capacitação de mais de 2 mil professoras(es) sobre o ECA; formação profissional para 600 trabalhadores e para cidadania com 100 entidades sociocomunitárias, potencializando o alcance de sua visibilidade política (impactando 1.000 pessoas); criação de entidades no

campo da economia solidária, gênero e educação para a cultura de paz (CDVHS, 2011).

Entre os anos de 2003 e 2008 ocorreu o que se convencionou chamar de segundo ciclo ou “pacto territorial”, pelo GBJ do bem viver, cujo intenso processo de mobilização popular, lutas e reflexões culminaram, ainda em 2003, no DSP, na realização da I Conferência de DLIS do GBJ e na sociogênese da Rede DLIS, já relatada neste texto. Desde então, em 2005, iniciaram-se as reflexões sobre uma PDS para o território do GBJ, que envolve os cinco bairros oficiais, com cerca de 40 comunidades de pertencimento (CDVHS, 2011).

Prosseguindo, dentre as ações de levantes e pressões populares, o CDVHS vem pautando as ZEIS no Fórum Estadual de Reforma Urbana (FERU/CE) desde 2006, sobretudo o eixo de monitoramento da regulamentação e implantação das ZEIS Bom Jardim, quando uma de suas comunidades, a Nova Canudos, foi beneficiada com o projeto Regularização Cidadã e teve sua localização zoneada (aprovada no PDPFOR de 2009). A ação objetivou contribuir com a política de regularização fundiária sustentável, garantindo, inicialmente, a posse da terra a 227 famílias que já o habitavam. Através desse projeto, a comunidade se organizou e, participando da elaboração do PDPFOR, assegurou a identificação e zoneamento de todo o bairro (CDVHS, 2011). No ano de 2024, o Conselho Gestor dessa ZEIS segue atuante (Diários de campo, 2024).

No campo cultural e artístico, o território do GBJ passou a contar, apenas em 2006, com o primeiro equipamento cultural, o CCBJ, construído após anos de exaustivas lutas, reivindicações populares, engajamentos sociopolíticos e incidências sociocomunitárias locais, conduzidas pelo CDVHS, Rede DLIS, artistas habitantes das comunidades adjacentes ao Centro e parceiros(as) externos(as), nos enfrentamentos dos desafios, dentre eles, a morosidade na construção e na percepção dos gestores da relevância do equipamento (CDVHS, 2011).

Posteriormente, outro desafio foi o controle social dessa política pela sociedade civil organizada, incluindo os sujeitos sobreditos(as), nos monitoramentos e reuniões de gestão compartilhada do equipamento, que ocorrem há mais de dez anos diante dos constantes riscos de paralisações dos serviços pela escassez e/ou ausência de recursos para a manutenção. Dessarte, tanto a construção quanto a sustentabilidade desse equipamento se constitui como uma política à contragosto de parte do poder público, arrancado nas lutas e constrangimentos públicos pelos agentes sociopolíticos sobreditos ao governo (Diários de campo, 2023).

No ano de 2009, a Rede DLIS conseguiu visibilidade sociopolítica para o nosso Rio Siqueira-Maranguapinho. O Governo, por meio da Secretaria Estadual das Cidades, iniciou o Projeto de Melhorias Urbana e Ambiental (PROMURB) – Maranguapinho. Outra ação ocorrida nesse período, com recursos advindos do Governo Federal, através do Programa de Aceleração

do Crescimento (PAC 1), objetivou melhorar as condições de habitabilidade de 9.442 famílias, residentes na faixa de terras contíguas ao curso do Rio, consideradas áreas ambientais de alto risco de vida, insalubridade sanitária, irregularidade fundiária e urbanística (CDVHS, 2011).

No ano de 2009-2010, o CDVHS, a Rede DLIS e demais parceiros, contribuíram no fortalecimento de entidades sociocomunitárias do território do GBJ e componentes da Rede, agregando subsídios para que elas não fechassem, como: diagnóstico das situações, mutirões de regularização das certidões de funcionamento e de outros documentos jurídico-institucionais. Os levantamentos realizados à época revelaram fragilidades em âmbito jurídico-administrativo, desafios à sustentabilidade política e de recursos às suas atividades, como pagamento de contas básicas, tipo: água, energia, alimentação. Somado a isso, a pouca participação política dos(as) associados(as), do voluntariado, de um trabalho midiático e nas redes sociais. Por fim, muitas dessas sedes se localizavam na própria residência das lideranças. Mesma situação à encontrada no relatório da UNILAB, escrito oito anos depois, no qual um dos indicadores mais lamentáveis foi o fechamento de três entidades históricas nas lutas sociocomunitárias do território, sendo elas: Associação dos Moradores do Siqueira Sempre Unidos, Associação de Apoio e Defesa do Consumidor (ASADEC) e Associação dos Moradores do Conjunto Palmares (ASMOCONP). Atualmente, no relatório do Encontro de 2023, outras duas entidades foram inativaram, sendo elas: a Associação Comunitária do Parque Jerusalém (ACPJ) e a Companhia de Teatro Viv'art (CDVHS, 2011; Diários de campo, 2023).

No fluxo histórico dos acontecimentos, em 2010, a Rede DLIS obteve outra conquista. Após muita pressão, a Secretaria das Cidades finalmente deu início à execução do PROMURB - Maranguapinho, sendo este submetido à reenquadramentos pelo Ministério das Cidades para atender às demandas identificadas na atualização técnica do diagnóstico, referente: à área assistida e ao seu entorno; à população beneficiária; às desapropriações residenciais e às indenizações referentes a estas e às propriedades urbanas registradas. Nesse momento, o projeto passou a se chamar apenas Rio Maranguapinho. Para a efetivação de um dos pilares da PDS do GBJ, em 2010, o CDVHS, a Rede DLIS e parceiros(as) priorizaram o eixo desenvolvimento socioespacial, o Rio Maranguapinho e a urbanização da comunidade Nova Canudos, resultando na criação do (GTMII) para monitoramento do Rio, junto com a Cáritas Fortaleza, a FBFF e demais instâncias políticas do GBJ (CDVHS, 2011).

Destaca-se, nessa conjuntura, uma mudança significativa e positiva na realidade das comunidades localizadas nas margens do Rio Maranguapinho, pois o projeto deslocou 780 famílias das áreas de risco dessa região, oferecendo novas residências noutros territórios. Nesse ponto, considerei a importância do remanejamento dessas pessoas de uma área de risco, mas

me interrogo: e o sentimento de pertencimento ao lugar social, os rompimentos dos vínculos comunitários esgarçados, pelos deslocamentos compulsórios e desterritorialização das pessoas? Não tenho informações sobre o impacto. Mas, em síntese, o projeto Rio Maranguapinho previa a produção de 6.543 unidades habitacionais (CDVHS, 2011). Só em Fortaleza, pelo projeto, estava prevista a implantação de 4.184 unidades habitacionais. Deste total, quase 800 unidades foram entregues e estão em produção, com 1.776 novas unidades (Diários de campo, 2022).

**Imagem 18 – Comunidade em áreas de risco às margens do Rio Maranguapinho –
Parque Jerusalém - Bairro Canindezinho (GBJ)**



Fonte: Acervo do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza - CDVHS (2004).

Em 2011, a Rede DLIS, motivada pelo CDVHS, priorizou a continuidade do monitoramento e do controle social dos Projetos Rio Maranguapinho, ZEIS Bom Jardim e do Programa Nacional de Segurança com Cidadania (PRONASCI), articulando frentes em prol do projeto “Território da Paz”, visando mitigar os efeitos das violências urbanas no GBJ, criaram uma comissão de acompanhamento com cinco entidades e o apoio de um Núcleo de Direitos Humanos da UECE. A busca por esta última ocorreu em função da preocupação com as violências urbanas, sobretudo as violações de direitos humanos e os homicídios das juventudes racializadas e periféricas no chão do GBJ. Nessa proposta, algumas entidades da Rede DLIS compuseram o núcleo do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM), responsável pela mobilização comunitária e policial, onde aconteciam as reuniões para discussões e tomadas de decisão sobre os projetos do PRONASCI/Território de Paz (CDVHS, 2011).

Nessa perspectiva, o CDVHS e a Rede DLIS projetavam, à época, que o território do GBJ poderia ser um “Território de Paz” com ampla divulgação da concepção de direitos humanos, como suleadores às ações da segurança pública e na efetivação de políticas, incidindo em questões estruturais como as situações de empobrecimento extremo. Acreditou-se que, a

consolidação dessas políticas estruturantes em nossos bairros mitigaria os altos índices de violências e desigualdades, com uma segurança pública cidadã e humana na construção da paz no território. Um exemplo nessa tentativa foi a implementação da ZEIS Bom Jardim, com efetivação de políticas de regularização fundiária, geração de trabalho e renda, dentre outras intervenções, considerando que tais ações condicionariam a pacificação local (CDVHS, 2011). Ainda em 2011, o CDVHS prosseguiu realizando ações, como o curso *Direitos Humanos, Cultura de Paz e Mediação de Conflitos*, certificando 100 jovens. Uma das propostas dessa atividade foi a renovação ou sustentabilidade dos estudos e lutas pelos direitos humanos, fortalecendo os protagonismos, os empoderamentos e os engajamentos sociopolíticos juvenis. Nesse período, destaco uma das pesquisas realizadas com esse segmento, chamada: “Juventude, Território e Violência: cotidiano e cultura de paz”. Destas duas iniciativas, gestou-se o Coletivo juvenil JAP, que atua com empoderamento e protagonismo juvenil, cultura de paz, mediação de conflitos e a formação sociopolítica nas escolas públicas do território do GBJ (CDVHS, 2011).

Outro fruto salutar desse período foi a EPEDH, iniciada no ano de 2012, por ocasião de um dos projetos executados pelo CDVHS, nomeado: “Projeto Fortalecimento do Desenvolvimento Local e Educação em Direitos Humanos”, financiado por Misereor por dois anos. O projeto, enunciou-se como metodologia sociopopular, espaço permanente de reflexão e formação política, a partir das práticas sociocomunitárias cotidianas. Participaram do curso oitenta jovens, representantes de sessenta organizações sociocomunitárias locais. A Escola objetivou a capacitação de pessoas como defensoras populares de direitos humanos, formando novas lideranças. Desde então, vem fortalecendo as lutas, articulando instituições de educação, instâncias de acesso à justiça, sobretudo a Defensoria e o Ministério Públicos, na exigibilidade dos direitos defendidos, nas temáticas de atuação da Rede DLIS e de outras entidades da cidade e do interior (CDVHS, 2011). Participei do curso da EPEDH, realizado entre 2023 e 2024, com duração de seis meses e 80 horas/aula, com o título: “Racismo estrutural e Democracia: a busca pela superação do racismo na escola”.

Outra invenção política do CDVHS e da Rede DLIS, com o apoio da Associação Cultural de Solidariedade e Arte (Maracatu Solar) foi o grupo cultural Maracatu Nação Bom Jardim (MNBJ), fundado em 2016, como importante conquista para o GBJ. Território este, composto por mais de 400 terreiros, principalmente de Umbanda e, cuja população estimada em cerca de 225.206 mil habitantes é composta por 60% do segmento adolescente, juventude e feminino racializado. O MNBJ, sediado no CDVHS, realiza formações políticas e cidadãs, através de temáticas sobre direitos humanos, fortalecimento do DLIS pela via da compreensão

identitária e ancestral, da memória cultural afro-indígena em vivências musicais percussivas e sociopolíticas, apropriando-nos das nossas raízes e ancestralidades. Anualmente o grupo realiza um cortejo artístico e cultural pelas ruas do GBJ, com tambores, loas políticas, alegorias e toda a energia ancestral. Além do MNBJ, dois entes socioculturais se destacam no GBJ, a Associação Cultural Afoxé Omorisá Odé (Tetracampeões no desfile carnavalesco de Fortaleza 2020-2025) e o grupo de percussão de terreiro Toque de Senzala, ambos parceiros do MNBJ e da Rede DLIS.

No mesmo ano, após muita incidência sociopolítica organizada e articulada, a Rede DLIS conquistou dois equipamentos de saúde importantes para o território do GBJ. A UAPS do bairro Canindezinho, nomeada de Regina Maria da Silva Severino (*in memoriam* à liderança comunitária que lutou durante décadas pelo território, falecida seis meses antes da inauguração) e a Unidade de Pronto Atendimento (UPA), localizada no mesmo bairro. A construção da UAPS se delongou por aproximadamente uma década, após muita insistência sociopolítica frente à morosidade do poder público (Almeida; Freitas, 2021).

Retomando a questão da ZEIS Bom Jardim, diante da indiferença da PMF ao apelo sociocomunitário para efetivação dessa Zona (criada entre 2006-2009), desde a implementação do PDDU-For, o PDPFOR possibilitou que o CDVHS, a Rede DLIS e outros entes do GBJ organizassem seminários e reuniões nas comunidades, atos sociopolíticos e manifestações em ruas e avenidas da Cidade em prol da ZEIS. Esses entes sociopolíticos de pressão popular produziram um Diagnóstico da ZEIS em 2013, e apenas uma década depois da criação da ZEIS, após mais luta e incidência popular, a PMF tirou as Zonas do papel, elegendo Conselhos Gestores de 10 ZEIS prioritárias na cidade. O primeiro Conselho Gestor da ZEIS Bom Jardim (2022-2024) foi encabeçado pelo CDVHS, e contou com seis lideranças mulheres e seis homens, todas racializadas e habitantes do GBJ. No atual Conselho (2024-2026) participam nove mulheres e um homem, todas racializadas e residentes do GBJ (Diários de campo, 2024).

No final do ano de 2018, foi realizada uma exposição para celebrar os 15 anos da Rede DLIS, com o título “Rede DLIS 15 Anos: Lutas e Conquistas” de lutas e conquistas. Dentre as atividades, houve *vernissage* expositivo das lutas e conquistas, e uma roda de memórias e afetos, no qual lideranças históricas da Rede DLIS participaram. Dois anos depois ocorreu a celebração dos 17 anos de sociogênese da Rede DLIS na sede do CDVHS, com a produção e publicação de um livro no ano seguinte, intitulado: “Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim: Lutas e Conquistas Populares”, que ressalta a síntese histórica da trajetória de engajamentos sociopolíticos, lutas por direitos e conquistas sociocomunitárias de políticas públicas pela Rede (Diários de campo, 2022).

Em 2020 foi inaugurado o segundo equipamento cultural do território do GBJ, o CCC. A exemplo do primeiro equipamento cultural deste chão, inaugurado em 2006 (CCBJ), com muita luta popular. Mesmo com as ações de incidência sociopolítica e controle social conduzido pela sociedade civil organizada em prol do equipamento, a história se repetiu, os recursos e insumos para a sua manutenção seguem abaixo do sustentável e admissível. Tanto a construção do equipamento e implementação dos seus serviços, quanto a sua sustentabilidade são fruto de exaustivas lutas do CDVHS, da Rede DLIS, demais agentes sociocomunitários do território do GBJ e parceiros(as) externos(as), comprometidos com o bem viver desse lócus.

Em fevereiro do ano de 2020, foram notificados os primeiros casos de Covid-19 no país. Dois meses depois, a indiferença e morosidade do poder público em relação a gravidade da situação, fez com que em março de 2021 fosse criado o Comitê Popular de Enfrentamento à Covid-19 no GBJ e demais periferias de Fortaleza, pelo CDVHS, Rede DLIS, lideranças sociocomunitárias locais, profissionais da saúde e da assistência, da educação, da UNILAB, da UFC e parlamentares. Seguidamente, inspirados em nosso Comitê, após participação nas nossas reuniões e contatos com lideranças, o Governo criou o Comitê Estadual de Enfrentamento ao Coronavírus em 2020, sem reconhecimento da nossa iniciativa (Diários de campo, 2020).

O comitê foi uma potente articulação sociopolítica de base comunitária entre a nossa militância local do GBJ. Organizávamo-nos, mobilizávamo-nos e articulávamos para estudar o cenário, analisar os impactos e os boletins epidemiológicos de publicação semanal da Secretaria Municipal de Saúde (SMS). Registramos dados e produzimos diagnósticos locais semanais, mapeando e publicizando as áreas de risco de transmissibilidade do vírus e morte, propondo estratégias de enfrentamento e exigindo um posicionamento da gestão pública, como responsabilização e providências imediatas, diante desse quadro de calamidade pública, para que as nossas vidas fossem preservadas, sobretudo nos contextos favelizados. Realizamos, ainda, trabalhos educativos e de conscientização das pessoas nas comunidades, nas ruas e nas feiras livres, distribuímos alimentos, produtos de higiene pessoal, Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs) etc., como outras frentes de lutas (Diários de campo, 2020).

Nesse período se iniciaram outras campanhas no território do GBJ, dentre elas a: “Adote uma comunidade”, visando sensibilizar a cidade e o Estado a doarem donativos ao nosso lócus, já que o poder público se recusava ou dificultava o socorro a essas pessoas. Avalio essa ação junto ao Comitê como fator de impacto positivo no território, com dezoito comunidades beneficiadas diretamente. O balanço das doações no primeiro trimestre de 2020 foi de 2.100 famílias atendidas com cestas básicas (29 toneladas de alimentos) entregues, compradas nos comércios locais do GBJ, para garantir as suas sustentabilidades, diante dos impactos, mas

também movimentando a economia local. Ademais, foram entregues 2.300 à população, em feiras livres, nas favelas, comunidades etc., sendo 400 infantis; 2.200 kits de limpeza e higienização pessoal e, mais de 5.000 EPIs entregues, inclusive para as equipes das UBS e dos Postos de Saúde no território. Sim, fizemos doações a esses equipamentos de saúde para proteção da equipe e usuários desassistidos pelo poder público (Diários de campo, 2020).

As reuniões do Comitê foram realizadas virtualmente (por questões de segurança) e em regime semanal, chegando a ter quase 200 espectadoras(es), entre setores da sociedade civil organizada, moradores(as) das comunidades, IES, do poder público nas três esferas (municipal, estadual e federal) de todo país, sendo replicado em várias capitais nacionais. As pautas eram diversas, desde a ausência e o apelo por vacinas nos postos e nas UBS, EPIs, testes, combate às desinformações ou *fake news*. Por fim, em 2021 se produziu um relatório intitulado: “Mapa Participativo da Covid-19 no GBJ: Leitura sociocomunitária de Pontos de Aglomeração e de Casos”, publicado no ano seguinte (Diários de campo, 2021).

A articulação da Rede de Cozinhas Comunitárias do GBJ (RCCGBJ) é outra conquista necessária e relevante. No último levantamento, realizado entre 2023 e 2024, havia 24 Cozinhas Comunitárias no território, onde muitas atuavam nesse locus há anos, outras, intensificaram as ações na pandemia. Apesar da gênese da RCCGBJ ter ocorrido somente em 20 de maio de 2022 – como resultado dos processos de pesquisa sociocomunitária que gerou o Mapa citado – consoante discorre Adriano Almeida (principal liderança articuladora da RCCGBJ, em conversas informais em minha residência registradas em diários, em 2022), o impacto social da Rede no combate à fome no GBJ (hoje Programa Estadual Ceará sem Fome), foi a produção de 72 mil refeições, com o auxílio de 77 voluntários(as), localizados em 62 áreas do GBJ, atendendo 5.328 famílias, sendo 13.950 pessoas alimentadas. Entre 2023 e 2024, 17 das 24 Cozinhas se integraram ao Programa Estadual, tendo cerca de 1.700 pessoas alimentadas diariamente (de segunda a sexta-feira), 8.500 pessoas por semana, e 37.400 pessoas alimentadas mensalmente, em cerca de 70 áreas do território. A pesquisa que subsidiou o Mapa foi premiada com reconhecimento internacional (Menção Honrosa no I Prêmio ANPOCS de Extensão Universitária), e o Governo do Estado do Ceará utilizou o diagnóstico e o relatório dessa pesquisa, apresentado à primeira-dama para implementar a Política Pública Ceará sem Fome, sem os devidos créditos ao coletivo e aos movimentos sociais, como corriqueiramente. As cozinhas passaram a ser acompanhadas por meio de Caravanas de Monitoramento (Diários de campo, 2022; 2023; 2024).

O Ponto de Memória do GBJ se consolidou como outra conquista local. Fundado no ano de 2010, é uma reconhecida instância sociocomunitária que objetiva a sustentabilidade

da memória social e da museologia sociocomunitária do território. Um fruto importante desse coletivo foi o “Museu Comunitário” de Identidade Territorial do GBJ, estruturado em 2021, “[...] como instrumentos políticos para a promoção e afirmação de identidades institucionais e territoriais, com o objetivo de gerar as condições sociais e políticas do desenvolvimento local e dos direitos, usando os patrimônios” (Almeida; Freitas, 2021, p. 62).

Em 2023 foi realizada uma pesquisa objetivando o fomento de políticas públicas para as juventudes, especialmente as periferizadas e racializadas, na prevenção e redução dos danos das violências urbanas sobre seus corpos; mitigação dos impactos na evasão escolar; no cuidado com a saúde mental de estudantes e com os comprometimentos dos seus processos de ensino-aprendizagem, em doze escolas públicas estaduais localizadas no território do GBJ, partindo de indicadores advindos dos mapeamentos das experiências de vitimização dos(as) estudantes dessas escolas; conhecimento das percepções desses segmentos sobre a segurança pública no GBJ; reconhecimento dos aspectos que colaboram para a não evasão escolar; análise dos marcadores sociais da diferença, que se relacionam à experiência de vitimização; percepções de tais estudantes sobre segurança pública e os impactos educacionais sentidos em decorrência das violências percebidas e vivenciadas no contexto escolar do GBJ (CDVHS, 2023).

A pesquisa sobredita foi sugerida pelo CDVHS, em colaboração com o JAP, com a Rede DLIS e parcerias com dois grupos da UFC, sendo o Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES) e o Laboratório de Estudos sobre a Violência (LEV), além do apoio da Seduc (CE), do Instituto Unibanco (IU) e da Misereor, que se intitulou: “Violência no Grande Bom Jardim sob a perspectiva de estudantes de escolas públicas de Ensino Médio: vitimização, percepções sobre segurança pública e as repercussões educacionais”²⁴, lançado no dia 22 de maio de 2023, em uma escola localizada no bairro Bom Jardim. Foram escutadas(os) 497 estudantes (questionários com 46 questões) sob a mediação de 24 pesquisadoras(es) de campo (extensionistas) e 10 coordenadores(as) – e me incluo – ambos(as) representantes da UFC, do CDVHS, da Rede DLIS e do JAP (Diários de campo, 2023; CDVHS, 2023).

Por fim, entendemos que salvar vidas é a maior conquista. Assim, ressaltamos uma

²⁴ Relatório de pesquisa: Violência no Grande Bom Jardim sob a perspectiva de estudantes de escolas públicas de Ensino Médio: vitimização, percepções sobre segurança e repercussões educacionais, realizada em 2023, com 497 estudantes do Ensino Médio em 12 escolas estaduais localizadas no território do GBJ, aonde fui um dos coordenadores. Participaram também, o CDVHS, a Rede DLIS, o JAP, o Grupo de pesquisa e Intervenções Sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES/UFC), o Laboratório de Estudos da Violência (LEV/UFC) e o Instituto Unibanco.

frente fundamental à preservação da vida das juventudes, sobretudo racializadas, marginais e empobrecidas que habitam o GBJ: o Projeto Vivo Cidadania, gestado pelo CDVHS em quatro biênios, entre 2017 e 2026, sendo: 2017-2018; 2020-2021; 2022-2023 e 2024-2026. No ano de 2017 fomos vítimas da maior carnificina e derramamento de sangue da história do Estado do Ceará, com 5.114 homicídios e perdas expressivas do segmento juvenil sobredito. Esse estado de calamidade pública é enfrentado pelo “Vivo” desde a sua gênese, quando decidimos proteger as vidas e defender os direitos humanos desse segmento, estancando a sangria no chão do GBJ, em quase dez anos do Projeto, de modo inegociável. Atualmente, o projeto acompanha 80 adolescentes e juventudes, produzindo situações protetivas, articulando cuidados em rede territorial, apoio psicossocial, construção de projetos de vida, cidadania, vinculação comunal e enfrentamento de questões que os(as) aproximam da criminalidade, ampliando as capacidades de proteção. Os biênios foram apoiados com recursos da Fundação Open Society.

Ao longo da minha trajetória enquanto liderança sociocomunitária junto a Rede DLIS, pude contribuir na maioria das ações mencionadas nesta tese, de 2017 a 2025. As leituras que realizei de documentos institucionais oficiais, produzidos em mais de três décadas, os relatos das lideranças às quais tive o prazer de conviver e atuar junto, permitiram-me reunir subsídios que ratificassem a sustentabilidade dessas lutas sociocomunitárias, pela exigibilidade dos direitos humanos, como uma aposta da Rede e do CDVHS, visando o fortalecimento do capital social e humano, numa crença de que as lutas de hoje são heranças sustentáveis das de ontem, e cujo reconhecimento e mérito são das mãos que araram e semearam esse chão sociopolítico antes de nós, para que seguissemos fortalecidos(as) nas alianças para os entrincheiramentos cotidianos, em defesa e pela promoção dos direitos de forma organizada, orgânica e comunal, num intenso processo de participação popular e controle social (Diários de campo, 2017-2025).

Tais ações relevantes, recortadas nesta subseção, resultam de teimosias das agentes associativas que frutificaram glórias. Algumas dessas se repetiram ao longo deste texto, devido aos impactos positivos no território do GBJ e região. Para elencá-las, guio-me pelas minhas vivências, imersões e contágios junto às lideranças da Rede DLIS, do CDVHS e do nosso chão, registradas nos diários e compiladas nos documentos institucionais, alguns dos quais redigi.

Diante desse quadro enunciado, cujo âmago é fecundo em memória de lutas e conquistas populares, celebrá-las é o nosso direito e dever cívico perante a reparação histórica e salvaguarda mnemônica ao GBJ, chão sociopolítico de engajamento desde aquelas que já se foram, mas que permanecem inserindo as sementes no solo do nosso ser, arando a nossa terra e nos impulsionando, como fazem há décadas nesse lócus, com trabalho, suor e lágrimas que

escorrem, cuidando para que hoje tenhamos o mínimo de dignidade (ainda que desejemos mais) e amanhã o melhor possível. Mesmo que precisemos continuar arrancando os nossos direitos à força das garras do poder público e dos detentores do capital, estamos deixando legados.

5.4.1 Deixaremos esta tese como legado: as narrativas históricas das experiências empíricas revelaram que as lutas sociocomunitárias seguirão

Contribuir com a amplificação e registro de vozes subalternas femininas, é, por si só, uma desobediência epistêmica da qual nos suleamos, quando nos comprometemos com a valoração mnemônica das trajetórias de engajamentos sociopolíticos de militantes e lideranças da Rede DLIS. É urgente os registrarmos e salvaguardar cada uma dessas ações, como foi solicitado pela liderança feminista dona Fátima Carlotto em 2018, na roda de memórias e afetos. Desde então, esse desejo foi perseguido por nós como objetivo transcrito nestas páginas.

Desse modo, acessei histórias e identifiquei os arados nas lutas sociocomunitárias, para o usufruto das políticas sociais no chão periferizado do GBJ. Diante disso, valorizamos as pessoas que pelejaram nesse objetivo antes de nós, para celebrarmos em comunhão as colheitas e os florescimentos hoje, inspirando-nos, a partir delas, a seguirmos atuando pelos mesmos propósitos, incluindo o DLIS, pelo bem viver comunal local, como processos contínuos e sociocomunitários, até que os nossos direitos sejam respeitados e garantidos.

Celebrar as conquistas é um potente caminho para reconhecê-las como relevantes impulsionadores no esperançar utópico e social, das lutas populares de base sociocomunitárias, como horizonte possível. A minha trajetória pessoal de pesquisador e liderança construída nas imersões e contágios junto às lideranças da Rede DLIS, do CDVHS e de tantas outras guardiãs das memórias do território do GBJ, subsidiou-me a ratificar que as lutas sociocomunitárias seguirão, até que vivenciemos a realidade social projetada na ideia do “Jardim Residencial” ou do bem viver coletivo, pensado e proposto na PDS, gestada em 2005. Em reverência à força e sustentabilidade das batalhas, enuncio dois bordões sociopolíticos e históricos utilizados pela militância local do GBJ: “Rede DLIS, é nas lutas que a gente se encontra!” (Rede DLIS) e; “a alegria é a nossa maior resistência” (MNBJ). Tais potências sociopolíticas nos guiam. As lutas por políticas públicas travadas ontem no GBJ foram necessárias, seguem inegociáveis e amanhã avançarão nas reexistências inevitáveis e sem repouso, pois, como narrado, enquanto as forças mortíferas operarem contra a dignidade e os direitos humanos, as lutas sociocomunitárias continuarão sendo travadas e celebradas.

6 (RE)CONSTRUINDO CAMINHOS A PARTIR DAS NARRATIVAS HISTÓRICAS DAS FLORES DO GRANDE (BOM) JARDIM: OS ACHADOS DAS COLHEITAS

O nosso existir é força criadora, afetiva e coletiva. O universo investigativo “[...] é o cotidiano e as experiências do senso comum, interpretadas e re-interpretadas pelos sujeitos que as vivenciam” (Minayo, 2014, p. 24). Portanto, nesta unidade textual revelo pistas cotidianas da caminhada de pesquisa, relacionados aos achados das colheitas das entrevistas narrativas. Dentre os eixos centrais propostos: 1) Constituição intersubjetiva das nossas interlocutoras enquanto sujeitos sociopolíticas engajadas; 2) Processos de engajamento sociopolíticos femininos e o impacto destas ações no empoderamento coletivo em prol das lutas por políticas públicas no território do GBJ; 3) Alavancas motivadoras e estratégias sociopolíticas utilizadas nas batalhas sociocomunitárias neste chão-arena política por políticas públicas e; 4) Fôlego de vida e fagulha incendiária ratificadora do seguimento das lutas sociocomunitárias.

A proposta acima se constitui após a coleta de dados nos meus diários de campo, mas, principalmente, dos relatos (a)colhidos nas entrevistas narrativas com as cinco militantes e lideranças interlocutoras e protagonistas desta tese. Tais colheitas, subsidiadas por uma das ferramentas de jardinagem (entrevista narrativa), operacionalizou-se para além do que estava proposto naquele roteiro, pensado em quatro grandes eixos e sob temáticas a serem abordadas. Assim, tensionei outras questões não previstas, por curiosidade pessoal ou advinda das próprias narrativas, sempre suleando-se nos objetivos de estudo (Pope; Mays, 2005).

Quanto aos resultados foram analisados, sobretudo sob as categorias constituídas na trajetória investigativa e utilizadas no decorrer da escrita. Diante desses achados, as discussões se centraram na busca pela compreensão das narrativas históricas de engajamentos sociopolíticos destas agentes e os impactos positivos dessas ações no empoderamento coletivo e sociocomunitário em prol de políticas para o bem viver comunal no território do GBJ.

Percebi, a partir desses resultados elucidados que, a constituição intersubjetiva das nossas interlocutoras, enquanto sujeitos sociopoliticamente engajadas, se motivaram nas próprias vivências em defrontação com as mazelas conjunturais e no desejo de transformação do cenário do GBJ. Diante disso, empoderaram-se da conjuntura e conclamam os seus pares a agirem sobre esta realidade. Tais ações organizadas organicamente impactaram positivamente no empoderamento coletivo e nas lutas sociocomunitárias por políticas públicas neste/para este território-arena sociopolítica denominada de GBJ, como fôlego de vida e produtor de fagulha incendiária que não se apaga na brisa, portanto, as lutas são chamas acesas que seguirão.

Assim, esta unidade textual se organiza em: “(Re)construir os caminhos à partir das narrativas históricas das flores do Grande (Bom) Jardim: os achados das colheitas”, em que discorreremos sobre os perfis e intersubjetivações sociopolíticas das lideranças; os engajamentos sociopolíticos femininos nas suas trajetórias de lutas sociocomunitárias desde o DSP; os encontros, afetações, contágios e aliançamentos político-afetivos na caminhada conjunta com as flores lindas do Grande (Bom) Jardim, revelando estratégias e tecnologias sociopolíticas articuladas coletivamente, considerando os desafios, aprendizados, perdas e conquistas em mais de duas décadas de caminhada desta articulação, apontando que, onde as forças mortíferas forem incidentes, as reexistências sociocomunitárias serão insurgentes.

6.1 No Grande (Bom) Jardim tem flores lindas: o perfil constituinte e a intersubjetivação sociopolítica

A primeira flor que encontrei na caminhada, de pés descalços pelo Grande (Bom) Jardim, foi uma sábia militante chamada de dona **Raimunda**, ou “dona Munda, para as pessoas mais chegadas”, como ela sugere. A sinalização para o primeiro convite se deu diante do reconhecimento, carinho, respeito e gratidão que lhe tenho, especialmente porque me acolheu no regresso ao território do GBJ, guiou-me na militância e me ensinou muito, do pouco que sei, em relação ao histórico dos levantes populares e engajamentos sociopolíticos das militâncias sociocomunitárias ocorridas nesta arena de lutas.

Dona Raimunda ressaltou que desde criança enfrenta uma deficiência decorrente da poliomielite (paralisia infantil) e, diante das dificuldades enfrentadas – segundo ela, mais socioeconômicas do que em função da deficiência – espelhou-se em lideranças femininas mais velhas, às quais lhe motivaram e ensinaram a caminhar, lutar no território do GBJ e em prol dele, mas que, apesar disso, não se considera como liderança, mas como militante, ressaltando sempre nas suas narrativas históricas a importância e o impacto positivo dos engajamentos sociopolíticos, seus e das demais ativistas nas ações em prol da transformação da realidade social, influenciando sobre seu empoderamento e das demais pessoas. Ademais, relatou sobre o amor e o sentimento de pertencimento ao lugar, inspirando-me e gerando muitas linhas escritas nos meus diários (Diários de campo, 2024).

De antemão, destaco um ponto trazido pela ativista, sobre o autocredenciamento político na condição de militante do território do GBJ, não como liderança sociocomunitária, entendendo tal nomeação como algo mais relevante, profundo e sólido, que a militância diária. Dessa feita, dona Raimunda refere na entrevista, o seguinte:

O fato de as pessoas fazerem militância no território, não as credencia a serem lideranças. Ser liderança precede um longo histórico de serviços prestados as comunidades, referência nas resoluções das problemáticas e apoio incondicional nas tomadas de decisões que impactam no coletivo. Não sei se estou nesse nível, não porque eu não queira, mas por questões de outras demandas que preciso de dedicação de tempo, como a Escola e o mestrado. Aprendi desde sempre que precisamos nos engajar, ter um posicionamento diante das situações sociais, e aí isso eu trago também para o meu trabalho, né. Atualmente eu estou numa Escola pública nos turnos da manhã e à tarde, mas a minha perspectiva pedagógica de olhar para as turmas é sempre nessa da Educação em Direitos Humanos, que a gente vai além de identificar as possíveis violências, né, na comunidade onde atua, onde vivem essas crianças. Então minha postura, meu posicionamento são de olhar com esse olhar da promoção e defesa de direitos humanos, para identificar possíveis violências, encaminhar soluções, então, por isso, me considero militante mesmo do ponto de vista da minha opção, talvez pedagógica e de vivência, entre as pessoas, não numa perspectiva de que a população assim me enxergue (Dona Raimunda).

Dona Raimunda nasceu no município de Maranguape (CE), RMF de Fortaleza, em 1970. Fato que diz muito sobre os fluxos migratórios ocorridos do interior para a capital nos últimos anos. Apresentou-se na entrevista narrativa como: “[...] militante, associada do CDVHS e da Rede DLIS, Professora de uma Escola da Rede Pública Municipal de Fortaleza e mestranda em Políticas Públicas” (dona Raimunda), da qual se orgulha em dizer que desde 1989 está localizada no bairro periférico onde mora hoje, ou seja, na Granja Lisboa (ou Bom Jardim/GBJ), a depender da referência (Diários de campo, 2024).

Ao migrar sozinha para o GBJ, foi recebida na casa da sua avó paterna. Detalhou emocionada que sua chegada se deu, sobretudo, em função dos estudos escolares, pois na cidade onde residia não havia Ensino Médio. No GBJ ministrou aulas na adolescência e, em seguida, formou-se em Pedagogia pela Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA), posteriormente concluiu duas especializações, uma em Gestão Escolar (UECE) e outra em Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos (UNILAB). Por fim, ela se identifica com a religião católica, mas se aproxima da Umbanda. Refere, ainda, que representa politicamente o CDVHS – na condição de associada – e a Rede DLIS (Diários de campo, 2024; Dona Raimunda).

A segunda flor encontrada no Grande (Bom) Jardim, e convidada a protagonizar esta pesquisa, foi a militante e liderança, dona **Maria Pacheco**. Ela nasceu na década de 1975 e, desde então, habita o bairro Granja Lisboa (GBJ). De acordo com a interlocutora, as suas duas filhas representam os seus maiores patrimônios e orgulhos, percebido especialmente quando ela relata, com satisfação e olhos marejados que ambas, mesmo diante das dificuldades enfrentadas em nossa conjuntura periférica, conseguiram acessar e permanecer estudando em Universidades Públicas (UFC e UECE). No período da entrevista, ela estava concluindo o curso de Serviço Social em uma Faculdade privada, de nome não relatado.

No quesito perfil ou identificação pessoal, diferente de dona Raimunda, dona Maria Pacheco se considera tanto militante quanto liderança política e sociocomunitária atuante e habitante do território do GBJ. Nesse sentido, pondera:

Eu me considero tanto militante como liderança. Não sei, mas eu acho que são duas coisas que, ao mesmo tempo, se distinguem, mas também se comungam, né, e as pessoas me verem, realmente, como liderança às vezes quando se trata de Cultura. A Maria é a Maria, aí você vê isso muito pertinente, né, constante às vezes até me incomoda um pouco porque eu penso que nós somos um coletivo, mas às vezes se sobressai algumas atitudes minhas, né. E às vezes, como referência de militante de direitos humanos eu não sinto, porque eu militei em várias áreas na cultura, na saúde a depender da situação em outras frentes, porque se eu estou no posto de saúde eu vou questionar, vou reclamar, vou ligar do mesmo jeito quando eu tô no supermercado, quando alguma coisa acontece que eu vejo que está fora do que deveria, eu ligo. A gente também milita em espaços como direito à cidade e eu sempre estive muito presente enquanto Fórum de Cultura, entendendo que a cultura transita em todos os espaços, em todas as artes né, então por isso que eu sempre entendo a importância e acho que o direito a cidade é fundamental. Em algum período eu estive na Rede DLIS também no eixo de infância e juventude, né. Então, eu acabei militando em muitos setores, muitas frentes e muitos eixos (Dona Maria Pacheco).

Dona Maria Pacheco, por fim, referiu que não era praticante de nenhuma religião, mas que acreditava em Deus. Informou também que era recém associada do CDVHS, membro da Rede DLIS e do Fórum de Cultura do GBJ (dona Maria Pacheco).

Nossa terceira protagonista, a jovem militante **Dandara**, tem 30 anos e nasceu no Bairro Granja Lisboa (GBJ). Relatou, de antemão, que também não se considera liderança, como no relato de dona Raimunda, mas se enxerga como uma jovem militante e defensora de direitos humanos. Se aproxima da narrativa de dona Maria Pacheco ao reconhecer e ressaltar a sua influência política no território do GBJ e, sobretudo, a responsabilidade das suas ações na contribuição para os empoderamentos coletivos de outras juventudes, ressaltando que “[...] nesses lugares que eu estou atualmente (pausa), não entendo que a minha contribuição é como líder, é mais como incentivadora de outras pessoas a estarem também na luta, porque se eu acredito naquela luta, né, e luto por ela, então me considero militante e não uma liderança” (Dandara).

Na visão de Dandara, algumas/alguns militantes mais jovens se espelham nela. Essa constatação nos remete a um forte indício considerado em nossas análises sobre os impactos dos engajamentos sociopolíticos das militantes e lideranças da Rede DLIS, aos empoderamentos das coletividades do GBJ. Essa constatação é um elemento robusto e assinalado nas nossas análises sobre as repercussões dessas ações sob condução das membras da Rede em relação às(aos) demais habitantes do GBJ. Ademais, assim como dona Raimunda, se identifica como católica, mas não se considera praticante e, inclusive, se aproxima das

religiões de matrizes africanas, e é brincante do MNBJ. Dandara refere que representa politicamente o JAP, como assessora de juventudes, mas também “[...] o Fórum de juventude, que é uma das instâncias da Rede DLIS, além do CDVHS, como local de trabalho” (Dandara).

A quarta narradora entrevistada, intitulou-se como militante e liderança juvenil. **Xica Manicongo** nasceu no ano de 1995, e sempre habitou o bairro Granja Portugal (GBJ). Ressalta que é uma pessoa neurotípica e neurodivergente (Autismo e TDAH), cuja condição foi percebida há poucos anos. Inicia a sua militância ainda na infância, na OSC parceira da Rede DLIS, intitulada Espaço Geração Cidadã (EGC), localizada no seu bairro, próximo a sua residência. Apresentou-se como um corpo político, artístico e dissidente, por ser militante, preta, empobrecida, favelada, umbandista, travesti e neurodivergente. Atualmente, ressalta:

Eu me enxergo como uma das principais referências nas políticas de gênero, né. Tendo em vista o trabalho que realizo com o coletivo, mais também, o trabalho que atravessa né o meu ser, por ser uma pessoa trans, né, por ser uma pessoa engajada, há a mais de sete anos, com o movimento negro e “LGBT”. Uma pessoa que cria, pensa e efetiva políticas e políticas afirmativas, na minha cidade, no meu estado (Xica Manicongo).

Por fim, Xica Manicongo se intitula uma pessoa de axé e praticante da Umbanda. Refere, ainda e, com muito orgulho, que fundou e coordena o primeiro coletivo “LGBT+” atuante no território do GBJ, que é multiartista, membra do coletivo JAP desde a adolescência, do Fórum de Juventudes e que é colaboradora do CDVHS (Xica Manicongo).

A quinta militante convidada, gentilmente, a compor as nossas entrevistas foi a dona **Maria José**. Nascida em 1966, relatou que desde muito pequena migrava de um bairro a outro, mas o pai decidiu que habitariam o território do GBJ, fixando residência. Neste ponto, identificamos a relação patriarcal que nos atravessa e impacta nossos comportamentos. Hoje ela reside no bairro Siqueira/Canindezinho, ambos localizados no GBJ. Dona Maria José foi a única liderança que sentiu desconforto ao ser indagada sobre o item gênero/sexualidade contida no roteiro de entrevista narrativa, questão da qual, segundo ela, tal pesar se deu, pelo fato de que ela precisou lutar muito contra preconceitos em toda a sua trajetória de vida.

Quando perguntada sobre como ela se enxergava enquanto agente sociopolítica no território do GBJ, inicialmente ela sorriu e ficou em silêncio por alguns segundos, em seguida, respondeu:

Não sou liderança, sou militante. Então, às vezes a gente fica, assim, difícil de fazer essa escolha, né, porque eu acho que tem a liderança. Eu me considero, talvez, muito mais uma militante, eu acho efetivamente, mas eu não desconheço, assim, que eu tenho momentos em que, a minha ação é uma ação de liderança, mas assim, eu acho que eu me constituo muito mais com uma militante (Dona Maria José).

Finalmente, dona Maria José se identifica como cristã católica, a exemplo de dona Raimunda e da jovem Dandara, respeitando todas as vertentes religiosas e/ou de expressões da espiritualidade. Atualmente, coordena o CDVHS (função político-institucional já exercida há muitos anos) e informou que é membra da Rede DLIS (Dona Maria José).

6.1.1 O fator gênero nos processos decisórios e na operacionalização das ações sociopolíticas

Nesse ponto das entrevistas, a proposta foi problematizar os lugares sociais e de fala (Ribeiro, 2019) ocupados pelas militantes e lideranças da Rede DLIS entrevistadas. De antemão, propus duas questões: o fator numérico, considerando as mulheres e, demais sujeitos, como maioria do segmento nas mobilizações e articulações dos movimentos populares e nas lutas sociocomunitárias no território do GBJ, condiz com o reconhecimento ou relevância das lideranças nesses movimentos? Caminhamos em direção a uma perspectiva feminista comunal, no que concerne às dissoluções hierárquicas referentes aos lugares de representatividade masculina sobre a feminina, seja nos lugares representacionais ou nas tomadas de decisão nas incidências sobre as complexidades do nosso tecido social? As falas das interlocutoras a seguir, não respondem a todas as nossas inquietações e indagações, mas revelam pistas baseadas em cada representação ou lugar sociopolítico ocupado.

Em relação ao primeiro ponto referido, ou seja, as relações de gênero no interior dessas movimentações populares e de base sociocomunitária, dona Raimunda afirmou que nunca foi surpreendida negativamente com as falas, os questionamentos desrespeitosos, as ações impositivas ou violentas, dos homens em relação a sua pessoa, tanto que essa pauta nem era uma questão debatida com frequência. Conforme descrito por ela:

Depois de todo movimento feito nas ruas, a gente se sentava para avaliar. Certa vez a gente se sentou em um barzinho, inclusive aqui na própria Granja Lisboa, como era de costume ao final das ações, e já era quase três da manhã, e um deles me perguntou como eu me sentia naquela reunião entre eles, porque eram três homens e só tinha eu de mulher, e aí foi que eu, de repente, disse: mas eu não tava nem percebendo essa situação, né, de gênero. Assim, diante do contexto e das discussões eu não tinha nem me feito essa pergunta imediata, né, mas de uma certa forma eu não via essa diferença. Eu até brinquei com eles na situação, eu não tô vendo vocês como homens. Assim, não enxergava que a gente ficava medindo quem pode mais ou quem não pode, enfim, mas estava vendo no mesmo perfil de organização e estou trazendo uma organização de direitos humanos, então, não tinha feito essa reflexão até este momento (Dona Raimunda).

Apesar do relato de que, ao menos em relação a sua pessoa, em nenhum momento se percebeu deslegitimada, desrespeitada ou acuada, sob o jugo masculino, pelo fato de ser mulher, por outro lado, teve a sensibilidade empática de perceber e reconhecer que, noutros

casos e espaços de poder, seja no interior dos movimentos, no âmago da sociedade civil organizada ou religioso, esse respeito à figura feminina não ocorre, por estarmos atravessados por uma sociedade machista e estruturalmente patriarcal, que impacta a todos(as), sobretudo a população feminina. Portanto, hoje ela se sente uma pessoa empoderada e afirma,

[...] com muita clareza, do meu papel de militância, do meu papel de mulher com uma deficiência, apesar de isso nunca ter sido um impeditivo para minhas intervenções políticas, para as minhas alegrias, enfim, do ponto de vista da intervenção eu me sinto muito inquieta, né, em relação às outras mulheres, né, porque eu vejo o que é e como ainda vivem as mulheres, de maneira geral, nas comunidades, nas famílias. Por exemplo, eu trabalho na Escola, então assim, a minha inquietação em relação às mulheres hoje, é mesmo um desejo grande de que todas fossem empoderadas e tivesse condição de viver com dignidade, sem viver na pele nenhum tipo de machismo, repressão e também sem reproduzir isso, porque eu vejo como as mulheres e, agora muito mais né, com essa predominância das igrejas evangélicas na vida das mulheres, eu vejo uma reprodução e naturalização, né, do machismo e da misoginia, misturando com a fé, deixando de lado a responsabilidade de cuidar e garantir uma mudança nos esposos, nos maridos, né. Então hoje eu sinto muito mais inquietação em relação a estrutura geral aqui das comunidades, considerando as vidas das mulheres (Dona Raimunda).

Na fala da liderança dona Raimunda, associada do CDVHS e membra da Rede DLIS, cujas principais representações ao longo das trajetórias históricas e políticas têm sido majoritariamente femininas, ressalta-se, posteriormente, que as tomadas de decisão em ambas são decididas coletivamente. No Centro, por exemplo, elas partem de um grupo específico de associados(as), balizadas:

Em um regimento interno e estatuto, baseados numa forma que consideramos bastante democrática, na ordem, em geral, das decisões. Então as decisões mais importantes, a gente toma em assembleia de associados, que são decisões gerais, sobre os rumos institucionais, quando por eventual ocasião, alguma associada precisa ser desligada, quando a gente vai incluir novas pessoas associadas, enfim, a gente tem uma previsão de funcionamento todo baseado no estatuto né, que é o estatuto social da entidade no dia a dia, no processo muito mais operacional, né, das decisões gerais da instituição. Tem também uma equipe de trabalho e, essa equipe, se reúne de acordo com o período necessário para planejar suas ações. As ações, né, os projetos que a gente tem em andamento e para fazer o PMA, de 15 em 15 dias ou semanalmente, de forma a dar conta daquilo que a gente planejou (Dona Raimunda).

A militante prossegue informando que, atualmente, o Centro possui uma estrutura organizacional e operacional bem definida, com uma mulher à frente do executivo, regida e composta por um Conselho Gestor oficialmente escolhido pelo grupo de associados(as), cujas funções são as deliberações do andamento institucional, organizações das ações, mas também,

[...] assinar toda a papelada documental, assumir a responsabilidade com tudo que acontece na Instituição, no dia a dia, e nós temos uma coordenação chamada coordenação executiva, representada por uma mulher, que junto com a equipe, encaminha as questões cotidianas, né. Essa coordenação, né, que depois do Conselho gestor, se responsabiliza pelo bom funcionamento da instituição e que responde (Dona

Raimunda).

Dona Maria Pacheco ressalta essa organicidade dos movimentos apontando, por sua vez, que em sua experiência política como militante e articuladora no Fórum de Cultura do GBJ, as tomadas de decisão também não se restringiam a um ente sociopolítico, mas a um grupo como requisito para as deliberações, seja no Fórum ou na Rede DLIS, assim,

Normalmente como quem faz parte somos todas nós, em conjunto né, por exemplo, quando se fala de Fórum de Cultura do Grande Bom Jardim, nós conversamos entre nós para tomar a decisão de modo coletiva, pois assim nos enxergamos, como um coletivo. Então as decisões são tomadas a partir de todos, né. A não ser que não dê para se reunir todos, aí sim, a gente nem delibera a depender da situação e da necessidade, mas, geralmente, é em comunhão com todos e se for na Rede DLIS, quando a gente enquanto Fórum, fazia parte da comissão de articulação, aí tinha assim também, uma reunião onde teria que ter quórum, né, para se decidir alguma coisa. A depender da situação, nós levávamos para a instância maior que era a assembleia, para as reuniões ordinárias para que, realmente, todas as instituições pudessem opinar, enfim, decidir em conjunto, né. Aí assim, você tem uma diretoria, né, então aquelas pessoas que estão ali para representar, mas, mesmo assim, parte primeiro de conversar, dialogar com os entes para depois tomar nas suas decisões a partir dos diálogos com outras instâncias e, para mim eu falo sempre do pessoal, porque eu acho que politicamente esse meu ser existe dessa forma, porque a gente tem que estar em algum espaço, enfim, espaços de decisões, inclusive das nossas vidas (Dona Maria Pacheco).

Em relação ao fator de gênero, ou as relações generificadas, dona Maria Pacheco reitera o que dona Raimunda ponderou anteriormente, no que tange aos atravessamentos negativos que a estrutura patriarcal, de modo geral, nos impacta, mas sobretudo as mulheres, hierarquizando-as e submetendo-as, na seguinte reflexão:

A gente vive num mundo onde o padrão é machista. É extremamente marcado por isso. A gente deve ser submissa, de certa maneira. Parece que o que os homens falam é lei e, até você conseguir mudar tudo isso leva muito tempo. Eu tive uma época, com muitas dessas discussões, ou até mesmo em alguma reunião do Fórum de Cultura com o Instituto Dragão do Mar, na pessoa do presidente na época (*depois você corta essa parte, pediu a interlocutora*), mas enfim, e eu lembro muito bem que ele, como presidente do instituto, junto com os demais, todos homens, não falavam comigo tão tranquilo, alguns dos meninos que participavam das reuniões tinham era doutorando, era um mestre outro graduado, mas era com a Maria que ele gritava, que ele falava alto num tom que eu me sentia, assim. Eu nunca gostei muito de levar grito, então eu gritava no mesmo tom, para dizer para ele: não me grite! Porque eu vou falar no mesmo tom que você, até ser respeitada! Isso levou um bom tempo e eu sempre mostrava para ele, não pelo grito, mas com conhecimento de causa que eu estava falando de alguns assuntos que eu dominava, mas ainda assim, ele não queria levar em conta as minhas colocações, sabe? E eu precisei realmente enquanto mulher, enquanto mãe, enquanto moradora do GBJ, reafirmar ali, dizer: me respeite porque não é por esse caminho! (Dona Maria Pacheco).

Além das situações sobreditas em que a liderança, para ser respeitada como os demais homens, precisou se impor e impostar sua voz, são exemplos resultantes da estrutura maior. Dona Maria Pacheco reitera, no trecho seguinte, que enfrenta desafios diários pela

condição de existir como mulher, cita casos pessoais familiares, de violências domésticas impostas pelo seu pai, mas da sua maior referência de mulher dentro de casa. Ressalta, ainda, que mesmo com o acolhimento na Rede, sua vida poderia ser ainda pior, se possuísse outros marcadores interseccionais, como outra cor de pele (Akotirene, 2019).

Então, às vezes não é nada fácil, você ser mulher, ainda mais periférica, pobre. Eu digo que sou privilegiada, porque a minha cor, mesmo me considerando parda, me dá uma outra condição, porque se eu fosse uma mulher negra eu acho que seria bem pior né, para com algumas pessoas que não conseguem ver a mulher, imagina pior ainda se fosse uma mulher negra eu não tenho a menor dúvida disso [...] Mas assim, quando eu penso no espaço de militância como na Rede DLIS, aí eu já me sinto diferente, porque a maioria de nós somos mulheres, né. Quase todas as lideranças que eu conheço são mulheres, isso tem uma diferença muito grande, porque a gente se sente acolhida na Rede, escutada. Inclusive eu consigo olhar para uma senhora, com uma Dona Antônia, Presidenta da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis do Grande Bom Jardim ou, como na época que eu olhava para Nenzinha, para a própria Marileide ou para a Lúcia como grandes referências de mulheres. Eu lembro que a gente fez uma entrevista com ela para a Rede DLIS, e eu fiquei maravilhada em ouvir aquela mulher falando, sabe. Ou quando eu olho para Dona Zélia da Zeis Bom Jardim, né, que é uma outra liderança, digo assim: meu Deus eu não posso sair das lutas, porque eu tenho a dona Antônia, já de idade extremamente avançada e lutando por melhorias para o nosso território, então eu não me sinto no direito de sair da luta né. Então assim, são as minhas referências. Mas também quando eu olho para minha mãe que cuidou de dez filhos, aguentou a barra todinha do meu pai bebendo e a violentando, não podendo estudar, não podendo fazer nada, porque não dava tempo, por mais que ela não tenha um nível superior e nem terminado o segundo grau. Enfim, mas eu admiro muito minha mãe porque ter essa humanidade que ela tem, não é nada fácil sabe, parar sua vida para cuidar dos filhos, e todos os filhos estão aí. Quem não estudou, não estudou porque não quis, mas tiveram toda a oportunidade de trabalhar bastante. Essas eram as únicas coisas que a gente tinha realmente. Não passamos fome, poderíamos passar por dificuldade, mas fome não. Então eu olho para minha mãe e digo, ela é uma referência de mulher e não tenho a menor dúvida disso, sabe (Dona Maria Pacheco).

Quando dona Maria Pacheco se refere a sua mãe como referência de mulher, isso se aplica também às suas filhas, que a enxergam como referência de mãe e pessoa. Nesse ciclo ou rede feminina, encontram-se as forças ancestrais e referenciais balizadores para se fortalecerem em nossa complexa conjuntura sociopolítica patriarcal. Assim, a liderança prossegue:

Então, se é mulher, o tempo inteiro você tem que se reafirmar nesse mundo. Dizer eu posso! Ninguém vai passar por cima de mim e eu não vou permitir! Isso não é fácil. Ser mãe de duas jovens, quando eu olho e vejo minhas filhas, assim estudando fazendo cada uma das suas faculdades dentro da área que elas escolheram sabe, mesmo as pessoas dizendo que não dá dinheiro é o que elas querem e gostam de fazer e, na verdade até dá dinheiro, porque ela já tá estagiando, já está trabalhando na área em que elas gostam de fazer, estão atuando. Não é fácil ser mulher, mas hoje eu fico muito orgulhosa delas, e de quem eu sou também, porque eu sou referência para elas [...] Tenho consciência de que a gente, nesse mundo, precisa o tempo inteiro dizer para os homens que podemos sim, que somos capazes né, e eu acho que não é só os homens, devemos enfiar na cabeça das próprias mulheres, às vezes também, que não consegue enxergar que nós vivemos no mundo e que hoje a gente precisa dizer para as pessoas que nós temos os mesmos direitos, sabe. Isso vai levar um tempo ainda, mas acredito

que tenha melhorado bastante (Dona Maria Pacheco).

A narrativa de Dandara não se opõe às anteriores, no que tange à percepção sobre os processos de tomadas de decisão político-institucionais no coletivo infantojuvenil do qual coordena e assessora, sendo constituídas no coletivo por este grupo e pela instituição da qual representa. A militante ressaltou a relevância de uma mulher na frente executiva da instituição que atua, mesmo que haja um caráter horizontalizado, afirmando que, apesar de a OSC ter uma pessoa responsável por coordenar a instituição, numa “[...] tradição de trabalho muito coletivizada, então as decisões, passam por reuniões, por consultas, até serem tomadas. Hoje é uma mulher, as decisões principais são feitas por uma mulher e ela é assistente social” (Dandara).

Xica Manicongo é idealizadora e coordenadora de um coletivo “LGBT+” que atua no território do GBJ, mas, no que concerne ao seu trabalho institucional remunerado ou vínculo empregatício em Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), é coordenado por um homem – e pondera que poderia ser uma mulher ou travesti como ela – na gestão geral. Ela representa “[...] uma coordenação, que responde a uma assessoria, que responde a uma direção e que responde a uma presidência”. Segundo a liderança, ainda não havia tido problemas quanto às questões machistas (Xica Manicongo).

Dona Maria José, por seu turno, preferiu não discorrer sobre as temáticas de gênero no interior dos movimentos sociopolíticos e nas articulações sociocomunitárias. Mas ressaltou horizontalidade nas tomadas de decisão e respeito dos seus pares em relação a ela e a sua histórica trajetória de militância política, mesmo que há alguns anos, no início de sua caminhada, tenha precisado se impor e falar mais alto diante dos homens (Dona Maria José).

Em síntese, as cinco interlocutoras narraram que, em todas as OSCs, coletivos ou Fóruns dos quais representam e atuam sociopoliticamente no território do GBJ, orientam-se por mulheres e travestis, em ações coletivizadas, horizontalizadas e democratizadas, especialmente no âmago dos processos e nas tomadas de decisão para as organizações, mobilizações, articulações sociocomunitárias e operacionalização das lutas populares para as resolutividades das mazelas locais. Nesse caso, relataram que o fator gênero não impacta significativamente nos lugares hierárquicos ocupados por elas, as demais agentes e os homens, especialmente nas iniciativas decisórias, apesar de reconhecerem que noutros espaços as violências patriarcais impactam as mulheres de forma mais incidente e negativa.

6.1.2 Constituição das lideranças da Rede DLIS e suas intersubjetivações sociopolíticas

Nas entrevistas narrativas, quando realizei o convite às militantes e lideranças a falarem sobre suas trajetórias de engajamentos sociopolíticos na Rede DLIS, considerei fatores pessoais constituintes e intersubjetivos na composição existencial desses sujeitos, ponderando marcadores sociais, como: serem mulheres, travestis, racializadas, periféricas, pessoa com deficiência e atípica, considerando as complexidades da nossa conjuntura colonial, patriarcal, sexista e cis-heteronormativa, lido numa perspectiva feminista crítica, inclusiva, decolonial e interseccional.

A nossa primeira entrevistada referiu que a própria força política e os processos de intersubjetivação advêm do seu lugar de origem, dos potentes aprendizados nos engajamentos, nas ações das CEBs, no qual pontuou que: “[...] a fé só faria sentido na ação prática, de inclinação sociocomunitária com interesse em transformar as realidades sociais postas” (Dona Raimunda). Assim, narrou na sua entrevista que a sua vida se forjou nessa militância, considerando-se militante, apesar de ser enxergada como liderança nas comunidades (Diários de campo, 2024).

Dona Raimunda coordenou o CDVHS por seis anos, de 2009 a 2015, e a Rede DLIS por catorze anos, entre 2003 e 2015, sendo a primeira nesta função e, retornando no biênio 2018-2019. Como cidadã militante, representante da sociedade civil organizada e do Centro, presidiu o Conselho Estadual de Direitos Humanos do Ceará, entre 2015 e 2017. Atualmente é Professora da Rede Pública Municipal de Fortaleza e está cursando o Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas (PPGPP/UECE) (Diários de campo, 2024).

Dona Maria Pacheco, por sua vez, autodeclarou-se pessoa militante e liderança sociocomunitária pela pauta da Cultura, tendo por representações sociopolíticas o Fórum de Cultura do GBJ, a Rede DLIS e o CDVHS, cujas “[...] aproximações aconteceram em paralelo, por volta de 2016, partindo de um convite feito por um dos associados dessa OSC, para que participasse do Curso da Escola Popular de Educação em Direitos Humanos, organizada pelo próprio CDVHS” (Dona Maria Pacheco). Em 2023 se associou ao CDVHS. Refere que ama cuidar de plantas, de animais, pedalar e fazer macramê (Diários de campo, 2024).

Nas palavras de dona Maria Pacheco, a sua trajetória, constituição sociopolítica e intersubjetiva, forjou-se em meio a reexistências diárias, desde as preocupações e intervenções locais, por exemplo, em relação às árvores cortadas na sua vizinhança ou o lixo jogado no canal que passa ao lado de sua residência. Ressaltou, que hoje, sente-se respeitada, mas que ainda precisa se impor em alguns momentos e espaços dominados por homens,

[...] na fala mais alta que a deles, e isso levou um tempo e ainda hoje me enxergam como estressada, pedem calma. Outra coisa é fazer as pessoas entenderem que eu não tenho nível superior concluído. E eu já tenho uma certa idade, e lidando com muitos jovens que já tinha nível superior como graduação, mestrado e alguns já doutorado. Então você acaba tipo assim, cerceada nos espaços. As pessoas, não que falassem, mas é como se a opinião e o entendimento deles fosse melhor e mais importante que o meu né? E aí você tem que se reafirmar sabe? Enquanto mulher, moradora do território, enquanto alguém que conhece o lugar onde pisa, porque tem uma experiência de vida que eles não tem neste chão, então muitas coisas eu precisei, de certa maneira, deixar claro para as pessoas saberem que sei o que eu estou falando porque tenho experiência de vida sabe, e não só de vida no Grande Bom Jardim, mas nas artes porque desde os meus, sei lá 15 anos, que eu fui para dança então tenho uma experiência aí na arte, na cultura, então sei e compreendo também o meu espaço, onde eu vivo né, mesmo sabendo que as mulheres, às vezes, não têm voz, não tem vez (Dona Maria Pacheco).

A jovem Dandara defende que a sua constituição pessoal e intersubjetiva enquanto sujeito sociopolítico se gestou no seio de seu lar, na sua família, mais precisamente sob influência e por iniciativa da sua genitora (e aí, ressaltamos, mais uma vez, a influência de uma mulher militante sobre o empoderamento de outra pessoa). Uma mulher negra, mãe solo periférica, empregada doméstica e diarista, que levava as suas filhas às reuniões e demais ações realizadas nas OSCS e associações comunitárias do seu bairro (Diários de campo, 2024).

Dandara relembra, com orgulho, que sua mãe cuidou dela e dos seus irmãos com muita dificuldade, especialmente após a separação com seu pai, que (destaca) apesar disto, ele sempre esteve por perto. Rememora um fato que contribuiu em sua constituição e intersubjetivação enquanto sujeito sociopolítico, reiterando a trajetória de sua mãe, que foi mãe na adolescência e que abdicou dos estudos para cuidar dos filhos, e sempre priorizou a educação deles. Assim, Dandara se formou em Serviço Social em uma faculdade privada, e hoje é mestranda na mesma área pela UECE (Diários de campo, 2024).

A militante fez questão de rememorar e relatar um pouco sobre a sua mãe, uma mulher que é seu espelho de ser humano e que lhe ensinou a importância da educação e da participação sociopolítica, em que:

[...] não gostaria que os filhos tivessem aquela condição de vida, né, de a gente ter que trabalhar, muito cedo, em condições muito precarizadas. Ela foi, a maior parte da vida, empregada doméstica, então, foi isso que ela tentou proporcionar para a gente. Não era essa a condição de vida que ela queria para nós, então a educação, já começa também a ser uma prioridade muito forte, né, um caminho para melhorar aquela condição de vida e eu tinha muito esse espelho, da força que ela tinha, mas também, do que ela não queria, para gente né, naquelas condições. Então, ela também incentivava muito a gente, a estar participando das coisas que o bairro oferecia, né, se tinha uma reunião em alguma associação comunitária, ela gostaria que a gente fosse para entender o que era, se poderia trazer alguma oportunidade de curso, de trabalho, de um futuro melhor, né, de jovem aprendiz, então, esse incentivo da participação política também foi muito presente na minha adolescência e na minha vida (Dandara).

Xica Manicongo é camaleônica e força ancestral da natureza, como a própria se define nos espaços sociopolíticos. Iniciou a militância política na infância, em que muito jovem foi acolhida em uma OSC próxima a sua residência, chamada EGC, entidade componente da Rede DLIS. No final da adolescência, em 2014, ingressou no JAP, coletivo de juventudes do CDVHS, tornando-se colaboradora em ambas as frentes. Além disso, ela fundou e coordena o Coletivo Gueto Queen, o primeiro “LGBT+” do GBJ. Hoje, assume um cargo de confiança e responsabilidade na pasta da diversidade sexual e de gênero no Instituto Mirante, Organização Social (OS) sem fins lucrativos, cujo Estado do Ceará é parceiro (Diários de campo, 2024).

A liderança ressaltou que, constituiu-se intersubjetivamente na própria trajetória supracitada, junta a militância sociopolítica. Nessa caminhada, Xica Manicongo ressaltava os seus apoios socioafetivos, como apoio de suma importância, assumindo que seria muito mais difícil caminhar sozinha, sem essa rede de afetos e muito amor.

A fala de Xica reitera um ponto relevante comum em relação às demais falas das interlocutoras entrevistadas, a força feminina em todas as frentes e pilares sócio-existenciais da sua trajetória e intersubjetivação. Relata a sua história de vida sob uma rede de amor, cuidado e acolhimento, advinda da sua família consanguínea, mas ressaltava o papel social das mulheres desse núcleo, como lugar seguro, afetivo e, em segundo plano, o apoio dos movimentos sociais em que – mais uma vez, exerce o papel central das mulheres, educadoras sociais – é central nesses espaços:

[...] fui criada e educada, por todas as mulheres da minha família, grande parte delas, mães solas, né, fui educada por essas pessoas, por essas mulheres, nesse lugar também, de defesa, nesse lugar também, de identificação de onde partem aí algumas, violências, mais também, acolhimento, né, enquanto minha mãe teve que trabalhar e eu tive que ser cuidada, né, por tias, pela minha avó, né, e também, né, quando parto para o campo social, onde fui acolhida, muito jovem, por movimento social, também, pelas minhas educadoras sociais (Xica Manicongo).

Nesse ponto da entrevista, Dona Maria José reitera sua posição cristã adepta da Teologia da Libertação. Relembrou com emoção o lugar das CEBs em sua intersubjetivação – como ser humano e na trajetória sociopolítica – desde os passos iniciais rumo aos aliançamentos para as ações engajadas de base sociocomunitária (Dona Maria José). Assistente Social de formação e defensora popular dos direitos humanos, como as outras interlocutoras entrevistadas, também creditou tais fatores como fundamentais nos seus processos intersubjetivos (Diários de campo, 2024).

Quando sugeri que ela narrasse um pouco mais sobre sua história de lutas na Rede DLIS, mais especificamente como fortaleceu e fincou as suas raízes no chão político do GBJ,

dona Maria José rememorou a força feminina das que caminharam antes e a influência destas em sua constituição existencial, desde as CEBs (sem desconsiderar a hierarquização interna do segmento religioso cristão, seja entre gêneros e/ou funções), e ressaltou que quem manda são os homens, mas quem faz acontecer são as mulheres, segmento majoritário nesses espaços de poder, transitando pelas influências de grandes mulheres na política institucional, até às articulações sociocomunitárias, sempre em tensionamento ao sistema, seja a nível de periferia ou a nível de cidade como um todo, afirmando que a sua história no território do GBJ, deu-se,

[...] intimamente ligada, porque eu tenho a minha origem nos grupos da Igreja católica, né, sobretudo, e até hoje, é um espaço, onde as relações de poder, perpassam muito fortemente, por uma organização institucional formada e, sobretudo, quem detém o poder, são os homens, né. Então isso é uma coisa, que sempre foi e não chega a ser uma contradição, mas ela é também, uma relação dialética, né, no sentido de que, esses grupos, de base, por exemplo, do qual eu tenho origem, do qual eu faço parte, que eu começo, a minha vida política, a me fez entender politicamente no mundo. Ele tá dentro desse espaço, onde a grande maioria de quem detém o poder, são os homens, mas necessariamente, a grande maioria de quem faz acontecer essa instituição são mulheres, né. Então na comunidade da Granja Lisboa, que é a comunidade católica, de onde eu nasci, num grupo de jovens, onde também havia a presença majoritária de mulheres, e na própria comunidade, onde a gente vai se construindo ali e se entendendo como Comunidade Eclesial de Base. E dessa comunidade de base local, ela parte para cidade e, também na cidade, você vai encontrar grandes lideranças mulheres, onde você vai fazer, digamos assim, referência e admiração. Por exemplo, quando você vai ali, no início nos anos 80, né, você conhece Maria Luiza, que foi a nossa primeira prefeita e a Rosa da Fonseca. Então, essas influências, vão sendo a base, do que eu vou me constituindo, né, quer dizer, é sempre uma relação, assim, constituída também, um pouco na tensão, porque, por exemplo nós éramos aqui um conjunto de, mais de 20 comunidades, e talvez dessas vinte e poucas, tivesse umas três que as lideranças fossem homens. A grande maioria era, efetivamente mulheres, né, uma grande parte de mulheres jovens, mas também, mulheres de meia-idade, dos seus 30 a 40 anos, naquele momento, naqueles anos 80. Então, era sempre uma relação, assim de tensão, porque, você via um poder constituído na base, na comunidade e que, muitas vezes, ou nem sempre, esse poder era considerado a nível institucional. Mas isso era uma correlação também de força, né, porque as comunidades com base na Teologia da Libertação também entendiam que essa relação de poder, dentro da Igreja Católica, precisava ser alterada, né, precisa ser ainda hoje, né? (Dona Maria José).

Dona Maria José prossegue o relato sobre a sua trajetória, mencionando exemplos situacionais das tensões ocorridas no interior de uma das congregações religiosas das quais participou, sobretudo em função dos atravessamentos hierárquicos impostos, permeados por machismos, cujas mulheres apesar de serem as forças motrizes nas ações, eram relegadas à base da pirâmide e ao lugar subalterno do não questionamento e do não poder falar (Spivak, 2010), pois esse direito não lhes era autorizado, e prossegue,

[...] então eu me constituí um pouco assim, nesse olhar de que, quem fazia esse movimento funcionar, das comunidades, efetivamente, eram as mulheres, como dizia Marileide, nós éramos a rebeldia da Igreja Católica, né, os grupos de freiras engajadas, as jovens dos movimentos eclesiais, que foram se direcionando para os movimentos

políticos, né. Mas havia sempre uma tensão e desgaste, e dependendo do momento, essa tensão podia ou não aumentar, no que se diz respeito, à discussão sobre os direitos das mulheres na participação, ali dentro daquele espaço religioso, né, da garantia fala, né. Houve momentos em que a gente teve muito confronto, com o que a gente chamava de hierarquia da Igreja, nos debates que nós tínhamos, nas assembleias arquidiocesanas, ficava sempre muito evidenciado, essa dinâmica (Dona Maria José).

Mergulhando junto com ela nessa profundidade oceânica de memórias, decidi então perguntar se ela conseguiria pontuar algum desafio, nessa condição de ser uma militante ou liderança feminina, habitante de periferia, negra, lésbica e de origem socioeconômica humilde, como ela própria revelou. Ademais, propus que mencionasse marcadores existenciais que a atravessaram, na trajetória sociopolítica. Ela reiterou os enfrentamentos aos marcadores que interseccionam opressões, revelando os esforços na imposição, inclusive do direito de fala e impondo respeito diante das ações masculinas de desqualificação feminina, no seguinte trecho:

Eu acredito que a gente tem essa condição de ser mulher de periferia, preta e que, também, eu tive sempre uma, como posso dizer, aparência, assim, masculina, né? De certa forma, quando eu era mais jovem, eu ainda era mais forte, né, então isso também me marcou. Mas eu diria assim, sobretudo, o ser de periferia e essa periferia, ser profundamente marcada por estigmas, por processos de violências, isso é muito forte, né, quer dizer, as nossas pautas de reivindicação ou incidências, né, a gente sempre percebia que essa condição era, eu diria assim, que você percebia preconceito, formas diferenciadas de tratar, sobretudo, pelo poder público e, mesmo quando você olha assim um pouquinho da história, por muitas vezes foi preciso tomar a frente porque, aquele poder público que estava se relacionando com uma demanda sociocomunitária, com uma pauta de reivindicação, ele também procurava muito pelos homens, né, o líder comunitário, a palavra era essa, né, inclusive essa era uma das culturas que a gente tentou, alterar, né, muito mais para você constituir lideranças femininas, muito mais do que o próprio líder comunitário, o presidente da associação, né, então, esse atravessamento de preconceito pelo lugar de onde você vem e pela sua condição também de ser mulher, foi muitas vezes percebido e foi motivo, de precisar se impor e, muitas vezes também, havia desqualificação da sua fala, né. Diziam assim: Lá se vem essas mulheres que vem fazer barulho, essas mulheres que querem conturbar as coisas, né, então isso era algo que também, em alguns momentos, se percebeu e gerou confronto, de várias lutas e ações de engajamentos políticos que ocorreram nesses anos, né, e isso é possível também de observar (Dona Maria José).

As narrativas redigidas até aqui revelaram que as flores lindas do Grande (Bom) Jardim reexistiram, precisando se impor para obterem respeito. Em meio ao calor das lutas cotidianas, elas foram se intersubjetivando sociopoliticamente, no seio da própria militância sociopolítica, influenciadas e carregadas por outras mulheres, em que o fator gênero se impunha nas relações, mas não paralisava as suas decisões, atuações e engajamentos sociopolíticos. São desses engajamentos que dona Maria José ponderou acima e, a partir deles, que prossigo.

6.2 Engajamentos sociopolíticos femininos nas trajetórias de lutas sociocomunitárias da Rede DLIS no território do GBJ desde o Diagnóstico Sócio Participativo (DSP)

Nesse segundo grande eixo suleador de indagações nas entrevistas narrativas, dialogamos, mormente, sobre as suas trajetórias de engajamentos sociopolíticos femininos e a relevância dessa caminhada nas ações de lutas sociocomunitárias na Rede DLIS, em prol do bem viver comunal e territorial do GBJ. No primeiro item, intencionei escutar narrativas históricas sobre as participações das nossas interlocutoras na produção do DSP, na gestação da Rede DLIS e na proposição da PDS do GBJ. Sobre essas experiências sociopolíticas e de base sociocomunitária, iniciando pelo DSP, dona Raimunda afirmou que,

[...] o diagnóstico, o resultado daquilo que a gente já sabia e observava enquanto militante no território. Aqui, tinha uma relação, muito grande, de algumas lideranças sociocomunitárias com o poder público, de pedir favores, né, e muitas vezes intermediadas por vereadores locais. Quando a gente resolveu se articular coletivamente para pensar numa perspectiva de melhoria do lugar, várias pessoas ou lideranças estiveram lutando conosco para melhorar as coisas no território. A gente passou a se articular, para saber como chegava no poder público, com ofícios das lideranças sociocomunitárias solicitando praças, né, e às vezes o poder público, até ironizava que a gente tava exigindo aquilo que já estava sendo garantido, enfim. Diante disso, eu acho que chegar no diagnóstico que gestou a Rede DLIS, foi um processo de aprendizado e quando a gente do CDVHS optou por fazer um diagnóstico geral do território, eu estava coordenando um programa dele chamado: Programa de Desenvolvimento Humano Sustentável e a Lúcia Albuquerque, que hoje é coordenadora, estava fazendo a coordenação geral do CDVHS. Nesse momento, o diagnóstico era parte importante do que nós queríamos para o território, né. Olhar o território e depois saber o que a gente quer mudar. Mas eu não participei, diretamente, do diagnóstico, né, porque na época a Lúcia e o Messias que eram coordenadores do CDVHS. Eles foram conversar com a Secretaria de Inclusão e Mobilização Social, que era uma Secretaria do Governo do Estado, sob a responsabilidade da Celeste Cordeiro. E aí a Celeste, que era a professora da UECE, orientou que o CDVHS procurasse o GPDU, né, que era um Núcleo de Gestão Pública e Desenvolvimento Urbano. Enfim, esse grupo de extensão da UECE tinha a perspectiva de diagnosticar a cidade e de planejar, né. Então, a gente participou de algumas reuniões com esse grupo. Na época, coordenado pelo professor João Bosco, da UECE, e aí, o povo da equipe do GPDU, fez uma proposta de realização do diagnóstico trazendo três ou quatro pesquisadores e pesquisadoras da UECE, mas empoderando e fazendo uma formação para pesquisadores comunitários residentes no Grande Bom Jardim, porque era assim que o grupo acreditava, né, que o lugar precisava ser percebido, desde o início, pelos próprios moradores das comunidades. E aí foram formadas e empoderadas, umas 30 pessoas, para fazer a pesquisa, levantamento diagnóstico geral do território e acompanhar o GPDU. Dessas 30 pessoas formadas, 20 fizeram essa pesquisa, mais diretamente, né, considerando 14 indicadores de análise territorial, né, nessa perspectiva do que precisa de políticas públicas para o território, né, muito no campo da Segurança Pública, Educação, Trabalho e Renda, enfim as situações das ruas, e tal. Como havia dito, não participei diretamente do processo da pesquisa e do diagnóstico, mas assisti às reuniões, os acompanhamentos, né, quando a equipe ia mostrando o que já tinha feito (Dona Raimunda).

A nossa segunda interlocutora, dona Maria Pacheco, quando perguntada se havia participado direta ou indiretamente da composição operacional e produção coletiva do DSP (e

da gênese da Rede DLIS, decorrente deste) e da PDS, respondeu que não, mas que compreende a sua importância, a partir, sobretudo da fala das mais velhas, e que gostaria de contribuir com a sua narrativa sobre essa experiência a partir do que escutou e aprendeu com essas lideranças mais antigas da Rede DLIS (Dona Maria Pacheco).

Tal fato reitera nossa tese a respeito do impacto positivo das ações das militantes e lideranças sobre os demais segmentos e comunidades, seja na ação direta e de rua, diante das ausências ou nas contações de histórias às mais jovens, como no caso de dona Maria Pacheco, que prossegue:

Pelo que sei, a Rede DLIS surgiu a partir do diagnóstico do território depois da Política de Desenvolvimento Sustentável. Eu não tenho como falar muito de como ela surgiu, mas pelo que eu tinha escutado das lideranças mais antigas daqui do território, ela surgiu, no sentido de que quando você olhou para trás, viu que faltava tudo, faltava política pública de todas as formas, em todos os eixos, né. Você pensa na saúde, por exemplo, eu lembro muito do seu Dedé e ele relatava muito que na época, eles queriam construir um canil no lugar onde hoje é um Posto de Saúde e, isso tem muitos anos, então eu acho que faz parte dessa construção né, de como a Rede surgiu e do porque ela surgiu né, pela falta de Política Pública e, nessa construção, eles foram vendo, né, para saber o que era mais necessário, o que podia fazer diante dessa falta e onde atuar. Então eu vejo a PDS assim, né, nesses relatos de momentos históricos de caminhadas pela paz, por melhorias, por direito a cidade, porque o Grande Bom Jardim é um território muitíssimo violento, né, onde assassinaram constantemente jovens e moradores de forma geral. Então acho que esse pedido pela paz também faz parte da busca por um bom território para se viver (Dona Maria Pacheco).

Na mesma proposta, sobre a participação pessoal na construção do DSP em meados de 2003, Dandara informou que, assim como dona Maria Pacheco, não participou da construção direta do DSP, da PDS do GBJ ou da sociogênese da Rede DLIS, porque acompanha esta instância sociopolítica e participa dela, há pouco tempo, passando a integrá-la apenas no ano de 2016, mas, igualmente, relembra o que escutou de lideranças mais antigas, reiterando o impacto das mais velhas sobre as novas gerações, ou da tradição oral como carregadora de memórias, informações e sentidos às nossas ações, ressaltando ainda o apoio acadêmico nessa missão e o caráter projetivo e visionário da iniciativa, na seguinte fala:

Eu sei que teve muita contribuição da UECE, né!? Essa participação de pesquisadores e pesquisadoras de lá e, que essa movimentação foi muito histórica para o território, né, na questão de buscar melhorias. Tinha essa visão de qual território que nós queremos, né, para 20 anos depois. Então, o que eu vi, inclusive quando a gente vai olhar as fotos, né, os arquivos aqui, tem pautas, por exemplo de gênero, né, que já estavam ali, sendo discutidas, a questão ambiental, também, né, das que já tinha aqui no território de plantação, inclusive, o nome do bairro, mostra isso, né, que é um local de muita vegetação nativa. Então, o que eu sei é isso, né, da preocupação de planejar o território, olhar para o que nós tínhamos e para qual território que queríamos. Era muito visionário. A gente tem hoje, políticas públicas, por exemplo, que inclusive, a gente nem tem tanto, mas foi pela participação de parte da população, né, como o Fortaleza 2040, que depois da Rede DLIS, passou a ter essa visão, né. Certo que não é uma visão na mesma perspectiva, porque a Rede, tem o viés de participação, de

coletividade, de construir junto, né, de ouvir as pessoas que moram e que constrói o território, diferente da política pública, que olha para Fortaleza, que é, a partir de uma visão enviesada, no sentido de interesse, né, econômicos, imobiliários e tal. Mas, eu acho que é vanguardista, né, a Rede DLIS no território. Pensar um território, planejar um território para 20 anos depois, é algo muito visionário (Dandara).

Seguindo a mesma proposta, em relação às experiências das lideranças, os seus engajamentos sociopolíticos e ações na Rede DLIS, trago o relato de Xica Manicongo, mais precisamente no recorte de trecho da sua entrevista em que perguntamos se ela havia participado da produção do DSP com vistas à PDS. Caso a resposta fosse positiva, sugeri que ela relatasse sua experiência vivida, o público majoritário nas participações e conduções das atividades. Considerando o período e a idade desta liderança, supus que ela pudesse ter tido conhecimento a respeito do diagnóstico e da política que gestou a Rede DLIS, por meio da escuta da narrativa de lideranças, como nas duas falas relatadas anteriormente, ou através da leitura de algum relatório institucional. Contudo, em relação a sua resposta, destacamos o recorte do trecho a seguir:

Não participei da Política e escutei muito pouco sobre ela. Agreguei mais na questão da constituição de uma parte significativa na Rede DLIS, né, há quase 7 anos, que foi no Fórum de Juventudes. E aí eu consegui, nesse sentido, né, desse lugar, eu consegui, encaminhar escrever e pensar os trabalhos de articulações que seriam feitos, tanto pela Juventude, mas também, trocando com os movimentos que já existiam, dentro da Rede DLIS, né. Então, nesse quesito, né, nessa camada da Juventude, né, do trabalho próximo e mais garantido do que já vinha sendo feito, a gente conseguiu construir esse lugar, né, mas a política inicial, não chegou até a gente do Fórum (Xica Manicongo).

Na entrevista seguinte, sugeri gentilmente que a dona Maria José falasse sobre o seu engajamento sociopolítico na Rede DLIS que, assim como a dona Raimunda, participou dos processos do DSP e da PDS. O propósito dessa indagação era uma tentativa de resgate mnemônico sobre os primeiros passos na construção da pesquisa que resultou no DSP, processo que gestou a Rede DLIS e a PDS do GBJ. Ademais, intencionei que ela lembrasse do público majoritário, em relação ao gênero, identificando desafios enunciados naquele período.

De pronto, dona Maria José relembra desafios que permanecem até hoje, como o de articular pessoas para as lutas sociocomunitárias, em meio ao fenômeno da territorialização e, as potencialidades no período de composição do diagnóstico, cujas motivações objetivaram transformar os cenários no território do GBJ e “fazer o nosso bem viver” (sic.), por meio dessa pesquisa de mapeamento e das ações decorrentes dela. Ressalta, ainda, a força da presença feminina (bem maior que hoje, apesar de ainda serem a maioria nos movimentos), de crianças e adolescentes, em que também puderam ser escutadas horizontalmente e democraticamente no processo do DSP.

Eu tenho muitas lembranças, eu me lembro muito das assembleias, porque elas foram momentos muito fortes, né. Você não tinha o desafio que você tem hoje de um território faccionado. Então a gente tinha muita facilidade de juntar as pessoas, a gente fazia plenárias públicas, organizamos uma plenária de mulheres que deu para mais de 100 mulheres, a nossa plenária de idosos também foi nessa faixa, então nós tínhamos nessa época um número quantitativo representativo, de você juntar, de vir assim de distâncias de 10 ruas, né. A gente não tinha esse limitador, e isso animava as pessoas a irem. A gente montou um cronograma como forma de metodologia para fazer um processo diagnóstico, um processo das proposições, né. Então eu acho que isso também trazia um cenário de esperança para as pessoas, ou seja, animar as pessoas a pensar que era possível a gente transformar o nosso bairro, né, que era possível pensar, a partir da comunidade, políticas públicas que pudessem melhorar o lugar onde eu vivo, né, como a gente dizia, fazer o nosso bem viver, era esse um carro chefe motivacional. Então, eu tenho muita lembrança, porque inclusive, naquele período, a gente tinha um movimento de mulheres, inclusive, até bem mais forte, do que a gente tem hoje no território. As plenárias de crianças e adolescentes também foram muito significativas, porque aí você tinha outro desafio, que é você ouvir o pessoal miúdo, né? Você não impor uma dinâmica adultocêntrica, mas tentar ouvir numa dinâmica diferenciada, isso exigiu muito da nossa parte, dos pesquisadores, dos educadores, né, das pessoas envolvidas. Um desafio metodológico impressionante foi ouvir que as crianças também tinham coisas a dizer sobre o seu lugar (Dona Maria José).

A liderança prosseguiu, ressaltando outra questão muito cara sobre nossa prática cotidiana de pesquisa no chão do GBJ, inclusive ponderada na fala da liderança entrevistada anteriormente, ou seja, a ideia da articulação acadêmico-popular na confluência (Bispo, 2023), ou encontro na produção de saberes de base sociocomunitária, entendendo-a como relevância operacional, naquela ideia de capacitar pesquisadores(as) populares e comunitários locais, para intervir empiricamente no território que habitam e lutam, iniciativa que ainda vigora.

Acho que uma coisa, também, super inovadora e importante para o território, foi essa questão dos pesquisadores populares. Eu acho que essa foi uma dinâmica muito interessante, e reconheço imensamente, o papel da Universidade nesse processo. Mas assim, a gente foi capaz de envolver pessoas do território com conhecimento comprovado, de como fazer diagnóstico, né. As pessoas conheciam os locais, né, se a gente tem várias ruas, por exemplo, que não existiam para o poder público, e que, na verdade, ali moravam duas ou três dezenas de pessoas naquelas ruas e, para o poder público, aquelas ruas não existiam, né. Então, como é que eu diria, essa tecnologia e esse envolvimento dos pesquisadores possibilitaram isso, fazer um reconhecimento, mais aproximado possível, no território (Dona Maria José).

Como pesquisador atento e entusiasmado em submergir naquelas memórias cujas profundidades eram oceânicas, decidi dar prosseguimento a este último ponto, indagando: a senhora lembra como foi o processo seletivo ou de escolha dos(as) pesquisadores(as) populares locais para a realização do DSP?

Esse processo de escolha foi assim: a gente fez tipo como fosse, assim, uma inscrição ou indicação, né, tinha as duas modalidades. Vamos fazer assim, uma primeira rodada, olhar quem já está participando dos processos, fulano, fulana, poderia ir, e também, abrimos inscrições para algumas pessoas, né. As vagas foram nesses dois formatos de incluir, é tanto que tinha, uma boa parte de pessoas, que já estavam, né, na órbita, fazendo coisas, que já estavam envolvidas em grupo, era de uma associação, ou coisa

assim, como também apareceu gente diferente, gente nova, assim, sabe né, às vezes, até muito interessado no fato de se tornar um pesquisador popular (Dona Maria José).

Dando prosseguimento aos mergulhos experienciais e mnemônicos, pontuei uma curiosidade pessoal nutrida desde as minhas primeiras imersões no território do GBJ. Na verdade, eu esperava a confirmação ou refutação de minha ideia hipotética. Indaguei se a liderança lembrava quais foram as pessoas que tomaram a iniciativa de arar e semear o DLIS nesta terra e, se ela conseguiria identificar, das várias pessoas que participaram do DSP, tanto os(as) pesquisados(as) acadêmicos(as), quanto os(as) pesquisadores(as) populares, se havia diferença perceptível quanto ao gênero e a sua representatividade quantitativa, por exemplo, se havia mais presenças e participações femininas ou masculinas. De pronto, ela responde:

Nós éramos, efetivamente, mais mulheres, em todas as instâncias. Sobre as sementes, Jean, era assim, é tão engraçado isso, a gente começou a ler muito aqui no CDVHS, sobre a questão urbana, e entre essas leituras, foram surgindo, por incrível que pareça, o primeiro pensador que a gente foi ver, da questão do Desenvolvimento Local, era um cara, inclusive, mais de centro-esquerda. Naquele momento ali, no final dos anos 90 e começo dos anos 2000, teve uma influência nacional, essa questão do Desenvolvimento Local, que vai ganhando muita força. Augusto de Franco, lembrei, foi o primeiro cara que a gente começou a ler sobre o assunto. Sobre as sementes, eu acho que a gente teve muitos semeadores, assim, não foi uma pessoa ou duas, eu acho que foi um coletivo, né. E eu diria, assim, sem sombra de dúvida que o principal coletivo semeador inicial, foi muito CDVHS, né. O “CDV”, é, de fato, um indutor dessa primeira reflexão, sobre o Desenvolvimento Local, né, é tanto que, naquele período a gente fez muitas reflexões sobre o sustentável e o sustentado, porque se falava muito que, se não houve processos de desenvolvimento induzidos, né, ou seja, a comunidade ser convidada a participar, do planejamento da sua vida política, sociocomunitária e social (Dona Maria José).

No Grande (Bom) Jardim tem flores lindas. Foi importante a trajetória junto à militância local, e nestas linhas, especialmente ao lado de cinco delas – e a partir da escuta atenta e acolhedora das suas narrativas históricas – ratificarmos as minhas hipóteses iniciais sobre as jardineiras responsáveis por plantar as primeiras sementes do DLIS no território do GBJ.

6.2.1 A Rede é a árvore da vida, gestada das sementes do DLIS, plantadas no chão político do Grande (Bom) Jardim.

Nas caminhadas de engajamentos sociopolíticos em ações sociocomunitárias, as sementes do DLIS foram plantadas no chão do GBJ. O passo seguinte foi prosseguir colhendo as narrativas que descrevessem a gestação da árvore da vida gestada dessas sementes, chamada Rede DLIS. Com isso, busquei ressaltar a relevância desta articulação de agentes sociopolíticos em rede para o território do GBJ, além das motivações que impulsionaram à militância

sociocomunitária local em se manterem aliançadas em rede.

Neste pilar ou eixo da entrevista narrativa, convidei as lideranças a descreverem a Rede DLIS, e relatarem a importância dessa articulação para elas e para o território do GBJ, como um todo. Dona Raimunda, como primeira entrevistada, prontamente narrou que,

[...] a Rede DLIS, articula várias outras organizações, e tem várias importâncias, né, inclusive do ponto de vista da concepção e da capacidade de diálogo, como meio de tomada das decisões coletivas. Eu acho que isso é imprescindível, né, porque ela nasceu de uma articulação sociocomunitária, para cuidar dessas pessoas, partindo de um planejamento territorial, né, a partir de um diagnóstico. A partir deste, a Rede foi planejar um território vivível, considerando todos aqueles indicadores de análise, que estavam no diagnóstico e que precisavam mudar naquela realidade social. Era como se a gente quisesse passar o bairro a limpo, e aí a gente precisava, para isso, ter organizações de todos os lugares do território. Quanto mais organizações e olhares sobre essa realidade, mais era importante para esse planejamento e, depois do planejamento, também continuar essa luta por políticas públicas, né. E a luta por políticas públicas precisa, primeiro a gente compreender, como essa política é, como funciona a questão dos orçamentos, para depois exigir, de forma conjunta, né. Então não dá para fazer a luta por uma política de forma isolada, né. Então, acho que esse é o papel fundamental da Rede DLIS, é essa capacidade de articulação e mobilização sociocomunitária, para exigir a política e, muitas vezes, para se ter algum retorno, é preciso, inclusive, um constrangimento político público, e isso a gente só faz se tiver bastante gente, né, se a gente fez uma manifestação, um ato político, e por aí vai, então para mim, a importância da Rede DLIS, nesse território do Grande Bom Jardim, é essa capacidade de empoderamento comunitário e a exigência de políticas públicas para melhorar a vida da população de um modo geral (Dona Raimunda).

Como fio condutor, a pergunta seguinte dialoga com a anterior, pretendendo compreender há quanto tempo dona Raimunda atua na militância junto à Rede DLIS, e o que a motivou a se aliar a essas lutas sociocomunitárias e permanecer atuando nelas.

Então, eu atuo na Rede DLIS desde sua gênese, em 2003, as minhas motivações foram a vontade de ver as pessoas vivendo com dignidade no território. Eu mesma, de vez em quando, uso muito isso, né. Assim, a minha história de vida foi toda pavimentada na Igreja católica, mais precisamente, nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB), onde a gente dizia que se Jesus estivesse aqui, não aceitaria nenhum tipo de injustiça ou violação dos direitos humanos, né. Então, de lá para cá, a gente diz, né, que se Deus disse: eu vim para que todos tenham vida e tenham vida plenamente, a gente vai lutar para isso, né. E a minha crença nessa articulação da Rede DLIS é para isso. Eu sigo acreditando que nessas lutas a gente pode melhorar a vida das pessoas, diminuir os sofrimentos, né, e quem sabe, ter um lugar bom para viver (Dona Raimunda).

A mesma indagação foi realizada a segunda liderança, dona Maria Pacheco, que, igualmente ressaltou a importância dessa articulação em aliança de entes (Butler, 2018) sociopolíticos que atuam coletivamente em Rede, na busca por políticas públicas que mitiguem as mazelas no território, destacando uma forte militante e Agente Comunitária de Saúde (ACS) local, especial para dona Maria e para o território do GBJ, destacando que a Rede DLIS,

[...] é uma Rede de cuidado e afetos que construímos coletivamente. O que nós fazemos na Rede DLIS é isso. Lutar por políticas públicas prioritárias e necessárias

aos enfrentamentos das mazelas do nosso território. É pela vida que lutamos! Se temos uma Constituição Federal que garante direitos fundamentais no papel, lutamos para que eles se efetivem. É o mínimo de nosso compromisso. A Rede DLIS, tem esse papel fundamental na vida de muitas de nós. É uma entidade que pode lutar pela cultura, nos sentimos em casa. Não estamos só, porque quando a gente precisa a gente chama a Rede DLIS. Ela é composta hoje por mais de 40 e poucas instituições e coletivos artísticos. Quando você tem todas essas pessoas juntas, confrontando o Estado quando ele não quer somar, ele tem medo. A Rede DLIS, é fundamental no território do GBJ. Na verdade, a gente sabe que o Grande Bom Jardim é referência nas lutas políticas na cidade, não só para o nosso território, mas para Fortaleza como todo né, e acho que a depender do local, para o Ceará, porque tem gente que fala, né, quando sai daqui e leva os conhecimentos para outros locais. Enfim, eu poderia passar o resto do dia falando da importância que ela tem para todos nós, porque realmente ela é fundamental na nossa existência e das nossas comunidades, como coletivo, como movimento social e como referência em nível, realmente estadual. Além disso, a Rede DLIS é um espaço, uma articulação de movimentos sociais, onde a gente luta por direitos, né. Acho que a luta pelos direitos humanos é o que perpassa por todas. A Rede é um espaço onde a gente luta por políticas públicas. Eu a entendo nesse formato. Hoje quando eu olho para trás, vejo que a gente já teve várias conquistas. Por exemplo, o Parque Lagoa da Viúva, no Siqueira, hoje é um espaço de preservação ambiental. Quando a gente vê esses Postos de Saúde funcionando, por exemplo, um posto aqui próximo da minha casa, Argeu Herbster, mesmo ele já tendo que ir para um outro espaço e voltou, isso não foi uma luta individual. Essa luta foi coletiva, né. Eu lembro muito da Silvelânia, uma Agente Comunitária de Saúde, e de outras mulheres que sempre batalharam muito aqui, porque também as agentes de saúde, conhecem muito bem as dores né, e as questões que perpassa ali, pela saúde e aí você vê hoje os equipamentos funcionando no lugar e superpotentes, né, com médicos. Ainda tem muita deficiência, falta de profissionais e insumos, a gente sabe, mas não é apenas no Posto só aqui, é no geral, então é uma questão geral. Enfim, em se tratando de melhorias, de conquistas, a gente tem várias, né (Dona Maria Pacheco).

Fiquei entusiasmado com a sua fala e sugeri, gentilmente, que dona Maria Pacheco prosseguisse, trazendo mais exemplos empíricos, além dos que havia acabado de narrar, sobretudo a respeito das conquistas da Rede DLIS para o território do GBJ. Ela, sem hesitação, prosseguiu apresentando dois exemplos empíricos: na área de infraestrutura urbana ou melhoria dos espaços e em relação a uma potente aliança popular-acadêmica sobre a efetivação da ZEIS Bom Jardim.

A gente tem ali no Marrocos, onde eles fizeram um calçamento, colocaram as pedrinhas, fizeram o saneamento. Então assim, tem coisas que a gente não vê mas que elas estão ali para melhoria da comunidade. Nós temos a ZEIS, Zona Especial de Interesse Social, né, que é uma conquista que levou anos, se eu não me engano, foram mais de 10 anos de lutas e, não foram poucas. Na época, até saiu uma assinatura para começar, mas levou tempo, mais outro tempo para colocar em prática. E as melhorias desses espaços, eu sempre falo que às vezes é como se fosse uma minirreforma agrária, de cada local sabe, porque reforma agrária é bem ampla, mas quando a gente pensa no nosso território, onde tem zonas vazias, não tenho por que não fazer alguma coisa, fazer uma escola, fazer um espaço de lazer. Então assim, às vezes, é mais ou menos essa reforma uma minirreforma agrária dentro do território, e isso foi uma grande conquista né (Dona Maria Pacheco).

No segundo exemplo empírico trazido, em relação às alianças popular-acadêmicas, dona Maria Pacheco relatou algo relevante e que já fora informado anteriormente por dona

Maria José, nomeado como articulação acadêmico-popular, ressaltando a importância histórica da contribuição das universidades (sobretudo públicas), nas capacitações e batalhas conjuntas, impondo as demandas sociocomunitárias consideradas pela gestão pública, com mais respaldo ou “valor” (sic.) técnico, em prol do bem viver comum do GBJ:

O diálogo com as Universidades, eu acho que é outra coisa extremamente importante, porque se a gente faz uma pesquisa, envolvendo só nós moradoras dos territórios e dos movimentos, não vai ter valor nenhum para Prefeitura ou para o Estado. Realmente não se importam. Agora, quando você tem uma pesquisa assinada pela Unilab, pela Uece, ou por alguém que é da UFC, né, a coisa muda de figura, justamente essa parceria que a gente tem. Tudo isso faz diferença, inclusive na implementação das Escolas Populares de Educação em Direitos Humanos. Eu fiz esse curso. Meu primeiro Curso de Direitos Humanos foi pelo CDVHS e Rede DLIS. Então, hoje a Maria também tem muito desses cursos que eu fiz. Entender o meu lugar de direito e de fala como militante, sabe? Compreender um pouco mais das leis, pesquisar os portais da transparência, tudo isso é fruto também da Rede (Dona Maria Pacheco).

Diante dessas informações narradas, advindas de caros resgates mnemônicos experienciados, decidi convidá-la a caminharmos no roteiro que não segui *ipsis litteris*, mas que havíamos acordado como suleador. Assim, perguntei há quanto tempo ela atuava na Rede DLIS e o que havia lhe motivado a se aliançar a ela, e decidir permanecer. Dona Maria respondeu:

Estou na Rede DLIS desde 2015, acredito que em dezembro de 2015 participei da primeira reunião. Então, em 2015 esse dia me motivou a seguir na Rede. Na verdade, assim, a gente já fazia uma militância né, em prol da cultura do Grande Bom Jardim, em prol da arte. Enfim, principalmente começamos pensando no CCBJ, e aí, a gente nas discussões e tudo, todo mundo muito eufórico, né, talvez por essa ânsia, esse desejo de justiça por melhoria, enfim. Aí eu me lembro que o Caio Feitosa, que fazia parte da Rede DLIS, não me lembro qual era o eixo, quando ele estava mais atuante no CDVHS, em 2015, inclusive, abro um parêntese, (eu acho que a Marileide, era coordenadora do CDVHS), aí eu me lembro que o Caio falou dela, do CDVHS, da Rede DLIS, para gente e perguntou se o Fórum de Cultura, do qual eu participava, não gostaria de fazer parte da Rede DLIS, aí me convidou e perguntou se eu não queria conhecer (Dona Maria Pacheco).

Dandara, quando convidada, igualmente a descrever a Rede DLIS, ressaltando a importância dessa articulação para ela – enquanto militante juvenil, e ao território do GBJ – narrou o seguinte trecho:

Para mim a Rede DLIS, é um espaço de resistência, né, porque já tem aí, mais de duas décadas de existência. Então, nesse sentido de resistência, de acreditar que o território, né, que está assim, mas pode e precisa melhorar, precisa de políticas públicas, de acolher as potências que têm no território, né, de organização popular, e ela tem a importância dela. Na verdade, ela se dá, na minha opinião, porque ela não pensa em interesses individuais, ela pensa na coletividade, né. Então se tem um grupo coletivo, uma organização que tá indo bem, digamos assim, né, que tá conseguindo fazer suas ações, ela não se contenta, porque o que vale é a coletividade, né, porque a gente não constrói a transformação sozinho, né. Uma andorinha só não faz verão, como diz a

frase. E eu levo isso, muito da Rede DLIS, da gente poder pensar, a partir do coletivo, né, Tá, mais no coletivo, as pessoas também precisam estar bem. Mas, aí a gente vai fazendo essa articulação de forças, para conseguir ter um território de bem estar para as populações, no sentido de estarem bem, com saúde, né, com disposição para lutar, então, esse movimento de incentivo, de animação e de crença. Então acho que é acreditar que as pessoas conseguem, né, mesmo que digam que a gente não tem confiabilidade para falar das políticas públicas ou entendimento, mas a gente mostra que não, que tem pessoas que estudam sobre isso e vão ali à procura de saberes para dias melhores (Dandara).

Após uma narrativa que demonstra o reconhecimento em um esperar freiriano, em “dias melhores” (sic.) a toda a coletividade que compõe o chão do GBJ, Dandara pondera, a seguir, o que lhe motivou a se aliançar e seguir lutando, junta a esta instância sociopolítica.

Eu cheguei na Rede em 2016, assim, nas contas, eu não sou muito boa de contas, mas, oito anos né? Sim, pronto, oito anos que eu estou na Rede DLIS. E o que me motivou foi poder estar com pessoas de onde eu moro, né, do meu território, com outras juventudes e compartilhar as lutas, né, porque eu tenho muitas lutas como mulher, negra, jovem, né, tenho sonhos, e encontrar pessoas, que têm os mesmos sonhos ou outros sonhos, né, tão importantes quanto os meus, foi o que me motivou e, principalmente, a acolhida que tive. Eu acho que isso foi muito decisivo, a gente, às vezes, infelizmente, experimenta espaços que a gente não é bem acolhida, que a nossa fala não é legitimada ou que é duvidada, então, isso meio que afasta, mas aqui a gente encontra espaços, que não é só de concordância, de pessoas que pensam igual a mim, mas de pessoas que se permitem, mesmo com as diferenças, lutar com elas, né, lutar, assim, lidar com elas e se fortalecer com elas, então, eu acho que isso, é uma grande motivação, poder ter sido acolhida e ter a minha contribuição legitimada (Dandara).

A interlocutora seguinte descreve a Rede DLIS, para além de uma articulação de outros entes sociopolíticos em prol das políticas públicas para o território do GBJ, mas como um sentimento e, “alguém, um intermédio” (sic) em relação aos anseios das comunidades aos equipamentos públicos, partindo de um “empoderamento social e periférico da população [...] em um contexto intergeracional” (sic). Assim, Xica discorre:

Eu acho que a Rede DLIS hoje, é este instrumento e sentimento de valorização, de potencialização e efetivação das políticas públicas para a garantia de direitos e de políticas afirmativas, de todos os pontos e comunidades que compõem o Grande Bom Jardim. Eu acho que hoje ter núcleos, ter eixos e ter uma comissão de articulação com representação de todos esses eixos, que trazem as questões que mais estão latentes, que são primordiais, que as periferias, que as nossas comunidades anseiam, é muito significativo a ponto de que, a gente consiga encaminhar e trazer os sujeitos, né, os povos, enfim, as instituições responsáveis, para a gente questionar e exigir que, enfim, essas cobranças sejam resolvidas. Eu acho que a Rede, ela tem esse potencial, tanto de fazer com que as comunidades olhem para si, e consigam identificar onde estão as suas questões quanto, a própria comunidade, lutar e falar, por si própria, né, com esses lugares, por exemplo, com as regionais, com os Postos de saúde, com os CRAS e com os CREAS. Enfim, que a gente sempre, precisa de alguém, que esteja nesse intermédio, para a comunidade ter esses equipamentos. Ajuda as comunidades a saberem como chegar e em quem chegar. Assim, eu acho que, cada vez mais, partido de um ponto de empoderamento social e periférico, dessa população, né, e estamos falando disso em um contexto intergeracional (Xica Manicongo).

Seguidamente, Xica Manicongo revelou que compõe a Rede DLIS há dez anos, e que uma das suas motivações foi fazer com que o lugar das juventudes ganhasse centralidade nos debates sociopolíticos, com mais destaque no âmago da Rede. Assim, ela ponderou que:

Na Rede DLIS, eu atuo desde 2014, que foi a minha inserção no grupo de jovens do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza. A partir disso, eu fiquei acompanhando, enquanto juventude, ligada a um movimento social, que ainda não era esse lugar da juventude, onde a gente pensa, fala sobre as nossas questões, e aí, somente em 2018, depois de muita batalha e identificar onde estavam as fragilidades intergeracionais, a gente decide defender a criação de mais um fórum, né, mais um eixo estruturante da Rede DLIS, que foi o Fórum de Juventudes (Xica Manicongo).

Sobre o entendimento de dona Maria José, a respeito do que seria a Rede DLIS e como ela descreveria tal articulação de entes sociopolíticos, bem como a sua importância para ela e para o território do GBJ, além das motivações em participar dessa Rede, a liderança, inicialmente, respondeu-me com uma indagação: se poderia responder a estas duas perguntas de trás para frente, sendo: 1) motivações impulsionadas pelo coletivo que lhes conduziram às articulações de base sociocomunitária em Rede e 2) a descrição do que considera ser a Rede DLIS, ambas apresentadas no trecho seguinte.

Eu gostaria de começar pela motivação. Assim, desde quando eu me reconheci enquanto sujeita sociopolítica de transformação desse mundo, eu nunca consegui me perceber como um ente sozinho, assim, às vezes até olho e eu acho muito interessante, quando acho algumas fotos e digo: interessante! Eu nunca conseguia me perceber sem grupo, sem coletivo, né, por isso que as experiências de coletivo, elas por mais desafiantes que sejam, para mim, é uma coisa que me motiva, porque eu acho que tô, com outras pessoas que estão pensando coisas que podem fazer diferença, né. Então essa é uma das motivações da Rede. Entendendo ela como um movimento social, não homogêneo, não é um movimento determinista, que eu diga, assim Jean, você já foi há vários encontros, também e já viu, por exemplo, quando vou no encontro não tem isso de, ah, eu já sei, isso ou isso, não, você se surpreende com os saberes que as pessoas vão acumulando, né, com as dificuldades de uma cultura, que ela é extremamente individualista, né, e ela, cada vez mais, aponta para dizer que você pode resolver tudo sozinho, os seus problemas, né, não é como quando eu ligo para a farmácia, e tudo resolvido, pediu e chegou, né (Dona Maria José).

Diante do relato anterior, sugeri que a liderança rememorasse exemplos empíricos de sua trajetória sociopolítica que ela considerasse significativo a respeito dessa temática. Dona Maria José pensou, por alguns segundos, e narrou um exemplo de desacordos internos comuns, apontando que nos movimentos também pode haver algumas divergências, discordâncias ou “conflitamento” (sic), que podem ocasionar rachaduras internas. Nessa proposta sugerida pela narradora, inclusive adiantando um assunto a ser debatido no terceiro bloco, recordei que Gohn (2008, p. 40) aponta que, nos movimentos sociais, o “[...] consenso vai sendo obtido a partir do dissenso [...] O dissenso é parte do jogo democrático, é constitutivo das relações sociais deste regime”, assim, relatou a nossa liderança entrevistada.

Então, nessa vida coletiva, é uma vida que se transforma. Ela é um elemento motivador, mesmo que essas transformações, possam ser lentas, né. Eu quando tava falando contigo, dessa coisa de conquista, eu me lembrei, por exemplo, na época em que a gente colocou toda a Rede DLIS, participando do processo do Orçamento Participativo, né, a gente tinha uma experiência, pegava qual era as propostas para ser votada, aí a gente fazia uma reunião preparatória, a gente se preparava para dizer, quando tiver a plenária do orçamento, nós vamos votar nessas propostas, aí nós íamos para votar e, quando chegava lá a gente votava e depois ainda realizava uma plenária de avaliação, de como é que foi a nossa votação, porque às vezes nós combinava e quando chegava lá o pessoal votava outra, às vezes, contra o que a gente tinha combinado, então eu chamo isso, assim, de dizer que nem sempre tínhamos acordos. Então, assim, tinha muito conflitamento, né, não um conflito de necessariamente contrários, mas, assim, um conflito das ideias, né, do modo de fazer. Tipo, como que a gente votou aquilo em nossa assembleia e voltou atrás? Então, esse combustível é o que nos move, né (Dona Maria José).

Na fala acima, a liderança sociocomunitária, inclusive, sentiu-se à vontade diante da flexibilidade e leveza na condução das entrevistas, para adiantar um pouco sobre a temática que discorreremos mais adiante, sobre as questões de discordâncias, divergências ou conflitos internos intersubjetivos no âmago dos movimentos sociais e articulações sociocomunitárias. Mas, prosseguindo, no que tange à Rede DLIS que, segundo dona Maria José, trata-se de um “movimento social” (sic), ela assim a descreve:

[...] a Rede é eminentemente um ser político, por isso que se movimenta, a partir das várias coisas que constituem uma dinâmica política, né, que não é só a eleição. Apesar de ela também ser um elemento, o arcabouço que nós temos que é a democracia, pois as pessoas têm que eleger outras. Nós temos uma democracia, eminentemente representativa, portanto, isso também movimenta a Rede DLIS. Nós conseguimos fazer movimentos extremamente exitosos, como as plataformas comuns, apresentar propostas àqueles futuros governantes e fazer com que eles assinassem uma carta e se comprometam conosco como no encontro de prefeituráveis. Então essa é uma nova forma de fazer política. Então, para mim a Rede, ela é esse ser, esse ator sociopolítico, né, social e cultural como a política nos seus vários, ícones, né, porque a política ela tem muita força, né, então. Se você ficar num debate, por exemplo, com a Rede, só de uma coisa, meio que entre aspas, só teórica, você vai matar ela no cansaço, você não vai sentir ela viva, né. Se você põe uma pauta, que leva ela para os enfrentamentos, para as conversações, aí você tem outra dinâmica. Um movimento social é assim, né, então, por isso que eu acho que a Rede é um movimento social, com os seus altos e baixos, né, com momentos fortes, uma capacidade muito grande, né, de aprender, mesmo dentro das suas diferenças e divergências, como você viu, com os seus diversos desafios, né, como a gente viu agora, no último Encontro, mas, por exemplo se a gente não fosse um ator político, algumas questões, não se tornariam questões, mas seriam passadas, apenas, como informe, né (Dona Maria José).

Antes da proposição da questão seguinte, dona Maria José prosseguiu com sua fala, ininterruptamente, revelando elementos pertinentes ao nosso debate e às articulações sociocomunitárias que pretendíamos compreender, ou seja, as relações intergeracionais, entendidas como um dos fatores de “mini conflitos” (sic) internos, mas como grande potencial positivo mobilizador e de aprendizado nas interrelações, demonstrando uma conexão de ideias com a jovem Xica Manicongo, quando a mesma narrou, anteriormente, a criação do Fórum de

juventudes da Rede DLIS, como mais um eixo em defesa às pautas das juventudes, conduzido por outras juventudes e, em pé de igualdade com as demais comissões e eixos da Rede. Desse modo, dona Maria José pondera.

Nós temos questões a resolver. Questões geracionais, de discussão, da própria compreensão de papéis, né, como aquela discussão da Universidade, né, quer dizer, e aí são mini conflitos também que mobilizam, né. Se você pega qualquer movimento social, você vai ter ali momentos, em que as pessoas vão dizer não, por exemplo, um movimento social de 15 pessoas, vai ter cinco pensando, assim, cinco pensando assim, né. Então esses conflitos, também perpassam, por exemplo, uma Rede como a nossa, que tem conflito intergeracional. Eu acho isso significativo, e eu posso em um dado momento, não saber como mediar ou resolver o conflito, mas assim, é significativo, significa que, no mínimo a gente tem duas gerações, né, porque, se a gente tivesse só uma geração, né? Uma nova geração, (eu já tô com quase 60 anos), dá uma ideia de continuidade, né, dá uma ideia de aprender a conviver com o que a gente hoje pode estar chamando de uma discussão de etarismo, né. Você vai ter que aprender a conviver, com diversos posicionamentos, a partir de uma dinâmica de idade, de experiências e de plataformas, né, porque na verdade, algumas coisas elas podem estar ligadas muito a plataforma, né, querer embarcar aqui um tema “x”, que se eu tivesse um grupo todo mundo de 20 anos, esse tema era ligeiro, né, mas se eu tô num grupo que tem um pouco mais de outras pessoas, aí não é tão ligeiro. Assim, eu vou ter que compreender, algo que possa ser mais simples ou o grupo pode não estar suficientemente maduro, para aquilo ali. Então, quer dizer, eu avalio muito isso de complementaridade etária. Eu acho que a Rede é esse lugar, que também tem uma possibilidade dessa oportunidade, né. Eu acho que a gente se constituiu, nessas relações das pessoas, de certa idade com as mais jovens também, de estarem a muito tempo juntas, né, de fazerem muitas coisas juntas, acreditarem também umas outras, né, mesmo que aqui e acolá tenha algumas divergências, né (Dona Maria José).

Em relação à trajetória sociopolítica pessoal de dona Maria José, ela revela há quanto tempo participa da Rede DLIS, ressaltando-a como uma articulação da qual não consegue se ausentar, pois possuem o mesmo objetivo comum, ou seja, “somos um” (sic), vivendo e lutando em prol da transformação do território do GBJ.

Eu estou na Rede, desde o início, desde 2003, mesmo quando eu fiquei seis anos, sem estar no CDV, em nenhum projeto, eu sempre participava dos encontros, né. Então não dá para se desligar? Sobre a segunda questão, eu acho que o objetivo comum é transformar e conseguir coisas para o território, fazer com que o lugar seja um lugar melhor. Eu acho que isso é uma coisa que torna, também, a Rede central. Porque, às vezes, você pode ter algumas diferenças, né? Agora mesmo, a gente refletiu sobre isso, esse é um ano atípico, né, o candidato disso ou daquilo, né. Mas o que a gente vai centrar é em encontrar uma plataforma. Como você disse, nesse momento que a gente vai pra essa frente, nós somos só um, pode até ter ali umas fissuras, as coisas que a gente precisa resolver, aliás, complexas, não só coisinhas, mas nessa hora somos um, somos a Rede que está apresentando uma plataforma para os prefeituráveis, né, então, para mim a Rede é esse movimento (Dona Maria José).

Discorremos, seguidamente, sobre questões relacionadas aos momentos e ações experienciadas pelas nossas interlocutoras, nos engajamentos sociopolíticos, junto à Rede DLIS, e que considerassem significativas. Posteriormente, indaguei sobre as suas participações, lugares de representação ou funções nos movimentos e na composição da Rede.

Dona Raimunda foi a primeira liderança a responder tal indagação sobredita, e disse que, antes de detalhar os momentos relevantes vividos e os ganhos junto à Rede DLIS nessa caminhada de, pelo menos duas décadas, gostaria de expor algumas questões anteriores muito caras, sobretudo no âmbito das relações com as instituições educacionais do território do GBJ, lugar que, inclusive ocupa na condição de docente de escolas públicas na localidade.

A gente acreditava na época do DSP, numa concepção muito forte da coordenação geral do CDVHS, que todo mundo precisava se engajar politicamente para fortalecer essa ideia de desenvolvimento do lugar e, aí, a gente foi, seguindo pelo que acreditávamos, foi vivendo essa perspectiva sociocomunitária de irmandade, só que a gente não adquiriu, na época do diagnóstico, esse meio operacional para que o povo todo continuasse unido na resolução coletiva das problemáticas locais (a ideia inicial não vingou), porque, diante das situações, a gente percebeu que precisávamos fazer luta por políticas públicas e algumas instâncias como as Escolas públicas, por exemplo, não participariam de momentos de constrangimento do seu próprio patrão, o poder público municipal ou estadual, uma vez que elas eram também e são poder público, né, então acho que esse foi um dos aprendizados com o tempo, né. Para resumir, foram muitos ganhos na participação junto a Rede DLIS. As instituições, as associações sociocomunitárias e outros grupos de juventudes do lugar, com um perfil, mais ou menos parecido, de articulação e que se sentissem autônomas, diante do poder público, né, sem ter o “rabo preso com ele” ou que não tivessem medo para exigir as políticas. Então, a gente vai da denúncia, à exigência e ao constrangimento público, sem precisar medir os nossos esforços, até onde a gente vai ou pode ir, né. E eu não tô questionando os companheiros que não podiam lutar por serem subordinados ao Poder Público, só estou relatando essa situação das Escolas. Elas, mesmo sem ser culturalmente denominadas como associações sociocomunitárias e instância de luta, tem um perfil de organização e luta com muito tempo e dedicação. As Escolas públicas, funcionam de segunda a sexta-feira, de forma muito intensa e até os finais de semana, né. Quem está na escola pública, precisa, para além do descanso, cuidar de outras questões pessoais. Hoje nas lutas, por exemplo, a gente tem somente entidades comunitárias, né, sem vinculação ou dependência direta do poder público. Nós aprendemos com a experiência inicial, que não dava para fazer as exigências, incidências ou constrangimentos ao poder público, enquanto estivéssemos subordinadas a estas organizações (Dona Raimunda).

Após esta exposição de algumas vivências pessoais, dona “Munda” verbalizou que poderia rememorar outros quatro momentos relevantes experienciados nas lutas junto à Rede DLIS: 1) demandas comunitárias do GBJ inseridas no OP como “[...] momentos de participação no planejamento oficial da Cidade” (Dona Raimunda); 2) o PDDU-For e no PDPFOR da cidade; 3) primeiro debate público com os prefeituráveis na capital, decorrendo em; 4) ação resultante desse debate e uma pactuação, resultando na manifestação no paço municipal pela Rede DLIS e Reajan (duas maiores articulações periferizadas do sul da cidade) numa reunião entre o prefeito eleito e esses representantes da sociedade civil organizada, incluindo os movimentos sociais e articulações sociocomunitárias, pelo direito de participação cidadã na gestão da cidade, chamado “Ato pelo Direito de Participar”.

Sobre alguns momentos relevantes, a gente teve uns bem fortes, né. Eu vou citar alguns no campo mesmo das políticas públicas. Por exemplo, quando, pela primeira vez, se instalou aqui em Fortaleza o Orçamento Participativo, né? No primeiro mandato da gestão da ex-prefeita Luizianne Lins, ela meio que mobilizou a cidade para dizer o que era preciso nesses lugares, né. Aí a gente, enquanto sociedade civil, aproveitamos para pôr tudo aquilo que a gente queria mudar no diagnóstico da Cidade, da moradia à educação, das ruas ao lazer, tudo que a gente queria, a gente foi para botar dentro do “OP”, né. E aí a gente, nesse momento, foi muito importante, porque o Grande Bom Jardim, esses cinco bairros, foram os que mais elegeram delegados para o “OP”, né. A gente tem tudo isso escrito em relatórios, com dados de todos os públicos, desde criança, adolescente a pessoas idosas. Dos 17 bairros, elegemos 10 delegados. Então, esses momentos de participação no planejamento oficial da cidade, para mim, são marcantes. Aos poucos, a gente foi tendo a clareza de que nós precisamos incluir a nossa política nos processos oficiais da cidade, e que não dava para a gente efetivá-los somente fazendo uma reunião com algum gestor representante de uma pasta de governo, nossas pautas precisariam estar no planejamento oficial e no OP. Além dele, a gente procurou incluir as nossas demandas, também no Plano Diretor da cidade (Dona Raimunda).

A segunda experiência relevante, trazida por dona Raimunda, foi a construção e a participação sociopolítica da Rede DLIS no PDDU-For e no PDPFOR da cidade, inclusive junto a um Conselho do grupo Gestor do Plano Diretor de Fortaleza, rememorando assim:

Nós participamos com muita clareza e vontade da elaboração do Plano Diretor de Fortaleza, entre 2008 e 2009. Incluímos nossas demandas, mais uma vez, pudemos pautar nossas questões para tencionar e dizer, né, a cidade que temos e a cidade que queremos, a partir desse território. A gente também participou do conselho do núcleo gestor, né, que coordenava toda a elaboração do Plano Diretor, e fomos, né, elaborar onde a gente incluiu questões sobre o Rio Maranguapinho, sobre a necessidade de reforma das moradias, do reassentamento das famílias, né, sobretudo nas comunidades de risco, que é no meio do Bom Jardim, conhecida como o Marrocos, né. Enfim, um outro momento que, para mim foi muito forte, foi quando a gente pegou tudo que já tinha posto no papel, desde o Plano Diretor e a gente via que não tava saindo do papel, né. Como dizem as lideranças sociocomunitárias daqui, o pessoal que se organiza e faz tudo acontecer. Continuamos propondo e participando desse planejamento tanto no Plano Diretor, quanto nos demais projetos na gestão da prefeita Luzianne. Depois veio a reeleição de Luizianne e a gente continuou nessa luta, inclusive quando a gente participou do Plano Diretor, na segunda gestão dela (Dona Raimunda).

No terceiro evento rememorado por dona Raimunda, resgatou-se confluentemente (Bispo, 2023) o que fora ressaltado, anteriormente, pela dona Maria José, demonstrando que foi um momento relevante presenciado por essas lideranças que gestaram a Rede DLIS, sendo o “primeiro debate público ocorrido na periferia de Fortaleza” (sic.), no bairro Canindezinho (GBJ), reunindo os prefeituráveis (o aceite do convite não foi fácil) e demais representantes do poder público, sobretudo municipal, sociedade civil organizada, associações sociocomunitárias e moradores(as) locais, mediadas por representantes da Redes DLIS e Reajan (ponderadas seguidamente), apresentando um documento nomeado de plataforma comunitária de gestão democrática da cidade de Fortaleza, para que tais candidatos assinassem como pactuação de compromisso e responsabilidade com esse povo.

Quando chegaram as eleições novamente, e terminou o mandato da prefeita Luizianne Lins, a gente olhava para as nossas políticas, para tudo aquilo que a gente colocou no planejamento oficial da cidade, acreditando que iria sair do papel e se concretizar e, inclusive, a gente, em uma dessas avaliações, disse: olha a gente já participou praticamente de dois governos, e oito anos de governo da Luizianne, e tem demandas do OP, que não se efetivaram, né, pois agora nós vamos botar todas essas nossas demandas numa plataforma sociocomunitária e vamos pedir para todos os candidatos prefeituráveis das próximas eleições assinarem, né. Então para mim, esse momento foi muito marcante, porque a gente inaugurou o primeiro debate público ocorrido na periferia de Fortaleza, né. A gente quem fez aqui no território do Grande Bom Jardim, quando em 2012, né. No ano da eleição para a prefeitura, nós elaboramos uma plataforma política de pactuação trazendo tudo que a gente queria, desde a concepção sociocomunitária de gestão democrática da cidade, das questões de infraestrutura, né, de educação, saneamento, urbanização, saúde, cultura e lazer, trabalho e renda. O que a gente queria para cá e elaboramos esse documento (Dona Raimunda).

Neste momento da fala, pedi licença e, aproveitando o momento de pausa, em que a liderança segurou o copo com água para beber, fiz três perguntas não roteirizadas: pode me falar mais sobre como realizaram esse debate com os prefeituráveis? A Rede DLIS organizou esse evento sozinha ou contou com apoio de outras redes ou movimentos que articulam outras lutas na cidade? Houve algum encontro, posterior ao debate, com o prefeito eleito?

Como fizemos esse debate com os prefeituráveis, né? A ideia surgiu aqui na Rede DLIS e aí, participando da articulação da Rede, tinha uma entidade, o Espaço Geração Cidadã, que se articulou com uma outra articulação lá do bairro Jangurussu, a Reajan, porque tinham atividades comuns. O EGC tinha apoio de uma financiadora internacional, chamada de Visão Mundial, e aí, essa entidade aqui do território trabalhava articulando e fazendo coisas parecidas com essa, lá do Jangurussu, por ter essa mesma fonte de financiamento. E aí quando o Cristiano sugeriu que a gente pudesse fazer esse debate com os prefeituráveis, trazendo também as demandas lá do Jangurussu, resolvemos elaborar esse documento conjunto, né? A outra instituição, também apoiada pela Visão Mundial, lá do Jangurussu, que fica na Regional VI, foi amadurecendo com a gente, a ideia sobre o debate. A partir dessa sugestão, fomos conversar com a Rede de Articulação dos bairros Jangurussu e Ancuri. E aí a gente reuniu essas duas forças em Redes em assembleias, né, deliberando que iríamos elaborar juntos esse debate com os prefeituráveis. Então nós fizemos um documento juntando e considerando todas as questões sociais dessas duas grandes regionais da cidade de Fortaleza, como as regionais mais populosas, com menores IDHs e com menores orçamentos públicos (Dona Raimunda).

É relevante destacarmos, neste momento, que essas duas Redes citadas eram as maiores alianças de entes sociopolíticos da cidade, localizadas nas duas SERs (V e VI), uma grande área geopolítica e territorial que abrange toda a região sul, concentradoras dos maiores contingentes populacionais, piores números em relação aos casos de extrema precariedade e vulnerabilidade socioeconômica. Ademais, detêm os mais baixos IDHMs da capital, as maiores taxas de desemprego, de violências e homicídios, resultante da ausência de políticas públicas (a exceção da segurança pública) e de serviços básicos. Desse cenário, há indiferenças e violações dos direitos humanos, por vezes orquestradas pelos próprios entes públicos, representados pelos poderes estatal e municipal, seja pela ausência total da oferta ou a conta

gotas dos serviços, ou mesmo pelas agressões às vidas que habitam esses não-lugares, por seu braço armado. Mesmo assim, as Redes DLIS e Reajan são as maiores insurgências e do sul da capital, demonstrando que onde há poder, inevitavelmente haverá resistência (Foucault, 2006; 2014).

Diante desse quadro, a liderança contextualiza tal cenário para, em seguida, narrar o quarto acontecimento político relevante que havia enumerado anteriormente, como o “Ato pelo Direito de Participar” (Dona Raimunda).

Com o índice de pobreza extrema, a gente elaborou esse documento e puxamos esse debate para que todos os prefeituráveis assinassem. Fizemos esse evento aqui no bairro Canindezinho e na época participaram 6 dos 10 candidatos. Deu muito trabalho para gente trazer os candidatos, já que só pisam nos nossos territórios em períodos eleitorais, mas foi muito importante esse momento, porque também serviu para que outros locais de Fortaleza, comessem a puxar debates, elaborar as suas demandas, exhibir ou solicitar um posicionamento do poder público, mais também, criar espaço para que os prefeitos assinassem e, a gente acreditou que, dessa forma, seria mais fácil para exigir depois, né. Então, nessa época, seis deputados assinaram a nossa plataforma. O candidato que se elegeu naquele ano, assinou, inclusive, elogiando muito, né, a nossa iniciativa em construir a plataforma que a gente enviou para os candidatos, aí ele disse que já tinha feito a leitura e que aquilo ali era um planejamento a nível de cidade e que, tomara que todos os locais fizessem isso, e tal, e aí a gente ficou bastante empolgada, né. Em seguida, teve a eleição para a prefeitura de Fortaleza e, justamente, esse candidato que mais nos elogiou, se elegeu. Ele não era a nossa opção, né, logicamente, mas se elegeu democraticamente, e a gente foi exigir o que ele e os demais haviam pactuado em público conosco. Queríamos sentar para que tudo aquilo que ele assinou, com muito elogio, comesse a ser efetivado, né. Logo no início da gestão do Prefeito eleito, Roberto Cláudio, ainda em janeiro de 2013, a gente já começou a mandar os ofícios, né, lembrando o que havíamos pautado no debate com os prefeituráveis e o que ele havia acordado e assinado, considerando a gestão democrática da cidade. A gente queria ser atendida, né, pela gestão municipal, para cuidar da efetivação, né. Só que, esse documento, essa nossa solicitação por ofício, foi passando de mão em mão e, enfim, a todo momento a gente recebia retorno de que o chefe do gabinete, tinha recebido o documento e encaminhado, não sei para quem e não sei pra onde. Eu só sei que chegou no mês de abril, no final deste mês, na reunião da Rede DLIS, que a gente tinha reunião todo mês, e nessa assembleia, a gente avaliou que tava muito lenta essa resposta do prefeito e que, diante dessa indiferença e desrespeito, por parte da gestão municipal, a gente precisava fazer um ato para exigir, inclusive uma reunião, né, com o Prefeito. E aí, foi quando no dia 27 de maio de 2013, no quinto mês sem a resposta do Prefeito em querer receber a gente, que fomos fazer uma manifestação em frente ao Paço Municipal. A gente chamou essa manifestação de “Ato pelo Direito de Participar” e temos vários registros de documentos, vídeos e fotos. Então esse foi um momento para mim, muito forte porque a gente foi para lá, levamos os tambores, as faixas, as panelas e tivemos uma boa participação de mulheres e juventudes, o que foi muito bacana. Nesse ato público, conseguiram fazer um grafite em uma faixa com frases de luta. Não sei de onde foi que a gente foi ali, pelos comércios da cidade e, arranhou um recurso para comprarmos esse tecido da faixa. Enquanto nos organizávamos na entrada do paço, um monte de gente bem parecida, como dizia o pessoal daqui, de paletó e tal, entrava e a gente começou a achar que o povo de lá estava mentindo, quando falaram que o prefeito não estava ali. Ele não queria receber a gente, queria que desistíssemos de esperar (Dona Raimunda).

Enquanto imaginava as cenas dos acontecimentos narrados, com tanta riqueza de detalhes, decidi indagar: e vocês conseguiram encontrar o prefeito eleito naquele ato público?

Sim. Após um longo período de espera pelo Prefeito, eis que chegou a hora que ele precisava sair do paço para viajar e não tinha por onde passar, pois havíamos ocupado toda a área externa do paço. Ele teve que sair por onde a gente estava. E aí a gente brinca, né, na linguagem bem popular, que a gente “ataiou”²⁵ o prefeito, para dizer que a gente tava ali, porque queria uma reunião com ele, e que a gente aceitou esperar por isso desde janeiro, mas não esperaria mais. E aí o Prefeito, numa reação imediata, disse que a gente retornasse na outra quarta-feira, (o ato foi em um dia de quarta-feira à tarde), para esta reunião com ele, né. E aí ficou combinado da gente voltar na quarta-feira. O prefeito pediu também que retornasse apenas uma pequena comitiva de, pelo menos, oito a dez pessoas para se reunir com ele, para cuidar das nossas demandas, como havia sido pactuada na reunião com os prefeituráveis. A gente voltou na quarta-feira seguinte, como havíamos combinado na semana anterior, com o próprio prefeito e levamos toda a comissão de articulação da Rede DLIS e algumas pessoas da articulação da rede Reajan, para esta reunião com o prefeito, que estava marcada para as duas da tarde. A gente chegou, exatamente, no horário, né, nos credenciamos para entrar e ficamos lá aguardando o prefeito. Depois que o prefeito recebeu todo mundo, por fim, a gente aguardou novamente e fomos atendidas às 4 horas da tarde, duas horas depois da chega. Nesse momento, fomos cuidar de todas as demandas pactuadas e o prefeito deu também algumas respostas para a gente, que já tinha muita clareza, tipo, que os Postos de saúde que não funcionam, passariam a funcionar de sete da manhã às 7 da noite, para atender a maior parte da população, entregar remédio, um monte de coisa. E aí ouviu, né, toda nossa conversa. Disse que já conhecia nosso documento, e encaminhou com a gente que dali para frente, seguiria dialogando com o Instituto de Planejamento do Município, que era o IPLANFOR que era, e ainda hoje é, um dos principais articuladores das políticas públicas desta cidade, né. Em seguida, voltamos e marcamos uma nova reunião, na época com o Eudoro Santana, superintendente do IPLANFOR, e com a Luíza Perdigão, e fomos cuidar da operacionalidade dessa nossa plataforma. A Luíza Perdigão, imediatamente assumiu o compromisso de articular todas as secretarias do governo, para a gente fazer aqui este primeiro diálogo aqui no território, e aí a gente fez um seminário, só faltou o secretário da Educação, que era o Ivo Gomes. Ele não veio, mas os outros das demais secretarias vieram todas, né, e a gente foi e fez novamente a fala para todas as secretarias, que se posicionaram na época e tomaram para si as demandas para cuidar de efetivá-las. E aí, a gente ficou num diálogo muito mais aproximado com o IPLANFOR, seja com o Eudoro ou com a Luíza Perdigão, para efetivar o que a gente tinha de demanda nas comunidades (Dona Raimunda).

Após ressaltar essa iniciativa, perguntei em seguida: dona Raimunda, depois de toda essa ação articulada, a senhora considera que tais esforços conjuntos surtiram efeito, em relação a resolutividade das demandas populares e sociocomunitárias exigidas no documento da plataforma de gestão democrática da cidade de Fortaleza, frente a gestão municipal?

Não foi resolvido tudo que a gente tava propondo, mas resolveram fazer novamente uma atualização diagnóstica, não sei se considerando a questão técnica da necessidade de olhar, de fato, como é que tava a cidade, se isso se deveu ao que a gente enquanto movimento vinha tencionando, propondo ou se porque a gestão anterior era da Luizianne e eles queriam provar que fariam o que a prefeita não fez. Enfim, acho que esses momentos foram muito fortes de mobilização para inclusão de nossas demandas no planejamento oficial da cidade e foi o que mais me chamou atenção até hoje, quanto a minha participação na Rede DLIS (Dona Raimunda).

²⁵ Expressão da qual não sabemos a origem etiológica, mas que foi popularizada pela militância nas comunidades no território do GBJ, cujo significado adotado referia a segurar, cercar, deter ou impedir.

Em seguida, diante das memórias narradas dialogamos, mais objetivamente. Sugeri que ela narrasse, um pouco mais, sobre a sua participação sociopolítica ou função operacional no âmago da Rede DLIS e do CDVHS, na condição de agente na militância sociocomunitária do território do GBJ.

Então eu estive na Rede DLIS, mais diretamente, de 2003 até 2015, digamos assim. Em 2003 quando a Rede surgiu, eu fiquei na articulação dela, porque ela era parte do Programa de Desenvolvimento Humano e Sustentável das Cidades, que eu coordenava. E aí, a gente continuou nessa articulação, quando chegamos em 2008, a gente teve uma certa quebra, porque a entidade que financiava os nossos trabalhos da Rede DLIS, que era uma entidade internacional, fechou e encerrou seus trabalhos no Brasil. A gente ficou entre 2009 e 2010, sem nenhum projeto de financiamento direto e fomos tocando com alguns poucos recursos de projetos pontuais, que a gente tinha no CDVHS, ou seja, alguns dos projetos que estavam na política, né, porque a gente assumiu um compromisso de que todo projeto que as instituições fossem elaborar a gente ia tirar daqueles que a gente previu lá na Política de Desenvolvimento Sustentável. Essa política, não sei se eu já falei, mas ela foi elaborada depois do Diagnóstico Sócio Participativo, que a gente elaborou para planejar e pensar o melhor para o território do Grande Bom Jardim, né. Então, nós tínhamos o território e fomos planejar o que a gente queria ou projetava modificar dele em 20 anos. Então, isso consistiu na Política de Desenvolvimento Sustentável que a gente elaborou em 2005 e, a partir daí, as instituições da Rede DLIS iam assumindo projetos que estavam lá para efetivar. A minha participação foi de principal articuladora da Rede DLIS, depois passei a coordenar o CDVHS e continuei nessa perspectiva de cuidados com essa Rede, porque eu acredito demais nessa articulação comunitária (Dona Raimunda).

Dona Raimunda prosseguiu mencionando outras ações práticas em que participou representando o CDVHS, especialmente no que tange às ações de articulação, mobilização e trabalhos sociocomunitários envolvendo as(os) próprias(os) moradores(as) locais, em prol das melhorias no território do GBJ, desde o período do DSP e da PDS.

E aí nós, pelo CDVHS, assumimos um compromisso com algumas ações, como as reformas das praças aqui do território, fazendo articulação com a vizinhança que morava em torno das praças, para a gente fazer um diálogo com poder público para a reforma, porque no diagnóstico, as praças foram postas, como lugar feio e de violência e a gente viu que era preciso mudar a estrutura para poder mudar a concepção da população local, né, para um lugar bonito de convivência e tal, aí, a gente criou o Grupo Amigos da Praça, e foi quando a gente fez uma primeira reforma na época. Neste período, nossa secretária aqui da Regional V, era a Cleide, a gente fez a primeira reforma na praça do Santo Amaro, no Bom Jardim, depois a gente foi modificando também a praça do Canindezinho. A gente chamou a população do entorno das praças para plantar árvores nativas, para todo mundo ir se responsabilizando e cuidando dos seus espaços próximos às suas residências, né. Os Amigos da Praça foram cuidando e continuamos com diálogo com eles e com o poder público para dar continuidade aos projetos de reforma das praças, até que o poder público também fez lá uma reforma, né, com uma quadra para os meninos jogarem, né, com espaço para exercício físico, e tal e aí a praça, se transformou nesse espaço de convivência, tanto para a juventude como para trabalho do corpo de bombeiro com idosas. Enfim, só que isso tudo foi se realizando com muito pouco recurso, né, então encerramos esse projeto dos Amigos da Praça, né, mas o pessoal continuou com a reforma ou com a exigência da reforma, até que aconteceu, nesses dois locais (Dona Raimunda).

Quanto às ações acima, conduzidas pelo CDVHS e pela Rede DLIS, tiveram de ser suspensas no período sobredito, pela ausência de recursos para a operacionalização prática. Muitas dessas atividades foram executadas por iniciativas voluntárias da própria militância local, estimuladas por essas duas instâncias sociopolíticas, demonstrando o impacto dos engajamentos sociopolíticos no empoderamento coletivo local, como afirmou a liderança:

Ficamos nas articulações, pela própria militância, cuidando do CDV, na própria sede de justiça social e, de alguma perspectiva de luta, mesmo sem recurso na época, conclamando a população e nos processos de empoderamento para a importância dos trabalhos sociocomunitários. Só ficaram na equipe, pouquíssimas militantes, eu fiquei, por exemplo, permaneci na coordenação, uma colega, acredito que foi a irmã Janete, ficou para fazer a gestão financeira e o padre Gustavo, para cuidar mais dos processos das juventudes, né. Então, quando a gente retomou, neste primeiro projeto de MISEREOR, como era bem experimental só tinha um percentual para pagamento de pessoal e só podíamos ser nós, então eu fui fazer a coordenação do CDVHS e a articulação da Rede DLIS, o padre Gustavo foi fazer a articulação das Juventudes, e foi isso né, somente quando a gente encerrou em 2012 esse projeto, a gente foi elaborar outro e aí, a MISEREOR, apoiou né, financiou com maiores recursos (Dona Raimunda).

Dentre as razões da suspensão de algumas dessas atividades sociopolíticas, uma delas foi a fragilidade na sustentabilidade financeira aos trabalhos, como ponderado, por diminuição dos recursos para as atividades práticas, retomando em seguida após apoios externos como da MISEREOR, importante parceira institucional e financiadora, tanto do CDVHS quanto da Rede DLIS nos últimos anos, assim, declarou a militante:

Em 2010, a gente retomou os trabalhos mais diretos da Rede DLIS, com um projeto experimental com outra entidade financiadora. A anterior era chamada Cordaid, da Holanda e a gente iniciou uma parceria com outra instituição financiadora da Alemanha, né, a MISEREOR. Essa instituição que financia a maior parte dos projetos do CDVHS e, conseqüentemente da Rede DLIS, até hoje. O nosso primeiro projeto com eles foi de dois anos, né, de 2011 a 2012. Os demais, até hoje, foram trienais. E então, nesses processos né, na elaboração dos projetos de 2011 a 2012, depois articulamos a elaboração desse novo projeto, 2013, 2014 e 2015, quando participei do outro projeto, né, da elaboração à articulação, contratada pelo CDVHS e participante da Rede DLIS (Dona Raimunda).

Posteriormente, dona Raimunda rememora um fato muito caro à sua trajetória de engajamento sociopolítico de base sociocomunitária, quando, na saída da coordenação do CDVHS, após seis anos de gestão, foi convidada como representante desta OSC e, portanto, potente agente dos movimentos sociais a presidir o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos (CEDDH), representando a sociedade civil organizada.

Segundo ela, a coordenação do CEDDH foi um período complexo e de extrema comoção nacional, sobretudo em decorrência de uma das maiores chacinas da história do Ceará, ocorrida na Grande Messejana, região periférica de Fortaleza, entre a madrugada do dia 11 ao

dia 12 de novembro de 2015, intitulada de “Chacina do Curió”, que deixou 11 mortos e algumas pessoas feridas (Dona Raimunda).

Em 2015, a gente resolveu trocar de coordenação do CDVHS, né. Eu achava por bem também essa mudança, já que eu considerava que tinha cumprido minha parte nessa gestão, né, que foi de 2009 até 2015. Foi quando eu saí da gestão do CDVHS, mas continuei participando, porque eu presidi o Conselho Estadual de Direitos Humanos pelo “CDV”. Nesse período, estávamos fazendo uma articulação para revitalizar o Conselho, que estava enfraquecido e abandonado, quase sem funcionamento. A gente foi mobilizado para fazer essas discussões. Como a gente foi participar de todo o processo, inclusive, da eleição das entidades que comporiam o Conselho, né, a gente foi uma das entidades escolhidas, para estar nesse Conselho de Direitos Humanos para o mandato de 2015 até 2017 e, quando a gente foi fazer a organização para a escolha da presidência, né, saiu a indicação de que fosse alguém do movimento social e, como a gente tava muito forte nessa articulação do conselho, a sugestão foi o meu nome, e aí eu saí da coordenação do CDVHS, para fazer a presidência do Conselho Estadual de Direitos Humanos, porque além de acreditar que a gente precisava cuidar dessa questão, eu tinha que estar nos locais onde não haviam políticas públicas para gente, né, então no geral a minha participação nesse processo foi essa (Dona Raimunda).

Na nossa entrevista narrativa com a liderança dona Maria Pacheco, indaguei igualmente, se ela poderia narrar momentos ou experiências pessoais vividas em atividades que considerasse significativas, junto à Rede DLIS. Ela relatou que havia várias, dentre elas a Caminhada pela Paz no chão do GBJ, o Grito dos Excluídos e as Caravanas de Monitoramento de Políticas Públicas para o território do GBJ. Inicialmente,

[...] a Caminhada pela Paz de 2018, eu lembro bem porque foi a gente que fez. Foi em um período que a gente via muitas pessoas sendo assassinadas no território. Enfim, percebemos um estado muito omisso e, às vezes, o próprio assassino dessas vítimas. Tipo, como é que a gente chama a polícia, se é uma polícia violenta e que mata? Naquele momento, você não sabia a quem recorrer, se a milícia, a polícia ou até mesmo as facções. Na época estava crescendo muito e era uma violência atrás da outra, fosse institucional ou não, era violência de todas as formas e eu acho que esse grito da caminhada, sabe, ele foi muito importante. Mas também, a gente já participou do grito dos excluídos, das Caravanas de Monitoramento da Lagoa da Viúva e fez um ato lindo na Lagoa. Eu achei aquilo um momento simbólico muito importante para mim, aquilo não era apenas uma caminhada que terminava e pronto, aquilo foi extremamente importante. A lagoa da viúva é um espaço verde, que estava também sendo destruído. Eu lembro do “Prêmio Gentileza” do ano, se eu não me engano, e nós ganhamos esse prêmio justamente por esse cuidado com a nossa Lagoa (Dona Maria Pacheco).

Membro do Fórum de Cultura do território do GBJ, a liderança ressaltou ainda outro momento bastante significativo e de intensa participação da Rede DLIS, em um âmbito que lhe afeta de modo particular, o do direito à cultura e a arte nessa localidade e, mais ainda, saber que não está sozinha nestas lutas.

Eu lembro de outro momento que a gente estava no Centro Cultural do Bom Jardim fechado. Ele estava passando por uma reforma e nessa reforma faltavam ainda muitas coisas, incluindo ar-condicionado. Eu me lembro que fiquei extremamente

emocionada porque era um momento em que a Rede DLIS estava lá em peso e, não era só o Fórum de Cultura na luta pelo equipamento, mas uma Rede implicando o poder público para reabertura do equipamento, e não era uma reabertura de qualquer jeito, tinha que estar tudo nos seus devidos lugares, acessibilidade, ar-condicionado, as pedrinhas no lugar, a iluminação de qualidade. Enfim, para mim foi muito forte saber que eu não estou só. Saber que você podia contar com outras lideranças. Por exemplo, nós do Fórum de Cultura do Grande Bom Jardim, somos poucos, umas sete ou oito pessoas, no máximo chegamos a 10, mas quando a gente precisa, a gente tem o Fórum de Juventude da Rede DLIS, tem o JAP do CDVHS, tem várias pessoas que podem se somar nas lutas conjuntas pelo bem comum. Se somar e estar junto, isso faz uma diferença muito grande. Não estou só. É o que faz a diferença da Rede DLIS para outros espaços e instâncias de lutas que eu já vi (Dona Maria Pacheco).

Por fim, dona Maria Pacheco ainda complementou que a Rede é um articulador de luta comum que gera confiança coletiva e crença, de que juntos(as) se pode conquistar tudo, ademais, refere que:

[...] tem outros momentos muito simbólicos para mim, quando a gente faz os encontros da Rede DLIS, porque é ali que a gente pensa Políticas Públicas para o território, é ali que a gente diz assim ó: nós temos vários problemas, mas a gente tem que pensar e focar em prol do que a gente pode resolver, se o poder público vai se implicar para resolver também, né. E é esse momento o de pensar juntos sabe, o que fazer para solucionar os problemas comunitários como um diferencial muito grande da Rede, e a gente não é só o que conquistamos, mas tudo. Toda a caminhada, isso é que faz a diferença. A gente pode conquistar o que a gente quiser, o que a gente pensar, se a gente pensar juntos. Eu gosto dessa ideia de comunhão da Rede DLIS sabe, de lealdade, de saber que a gente tem uma a outra (Dona Maria Pacheco).

Partindo das lembranças das ações sociopolíticas executadas pela Rede DLIS, concentramo-nos no item seguinte, que concerne ao âmbito participativo e pessoal de dona Maria Pacheco, ou seja, a questão buscou compreender como ela se enxerga na composição dessa articulação em rede. A liderança citou dois exemplos de práticas pessoais e empíricas: o primeiro em relação ao seu “principal lugar de militância” (sic.), inclusive pontuando o peso de ser uma mulher que assume a dianteira de um coletivo chamado Fórum de Cultura do GBJ, e o segundo, na Comissão de Articulação da Rede DLIS.

Sobre a minha trajetória pessoal eu gosto de falar do Fórum de Cultura, porque o Fórum é o meu principal lugar de militância. E eu me descrevo como uma pessoa que está à frente desse Fórum, não porque eu queira, mas porque as coisas foram me levando a isso. Eu acho que sou uma pessoa muito aguerrida, ética, muito verdadeira, e isso faz com que as pessoas acreditem e me apoie nas coisas. Assim que eu me coloco. Eu acho que isso faz uma diferença muito grande para eu assumir o protagonismo no Fórum, a partir de quem eu sou, sabe. E aí, desse meu lugar, as pessoas acabam depositando muita confiança na minha pessoa, sabe, por isso que, de certa maneira, algumas pessoas me colocam como a Maria do Fórum. Mas isso, por um lado, tem uma implicância, tem um peso muito grande, porque você coloca uma responsabilidade, e a concentra em uma única pessoa, e a gente sabe que enquanto mulher, isso tem um peso, sabe, é diferente (Dona Maria Pacheco).

No segundo exemplo destacado, mais especificamente sobre a participação na Comissão de Articulação da Rede DLIS, cuja sua representação sociopolítica está ligada ao Fórum de Cultura do GBJ, dona Maria Pacheco ressalta, inclusive, o reconhecimento próprio, reiterando o respeito das demais pessoas enquanto mulher e militante, relatou:

Eu gosto muito da comissão de articulação da Rede DLIS, porque é um espaço onde a gente discute muitas questões que aparecem, que são de nossas responsabilidades para com os nossos territórios. É um espaço político onde todo mundo, realmente, se coloca. Isso é ser político. Eu gosto de estar nesses lugares. Me anima, me fazem ver a vida com outro olhar. Eu me sinto importante também, porque eu sei que as pessoas confiam em mim, sabem do meu potencial e eu acho que isso é o que é mais bacana, esse respeito que tenham na minha pessoa, né, não só pela minha pessoa, mas, porque sou eu que estou ali representando o Fórum de Cultura. Isso sim, enquanto ser humana, me dá ânimo, me dá forças para caminhar, porque eu sei que as minhas ações e as minhas atitudes reverberam em algum lugar, sabe. É nesse lugar onde eu estou, a Rede. Onde existo na militância atualmente e sou respeitada. E é muito bom a gente poder ser respeitada, principalmente como mulher nos lugares de militância. Eu não sei se eu consegui ser clara (Dona Maria Pacheco).

Por fim, a liderança reafirma a potencialidade sociopolítica que a sua atuação em coletividade reverberou na sua própria constituição existencial, intersubjetivação e caminhada na militância sociocomunitária.

Eu sempre gostei muito de trabalhar em coletivo. Eu tenho dificuldade de fazer as coisas sozinha. Eu gosto de discutir as questões na coletividade, em grupo. Eu gosto de ouvir as pessoas e aprender com a experiência e vivência das mais velhas. Eu gosto de saber o que cada uma colocou ali, o que seu pensamento e ações ajudou a construir. Eu gosto de comungar coletivamente. Essa sou eu. Tenho dificuldade de estar sozinha, por isso que eu gosto do coletivo da Rede DLIS. Eu sempre gostei muito de articular, literalmente, né, de entrar em contato com as pessoas e de poder garantir que aquele momento da reunião seja participativo, ou seja, conseguir fazer com que tivesse uma grande maioria das pessoas. Eu me considero neste lugar e essa minha facilidade de articular, eu sempre tive, né. Então, por isso que eu quis também participar desses momentos de decisão (Dona Maria Pacheco).

Dandara também narrou momentos e atividades significativas junto à Rede DLIS no GBJ, inclusive saindo do lugar de moradora expectadora das ações e se aliançando a tais lutas, como costuma pontuar. Ela também ressaltou, assim como dona Maria Pacheco, que não teria um, mas vários momentos que têm lembranças e que poderia narrá-los, mas revela dois em especial, inclusive o segundo evento coincidiu com uma das memórias narradas por dona Pacheco, a Caminhada pela Paz no GBJ. Quanto ao primeiro exemplo, a militante revelou que:

O primeiro cortejo do Maracatu Nação Bom Jardim no GBJ foi muito importante. É o que me marcou muito, porque foi a minha chegada, né, na Rede DLIS, por meio de um grupo, que foi o Maracatu. Então, em 2016, quando teve o primeiro cortejo do Maracatu, que eu nem era ainda do grupo, e eu apenas assisti como moradora do território, e vi que não precisava ir para a Domingos Olímpio (principal local onde ocorrem os desfiles de Fortaleza), para poder ver um Maracatu, porque eu tinha um Maracatu no meu bairro e que eu podia fazer parte, e ver várias pessoas, de crianças a

mulheres, idosos, estudantes, naquelas ruas, colocando tambor, né, mostrando as suas crenças e ancestralidades que, muitas vezes, são colocados, meio para escanteio, né, as pessoas são preconceituosas, assim, em relação às matrizes africanas. Então, ter visto aquela multidão de gente na rua, né, expressando as suas cores, as suas crenças, foi muito marcante, eu acho, que dali foi, meio que, o encantamento, para me aproximar da Rede DLIS, o Maracatu. Além desse, e aí, outros momentos que me marcaram muito, também, foi a V Caminhada pela Paz de 2018, para chamar atenção da população e denunciar, né. A gente já tava com esses confrontos territoriais, né, perdendo as juventudes, com as questões dos conflitos, e aí, ter essa mobilização, para lutar pela vida das juventudes, foi muito marcante, inclusive eu estava. Eu deixei de tá, meio que nos bastidores, assistindo, né, como vi no Maracatu e, passei a estar construindo, também, a marcha, podendo contribuir, de alguma forma, para poder ver as juventudes nas ruas lutando pelas suas vidas. Teve muitos outros momentos marcantes, mas esses dois, foram algo que me marcaram muito, assim, enquanto Rede DLIS (Dandara).

Posteriormente, indaguei se a militante poderia identificar e narrar o seu lugar sócio participativo, representativo ou a sua função sociopolítica e operacional na trajetória pessoal junta à Rede DLIS.

Hoje, eu componho uma das comissões da Rede DLIS, né, que é a de Juventudes e Cultura. Inicialmente, em 2018, era apenas o Fórum de juventudes, né, como uma das comissões, inclusive, este foi um espaço tensionado pela própria juventude, para ser uma das comissões, né, da Rede DLIS. No ano retrasado, essa comissão virou o Fórum, né, juntou com outras instâncias e virou a comissão de Juventude e Cultura. Então, eu componho essa comissão. Nas comissões, não tem meio que, coordenação, ou algo nesse sentido, né, porque é muito coletivizada as funções. Eu considero que a minha função é muito de articuladora, né, de mobilizar os grupos, porque eu tenho essa dimensão, que os grupos têm essa característica de não serem formalizados, de não terem recursos, então, acaba que a gente precisa sempre estar animando, né, buscando formas, inclusive, financeiras, como escrever editais, para que essas juventudes consigam continuar produzindo a arte, né. O capitalismo mostra muito isso, a gente tem a necessidade de trabalhar, de comer, essa é a prioridade, né. Então, acho que a arte, meio que fica ali, como algo, em segunda prioridade, então, a minha contribuição, como eu disse no início, é de mobilizar, de animar e, buscar meios de contribuir com os coletivos, que compõem a comissão de juventudes e cultura, e aí, é por meio de eventos, de escrever editais, não sozinha, com outras pessoas, também, que acompanham a comissão, mas, é nesse rumo (Dandara).

Xica Manicongo foi a nossa quarta interlocutora, a gentilmente protagonizar as entrevistas narrativas. Ela foi mais sintética e direta ao responder, em pergunta realizada para a liderança anterior, revelando, em duas etapas que:

Sim. Eu acho que os Encontros, são momentos muito significativos para a gente avaliar o que tem feito, o que deu certo e o que deu errado e, replanejar as ações para as atividades de lutas que vão ser despertadas durante o ano, e nos acompanhamentos das políticas públicas culturais, dos editais e das políticas juvenis, enfim, os acompanhamentos, inclusive, das Escolas. Enfim, do movimento artístico e cultural, do território (Xica Manicongo).

Isto posto, conversamos seguidamente sobre a participação pessoal da liderança, referindo-se especialmente ao seu lugar representativo ou função nas engrenagens internas, que movem as ações sociopolíticas da Rede DLIS.

Eu acho que a principal é de questionamento e, juntamente, com as pessoas que constituem a Rede a mais tempo, pensar soluções de agregar e reconhecer as nossas presenças dentro desse lugar, né. Pensar que cada indivíduo tem a sua particularidade, tem o seu trabalho, sua intelectualidade e é atravessado pelo contexto da violência, de diversas formas, né. Então, consegui garantir o lugar que eu pertença, o lugar que eu ocupo hoje, dentro dessa Rede, é tencionar que todos esses lugares individuais, sejam olhados e reflexos da política que a gente quer criar, né. Então se não fizer sentido, se não abrange, se não contempla todas nós, não faz sentido continuar com a política, né, tem muita coisa a ser revista, então, pensar nesses pormenores de como conseguir, cada vez mais, fazer com que nós, nos sintamos mais pertencente a esse lugar, né, que é a desconstrução, para que o próprio movimento, não absorva as nossas forças, as nossas intelectualidades, a ponto de fazer com que a gente desista (Xica Manicongo).

Dona Maria José, assim como dona Raimunda, participam de articulações políticas e sociocomunitárias no território do GBJ, há mais de três décadas, portanto, co-gestaram a Rede DLIS, colaboraram no DSP e na proposição da PDS do lugar, por isso, foram as narradoras que mais revelaram memórias dos processos e ações de engajamentos sociopolíticos.

Nesse momento da entrevista, reiterei o meu reconhecimento e admiração pela enorme contribuição de todas as guardiãs da memória, incluindo a dona Maria José, e resaltei que adorava escutar as suas narrativas históricas. Por isso, repeti o convite indagando se ela teria mais momentos e/ou atividades significativas que gostaria de rememorar, em relação à Rede DLIS, incluindo se possível, quem ela representa no bojo dessa instância sociopolítica. Em sua narrativa, a liderança resgata outras mulheres relevantes às lutas sociocomunitárias.

Acredito que, a minha função ou lugar político, além da gestão do CDVHS é, me manter junto às lutas da Rede DLIS. Agora, assim, é lógico, como nós estamos no território, e por um território, né, e como também gostei desse termo que você trouxe, né, muitas sementes foram lançadas, né, e que, também, aproxima as pessoas, né. Quer dizer, essas pessoas, também, têm ali um universo de muita ausência, né de coisas, não só de coisas materiais, mas das suas vidas. Então, isso vai gerando laços, né, às vezes se passam anos, e aí, eu vejo aqui a Ana do Nazaré, que era, na minha opinião, uma das grandes militantes aqui da região, sempre que a gente conversa, mesmo ela não vindo, não estando, ela sempre pergunta: como é que tá a Rede? O povo tá tocando? Mas ela agora tá muito ligada a família, agora é espírita, e tá muito ligada ao movimento da Casa Espírita, e depois que a mãe adoeceu e que ela perdeu o pai, ficou mais tempo com a mãe, então foi muito isso, né. Mas ela é uma militante, assim como a Valnice (dona Maria José).

Outro ponto-chave proposto e debatido nas nossas entrevistas, foi o entendimento das nossas interlocutoras referente aos relacionamentos interpessoais, sobretudo entre as próprias militantes, lideranças e os(as) demais membros componentes da Rede DLIS. Nessa linha, Dona Raimunda traz experiências relacionadas a dois entes sociopolíticos dos quais

participa, o CDVHS e a Rede DLIS. Sobre o primeiro, a liderança acredita que:

Cada instituição com sua experiência, com sua cultura de existência, com o seu perfil, mas a gente vai com a nossa ideia, por vezes diferentes. Já é um desafio para manter a coesão e, conviver com aquilo que nos une, né, o que nós chamamos de propósito comum, né, como a gente focou nessa ideia de desenvolvimento do lugar, como lugar bom para se viver, muito nessa perspectiva de juntar as forças num mesmo propósito que nos unificasse, porque a experiência com o perfil das instituições, são muito diferenciadas, inclusive em relação ao CDVHS. Nós do CDV, desde que ele nasceu, com uma clareza política muito boa, digamos assim, talvez não saiba se muito grande do ponto de vista epistemológico, mas de defesa de direitos, sim, de que a articulação só se fortalecia junta, né. E nessa perspectiva, a gente foi enfrentando algumas questões de conflito de interesse, digamos, entre as instituições e eu precisei assumir uma postura muito de escuta, de mediação, para compreender, mas também, deixando muito claro um posicionamento firme de coordenadora e consciente da segurança que adquiri no meu processo (Dona Raimunda).

No segundo exemplo proposto por dona Raimunda, em relação à Rede DLIS, ela pondera a ferramenta política da mediação de conflitos como caminho possível. Ressalta também que tem acordo de que o poder público deve se responsabilizar ou assumir a função dele, por vezes relegadas às associações comunitárias com recursos escassos, mas, muito bem utilizadas como currais eleitoreiros e como moeda de troca da politicagem, ponto de vista que encontra convergência entre a maioria, mas divergência entre outras lideranças, e prossegue:

Em alguns momentos de assembleia identifiquei que aconteceram conflitos, né, por exemplo, na minha concepção de política pública e de educação, se ela foi municipalizada, o próprio município tem que assumir as responsabilidades, e eu acho que não é para as associações sociocomunitárias estarem improvisando com quase zero recurso e fazendo um arranjo para promover uma educação infantil para a prefeitura ganhar os créditos por sua quase ausência. E algumas lideranças da Rede DLIS divergem do meu pensamento, por entenderem que devem se responsabilizar por isso na ausência do estado. Então, para mim, tem que ter a creche sim, é um direito, mas com bons educadores, com uma boa concepção de educação em direitos humanos e não continuar com o que eu chamo de arranjo ou puxadinho de curral político, para manter uma relação entre as entidades sociocomunitárias e o vereador, que depois vão transformar-se em voto. Ou seja, um arranjo sucateado pelo município, porque não querem investir com o mínimo e de forma mais estruturada na educação infantil. Se aproveitam das sedes de algumas associações comunitárias e usam algumas lideranças locais para conseguirem votos fornecendo migalhas. Elas ficavam chateadas com esse meu posicionamento, quando queriam fazer as lutas para que o prefeito ou a prefeita fizesse convênio com essas associações e eu me posicionava com muita clareza de que não era assim que a gente queria educação infantil e não era assim que nossas crianças precisavam e mereciam educação, né. Então, só para citar um conflito de interesse (Dona Raimunda).

Quando entrevistei a nossa segunda protagonista, convidando para que ela relatasse sobre os relacionamentos interpessoais entre ela, as outras agentes e instituições que compõem a Rede DLIS, assim como se ela identificava convergências e divergências internas nessa articulação e, seguidamente, entre esta e outras instâncias como o poder público; a liderança comunitária reconheceu tais tensões, mas ressaltou essas divergências ou atritos como naturais,

ou constitutivo das relações intersubjetivas e interpessoais (Gohn, 2008), ponderando que:

A gente conversa demais. Quando eu estava na Comissão de Articulação da Rede DLIS, até o ano passado, na verdade, oficialmente até o Encontro da Rede deste ano, eu fiz parte dessa comissão até fevereiro ou março representando o Fórum de Cultura, então, era o espaço onde eu mais convergia. A gente acabava dialogando com outros entes que fazem parte da Rede, né, como o Ponto de Memória, que faz parte também dessa comissão, o Fórum das juventudes, com vários coletivos artísticos, como o Gueto Queen, primeiro coletivo LGBT da região, o Oh'Vibe, o JAP, enfim, tem um mundo, incluindo o próprio CDVHS, que estão ali também. A gente acaba, divergindo internamente em alguns momentos ou atividades, por exemplo, quando precisa acompanhar algumas ações de eixos específicos, como do direito à cidade né, então, a gente ia conversar sobre o que era mais prioritário, às vezes, eu acabava divergindo um pouco. No caso das instituições voltadas para outros campos, como o da dona Antônia Catadora, do próprio Pai Neto, eu acho que são as que mais cheguei a estar dialogando, porque fazia parte do meu eixo, em algum período. Por exemplo, do eixo de Juventude, Infância e Adolescência tinha também um diálogo mais positivo. Com a Joyce Luz, do Espaço Geração Cidadã, que também fazia parte desse eixo. Na Nossa Casa Mãe África, também era um espaço onde a gente conversava constantemente. Mas eu acho que o bacana é porque a gente entra em consenso para pensar o que é melhor para vitória do nosso Grande Bom Jardim. As divergências e atritos vão ser sempre normais em qualquer lugar de decisões políticas, ainda mais se impacta uma coletividade (Dona Maria Pacheco).

Neste ponto, é relevante destacar que, no caso do envolvimento com os agentes representantes do poder público municipal e estadual, não há uma relação contrária, ou seja, estes não são nossos inimigos a combater, pelo contrário, nós da Rede DLIS entendemos tais agentes públicos como aliados nas lutas contra as injustiças e desigualdades sociais, bem como na implementação das políticas públicas no GBJ e demais periferias da cidade, onde esses serviços inexistem ou funcionam de modo precarizado. Quando essa interrelação não encontra reciprocidade, escuta e respostas, impedindo-nos de acessarmos as políticas, os nossos direitos são negados, então decidimos conversar com eles, caso as conversas respeitadas não surtam efeito – como geralmente acontece – aí sim partimos para os confrontos políticos e os constrangimentos públicos. Nesse caso, aponta a narradora:

Os embates são um pouco maiores com o poder público. Mas é assim mesmo, a gente tá no processo de aprendizado de várias questões. Ultimamente a gente vem falando sobre o racismo, sobre a nossa juventude que estava, há dois anos atrás, num processo e hoje já é outro [...] os movimentos são um constante aprendizado, mas também, um lugar que a gente se diverte e conversa, nas tomadas de decisões, nas opiniões. Por exemplo, nós tivemos um momento recente onde uma das faltas colocou as Universidades como um ponto central e algumas pessoas da juventude divergiram, e eu discordei, porque sei a importância de nossas parceiras. Por exemplo, em uma de nossas ações da Rede DLIS, a gente teve um momento que era para estar numa mesa composta por três representantes da Rede. Um deles, a gente pensou em colocar a Universidade, porque nós somos parceiros de longas datas e eu tenho respeito muito grande sabe, principalmente nos processos de formação, apesar da minha idade, ainda estou no processo de me formar no ensino superior, mas eu sei da importância delas (Dona Maria Pacheco).

Além dos dois pontos destacados acima, dona Maria Pacheco decidiu discorrer sobre outra temática muito cara aos fortalecimentos institucionais e troca de saberes entre a Rede DLIS, o CDVHS, as lideranças representantes dos movimentos populares e articulações sociocomunitárias no território do GBJ, e que ocorrem mais fortemente, desde o DSP com o apoio inicial da UECE, prosseguindo com outros parceiros acadêmicos até os dias atuais. Apesar de algumas lideranças divergirem quanto à imersão de outros entes institucionais, especialmente acadêmicos, justificando a imposição hierárquica destes conhecimentos sobre os saberes populares nas nossas lutas, dona Maria Pacheco discorda dessa concepção, e reconhece tal potência, no recorte a seguir:

Sei da força das Universidades, principalmente quando você tem um documento que é assinado e respaldado por elas ou quando você diz que temos a Universidade conosco, o Estado escuta e dá mais atenção. Tê-las sempre como parceiras, a UECE, a UFC, a Unilab, a Unichristus, tem um peso muito grande. Então, trago um exemplo prático, onde nesses momentos que algumas pessoas achavam que deveriam ter nas nossas mesas de assembleias, composta por três representantes, que fossem da comunidade, de duas Associações ou Coletivos artísticos do Grande Bom Jardim e uma Universidade. O nosso entendimento, talvez o meu e de outras pessoas, fosse convidar a Universidade como uma das referências. Isso não é desfazer ou desmerecer a comunidade, como se tivesse um peso acadêmico hierárquico, como se a Instituição da educação tivesse um peso maior do que o das associações sociocomunitárias, como algumas lideranças pensam, justificando que, na verdade, o espaço acadêmico, por muitas vezes, vai estudar e entender o que é o território. Então, eu acho que é uma troca de experiência, uma troca de saberes, né, não é quem sabe mais e quem sabe menos. Mas eu entendo as lideranças que pensam o contrário, querendo ou não, a Universidade, não é este lugar à toa, então a gente precisa sim, ter esse respeito. Mas também, a gente precisa olhar como um espaço onde a gente precisa querer que nossos jovens estejam ocupando, que nossas pessoas que têm um pouco mais idade estejam sabe, é um lugar de saber, de experiência, de conhecimento. Agora para onde eu vou levar esse conhecimento aí depende de cada um, né (Dona Maria Pacheco).

Seguidamente, dona Maria Pacheco revelou outro ponto divergente no que tange à ideia de raça/cor da pele que, segundo ela, a atravessa como fator definidor, legitimador ou deslegitimador da sua experiência periférica ou do seu lugar de fala (Ribeiro, 2019), seja nas assembleias da Rede DLIS ou noutros espaços coletivos de lutas políticas sociocomunitárias.

Eu já presenciei outras divergências. Por exemplo, eu também acho, que algumas falas minhas ou talvez as pessoas que não sejam negras retintas como eu, por exemplo, podem ser um problema e serem deslegitimadas. Talvez hoje eu compreenda que seja mais porque nós estamos vivendo uma época em que a gente não quer mais ficar em segundo plano, seja as pessoas negras, sejam mulheres brancas, negras, pardas ou seja qual for. Eu acho que a gente vive quando quer dizer para as pessoas, basta! Eu quero e tenho o direito de viver. Então, tem momentos que a gente acaba divergindo, ou, às vezes, as pessoas não compreendem que a gente está pensando em comum, e as falas de pessoas não consideradas negras retintas são como ataques às pessoas negras, ou seja, a fala às vezes, ou a interpretação de outras pessoas pode ser um problema. Eu nem tô dizendo que estou certa, ou quem está errada, mas tem momentos que eu não tô conseguindo ir adiante nessas discussões (Dona Maria Pacheco).

No caso de Dandara, a primeira juventude entrevistada das duas convidadas desse segmento, quando perguntada sobre como ela se relaciona com as outras agentes e instituições que compõem a Rede DLIS, destacando, se possível, exemplos de situações percebidas como convergências e divergências internas nessa trajetória de articulação e de mobilização para as lutas sociopolíticas, a militante traz ao nosso debate uma vertente intergeracional como ponto de tensão, não necessariamente como algo negativo.

É, assim, historicamente, sempre teve muita tensão intergeracional, e eu sei que não é próprio da Rede DLIS. É questão, enfim, da história, né. Inclusive, juventude é uma categoria, mas assim, é algo muito recente, né, acho que o Estatuto é de 2013, é muito recente, no Estatuto da Juventude. Então, o sujeito histórico juventude, é algo muito novo, na nossa sociedade brasileira, então, meio que é entendível essas tensões, né, porque, se a gente for olhar as histórias das infâncias, as crianças, eram consideradas adultas, né, já iam para as fábricas, trabalhar nas lavouras, e tudo mais. Então, essa tensão geracional, talvez, hoje ainda esteja muito latente, mas já foi muito mais. Assim, apesar de que já fiz a virada, né, sou quase adulta, tenho 30 anos, mas entrei jovem na Rede DLIS. Além de ser jovem, né, e trabalhar com as juventudes, às vezes causam alguns tensionamentos, né, de algumas posições que, meio que duvidava ou colocavam esse questionamento da atuação das juventudes. Eu sempre me coloquei muito, né, de que a gente precisa compreender. Então, acho que o que eu percebo de mais tensão, da minha trajetória dentro da Rede DLIS, é a tensão intergeracional, porque eu me coloco, me posiciono e, às vezes, isso pode ter outras compreensões e interpretações, mas assim, não é algo que afasta, mas algo que tensiona, para que a gente possa chegar a um entendimento, né, a uma evolução, inclusive, enquanto Rede DLIS e isso já foi muito forte para mim (Dandara).

Apesar de identificar as tensões intergeracionais entre as militantes e lideranças que compõem a Rede DLIS, Dandara reconheceu a importância das nossas ancestrais, ou seja, das lideranças femininas mais velhas, ou gerações avós como ponderou Nêgo Bispo (2023), como relevantes figuras que caminharam antes, apontando-nos direções, pois conduziram as lutas iniciais, arando e semeando a nossa terra para o DLIS, no território do GBJ.

Se hoje a gente tem o que tem, é porque muitas pessoas lutaram por nós e antes de nós. Então saudar e lembrar que tem pessoas que lutaram pela gente, é muito importante, né. Saudar a geração de hoje, mas também lembrar as demais. Tem, inclusive, um ditado da África, que é a Sankofa, que é a gente olhar para trás, para poder projetar o futuro. Então, eu tenho muito isso comigo, de que as gerações, que me antecederam, foram essenciais, para hoje nós sermos o que somos, né, para o que a gente tem, e que temos uma responsabilidade de dar continuidade. Talvez, não sejam ainda as mesmas pautas, porque a gente teve muitas conquistas, mas, é importante também ter essa compreensão de que todo mundo contribuiu nas lutas (Dandara).

Retomei o tópico anterior considerando a relevância da linha indagativa, apesar da utilização e seguimento das perguntas do roteiro das entrevistas serem apenas um balizador: e os pontos convergentes, você consegue elencar alguma?

As convergências eu acho que é isso, todo mundo lutar por um bem-estar comum, né, pelo bem-estar coletivo, pelo bem-viver do Grande Bom Jardim. Acho que o que nos

une é isso, né, a luta por um território mais digno para as juventudes, para as infâncias, para pessoas adultas, para as mulheres, acho que é isso que nos unifica (Dandara).

Na entrevista seguinte, a liderança Xica Manicongo preferiu se abster de opinar em relação a esta questão em específico, mesmo que eu tenha tentado retornar à temática noutra ocasião durante a nossa entrevista.

Dona Maria José, quando perguntada sobre as suas interrelações com as outras agentes e instituições que compõem a Rede DLIS, ela identificou mais questões relacionadas às convergências do que as divergências. Opinião detalhada no recorte textual seguinte:

Eu acho que, na grande maioria são convergências, né, essa última que eu falei, por exemplo, do objetivo primeiro, como eu me movo por ele. Então, essa é, digamos assim, o campo de maior convergência. Por outro lado, eu diria que as divergências, estão muito nesse modelo que eu ainda acho que a gente poderia fazer diferente, né, eu não sei. E aí, até falando como representação do CDV, eu fico pensando que são duas coisas, né, por exemplo, uma é que, eu acho que a Rede, poderia ganhar mais autonomia e capacidade de articulação, sem necessariamente, ter como maior força, o CDV, e eu não tô dizendo que a Rede depende do CDV, entendeu (Dona Maria José).

Buscando adquirir mais elementos mnemônicos sobre essa relevante fala de dona Maria José, inclinei-me a indagar: No que concerne a autonomia, a senhora se refere em relação a dar mais autonomia para as outras instituições e lideranças em relação ao CDVHS?

Eu não diria autonomia, eu tô resistindo a usar essa palavra autonomia, mas eu diria, assim, maior capacidade. Eu acho que em relação a Rede DLIS, teriam dois elementos: têm um elemento dos outros componentes e tem o elemento do ser CDV. Tudo bem, a gente tem o projeto e o financeiro, mas poderia, muito bem, em um dado momento incentivar, um ou outro ente, que tivesse um projeto e cuidasse, fizesse as coisas que, por exemplo, hoje nós fazemos, há algum tempo, né. Então isso também perpassa por crescimentos de institucionalidades, né. Ou seja, quando uma instituição ganha mais capacidade de ter mais gente liberada, gente que tá pensando no projeto, que tá fazendo, não só na hora vaga do voluntariado, que é a grande maioria das pessoas que estão na Rede, mas em outros horários também, outras proposições, então é aí que a Rede cresce, eu acho que aí, que tem um elemento que ele é daqui, também nosso, que precisa ser cuidado, né, porque assim, você sabe porque participou da articulação, você sabe como é o movimento, né, então, por exemplo, não é você esperar sempre [...] mas eu, não queria usar também a palavra induz, mas, como é que você incide para aquilo ali ser diferenciado. É um processo pedagógico, né, que tá muito num análogo, assim, sem muito fechamento. Você assim, fornecer a vara para pescar o peixe, eu acho que a gente já faz muito isso, né, nesses últimos anos e últimas composições que nós estejamos, com comissões, né. Eu começo a pensar que a gente poderia ter outro modelo de gestão. Faz tempo que eu me incomodo com isso, até mesmo antes dessa última passagem, que eu tô aqui pelo CDV, de coordenação, já é uma coisa que eu ficava sempre pensando: que outro modelo a gente poderia instalar? Nessa gestão, desse ser político, onde a gente e as pessoas consigam, né, tomar mais as suas capacidades, para gerar aquilo ali, porque a gente já vê isso em outros momentos. Essas são coisas a se pensar, pra gente não ficar num modelo único achando que é isso aqui e pronto [...] A outra coisa é as próprias comissões, que tendem a nascer da necessidade, né, daquilo que você prioriza. Então, já tem dois Encontros, que eu penso sobre isso (Dona Maria José).

Retomando ao assunto das divergências na composição e no âmago da Rede DLIS, identificadas entre essa instância e os demais entes sociopolíticos, a liderança comunitária, dona Maria José, pondera-os inclusive alertando aos cuidados que se deve ter para não confundir, por exemplo, ponto de vista ou opinião com ofensa, assim define:

O outro campo de divergência está, digamos assim, sobre as questões, recentemente, como a eleição ao Conselho Tutelar de Fortaleza. Eu tô dizendo que a gente precisa lutar pela política pública, assim, se a gente tem a ausência da política, tem uma proposição, a gente precisa ser coerente nas pessoas que escolhe para fazer mandatos políticos, né. Eu não posso escolher alguém que é contrário ao que eu passo quatro anos lutando. Se aquela pessoa eleita é contrária a isso, então fica difícil. E aí eu não tô dizendo que as minhas escolhas são as mais certas. Mas como é que a gente conversa, né, sem se ofender, se perder? Tipo assim, vamos conversar sobre esses pontos, né, que no fundo é formação política, eu não quero discutir sobre nomes, eu quero discutir sobre plataformas políticas, porque se a gente tá sempre votando em pessoas que não compõem nenhuma das plataformas políticas que nós defendemos, eu acho que nisso a Rede tem um certo fechamento, inclusive, internos, né. As pessoas que estão mais próximas, isso também faz parte do processo político, por exemplo: vamos fechar tudo com o nome do Jean? Não é isso, mas eu tenho que compreender, se o projeto que o Jean vai levar para a Câmara de Vereadores, está mais próximo do que defendemos ou mais longe? Então, a gente vai compreender isso num estudo, né, sem achar que isso só vai ser efetivado naquele momento, e sempre compreendendo que a política representativa é um norte, né, ela não é um único caminho. Enfim, a divergência, talvez de que eu tenha mais pressa, de que fossem conversadas mais acuradamente, no campo de crescimento da Rede DLIS, não só dessas compreensões, mas também das estruturas que mudam a sociedade (Dona Maria José).

6.2.2 A relevância dos processos de engajamento sociopolíticos femininos e o impacto destas ações no empoderamento coletivo nas lutas por políticas públicas no território do GBJ

No que se refere aos engajamentos sociopolíticos femininos que conduziram as trajetórias de lutas populares e sociocomunitárias da Rede DLIS no chão político do GBJ, desde o DSP e a PDS, a fala da liderança dona Raimunda refletiu o sentido existencial, afetivo e sociopolítico de ser dessas ações, ao considerar que temos um lugar chamado de GBJ, e que este precisa ser cuidado. Dessa forma, revela que se empoderou no coletivo desde muito cedo, impulsionada pelas CEBs, objetivando compreender sobre os direitos humanos, aprendendo a lutar e, depois, aliançou-se ao CDVHS, em que a própria refere como lócus onde fazem: “[...] análise de conjuntura, toma decisões e vê o que é violação de direitos. A gente precisa dar visibilidade, denunciar ou quem sabe, colaborar para diminuir essas violações” (Dona Raimunda).

Dona Raimunda foi uma das reconhecidas militantes e lideranças sociopolíticas que encabeçou as lutas iniciais pela implementação das escolas comunitárias e primeiras escolas formais no território do GBJ. Demarco este fato aqui, pois a temática da Educação figura fortemente em suas falas. Quando ela migrou para esse chão, por exemplo, ainda na década de

1990, a última escola que havia sido construída no território do GBJ fora em 1974 e, os(as) estudantes nativos precisavam caminhar ou pedalar por quilômetros para acessar esses equipamentos. Assim, articulada à militância sociocomunitária local, articulou-se e lutou pelas primeiras escolas nas duas modalidades sobreditas, ratificando o impacto positivo dos engajamentos sociopolíticos nos empoderamentos comunitários (Diários de campo, 2023).

Diante disso, a militante narra que se engajar na militância política e coletiva foi mais do que uma “[...] opção pessoal e profissional de viver e de existir” (Dona Raimunda), desse modo, considera que tal empoderamento subsidiou uma clareza ao seu posicionamento diante das questões e da compreensão das realidades locais, mesmo que atualmente, ressalta em tom de justificativa política, “[...] não tenha assumido esse papel de mobilizadora, articuladora ou, enfim, de trazer outras pessoas para reflexão, que é assim que eu considero que seja um papel de liderança, disso que você já tá me trazendo, né” (Dona Raimunda).

Prosseguindo em nossa proposta dos resgates mnemônicos e, atento ao que dona Raimunda narrou, indaguei retoricamente se a sua fala era uma confirmação da importância dos seus engajamentos sociopolíticos, no que concerne à repercussão dessas ações ou impacto delas no empoderamento coletivo e nas lutas sociocomunitárias em prol das políticas públicas para o bem viver comunal no território do GBJ. Dona Raimunda respondeu positivamente, inclusive relacionando o engajamento ao empoderamento, da seguinte forma:

Acredito sim que os nossos engajamentos sociopolíticos enquanto militantes femininas impactam, diretamente, no coletivo. De tudo que eu já citei, dessa minha disposição mesmo para fazer as lutas. Eu acredito que hoje nós temos, por exemplo, a luta pela Zona Especial de Interesse Social do Bom Jardim, por exemplo, que teve por embrião outras lutas e, eu nunca enxergo os meus engajamentos sociopolíticos sozinha, mas no coletivo. Por exemplo, a gente se empoderar sobre o que é um Plano Diretor da cidade, para poder se organizar e chamar a população para se organizar juntos para lutar pela efetivação de uma ZEIS, incluindo Plano Diretor da cidade e até hoje possuir um núcleo gestor articulado entre as lideranças sociocomunitárias e o poder público, fazendo luta para que esse lugar tenha alguma política pública, para mim, isso é muito importante, só para citar um exemplo, né. E aí eu acredito que todo o processo de luta para fortalecer, tanto CDVHS, como as outras instituições sociocomunitárias aqui no território como a Rede DLIS, foi muito importante para a região ser o que é hoje, mesmo ainda com algumas problemáticas (Dona Raimunda).

Nesse caminho investigativo fiz a mesma pergunta para a liderança dona Maria Pacheco, reconhecendo o que ela havia narrado até então, convidei que prosseguisse sua fala, respondendo se percebia a importância dos seus processos de engajamento sociopolítico, assim como das outras companheiras de lutas, e a repercussão ou impacto dessas iniciativas nos empoderamentos comunais no âmbito das comunidades das quais habitam e atuam em prol das políticas públicas. Dona Maria Pacheco se soma positivamente à resposta anterior, inclusive

ressaltando e listando pelo menos dez nomes de lideranças femininas, como maioria incluindo a sua própria trajetória na militância, majoritariamente componentes da Rede DLIS e de várias gerações (como ressaltado pelas lideranças dona Raimunda e Xica Manicongo), que lhe inspira como referências, impactando no empoderamento das suas instituições, comunidades e na sua própria trajetória de engajamento sociopolítico.

Sim, com certeza! Olha para a Nice, é uma liderança do Grande Bom Jardim que eu tenho uma admiração muito grande por ela. A dona Regina Márcia. Elas estiveram em espaços de luta, em conselhos alimentícios e de Direitos Humanos. Eu mesma, estive no Conselho de Cultura do Estado, por dois anos seguidos, né, como vice-presidente, representando a sociedade civil, mas, principalmente, o meu território, onde eu também vejo a Dona Antônia Mendes, presidenta da Associação de Catadoras, que eu tenho uma admiração muito grande por ela, sabe. Ela também está sempre nos espaços de representações políticas, falando da importância dos catadores de materiais recicláveis, e eu acho que ela é uma mulher extremamente potente, uma senhora que tenho uma admiração e respeito muito grande. Sem falar na dona Zélia, com a sua idade avançada, né, e tá ali nas lutas, sempre dizendo para as pessoas o que precisa para o território dela, para o Marrocos. Luta, briga, discute com quem for preciso, mas também dialoga. É uma das coisas que a gente fala muito, da palavra à luta e à briga. Às vezes as pessoas pensam que a gente não consegue dialogar e negociar, pelo contrário, uma das coisas que eu acho que a gente aprendeu muito foi dialogar. Tem uma hora que a gente diz assim: já basta! Agora a gente vai para um outro campo, pro confronto, pro desaforo, para o constrangimento público. Outra liderança que eu tenho como referência e que vale ser lembrada, apesar de não ser da Rede DLIS, é uma mulher chamada Katiana Pena, do Instituto de dança Katiana Pena (IKP), que eu tenho muito orgulho também, né, de termos saído juntas do mesmo espaço, da Edisca, por termos convivido lá e aprendido tanto. Enfim, as mulheres que relatei são lideranças que gosto, que me inspiram e que lembro quando me perguntam sobre mulheres e lideranças da Rede DLIS, né. Não tem como não reconhecer o engajamento e o empoderamento comunitário que parte dessas lideranças para as lutas por políticas públicas do Grande Bom Jardim. Tem a própria Lúcia, hoje coordenando o CDVHS, por vários anos e, como uma liderança da Rede, a Ingrid como assessora dos Jovens Agentes de Paz e lutando para trazer políticas públicas para o território do Grande Bom Jardim. Então, não é uma luta simples e fácil, mas são conquistas que nós temos em prol do nosso território. Temos outras lideranças também que são homens, mas a grande maioria são mulheres, então isso tem uma importância enorme. Tem um peso muito grande para Rede DLIS, né. Só reforçam as nossas conquistas e valorizam as nossas mulheres. Enfim, são muitas lideranças que eu tenho admiração, como a própria Joyce Luz, que eu admiro demais aquela jovem, que começou também desde adolescente nas lutas, foi compreendendo e se empoderando do cenário, para compreender o território, cresceu dentro do Grande Bom Jardim e foi acolhida pelo Espaço Geração Cidadã na adolescência, e chegou um período em que ela estava coordenando o local. Então quando você olha para trás você vê a Nenzinha também né, no CCVH, então é uma história né, você pensar e vê o Centro de Cidadania e Valorização Humana, que fica lá no território, em uma região bem delicada que é a Nova Canudos, né, foi um espaço onde batalharam bastante para hoje a comunidade ter uma instância de luta por eles. Antes era um espaço largado, não tinha nada, enfim, você vê o que eles conseguiram trazer de impacto positivo para aquela comunidade carente (Dona Maria Pacheco).

No caso de Dandara, desde o início de nosso encontro para a entrevista, eu havia percebido que ela se remeteu à temática abordada neste tópico, sinalizando abertura para que conversássemos sobre esse assunto, inclusive reconhecendo sua influência como liderança e o

impacto positivo advindo de outras. Nesse momento, decidi compreender ou ratificar se ela, de fato, percebia a relevância dos seus processos de engajamento sociopolíticos e a repercussão deles no empoderamento coletivo nas comunidades do GBJ, em prol das lutas e fomento das políticas públicas para esse território. Convidei, assim, que ela falasse mais um pouco sobre esse assunto ou o reiterasse. A interlocutora sorriu e prosseguiu:

Pois é, algo curioso, porque eu não costumo pensar a minha repercussão, né, por conta da vida corrida cotidiana, a gente vai lutando, porque a gente deseja um território melhor, até para a gente mesmo, né, aliás, não só para a gente, mas para a coletividade. Mas assim, refletir sobre isso é muito interessante, de como a nossa energia, ela pode tanto, assim, incentivar e animar outras pessoas a estarem na luta. Eu falo isso por experiência própria, como eu falei, assim, se eu fiquei no CDVHS, né, se eu fui participando dos grupos da Rede DLIS, foi porque eu me inspirei em outras pessoas que estavam ali, né, que falavam das suas vidas e contavam as suas trajetórias, aquilo ali foi inspiração. Então, eu hoje, né, assim eu fico feliz, quando alguém fala que, por exemplo, escolheu um curso, porque se inspirou na minha forma de trabalhar, né, que entrou num coletivo, porque me viu naquela luta, e achou que talvez fosse interessante, também, enquanto jovem, enquanto mulher, para garantir uma vida mais digna. Então assim, eu sei que é uma responsabilidade ser inspiração, para outra pessoa, porque, acaba que a gente fica sendo muito espelho, né, e isso também tem uma cobrança, tipo assim, se você tá na luta, e está indo tudo bem, certo, mas, se você comete alguma coisa, o julgamento é muito maior. Tem até uma frase, né, que eu gosto muito do filme do Homem-Aranha, que fala assim: “grandes poderes requerem, grandes responsabilidades” e a gente têm grandes poderes, né, quando tá na luta, de ser não apenas espelho, mas, de ser inspiração mesmo (Dandara).

Naquele momento, percebi que a militante silenciou por alguns segundos. Decidi perguntar se estava tudo bem e se ela gostaria de acrescentar mais alguma informação ou ressalva que considerasse importante. De pronto, ela prosseguiu com suas reflexões em palavras, sobretudo em relação à força inspiradora que pode ser, assim como outras foram para ela nessa caminhada como fatores motivacionais:

Então é isso, as pessoas olham muito para as nossas atitudes, para os nossos comportamentos e, eu acho que é entendível, né, porque a gente tem um posicionamento importante, né, que reflete, inclusive, em decisões. Então, hoje, eu me vejo muito nisso, assim, né, de poder ser inspiração para outras meninas, né, para outras mulheres, que estão na luta, porque também eu tenho inspirações, eu também me inspiro em outras mulheres, então eu acho que isso é um movimento natural da vida. A gente se inspira e vai inspirando outras pessoas e animando. Eu acho que isso é muito importante, quando a gente percebe que a nossa energia está, um pouco mais baixa, e isso reflete no coletivo, porque, a gente está nessa responsabilidade, eu vejo como uma responsabilidade. Acho que é algo legal, né, motiva a estar nas lutas, né, ser inspiração para outras pessoas é o que motiva, porque, é legal você ser inspiração para outra pessoa, assim, não no sentido de ser uma ídola e tal, assim, mas no sentido de ser motivação como algo que motiva a seguir nas lutas, porque isso pode contribuir nas trajetórias. Não é um fator decisivo, porque tem muitos determinantes, ainda mais a gente que trabalha com políticas públicas e com o serviço social, a gente sabe que, vai precisar que tenha, né, uma política de emprego, uma de saúde, de cultura, de lazer, para que as coisas aconteçam, isso é determinante, mas, a inspiração, é meio que uma mediação, para que aquilo dali possa acontecer (Dandara).

Xica Manicongo foi a nossa terceira entrevistada a discorrer sobre os impactos dos próprios processos de engajamento sociopolíticos na potencialização dos empoderamentos comunitários das demais lideranças que habitam e lutam por políticas públicas no chão do GBJ. A resposta de Xica, assim como as demais, foi positiva e considerou marcadores sociais pessoais.

Eu demorei muito a me entender como peça central, indispensável desse fluxo, né, da política. Tanto que, comecei a tomar a frente de alguns processos, muito recentemente, né, tipo assim, de uns dois anos e meio para cá, tendo em vista quase sete anos de Fórum de Juventudes, tendo aí muitos anos, desde 2014, dentro do contexto da política pública, com esse movimento sociopolítico. E aí, dentro de uma autorreflexão, sobre a minha construção, sobre os processos formativos e políticos que eu acompanhei, que eu ajudei a formalizar e a fomentar, vejo que hoje, enquanto pessoa travesti, pessoa negra, né, enquanto corpo dissidente, corpo periférico, existem essas diversas camadas, nesses lugares de fala, que diz muito desse caminho que construo e, desses lugares da neurodivergência também. Então, é mais uma camada para falar, um lugar de agregar, inclusive, pautar as questões de acessibilidade atitudinais, para deficiência física invisíveis, temporárias e para deficiência ocultas, né. Então eu acho que é nesse contexto de ser, cada vez mais uma junção, uma conjuntura de lugares de pertencimento e, fazer com que, mais pessoas que estejam ligadas a esses pontos se aproximem, para gente conseguir construir uma política, ainda mais forte, ainda mais embasada, com questões que atravessam a gente de muitos lugares (Xica Manicongo).

Xica Manicongo, assim como Dandara, iniciou os engajamentos sociopolíticos recentemente, entre oito e dez anos, enquanto representante de OSCs, participante da Rede DLIS e de coletivos juvenis, mais precisamente em um dos seus eixos, o Fórum de Juventudes, relatando que o Fórum inquietou “[...] sobre as formas de pensar e nossas formas de fazer, tendo em vista que, indiretamente, já estavam trabalhando com os outros eixos da Rede DLIS, para estruturar esse lugar de pertença e de partilha que também foi o Fórum” (Xica Manicongo).

Retomando a pergunta anterior, convidei Xica Manicongo a exemplificar seus engajamentos sociopolíticos ou de lideranças, que tenham participado da Rede DLIS apontando impactos dessas ações noutras gerações de militantes e/ou demais pessoas das comunidades no território do GBJ. De pronto, ela confirmou:

Sim. Eu acredito que, através do engajamento juntamente com essas Juventudes, né, que acompanham os eixos da Rede e o Fórum, a gente conseguiu, ser e estar como referência de outras juventudes, que talvez não conseguiriam chegar nesse lugar, de pautar as suas vidas, né, pautar essas políticas que estão destinadas às suas expressões de vida, expressões de corporalidade e a gente conseguiu ser, na dissidência, também, na diversidade esses pontos focais para que outras, outros e outras, chegassem para, também, falarem sobre as suas questões, né. Aí a gente é esse movimento, de ser portavoz, para ser essa grande constituição de coletividade, né, de falar a partir das nossas vivências, porque eu enquanto pessoa, indivíduo, não consigo falar sobre todas as coisas, né, mas uma pessoa sendo referenciada por mim e vindo através de uma outra violência que não acesso ao meu corpo mais acessa o corpo dela, consegue, fortalecer esse debate que nós estamos construindo e se levantando (Xica Manicongo).

Findando este grande eixo de relevantes construções, convidamos dona Maria José para discorrer se identificava a relevância dos seus processos de engajamentos sociopolíticos, assim como a repercussão destes na construção dos processos de empoderamento coletivo nas batalhas por políticas públicas e sociais no território do GBJ. Ela afirmou positivamente, reiterando inclusive a importância do empoderamento para os engajamentos.

Eu avalio que tem uma importância. Eu vejo que a gente atravessou muitas gerações, né, muitas pessoas, né, que fazem menção aos processos que foram realizados por nós, e eu me sinto assim, muito constituída e constituinte, sabe. É uma relação de que o meu viver, tá, extremamente, ligado a isso, né, independente de, às vezes, da posição que você está. Mas eu avalio positivamente, esse meu engajamento e essa militância, e eu já estive em vários lugares, e em todos esses lugares eu avalio positivamente como representação. Por exemplo, eu tenho um tempo grande no Conselho de Serviço Social, então a minha pauta, digamos assim, é essa. Eu acho, que há os processos participativos de constituição de políticas públicas, geram um empoderamento de cidadãos, né, empoderamento para engajamento e depois para empoderamento de outros. Eles perpassam um tipo de experiência dessa, né. Então assim, para mim é algo que tem uma importância imensa, não sei nem dimensionar. A Constituição de 88, ela diz, efetivamente, que a política pública precisa de processo participativo, né, mas o nosso processo participativo, não é um processo viciado, né, não é só: vamos chamar e fazer isso agora, né, quase no automático, como a gente ligar um botãozinho e pronto, e não é assim, a gente vem num crescimento, né (Dona Maria José).

Nesta subseção textual, busquei captar mnemonicamente relatos de engajamentos sociopolíticos femininos advindos das trajetórias de militantes e lideranças femininas da Rede DLIS, nas lutas e articulações sociocomunitárias no chão sociopolítico do GBJ. Nesse processo, revelaram elementos que identificam essas atrizes e a Rede, como árvore da vida gestada das sementes DLIS, destacando a sua relevância para a PDS no território do GBJ, ressaltando as motivações das militantes e lideranças em compor esta instância sociopolítica aglutinadora de outras forças. E ainda, descrevi cenas visceralmente vividas, relacionamentos e embates entre as lideranças, e, entre estas e o poder público.

As indagações propostas, de modo geral, e, nesta seção em particular, não surgiram de pronto, mas foram fruto de experiências empíricas pessoais e hipóteses suleadoras confirmadas nas narrativas das interlocutoras. Há alguns anos venho me aproximando, investigando e conversando com militantes e lideranças locais, inclusive as nossas narradoras. Me acerquei dessas histórias auxiliado também por documentos e relatórios institucionais das reuniões e assembleias do CDVHS, da Rede DLIS e da constituição do DSP por quase 300 pessoas (maioria mulheres) das nossas comunidades.

No caso da Rede DLIS, esse perfil majoritariamente feminino se consolida a cada ano, desde a sua sociogênese, ratificando os impactos dos engajamentos políticos femininos no empoderamento coletivo para as lutas sociocomunitárias em prol das políticas públicas para o

território do GBJ. Mas o que as motivou a estarem aliançadas nestas batalhas pelo bem viver comum dessa região? Quais as estratégias sociopolíticas utilizadas na sustentabilidade dessas lutas e na garantia das conquistas?

6.3 Dos encontros com as flores lindas do Grande (Bom) Jardim: (a)colhemos memórias, revelamos utopias, identificamos motivações e estratégias sociopolíticas na militância

No presente eixo ou bloco, sugeri que as nossas protagonistas e interlocutoras deste estudo narrassem o que as motivou a estarem aliançadas nas batalhas e militância em prol do bem viver comum no GBJ. Ou seja, se poderiam descrever as alavancas propulsoras que as impulsionaram ao comprometimento ético e engajamento sociopolítico nas suas lutas em prol das políticas públicas neste chão.

Nesta proposição, dona Raimunda foi a primeira a conceder o seu valoroso depoimento, reiterando que o empoderamento é campo fértil para compreender as conjunturas políticas e se motivar a agir sobre elas, visando as transformações sociopolíticas conjunturais necessárias, como algo inegociável, portanto, não havendo escolha, a não ser lutar.

O início da minha participação aqui no Grande Bom Jardim, começou porque eu acreditava em Deus de uma forma diferente, né. A minha fé, só tinha sentido se convertesse em prática rumo a resolução das questões concretas na vida das pessoas. A gente começou a participar das CEBs que a gente chama de Comunidade Eclesial de Base, que são grupos de base sociocomunitária formados pela Igreja Católica. Depois a gente foi fazer algumas lutas para dizer que essa nossa fé tinha que se transformar em cuidado com a vida das pessoas mais vulnerabilizadas neste lugar. Com isso, quando a gente começou a fazer as lutas, a nos levantar, a fazer denúncias, a gente percebeu que precisava persistir e não dava para fazer um levantamento do quantitativo de criança e adolescente fora da escola, por exemplo, e depois não exigir a vaga. Não dava para ficar mostrando o nível de desemprego nesse território e depois não exigir possibilidades de alguma solução para acabar com a fome, né. Então, diante dessa situação, eu me motivei junto ao CDVHS e depois com a Rede DLIS. Nessa perspectiva de que a gente precisava, como diziam as lideranças, ver, julgar e agir. Nos empoderar de como funcionam as políticas na cidade e exigir que ela se efetive, e foi com essa clareza, de que a gente precisava arrancar o direito a força do poder público, numa queda de braço muito grande com a burguesia da cidade, que talvez tenha sido uma das questões que me impulsionaram a fazer luta. Talvez, também não tivéssemos escolha, ou a gente luta, ou não vai ter nenhum direito, ou quem sabe, alguma migalha de algum vereador em tempos de eleição (Dona Raimunda).

Após o potente depoimento supranarrado, em que ressalta a importância de uma prática religiosa engajada, progressista, militante e transformadora das realidades sociais, dona Raimunda revelou estratégias para garantir ou fortalecer a sustentabilidade sociopolítica, de participação popular e sociocomunitária nessas ações locais de diagnóstico, mapeamento das demandas sociocomunitárias e PMA no fomento de políticas públicas para o GBJ, ao longo

desses 22 anos de trajetória sociopolítica de Rede DLIS.

Assim, a liderança traz três exemplos empíricos: 1) Seminário para exposição das demandas territoriais com a presença do poder público para exigir suas providências; 2) Reuniões ou assembleias ordinárias mensais da Rede DLIS; 3) Encontros anuais de PMA da Rede DLIS e; 4) Ocupação/assento em Conselhos de defesa e garantia de direitos na Cidade de Fortaleza e/ou Estado do Ceará. No primeiro exemplo:

Então, eu acho que as estratégias mais práticas, a gente fazia assim, por exemplo: chegava às demandas sobre o campo da violência urbana, aí a gente fazia um grande seminário, chamava o secretário de segurança pública do governo do Estado, e por aí vai, para falar de todas as questões que envolvem essa temática no nosso território, aí depois a gente aguardava que alguma coisa se efetivasse. Mas com a experiência nos movimentos, aprendemos que não era bem assim que operacionaliza as coisas, que depois daquele seminário a gente tinha que continuar lembrando, repactuando e exigindo que o poder público fizesse aquilo que ele se comprometeu em público de fazer no seminário (Dona Raimunda).

No segundo exemplo empírico em que a liderança revela estratégias sociopolíticas como ferramentas nas ações de lutas, temos as “Reuniões ou assembleias ordinárias mensais da Rede DLIS”, em que dona Raimunda identifica:

A gente aprendeu que para efetivar as nossas lutas, a gente precisava se reunir, mensalmente, né, então essa é uma das estratégias que tem dado certo até hoje, pois nessa forma de organização, a gente monitora, mais de perto, o que tá acontecendo. Assim, se cria ali no coletivo, uma forma de se fortalecer e de dar visibilidade às nossas problemáticas, se isso não acontecer, se a Rede não estiver mais ou menos fortalecida, as situações não vão andar. Enfim, a principal estratégia tem sido esses encontros mensais, que a gente chama de acompanhamento e monitoramento das nossas ações. A gente adotou essa estratégia mensal, também, por considerar outras questões mais de médio prazo, né, porque não dá para a gente exigir uma política em janeiro e não se reunir para deliberar. Em fevereiro, quando a gente se reúne, já temos outras questões novas, e no campo mais geral, é isso, né (Dona Raimunda).

No terceiro exemplo prático de estratégias sociopolíticas, os “Encontros anuais de PMA da Rede DLIS”, foram trazidos por dona Raimunda como ferramentas nas ações de lutas, ela revelou:

A gente também faz Encontros anuais, como estratégia de luta, que é para gente analisar tudo o que fez no ano anterior do encontro e o que a gente pretende fazer no ano atual. Já aconteceram vários Encontros e eles servem para a gente analisar como é que tá o território e como a gente quer, para poder tomar decisões diante das situações e buscando resolutividade, e aí, a gente chama de Encontro de PMA anual, né, que é de Planejamento, Monitoramento e Avaliação de políticas públicas, do território do Grande Bom Jardim. Momento que a gente mostra a nossa força, quando olha e analisa a conjuntura, para exigir as políticas necessárias (Dona Raimunda).

Diante dessas narrativas históricas trazidas, dona Raimunda defende, ainda, uma quarta estratégia, sendo a “Ocupação/assento em Conselhos de defesa e garantia de direitos na

Cidade de Fortaleza e/ou Estado do Ceará”. Neste momento, indago se ela defende a manutenção de tais estratégias, utilizadas pela Rede DLIS em duas décadas e trazidas nas suas falas e/ou, se propõem outras formas de enfrentamento e mitigação das mazelas locais.

Nessas nossas lutas sociocomunitárias, a gente não tem encontrado outras formas, né, pelo menos a gente vem mantendo e acreditamos que já é um grande feito atual, porque algumas entidades e articulações, surgem e tem o seu pico, depois a tendência delas é desaparecer. Então, nós já somos muito felizes em manter a Rede DLIS, com as estratégias que temos. Além dessa forma de planejamento, a gente ocupa Conselhos na Cidade, né, como outra estratégia, por exemplo, o Conselho Municipal de Criança e Adolescente, onde algumas das nossas entidades ocupam assento para puxar as lutas, né, por exemplo, por mais um CRAS para o território, exigindo uma atuação maior dos Conselho Tutelares, né. Então, quando algumas de nossas entidades ocupam esses conselhos é muito potente. Por um tempo a gente também compôs o Conselho de Direito da Cidade e, atualmente, nós estamos no Núcleo Gestor do Conselho Gestor da ZEIS, né, que a gente vai seguir tocando as negociações diretas com o poder público. Então, acredito que estamos persistindo, perseverando e resistindo com essas estratégias, né, sem se fechar para as novas. A gente tem buscado muito manter as antigas e construir novas. A gente tem, inclusive, como um desafio, a forma como se relaciona com as juventudes, de modo a identificar como é que a gente aprende com elas, e como elas enxergam aquilo que a gente vem fazendo ao longo dos anos (Dona Raimunda).

Aqui, abro um importante parêntese para destacar o último ponto sobredito, quando dona Raimunda relata o desafio em se relacionar com as juventudes. Nas falas transcritas das juventudes, outras militantes e lideranças entrevistadas, tanto da Xica Manicongo quanto da Dandara, especialmente desta última, há uma concordância quando esta revela anteriormente desentendimentos nas relações interpessoais geracionais, demarcando exatamente esse desafio, no que tange a esses relacionamentos.

Retomando a asserção desta unidade, ou seja, a identificação de algumas alavancas motivadoras e estratégias sociopolíticas nas lutas, em que perguntei o que motivou dona Maria Pacheco a ingressar na Rede DLIS e permanecer aliada a ela, destacando, se possível, as motivações pessoais para essas lutas em âmbito coletivo; porque ela narrou nos tópicos sobre engajamento pessoal, o seguinte: “[...] antes eu fazia luta individualmente, mas agora, depois que eu encontrei o Fórum e a Rede DLIS, passei a atuar em coletividade” (Dona Maria Pacheco), ratificando os impactos dos engajamentos sociopolíticos no empoderamento coletivo para as ações sociocomunitárias. Além disso, prossegue:

O que me motivou nessas lutas iniciais do território do Grande Bom jardim, foi mudar o quadro de estigmatização da região. Eu sempre digo que moro no bairro, onde as pessoas sempre falavam dele, como “vixe”, e isso sempre me incomodou demais, por isso, eu comecei essas militâncias mais individuais. Por exemplo, quando eu estava pensando ou vendo algumas coisas que não caminhavam da forma correta, né, as topics e os ônibus lotados, com mais de 20 crianças eu achava aquilo um absurdo. Porque não davam a mínima condição para que aquela professora levasse as crianças para dançar de forma mais digna? Então eu ia lá, no órgão responsável, ligava e

reclamava. Então esse tipo de coisa, para mim, é muito caro (Dona Maria Pacheco).

Dona Maria Pacheco narrou ainda outros três exemplos empíricos observados em relação ao: 1) Posto de Saúde que acessa; 2) Praça pública que costuma frequentar e; 3) Rio Maranguapinho, espelhando os descasos do poder público diante das pessoas que habitam o território do GBJ. Tais situações complexas, segundo a liderança, motivaram para que ela integrasse os movimentos populares e as articulações sociocomunitárias, protagonizadas pela Rede DLIS, na busca por mudanças nesses quadros:

Quando a gente chega aos Postos de Saúde, não tem médico, não tem equipe, não tem remédio. Se você for ao médico no Posto, você tem uma lista de espera de 3 a 6 meses, até conseguir a primeira consulta com aquele médico, ou então, um dentista. Quando tem dentista falta material, falta algodão, falta luva e flúor. É impossível um profissional de saúde trabalhar assim, é indigno. Então são coisas que não me encantavam, né. Quando eu olhava para a Praça do meu do meu bairro, da Santa Cecília, nem sequer uma árvore tinha, uma coisa assim jogada as traças. Sei lá, um descaso total do poder público conosco. Sem falar no Rio Maranguapinho, que o seu braço passa em frente à minha casa e eu via a própria Cagece colocando dejetos do esgoto. Eu sabia que aquilo ali indo para o Rio, ia poluir a minha casa também, com aquele odor horrível, né (Dona Maria Pacheco).

Em seguida, a liderança relembra com emoção a sua aproximação ao Fórum de Cultura do GBJ, como aliançamento coletivo, seu principal lugar sociopolítico e representativo de militância, demonstrando a importância de se articular em grupo para potencializar as ações e, novamente, ratificando o impacto da presença de lideranças e grupos sociopolíticos no empoderamento das coletividades para as lutas.

Então assim, tudo isso eu sempre questionei, eu sempre brigava da minha forma de: não, perai, não derrube árvore aqui na minha frente não, porque eu denuncio! Então eu sempre militei de forma muito individual, mas aí quando eu conheci o Fórum de Cultura, né, quando eu vi que eu sozinha não ia conseguir fazer a diferença, fazia muito pouquinho, me somei a ele. A gente tava no Centro Cultural do Bom Jardim com 800 mil reais de recurso para o ano todo, quase fechando as portas, o teto caindo, né, as luzes caindo de uma altura gigantesca e eu sozinha não tinha voz para reivindicar dignidade nesses espaços, mas aí quando a gente se juntou com o Fórum de Cultura foi quando eu vi que, assim, a gente tem um peso sozinha, mas quando a gente tá em coletivo né, não era só a Maria que sentia a necessidade de questionar, se indignar e lutar por certas coisas, né. Todo mundo tinha alguma coisa para dizer, fosse para melhorar a condição de salário para o pessoal, para profissionalizar a juventude, né, ou tirar os idosos da ociosidade com algum curso. Então, tudo isso fez com que eu me somasse naquele lugar. E tenho a certeza de que nosso coletivo sabe que nós conseguimos fazer a diferença. Nós saímos dos 800 mil reais de recurso que falei, para hoje, contarmos com mais de 10 milhões e 700.000 de orçamento público para execução das atividades anuais e manutenção do equipamento. Foram muitas brigas, negociações e é por isso que a luta não é fácil, ela é árdua. Mas ela precisa ser contínua. É nesse acreditar que fazemos a diferença, e aí, dessa mesma forma, fui muito feliz né. Quando eu cheguei na Rede e via aquelas pessoas lutando por políticas públicas para o território do Grande Bom Jardim, voltadas para diversas áreas, como: saúde, cultura, direito à cidade, saneamento ambiental etc., eu lembro bem da importância disso, porque quando você não tem saneamento básico, quando chove alaga, as

crianças adoecem, e isso implica muito na falta de saúde da população, porque se eu adoço eu preciso de um Posto, para cuidar de mim e, se eu não tenho um posto para cuidar de mim, dos outros adultos e idosos, das crianças e adolescentes. Como eles vão para a escola doentes? Como vão aprender? (Dona Maria Pacheco).

Em meio a esse relato-desabafo, dona Maria Pacheco reflete sobre a fome ou a pauta da alimentação, uma problemática complexa e histórica enfrentada no território do GBJ, desnudada ainda mais no período pandêmico, onde tivemos de enfrentá-la isolados, sozinhos em relação ao poder público local. Foi no período em que gestamos no território o Comitê Popular de Enfrentamento à Covid-19 no GBJ, e as primeiras Cozinhas Comunitárias do Estado, bem como subsidiamos todo o Projeto Ceará Sem Fome, mencionadas a seguir, como pautas tensionadas há muitos anos.

Outra luta importante foi pela alimentação da população que estava morrendo de fome no território. Se eu não tiver uma alimentação adequada, como vou me desenvolver? Como vou ter dignidade? Como sobreviver sem comida no prato? Na Rede DLIS, a gente tem também a Rede de Cozinhas Comunitárias, né, que distribui alimentos para muitas pessoas, que passam por dificuldades, principalmente hoje, na vida depois da pandemia. Uma coisa que se a gente parar para pensar, tudo está interligado, se olhar para a saúde, ela precisa existir para cuidar da população, o saneamento precisa existir para eu poder ter uma condição melhor na minha casa e não adoecer, se eu adoecer eu tenho que ter um Posto de saúde ou uma UPA, que me dê condição para que eu possa estar no trabalho e trazer sustento para minha família, para que minhas filhas possam se alimentar bem e ir para a Universidade ou Escola (Dona Maria Pacheco).

Em face do exposto, indaguei se a liderança poderia citar uma ou mais estratégias sociopolíticas utilizadas nas ações para garantia da sustentabilidade das lutas sociocomunitárias em prol das políticas públicas no território do GBJ. A liderança resgatou duas experiências potentes das quais pude participar junto a ela e à militância local: 1) o Comitê Popular de Enfrentamento à Covid-19 no GBJ e 2) as Cozinhas Comunitárias do GBJ.

Na época do Covid-19, né, nós criamos o Comitê Popular de Enfrentamento a Covid. Eu acho que foi fundamental para pensar a questão da saúde, né, exigir vacina, EPIs, inclusive nos Postos de saúde, pois as pessoas não estavam sendo vacinadas no território do Grande Bom Jardim. Não chegava a vacina nos Postos, você tinha que se locomover daqui para os lugares muito longes, e às vezes as pessoas não tinham condições de pagar a logística (ônibus). Era muito difícil na época, quando começou a pandemia, a luta era também que essas vacinas chegassem nos postos e que elas pudessem ser mais bem distribuídas. Pensar em higienização territorial era o mínimo, né, distribuir pias nas ruas, passar um carro fazendo higienização etc., porque no lugar onde a gente tava, realmente, perdendo muitas pessoas, muitas vidas naquela época, né, eram inadmissíveis. Principalmente nesses territórios periféricos e ali também era pensado essa questão da fome, porque as pessoas não tinham o que comer, porque não tinham como trabalhar, porque adoeciam e aglomeravam-se nos chãos das calçadas e esquinas. Então, nesse período, era um conjunto de políticas públicas que deveriam ser pensadas, mas não era só pensar em ter um espaço físico, onde essas pessoas seriam atendidas ou acolhidas. Mas onde fariam o distanciamento social? Sim, porque tinham que ficar distantes dos seus familiares em casas de dois cômodos com oito ou dez pessoas vivendo, porque senão, todo mundo ia adoecer (Dona Maria Pacheco).

No segundo caso ilustrado, o das Cozinhas Comunitárias do GBJ, segundo dona Maria Pacheco, o maior apoiador e financiador das atividades e doações não foi o Estado nem o município, relatando no seguinte trecho:

Então foi ali que eu vi uma política pública que a gente fez um monitoramento, realmente, muito forte, muito incisivo, que resultou em frutos. Depois de tudo, foi criada a Rede de Cozinhas Comunitárias do Grande Bom Jardim e as primeiras Cozinhas sociocomunitárias no Estado do Ceará, sob essa perspectiva para enfrentar um nível muito grande de pobreza, porque as pessoas perderam emprego, não tinham para onde ir, o que comer, né, e algumas pessoas perderam parentes que eram os provedores dos seus lares. E aí, eu lembro muito que veio essa questão das Redes de Cozinhas Comunitárias, porque também, nessa época, do Comitê, eu lembro, que a gente conseguiu alguns recursos, né, doações inclusive do próprio Unibanco, que nos subsidiou nos recursos com doações de cestas básicas, EPIs etc. E eu sou muito grata. Porque eu estive no CDVHS, no setor financeiro, e eu via os recursos que entravam, né, das doações, como também a gente trabalhou com a Unibanco na distribuição, nas comunidades mais carentes, que doou muito e nós conseguimos fazer muitas doações de cestas básicas, né, porque as pessoas estavam em situação muito difícil de fome, de não ter como se alimentar e depois dali, pensamos: o que a gente vai fazer agora né? Eu acho que muita gente, nesse período, estava pensando, fazendo alguns trabalhos de doação de alimentos, e aí foi criando Rede de Cozinhas, né, e hoje nós temos uma quantidade considerável, eu não me lembro quantas são, mas acho que são mais de vinte e cinco, e tem sido muito forte, muito potente e até referência para outros espaços. Acho que uma das coisas que eu mais admiro na Rede DLIS é porque nós somos referência em muitas ações que a gente faz. Acho que quando a gente iniciou essa campanha, né, da arrecadação de alimentos e EPIs ou quando a gente fez o Comitê e se tornou referência para que outros Comitês no Estado e em outras cidades, assim como a Rede de Cozinhas, né, que foi outro lugar que as pessoas começaram no Grande Bom Jardim e foi referência para que outros espaços (Dona Maria Pacheco).

Antes de encerrar a sua fala sobre este bloco, dona Maria Pacheco reconheceu o apoio de alguns/algumas parlamentares com alinhamento ideológico de esquerda progressista, sobretudo dos partidos políticos PT e PSOL que, segundo ela, sempre estiveram do mesmo lado das trincheiras sociopolíticas que nós. Somado a isso, também refletiu criticamente sobre a inoperância ou quase inexistência de iniciativas por parte do Governo estatal em relação às políticas do bem viver dirigidas às nossas periferias urbanas, obrigando as lideranças e movimentos sociais, por vezes, voluntariamente a se responsabilizarem por essas questões para que as pessoas não morram à míngua.

Então, além da Rede de Cozinhas, os apoios vieram com o presidente da Assembleia Legislativa do Estado, com o Deputado Renato Roseno, do PSOL, que está na presidência da Comissão de Direitos Humanos, como também, com vários outros vereadores e deputados, né, como o Gabriel Aguiar, como a Adriana Gerônimo ou alguns do PT, que eu não me recordo. Todos pensando como é que a gente poderia melhorar e dar condições para as lideranças fazerem o seu trabalho sociocomunitário, que é do estado. O fato é esse, né. Dai a César, o que é de César. Sabemos que esse é um trabalho que as associações que fazem, mas, que quem deveria estar fazendo era o estado, mas como ele não quer, não se compromete ou não tenta, realmente, fazer o que deveria ser feito em prol das populações, né, aí as lideranças fazem nos territórios. Na periferia não agem em prol das pessoas, e aí a gente, como não quer deixar as

peças morreram sem assistência, vai e faz, é isso que é a verdade, e é isso que é um dos lugares que mobilizou alguns vereadores do nosso lado a tensionar o estado para pensar as políticas públicas para esses nossos locais. Outras poucas iniciativas eu reconheço que partiram do Governo com muita insistência nossa, mas com muitas exigências deles, por exemplo, para organizar as Redes de Cozinhas, só que eles pediam tantas coisas para as cozinhas funcionarem que, às vezes, era inviável. Por exemplo, ninguém possuía cozinhas industriais nas suas residências. Tem associações que é tão difícil ter ao menos gás para cozinhar, além de estar com toda a documentação em dia. Isso é difícil para as associações de base sociocomunitária, porque você tem que pagar água, luz, tem que pagar um contador e, aí, não tô nem falando de uma pessoa que vai receber remuneração para estar à frente, porque isso é real, as pessoas que trabalham precisam sobreviver. A gente faz muitas vezes sem cobrar, a grande maioria trabalha como voluntário, né, enfim (Dona Maria Pacheco).

Diante desse leque de ações, dona Maria Pacheco menciona que a RCCGBJ passou a representar um dos eixos de atuação da Rede DLIS “Redes de Cozinhas e Saúde”, e pauta a problemática da ausência de recursos para remunerar a militância e garantir a sustentabilidade dessas ações sociopolíticas, obrigando-as, além do voluntariado, a atuarem em mais de um local remunerados, sobrecarregando-as.

Na Rede DLIS, a gente tem um eixo, junto às Redes de Cozinhas e Saúde, né. Eu acho que é uma das principais, porque sem ter o que comer fica difícil, sem ter saúde é mais difícil ainda e a gente viu isso, principalmente, nesse período do Covid, né. Essa pandemia foi uma lição e tanto. Não é fácil você permanecer viva e, na verdade, eu sinto falta de mais pessoas para ajudar, sabe, nós somos poucas e militar sem ter mais gente na militância enfraquece. Mas para as pessoas sobreviverem, elas precisam de recursos. Parece que quem se voluntaria não come, não bebe e não paga conta, então eu acho que o Estado deveria dar um recurso, voltado para quem está à frente dessas associações, fazendo o que é obrigação do governo e ele não faz. O recurso deveria ser uma obrigação, porque a gente faz por amor, mas amor não paga minhas contas. Hoje, por exemplo, eu estou trabalhando no financeiro, junto com outras pessoas, em uma instituição no centro da cidade, né. Eu tento me doar nos horários em que eu posso para as lutas sociocomunitárias do meu território, mas essa dedicação é no terceiro ou quarto turno, tarde da noite, na verdade seis horas da noite até às 10. Quando eu precisava articular para ligar para as pessoas era nesse horário, das 7:30 às 10:00, ou às 12 horas da noite, pedindo desculpas as pessoas, né, mas é o horário que eu posso. Quando eu estava no território trabalhando numa instituição, que podia me pagar né, que eu podia trabalhar, prestar um serviço e receber era muito mais fácil para mim, porque eu podia pegar mais horários meus e me doar. Mas isso não é a realidade geral. Então, a gente acaba fazendo o trabalho do Estado de novo, por isso tô trazendo isso, porque é verdade e fazemos de forma muito voluntária (Dona Maria Pacheco).

Diante disso, indago se ela defende a permanência das estratégias utilizadas nos seus relatos e na trajetória de lutas da Rede DLIS, ou se ela sugeria outras. Em resposta, a liderança respondeu que sim, e que inclusive deveriam ser ampliadas, mas antes subdividiu uma explanação reflexiva em quatro eixos temáticos: 1) Cultura; 2) Moradia; 3) Meio ambiente e; 4) Mobilidade urbana. No primeiro eixo subdividido pela liderança, o da cultura, ela relatou o seu poder transformador, no seguinte trecho:

Eu acho que um dos outros eixos principais, é o da Cultura. Eu trabalho no Bom Jardim, e vejo os meninos que começaram na época em que eu cheguei no Centro Cultural, porque eu também sou moradora e eu sou usuária daquele lugar. Então eu comecei a fazer um curso de dança urbana, e ali tinha vários adolescentes e jovens. Hoje esses adolescentes são universitários, outros já concluíram e são professoras de dança, outros professores de música, professora de teatro, professores de audiovisual e tudo isso veio de uma formação. Então para você ver a importância que a arte e a cultura têm no território, e a importância que é um Centro de cultura na periferia do Grande Bom Jardim (Dona Maria Pacheco).

No eixo dois, que trata da moradia, a liderança narra outra reflexão pertinente ao nosso debate:

Quando a gente fala de moradia, tem o eixo da Rede DLIS do direito à cidade, que a gente fala de moradia digna, né, da importância do saneamento ambiental, do papel da casa. Porque no nosso território, você mora num lugar que pode, a qualquer momento, vir um trator, derrubar sua casa e tirar você de lá como já aconteceu, algumas vezes, porque você não é dono da casa no papel (Dona Maria Pacheco).

Já no terceiro eixo, do meio ambiente, dona Maria Pacheco narra uma experiência própria, de que:

Aqui passava uma água na frente da minha casa, limpa, menos poluída que hoje, então é extremamente importante a gente não esquecer do meio ambiente. No lugar onde eu moro, sabe, quem não tem planta, fica em um lugar, extremamente quente. Por isso que a gente luta pela limpeza do Rio Maranguapinho, por exemplo, pois em todo o território passa os seus afluentes, em várias comunidades e se não tiver um espaço limpo, por exemplo, ele não sobrevive (Dona Maria Pacheco).

Por fim, no quarto e último eixo tematizado e organizado pela própria liderança comunitária entrevistada, encontramos o de mobilidade urbana, em que ela refletiu o seguinte:

Enfim, tem várias questões, além da ausência de saneamento, nesses territórios. Nessas comunidades, alaga sempre que chove, então, é uma coisa que não dá para dizer, realmente, o que é mais importante. Tudo é importante, sabe, porque viver é isso. Eu tenho que ter saúde, educação, acesso à cultura e lazer, uma mobilidade na cidade de verdade, né, me deslocar do trabalho para escola, de forma respeitosa como mulher e cidadã, porque é muito difícil você ficar no ônibus, onde não tem um ar condicionado em uma cidade que é, extremamente quente, um período de calor, ou então utilizar um veículo superlotado, ou demora consideravelmente, correndo riscos de sermos assaltadas nas paradas de ônibus, onde eu tenho que ficar mais de 40 minutos esperando. Então, tudo que mencionei é importante, uma mobilidade urbana não tem como não ser importante. Então para isso eu tenho que ter um espaço menos congestionado, uma rua menos esburacada, para garantir um trajeto saudável, até chegar de verdade a um terminal, por exemplo. Então são várias questões que implicam viver bem, né, viver com qualidade de vida [...] por fim, respondendo a pergunta anterior, as estratégias que já estão sendo feitas pela Rede DLIS, acredito que elas têm que ser mantidas, com toda certeza e, se pudesse ser ampliada, a gente precisaria de mais pessoas para dar conta das demandas que não são poucas (Dona Maria Pacheco).

No que concerne às alavancas motivadoras das ações e estratégias sociopolíticas nas lutas sociocomunitárias junto à Rede DLIS, a jovem Dandara narrou três ações estratégicas que costumava observar ou participar na construção coletiva do bem viver no território do GBJ. Sendo as principais: 1) Caravanas de monitoramento; 2) Atos públicos de rua (ponderados por dona Maria José) e; 3) mobilizações nas redes sociais ou ciberativismo, destacando a troca de saberes acadêmico-populares e intergeracionais como possibilidade de fortalecimento das frentes e caminho para a modernização das estratégias populares.

Eu percebo que as estratégias de lutas são muito populares, né, por exemplo, as Caravanas. Quando eu cheguei, em 2015, a gente visitou algumas obras que estavam paradas, né, no Posto de saúde, inclusive no Regina Severino, que hoje é um posto que tá funcionando. Visitamos escolas, e isso é muito interessante, porque, não é aquela coisa, tipo assim, vamos aqui estudar, que eu acho que isso é importante. A Rede DLIS, tem esses estudos e tudo mais. Tem a pesquisa, essas estratégias populares de caravanas, de atos de rua, de construir cartazes, de colar lambes, né, para deixar uma mensagem ali para comunidade, para os governantes. As redes sociais, essa questão de modernizar, mas, não deixando de lado as estratégias mais populares, eu acho que é isso. Vê sempre esse refinamento, né, do que dá certo, das juventudes ensinarem, mostrarem para os adultos, como é que se faz um lambe e depois as pessoas adultas mostraram como se faz uma caravana, como é que faz, um grito de luta. Eu acho que isso é interessante na Rede DLIS, esse meio popular de fazer luta (Dandara).

Quando Dandara estava respondendo à pergunta acima, identifiquei um diálogo paralelo na sala ao lado, entre juventudes militantes sobre feminismo. Este fato me chegou como um fio condutor do diálogo, não do eixo do questionário diretamente, mas como temática relevante a esta pesquisa. De pronto, indaguei se ela percebia algum tipo de silenciamento ou deslegitimação das militantes e/ou lideranças femininas, por parte de homens que interferem – sob um recorte de gênero – na organização, mobilização, articulação, logística operacional ou distribuição das ações no âmago da Rede DLIS, como, por exemplo, os lugares de condução das assembleias e reuniões, as pessoas responsáveis pela produção da alimentação do grupo etc., mesmo vocês sendo a maioria na condução dessa articulação de entes sociopolíticos.

Eu acho que, é algo muito da nossa humanidade, né. Isso é tão estrutural que quando aparece na pergunta, a gente consegue até parar para lembrar e refletir. Mas assim, percebendo agora, de forma muito rápida, mas tentando resgatar momentos, eu acredito que ainda tenha uma divisão desigual, sabe, das tarefas, como você falou, apesar de sermos maioria. Os números mostram isso, de que nós mulheres somos a maioria na Rede DLIS e, em muitos outros movimentos sociais, né, por todo o Brasil. Mas eu acredito que não é um silenciamento, mas, uma forma que talvez, alguns homens, eu vou colocar talvez, porque, né, eu não estou estudando esse ponto, mas alguns fazem sem perceber. Por exemplo, quando tem uma questão mais acalorada, então, às vezes, quando os homens falam, parece que as pessoas calam e escutam com mais rapidez e respeito. Quando tem uma presença masculina, parece que, meio que, se tá ali uma tensão, aí quando o homem fala, porque ele levanta um pouco, mas a voz, ou pela própria dominação masculina, e talvez, eu não esteja usando o melhor termo, mas, tem uma rapidez de escuta, né, as pessoas tendem a escutarem mais

rápido, àquele posicionamento. Quando são as mulheres, parece que a gente precisa demorar mais tempo para poder explicar e ser entendidas, né, nesse sentido. Em relação às tarefas também eu acho que, geralmente, são as mulheres que estão nesse trabalho de preparação do alimento, né, de organizar a sala e tudo mais. Mas eu acho que, nesse movimento, também, de reparação, né, de relações mais iguais, também vocês têm se colocado muito nesse sentido, né, de dividir as tarefas. Há um tensionamento para que os homens, também, estejam nessa luta, e eu percebo muito isso, né, porque a gente tem percebido que não dá para a gente ter uma sociedade mais justa só com as mulheres, sem a presença dos homens, também lutamos por isso (Dandara).

No final da fala acima, percebi uma partícula que dialoga com o pensamento do feminismo decolonial e comunal (Paredes, 2010; 2014; 2015; Guzmán, 2014; Cabnal, 2010), que acreditamos, sobretudo em uma das suas premissas relacionadas a união entre os gêneros, nas lutas coletivas e produções de reexistências contra a estrutura colonial hegemônica, que oprime e violenta, especialmente um segmento, podendo causar sofrimentos a ambos. No que tange às estratégias sobreditas, indaguei, ainda, se ela defendia a sua manutenção ou poderia sugerir outras formas de enfrentamentos nos levantes e nessas lutas sociocomunitárias.

É, eu acho que a Rede DLIS, também, assim como outros movimentos, têm esses altos e baixos, né. Isto a gente vê nos coletivos e outras instâncias a nível de cidade, em outras Redes que não conseguiram se manter, por vários motivos, inclusive, por questões financeiras ou de organização interna. Cada uma tem o seu motivo, então, eu acho que as entidades, têm essa tendência de altos e baixos, e a Rede DLIS, tem uma característica estratégica de refletir sobre si, como está, como pode melhorar, nesse movimento de se entender como eterna aprendiz, né. Enfim, uma instância sempre em aprendizado, em processos de melhoramento. Eu acho que isso precisa se manter. Talvez, agora eu nem tenha uma sugestão de mudança de estratégia, né, porque como tem esse processo sempre, da gente conversar, e de entender como é que pode melhorar, acho que esse é o caminho, né, para a sustentabilidade da Rede DLIS. A gente precisa, como eu falei, olhar para as tecnologias que dão certo, né, como metodologias das caravanas, e também olhar como que tá agora, né. As redes sociais estão aí, as movimentações do Ciberativismo. Então acho que precisamos compreender enquanto Rede DLIS como é que participamos, né, mas não deixando de ocupar as ruas. Acho que isso, ainda, é uma grande estratégia de lutas. Ocupar as ruas nunca vai deixar de ser uma boa estratégia de lutas porque dá resultados (Dandara).

Nesta mesma pergunta realizada para a liderança Xica Manicongo, ela indagou sobre o que eu quis dizer pelo termo alavanca motivadora. De pronto, respondi que a minha intenção era identificar os impulsionadores e motivadores da sua inserção e permanência na caminhada das lutas sociopolíticas no território do GBJ. Assim, ela responde:

No primeiro momento, foi a arte, na verdade, antes da arte foi o próprio movimento social, como eu falei anteriormente. Eu fui acolhida por um movimento, onde eu era aluna, né, de cursos artísticos, dança, teatro, enfim. E aí, a partir disso, desse acolhimento social, eu tive um *insight* artístico, de querer fazer aquilo também, né, estar à frente daquilo, como eu via os meus professores, né, os meus supervisores e coordenadores. E aí fui me encontrar em um equipamento de cultura, o primeiro equipamento em periferia, que foi o Centro Cultural do Grande Bom Jardim, enquanto

aluna neste primeiro momento. Depois de alguns anos, passando por diversos cursos e formações, quando eu chego nesse outro movimento social, que é o Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza, me coloco, também, como Educadora social e, é aí que eu começo, também, a fazer esse link, das artes com o lugar crítico de concepção de paradigmas sociais, que não nos exclui, como eu sempre me senti, excluída, né, mas que evidencie as nossas presenças, nossas intelectualidades e nossas construções de vida, que é exatamente isso que a arte se inspira, né. Então, a partir das vivências sociais, de tudo isso que eu estava construindo, é que eu trago esse recorte, de junção, de link com esse lugar, né, que a arte me impulsionou. Acho que o movimento social me impulsionou para arte, que me impulsionou de volta para o movimento social, então foi um ciclo, né, de revisitação a essas coisas e não faz sentido trabalhar as coisas separadamente, porque, elas estão, exatamente, interligadas (Xica Manicongo).

Nessa trajetória política sobredita, onde há um diálogo entre a vida, a arte e os movimentos sociais, impactada pela influência de outras pessoas como impulsionadoras do seu engajamento coletivo, indaguei sobre quais estratégias são utilizadas para garantir ou fortalecer essa sustentabilidade sociopolítica e participação popular nas ações da Rede DLIS, seja de PMA, diagnóstico e mapeamento de políticas públicas no GBJ, ao longo dos últimos anos.

Eu acho que uma das principais estratégias, é o entendimento de onde parte cada sujeito, né, porque a gente, muitas vezes, peca e erra focando, somente, no que eu estou construindo, enquanto indivíduo e particularidade. Sendo que nós estamos dentro de uma coletividade, que almeja tantas coisas. Como eu falei, há coisas que não me atravessam, mas que atravessam a minha vizinha, às minhas colegas de escola e do trabalho. Então, são tantas questões que, mesmo não diretamente, vai nos atravessar. Então, eu acho que, a gente parar e entender que, antes de eu pautar as minhas questões, eu preciso saber onde eu estou inserida e quais são as pautas que estão sendo levantadas, antes de chegar na minha corporeidade, é um dos mecanismos que a gente, tem mais acertado, né, da gente olhar para outra. Inclusive, tem um provérbio africano que é o da Sankofa, que a gente só pode vivenciar e estabelecer um bom futuro, quando a gente olha para trás, e consegue perceber onde estão os erros para garantir os acertos. Então eu acho que a gente tá acertando nesse lugar, né, de cada vez mais identificar quem somos, onde estamos e o que queremos, na coletividade. E aí, entendendo a coletividade, a gente vai conseguir partir para o próximo passo, que é o fluxo individual de cada um, né, e de cada uma (Xica Manicongo).

Dentre os elementos trazidos em sua resposta, Xica Manicongo destacou o espírito de coletividade, muito ressaltado nas falas das outras lideranças, e o resgate do provérbio africano e ancestral da Sankofa, revelado também na narrativa da Dandara, outra juventude negra e nossa interlocutora, o que demonstra sinergia entre a intrageracional na Rede DLIS. Seguindo o fluxo da entrevista, convidei que ela narrasse estratégias e/ou ações práticas conduzidas na arena sociopolítica do GBJ, que declara:

A própria estratégia do grupo de articulação, da própria Rede DLIS, né, que é esse lugar que eu falei, de junção de todos os eixos estruturantes, onde a gente consegue trazer no grupo geral, coisas que talvez a gente não consiga sozinha. Nesse grupo maior, a gente acaba tirando todo esse sumo, das questões que nós temos para levar para esse lugar para ser pensada estrategicamente, né, por isso que chama articulação. O foco da articulação são as políticas públicas que a gente desenvolve e tira de

acompanhamento nessa programação anual, da gente saber como que anda o recurso para cultura, os equipamentos de cultura periféricos, saber como que nós, enquanto coletividade juvenil, ou Fórum de Juventudes, conseguimos nos organizar, para conseguir fazer com que a efetivação das atividades dos nossos coletivos também funcionem, no acompanhamento dos editais específicos, para cada área, cada eixo estruturante, de como que a gente, também, se ajuda, por exemplo. Tem alguns eixos estruturantes, do próprio movimento, que são de pessoas de mais idade, né, que não tem acesso a internet ou a expertise de escrever um edital ou uma proposta orçamentária. E a juventude pode ajudar, por ter vindo desse fluxo, também de fome de aprendizado, dessas possibilidades que esses equipamentos de cultura trouxeram para a gente, não só do nosso território, mais de outros também, como os CUCAS, né, que foram, também, muito significativos para a formação de muitas de nós, tem sido válidos para que a gente consiga fazer esse rolê de troca, né, da gente conseguir ficar próximo desse movimento de mais tempo e a gente conseguir, através da nossas expertises, que a gente garantiu, através dessas políticas públicas, também ajudá-las a conseguirem outras políticas públicas. Então, eu acho que isso muito significativo, num contexto geral, né, na forma que a gente mobiliza a nossa periferia, na forma que a gente debate à questão de saúde e de segurança alimentar, as questões de moradia, de urbanismo, de transporte público, porque tá tudo interligado, né, e é isso que eu tava falando anteriormente, entendeu? Se a gente não sente que atravessa, que a gente é sujeito também dessa questão, a gente estagna, em muitos pontos (Xica Manicongo).

Apesar de não estar roteirizada, como em várias indagações propostas no decorrer das nossas entrevistas, decidi propor que Xica Manicongo citasse algum exemplo empírico de estratégia de luta da Rede DLIS. Neste ponto, ela menciona, com certa tristeza no semblante, os processos de territorialização ocasionados pelo avanço do domínio das facções criminosas, que impactam, inclusive, em perdas nas ações sociopolíticas e estratégicas de rua no GBJ.

Citarei algo que a gente perdeu, mas, que a gente tem que subverter, que foram as nossas caminhadas pela paz, e aí, por um processo de ordem maior, de violência, a gente não conseguiu mais trabalhar as questões de vivenciar todos os territórios, tanto que a gente tem tido, cada vez mais, esse cuidado de pensar como articular atuar territorialmente, né, obviamente, entendendo todas essas fragilidades. Mas, eu acredito que as reuniões periódicas, né, e focais com temáticas específicas para pensar ações de rua, é um grande potencializador das lutas (Xica Manicongo).

Percebendo que outras lideranças entrevistadas, como dona Maria Pacheco e Dandara, também havia pontuado as “Caminhadas” como potentes estratégias, posteriormente indaguei se Xica Manicongo defendia a sustentabilidade dessas estratégias sociopolíticas narradas, da forma que estão sendo operacionalizadas atualmente. Caso a sua resposta fosse positiva, a proposta era saber se ela acrescentaria outras.

Sim. Total. Eu acho que, a cada encontro, identificamos as questões e trazemos outras formas. Eu acho que isso é um processo, né, da vida, do ser humano que, sempre a gente vai ter que chegar em outros lugares que a gente não chega. Agora, obviamente, a gente não vai fazer e não deve fazer de qualquer forma, né, precisa ter, exatamente, o lugar da estratégia que eu citei, porque, não adianta a gente querer resolver o problema da urbanização da cidade, sem tá articulada, sem se imbuir das informações técnicas e corretas para chegar nesse lugar (Xica Manicongo).

Dona Maria José também revelou motivações em se aliar (Butler, 2018) nas lutas sociopolíticas, desde muito jovem, e seguir militando por um GBJ pleno em direitos e dignidade humana, para além do que ela já havia tão bem narrado durante nosso encontro, rememorando fatos vividos desde sua infância e juventude, no seguinte trecho:

Na verdade, assim, a gente tem muitas motivações, por exemplo, eu tive uma adolescência, uma infância, que a minha família, era de imigrantes dentro da cidade, né, a gente morou em muitos bairros, e quando a gente chega aqui, acontecem várias situações, em que a gente tem numa vizinhança, a gente desenvolve um sentido muito forte de acolhimento, e por incrível que pareça, acabou que meu pai, não quis mais mudar, mesmo com tudo aquilo que as pessoas falavam, né, que aqui era um bairro violento e todos aqueles estigmas, que a gente escutava desde criança. Mas meu pai não quis mudar, e tinha muito a ver com as pessoas que moravam próximo, que a gente se solidarizava, em várias situações complicadas. Quando vou ali para minha adolescência e juventude, eu acho que um elemento muito forte, naquele período, é que nós tínhamos uma realidade, da não oportunidade. Assim, a escola era escassa, né, você e aqueles jovens, que estavam aqui e que as famílias não faziam um esforço para botar numa escola, da Parangaba para lá, quer dizer, esse jovem ficava como se estivesse morando no interior, porque você não tinha escola aqui. Isso sempre foi algo que eu não lidava sem pensar. Eu sempre pensei nessa coisa, assim, já ali pelos meus 10 ou 11 anos, eu tinha quase uma certeza, de que eu queria forjar para mim, um sentido diferente do acesso que os meus pais tiveram. Minha mãe não sabia ler, meu pai teve até o segundo ano, né, do primário, assinava o nome. Então, aquilo dali, para mim era uma coisa que sempre eu disse assim: eu preciso fazer algo diferente. Eu preciso trilhar um caminho diferente. Eu não tinha certeza de qual era o caminho, mas tinha um elemento pessoal muito forte (Dona Maria José).

Pelo relato acima, percebi que algumas situações de vulnerabilidades vivenciadas desde a infância costuraram um pano de fundo para reflexões, empoderamento de contexto e motivações aos engajamentos sociopolíticos. Uma vontade e utopia social de mudar aquela realidade vivida se semeava. No trecho seguinte, ela relata o momento da “virada de chave” para se entender como ser e existir sociopolítico, no empoderar para se engajar, reiterando o impacto que as CEBs tiveram nesse seu processo pessoal, bem como nas conduções das lutas na sua comunidade.

Quando a gente vai fazendo os nossos engajamentos, nos grupos de jovens, no primeiro ano, ainda não era um engajamento sociopolítico muito forte, mas depois, vai se transformando. Isso foi uma coisa que permaneceu. Então, um elemento motivador, é essa coisa de, como é que as adolescentes, os jovens vão tendo chances, não só individual, mas de uma coisa que lhe mude, que lhe transforme e lhe torne alguém melhor, né. A minha motivação, também estava muito forte nesse aspecto, e depois que eu fiquei mais compreendendo as coisas, né, fazendo leituras do mundo, onde a participação nas Comunidades Eclesiais de Base foi favorecendo essa compreensão de realidade, de sistemas políticos, de processos de desigualdades, né. Essas CEBs foram uma escola, efetivamente, para o meu crescimento, enquanto ser humano e ser sociopolítico. Então essa minha motivação teve sempre muito forte. Uma motivação que não é uma coisa da missão da religião, mas, uma coisa que ela tem um aspecto espiritual, que está muito ligado a isso. Já participei de muitos movimentos, né, talvez essas instâncias em que eu me envolvo, têm sempre essa busca de ser esses lugares, de motivação, né. Enfim, eu acho que eu não seria, efetivamente, quem eu sou hoje, sem as Comunidades Eclesiais de Base. Outro exemplo, é quando

eu fui para a Universidade, eu acho que ela tem um papel também. Não é o mesmo papel dessas Comunidades. Eu acho que a Comunidades ensinaram muito às Universidades. Por exemplo, na minha Universidade, a gente lutou para o Serviço Social ter uma cadeira, pelo menos optativa, sobre a Educação Popular. Até hoje a Universidade tem muito o que aprender, enquanto não compreender a tecnologia da educação popular e, absolutamente, do seu método transformador (Dona Maria José).

Seguindo na linha do resgate mnemônico, dona Maria José mencionou estratégias utilizadas nos engajamentos sociopolíticos, no fortalecimento da sustentabilidade participativa e incidência sociocomunitária ao longo do tempo, em pelo menos oito ações articuladas e realizadas na trajetória sociopolítica da Rede DLIS, enumeradas em: 1) Compreender os desafios; 2) Formações sociopolíticas; 3) Pesquisa acadêmica; 4) Caravanas de monitoramento; 5) Ponto de Memória; 6) Reuniões com os prefeituráveis (ressaltada por dona Raimunda); 7) Incidências de rua e; 9) Incidência ou negociações de mesa. Nas quatro primeiras, têm-se:

Uma das estratégias, tem sido a busca por compreender os desafios, digamos assim, da política pública, a partir do território, mais de um universo de pertencimento de cidade, né. Então, por exemplo, quando você incentiva aqui as organizações da Rede DLIS, que a gente esteja em determinadas manifestações. Eu acho que essa é uma estratégia de você compreender que nós do território queremos ser parte da cidade. Eu acho que outras estratégias são as formações políticas feitas nesses anos, sejam elas de cursos ou oficinas. Eu acho que todas elas são estratégias importantes, né, e são fundamentais para o que nós nos propomos, né. Eu acho que uma outra estratégia, por exemplo, foi feita, se não me falha a memória, em 2017 para 2018, né, aquela pesquisa, que é feita com a participação da UNILAB, né, para entender, o perfil das OSCs e associações comunitárias, né. Eu acho que foi uma estratégia importante, para se compreender, né, para ver o tamanho dos problemas, e dali se pensou alguma coisa que se trabalhou, né, que se melhorou, como cuidar, como aquele projeto né, “Cuidando de Nós”, ou seja, ele perceber que a pessoas estavam muito desgastadas e precisavam de momentos de autocuidados. Acho que tem aí uma estratégia interessante. No caso da estratégia de Caravana, objetiva-se estimular esse monitoramento popular, né, como estratégias muito interessantes, inclusive a gente está com um documento prontinho, já diagramado, sobre uma sistematização das caravanas populares de monitoramento nos vários modelos. As Caravanas são esses movimentos, digamos assim que, por exemplo, que não são comissões da Rede, mas, são grupos, como: Bons Jardins Urbanos, Maracatu, ou seja, essa coletividade que vai sendo alimentada, né, e que acaba tendo influência, para o próprio conhecimento na Rede DLIS, quer dizer, para a dinâmica da Rede, e ganhando, né (Dona Maria José).

Nos outros quatro elementos trazidos pela liderança, (um deles mencionado por dona Raimunda, foi a reunião com os prefeituráveis) temos as seguintes estratégias: 1) o Ponto de Memória; 2) a Reunião com os Prefeituráveis; 3) as estratégias ou incidência de rua e de mesa; e 4) a Pesquisa com as escolas realizada em 2023, já mencionada nesta tese.

Então, eu avalio como outra estratégia importante, a criação do Ponto de Memória, né. Em cada momento, tem algumas que vão se sobressaindo e ganhando, digamos assim, uma intensidade, depois pode até diminuir, mas, para aquele momento, ela foi importante. Tem ainda aquela reunião com os prefeituráveis e a entrega do documento ao prefeito. Aquilo ali foi fantástico, primeiro porque a gente conseguiu formular as questões e conversar sobre elas, né, porque aí você sai do miúdo que é também uma

coisa muito difícil de se fazer no movimento comunitário. Não é simples sair do: vamos aqui só para as minhas ruas. Não é simples você entrar no geralzão, então, nesse documento, que a gente entregou, a gente conseguiu se juntar com outra Rede da cidade, com um tema claríssimo, né, da infância, muito definido, e trazer um quantitativo, ou seja, você ganhou ali uma representatividade política, né. Eu acho que são estratégias, também, a incidência de rua e a incidência da mesa, né, como alguns autores chamam, como as estratégias na negociação de mesa, eu acho que algumas estratégias importantes como a que a gente fez com a história da própria pesquisa, né, quando você entra num universo das Escolas, um espaço e você tem ali, um conjunto de informações, que podem se transformar em novas estratégias (Dona Maria José).

Diante da narrativa desse arsenal de estratégias para atuação sociopolítica nas batalhas sociocomunitárias, decidi indagar se ela defendia a manutenção de tais tecnologias sociais ou sugeria outras. Dona Maria José respondeu positivamente e, novamente, apresentou o seu vasto repertório, sinalizando em três ações possíveis, sendo: 1) Junção de cursos e formações com as incidências sociopolíticas; 2) Discussões e estudos sobre a ZEIS, destacando a problemática das territorializações das facções criminosas e, por fim, 3) Intervenções urbanas no território do GBJ.

Eu defendo a manutenção. Acho que a gente poderia retomar uma estratégia, que a gente fez, no Curso da Escola Popular de Direitos Humanos, que vai ter outro agora para lideranças. Eu tô querendo contar com a Professora Leila Passos, da Uece e discutir com ela, a estratégia de fazer uma ação de incidência política, por dentro do processo de formação, né, por exemplo. Nós fizemos uma semelhante no Curso de 2019, com a Unichristus, no segundo curso, o primeiro foi em 2018, que foi bem interessante. Não foi aqui no bairro, mas a incidência foi muito interessante. A ideia foi, justamente essa: você tinha ali um conjunto de lideranças do Passaré e, eles incidiram numa ocupação, chamaram um núcleo da Defensoria Pública, o Ministério Público e a aula foi esse dia na comunidade. Quer dizer, então eu acho que essa é uma estratégia, sabe. Agora, por exemplo, nós estamos querendo pegar o informe de direito humano, trabalhar, por exemplo, essa questão do aluguel social, que é uma coisa que as pessoas reclamam. Tenho até uma reunião marcada para a próxima semana, com a Adriana Gerônimo, para conversar sobre isso. Então, eu acho assim, que juntar essa coisa da incidência e o processo formativo, que as pessoas vejam ferramentas que elas podem se instrumentalizar, se fortalecer para as lutas. Você também, de certo modo, tem também ações que você age como professor, você pode, às vezes, passar ali meia hora dizendo algo e quando prática, parece que nunca mais esquece, é diferente, né, a forma de apreensão dessas ferramentas. Eu acho, assim (Dona Maria José).

No segundo ponto ressaltado, quanto a ZEIS Bom Jardim, dona Maria considerou uma política muito relevante, especialmente para uma parcela considerável da população do bairro, destacando uma problemática resultante do fenômeno das territorializações pelas facções criminosas que mantêm alguns espaços à míngua, como “ilhas de vulnerabilidade”.

Temos feito essa discussão das ZEIS, né, de algumas coisas que estão ali dentro do PIRF, que foi formulado. Como é que a gente arranca, aquilo dali, como uma ação que se torna, nossa? Tipo, eu pensei nesse ano, uma coisa simples, nome das ruas. Muitas das nossas ruas não são identificadas, dentro de alguns territórios, tipo na Marrocos, que é uma outra situação de comunidade ilhada, que só tem piorado. Então, nós temos ilhas de vulnerabilidades, né, isoladas. Os meninos não podiam vir passar

muito tempo com a gente, não podiam ir para o movimento, fazer um curso. Antes as pessoas eram isoladas pela ausência de política, agora continuam morrendo sem assistência do poder público e não podem nem sair para buscar uma coisa nova. A gente trouxe uma moça que trabalha com fanzine na BECE, foi um negócio para trazer, mas não tinha como levar as meninas para lá, e as pessoas têm medo também de acessar, né, ainda tem essa questão. Às vezes, o próprio Dudu, diz que tem umas pessoas nossas, que não vão ali, né. Tem Professor, que grafita, que não pode dizer nem um território de onde (Dona Maria José).

Por fim, a liderança dona Maria José ressaltou, ainda, a potência das invenções e intervenções urbanas nas ruas do território do GBJ, ressaltando algumas possibilidades. Dentre elas, duas mencionadas por Dandara anteriormente, o cortejo do nosso Maracatu pelas ruas do GBJ e a nossa Caminhada pela Paz de 2018, com as cruzes de madeira que simbolizavam as 245 vítimas do território do GBJ no ano anterior, sendo 45 de pessoas com idades entre 10 e 18.

Eu sou muito favorável a essas estratégias muito ligadas a questões culturais. Eu acho que são estratégias potentes. Assim, as intervenções urbanas, reivindicando pelos equipamentos de cultura. Eu lembro muito de uma que a gente fez, que fiquei impressionada, porque a impressão é como as pessoas se impactam. Quando a gente fez aquele desfile dos Maracatus, em 2019, antes pandemia, também foi impactante e, eu me lembro bem também da Caminhada pela Paz de 2018, onde levamos cruzes para as ruas para trazer impacto, assim como você diz, no urbano, né. Às vezes, a pintura da Associação, lá da Marrocos, foi um negócio. Os lambes que as meninas fizeram no ano passado, lá dentro também, nas cinco ruas que podiam ir e estavam demarcadas, mas fizeram essas intervenções com frases sobre saneamento etc. Agora tem uma proposta aí de trabalhar novos instrumentais de pequenos vídeos da Rede DLIS, né, com uma temática envolvendo os jovens (Dona Maria José).

Em síntese, no encontro para entrevistas narrativas com as flores lindas do Grande (Bom) Jardim, (a)colhi memórias que revelam sonhos e utopias sociais, identifiquei lideranças que as inspiraram, alavancas motivadoras que impulsionam nas suas ações de engajamentos sociopolíticos, nomeamos algumas das estratégias sociopolíticas utilizadas nesses fronts de batalhas de militância ao longo do tempo. Desses enfrentamentos em defesa da dignidade e dos direitos humanos, pela exigência e manutenção das políticas públicas em prol do chão do GBJ serão, posteriormente, revelados desafios, aprendizados, perdas e conquistas em mais de duas décadas de caminhada da Rede DLIS que apontam devires possíveis.

6.3.1 Desafios, aprendizados, perdas e conquistas na caminhada de lutas sociocomunitárias junto à Rede DLIS

Na primeira parte da fase derradeira das nossas entrevistas narrativas, a proposta era convidá-las a narrarem desafios, aprendizados, perdas e conquistas, ao longo desses 22 anos juntas à Rede DLIS. Dona Raimunda foi a primeira a discorrer sobre a temática, propondo

quatro desafios primordiais: 1) Efetivação das políticas públicas com equidade; 2) Participação das juventudes como protagonistas nos processos políticos; 3) Sustentabilidade da Rede DLIS e; 4) Continuidade das lutas das próprias entidades que compõem esta Rede. Nos dois primeiros, a liderança revela que,

[...] são muitos os desafios, mas o principal é a efetivação de políticas públicas para contemplar todo mundo com equidade. Isso ainda não aconteceu por aqui. Nós temos um território, com praticamente, 240 mil habitantes, composto por uma população jovem muito grande, né. No nosso primeiro levantamento de diagnóstico, nós éramos compostos por 68% da população, de crianças, adolescentes e juventudes. Para mim um dos grandes desafios nosso do Grande Bom Jardim, é cuidar da vida de toda essa juventude. É cuidar bem e proteger a vida das crianças, dos adolescentes e dos jovens, considerando que nós somos um território de população jovem [...] então, acho que esse é um desafio primordial e, junto com ele, outro desafio, o de que esse cuidado seja com a participação da própria Juventude, junta conosco, né. Como que a gente cuida, sendo a juventude também protagonista, né? Dizendo o que ela pensa, o que ela quer, naquela perspectiva do “nada sobre nós, sem nós”. Então, para mim, esse é um desafio gigante, o de articular a juventude e de garantir diálogos intergeracionais, de aprendizagem, de concepção, de bem querer entre nós, e por esse território. Esse é um dos grandes desafios que a gente tem e que eu acho importante que sigamos em frente (Dona Raimunda).

No que tange ao terceiro e quartos desafios apontados por dona Raimunda, sobre a “sustentabilidade da Rede DLIS” e a “sustentabilidade das lutas das próprias entidades que compõem esta Rede”, pondera:

Um terceiro desafio é esse que estamos construindo, de garantia da continuidade da existência desse movimento chamado Rede DLIS, no território, né. Nós temos muitas conquistas. Não são poucas, se a gente for fazer um levantamento do que a gente já conquistou, de lá para cá, é muita coisa importante, por exemplo, a gente conquistou os Postos de saúde, o Centro Cultural do Bom Jardim, o Centro Cultural do Canindezinho, Escolas, enfim, não são poucas conquistas, né. Então, diante dessas conquistas, temos o desafio de continuarmos mobilizadas em Rede, para continuar as lutas exigindo, cada vez mais, as políticas públicas e a gente se manter de olho vivo, fazendo esse monitoramento delas, porque não é tão fácil ou simples de fazer. Toda hora a gente trabalha muito para ter isso, né, então como que a gente garante? [...] E aí, juntando com essas questões, por exemplo, acho que surge um quarto grande desafio, o da sustentabilidade das lutas e das entidades, onde essas lideranças estão, né. As lideranças estão sempre muito cansadas, com o barco que carregam, né. Elas têm de dar conta do jurídico da associação, da política com seus associados, de elaborar editais, para garantir minimamente a sua sustentabilidade, o que não é simples e o que não tem acontecido, né, conforme a gente gostaria (Dona Raimunda).

Por fim, dona Raimunda traz num apanhado geral de alguns desafios da Rede DLIS e das lideranças que a compõem, inclusive ela considerando a defesa e a garantia dos direitos, inclusive trabalhistas, de modo geral.

Eu acho que falar em desafio, do ponto de vista macro, é pensar essa questão da criação de uma cultura política de que a gente saiba, que nesse território possamos garantir um território de direitos, uma cultura de direitos, né, que é onde as pessoas desse território saibam que nascer do lado de cá da cidade, é nascer e ter lugar

garantido nas escolas, ter o direitos de caminhar nas ruas, ter uma casa para morar, se empoderar numa perspectiva de saber que é um sujeito de direitos, perceber que os seus direitos que estão sendo negados, negligenciados ou violados, saber que temos que fazer a luta para modificar a realidade das violações ou negação dos seus direitos, nessa expectativa mesmo, de saber o que é o direito. Conhecer os direitos para cuidar das reparações deles, porque do lado de cá, são muitas questões que nos desafiam, para que todo mundo, de fato, tenha uma vida feliz nesse lugar. É desafiador manter a manutenção desta Rede, permanecer se articulando, mesmo com todos os desafios que a gente tem, da sustentabilidade, dessas instituições que a compõem. Das lideranças sociocomunitárias, algumas se viraram, como microempendedoras individuais, tentando garantir a autossustentabilidade, a empregabilidade, sei lá, outras pagam o INSS autônomo, e algumas não têm perspectiva de aposentadoria. Além disso, já ia esquecendo, eu acho que as discussões da nossa própria existência, ou da existência das Juventudes, como uma perspectiva de ter um nível acadêmico superior, para ter uma boa profissão e uma boa assistência na velhice. Eu acho que é um desafio que a gente precisa ir conversando, acredito que era isso (Dona Raimunda).

Considerando que dona Raimunda havia concluído a resposta à indagação sobre os desafios encontrados, ao longo dessas mais de duas décadas de trajetória da Rede DLIS, propus que continuássemos o roteiro, destacando os aprendizados, perdas e conquistas neste período.

Aprendizado, perdas e conquistas, acho que eu já falei muito de aprendizado, né, que a gente precisa tomar decisão, sempre a partir de um olhar crítico sobre a realidade. Eu acho que é isso, desde o começo da Rede, a gente segura essa barra até hoje. Não dá para ficar planejando coisas, de qualquer jeito, que não esteja de acordo com as demandas e com as pernas que a gente tem para avançar. As perdas acho que a gente já perdeu algumas batalhas, inclusive a maior delas, a vida de algumas juventudes que estavam com a gente, como a Patrícia do JAP (se emociona e chora). Hoje, eu acho que não tem nada que a gente dá conta, sem contar com as juventudes, e mesmo que algumas não estejam nas lutas, elas morrem, né. Lutamos muito por arte e cultura, como uma das ferramentas promotoras de direitos e de vida digna, mas a violência é maior do que o que a gente consegue dimensionar ou combater. Eu acho que essas perdas, elas não têm reparação. Mas a gente continua na luta, né (Dona Raimunda).

Após a fala emocionada, dona Raimunda narrou conquistas decorrentes das lutas junta à Rede DLIS. Na verdade, a liderança revelou outras três, além das já mencionadas anteriormente, que considerou bastante significativas, em áreas como Saúde e Ambiental.

As conquistas foram muitas mesmas. Apesar de, a gente, por exemplo, no decorrer do tempo, ter perdido algumas lideranças que fizeram parte da nossa vida, mas essas, a gente consegue aceitar minimamente, porque é por conta da idade, né, no caso seu Francisquinho, da Regina Severino, que talvez tenha ido antes do tempo, né, pelo câncer. Alguns casos são naturais, o das juventudes não. Mas a gente vai garantindo a memória da luta dessas pessoas, que não fizeram luta pouca, né, inclusive o Posto de saúde, que foi luta da Regina Severino, eternizado com o seu nome e que ela não viu ser construída nem inaugurado. Quando foi construído, a gente sugeriu de botar o nome dela, né, que era mais uma liderança mulher, que fez aquela luta toda e hoje o Posto está no nome dela, né, posto de saúde Regina Severino, lá no Canindezinho. A gente também garantiu, de certa forma, o funcionamento do Posto Abner Cavalcante. Cito esses, porque o posto Abner Cavalcante, era um Posto tido para fechar, porque o poder público dizia que não existiam profissionais que quisessem vir trabalhar aqui, porque era um lugar violento e a gente achou que isso era desculpa para não manter o equipamento aberto. Diante desse absurdo, a gente foi fazer luta e manifestação. Foram muitas lutas na época da Nenzinha, inclusive, né, que morava ali e que fazia a

luta lá da comunidade Canudos, que começou junto comigo e outras pessoas na luta pela ZEIS. A gente foi fazer a denúncia para dizer que ali era preciso ter o Posto de saúde, porque aquelas pessoas iam morar ali e mereciam respeito e dignidade e, não era a violência que podia impedir que uma política pública chegasse lá, muito pelo contrário, né. E aí a gente lutou pela reforma do Posto e a reforma aconteceu. E para nós, isso que faz a violência diminuir no lugar, a conquista da cidadania com política pública de atendimento à população (Dona Raimunda).

Na segunda conquista revelada neste trecho de sua fala, a liderança reitera a importância dos cuidados com o nosso Rio Maranguapinho, que rasga a terra do GBJ.

Então, outra grande conquista da Rede DLIS, foi o projeto de cuidados com o rio Maranguapinho. Um projeto muito grande, né, que tem desde o PAC 2007-2009, quando havia muitas pessoas habitando as margens do rio, onde a gente conseguiu reassentar, mais cinco mil famílias nessa situação, que não foi uma coisa simples, mas é isso. Até hoje o projeto não está concluído, pois o Rio ainda não está cuidado, mas em processo, e isso é uma das conquistas mais importantes (Dona Raimunda).

Dona Maria Pacheco também identificou e me narrou desafios, aprendizados, perdas e conquistas no período. Revela que experienciou momentos significativos na Rede DLIS. Após indagada sobre essa temática, de pronto e, confluentemente (Bispo, 2023), rememorou uma das perdas que dona Raimunda ponderou, ressaltando uma comoção coletiva.

Perda eu posso falar do assassinato dos nossos jovens. Essa é uma das perdas maiores, assim como a gente também perdeu algumas pessoas na época do Covid. Acho que muitas pessoas perderam, né. E você perder uma pessoa que morreu por morte natural, porque estava no tempo ou teve, sei lá, um mal súbito, é uma coisa, agora quando você perde um jovem pelo descaso e indiferença do poder público, aí, dói demais. Sabe quando você vê o problema como o tráfico, as facções, como as milícias estão agindo e mandando nos nossos territórios. Essa questão de segurança pública é muito séria e muito grave, quando se trata do nosso território, da nossa periferia, dos abusos que recebemos do poder público, da polícia quando chega e espanca as pessoas, principalmente as juventudes. Então, isso tudo é muito grave para mim e essas são as piores perdas, sabe, principalmente, as vidas dos nossos jovens. Essa é muito dolorosa mesmo (Dona Maria Pacheco).

Sobre os desafios, aprendizados, perdas e conquistas experienciadas na trajetória de engajamento sociopolítico junto à Rede DLIS, subdividi didaticamente aqui, em trechos por assuntos. Primeiramente, os desafios de diálogo com o poder público, em seguida, os demais.

Os desafios são muitos, porque é muito ruim, assim, a gente caminha e parece que dá 10 passos para frente e tem que voltar sempre outros tantos para recomeçar. Eu não sei se isso acontece de quatro em quatro anos, porque parece que muda o governo e as pessoas pensam que a gente é besta, é desavisada, aí quer passar a perna em nós. Aí quando a gente dialoga de forma harmoniosa, tranquila né, eles se espantam. O poder público questiona, que o movimento social é muito agressivo, ignorante, que não sabe dialogar, aí quando a gente começa no processo de diálogo, e diz: agora a gente vai dialogar, aí eles vão lá e nos dão rasteira, aí a gente tem que voltar a fazer tudo novamente. Isso é o que eu considero outro desafio, sabe, dialogar com o poder público, porque é muito cansativo. Eu digo isso, porque na pauta da cultura, eu vejo isso, a gente tava num processo de diálogo muito tranquilo, inclusive, (se quiser deixar

o meu nome aí pode deixar). Me magoa muito porque a gente estava caminhando de forma harmoniosa, dialogando, mediando, sobre o nosso papel, aí eles vão e fazem as coisas como se estivesse agindo pelas nossas costas, aí, a gente tem que voltar a fazer tudo de novo, tem que começar a gritar novamente, sabe, e isso cansa e dói demais. Essa é a pior parte, e aí eu digo isso também, em relação ao processo diário com a prefeitura, que eles também pensam que podem passar a perna em nós, sabe. Aí vai tudo novamente, tem que fazer aquele diálogo, porque eles não dão continuidade nas promessas que fazem. Então não é nada fácil esse diálogo, um grande problema achar uma solução nos diálogos, em âmbito Municipal ou Estadual. Esse é, talvez, um dos principais desafios que considero, permanecer viva em diálogo, na luta e não desistir (Dona Maria Pacheco).

No que concerne ao segundo assunto, dona Maria Pacheco respondeu o seguinte sobre os seus aprendizados na trajetória de lutas:

Os maiores aprendizados eu acho que é eu enquanto mãe, enquanto mulher me perceber que eu posso, sabe me reafirmar como agente político, como ser humano, como pessoa que pode influenciar outras positivamente para as lutas. E isso, para mim, é o mais importante. Saber que meus princípios e meus valores me acompanham, e eles fazem de mim mais forte, porque a minha credibilidade é sólida, por todos os fatos que eu passei, não foi à toa, foi justamente o que fez ser quem eu sou (Dona Maria Pacheco).

Sobre as conquistas ou, como a liderança nomeou muito bem, os ganhos, ela ponderou três vetores, iniciando por uma temática que lhe atravessa direta e politicamente: a Cultura, em seguida ressaltou as Cozinhas Comunitárias, iniciadas no GBJ, e os Postos de saúde, antes de retomar ao tema da Cultura.

Sobre os ganhos, são muitos. Assim né, como eu falei lá atrás na cultura, quando eu penso que nós saímos de 800 ou 1 milhão e 200 em orçamento pro CCBJ, em 2015/2016 e hoje nós temos mais de 10 milhões e 700 mil reais, para execução das atividades e manutenção do equipamento, isso é muita coisa e faz uma diferença muito grande. Quando eu olho para o Centro Cultural Bom Jardim e, a grande maioria, das trabalhadoras colaboram em regime de CLT, sabe, onde a gente tentou, de certa maneira, equiparar salários de algumas pessoas, que eram totalmente diferentes, em função de gênero e atividade, inclusive, se comparado ao que recebiam lá no Instituto Dragão do Mar. Aí a gente se perguntava: mas é só porque o CCBJ está na periferia que pode ganhar menos? Então, assim, ainda não é compatível, mas a gente tenta fazer isso. Outro dado importante, quando eu olho para esse Centro e, a grande maioria das pessoas que estão trabalhando lá, são de periferias, inclusive um número considerável, são do próprio Grande Bom Jardim, isso para mim é uma conquista. E eu nem sei dizer o quanto isso me deixa feliz, sabe, quando eu vejo muitos jovens que eu conheci lá, bem novos, e que hoje estão na Universidade, fazendo uma faculdade, que já concluíram ou já estão fazendo a segunda faculdade, isso para mim é uma das coisas que eu mais vejo como conquistas, pois isso é saber que eles vão poder ter um futuro diferente. Essa capacitação acadêmica e profissionalização faz com que o poder público hoje os enxergue com respeito. O Estado, de certa maneira, pode até querer zoar um pouco a gente, mas sabe muito bem que a gente, se quiser, faz a diferença. Então, o poder público pensa duas vezes hoje no que vai fazer e vai falar em relação ao nosso território, porque sabe que nós somos fortes em potência, porque estamos juntos, sabe. Mas assim, eu falo isso tudo enquanto Fórum de Cultura, né, como moradora do Grande Bom Jardim, reconhecendo que os ganhos da Rede DLIS são grandes, porque com ela nossos jovens aprendem sobre política e direitos, fazem parte do Fórum de juventude, do JAP, de associações, então assim, é um conjunto, nós não

estamos sós, nós somos um coletivo de verdade (Dona Maria Pacheco).

O segundo ganho destacado por dona Pacheco, foi a RCCGBJ enquanto tecnologia política e sociocomunitária criada no chão do GBJ, que visou o combate à fome e a insegurança alimentar nesse lugar. Hoje é uma política pública de governo, gestada após muitas pesquisas, diagnósticos e pressões dos movimentos comunitários pela sua implementação, e declara:

Quando eu vejo as Redes de Cozinhas, recebendo recursos específicos, da própria assembleia legislativa, por exemplo, isso é muito bacana, porque eles sabem que não estão colocando dinheiro em qualquer lugar, que as pessoas, fazem bons trabalhos comunitários e com amor, sabe. Quando eu vejo a Rede DLIS dando continuidade aos trabalhos iniciados, lá atrás, isso para mim é um ganho, porque a gente poderia, muito bem, ter parado, morrido não sei, porque tem instituições e coletivos que vivem por um tempo e depois elas acabam, né, e a Rede já tem longos anos, aí, mais de 20 anos, não é pouca coisa, é uma história e vida, de luta, né. Você vê o Conselho de saúde do Posto Abner Cavalcante, né, ser forte, firme e potente, como eu não via por um bom tempo, onde estava a Raelly que é outra mulher que eu tenho admiração. Ela estava no Conselho de saúde, junto com seu Dedé, e com outras pessoas da Rede DLIS, sabe, e é um lugar onde ele ainda vive, um lugar onde está ali para cuidar da saúde daquelas pessoas que moram na comunidade nova Canudos (Dona Maria Pacheco).

No decorrer de sua resposta, a liderança retoma o assunto – que lhe é muito caro – da Cultura, para falar sobre o outro equipamento cultural do GBJ como relevante conquista recente, após muita incidência e luta sociocomunitária, como foi no caso do primeiro, o CCBJ.

Eu acho que às vezes é importante quando a gente tá discutindo o plano plurianual, e não o plano diretor, né, que é outra coisa. É extremamente importante quando há um envolvimento político, de todas as instituições, porque a gente sabe que não implica de agora. Nós temos o Centro Cultural Canindezinho que é também uma conquista, né, e isso ocorreu sobre um consórcio urbano, mas enfim, é um espaço que depois de tanta negociação e luta sociocomunitária, ele veio a ser construído, depois de tanta incidência, tantas cobranças, por parte da comunidade, do próprio CDVHS, que esteve muito presente, muito forte, através das japianas, né, estando à frente a Ingrid, que foi uma liderança forte e importante. Contribuímos, enquanto Fórum de Cultura, mas não tanto quanto eles, isso eu tenho total consciência. Então, é um lugar hoje que acolhe muitos jovens, né, com alguns cursos, formações, esporte e está fervendo de arte e cultura. Então, eu acho que é extremamente importante. Um ganho incrível e importantíssimo. Por fim, como falei antes, eu acho que o reconhecimento, por parte do Estado, em saber que a Rede DLIS é muitíssimo forte, potente, pulsa e do nosso território como lugar onde as pessoas falam bem. Não é a primeira, nem a segunda, vez que escuto muitas pessoas, deputadas e vereadoras, falarem que a Rede DLIS é referência em articulação popular e luta sociocomunitária (Dona Maria Pacheco).

A liderança Dandara também revelou desafios, aprendizados, perdas e conquistas identificadas nos últimos anos em que atuou junta à Rede DLIS, referindo:

Começando pelas perdas, e aí, até pela minha participação, também, acho que as maiores perdas são os homicídios das juventudes, né, principalmente, negras. Então, eu acho que isso nos fragiliza de uma forma muito grande. A gente ver, expectativas e sonhos sendo ceifados, isso não desmotiva só as juventudes, porque, como nós somos uma Rede intergeracional, todo mundo fica fragilizado. Essas perdas, acho que

fragiliza, de um modo muito significativo a Rede DLIS (Dandara).

Mais uma vez, a “perda” está atrelada ao assassinato das juventudes. Esta perda, que possui cor e endereço, não deixa de ser um grande desafio a ser enfrentado pela militância política no território do GBJ e demais periferias urbanas da Cidade. Ademais, em relação aos desafios ponderados, Dandara os encara como oportunidades, sendo eles:

E aí, eu acho que um desafio, que a gente, inclusive, está enfrentando isso de frente, né, que a questão racial, a questão do letramento racial, que eu acho que, chegou a nossa vez. A história colonial do nosso país mostra isso, e a gente estar se dispondo a enfrentar de frente essa questão racial, né, assim como de gênero, na questão que, inclusive, a gente não está nem tocando, mas eu acredito que vai chegar na questão da diversidade sexual, que eu acho que ainda é um grande desafio, que tá tão velado, que a gente não conseguiu nem ainda tocar nesse ponto, mas, eu acho que daqui a pouco vai chegar também a pauta da diversidade sexual, então, eu acho que é um desafio, mas também, uma oportunidade, né, da gente, como pessoas mesmo, de encarar de frente, como desafios, que também são potencialidades (Dandara).

Em relação às conquistas das últimas décadas, a liderança atribui o protagonismo à uma das maiores OSCs do território do GBJ, o CDVHS e ao seu maior fruto, semeado há 22 anos, a Rede DLIS.

As conquistas, eu acredito que, no aniversário de 30 anos do CDVHS, mostra muito isso, da pista e da Avenida que a gente tem, ainda com muitos desafios. Da escola que a gente vai e faz as ações, coloca nossos irmãos e sobrinhas para estudarem. Do Posto de saúde que utilizamos, tudo isso é conquista. Assim, tudo que nós temos do nosso território, - coloco essa frase que já foi colocada até em eventos e reuniões da Rede DLIS - é fruto de luta. Tem até outra frase que a gente coloca muito, que “tudo que a gente tem como direito, se a gente não lutar, não sai do papel”. Então, eu acho que isso é uma das maiores conquistas da Rede DLIS, a disposição para a luta (Dandara).

Em relação aos seus aprendizados, ao longo do tempo, junta à Rede DLIS e ao Centro, a liderança destacou, sobretudo, a potência das coletividades frente às diferenças.

Dos aprendizados, o trabalho em grupo com as diferenças. Nem todo mundo tá disposto a lidar com as diferenças, né, tem gente que desiste, que se afasta, que vai para outros mundos, porque as diferenças mexem com a gente, né, e também é preciso ter vontade, paixão para trabalhar com elas. Por exemplo, eu acho que atuar com as diferenças, é um grande aprendizado para mim. Eu não sou a mesma que entrou aqui em 2015, que tinha outras visões, outras compreensões, e sei que foram, os diferentes pensamentos, a visão humanitária da justiça social, que me formaram a pessoa que eu sou hoje. Eu sei que eu tenho muito o que aprender ainda, mas acho que o maior aprendizado, foi assumir as diferenças que nós temos e nos tornamos quem somos, assim, ficamos mais sabidos em relação às coisas (Dandara).

Xica Manicongo discorre as experiências em relação aos desafios, aprendizagens, perdas e conquistas nesses últimos anos, no acompanhamento às ações de militância junto à Rede DLIS, revelando algo importante, mas pouco mencionado pelas demais, o adoecimento socioemocional e psíquico, no seguinte trecho:

Sim. Eu acho que, um dos processos de perdas que é inevitável é o adoecimento da gente enquanto militante, representante, enfim, referência, porque é, cada vez mais difícil, a entrada, né, a inserção de novas pessoas para pensar essas políticas com a gente, né. Então, a gente tem feito um trabalho de chegar, de se aproximar dessas pessoas, mas a gente sabe que o fluxo de vida, inclusive, da população periférica é um outro, de trabalho, de estudo, de tempo. Então a gente precisa entender essas diversas mazelas, para que consiga dar conta, não adoecer, repensar essas novas formas de fazer: de que forma que a gente consegue dinamizar um encontro de forma que consiga, fazer com que essa juventude, que tá agora, permaneça para tomar esse lugar da população, né, que tá há mais tempo, e assim, seja um ciclo contínuo, que a gente também consiga acessar essas e esses mais novos (Xica Manicongo).

Neste momento de fala, relembrei uma das indagações do nosso roteiro de entrevistas realizadas anteriormente, em relação ao impacto dos engajamentos sociopolíticos femininos, sobre as outras pessoas e gerações, e ponderei: Nesse processo você identifica impactos nos engajamentos sociopolíticos das mais velhas sobre as demais pessoas?

Sim! Nós estaremos nesse lugar, a ideia de legado, né, não sei se essa é a palavra. Nesse lugar, né, de que a gente consiga olhar para esses que vieram antes de nós, mas olhar também para esses que estão vindo depois de nós, que nós seremos esses e essas que vieram depois de nós. Então, é de ter cuidado e sensibilidade, também, para que a gente consiga, minimamente, vislumbrar, né, ter esse rolê, também, da utopia de um futuro, com mais garantia de direito, com mais participação e com menos perdas, né, que é o que a gente vem vivenciando, né, há muitos anos (Xica Manicongo).

Enquanto Xica Manicongo pausou pensativa, decidi ressaltar que identifiquei dois pontos em suas falas mais recentes, no primeiro, que ela trouxe desafios, inclusive para as próximas gerações, incluindo-se por compor a Rede DLIS. No segundo ponto percebi sobre as perdas, inclusive na saúde mental, que eu também as considero relevantes apesar das outras lideranças não terem narrado. Suponho que, se a pergunta do eixo de entrevistas narrativas fosse direcionada à saúde mental, tivéssemos respostas semelhantes às de Xica. Diante disso, indaguei se ela identificava aprendizados e conquistas na Rede DLIS ao longo da sua trajetória.

A gente tem conseguido entender que não daremos conta de todas as coisas e vislumbrar o nosso lugar de pausa. O nosso lugar de descanso, né, porque a gente também, tende a, enquanto educadores sociais, querermos dar conta de todas as coisas, mas a gente não consegue acompanhar as dinâmicas sociais de 24 por 48 horas, como o fluxo da violência, né, que é um dos principais meios que nos atravessam. Isso faz, por várias vezes, que a gente repense o nosso lugar de militância, de construção, de acolhimento. E aí, tem sido um desses lugares, de atravessamento, depois de muitas perdas, né, dos nossos militantes, tanto mais velhos, quanto mais novos, tanto para a saúde, quanto para essa violência, que é a violência mental, né, de adoecimento físico, psicológico, mas também, dessa morte matada, de copos jovens que não conseguiram chegar a espaços que nós estamos construindo hoje, nem vivenciar e poder construir coletivamente, muitas questões que nós estamos construindo, de acompanhamento de efetivação de políticas, como eu falei, do que estamos fazendo agora, porque foram atravessados por esse lugar da violência matável, e essa violência tem corpos específicos. E aí fazer, esse recorte intergeracional, racial, de gênero, também. Enfim, são vários agravantes que a gente tá conseguindo, também, através da *expertise*, que adquiriu, através de todos esses anos de atuação, como uma forma de desacelerar para

a gente, se cuidar e depois voltar novamente a dar de conta das demandas, que são cotidianas (Xica Manicongo).

Reconheci os aprendizados trazidos pela jovem liderança Xica Manicongo e perguntei: você considera tais aprendizados narrados como conquistas, ou identificaria outras? De pronto, ela cita dois exemplos práticos de ações vividas, permeadas por aproximações e trocas consideradas frutíferas: 1) com as Universidades e 2) com as Escolas.

Eu acho que, enquanto Rede DLIS, tiveram muitas potencialidades. Estar próxima, né, e com as Universidades, é um lugar muito importante de troca, construção e realização, para o território. E não falo nem tanto para a universidade, né, porque a gente entende também esse lugar de sermos, muitas vezes, objeto e sujeito de pesquisa. Mas não é para todo mundo que nós estamos disponíveis, né, que a gente vai permitir, que elas estudem as mazelas e as feridas abertas, que nós adquirimos socialmente. Mas alguns núcleos das Universidades, estão sendo muito parceiros na construção e efetivação das nossas políticas, né, que nos atravessam. Eu acho também que o entendimento, do que a gente pode contribuir e aprender, uns com os outros, né, uns eixos com os outros, e com a própria articulação que nós estamos tendo, com outros movimentos sociais da cidade e do estado, e com os próprios equipamentos de cultura e arte, entender, que nós fazemos parte disso. É importante também falar do movimento que a gente faz com as Escolas, né, que é pouco falado, mas é um dos lugares que mais violentam nossas corpos e, dependendo de onde parta, faz com que a gente evada da Escola, entre trabalho compulsório e descredite desse lugar da educação. Enfim, esse trabalho que a gente tem feito, de proximidade, de formulação e de fomentação de política pública afirmativas, nesses espaços (Xica Manicongo).

Seguidamente, percebendo que ela não havia relatado, como as demais, sobre os equipamentos públicos conquistados pela Rede DLIS em diversas áreas de interesse social, perguntei se ela os reconhecia como ganhos ou conquistas ao território e à população do GBJ.

Total! Não só a efetivação e a construção desses lugares, mas também, a olhar para nós e entendermos que nós, também, somos pessoas que devemos acompanhar as políticas geradas por cada equipamento, né. Não adianta a gente lutar para criação de um Ponto de Cultura, de um Centro Cultural, sendo que, depois, a gente não consegue acompanhar. Então, é importante também, tanto para que a gente consiga, empoderar essas pessoas, que estão sendo usuários e usuárias do equipamento, a estarem sabendo quando podem cobrar, mas, para que a gente também entenda que existe um fluxo, que muitas vezes não é nítido para gente, que muitas vezes está sendo feito para não valorização e não pertencimento dessa mesma população, onde ele está inserido. Então, eu acho que é isso, não adianta colocar o equipamento na periferia, sendo que não vai atender as demandas dela. Então é isso, entender também que antes da chegada desses lugares e equipamentos, já existia uma comunidade, um fluxo de vida daquelas pessoas e que o equipamento chega para contribuir como um potencializador, e não o contrário, né (Xica Manicongo).

Dona Maria José revelou também os desafios, aprendizados, perdas e conquistas percebidos ao longo da trajetória sociopolítica na Rede DLIS, desde a sua gênese, aludindo, inclusive, aspectos relacionados à violência urbana, mais especificamente as territorializações que dificultaram as articulações sociocomunitárias para as ações coletivas no território do GBJ:

O desafio é do tecido sociocomunitário nos últimos cinco anos, ter sido bastante desgastado. Engraçado, né, um tecido, que você conversa com as próprias lideranças que estão, há anos, nesses territórios e que nunca tinham passado por situações como as de agora, revelando o medo não revelado antes. Esse medo, ou seja, a influência desses anti-projetos de sociedade, têm hoje uma interferência muito grande na vida dessas pessoas. A gente fez a mobilização para a eleição dos Conselhos de Saúde, né, por exemplo, a gente não conseguia rodar um carro de som, estava tudo marcado, faccionado. A vida comunitária está sendo afetada por isso. Ela tem uma diminuição, ali, já na própria constituição do PIRF, você em vez de fazer cinco reuniões, teve que dobrar para 10 ou 12, porque você não conseguia reunir gente de cinco ruas. São desafios, né, de como você tem uma vida comunitária, sem esses elementos do fazer, para que a vida seja melhor? (Dona Maria José).

Ressaltando o item “perdas”, incluído na indagação anterior, dona Maria José refere o aumento das precarizações humanas e mortes, significativamente sentidas no último período pandêmico, como desafiador, diante de um poder público omissivo e desmobilizador dos movimentos sociais, desgastando as lideranças ao longo do tempo.

Eu acho que a gente tem os desafios dos impactos dos dois anos de Covid, né, tem muita vulnerabilidade econômica. Assim, em um documento, que a gente enviou para a MISEREOR, a partir de algumas entrevistas, relatamos que muitas pessoas não tinham dinheiro nem para comer, tiveram perdas nas suas famílias, né, que reduziram consequentemente a sua renda, a sua solidariedade, a sua contribuição, né. Então, para você juntar as pessoas, isso também era um desafio, né. A luta pela sobrevivência básica, né, por exemplo, comer. Então, já tem muitas pessoas passando fome, né, que não foram alcançadas pela política atual de segurança alimentar, né. Além disso, você tem a problemática dos próprios jovens, né, da questão do mundo do trabalho, que eu acho que isso empata, na medida que você tem dinâmicas muito precárias, a sua vida para participação em algo maior, também vai sendo reduzida, né. Ou você luta para sobreviver ou vai para as reuniões. Isso não é mais, uma coisa que você diga assim, ah, mas fulano não foi para a reunião porque não quer, não é isso, entendeu, tem muitas situações em que as pessoas estão, de fato, nessa luta pela sobrevivência. Ainda tem os impactos dos últimos anos, eu diria desde 2016, de um Estado voltado para a não participação, desmobilização e ameaça aos que são defensores de Direitos Humanos. Então, quer dizer, esses impactos não diminuíram os seus efeitos, somente pela eleição de 2022, que foi importantíssimo, mas, tem muitos impactos ali que o movimento, ainda está, se rearticulando e ainda tem muita coisa, para colocar de pé, de muita desarticulação de políticas no governo bolsonarista. Então, ao mesmo tempo, você não tá com a mesma força, né, isso também são desafios, que aí você ainda tem que recompor legislação. Isso tudo no meio de forças que estão na disputa, né, você ver ainda atos contrários à democracia, como a própria questão do fundamentalismo religioso, né. Essas questões que a sociedade começou a viver, ali desde o golpe da Dilma, ou um pouquinho antes, talvez desde o ano de 2013, são coisas que ainda tem repercussão dentro de um processo de organização sociocomunitária, de organização de um movimento social como a Rede DLIS (Dona Maria José).

Dona Maria Pacheco identificou um aprendizado central ao longo da trajetória de participação junto à Rede DLIS, o da sustentabilidade em mais de duas décadas de lutas sociocomunitárias da Rede DLIS.

Eu acho que o aprendizado está muito ligado a questão de ter conseguido fazer uma periodicidade da nossa existência, né, quer dizer, a gente ter conseguido, não ter um vácuo, de não passar um ano sem ações da Rede DLIS, assim, tem uma sistemática, isso é um processo de aprendizado, porque não é simples, apesar da incapacidade da Gestão Pública, de enxergar a nossa experiência sociocomunitária como algo a ser utilizado pela própria Gestão, como política social transformadora com elementos palpáveis. Não é pegar essa política e executar tal qual, mas elementos dela, teriam servido para processos na cidade de Fortaleza, né, como elemento. Eu vejo isso como perda e um aprendizado (Dona Maria José).

Neste momento da entrevista, perguntei se ela gostaria de acrescentar mais alguma conquista nesses anos de experiência em atuação junto à Rede DLIS.

Teve muitas conquistas, né, a gente já fez quatro conferências, e vamos fazer a quinta, olhando para a PDS. Eu acho que, efetivamente, o nosso maior campo de conquista é o da educação. A gente fez muitos avanços, no que diz respeito a ter equipamentos de educação, mas também, na área social. Todos eles, pensados no território, estão dentro da proposta da política, da PDS, do eixo social. Então assim, eu acredito que a gente teve muitas conquistas e tudo sistematizado em conferências passadas, dos alcances feitos, daquilo que a política imaginou. Além disso, já ressaltai muitas conquistas, de ordem pessoal, né, com a transformação da vida das pessoas que se engajaram e se envolveram nas conquistas dos equipamentos públicos do território, como algo que, assim, a gente não tem mais uma total baixa estima do lugar, onde a gente está, né. Eu acho que as pessoas têm certa valorização, né, dos espaços culturais, que foram conquistados nesse tempo e, não só os espaços, mas o que os espaços são capazes de produzir, né. Assim, nesses anos de Centro Cultural, por exemplo, você vai ter aí, uma leva de artistas, né, de pessoas que estão sempre ligadas. Se você tem uma pesquisa hoje sobre aquilo que o CCBJ foi capaz de produzir nesses anos todos, né, a conquista desse equipamento, que a gente fez em 2016, produziu inúmeros efeitos. Então assim, temos muitas conquistas estruturantes e, do ponto de vista das pessoas, das relações, da composição do empoderamento coletivo no território. Eu acho que essas conquistas foram fundamentais. Assim, tem gente, que tá tocando as coisas, que a partir de um processo que foi desencadeado nessa luta e dela foi gerando outra dinâmica, né, para você como pessoa e para sua comunidade, né, então, eu considero que tenham muitas conquistas (Dona Maria José).

Os desafios, aprendizados, perdas e conquistas narrados a partir das experiências encarnadas nos engajamentos sociopolíticos das militantes e lideranças sociocomunitárias junto à Rede DLIS, ao longo de mais de duas décadas, apontaram sofrimentos ético-políticos (Sawaia, 2021). Ou seja, fatores que se entrecruzam para além dos vieses socioeconômicos e sociopolíticos, como as perdas das vidas juvenis e a falta de comida no prato que avultam os martírios. Diante disso, entendemos que as lutas seguirão o seu curso, reexistindo e produzindo vida enquanto as forças mortíferas hegemônicas seguirem vitimando as pessoas nos nossos territórios e comunidades, precarizando-as e alijando-as dos lugares considerados centrais.

6.3.2 Ainda há fôlego de vida nas fagulhas incendiárias: as lutas sociocomunitárias seguirão?

Em territorialidades periferizadas como o nosso lócus de pesquisa, muitas forças mortíferas e desafios se instalam, oprimindo, desmobilizando, desempoderando (Gohn, 2007)

e buscando minar as pulsões de vida produtoras de florescimentos. Até aqui, as narrativas históricas das lideranças apontaram que, no chão político do GBJ, as chamas incendiárias das revoluções primaveris seguem acesas, impulsionando os nossos corpos para as batalhas diárias pelo bem viver comunal nesse locus, produzindo fôlego de vida como reexistência às forças mortíferas. Ante o exposto, indaguei à dona Raimunda se ela acredita que tais lutas sociocomunitárias seguirão, que declara:

Eu até brinco porque sempre digo que, parece que esse nosso território, tem uma benção, uma vocação para as lutas políticas, uma atmosfera diferenciada, alguma coisa assim, né. Assim, para além da capacidade organizativa, porque a gente tem garantido a sustentação das lutas, ao longo desses 20 anos de Rede DLIS, né, a sustentabilidade dos movimentos. A gente chama até de sustentabilidade política e, às vezes, por exemplo, durante esse período, desde a criação da Rede DLIS, algumas lideranças já trocaram de lugar, assumiram outras atividades, não é, inclusive, fora do nosso território e, mesmo assim, as outras continuam no seu lugar. Então assim, hoje, eu estou muito convencida de que as lutas, por aqui nesse território, elas continuarão, pois somos uma cultura de organização popular e sociocomunitária. Isso que a gente tem garantido e, quem sabe também, por força, né, de alguns ancestrais, que tem nos acolhido nos guiado e escolhido esse lugar, né, considerando aí esse período de 20 ou 21 anos a história da gente. Já chegaram, saíram outras e chegaram novas pessoas, né, e vamos tocando o bonde, né, dentro dessa organização de luta pelas políticas públicas para garantir melhores condições de vida aqui nesse território (Dona Raimunda).

Em relação à proposta sobredita, dona Maria Pacheco revelou que também acredita na vocação sociopolítica sustentável das lutas populares e sociocomunitárias, reiterando a percepção da indiferença do poder público sobre o nosso território do GBJ, enxergando duas vias: seguir avançando e lutando ou sucumbir ao ponto de definhir. Mencionando, ainda, um legado, como proposto pela liderança Fátima Carloto, no início da presente produção textual.

Sem dúvida alguma! Sem dúvida mesmo! Assim, não tem como, né. Como eu disse, viver numa periferia ou você compreende que precisa, o tempo inteiro cobrar do poder público e lutar por melhorias, ou você pode esquecer que você existe, porque quem não é visto não é lembrado. Ou você faz e mostra para o poder público que você existe ou você vai definhir como ele quer. Como nós não aceitamos definhir, não aceitamos viver de migalhas do governo e de qualquer forma, principalmente depois que você conhece os seus direitos, em nenhum momento você quer mais dar um passo atrás, retroceder de forma alguma. Então, é por isso que eu acho que é extremamente importante, na formação e na compreensão das nossas militâncias que aprendemos no caminho. É nesse sentido, sabedoras de que a gente não vai mais arredar o pé daqui para frente, que vamos seguir avançando, sabe, por nenhum direito a menos, cada dia mais fortes porque ninguém soltará a mão de ninguém. Então, isso que é uma Rede, que só é forte e importante, porque não é a Pacheco, ou você, somos nós, juntos sabe. A gente sabe que essa Rede é forte e não acaba porque tá todo mundo assim, com essa consciência de que as lutas pelos nossos direitos não podem recuar. Se é meu direito, eu vou correr atrás [...] assim a gente tem feito uma diferença muito grande no território do Grande Bom Jardim, e isso não pode acabar, as lutas precisam continuar. E é isso que a gente deixa, os nossos frutos, por exemplo, os nossos legados (Dona Maria Pacheco).

Quando entrevistei Dandara, fui indagado por ela e pude revelar em narrativa, algo

que me impactou muito, apontando caminhos e (re)configurando motores impulsionadores pessoais para minha inclinação acadêmica, e compreender as suas trajetórias de engajamentos sociopolíticos junto à Rede DLIS. Fato que germinou naquela roda de memórias e afetos, ocorrida em 2018, ratificando na narrativa da liderança dona Fátima Carloto, ressaltada acima. Diante dessa fala, indaguei: você acredita que as lutas sociocomunitárias seguirão?

Sim, acredito, acho que é isso que mobiliza a história, né? Marx vai dizer isso, né, que o motor da história é a luta, desde que a gente nasce, a gente luta para nascer, luta para sobreviver, luta para se manter vivos. Então eu acho que, enquanto houver vida, haverá luta (Dandara).

Xica Manicongo, assim como dona Maria Pacheco, reiterou em suas narrativas a importância da contribuição acadêmica nas lutas sociocomunitárias. Frente a essa informação, citei parte do título da minha tese, destacando o final: “as lutas sociocomunitárias seguirão”, e prossegui, dizendo que não sabia se as lutas seguirão, mas gostaria de confirmar isso com ela, se realmente acredita que essas lutas sociocomunitárias da Rede DLIS seguirão seu curso no território do GBJ.

Eu acredito que sim. Elas podem vir em novas roupagens, mas, acredito que o Bom Jardim é histórico, né, o Bom Jardim é de luta, o Bom Jardim é de construções de movimentos populares e não vai abrir mão de identificar e de exigir questões que são vivenciadas cotidianamente. A gente tem tido uma credibilidade muito grande como movimento, fazendo as pessoas voltarem a acreditar e apostar nos movimentos sociais, e não é esse que é dito pela mídia policialesca, né, mas esse movimento social que se importa com todas, todos e todes, que moram nessa periferia entendendo suas necessidades, suas particularidades e fazendo essa divisão, que são esses eixos estruturantes da Rede DLIS, para conseguir dar conta, com mais qualidade, né. Capilarizar o movimento dentro da sociedade, é uma forma da gente conseguir, cada vez mais, efetivar o que tem enquanto utopia, enquanto ideia, né, construção de um ideal de ser humano, e aí eu falo disso, em todos os aspectos, no aspecto religioso, político partidário, que é uma outra questão, no social, no aspecto de corporalidade dissidentes e desviantes de gêneros binários. Eu acho que a gente tem construído um caminho, onde todo mundo pode caminhar, onde todo mundo se sente convidado e convidada, a pensar e a questionar. Eu acho que, a partir dos questionamentos, que os movimentos vão conseguir, e seguir sendo o que são, e, espero também que, a partir disso, outros coletivos surjam, e eu tenho certeza que vão surgir, porque as coletividades específicas surgem através das novas roupagens das novas pessoas que vão chegando. Nos coletivos de juventudes estão chegando novas juventudes para compor, então, daqui a um ano ou dois, vão surgir novos coletivos, a partir dessas construções. Vão surgir sujeitos políticos, também, embasados na luta territorial e, para além dessa luta municipal, e estadual, que a gente também faz (Xica Manicongo).

Na pergunta derradeira, sobre a sustentabilidade dessas lutas, direcionada a nossa última interlocutora entrevistada, dona Maria José, ela respondeu o seguinte:

Acredito que sim, eu não tenho dúvida, que as lutas sociocomunitárias têm uma vida longa apesar dos modelos irem mudando. Se você pegar hoje, como se formam e como se desenvolvem os coletivos juvenis, eles são totalmente diferentes das associações de moradores, né, que estão aí há 40 anos. Mas esses dois modelos vão coexistindo e formatando a luta sociocomunitária, e vai nascendo outros formatos, né, outro jeito de fazer a luta sociocomunitária, mas eu acredito muito que ela permaneça. Mesmo dentro dos desafios que eu falei, mas tem muita consistência reunida para acontecer essa continuidade (Dona Maria José).

Em síntese, dos encontros com as flores do Grande (Bom) Jardim, (a)colhi memórias, reconstruímos caminhos e utopias sociais juntos(as), identifiquei experiências de engajamentos sociopolíticos, atribuídas às: motivações, estratégias, desafios, aprendizados, perdas e conquistas em caminhadas intergeracionais conjuntas e potentes, nos encontros e trocas entre saberes acadêmicos e populares, nas frentes de incidências sociocomunitárias, junto à Rede DLIS. Tais achados revelaram fôlego de vida e fagulhas incendiárias, reiterando que, frente ao cenário encontrado, enquanto as necropolíticas insistirem (Mbembe, 2018), as reexistências insurgirão e as lutas sociocomunitárias seguirão.

6.4 Das caminhadas no Grande (Bom) Jardim, os bons encontros com as flores lindas e as suas histórias de utopias sociais: o que esses achados nos revelaram?

Os resultados das colheitas elucidaram faturas. Questões muito caras aos processos de compreensão das trajetórias de engajamentos sociopolíticos de militantes e lideranças sociocomunitárias da Rede DLIS, em um recorte histórico-temporal de um pouco mais de duas décadas. Tais achados revelaram: perfis das flores do Grande (Bom) Jardim; influências e motivações em ingressarem nas lutas enquanto se constituíam intersubjetivamente; as alavancas propulsoras às sustentabilidades participativas; estratégias sociopolíticas de incidências locais e sociocomunitárias em prol das políticas públicas para o território do GBJ; a relevância do DSP para esse locus; os desafios, aprendizados, perdas e conquistas ao longo da trajetória da Rede DLIS e a ratificação que as lutas sociocomunitárias seguirão, como ilustra o título desta tese.

Sabedores do nosso compromisso ético-político na atual pesquisa e, considerando o meu lugar social comum de convívio e de militância sociopolítica, junto às flores da Rede DLIS, produzimos este estudo nos cuidando, aprendendo com elas e nos fortalecendo, a partir de um sentimento de pertencimento ao lugar sociocomunitário do GBJ, aprofundado em cada conversa informal, visitas realizadas ou recebidas para tomar café com tapioca e cuscuz. Nas

ações de militância, lado a lado com elas nas mesmas trincheiras políticas, intersubjetei-me como liderança e pesquisador engajado, escutando, (a)colhendo e salvaguardando histórias de vida, presentificando lembranças de experiências encarnadas e forjadas nas arenas, desde 2017. Nessa trama de aproximação nas entrevistas, os primeiros achados referentes, especificamente do segundo bloco de questões do roteiro em diante, revelaram que os sujeitos sociopolíticos interlocutoras possuem perfil semelhante. Todas são militantes de movimentos sociais, lideranças sociocomunitárias femininas, representantes de OSCs e/ou coletivos, fóruns etc., se autodeclararam racializadas (negras: pretas e pardas), periféricas, possuidoras de sede de justiça social, lutadoras contra as violências e violações de direitos humanos instituídas. Diante da estrutura sociopolítica, cultural e histórica complexa, tencionam os representantes do poder público pelo compromisso com a mitigação das mazelas desse cenário, performando insurgências defrontes a esses desafios como atos normativamente considerados, por parte da sociedade e desses agentes públicos, como desobediências civis.

Assim como o recorte histórico-temporal e investigativo da pesquisa de 25 anos, ressaltei o fator etário na decisão de convidar as militantes e lideranças. E, respeitando a força da representatividade intergeracional, definimos que as nossas narradoras possuísem idades diversas, a partir de 18 anos. Tal decisão vai de encontro aos pensamentos de estudiosos tradicionais da memória que, geralmente, entrevistam pessoas idosas das quais “[...] se espera o rico testemunho de outras épocas” (Bosi, 2013, p. 59). Assim, não houve participação direta de nenhuma idosa nas entrevistas, pois uma das convidadas, de 63 anos e representante da AMBJ, adoeceu gravemente no período e não pôde colaborar conosco. No mais, as cinco participantes possuem entre 28 e 57 anos. Tal recorte de 29 anos privilegiou, estrategicamente, as diversas experiências de vida que os encontros intergeracionais vêm potencializando na Rede DLIS, ao longo de sua trajetória, dos quais eu pude vivenciar parte desses aliançamentos de gerações nas suas ações sociopolíticas, fossem nas assembleias ou nas ações de rua.

Sobre as motivações de cada geração de militantes e lideranças para as lutas, as senhoras dona Raimunda e dona Maria José, duas das lideranças mais respeitadas do território do GBJ e cofundadoras da Rede DLIS, referiram a influência das CEBs nas suas iniciativas na militância popular e nos engajamentos sociopolíticos de base sociocomunitária, desde as suas juventudes, revelando que as trajetórias de engajamentos sociopolíticos de outras mulheres repercutiram nas suas ações e na coletividade do território ao longo do tempo. Para além desse movimento eclesial de base, essas agentes seguiram conduzindo batalhas, nas mais diferentes frentes e representações institucionais, em lugares de gestão ou coordenação, como o CDVHS, a Rede DLIS e demais instâncias sociopolíticas locais, há três ou quatro décadas, inclusive

anteriormente à produção documental do DSP, da PDS e da gênese da Rede. Quanto às outras três interlocutoras, aliançaram-se a essa Rede DLIS, entre os anos de 2015 e 2016 e seguem aliançadas a Rede, como as duas primeiras, demonstrando uma sustentabilidade das lutas.

Desse lugar sociopolítico, de legitimidade e representatividade, as narradoras e protagonistas do presente estudo relataram que, apesar de todas serem consideradas lideranças locais, no território – nas suas respectivas favelas, comunidades e à nível de cidade – o fato é que, apenas duas se identificaram assim, ou seja, dona Maria Pacheco e Xica Manicongo. Apesar de todas reconhecerem a repercussão de seus atos em relação às outras gerações de militantes e lideranças do GBJ. As demais, dona Raimunda, dona Maria José e Dandara, autodeclararam-se militantes políticas e/ou sociocomunitárias. No caso desta última, afirma que deseja continuar influenciando as novas gerações de militantes, assim como encontrou no caminho lideranças femininas inspiradoras como influências sociopolíticas. Por isso, utilizo as duas nomeações no decorrer da escrita.

Em suma, as cinco principais interlocutoras desta pesquisa, independentemente de como se autodenominam ou se autodeclararam, reconhecem a relevância dos seus processos de engajamentos sociopolíticos e os impactos das suas ações e das mulheres que as antecederam, no empoderamento comunitário para as lutas coletivas em prol do fomento e controle social das políticas públicas na mitigação das precariedades humanas e das mazelas sociocomunitárias, proporcionando estados de bem viver comum no chão do GBJ e em demais territorialidades, marginalizadas, empobrecidas e periferizadas da cidade.

Frente a esse panorama sociopolítico, o desafio difícil e complexo na decisão sobre quais guardiãs da memória, da história e do território eu iria convidar para protagonizar esta pesquisa. Mas, considere, além dos marcadores supracitados, a agnição sociocomunitária, a temporalidade imersiva experiencial dedicada às lutas sociopolíticas no chão do GBJ, mesmo diante das outras frentes que necessitaram deslocar outras energias na trajetória, experienciando acontecimentos singulares profundos e com toda sua força. Em suma, o lócus sociopolítico legítimo de lideranças locais com forte representação, detentoras de informações privilegiadas e conhecimentos populares viscerais caros às nossas investigações, compreensões e análises.

Outro achado compilado e ressaltado neste recorte foi a proposição da escolha dos nomes fictícios e representativos. Três das flores interlocutoras utilizaram critérios, sobretudo afetivos na predileção dos seus pseudônimos, optando por mulheres próximas e de relevantes biografias no seio familiar, homenageando-as, como no caso de dona Maria Pacheco (mãe) ou *in memoriam*, nos casos da dona Raimunda (avó paterna) e dona Maria José (avó materna). Em relação às duas juventudes entrevistadas, o sentido dado à escolha do nome fictício, segundo

elas, foi sociopolítico e militante, demarcando uma diferença geracional nessa decisão. Dandara e Xica Manicongo, por exemplo, foram duas travestis que lhes inspiraram nas lutas antirracistas e contra a LGBTfobia. Ambas as homenageadas foram brutalmente assassinadas no país que mais mata travestis e transexuais, por mais de 16 anos seguidos, no mundo (Benevides, 2025).

Mesmo que todas não se nomeiem por “Marias”, conhecem “Marias” que lhes inspiram. Duas delas são a dona Maria Pacheco e a dona Maria José, que inspiraram as demais entrevistadas e tantas outras pessoas. No momento do registro dos achados, esse fato me fez lembrar da canção do mestre Milton Nascimento, de mesmo nome, “Maria, Maria”. Para ilustrar, destaco, especialmente, os trechos seguintes:

“(…) Mas é preciso ter força, é preciso ter
raça É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca, Maria,
Maria Mistura a dor e a alegria
(…)
Mas é preciso ter manha, é preciso ter
graça É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca possui
A estranha mania de ter fé na vida (…)”

As Marias e as demais entrevistadas relataram serem pessoas heterossexuais, com exceção da dona Maria José. Todas se intersubjetivaram enquanto sujeitos sociopolíticos engajadas, no decorrer da própria existência, impulsionadas direta ou indiretamente por outras lideranças femininas mais velhas, aprendendo desde cedo a se defrontarem, se incomodarem com a realidade posta e a não se calarem ou cruzarem os braços diante das mazelas percebidas e vivenciadas na carne em um tecido sociopolítico periferizado, empobrecido e desigual. Nessa caminhada cotidiana de percepção-atuação, empoderaram-se, adquiriram consciência sociopolítica diante das conjunturas complexas vividas, e apostaram nos aliançamentos e lutas, considerando que só há possibilidade de uma mudança ser efetivada pelo desejo e ação coletiva rumo à transformação.

No curso da história, para que as transformações nas realidades sociocomunitárias fossem sendo efetivadas, foram necessários muitos engajamentos e incidências sociopolíticas. Assim, no terceiro e quarto blocos temáticos das entrevistas, compilei informações-sínteses oriundas das respostas das lideranças, tais como: participação na construção da pesquisa e do documento institucional do DSP; descrição da Rede DLIS; motivações em se aliançar e atuar nesta instância sociopolítica, de mobilização e articulação de entes, e de base sociocomunitária; as estratégias utilizadas nessas frentes de batalhas; os momentos significativos experienciados nas ações junto a essa Rede; os acordos e desacordos internos, entre os(as) participantes dessa

instância; os impactos dos engajamentos sociopolíticos femininos no empoderamento comunal e sociocomunitário nos enfrentamentos dos desafios e diante das perdas, além dos aprendizados compartilhados e das conquistas celebradas, na promoção da sustentabilidade sociopolítica das lutas populares e sociocomunitárias, dentre um universo de temáticas.

Em consideração a isso, os achados, ainda evidenciam que, as motivações em se sustentarem nas lutas advém das mais diversas questões possíveis, mas se centram nas pautas em prol da construção do bem viver comunal, partindo, como ilustrado nas falas de dona Maria Pacheco, desde as atitudes mais simples, oriundas das percepções nos níveis micros – por exemplo: o esgoto a céu aberto em frente às suas residências, o descarte de lixo irregular pela população (ou pelos comércios locais) ou das podas irregulares de árvores – indo às situações macros, como as reivindicações pelos direitos legítimos da periferia ao centro da cidade, como exercício cívico da cidadania e da democratização dos direitos garantidos, como o de ir e vir nos territórios, poder viver com dignidade, usufruindo das políticas públicas, distribuídas com equidade e justiça social. Independentemente do nível de atuação sociopolítica, seja em âmbito micro ou macro, essas agentes sociopolíticas representam pluralidades de reexistências nas incidências e embates diretos em função das mudanças das suas realidades locais, sem se desnudarem das suas expressões e alegria de viver, na utopia social e no esperar freiriano por dias melhores para o território do GBJ e demais periferias da cidade.

Ante o exposto, foram notabilizadas alavancas propulsoras às motivações dessas militantes e lideranças, bem como estratégias sociopolíticas de incidência sociocomunitária em prol de políticas públicas para o território do GBJ. Por exemplo, quando esses sujeitos se defrontam com as mazelas conjunturais vivenciadas nesse cenário, identificam e diagnosticam tais situações, empoderam-se dos processos, das tecnologias estratégicas e das ferramentas interventivas, mobilizam-se, articulam outros agentes a se aliançarem em rede e agirem sobre tal realidade, envoltas pelos sentimentos comuns de pertencimento ao lugar, comprometimento às suas causas, vocacionadas pela defesa da justiça social, imbuídas pelo desejo de que os direitos sejam garantidos, tendo as políticas públicas como objetivos suleadores e horizonte possível de devires para a dignidade humana e pelo bem viver comunitário.

Um dos mecanismos propostos para essa incumbência, foi a pesquisa diagnóstica e territorial do GBJ, o DSP. Das cinco narradoras entrevistadas, duas estiveram à frente e/ou participaram diretamente desse processo, mas todas ressaltaram tais ações como de profundo aprendizado coletivizado e relevância local. Mais de 300 pessoas participaram desse processo, cuja maioria do segmento era feminino, incluindo militantes, lideranças, donos de pequenos e médios comércios locais, feirantes, agremiações esportivas, de cultura, arte e educação, como

diretores(as), coordenadores(as) e professores(as), majoritariamente de escolas públicas. Sobre esses últimos agentes, foi revelado em narrativa que, desligaram-se das lutas por receio de represálias do poder público nas gestões municipal e estadual. Os demais sujeitos, como a dona Maria Pacheco, Dandara, Xica Manicongo e tantas outras, aliançaram-se à Rede DLIS no caminhar da sua trajetória, há pouco menos de uma década, reiterando a sustentabilidade sociopolítica da Rede DLIS advinda das alianças ao longo da trajetória.

Todo jogo e trajetória sociopolítica subentende ações estratégicas. Algumas delas destacadas, sobretudo as caravanas populares de monitoramento e controle social de políticas públicas; os atos de rua, como as caminhadas, passeatas, marchas e manifestações, incluindo o ato ocorrido no paço municipal, os lambes, maracatu e o ciberativismo como ferramentas utilizadas e mantidas ao longo do tempo. Além dessas, as interlocutoras apontaram: formações sociopolíticas sobre temáticas relevantes para o empoderamento coletivo, como: violências (de gênero), direitos humanos, protagonismo feminino, empregabilidade, meio ambiente e questões socioambientais (e racismo ambiental), letramento racial, política, empreendedorismo social, economia solidária etc., que ainda constituem temas das oficinas e dos cursos, das formações sociopolíticas, das assembleias mensais da Rede DLIS e das reuniões das suas comissões de trabalho (ordinárias e extraordinárias), Encontros de PMA, dentre outras ações. Diante dessa caixa de ferramentas estratégicas e tecnologias sociopolíticas, todas as interlocutoras afirmaram que elas devem permanecer, dada a legitimação histórica, sociopolítica e a eficácia operacional.

Os achados desnudam, por fim, quatro pistas notáveis: 1) Os desafios enfrentados pelos movimentos sociais e articulações de base sociocomunitárias, como a Rede DLIS; nos tensionamentos aos interesses hegemônicos de agentes públicos, sobretudo por uma justiça social na distribuição equitativa das políticas públicas; 2) O ressaltado aos aprendizados narrados como resultantes das trocas de saberes e experiências acadêmico-populares e intergeracionais, organicamente advindas das lutas coletivas do seio das comunidades; 3) A identificação das perdas insupríveis, mas previsíveis e preveníveis, como as vidas das nossas juventudes racializadas do GBJ, em virtude das violências urbanas, um poder público que opera para nos moer, e o sentimento de desesperança e impotência diante disso e; 4) O ressaltado das conquistas de políticas públicas e equipamentos públicos para as nossas favelas e comunidades do GBJ, nesses mais de vinte e dois anos de trajetória sociopolítica da Rede DLIS.

Em suma, além das colheitas nas entrevistas narrativas, outros achados registrados em diários de campo nas andanças pelo Grande (Bom) Jardim, nos encontros para as lutas e nos avizinhamentos informais, trouxeram indícios e pistas empíricas que ratificaram o fato de que, enquanto as políticas mortíferas incidirem sobre nós, as nossas reexistências insurgirão, como

fôlego de vida produtoras de fagulhas incendiárias que permanecem acesas, revelando que as lutas sociocomunitárias seguirão.

Finalmente, entre imersões, avizinhamentos e conhecimentos, análises implicativas e estratégias analíticas subsidiadas pela análise de narrativas e documental, diante dos registros empíricos, buscamos construir, reconstruir e fortalecer os laços e os avizinhamentos afetivos com as outras lideranças enquanto buscávamos atenuar os nossos academicismo hegemônicos e fissurar a lógica colonial da pesquisa predatória, para mergulhar imersiva e empiricamente nas narrativas sócio-históricas das guardiãs das histórias, das memórias e do território do GBJ.

7 CONSIDERAÇÕES DERRADEIRAS

“Hasta que los leones tengan sus propios historiadores, las historias de cacería seguirán glorificando al cazador”.

(Provérbio africano).

O termo derradeiro utilizado aqui, possui sotaque nordestino. Sim, uma expressão popular e regional. Apesar de sua origem etimológica não nos pertencer, é uma palavra bastante utilizada pelos(as) nossos(as) ancestrais, sobretudo pelos(as) sertanejos(as) e mais velhos(as) da nossa terra. Mesmo a palavra denotando um findar, as forças sociopolíticas contra-hegemônicas eclodem e conclamam a constantes inícios de novos ciclos vindouros. Pois somos o começo, o meio e o começo, como gostava de ponderar o quilombola e conterrâneo Nêgo Bispo (2023).

Assim, as presentes estações foram ilustradas, redigidas e ordenadas desse modo: no primeiro subtópico desta unidade textual, retomamos à síntese da trajetória sociopolítica redigida que investigamos em mais de duas décadas. Depois, ratificamos que as lutas sociocomunitárias seguirão, pois há pactuações e repactuações de compromissos e instâncias sociopolíticas listadas, assim como atividades sociocomunitárias agendadas até o final de 2024, e projetadas até o ano de 2025-26. Na subseção seguinte, apresentamos outros registros de desafios contemporâneos enunciados à Rede DLIS em 2024-2025, coletados a partir de registros de campo das sugestões nas suas assembleias. Finalmente, informamos que acontecerá uma avaliação político-institucional da PDS (2005-2025) do GBJ até o final de 2025, e há projetos do CDVHS, assim como da Rede DLIS, com orçamentos previstos para 2026.

7.1 Síntese de uma trajetória sociopolítica e sociocomunitária de mais de duas décadas

Certa noite aqui no território do GBJ, de onde vos escrevo, ocorreu uma roda de memória e afetos com a participação de tradicionais militantes e lideranças sociocomunitárias da Rede DLIS. Entre as narrativas potentes que escutei e registrei no diário e no coração, a frase proferida por uma guardiã da memória local, atravessou-me afetivamente: “Precisamos deixar um legado!”. Desde então, comprometi-me com esse pedido e nos responsabilizamos nesta pesquisa em efetivá-lo, fato condutor de todo o nosso estudo e composição desse texto.

Nessa roda, vivenciei experiências viscerais, tomei nota e, apresentei às minhas orientadoras outras narrativas contadas por parte da militância local do chão do GBJ, cujas insubmissas vozes (Evaristo, 2016) se opunham a aceitarem, passivamente, a versão

hegemônica e única da história que nos contam sobre elas e em relação ao nosso território sociopolítico, a mesma que haviam feito eu acreditar e se disseminar histórica, cultural e estruturalmente. Naquele momento, tive o privilégio de escutar outras histórias que também importam. Tais narrativas são utilizadas para nomear, empoderar e humanizar, mas também estigmatizar, abjetar e destruir a dignidade de pessoas e territórios. Aquelas mulheres em roda, ensinaram-me que, quando rejeitamos as histórias únicas e reivindicamos outras histórias, nós conquistamos um tipo de paraíso (Adichie, 2019).

Você que lê estas páginas, merece conhecer outras versões da história sobre o nosso território, em relação às pessoas que o habitam e lutam por ele, partindo das narrativas históricas diretas de cinco interlocutoras e guardiãs das memórias entrevistadas e, indiretamente, de tantas outras ao longo desse texto, cujo tema do nosso estudo pretendeu compreender suas trajetórias e engajamentos sociopolíticos e as repercussões dessas ações no empoderamento coletivo nas lutas sociocomunitárias por políticas públicas em prol de um território-campo-vivência – periferizado por mais de vinte anos – como revelador de um tesouro comunal à posteridade.

Buscando elucidar as considerações derradeiras, resgato outro fragmento escrito no início deste texto, e que deu sentido ao nosso estudo, o problema de pesquisa ou pergunta de partida, nutrido pelo desejo obstinado em responder a questão fundante, ou seja: se as ações de engajamentos sociopolíticos protagonizados por cinco militantes e lideranças femininas da Rede DLIS, repercutem no empoderamento coletivo, organização popular e sustentabilidade das lutas sociocomunitárias por políticas públicas para o bem viver no território do GBJ, ao longo de quase três décadas?

Tal indagação acima, impulsionou-nos e balizou os passos no trajeto investigativo, nas escolhas e tomadas de decisão nessa caminhada conjunta, repleta de sentidos encarnados, processual e atravessada por profundos significados, aprendizados, trocas e mútuas afetações. Nesta proposta, objetivamos compreender histórias e salvaguardar memórias de engajamentos sociopolíticos protagonizados, sobretudo, por cinco militantes e lideranças femininas da Rede DLIS, considerando os efeitos positivos e impulsores dessas ações no empoderamento coletivo para a sustentabilidade da organização popular e das lutas sociocomunitárias em prol das políticas públicas no território do Grande Bom Jardim (GBJ), ao longo de 25 anos. Respondendo a indagação sobredita e gênica deste estudo, as investigações e os resultados das colheitas revelaram muitas questões pertinentes, dentre elas, a ratificação de que as ações de engajamentos sociopolíticos das militantes e lideranças femininas da Rede DLIS, repercutem significativamente no empoderamento coletivo, na participação sociopolítica e nas tomadas de decisão para organização sociocomunitária das lutas por políticas públicas em prol de um bem

viver comunal no território do GBJ, ao longo de décadas e em uma perspectiva de sustentabilidade dessas lutas sociopolíticas.

Algumas contribuições foram fundamentais na composição dessa resposta. Seja pela via teórica da pesquisa-militante (Borda, 1968), utilizada como componente relevante na ampliação do escopo compreensivo do nosso objeto, em que os aportes foram subsidiados e suleados pelos feminismos negros, subalternos, interseccionais, inclusivos e comunaís, como pensamentos contra-hegemônicos e decoloniais de fronteira, fornecendo-nos vias e arcabouços potentes, lentes teórico-críticas para visualizarmos e problematizarmos as realidades que nos circunda e que nos propusemos a compreender. Portanto, destacamos esse enfoque no avanço da nossa práxis, corroborando na apreensão dos fenômenos sociocomunitários que acessamos.

Em consonância, instrumentalizamo-nos por ferramentas metodológicas e políticas de jardinagem, coerentes com a nossa perspectiva teórica e condizentes, empiricamente, com o nosso chão-arena política, visando (a)colher narrativas e histórias de florescimentos, sendo elas: documentos institucionais, relatórios técnicos de assembleias do CDVHS e da Rede DLIS, meus diários de campo, como mecanismo para os registros das minhas imersões e contágios na caminhada no Grande (Bom) Jardim e, por fim, as conversas e visitas ou encontros informais, e as entrevistas narrativas como instrumentos de resgates mnemônicos, escuta, compreensão e salvaguarda das suas histórias de vida e experiências sociopolíticas mnemônicas advindas das ações de engajamentos sociocomunitários em prol do bem viver comunal no território do GBJ.

Os primeiros encontros com essas flores no Grande (Bom) Jardim, consideradas por nós (que habitamos o seu território de morada e pertencimento), como guardiãs da memória, da história, dos territórios e comunidades do GBJ, ocorreram há quase uma década, e a decisão pela atual pesquisa, no ano de 2018. Destarte, a familiaridade com elas pavimentou a minha caminhada na pesquisa. Desde a minha chegada e morada no território do GBJ, fui acolhido por dona Raimunda, em seguida, aproximei-me das demais lideranças do território, incluindo as narradoras deste estudo.

E quem disse que as flores não falam? Elas não só falam, quanto narram suas lutas. Os convites para que elas falassem sobre as suas experiências de engajamentos sociopolíticas foi uma entre tantas estratégias utilizadas para ecoar suas vozes. Assim, as narrativas históricas reveladoras dessas trajetórias de vidas, sobretudo experienciadas nos movimentos populares e articulações sociocomunitárias – em luta por políticas públicas, para o território-campovivência do GBJ, ao longo de décadas – foi uma dádiva e fonte inesgotável de ensinamentos e troca de aprendizados, cujo meu privilégio de acesso, subsidiou compreensões, registros e salvaguardas, como um tesouro comunal e local à posteridade.

Identifiquei mulheridades, em cada uma das flores convidadas. Consideramos os seus aspectos comungados nos processos histórico-temporais, constitutivos, intersubjetivos e sociopolíticos a serviço de um território composto por cinco bairros, e mais de 40 comunidades irmãs. As cinco interlocutoras de diferentes idades, autodeclararam-se pessoas racializadas e periféricas, cujos engajamentos sociopolíticos junto à Rede DLIS e demais instâncias políticas desse chão, revelam atuações aguerridas na defesa desse território e do bem viver comunal, elemento fundamental à manutenção da utopia social que vislumbra a transformação de um tecido sociopolítico rumo ao DLIS do GBJ ao longo de décadas.

Ao lado delas e de outras dezenas de militantes e lideranças sociocomunitárias que habitam e atuam nessa arena sociopolítica comum, aliancei-me há quase uma década. Deste lugar de pertença, registrei centenas de fotos, áudios, vídeos, redigi páginas de relatórios e diários de campo, conversei com essas agentes e tantas outras, maioria participante da Rede DLIS, de modo respeitoso e horizontal. Nesse período, aprendi, entristeci-me e chorei as perdas junto a elas, mas também nos alegamos nas conquistas de políticas públicas e serviços para o nosso território-morada do GBJ e demais periferias adjacentes, como fruto de muita teimosia, indignações, reivindicações, exaustivos e difíceis embates com agentes públicos para garantia dos direitos nas nossas favelas, sem negociar a dignidade humana, a justiça social e o bem viver comunal, ao lado dessas nossas guardiãs das memórias, das histórias e das nossas comunidades. Por isso ressalto que encontrei muitas flores lindas no chão do território-campo-vivência do Grande (Bom) Jardim, nas andanças populares de pés descalços nesta pesquisa sociopolítico-acadêmica. Semeamos afetos e aramos sonhos, (a)colhi histórias, memórias e compilei achados empíricos em cada florescimento. A partir desse convívio, compreendi o quanto essas flores possuem raízes fortes plantadas nessa terra sagrada e arena política, locus de chão periferizado e geopoliticamente localizado à sudoeste da cidade, considerado pelas forças hegemônicas, como não lugar ou invisível.

Frente a isso, a própria composição desse locus ou território-campo-morada, foi uma produção comunal e político-identitária (Almeida, 2014) de visibilidade, resultante da força articulatória sociopolítica e sociocomunitária em prol das articulações em rede e da luta orgânica pelo bem viver comum, frente a um tecido sociopolítico fragilizado por injustiças, desigualdades e ausência do poder público como garantidor e protetor dos direitos humanos. A influência inicial de grupos militantes da Igreja católica, especificamente, de representantes das CEBs, produziu uma irmandade comunal, potencializando os sentimentos de pertença ao lugar, inclinação ética e sociopolítica ao cuidado deste. Tal pensamento e postura militante, engajado e progressista de uma ala da Igreja, impulsionou militantes e lideranças a gestarem e atuarem

na Rede DLIS em meio aos processos de empoderamento e intersubjetivação.

Esse sujeito sociopolítico que atua em rede, gestado há mais de duas décadas no território do GBJ, configura-se como a principal aliança organizativa e associativa de corpos políticos nas lutas populares e sociocomunitárias em defesa dos direitos humanos, produção de diagnósticos, análises de cenários e operacionalização de planos e ações articuladas em prol das políticas públicas para a localidade, cujas principais colunas de sustentação e forças motrizes impulsionadoras advêm dos braços femininos como ponderamos reiteradas vezes.

Tal premissa foi narrada pelas interlocutoras participantes das entrevistas, como exposto nos resultados apresentados na unidade textual anterior, indicando inúmeras ações advindas de engajamentos sociopolíticos, ao longo de décadas, tendo impulsionadores que as condicionam e elementos que as unificam nas lutas pelo bem viver comunal de um território empobrecido e estigmatizado, com equipamentos públicos sucateados e insuficientes em políticas de interesse sociocoletivo, quadro que avulta violências urbanas, administradas pela ausência e/ou indiferença do poder público, quando matam através do seu braço armado ou deixam morrer por inanição ou conta gotas de serviços ofertados, a máxima do “tem, mas está faltando”.

Os resultados das colheitas revelaram ainda, que através do uso cotidiano das estratégias sociopolíticas como tecnologias sociocomunitárias, as protagonistas, partindo do seu lugar sociopolítico e das indignações frente às problemáticas e mazelas ditas, empoderam-se, conclamam outras pessoas a se unirem às causas comuns e se articularem em rede nessas ações conjuntas em prol da transformação da realidade, como referido na quarta hipótese proposta nesta tese, confrontando o instituído, mesmo que encontrem convergências e divergências neste processo, entre as militantes no âmago dos movimentos ou entre elas e os agentes públicos, pela indiferença dos clamores comunais, morosidade, desresponsabilização e desrespeito ou violações dos direitos humanos no território do GBJ ou demais periferias da Cidade.

A segunda pista suleadora foi ratificada nos registros das entrevistas narrativas das militantes e lideranças da Rede DLIS, complementando que tal conclamação para as lutas sociocomunitárias advêm de pilares que garantem a continuidade destas, como: estratégias e tecnologias populares; assentos nas gestões públicas e a sustentabilidade financeira.

Outra validação observada na terceira hipótese foram os obstaculizadores das lutas sociocomunitárias por diversos vieses, dentre eles: a lentidão ou morosidade da gestão pública em escutar e/ou responder positivamente aos anseios advindos das comunidades periferizadas, gerando descrenças; a insuficiência de financiadores nas lutas locais e; o cenário territorializado pelos tentáculos do crime organizado, que ferem o direito de ir e vir e ceifam vidas nas nossas

periferias urbanas, especialmente das juventudes racializadas e empobrecidas.

Diante desse quadro, identifiquei desafios, aprendizados, perdas, conquistas e ratifiquei a continuidade no fazer sociopolítico pelo nosso território, reiterando que, onde e enquanto as políticas de morte forem incidentes, as nossas reexistências serão insurgentes. Tal fato nos remonta a primeira hipótese, considerada central, asseverando que: os engajamentos sociopolíticos e lutas sociocomunitárias protagonizadas, sobretudo pelas lideranças femininas da Rede DLIS, seguirão repercutindo no empoderamento coletivo para organização popular nas lutas sociocomunitárias por políticas públicas neste chão, nos próximos anos.

Assim, esses sujeitos atuam nos enfrentamentos às mazelas e às injustiças sociais nos seus territórios pela via transformadora dessas realidades sociopolíticas (Gohn, 2008), mobilizando, articulando e (re)organizando a população para a incidência sociocomunitária em rede. Nessa cena, a salvaguarda das memórias pode fortalecer a proposta sociocultural de museologia social, potencializando a sustentabilidade das lutas e impulsionando as ações de engajamentos sociopolíticos das gerações das lideranças sociocomunitárias vindouras.

Nessa missão de pesquisa, em que missionamos salvaguardar memórias, encontrei limitações e destaco quatro dificuldades metodológicas: 1) Não utilização de estratégias grupais como as rodas de memórias e afetos; 2) Redução no número de lideranças convidadas para participarem das entrevistas por questões apresentadas por elas, como: problemas relacionados à saúde e mudança domiciliares (e territoriais); 3) Indisponibilidade nas agendas das lideranças, cujas lutas ocupam parte relevante dos seus dias e; 4) Morosidade nos processos institucionais do CEP/CONEP, incorrendo em riscos ao planejamento temporal da pesquisa, caso optássemos pela ampliação do escopo das entrevistas, por exemplo. Ademais, encontrei poucas referências acadêmicas de produção local a respeito do nosso objeto de estudo, e questões relacionadas, por exemplo, ao DSP, a PDS etc., exigindo mais esforços investigativos. Por outro lado, essa diminuta produção impulsionou a nossa decisão e nos instigou em nosso desejo de investigar e compreender o nosso campo problemático na produção da primeira tese sobre tal temática e objeto neste recorte histórico-temporal, e sobre tais vieses no território do GBJ.

Nesse desafio, investiguei e analisei o cenário, entrincheirei-me sociopoliticamente, conversei com dezenas de militantes e lideranças do território do GBJ, ao longo da pesquisa de tese, subsidiando a compreensão dos sentidos das narrativas históricas (a)colhidas e registradas enquanto florescimentos. Na fase derradeira desta pesquisa, após os mergulhos nas profundezas oceânicas dessas memórias, concretizamos a missão proposta e pactuada ainda no ano de 2018, naquela roda de memória e afetos. Portanto, deixaremos estes escritos como um tesouro e herança à posteridade, mas que não se encerra aqui.

Tal fato ratifica a relevância de continuidade das pesquisas acadêmico-populares, nas produções político-científicas que advêm do Sul Global e das periferias do sistema-mundo como a nossa, vislumbrando horizontes e devires possíveis, abrindo caminhos vindouros para propagação dessas múltiplas histórias de vida e memórias de engajamentos sociopolíticos nas lutas sociocomunitárias periferizadas, no território do GBJ ou em outras periferias e favelas, replicando tais estudos e fortalecendo a sustentabilidade da missão sociopolítica pela salvaguardada, como legados, acervos de tesouros museais sociocomunitários e herança à posteridade.

7.2 As lutas sociocomunitárias seguiram

Neste fragmento da unidade textual derradeira, não estamos diante de um fim, mas de novos (re)começos (Bispo, 2023). Findamos um ciclo para o prenúncio de novos horizontes possíveis às memórias e lutas dos passos entre as flores de um Grande (Bom) Jardim. A própria história dessa terra revela fluidez e transformação. É devir. Por isso, contextualizamos o nosso tema e objeto de estudo em ciclos, iniciados nas décadas de 1960-1970, demarcando um recorte histórico-temporal para a sua compreensão, entre 2000 e 2025, período de realização do DSP (depois da gestão do CDVHS), sociogênese da Rede DLIS, proposição e revisão da PDS do GBJ (2005-2025), apontando pistas sustentáveis nas ações pactuadas até 2025-2026, ratificando uma das hipóteses centrais escritas no título desta tese: “as lutas sociocomunitárias seguirão”.

Em março do ano seguinte, o CDVHS soleniza três décadas de sua sociogênese jurídica e caminhada de ativismo de base sociocomunitária no território do GBJ, figurando como a principal instância sociopolítica e jardineira que plantou a semente DLIS nesse chão, trajetória essa, reconstruída e descrita, na quarta unidade textual desta tese, subdividida em seis “ciclos de atuação”, desde o ano de 1994 (Ciclo I), projetando suas ações até o ano de 2026 (Ciclo VI), ratificando que as lutas sociocomunitárias seguirão, a exemplo das atividades da Rede DLIS, cujas batalhas seguirão seu fluxo (CDVHS, 2024).

Historicamente, a Rede DLIS completou duas décadas de existência, reexistência, lutas e conquistas em dezembro de 2023, celebrada no Encontro de PMA, do primeiro final de semana do mês de março de 2024, mais precisamente nos dias 1, 2 e 3, ratificando o que havíamos hipotetizado no início desta tese, em 2021, sobre a sustentabilidade sociopolítica das nossas lutas sociocomunitárias no chão do GBJ, ilustrado na imagem 19.

Imagem 19 – Registro fotográfico do Encontro anual de PMA da Rede DLIS 2024



Fonte: Acervo do Pesquisador (2024).

Destaco na imagem acima a expressiva participação das juventudes, representantes de coletivos que atuam no território do GBJ, junto à Rede DLIS, como o Fórum de Juventudes, o JAP e demais instâncias juvenis que a compõem. Nesta atividade, as juventudes assumiram o protagonismo na organização do evento, com a produção e impressão de banners, imagens fotográficas e a ornamentação do espaço com objetos representativos da história sociopolítica e da atuação política e sociocomunitária da Rede DLIS nesse chão. Ademais, conduziram as metodologias temáticas, propuseram e coordenaram dinâmicas, além de organizarem a nossa noite cultural, momento importante de interação sociogrupal ao final de um dia de trabalhos. Diante desse caldeirão plural, dentre as pautas abordadas, sugeri uma revisão e avaliação sobre os resultados da PDS do GBJ, já que os vinte anos de prazo seriam contemplados em 2025.

Como proposituras político-didáticas ao Encontro de PMA de 2024, organizamos dinâmicas grupais, promovemos debates críticos e análises de conjuntura sociopolítica, com o auxílio de componentes da Rede DLIS e parcerias externas (universidade), por considerarmos seus estudos não enviesados por fatores internos. Pautamos muitas questões, como o balanço dos desafios nas ações sociocomunitárias priorizadas pela Rede em 2023, apontando fracassos e as conquistas, bem como o que possuímos em 2024, projetando as prioridades e as estratégias sociopolíticas utilizadas pela Rede DLIS no decurso deste ano, como de praxe nos processos de PMA, buscando compreender o papel dessa instância e dos seus agentes políticos diante do território do GBJ.

Além do mais, refletimos e problematizamos possibilidades de como garantiríamos prioridades, definiríamos as estratégias de operacionalização e encaminhamentos das agendas, calendário das assembleias, ações de lutas e engajamentos sociopolíticos em sintonia com as necessidades do território do GBJ. Outrossim, no que tange à organicidade interna da Rede DLIS em 2024, a proposta foi que os(as) participantes repactuassem ético-politicamente as alianças junto à Rede, ou que, caso contrário, relatassem o desejo e os motivos de um eventual desligamento temporário ou permanente, como ocorrido no ano anterior. Felizmente, em 2024 não tivemos perdas institucionais, permanecendo 46 entes políticos, como ilustrado abaixo:

Tabela 9 – Entidades que participaram da Rede DLIS em 2024

REDE DLIS DO GRANDE BOM JARDIM	
ORGANIZAÇÃO/COLETIVO	
1.	Associação Avivar - Granja Lisboa
2.	Associação Comunitária Delmiro Gouveia (ACDG) - Siqueira
3.	Associação Comunitária dos Moradores da Vila Planalto (ACMVP) - Canindezinho
4.	Associação Cultural Omorisá Odé - Granja Lisboa
5.	Associação de Pessoas com Deficiência Bom Viver - Granja Lisboa
6.	Associação dos Moradores do Bom Jardim (AMBJ) - Bom Jardim
7.	Associação dos Catadores de Material Reciclável do Bom Jardim (ASCABOMJA) - Siqueira
8.	Associação dos Moradores da Comunidade Marrocos (AMCM) - Siqueira
9.	Associação Espírita de Umbanda São Miguel (AEUSM) - Granja Lisboa
10.	Associação Nossa Casa Mãe África (ANCMA) - Granja Lisboa
11.	Associação Solidária para a Comercialização (Giro Social) - Bom Jardim
12.	Bons Jardins Urbanos (BJU) - Siqueira
13.	Centro de Cidadania e Valorização Humana (CCVH) - Siqueira
14.	Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS) - Canindezinho
15.	Centro de Promoção da Vida Helder Câmara - Genibaú
16.	Centro União Beneficente dos Moradores do Bairro de Granja Portugal (CUBMGP) - Granja Portugal
17.	Coletivo Amarelo Cor de Caju - Bom Jardim
18.	Coletivo Ateliê Das'áreas - Canindezinho
19.	Coletivo Brincantes Sonoros - Granja Lisboa
20.	Coletivo Cria Delas - Siqueira
21.	Coletivo Gueto Queen - Granja Portugal
22.	Coletivo Invenções das Crianças de Nova Canudos - Siqueira
23.	Coletivo Nateia - Bom Jardim
24.	Coletivo Oh Vibe! - Siqueira
25.	Coletivo Pantanal em Ação - Bom Jardim
26.	Coletivo Raízes do Bom Jardim - Canindezinho
27.	Coletivo Tambores do Gueto - Siqueira
28.	Comunidade Paz - Siqueira
29.	Conselho Comunitário do Parque Santo Amaro (COMPASA) - Bom Jardim

-
30. Cozinha Solidária Ana Facó - Siqueira
 31. Espaço Geração Cidadã (EGC) - Granja Portugal
 32. Fórum de Cultura do Grande Bom Jardim (FCGBJ) - Bom Jardim
 33. Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violências e Produção de Subjetividades (VIESES/UFC) - Benfica
 34. Grupo Diálogos - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira (UNILAB) - Redenção e Acarape
 35. Grupo Produtivo Criart - Bom Jardim
 36. Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias - Canindezinho
 37. Instituto Maria do Carmo (IMC) - Granja Portugal
 38. Instituto Terre des Hommes Brasil (TDH) - Mondubim
 39. Jovens Agentes de Paz (JAP) - Canindezinho
 40. Maracatu Nação Bom Jardim (MNBj) - Granja Portugal
 41. Movimento Saúde Mental (MSM) - Bom Jardim
 42. Observatório da ZEIS Bom Jardim - Bom Jardim
 43. Ponto de Memória do Grande Bom Jardim - Canindezinho
 44. Programa de Educação Tutorial em Arquitetura, Urbanismo e Design da UFC (ArqPET) - Benfica
 45. Rede de Cozinhas Comunitárias do Grande Bom Jardim (RCCGBJ) - Granja Portugal
 46. União dos Moradores do Bairro Canindezinho (UMBC) - Canindezinho
-

Fonte: Relatório da Rede DLIS de 2023 com ajustes do pesquisador (2024).

Como destacado acima, nos últimos anos, representantes de outros bairros estão se aliando às nossas lutas, para além dos cinco bairros que compõem politicamente o território do GBJ, nossa casa-lócus de pertencimento sociopolítico e arena das lutas sociocomunitárias da Rede DLIS. No levantamento do ano anterior, por exemplo, alguns entes se desligaram e outros se aliançaram, mas os cinco colaboradores externos ao território do GBJ permaneceram. Na tabela acima, no ano de 2024, por exemplo, dos 46 entes sociopolíticos componentes, 41 são agentes do GBJ (Bom Jardim 12; Canindezinho 7; Granja Lisboa 6; Granja Portugal 6; e Siqueira 10), cinco representam outros 4 bairros e até município, respectivamente: Genibaú 1; Benfica 2 e Mondubim 1; Acarape/Redenção 1.

A produção da listagem sobredita, além da importância para nos subsidiar enquanto parâmetro informativo, compõe a caixa de ferramentas de uma prática operacional da Rede DLIS, com o objetivo de auxiliar na organização operacional das logísticas dos Encontros anuais de PMA. Neste texto, utilizamos a lista como registro de uma evidência comprobatória dos pactos de responsabilidade, inclinações ético-políticas em relação à Rede e ao território do GBJ, nas incidências sociocomunitárias locais, como: mobilizações, articulações, animações, organizações das assembleias e das agendas das ações e lutas prioritárias nesse chão para 2024.

Diante das agendas prioritárias e organizações dos calendários das assembleias e demais ações itinerantes da Rede DLIS, realizadas em 2024, ratifico na tabela seguinte, a sustentabilidade das suas lutas sociocomunitárias, inclusive revelando as datas e os locais de

realização, definidos coletivo e democraticamente, compondo os nossos registros dos relatórios institucionais, como sempre ocorre nos Encontros anuais de PMA.

Tabela 10 – Calendário das assembleias mensais da Rede DLIS em 2024

CALENDÁRIO DE PLENÁRIAS DA REDE DLIS 2024		
MÊS	DATA	LOCAL/SEDE
Março	23 de março	Residencial Ana Facó
Abril	27 de abril	Centro União Beneficente dos Moradores do Bairro de Granja Portugal (CUBMGP)
Maio	25 de maio	Instituto Maria do Carmo (IMC)
Junho	22 de junho	União dos Moradores do Bairro Canindezinho (UMBC)
Julho	27 de julho	Associação dos Catadores de Material Reciclável do Bom Jardim (ASCABOMJA)
Agosto	24 de agosto	Grupo Produtivo Criart
Setembro	28 de setembro	Associação de Pessoas com Deficiência Bom Viver
Outubro	26 de outubro	Associação Espírita de Umbanda São Miguel (AEUSM)
Novembro	23 de novembro	Centro Cultural do Bom Jardim (CCBJ)
Dezembro	14 de dezembro	Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS)

Fonte: Relatório da Rede DLIS de 2024 com ajustes do pesquisador (2024).

Como já ponderado, os Encontros anuais de PMA da Rede DLIS são momentos importantes para avaliação e tomadas de decisão em relação à análise de conjuntura local e o encaminhamento das agendas prioritárias para as lutas sociocomunitárias vindouras. Eles ocorrem em lugares externos ao território do GBJ e não são abertos ao público, como nas assembleias ordinárias itinerantes e mensais dos bairros. Assim, as participações neste evento sociopolítico estão condicionadas aos convites, advindos da comissão de articulação em comum acordo com as demais comissões temáticas.

No caso de alteração nas composições dessas comissões temáticas ou de trabalho da Rede DLIS, as decisões são tomadas em assembleia nos Encontros anuais. No evento ocorrido em 2024, a escolha das representações para reconfiguração dessas comissões ocorreu sob uma metodologia diferenciada em relação ao ano anterior. Partindo da minha sugestão, as próprias instâncias da Rede presentes, indicariam duas representações cada – e não um número ilimitado de representantes como em 2023 – para compor as quatro comissões temáticas, fora a de articulação, ou seja: Juventudes e Cultura; Direito à Cidade; Proteção Infantojuvenil; Saúde

e Combate à Fome. Assim se reconfiguraram essas comissões de trabalho da Rede, atualizando e repactuando o nosso compromisso ético-político mútuo e destas comissões com o nosso chão.

Tabela 11 – Estrutura Organizacional da Rede DLIS em 2024 (comissões de trabalho)

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA REDE DLIS	
COMISSÕES DE TRABALHO	ORGANIZAÇÕES DA REDE DLIS E REPRESENTAÇÕES
Comissão de Proteção Infantojuvenil	Evelyne Lima (TDH Brasil) Lucas Ferreira (TDH Brasil)
Comissão Juventudes e Cultura	Graça Castro (Fórum de Cultura/CDVHS) Rachel Vieira (Fórum de Juventudes/JAP)
Comissão Direito à Cidade	Rogério Costa (CDVHS) e Leuda Costa (AMBJ)
Comissão de Saúde e Combate à Fome	Pai Neto Tranca Rua (AEUSM) Geyse Anne (Diálogos/Unilab) Jean Borges (VIESES/CDVHS)

Fonte: Relatório da Rede DLIS de 2024 com ajustes do pesquisador (2024).

Aparentemente, parece diminuto o quantitativo de representações registradas por comissões acima, se comparado à extensão territorial, ao número de demandas, às mazelas enfrentadas no território do GBJ e a quantidade representativa de lideranças que habitam o lugar e compuseram a comissão no ano de 2023, que, à época, já era insuficiente diante das complexidades e vulnerabilidades locais a serem enfrentadas, porém, essa reconfiguração organizativa como estratégia sociopolítica não inviabilizaria que outros(as) membros(as) se somassem em aliança (Butler, 2018).

No que concerne à Comissão de articulação da Rede DLIS, considerada o coração pulsante que emana sangue para os(as) demais membros(as) desse corpo orgânico e sociopolítico, a minha proposta no Encontro, foi que as instâncias reunidas escolhessem as representações para a articulação, além dos(as) membros escolhidos(as) anteriormente para as comissões temáticas. Assim, além do meu nome, destaco outras militantes e lideranças femininas escolhidas coletivamente, como: a catadora dona Antônia Mendes (ASCABOMJA), a dona Cristina Nascimento (Criart), a jovem Denise Costa (Coletivo Cria Delas/Fórum de Juventudes), Cilene Silva (IMC), além das demais representações dispostas a seguir.

Tabela 12 – Composição da Comissão de Articulação da Rede DLIS em 2024

	ORGANIZAÇÃO	ATUAÇÃO
1	Associação de Catadores de Material Reciclável do Bom Jardim (Ascabomja)	Coleta seletiva e em defesa dos direitos dos(as) catadores(as) e do meio ambiente.
2	Associação Espírita de Umbanda São Miguel (AEUSM)	Defesa dos direitos humanos para o povo de terreiro do GBJ, desenvolvimento social e cultural; e as expressões e manifestações afrobrasileiras.
3	Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS)	Empoderamento de setores populares, mobilização sociocomunitária, promoção e defesa dos direitos humanos e luta por políticas públicas no GBJ.
4	Coletivo Cria Delas	Emancipação de juventudes periféricas.
5	Fórum de Juventudes do Grande Bom Jardim	Promoção das ações de arte, cultura e luta por políticas culturais no GBJ.
6	Grupo Produtivo Criart	Luta por valorização, dignidade humana e profissional das mulheres partindo do empoderamento feminino.
7	Grupo Diálogos (Unilab)	Extensão acadêmica e pesquisas interdisciplinares no Curso de Ciências Sociais da Unilab.
8	Instituto Terre Des Hommes (TDH Brasil)	Promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes.
9	Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES/UFC)	Ensino, pesquisa e extensão acadêmica, na busca pela construção de espaços de resistências coletivas e dispositivos de problematização dos modos de subjetivação em suas conexões com as expressões das violências, especialmente em territorialidades periferizadas.

Fonte: Relatório da Rede DLIS de 2024 com ajustes do pesquisador (2024).

Em constante reatualização das tecnologias e metodologias sociopolíticas, nos meses subsequentes ao Encontro de 2024, outro pacto foi firmado entre os membros da Comissão de articulação da Rede DLIS, ou seja, que cada militante e liderança deste grupo se compromettesse em mobilizar outras cinco entidades da Rede, como fortalecimento e garantia de participação dessas instâncias nas ações e assembleias ordinárias mensais, até o final deste ano. Um desafio em meio a tantos outros que enfrentamos cotidianamente nesse tecido social complexo e pulsante que é o GBJ.

7.3 Desafios contemporâneos da Rede DLIS em 2024-2025

As dinâmicas sociopolíticas e comunitárias não são estanques. Nessa trama, no Encontro de PMA de 2025, foram identificados muitos desafios referentes à atual caminhada sociopolítica da Rede DLIS e revelados pelas suas militantes e lideranças. Esse momento de aliançamento foi ilustrado na imagem abaixo.

Imagem 20 – Encontro de PMA da Rede DLIS 2025



Fonte: Acervo do Pesquisador (2025).

Tais desafios contemporâneos revelados nessa ocasião e apresentados à Rede DLIS em 2024-25, foram registrados em meus diários de campo, sintetizados em sete pontos e subdivididos em dois blocos, o primeiro referente ao fortalecimento das alianças sociopolíticas, ilustrado em três propostas: 1) Estruturar pontes dialógicas para colaborações coletivas nos encontros intergeracionais, entre lideranças mais velhas ou históricas com as juventudes, acreditando nessa articulação da militância local como fortalecimento e potência de vida; 2) Preservação das ações estratégicas coletivas que geram frutos e a incorporam novas temáticas identitárias; 3) Preservação das parcerias atuais – como núcleos e laboratórios de pesquisas de IES, fomentando estudos, diagnóstico de cenário, extensões sensíveis e engajadas com às causas populares e sociocomunitárias – e consolidarmos outras, como fortes estratégias na garantia da sustentabilidade financeira, nessa caminhada complexa, fortalecendo a intensidade nas incidências sociocomunitárias da Rede DLIS e demais instâncias locais anualmente.

No segundo bloco de alternativas relativo às ações sociopolíticas e incidências sociocomunitárias para potencialização da operacionalização dos trabalhos da Rede DLIS, subdivido em quatro proposituras: 1) Utilização profissional e responsável nas redes sociais, de forma educativa, didática, pedagógica e cotidiana, dinamizando os conteúdos para atração de apoiadores(as); 2) Difundir nas redes sociais e demais veículos, as bandeiras de lutas da Rede DLIS, ressaltando as suas defesas, incondicionais, como os direitos humanos enquanto suleadores decoloniais, nos enfrentamentos das violências, como os racismos, os machismos,

sexismos, patriarcados, etarismos, LGBTfobia, capacitismos, assassinato das juventudes negras e indígenas marginalizadas, empobrecidas e periferizadas, além de outras violações dos direitos; 3) Manter a nossa capacidade sociopolítica e orgânica de diálogo entre nós e, entre nós e as gestões públicas municipais e estaduais, sem negociar a nossa autonomia, democracia e liberdade, exigindo a implementação equitativa de políticas públicas e realizando seu controle social, como vias fundamentais para a garantia de dignidade, direitos e em prol do bem viver comunal do GBJ; 4) Garantir o lugar sociopolítico da Rede DLIS como instância-referência na articulação de agentes populares de base sociocomunitária no chão do GBJ e na cidade.

7.3.1 A avaliação da Política de Desenvolvimento Sustentável do GBJ (2005-2025)

No ano de 2023, a Rede DLIS celebrou vinte anos de sua gênese, consolidando-se como uma das maiores instâncias sociopolíticas articuladoras de outros sujeitos para as lutas e incidências sociocomunitárias do lado sul da Cidade e do Estado. Sua sociogênese resultou de iniciativas de lideranças da militância local e de um diagnóstico produzido pelo CDVHS, pesquisadores(as) comunitários(as) do GBJ e o GPDU da UECE, intitulado DSP do GBJ, elaborado entre os anos de 2002 e 2003, inspirado na Agenda 21 (ONU), nas Metas do Milênio e no Estatuto das Cidades como base político-conceitual de desenvolvimento (CDVHS, 2006).

Seguidamente, subsidiados pelo DSP e pelos conhecimentos comunais adquiridos neste diagnóstico, foi elaborada pelo CDVHS, com apoio financeiro de apoiadores externos, a PDS do GBJ, exatamente, no ano de 2005 com marco histórico-temporal operativo de duas décadas (2005-2025), objetivando a utopia social na construção de um território do bem viver comunal, intitulado “Jardim Residencial”, socialmente construído, com acesso à infraestrutura em todos os setores, especialmente os de interesses sociais (CDVHS, 2006).

Derradeiramente, no momento da conclusão desta subseção (2024-2025), havia a proposta de revisitarmos essa Política, enquanto CDVHS e Rede DLIS, os seus eixos, planos e projetos pactuados e executados na PDS do GBJ até o final de 2025, de modo a avaliarmos os seus passos, efeitos práticos, impactos sociopolíticos e estruturalmente positivos nas duas décadas previstas para as suas intervenções sociocomunitárias no território. Na conclusão do atual estudo, não foi possível registrar os resultados dessa ação avaliativa, porque a previsão de início do processo é o segundo semestre do ano de 2025, portanto, subsequente à defesa desta tese. Nesse diapasão, há projetos e ações do CDVHS e da Rede DLIS que possuem agendas de execução garantidas até 2025-2026.

Hoje, as páginas desta artesanaria resultam de uma caminhada de ombro a ombro e

de pés descalços, atravessada por imersões, mútuas afetações e contágios comuns. Tal registro sócio-histórico, político e sociocomunitário, tenciona por justiça e reparação às vozes femininas amordaçadas e findadas ao longo do tempo, constituindo a amálgama viva, mnemônica museal, sociocomunitária e uma herança para o território do GBJ e demais favelas à posteridade. Nesta afetuosa escrita, ratificamos que as lutas sociocomunitárias seguirão, bem como, as festas das colheitas. Como ponderou o parente Ailton Krenak, nós seguiremos caminhando em união, “vamos seguir juntos [...] a gente continua, em outros termos, a existir” (Krenak, 2020, p. 30).

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, C. N. **Para educar crianças feministas: um manifesto**. Editora Companhia das Letras, 2017.
- ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. Companhia das Letras, 2019.
- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- ALMEIDA, A. P. **(Grande) Bom Jardim: Reterritorialização e Política de Representação à Luz da Nova Pragmática**. 2014. 282 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) - Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Centro de Humanidades, Fortaleza, Universidade Estadual do Ceará, 2014.
- ALMEIDA, A. P.; FREITAS, A. M. de. **Rede de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim: Lutas e Conquistas Populares**. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2021.
- ALMEIDA, S.; FEITOSA, A. P.; FEITOSA, M. P. **Pode o subalterno falar**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.
- AMMANN, S. B. Participação social. *In: Participação social*. 1980.
- AMMANN, S. B. **Movimento Popular de Bairro: de frente para o Estado, em busca do Parlamento**. Cortez Editora. 1991.
- ARAGAKI, S. S. *et al.* **Entrevistas: negociando sentidos e coproduzindo versões de realidade. A produção social de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. Rio de Janeiro: ABRAPSO/Centro Edelstein, 2014.
- ARAÚJO, S. M. V. G.; SILVA JÚNIOR, D. da. Modelo das Coalizões De Defesa. *In: Abordagens contemporâneas para análise de políticas públicas* (Org. Felipe Gonçalves Brasil e Ana Cláudia Niedhardt Capella). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022.
- BANDEIRA, L. M.; ALMEIDA, T. M. C. de. A transversalidade de gênero nas políticas públicas. **Revista do CEAM**, v. 2, n. 1, p. 35-46, 2013.
- BARBOSA, V. L. E. A narrativa como estratégia de resistência, o cotidiano como lugar de reexistência. **ANPUH-Brasil-31º Simpósio Nacional de História**. Rio de Janeiro, 2021.
- BARROS, J. P. P.; BENÍCIO, L. F. de S.; BICALHO, P. P. Galinho de Violências em Brasil: ¿Qué Problemas y Desafíos se le Plantean a la Psicología? **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, n. spe 2, 2019.
- BARROS, J. P. P. *et al.* Homicídios juvenis e os desafios à democracia brasileira: Implicações ético-políticas da psicologia. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, n. 4, p. 1051- 1065, 2017.
- BENEVIDES, B. G. Associação Nacional de Travestis e Transexuais. **Dossiê Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em**, 2025.
- BENJAMIN, W. **O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov**. Magia e

técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

BENTO, C. **O pacto da branquitude**. Companhia das letras, 2022.

BISPO DOS SANTOS, A. **A terra dá, a terra quer**. Imagens de Santídio Pereira; texto de orelha de Malcom Ferdinand. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

BOMFIM, R. *et al.* Pesquisa-ação como metodologia e interseccionalidade (s) como método-práxis: rupturas dentro dos paradigmas da ciência moderna que criam espaços de construções dialógicas dentro do campo jurídico. **Revista de Direito da Faculdade Guanambi**, v. 6, n. 02, 2019.

BORGES, J. E. R. **Movimentos sociais e práticas de resistências**: enfrentamento à letalidade de jovens em um território marcado por violências e lutas populares. 2021. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

BOSI, E. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2013.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 20ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista brasileira de ciência política**, p. 89-117, 2013.

BOFF, L. Por que o engajamento sociopolítico hoje é tão difícil? [**Revista on-line Instituto Humanitas Unisinos - IHU**] Agência de Informação Frei Tito para América Latina - ADITAL, São Leopoldo. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/639051-por-que-o-engajamento-sociopolitico-hoje-e-tao-dificil-artigo-de-leonardo-boff>. Acesso em: 30 maio 2024.

BRASIL. Estatuto da Cidade. **Lei 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 jul. 1990a.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016].

BRASIL, F. G.; CAPELLA, A. C. N. **Abordagens contemporâneas para análise de políticas públicas**, 2022.

BRASIL. IBGE, **Censo**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. Censo demográfico 2020: resultados preliminares. Ceará (9º Recenseamento Geral do Brasil).

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, J. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto? 2019. *In*: BUTLER, J.

Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

BUTLER, J. **Corpos em Aliança**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. BUTLER, J.

Vida precária: os poderes do luto e da violência. Autêntica Business, 2019.

CAIXETA, J. E. **Guardiães da memória:** tecendo significações de si, suas fotografias e seus objetos, 2010.

CARMO, M. E. do; GUIZARDI, F. L. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, p. e00101417, 2018.

CDVHS. Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza. **Política de Desenvolvimento Sustentável do Grande Bom Jardim**. Fortaleza: 2006.

CDVHS. Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza. **Projeto Exigibilidade dos Direitos Humanos com Conhecimento e Lutas**. Fortaleza: 2011.

CDVHS. Relatório de pesquisa: violência no grande Bom Jardim sob a perspectiva de estudantes de escolas públicas do ensino médio: vitimização, percepções sobre segurança e repercussões educacionais. **Relatório**. Disponível em: <https://cdvhs.org.br/publicacoes/>. Acesso em: 13 nov. 2024.

CDVHS. **Caravanas de Monitoramento Grande Bom Jardim**. Fortaleza, 2024. Disponível em: <https://cdvhs.org.br/publicacoes/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

CDVHS. Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza. **Contexto e trajetória do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza**. Fortaleza: 2024a.

CDVHS. Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza. **Currículo Institucional**. Fortaleza: 2024b.

CEARÁ. Governo do Estado. **SCIDADES**. Projeto Rio Maranguapinho, 2024. Disponível em: <https://www.cidades.ce.gov.br/projeto-rio-maranguapinho>. Acesso em: 29 nov. 2024.

CEARÁ. Governo do Estado. Mapa Cultural do Ceará. Rede de Cozinhas Comunitárias do Grande Bom Jardim, 2024. Disponível em: <https://encurtador.com.br/a0AwI>. Acesso em: 12 jan. 2025.

CEARÁ. Governo do Estado do Ceará. **Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará**. 2012. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/>. Acesso em: 15 abr. 2024.

CIRIBELLI, M. C. **Como elaborar uma dissertação de mestrado através da pesquisa científica**. 7 Letras, 2003.

COSTA, C. de L. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. **Cadernos Pagu**, p. 59-90, 2002.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. Boitempo Editorial, 2021.

CORRÊA, S. A categoria mulher não serve mais para a luta feminista. **Sur-Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 13, n. 24, p. 215-225, 2016.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2024.

CYFER, I. Afinal, o que é uma mulher? Simone de Beauvoir e “a questão do sujeito” na teoria crítica feminista. **Lua Nova: revista de cultura e política**, p. 41-77, 2015.

DAS GRAÇAS RUA, M. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. **Manuscrito, elaborado para el Programa de Apoyo a la Gerencia Social en Brasil**. Banco Interamericano de Desarrollo: INDES, 1997.

DELGADO, L. A. N. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **História Oral**, v. 6, 2003, p. 9-25.

DESLANDES, S. F.; CRUZ NETO, O.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes; 2002. DE BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Nova Fronteira, 2014.

DE PAULA, A. C. R.; LEITE, I. L. da S.; DE SOUZA BEZERRA, L. M. P. **Juventudes, cidade e margens urbanas: significações e experiências juvenis em territórios estigmatizados de Fortaleza-CE**. 2017.

DE VARINE, H. **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Medianiz, 2013.

EVARISTO, C. **Insubmissas Lágrimas de Mulheres**. Rio de Janeiro: Malê, 2016. FALS

BORDA, O. “Informe del Grupo de Trabajo sobre la Creación del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales”, **Revista América Latina, Centro Latino-americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS)**, v. 11, n. 2, 1968. p. 63-64.

FRANTZ, F. **Peles negras, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador-BA: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, I. F. de A. L.; DE AZEVEDO, L. A. Teorias e modelos de políticas públicas: Uma revisão das abordagens sobre o processo de políticas. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, v. 28, n. 1, 2019.

FERRAZ, A. T. R. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo: crise econômica e crise política. **Serviço Social & Sociedade**, p. 346-363, 2019.

FOUCAULT, M. **Michel Foucault: Estratégia, Poder-Saber**. 2. edição, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 42. edição, Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação, uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 3. ed. São Paulo: Editora Moraes, 1980.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1986.

GOHN, M. da G. M. **Reivindicações populares urbanas: um estudo sobre as associações de moradores em São Paulo**. Editora Autores Associados, 1982.

GOHN, M. da G. M. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. Edições Loyola, 1997.

GOHN, M. da G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e sociedade**, v. 13, p. 20-31, 2004.

GOHN, M. da G. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. Cortez, 2005.

GOHN, M. da G. Mulheres-atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. **Política & Sociedade**, v. 6, n. 11, p. 41-70, 2007.

GOHN, M. da G. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Vozes, 2011.

GOHN, M. da G. **Movimentos sociais e educação**. Cortez Editora, 2012.

GOHN, M. da G. Vozes que gritam e vozes silenciadas na América Latina. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 15, p. 491-509, 2015.

GPDU/UECE. **Diagnóstico Sócio Participativo do Grande Bom Jardim**. Fortaleza: 2004.

HESS, R.; WEIGAND, G. A escrita implicada. **Revista Reflexões e Debates**, v. 11, p. 14-25, 2006.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo social**, v. 26, p. 61-73, 2014.

HÖFLING, E. de. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, v. 21, p. 30-41, 2001.

HOLANDA, F. U. X. de. **Decolonizar é preciso: O desafio de um pensamento outro**. Rio de Janeiro: Bambual Editora, 2024.

JOSSO, M. C. A transformação de si a partir da narração de histórias de vida. **Educação**, v. 30, n. 63, p. 413-438, 2007.

KRENAK, A. **Caminhos para a cultura do Bem Viver**. Organização Bruno Maia. Cultura do bem viver, 2020. Disponível em: <http://www.culturadobemviver.org/>. Acesso em: 16 abr. 2024.

LIMA, L. L.; AGUIAR, R. B. de; LUI, L. Desenho de Políticas Públicas e Instrumentos de Implementação. *In: Abordagens contemporâneas para análise de políticas públicas* (Org. Felipe Gonçalves Brasil e Ana Cláudia Niedhardt Capella). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2022.

LLOSA, M. V. **O falador**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1998.

LOTTA, G. (Org). **Teorias e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil**. 2019.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: vozes, 1997.

LUCHMANN, L. H. H.; NOBRE, A.; CARVALHO, L. A. C.; MARTINS, M. S. Identidade e Diferenças no Movimento Comunitário de Florianópolis. *In*: SCHERER-WARREN, I.; CHAVES, I. M. (orgs) **Associativismo em Santa Catarina: Trajetória e tendências**. Florianópolis: Insular, 2004. p. 57 a 69.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, p. 935-952, 2014.

MACHADO, E. G.; FAUSTINO, A. E. R. Perfil da rede de desenvolvimento local, integrado e sustentável do Grande Bom Jardim (Rede DLIS do GBJ). **Relatório de Pesquisa**. Fortaleza: Rede de Desenvolvimento Local e Sustentável do Grande Bom Jardim (Rede DLIS), 2018.

MACHADO, E. G.; PEREIRA, A. Q. Periferias urbanas, redes locais e movimentos sociais em Fortaleza, Ceará. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 40, n. 01, p. 1-27, 2020.

MAPURUNGA, J. **Bom Jardim**. Fortaleza: Secultfor, 2015.

MIGNOLO, W. D. **Historias locales/diseños globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo**. Ediciones Akal, 2003.

MIGNOLO, W. **Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**. Ediciones del signo, 2010.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2014.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 7. ed. Petrópolis, RJ - Vozes, 1994.

MINAYO, M. C. de S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. *In*: **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 1996.

MUYLAERT, C. J. *et al*. Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 48, p. 184-189, 2014.

NASCIMENTO, M.; BRANT, F. Música Maria Maria. **Clube da Esquina**. Álbum, v. 2.

OLIVEIRA, P. C. Fragmentos do Pretérito: reflexões acerca da memória individual e coletiva. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 5, n. 9, p. 224-236, 2017.

OSTERNE, M. do S. F. **Família, pobreza e gênero: o lugar da dominação masculina**. Ed. UECE, 2001.

OSTERNE, M. do S. F.; SILVEIRA, C. M. H. Relações de gênero: uma construção cultural que persiste ao longo da história. **O público e o privado**, v. 10, n. 19 jan. jun., p. 101-121,

2012.

OSTERNE, M. do S. F. **Violência nas relações de gênero e cidadania feminina**. Ed. UECE, 2020.

PACHÁ, P.; MOREIRA, L. V. de C. Entrevista narrativa como técnica de pesquisa. **Synesis**, v. 14, n. 1, p. 157-168, 2022.

PAIVA, L. F. S. **Contingências da violência em um território estigmatizado**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014.

PAIVA, L. F. S.; DE FREITAS, G. J. Ecos da violência nas margens de uma sociedade democrática: o caso da periferia de Fortaleza. **Sociedade e Cultura**, v. 18, n. 2, p. 115- 128, 2015.

PAULON, S. M. A análise de implicação com ferramenta na pesquisa-intervenção. **Psicologia & sociedade**, v. 17, p. 18-25, 2005.

PEDRO, J. M. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História (São Paulo)**, v. 24, p. 77-98, 2005.

PIEIDADE, V. **Dororidade**. 5. ed., São Paulo: Editora Nós, 2023.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POPE, C.; MAYS, N. **Pesquisa qualitativa na atenção à saúde**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

QUIJANO, A. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. CLACSO. Modernidade; Capitalismo; Poder Público; Sociedade; História; Eurocentrismo; América Latina. Buenos Aires, 2005.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. **Contextualizaciones latinoamericanas**, v. 2, n. 5, 2015.

REDE DE DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DO GRANDE BOM JARDIM. **Relatório descritivo das atividades do Encontro de planejamento, monitoramento e avaliação realizado nos dias 02, 03 e 04 de fevereiro**. Aquiraz, 2023.

RIBEIRO, D. **Lugar de fala**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ROCHA, A. L. C. da; ECKERT, C. **Etnografia da Duração: antropologia das memórias coletivas em coleções etnográficas**. Porto Alegre: Marca visual, 2013.

SANTOS, A. B. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: UBU, 2023.

SANTOS, M.; RIBEIRO, W. C. O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania. *In:*

O país distorcido: O Brasil, a globalização e a cidadania. 2002.

SAWAIA, B. **As artimanhas da exclusão:** análise psicossocial e ética da desigualdade social. Editora Vozes, 2021.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & realidade**, v. 20, n. 2, 1990.

SECCHI, L. Ciclo de Políticas Públicas. *In: Políticas públicas:* conceitos, esquemas de análise, casos práticos (Org. Leonardo Secchi). São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SECCHI, L. Introdução: percebendo as políticas públicas. *In: Políticas públicas:* conceitos, esquemas de análise, casos práticos (Org. Leonardo Secchi). São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SOUTO, E. da S. Gênero e ação coletiva: o lugar das mulheres nos movimentos urbanos contemporâneos. **Entheoria: Cadernos de Letras e Humanas**, v. 5, n. 1, p. 86-104, 2018.

SOUZA, R. A. do C. Narrativas orais como fontes para uma compreensão histórica da experiência vivida. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 118-129, jul./dez. 2017.

SOUZA-LOBO, B. **O gênero da representação:** movimento de mulheres e representação política no Brasil (1980-1990).

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar.** UFMG, 2010.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** São Paulo. Cortez editora, 1986.

TRZAN, A.; MATTAR, C. **Psicologia, fenomenologia e questões decoloniais:** interseções. 2022.

VERGÈS, F. **Um feminismo decolonial.** Ubu Editora, 2020.

APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA NARRATIVA



ROTEIRO DA ENTREVISTA NARRATIVA

I - PERFIL DAS MILITANTES E LIDERANÇAS DA REDE DLIS

Nascimento: ____/____/____ Gênero/sexualidade: _____ Raça/Cor: _____

____ Religião: _____ Bairro: _____ Escolaridade: _____

____ Atividade atual: _____ Local de trabalho: _____

Renda mensal média (e família): _____

II - CONSTITUIÇÃO ENQUANTO SUJEITOS SOCIOPOLÍTICOS

Como você se identifica ou gosta de ser chamada (pronomes/nome)?

Você representa alguma instituição (religiosa ou não), associação, grupo ou coletivo? Quem toma as decisões na entidade da qual você participa ou preside/coordena?

Como considera-se, uma militante e/ou liderança do território do GBJ?

Como define a sua constituição enquanto sujeita sociopolítica na condição feminina (história de vida/subjetivação/perspectiva interseccional)?

III - ENGAJAMENTO SOCIOPOLÍTICO NA REDE DLIS

Você participou da construção do DSP, da gênese da Rede DLIS e da PDS do GBJ? Se sim, por gentileza, relate como foram os processos, o público majoritário (gênero) na condução das ações, desafios e vitórias nesse período.

Descreva a Rede DLIS e a importância dessa articulação para você e para o território do GBJ. Há quanto tempo atua na Rede DLIS e o que te motivou a se aliar a ela?

Você pode narrar momentos ou atividades vividas na Rede DLIS como significativas?

Qual a sua participação (lugar/representação ou função) e como descreve sua trajetória de engajamentos sociopolíticos nessa articulação?

Como se relaciona com as outras agentes e instâncias sociopolíticas que compõem a Rede DLIS (convergências/divergências internas na articulação da rede)?

Percebe a importância dos seus engajamentos sociopolíticos e se há repercussão/impacto dessas ações no empoderamento coletivo nas lutas pelo fomento às políticas públicas para o território do GBJ?

IV - ALAVANCAS MOTIVADORAS E ESTRATÉGIAS NAS LUTAS

Quais alavancas propulsoras motivaram suas lutas sociais neste chão sociopolítico (GBJ)? Quais estratégias (caravanas) utilizadas para garantir/fortalecer a sustentabilidade política e de participação popular, nas ações de diagnósticos, mapeamentos das demandas comunitárias e PMA no fomento de políticas públicas para o GBJ ao longo desses anos?

Você defende a manutenção das estratégias e tecnologias sociopolíticas utilizadas nos

últimos vinte anos ou propõe outros mecanismos de enfrentamentos e para as lutas sociocomunitárias? Identifique os desafios, aprendizados, perdas e conquistas nesses vinte anos da Rede DLIS. Você acredita que as lutas sociocomunitárias seguirão?